Poder Judiciário
Justiça do Trabalho

Relatório Anual 2016

TRT 4
JUSTIÇA DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIOJUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RELATÓRIO ANUAL
2016

Relatório Anual do TRT da 4ª Região. Porto Alegre, p. 1-417, 2016.

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL	Kátia Viegas – Secretária-Geral da Presidência
ORGANIZAÇÃO	Maria Letícia Möllmann
REVISÃO ORTOGRÁFICA	Lara Göbhardt Martins Borges Fortes
CAPA	Camila Dotto
FOTOS	Secretaria de Comunicação Social do TRT4

Relatório Anual do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.
Porto Alegre: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 1963- .
Anual

1. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. 2. Relatórios. 3. Relatório do TRT 4ª R – 2016.

CDU 347.998.72R4(047)

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Av. Praia de Belas, nº 1.100 – CEP 90.110-903 – Porto Alegre – RS
Fone 51 3255-2000 | www.trt4.jus.br

Gestão 2015/2017
Posse em 11 de dezembro de 2015

Beatriz Renck
Presidente

João Pedro Silvestrin
Vice-Presidente

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional

Marçal Henri dos Santos Figueiredo
Vice-Corregedor Regional

APRESENTAÇÃO

Apresento o Relatório Anual de Atividades do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região relativo aos trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2016, em atendimento ao inc. XXVII do art. 39 do Regimento Interno deste Tribunal.

Porto Alegre,12 de maio de 2017.

Beatriz Renck

Presidente do TRT da 4ª Região/RS

Relatório Anual do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – 2016, apresentado na Sessão Ordinária do Órgão Especial realizada no dia 19 de maio de 2017.

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÕES DO TRT DA 4ª REGIÃO.....6

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO 2º GRAU.....9

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO 1º GRAU.....19

POSSES, REMOÇÕES, PERMUTAS E APOSENTADORIAS DE MAGISTRADOS.....26

COMISSÕES REGIMENTAIS.....29

GESTORES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE 2º GRAU.....31

PRESIDÊNCIA.....36

VICE-PRESIDÊNCIA.....181

CORREGEDORIA REGIONAL.....186

VICE-CORREGEDORIA REGIONAL.....209

OUVIDORIA.....214

MEMORIAL.....217

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA.....226

DIRETORIA-GERAL.....249

MOVIMENTO JUDICIÁRIO DO 2º GRAU.....347

MOVIMENTO JUDICIÁRIO DO 1º GRAU.....365

REGISTRO FOTOGRÁFICO.....395

ADMINISTRAÇÕES DO TRT DA 4ª REGIÃO

GESTÃO	ADMINISTRAÇÃO
1941 – 1943	DJALMA DE CASTILHO MAYA – Presidente[1]
1943 – 1946	DJALMA DE CASTILHO MAYA – Presidente
1946 – 1949	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente DILERMANDO XAVIER PORTO – Vice-Presidente
1949 – 1951	DILERMANDO XAVIER PORTO – Presidente JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Vice-Presidente
1951 – 1953	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente DILERMANDO XAVIER PORTO – Vice-Presidente
1953 – 1955	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente DILERMANDO XAVIER PORTO – Vice-Presidente
1955 – 1958	DILERMANDO XAVIER PORTO – Presidente JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Vice-Presidente
1958 – 1961	DILERMANDO XAVIER PORTO – Presidente JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Vice-Presidente
1961 – 1963	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Vice-Presidente
1963 – 1965	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Vice-Presidente
1965 – 1967	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Presidente MOZART VICTOR RUSSOMANO – Vice-Presidente (até 1966) PERY SARAIVA – Vice-Presidente (de 1966 a 1967)
1967 – 1969	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Presidente PERY SARAIVA – Vice-Presidente
1969 – 1971	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Presidente PERY SARAIVA – Vice-Presidente
1971 – 1973	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1971 – 1973	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1973 – 1975	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente

1

Presidente do Conselho Regional do Trabalho, vinculado ao então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

GESTÃO	ADMINISTRAÇÃO
	IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1975 – 1977	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente

GESTÃO	ADMINISTRAÇÃO
1977 – 1979	IVÉSCIO PACHECO – Presidente ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS – Vice-Presidente
1979 – 1981	ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS – Presidente CLOVIS PEREIRA ASSUNÇÃO – Vice-Presidente
1981 – 1983	ERMES PEDRO PEDRASSANI – Presidente JOÃO ANTONIO GUILHEMBERNARD PEREIRA LEITE – Vice-Presidente
1983 – 1985	JOÃO ANTÔNIO GUILHEMBERNARD PEREIRA LEITE – Presidente ALCINA TUBINO ARDAIZ SURREAUX – Vice-Presidente
1985 – 1987	ALCINA TUBINO ARDAIZ SURREAUX – Presidente SILENO MONTENEGRO BARBOSA – Vice-Presidente
1987 – 1989	FERNANDO ANTÔNIO PIZARRO BARATA SILVA – Presidente JOÃO LUIZ TORALLES LEITE – Vice-Presidente
1989 – 1991[2]	JOSÉ FERNANDO EHLERS DE MOURA – Presidente PAULO MAYNARD RANGEL – Vice-Presidente (até 1990) JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES – Vice-Presidente (de 1990 a 1991) RONALDO LOPES LEAL – Corregedor Regional (de 1990 a 1991) JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES – Vice-Corregedor Regional (1990) VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Vice-Corregedor Regional (de 1990 a 1991)
1991 – 1993	JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES – Presidente CARLOS EDMUNDO BLAUTH – Vice-Presidente MAURO AUGUSTO BRETON VIOLA – Corregedor Regional PAULO JOSÉ DA ROCHA – Vice-Corregedor Regional
1993 *(julho a dezembro)*	CARLOS EDMUNDO BLAUTH – Presidente ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS – Vice-Presidente RONALDO LOPES LEAL – Corregedor Regional VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Vice-Corregedor Regional
1993 – 1995	RONALDO JOSÉ LOPES LEAL – Presidente VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Vice-Presidente PAULO JOSÉ DA ROCHA – Corregedor Regional SEBASTIÃO ALVES MESSIAS – Vice-Corregedor Regional
1995 – 1997	VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Presidente FLAVIO PORTINHO SIRANGELO – Vice-Presidente MAURO AUGUSTO BRETON VIOLA – Corregedor Regional

2 *Pela Lei nº 7.911/1989, foram criados os cargos de Corregedor Regional e Vice-Corregedor Regional, providos por Juízes togados, quando da eleição do Presidente e do Vice-Presidente. No período anterior a essa lei, a Corregedoria Regional era exercida pelo Presidente do TRT.*

GESTÃO	ADMINISTRAÇÃO
	DARCY CARLOS MAHLE – Vice-Corregedor Regional

GESTÃO	ADMINISTRAÇÃO
1997 – 1999	FLAVIO PORTINHO SIRANGELO – Presidente SEBASTIÃO ALVES DE MESSIAS – Vice-Presidente BEATRIZ BRUN GOLDSCHMIDT – Corregedora Regional CARLOS AFFONSO CARVALHO DE FRAGA – Vice-Corregedor Regional
1999 – 2001	DARCY CARLOS MAHLE – Presidente BELATRIX COSTA PRADO – Vice-Presidente ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Corregedora Regional MARIO CHAVES – Vice-Corregedor Regional
2001 – 2003	ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Presidente FABIANO DE CASTILHOS BERTOLUCCI – Vice-Presidente MARIO CHAVES – Corregedor Regional PEDRO LUIZ SERAFINI – Vice-Corregedor Regional
2003 – 2005	FABIANO DE CASTILHOS BERTOLUCCI – Presidente DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO – Vice-Presidente PEDRO LUIZ SERAFINI – Corregedor Regional MARIA GUILHERMINA MIRANDA – Vice-Corregedora Regional
2005 – 2007	DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO – Presidente JOÃO GHISLENI FILHO – Vice-Presidente MARIA GUILHERMINA MIRANDA – Corregedora Regional (até 2006) BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE – Corregedora Regional (de 2006 a 2007) BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE – Vice-Corregedora Regional (até 2006) JURACI GALVÃO JÚNIOR – Vice-Corregedor Regional (2007)
2007 – 2009	JOÃO GHISLENI FILHO – Presidente CARLOS ALBERTO ROBINSON – Vice-Presidente BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE – Corregedora Regional JURACI GALVÃO JÚNIOR – Vice-Corregedor Regional
2009 – 2011	CARLOS ALBERTO ROBINSON – Presidente MARIA HELENA MALLMANN – Vice-Presidente JURACI GALVÃO JÚNIOR – Corregedor Regional ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Vice-Corregedora Regional
2011 – 2013	MARIA HELENA MALLMANN – Presidente ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Vice-Presidente CLEUSA REGINA HALFEN – Corregedora Regional ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO – Vice-Corregedora Regional
2013 – 2015	CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Vice-Presidente BEATRIZ RENCK – Corregedora Regional CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ – Vice-Corregedora Regional
2015 – 2017	BEATRIZ RENCK – Presidente JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Vice-Presidente MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO – Corregedora Regional MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO – Vice-Corregedor Regional

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO 2º GRAU

TRIBUNAL PLENO

Composição em 31 de dezembro de 2016:

BEATRIZ RENCK – Presidente

JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Vice-Presidente

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO – Corregedora Regional

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO – Vice-Corregedor Regional

ROSANE SERAFINI CASA NOVA

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

ANA LUIZA HEINECK KRUSE

BERENICE MESSIAS CORRÊA

TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA

CLEUSA REGINA HALFEN

ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

RICARDO CARVALHO FRAGA

JOSÉ FELIPE LEDUR

FLÁVIA LORENA PACHECO

LUIZ ALBERTO DE VARGAS

MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA

CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ

EMÍLIO PAPALÉO ZIN

VÂNIA MARIA CUNHA MATTOS

DENISE PACHECO

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

REJANE SOUZA PEDRA

WILSON CARVALHO DIAS

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

MARIA HELENA LISOT

LUCIA EHRENBRINK

IRIS LIMA DE MORAES

MARIA MADALENA TELESCA
HERBERT PAULO BECK
GEORGE ACHUTTI
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
RAUL ZORATTO SANVICENTE
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
JOÃO PAULO LUCENA
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL
BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA
KARINA SARAIVA CUNHA
FABIANO HOLZ BESERRA
ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER
Cargo Vago

Integrou, ainda, o Tribunal, no exercício de 2016, o Desembargador JURACI GALVÃO JÚNIOR (aposentadoria em 03.10.2016).

Tomaram posse, no ano de 2016, os Exmos. Desembargadores:

FABIANO HOLZ BESERRA, em 04.05.2016, na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador JOÃO GHISLENI FILHO; e

ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER, em 14.12.2016, na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador JURACI GALVÃO JÚNIOR.

Juízes de 1º Grau, Titulares de Vara do Trabalho, convocados para atuar no Tribunal em 2016:

JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA
ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER
MANUEL CID JARDON
ANDRÉA SAINT PASTOUS NOCCHI
LUIZ CARLOS PINTO GASTAL
JOE ERNANDO DESZUTA
CLOCEMAR LEMES SILVA
CARLOS HENRIQUE SELBACH
MARCOS FAGUNDES SALOMÃO

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões do Tribunal Pleno compareceram os Procuradores ROGÉRIO UZUN FLEISCHMANN, PAULO JOARÊS VIEIRA e GILSON LUIZ LAYDNER DE AZEVEDO.

ÓRGÃO ESPECIAL

Composição em 31 de dezembro de 2016:

ANTIGUIDADE:

ROSANE SERAFINI CASA NOVA
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA
ANA LUIZA HEINECK KRUSE
BERENICE MESSIAS CORRÊA
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA
CLEUSA REGINA HALFEN
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO
RICARDO CARVALHO FRAGA

ELEITOS:

JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Vice-Presidente
BEATRIZ RENCK – Presidente
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
EMÍLIO PAPALÉO ZIN
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO – Corregedora Regional
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO – Vice-Corregedor Regional
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
RAUL ZORATTO SANVICENTE

SUPLENTES:

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
IRIS LIMA DE MORAES
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA
REJANE SOUZA PEDRA
MARIA HELENA LISOT
LAIS HELENA JAEGER NICOTTI
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

Integrou, ainda, o Órgão Especial, em 2016, pelo critério de antiguidade, o Desembargador JURACI GALVÃO JÚNIOR (aposentadoria em 03.10.2016).

Representando o Ministério Público do Trabalho nas Sessões do Órgão Especial compareceram os Procuradores ROGÉRIO UZUN FLEISCHMANN e PAULO JOARÊS VIEIRA.

SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Composição em 31 de dezembro de 2016:

BEATRIZ RENCK – Presidente

JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Vice-Presidente

ANA LUIZA HEINECK KRUSE

BERENICE MESSIAS CORRÊA

TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA

FLÁVIA LORENA PACHECO

LUIZ ALBERTO DE VARGAS

MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA

CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ

EMÍLIO PAPALÉO ZIN

DENISE PACHECO

Integraram, ainda, a Seção de Dissídios Coletivos, no exercício de 2016:

Desembargador JURACI GALVÃO JÚNIOR (aposentadoria em 03.10.2016);

Juíza Convocada ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões e audiências da Seção de Dissídios Coletivos compareceram os Procuradores BEATRIZ DE HOLLEBEN JUNQUEIRA FIALHO e PAULO EDUARDO PINTO DE QUEIROZ.

1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Composição em 31 de dezembro de 2016:

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO – Presidente

GEORGE ACHUTTI

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI

MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

RAUL ZORATTO SANVICENTE

ANDRÉ REVERBEL FERNANDES

JOÃO PAULO LUCENA

FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL

BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI

KARINA SARAIVA CUNHA

FABIANO HOLZ BESERRA

Juiz Convocado LUÍS CARLOS PINTO GASTAL (cadeira do Desembargador GILBERTO SOUZA DOS SANTOS)

Integraram também a 1ª Seção de Dissídios Individuais no ano de 2016 os magistrados:

Desembargador GILBERTO SOUZA DOS SANTOS;

Juiz Convocado JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA (na cadeira vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador JOÃO GHISLENI FILHO);

Juíza Convocada ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER (a partir de 1º.06.2016, conforme Resolução nº 08/2016 – cadeira do Desembargador GILBERTO SOUZA DOS SANTOS);

Juiz Convocado MANUEL CID JARDON (cadeira do Desembargador FLAVIO PORTINHO SIRANGELO).

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões e audiências da 1ª Seção de Dissídios Individuais compareceram os Procuradores MARIA CRISTINA SANCHEZ GOMES FERREIRA, ROBERTO PORTELA MILDNER, VICTOR HUGO LAITANO, LUIZ FERNANDO MATHIAS VILAR, DENISE MARIA SCHELLENBERGER, LOURENÇO AGOSTINI DE ANDRADE, PAULO EDUARDO PINTO DE QUEIROZ, SILVANA RIBEIRO MARTINS e LEANDRO ARAÚJO.

2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Composição em 31 de dezembro de 2016:

ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente

RICARDO CARVALHO FRAGA

JOSÉ FELIPE LEDUR

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

WILSON CARVALHO DIAS
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
MARIA HELENA LISOT
LUCIA EHRENBRINK
IRIS LIMA DE MORAES
MARIA MADALENA TELESCA
HERBERT PAULO BECK

Integraram também a 2ª Seção de Dissídios Individuais no ano de 2016:

Juiz CARLOS HENRIQUE SELBACH (na cadeira do Desembargador ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ, que ocupa o cargo de Diretor da Escola Judicial); Juiz JOE ERNANDO DESZUTA (convocado até 30.06.2016 na cadeira do Desembargador MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, afastado em razão de curso no exterior);

MARCOS FAGUNDES SALOMÃO (convocado a partir de 1º.07.2016 na cadeira do Desembargador MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, em razão da desconvocação do Juiz JOE ERNANDO DESZUTA).

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões e audiências da 2ª Seção de Dissídios Individuais compareceram os Procuradores ADRIANE ARNT HERBST, ANA LUIZA ALVES GOMES, CRISTIANO BOCORNY CORRÊA, DENISE MARIA SCHELLENBERGER, LEANDRO ARAÚJO, LUIZ FERNANDO MATHIAS VILAR, MARIA CRISTINA SANCHEZ GOMES FERREIRA, PAULO EDUARDO PINTO DE QUEIRÓZ, SILVANA RIBEIRO MARTINS e VICTOR HUGO LAITANO.

SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

Composição em 31 de dezembro de 2016:
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA – Presidente
CLEUSA REGINA HALFEN
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO
LUIZ ALBERTO DE VARGAS
VÂNIA MARIA CUNHA MATTOS
REJANE SOUZA PEDRA
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER
MANUEL CID JARDÓN

Integraram também a Seção Especializada em Execução no ano de 2016 o Desembargador FABIANO HOLZ BESERRA e os Juízes Convocados MANUEL CID JARDÓN e JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA.

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões da Seção Especializada em Execução compareceram os Procuradores ADRIANE ARNT HERBST, ANA LUIZA ALVES GOMES, CARLOS CARNEITO ESTEVES NETO, CRISTIANO BOCORNY CORREA, DENISE MARIA SCHELLENBERGER, LEANDRO ARAÚJO, LOURENÇO AGOSTINI DE ANDRADE, LUIZ FERNANDO MATHIAS VILAR, MARIA CRISTINA SANCHEZ GOMES FERREIRA, PAULO EDUARDO PINTO DE QUEIROZ, ROBERTO PORTELA MILDNER, SILVANA RIBEIRO MARTINS e VICTOR HUGO LAITANO.

1ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2016:
ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente
IRIS LIMA DE MORAES
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
FABIANO HOLZ BESERRA (a partir de 04.05.2016)

Integrou também a 1ª Turma, em 2016, o Juiz Convocado MANUEL CID JARDÓN até 03.05.2016, na cadeira decorrente da aposentadoria do Desembargador FLAVIO PORTINHO SIRANGELO).

2ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2016:
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA – Presidente
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

Integrou também a 2ª Turma, em 2016, o Juiz Convocado CARLOS HENRIQUE SELBACH.

3ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2016:

RICARDO CARVALHO FRAGA – Presidente

CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA

MARIA MADALENA TELESCA

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

4ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2016:

ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Presidente

GEORGE ACHUTTI

ANDRÉ REVERBEL FERNANDES

Juiz Convocado JOE ERNANDO DESZUTA (na cadeira do Desembargador MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, afastado em razão de curso no exterior)

Juiz Convocado MARCOS FAGUNDES SALOMÃO (na cadeira do Desembargador MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA, afastado em razão de curso no exterior)

5ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2016:

BERENICE MESSIAS CORRÊA – Presidente

BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI

CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

KARINA SARAIVA CUNHA

6ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2016:
JOSÉ FELIPE LEDUR – Presidente
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA
RAUL ZORATTO SANVICENTE
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL

Integrou também a 6ª Turma Julgadora o Juiz Convocado JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA.

7ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2016:
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ – Presidente
EMÍLIO PAPALÉO ZIN
DENISE PACHECO
WILSON CARVALHO DIAS

8ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2016:
LUIZ ALBERTO DE VARGAS – Presidente
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
LUCIA EHRENBRINK
JOÃO PAULO LUCENA

Integraram também a 8ª Turma, no ano de 2016, os Desembargadores JURACI GALVÃO JÚNIOR e FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL, e a Juíza ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER.

9ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2016:

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA – Presidente

JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER

Juiz Convocado MANUEL CID JARDON

Integraram também a 9ª Turma, os Desembargadores LUIZ ALBERTO DE VARGAS e FABIANO HOLZ BESERRA e o Juiz Convocado JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA.

10ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2016:

CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente

ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

VÂNIA MARIA CUNHA MATTOS

REJANE SOUZA PEDRA

Integraram também a 10ª Turma os Desembargadores DENISE PACHECO, EMÍLIO PAPALÉO ZIN, JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA e LUIZ ALBERTO DE VARGAS.

11ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2016:

FLÁVIA LORENA PACHECO – Presidente

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

MARIA HELENA LISOT

HERBERT PAULO BECK

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO

1º GRAU

JUÍZES TITULARES

Em 31 de dezembro de 2016 (por ordem de antiguidade)

1	JOÃO BATISTA SIECZKOWSKI MARTINS VIANNA
2	JANNEY CAMARGO BINA
3	MARCOS FAGUNDES SALOMÃO
4	MANUEL CID JARDON
5	SIMONE MARIA NUNES KUNRATH
6	BEN-HUR SILVEIRA CLAUS
7	MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO
8	CARLOS ALBERTO MAY
9	LUIS CARLOS PINTO GASTAL
10	ROBERTO ANTONIO CARVALHO ZONTA
11	LUIZ FERNANDO BONN HENZEL
12	ROSIUL DE FREITAS AZAMBUJA
13	JOE ERNANDO DESZUTA
14	MAURICIO SCHMIDT BASTOS
15	FREDERICO RUSSOMANO
16	ANDRÉ LUIZ SCHECH
17	ENY ONDINA COSTA DA SILVA
18	ANITA JOB LÜBBE
19	EDSON PECIS LERRER
20	CLÁUDIO ROBERTO OST
21	JOSÉ LUIZ DIBE VESCOVI
22	CARLOS HENRIQUE SELBACH
23	LUCIANE CARDOSO BARZOTTO
24	ANA ILCA HÄRTER SAALFELD
25	HORISMAR CARVALHO DIAS
26	EDUARDO DE CAMARGO
27	LUIZ ANTONIO COLUSSI
28	ANDRÉA SAINT PASTOUS NOCCHI
29	JOSÉ RENATO STANGLER
30	EDSON MOREIRA RODRIGUES
31	THEMIS PEREIRA DE ABREU
32	CACILDA RIBEIRO ISAACSSON

33 CLAUDIO SCANDOLARA
34 ARY FARIA MARIMON FILHO
35 MARCELO PAPALÉO DE SOUZA
36 RICARDO FIOREZE
37 RUI FERREIRA DOS SANTOS
38 MARCELO SILVA PORTO
39 CELSO FERNANDO KARSBURG
40 ALEXANDRE SCHUH LUNARDI
41 LUIS FETTERMANN BOSAK
42 SILVANA MARTINEZ DE MEDEIROS
43 JORGE ALBERTO ARAUJO
44 MÁRCIA CARVALHO BARRILI
45 PAULO ANDRÉ DE FRANÇA CORDOVIL
46 ARTUR PEIXOTO SAN MARTIN
47 NEUSA LÍBERA LODI
48 GUSTAVO FONTOURA VIEIRA
49 LILA PAULA FLORES FRANÇA
50 LAURA ANTUNES DE SOUZA
51 LUIS ANTÔNIO MECCA
52 DANIEL DE SOUSA VOLTAN
53 MIRIAM ZANCAN
54 RITA DE CÁSSIA DA ROCHA ADÃO
55 MARILENE SOBROSA FRIEDL
56 CLOCEMAR LEMES SILVA
57 BERNARDA NUBIA TOLDO
58 ELISABETE SANTOS MARQUES
59 DANIEL SOUZA DE NONOHAY
60 ANDRÉ IBAÑOS PEREIRA
61 MARIA TERESA VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA
62 ADRIANO SANTOS WILHELMS
63 SIMONE SILVA RUAS
64 ROSANE MARLENE DE LEMOS
65 LEANDRO KREBS GONÇALVES
66 ALCIDES OTTO FLINKERBUSCH
67 MARCELO CAON PEREIRA
68 RUBENS FERNANDO CLAMER DOS SANTOS JÚNIOR
69 PATRICIA HERINGER
70 MAURÍCIO MACHADO MARCA
71 ROGÉRIO DONIZETE FERNANDES

72 FERNANDO FORMOLO
73 MARCO AURÉLIO BARCELLOS CARNEIRO
74 LUÍS ERNESTO DOS SANTOS VEÇOZZI
75 VOLNEI DE OLIVEIRA MAYER
76 JARBAS MARCELO REINICKE
77 IVANILDO VIAN
78 SILVIONEI DO CARMO
79 FLÁVIA CRISTINA PADILHA VILANDE
80 MÁRCIO LIMA DO AMARAL
81 TATYANNA BARBOSA SANTOS KIRCHHEIM
82 CARLA SANVICENTE VIEIRA
83 JANAÍNA SARAIVA DA SILVA
84 INGRID LOUREIRO IRION
85 FABIANE RODRIGUES DA SILVEIRA TRINDADE EMERY
86 PATRÍCIA DORNELLES PERESSUTTI
87 ADRIANA FREIRES
88 SIMONE OLIVEIRA PAESE
89 VALDETE SOUTO SEVERO
90 MARISTELA BERTEI ZANETTI
91 ANA JULIA FAZENDA NUNES
92 RAFAEL DA SILVA MARQUES
93 CINARA ROSA FIGUEIRÓ
94 GLÓRIA VALÉRIO BANGEL
95 LUCIANO RICARDO CEMBRANEL
96 EDUARDO DUARTE ELYSEU
97 RENATO BARROS FAGUNDES
98 CANDICE VON REISSWITZ
99 ODETE CARLIN
100 LUCIANA BÖHM STAHNKE
101 CINTIA EDLER BITENCOURT
102 CRISTIANE BUENO MARINHO
103 CRISTINA BASTIANI
104 JOSÉ CARLOS DAL RI
105 RAQUEL NENÊ SANTOS
106 JULIETA PINHEIRO NETA
107 LUIS ULYSSES DO AMARAL DE PAULI
108 LINA GORCZEVSKI
109 ANDRÉ VASCONCELLOS VIEIRA
110 DÉBORAH MADRUGA COSTA LUNARDI

111 FABIANA GALLON
112 GILBERTO DESTRO
113 RACHEL DE SOUZA CARNEIRO
114 ADRIANA MOURA FONTOURA
115 PATRÍCIA HELENA ALVES DE SOUZA
116 CAROLINA SANTOS COSTA
117 DEISE ANNE LONGO
118 LUÍS HENRIQUE BISSO TATSCH
119 DIOGO SOUZA
120 GRACIELA MAFFEI
121 ELSON RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
122 ADAIR JOÃO MAGNAGUAGNO
123 RAQUEL HOCHMANN DE FREITAS
124 MARCELO BERGMANN HENTSCHKE
125 BÁRBARA SCHÖNHOFEN GARCIA
126 ROZI ENGELKE
127 ELIANE COVOLO MELGAREJO
128 GIOVANI MARTINS DE OLIVEIRA
129 PAULA SILVA ROVANI WEILER
130 RITA VOLPATO BISCHOFF
131 ALMIRO EDUARDO DE ALMEIDA

JUÍZES SUBSTITUTOS

Em 31 de dezembro de 2016 (por ordem de antiguidade)

1 SONIA MARIA POZZER
2 ANA CAROLINA SCHILD CRESPO
3 PAULO ERNESTO DORN
4 RITA DE CÁSSIA AZEVEDO DE ABREU
5 PATRICIA IANNINI DOS SANTOS
6 FERNANDA PROBST MARCA
7 SÉRGIO GIACOMINI
8 MARIANA ROEHE FLORES ARANCIBIA
9 LENARA AITA BOZZETTO
10 EDUARDO VIANNA XAVIER
11 JOSÉ FREDERICO SANCHES SCHULTE
12 MARCELE CRUZ LANOT ANTONIAZZI
13 LIGIA MARIA FIALHO BELMONTE

14 FABÍOLA SCHIVITZ DORNELLES MACHADO
15 CAROLINA HOSTYN GRALHA BECK
16 ADRIANA SEELIG GONÇALVES
17 ALINE DORAL STEFANI FAGUNDES
18 ELIZABETH BACIN HERMES
19 MAURÍCIO DE MOURA PEÇANHA
20 LUCIANA KRUSE
21 RAFAELA DUARTE COSTA
22 DANIELA ELISA PASTÓRIO
23 DENILSON DA SILVA MROGINSKI
24 JULIANA OLIVEIRA
25 RODRIGO TRINDADE DE SOUZA
26 MARIA CRISTINA SANTOS PEREZ
27 ADRIANA KUNRATH
28 GUSTAVO JAQUES
29 RUBIANE SOLANGE GASSEN ASSIS
30 CESAR ZUCATTI PRITSCH
31 MAX CARRION BRUECKNER
32 LAURA BALBUENA VALENTE GABRIEL
33 GLÓRIA MARIANA DA SILVA MOTA
34 NIVALDO DE SOUZA JUNIOR
35 RODRIGO DE ALMEIDA TONON
36 VINÍCIUS DANIEL PETRY
37 ALINE VEIGA BORGES
38 GUILHERME DA ROCHA ZAMBRANO
39 TIAGO MALLMANN SULZBACH
40 JEFFERSON LUIZ GAYA DE GOES
41 LUCIANA CARINGI XAVIER
42 ANA LUIZA BARROS DE OLIVEIRA
43 LUÍS FERNANDO DA COSTA BRESSAN
44 FABIANE MARTINS
45 EDENILSON ORDOQUE AMARAL
46 OSVALDO ANTONIO DA SILVA STOCHER
47 LUÍSA RUMI STEINBRUCH
48 DANIELA FLOSS
49 CAROLINA TOALDO DUARTE DA SILVA FIRPO
50 RAQUEL GONÇALVES SEARA
51 VALTAIR NOSCHANG
52 ANA PAULA KOTLINSKY SEVERINO

53 FERNANDA GUEDES PINTO CRANSTON WOODHEAD
54 GUSTAVO FRIEDRICH TRIERWEILER
55 NADIR FÁTIMA ZANOTELLI COIMBRA
56 EDUARDO BATISTA VARGAS
57 ANA PAULA KEPPELER FRAGA
58 MARCIA PADULA MUCENIC
59 MATHEUS BRANDÃO MORAES
60 CARLOS ERNESTO MARANHÃO BUSATTO
61 LÚCIA RODRIGUES DE MATOS
62 CHARLES LOPES KUHN
63 DANIELA MEISTER PEREIRA
64 THIAGO BOLDT DE SOUZA
65 CAROLINA CAUDURO DIAS DE PAIVA
66 MILENA ODY
67 RODRIGO MACHADO JAHN
68 FELIPE LOPES SOARES
69 PATRICIA ZEILMANN COSTA
70 EVANDRO LUÍS URNAU
71 IVANISE MARILENE UHLIG DE BARROS
72 KELEN PATRÍCIA BAGETTI
73 GIANI GABRIEL CARDOZO
74 MARCOS RAFAEL PEREIRA PIZINO
75 GUSTAVO PUSCH
76 CLÁUDIA ELISANDRA DE FREITAS CARPENEDO
77 MAURICIO JOEL ZANOTELLI
78 ANDRÉ SESSIM PARISENTI
79 ELISEU CARDOZO BARCELLOS
80 EDENIR BARBOSA DOMINGOS
81 GABRIELA LENZ DE LACERDA
82 RAFAEL MOREIRA DE ABREU
83 RACHEL ALBUQUERQUE DE MEDEIROS MELLO
84 JAQUELINE MARIA MENTA
85 ÁTILA DA ROLD ROESLER
86 BÁRBARA FAGUNDES
87 ADRIANA LEDUR
88 MATEUS CROCOLI LIONZO
89 SHEILA SPODE
90 CÍNTHIA MACHADO DE OLIVEIRA
91 JORGE FERNANDO XAVIER DE LIMA

92 FERNANDO REICHENBACH
93 FELIPE JAKOBSON LERRER
94 PATRÍCIA BLEY HEIM
95 TAÍSE SANCHI FERRÃO
96 ROBERTA TESTANI
97 MAURÍCIO GRAEFF BURIN
98 MARCELA CASANOVA VIANA ARENA
99 MARINA DOS SANTOS RIBEIRO
100 SHEILA DOS REIS MONDIN ENGEL
101 RAFAEL FLACH
102 RAFAEL FIDELIS DE BARROS
103 FABRÍCIO LUCKMANN
104 BRUNO MARCOS GUARNIERI
105 CÁSSIA ORTOLAN GRAZZIOTIN
106 VINÍCIUS DE PAULA LÖBLEIN
107 DIOGO GUERRA
108 CAROLINE BITENCOURT COLOMBO
109 MARIANA PICCOLI LERINA
110 GUILHERME DA SILVA GONÇALVES CERQUEIRA
111 MARINES DENKIEVICZ TEDESCO FRAGA
112 MARIANA VIEIRA DA COSTA
113 NIKOLAI NOWOSH
114 BRUNO FEIJÓ SIEGMANN
115 IGO ZANY NUNES CORRÊA

POSSES, REMOÇÕES, PERMUTAS E APOSENTADORIAS DE MAGISTRADOS

POSSES

Tomaram posse no ano de 2016:

No cargo de Desembargador:

FABIANO HOLZ BESERRA, em 04.05.2016, na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador JOÃO GHISLENI FILHO;

ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER, em 14.12.2016, na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador JURACI GALVÃO JÚNIOR.

No cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho:

ROZI ENGELKE, em 11.01.2016, na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen;

ELIANE COVOLO MELGAREJO, em 1º.04.2016, na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen;

GIOVANI MARTINS DE OLIVEIRA, em 1º.06.2016, na 3ª Vara do Trabalho de Rio Grande;

PAULA SILVA ROVANI WEILER, em 16.12.2016, na 3ª Vara do Trabalho de Erechim;

RITA VOLPATO BISCHOFF, em 16.12.2016, na 2ª Vara do Trabalho de Uruguaiana;

ALMIRO EDUARDO DE ALMEIDA, em 16.12.2016, na 2ª Vara do Trabalho de Bagé.

No cargo de Juiz do Trabalho Substituto:

CAROLINE BITENCOURT COLOMBO, em 19.12.2016;

MARIANA PICCOLI LERINA, em 19.12.2016;

GUILHERME DA SILVA GONÇALVES CERQUEIRA, em 19.12.2016;

MARINES DENKIEVICZ TEDESCO FRAGA, em 19.12.2016;

MARIANA VIEIRA DA COSTA, em 19.12.2016;

NIKOLAI NOWOSH, em 19.12.2016;

BRUNO FEIJÓ SIEGMANN, em 19.12.2016;

IGO ZANY NUNES CORRÊA, em 19.12.2016.

REMOÇÕES

Juíza ROZI ENGELKE, em 03.02.2016, para a 1ª Vara do Trabalho de Bagé;

Juiz MAURÍCIO MACHADO MARCA, em 28.03.2016, para a 1ª Vara do Trabalho de Lajeado;

Juíza LINA GORCZEVSKI, em 28.03.2016, para a Vara do Trabalho de Montenegro;

Juíza GRACIELA MAFFEI, em 28.03.2016, para a 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves;

Juíza PATRÍCIA HELENA ALVES DE SOUZA, em 18.04.2016, para a 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga;

Juíza RAQUEL HOCHMANN DE FREITAS, em 18.04.2016, para a 2ª Vara do Trabalho de Lajeado;

Juíza ROZI ENGELKE, em 18.04.2016, para a 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo;

Juiz JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA, em 18.04.2016, para a Vara do Trabalho de Alegrete;

Juíza VALDETE SOUTO SEVERO, em 18.04.2016, para a 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre;

Juíza CRISTINA BASTIANI, em 18.04.2016, para a 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo;

Juíza CAROLINA SANTOS COSTA, em 18.04.2016, para a 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga;

Juiz MARCELO BERGMANN HENTSCHKE, em 09.05.2016, para a 2ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul;

Juíza ELIANE COVOLO MELGAREJO, em 23.05.2016, para a 1ª Vara do Trabalho de Bagé;

Juiz CLAUDIO SCANDOLARA, em 21.11.2016, para a 20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre;

Juíza ROSEMARIE TEIXEIRA SIEGMANN, em 21.11.2016, para a 17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre;

Juiz MARCO AURÉLIO BARCELLOS CARNEIRO, em 21.11.2016, para a Vara do Trabalho de Santiago;

Juiz FERNANDO FORMOLO, em 21.11.2016, para a 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria;

Juíza FABIANA GALLON, em 21.11.2016, para a Vara do Trabalho de Alegrete;

Juíza CACILDA RIBEIRO ISAACSSON, em 14.12.2016, para a 2ª Vara do Trabalho de Pelotas;

Juiz LUIS CARLOS PINTO GASTAL, em 14.12.2016, para a Vara do Trabalho de Arroio Grande;

Juiz DANIEL DE SOUSA VOLTAN, em 14.12.2016, para a 1ª Vara do Trabalho de Pelotas;

Juiz JOE ERNANDO DESZUTA, em 14.12.2016, para a Vara do Trabalho de Santa Vitória do Palmar;

Juiz PAULO ANDRÉ DE FRANÇA CORDOVIL, em 14.12.2016, para a 2ª Vara do Trabalho de Gramado;

Juiz ALEXANDRE SCHUH LUNARDI, em 14.12.2016, para a 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo;

Juiz ANDRÉ VASCONCELLOS VIEIRA, em 14.12.2016, para a 3ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo.

REMOÇÕES PARA ESTE REGIONAL:

Juiz RAFAEL FIDELIS DE BARROS, em 05.09.2016;

Juiz FABRÍCIO LUCKMANN, em 05.09.2016;

Juiz BRUNO MARCOS GUARNIERI, em 05.09.2016;

Juíza CÁSSIA ORTOLAN GRAZZIOTIN, em 17.11.2016;

Juiz VINÍCIUS DE PAULA LÖBLEIN, em 17.11.2016;
Juiz DIOGO GUERRA, em 17.11.2016.

PERMUTA PARA ESTE REGIONAL:

Juiz RAFAEL FLACH, em 29.07.2016.

PERMUTA PARA OUTRO REGIONAL:

Juíza NELSILENE LEÃO DE CARVALHO DUPIN, em 29.07.2016;

APOSENTADORIAS

Juiz NEURI GABE, em 10.02.2016;
Juiz CLEINER LUIZ CARDOSO PALEZI, em 29.02.2016;
Juíza ROSÂNE MARLY SILVEIRA ASSMANN, em 04.04.2016;
Juiz JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA, em 03.06.2016;
Desembargador JURACI GALVÃO JÚNIOR, em 03.10.2016;
Juiz PAULO LUIZ SCHMIDT, em 03.11.2016;
Juíza NOÊMIA SALTZ GENSAS, em 07.11.2016;
Juíza ROSEMARIE TEIXEIRA SIEGMANN, em 22.12.2016.

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

Composição em 31 de dezembro de 2016:

Desembargador JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Presidente

Desembargador JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

Desembargadora ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Composição em 31 de dezembro de 2016:

Desembargador WILSON CARVALHO DIAS – Presidente

Desembargador RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

Desembargador JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

Juiz MANUEL CID JARDON

Juiz GIANI GABRIEL CARDOZO

COMISSÃO DE INFORMÁTICA

Composição em 31 de dezembro de 2016:

Desembargador JOÃO PEDRO SILVESTRIN – Presidente

Desembargador CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA

Desembargador GEORGE ACHUTTI

Juiz RODRIGO DE ALMEIDA TONON

Juíza ENY ONDINA COSTA DA SILVA

Juíza ANDRÉA SAINT PASTOUS NOCCHI

Juiz CLOCEMAR LEMES SILVA

Servidora BÁRBARA BURGARDT CASALETTI

Servidor ONÉLIO LUIS SOARES SANTOS

Servidora NATACHA MORAES DE OLIVEIRA

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Composição em 31 de dezembro de 2016:

Desembargadora ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Presidente

Desembargador EMÍLIO PAPALÉO ZIN

Desembargadora LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Composição em 31 de dezembro de 2016:

Desembargador FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO – Presidente

Desembargadora TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

Desembargador MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

Desembargador CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA

Juiz ARY FARIA MARIMON FILHO

Servidor CRISTIANO BERNARDINO MOREIRA

GESTORES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE 2º GRAU

Em 31 de dezembro de 2016

PRESIDÊNCIA

Secretária-Geral da Presidência
Kátia Viegas

Assessor Jurídico da Presidência
Eduardo Munari Preto

Assessora de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais
Carolina da Silva Ferreira

Diretor da Secretaria de Apoio aos Magistrados
João Carlos Girotto

Diretora da Secretaria de Controle Interno
Tânia Mara de Araújo Borges

Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações
Natacha Moraes de Oliveira

Coordenador de Gestão de TIC
Alberto Daniel Müller

Coordenador de Atendimento a Usuários
Denilson Ribeiro de Quadros

Coordenador de Infraestrutura Tecnológica
Paulo Mendes Ribeiro Júnior

Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas
André Soares Farias

Diretor da Secretaria de Comunicação Social
Mário Garrastazu Médici Neto (até 10.02.2016)
Gabriel Pereira Borges Fortes Neto (a partir de 11.02.2016)

Assessor de Comunicação Social
Gabriel Pereira Borges Fortes Neto (até 10.02.2016)
Inácio do Canto Rocha Filho (a partir de 11.02.2016)

JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO, EXECUÇÃO E PRECATÓRIOS

Assessora-Chefe
Márcia Jaqueline Leal Vargas

ESCOLA JUDICIAL

Secretário Executivo da Escola Judicial
Diogo de Seixas Grimberg

Coordenadoria de Documentação e Pesquisa
Regina Otília Figueira Maciel de Marco Ferreira (até 18.10.2016)
Adriana Godoy da Silveira Sarmento (a partir de 19.10.2016)

Coordenadora de Formação e Aperfeiçoamento
Camila Frigo

VICE-PRESIDÊNCIA

Assessora
Kenia Suarez Varela

CORREGEDORIA REGIONAL

Secretário da Corregedoria
Mauro Baltar Grillo

Assessor Técnico-Operacional da Secretaria da Corregedoria
Jeferson Andrade

Assessor Jurídico da Secretaria da Corregedoria
Guy de Bruchard

Assessora Administrativa da Secretaria da Corregedoria
Clarice Regina Lazarotto

VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Assessora
Andrea Koliver

MEMORIAL

Coordenador do Memorial
Mauricio Oliveira Agliardi

OUVIDORIA

Assistente-Chefe da Ouvidoria
Renato Annen Júnior (até 06.12.2016)
Márcia Gizeli de Oliveira Feijó (a partir de 15.12.2016)

DIRETORIA-GERAL

Diretora-Geral
Bárbara Burgardt Casaletti

Assessoria da Diretoria-Geral
Soraia Bohn (até 17.07.2016)
Tatiana Patricia Krause (a partir de 25.07.2016)

Diretoria da Secretaria de Administração
Daniela Vaz dos Santos (até 22.02.2016)
Sandro Schiavon (de 23.02.2016 a 30.06.2016)
João Henrique Carvalho de Lima Ribas (a partir de 1º.07.2016)

Coordenadora de Contabilidade
Eliane Silveira de Cesaro

Coordenadoria de Planejamento
Alexandre Gomes Nunes (até 22.02.2016)
André Luis de Assis (a partir de 23.02.2016)

Coordenador de Licitações e Contratos
André Magnus Martins

Coordenadoria de Material e Logística
Sandro Schiavon (até 22.02.2016)
Alexandre Gomes Nunes (a partir de 23.02.2016)

Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças
Eder Giovane Scherer Oliveira

Coordenadora de Orçamento e Finanças
Cláudia Duarte Raffo

Coordenador de Pagamento
César Augusto Collatto

Diretor da Secretaria de Apoio Administrativo
Madison Gonçalves Trautmann

Coordenador de Segurança Institucional
João Luiz Peixoto da Silva

Diretoria da Secretaria de Manutenção e Projetos
Luiz Fernando Taborda Celestino (até 30.06.2016)
Sandro Schiavon (a partir de 1º.07.2016)

Coordenador de Projetos e Execução de Obras e Serviços
Marcos Aurélio da Rosa Silva

Coordenador de Manutenção e Instalações Prediais
Luís Fernando Pontello

Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas
Paulo Ricardo Barreto Ferreira

Coordenadora de Informações Funcionais
Lúcia Thomé de Oliveira

Coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas
Cristina Schmidt

Coordenador de Saúde
Pedro Ivo Siqueira de Belli

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

Secretário-Geral Judiciário
Onélio Luís Soares Santos

Assessor da Secretaria-Geral Judiciária
Aldo da Silva Jardim

Secretária do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos
Cláudia Regina Schröder

Secretária da 1ª Seção de Dissídios Individuais
Ialdari Maria Benvenutti Santin

Secretária da 2ª Seção de Dissídios Individuais
Mauren Reinoldi da Silva

Secretária da Seção Especializada em Execução
Marcia Lamberti Doval

Secretária da 1ª Turma Julgadora
Elizete de Fátima de Freitas Machado

Secretária da 2ª Turma Julgadora
Ceci Dal Mass Coser

Secretário da 3ª Turma Julgadora
Paulo de Assis Bergman

Secretaria da 4ª Turma Julgadora
Luciane Ramos Barros (até 24.08.2016)
Geraldo Cruz Teixeira (a partir de 30.08.2016)

Secretária da 5ª Turma Julgadora
Francine Costa Weege

Secretário da 6ª Turma Julgadora
Rubmar Fanni Adami

Secretária da 7ª Turma Julgadora
Marguit Elisa Landmeier

Secretário da 8ª Turma Julgadora
Carlos Eduardo da Cunha Rockenbach

Secretário da 9ª Turma Julgadora
Carlos Augusto Correa Lovato

Secretaria da 10ª Turma Julgadora
Geraldo Cruz Teixeira (até 29.08.2016)
Soraia Bohn (a partir de 05.09.2016)

Secretário da 11ª Turma Julgadora
Paulo Eduardo Vieira Correa

Diretora da Secretaria Processual
Janine Scharlau Stöever

Coordenador de Cadastramento Processual
Isnard Peixoto Neto

Coordenador de Recursos
José Leopoldo Tiecher Bronfmann

Coordenador de Agravos e Certidões
Rodrigo Leandro de Almeida Santos

Assessoria de Recurso de Revista
Fabiane Paixão Cortopassi (até 06.03.2016)
Andrea Simões da Costa (a partir de 07.03.2016)

PRESIDÊNCIA

A Presidente do TRT da 4ª Região/RS, Beatriz Renck, na forma regimental, representou o Tribunal perante os demais Poderes Públicos e suas autoridades, bem como dirigiu o serviço judiciário da Região e os trabalhos do Tribunal no ano de 2016.

A atuação da Presidente, tanto em despachos, como relatora em votos ou acórdãos, na área judiciária, está sintetizada no demonstrativo que segue:

Agravos regimentais de competência do Órgão Especial	4
Embargos de declaração de competência do Órgão Especial	0
Cartas de Ordem	17
Incidentes de Uniformização de Jurisprudência	24
Precatórios	0
Recursos ordinários	29
Outros (cobrança de custas, remessa de processos ao 1º Grau e ao Arquivo, etc.)	44

Fonte: e-Gestão – itens 2.192, 2.193, 2195 e 2196; Sistema NovaJus4 – andamentos RECO e DMOL.

Da extensa agenda cumprida pela Presidente, destacam-se:

Janeiro	
08	Reunião com os Desembargadores da Administração, no Salão Nobre da Presidência
11	Reunião com o Presidente da Fecomércio/RS, Luiz Carlos Bohn, no Gabinete da Presidência
	Posse da Juíza Rozi Engelke no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho, no Salão Nobre da Presidência
12	Reunião com representantes da Assojaf – Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, no Gabinete da Presidência
13	Reunião-almoço para tratar da divulgação da campanha de erradicação do trabalho infantil. Local: RBS
25	Visita do Presidente Eleito da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul – Ajuris, Dr. Gilberto Schäfer
	Reunião com os Desembargadores da Administração, Juízes Auxiliares da Presidência e da Corregedoria, e Juízes do JACEP, no Salão Nobre da Presidência
26	Reunião com representantes do Grupo CEEE, no Salão Nobre da Presidência
	Reunião com Satergs, Agetra e Abrat, no Salão Nobre da Presidência
	Reunião com a Comissão Coordenadora do Memorial, no Gabinete da Presidência
27	Reunião com o Presidente da OAB/RS, Ricardo Breier, no Gabinete da Presidência
28	Reunião com representantes do Coditra, no Salão Nobre da Presidência
	Assinatura do Contrato dos Depósitos Judiciais com o Banco do Brasil, no Salão Nobre da Presidência

Janeiro	
29	Reunião com representantes da CEF – Contrato dos Depósitos Judiciais, no Salão Nobre da Presidência

Fevereiro	
16	Reunião com representantes do Sintrajufe, no Gabinete da Presidência.
	Reunião dos Desembargadores da Administração com representantes da Agetra, SATERGS e OAB, no Salão Nobre da Presidência
19	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário
22	Abertura da Exposição "O Humano na Composição da Cena", com fotos premiadas no 11º Concurso Fotográfico do Sintrajufe, no Saguão do prédio-sede do TRT4
23	Posse Dr. Claudio Lamachia, Diretoria e membros do Conselho Federal da OAB - Gestão 2016/2019. Local: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília/DF
25	Posse da nova administração do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília/DF
26	Reunião da Presidente e do Vice-Presidente do TRT da 4ª Região com o Presidente do Conselho Federal da OAB. Local: OAB
29	Reunião com a Diretoria da APEJUST. Local: Gabinete da Presidência
29	Abertura da Exposição coletiva Expressionismo Feminino. Local: Galeria do Foro Trabalhista de Porto Alegre

Março	
1º	Solenidade de Comemoração aos 100 anos do Banco do Brasil no Rio Grande do Sul. Local: Rua Uruguai, 185 – Centro Histórico de Porto Alegre
	Reunião com o Sr. Alexandre Machado, Presidente da Credijustra, e o Sr. Newton Brum, Presidente do Conselho de Administração da Credijustra, no Gabinete da Presidência
02	Reunião com Eduardo Tonetto Picarelli, Juiz Federal, Diretor do Foro da Justiça Federal de 1º Grau no RS, no Gabinete da Presidência
04	Participação, como ouvinte, no curso "O Novo CPC: Fundamentação da Sentença, Recursos nos Tribunais e Execução", na sede da Escola Judicial do TRT4
07	Reunião com o Vice-Presidente, Desembargador João Pedro Silvestrin e Juízes do JACEP (Juiz Luís Henrique Bisso Tatsch e Juiz Eduardo Batista Vargas), no Gabinete da Presidência
08	Lançamento Oficial do Projeto Igualdade de Gênero do TRT da 4ª Região, no saguão do prédio-sede do TRT4
09 e 10	1ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
11	Aula inaugural da Escola Judicial do TRT4 – Exma. Ministra do TST Maria de Assis Calsing
12	Assinatura do Termo de Adesão à Campanha HEforSHE (Eles por Elas) – Homens

Março	
	pelo Fim da Violência de Gênero da ONU. Local: Teatro São Pedro, em Porto Alegre/RS
14	Reunião do Conselho Consultivo do Memorial, no Salão Nobre da Presidência
15	Roda de Conversa sobre Violência de Gênero: Identificando as formas de Violência de Gênero, no saguão do prédio-sede do TRT4
16	Reunião com representantes da Agetra, Satergs, OAB e Abrat, no Salão Nobre da Presidência
17	Reunião com a Diretoria da OAB – Subseção de Rio Grande, no Gabinete da Presidência
	Reunião com o advogado Luciano Carvalho da Cunha, no Gabinete da Presidência
18	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno e Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
	Assinatura do Convênio dos Depósitos Judiciais com a Caixa Econômica Federal
28	Reunião com o Presidente da Ajucla IV, Dirson Solano Dornelles, no Gabinete da Presidência
	Visita à sede do Jornal do Comércio, em Porto Alegre/RS
31	Visita institucional da Ministra do TST Delaíde Miranda Arantes, ao TRT4
	Abertura do Congresso Estadual de Relações Sindicais e do Trabalho, promovido pela Fecomercio – RS. Local: Hotel Sesc Torres – Torres/RS

Abril	
1º	Reunião com o Juiz Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior, Presidente da Amatra IV, no Gabinete da Presidência
	Posse da Juíza Eliane Covolo Melgarejo no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho, no Salão Nobre da Presidência
04	Reunião com as advogadas Denise Pires Fincato e Fernanda Dalla Valle, em nome da empresa Dell Computadores do Brasil Ltda.
	Visita ao Jornal Correio do Povo
07	Reunião com os Desembargadores da Administração, no Gabinete da Presidência
08	Cooperativas de Trabalho na Lei da Terceirização – Plenária com o Senador Paulo Paim, relator da PEC da Terceirização – AMRIGS
11	Visita de cortesia do Procurador-Geral da União, Dr. Paulo Henrique Kuhn, acompanhado da Procuradora Regional da União da 4ª Região, Dra. Lisiane Ferrazzo, no Gabinete da Presidência
13	Cerimônia de Aposição das fotos dos Ministros Antonio José de Barros Levenhagen e João Batista Brito Pereira na Galeria de Presidentes e Corregedores-Gerais da Justiça do Trabalho. Local: TST – Brasília/DF
13 e 14	Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
15	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4

Abril	
	1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) do ano 2016, no Salão Nobre da Presidência
18	Reunião com representantes do Sintrajufe, no Gabinete da Presidência
19	Reunião com integrantes do Centro de Mediação Aplicada do Uniritter (professoras Luciana Aranalde e Cláudia Barreto), no Gabinete da Presidência
20	Reunião com os advogados André Jobim de Azevedo, Gilberto Stürmer e Janete Aparecida – Academia Sul-Rio-Grandense de Direito do Trabalho, no Gabinete da Presidência
22	Reunião com os membros do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos, no Salão Nobre da Presidência
25	Assinatura de Acordo de Cooperação para Acesso ao Sistema Jornada – Ministro Miguel Rossetto, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no Gabinete da Presidência
	Seminário "Os Direitos das Trabalhadoras Domésticas: avanços e desafios". Local: Auditório do Ministério da Fazenda – Av. Loureiro da Silva, 445, em Porto Alegre/RS
	Abertura da Exposição "Neografia da Luz", do artista Carlos Pessoa, no saguão do prédio-sede do TRT4
26	Reunião com o Diretor Peter Pochen da Organização Internacional do Trabalho – OIT, no Salão Nobre da Presidência
27 e 28	18º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Conamat, em Salvador/BA
29	Reunião do Grupo de Trabalho responsável pelo planejamento do XI Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS, no Salão Nobre da Presidência

Maio	
02	Ato Público pela valorização da Justiça do Trabalho: um manifesto em repúdio aos cortes orçamentários sofridos pelo judiciário trabalhista em 2016, no Prédio do Foro Trabalhista de Porto Alegre
	Exibição de documentários sobre a origem e a trajetória da magistratura e da advocacia trabalhista do RS, no Cinema GNC do Shopping Praia de Belas, em Porto Alegre/RS
04	Posse do Procurador do Trabalho Fabiano Holz Beserra como Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no Salão Nobre da Presidência
	Sessão Extraordinária do Órgão Especial, no Salão Nobre da Presidência
	Roda de Memória dos 75 anos da Justiça do Trabalho, no Auditório Ruy Cirne Lima do Foro Trabalhista de Porto Alegre
05	Visita institucional à Rede Pampa de Comunicação, com o Presidente Otávio Dumit Gadret. Local: Rua Orfanotrófio, 711, Bairro Alto Teresópolis, em Porto Alegre/RS
06	Abertura da Audiência Coletiva sobre Aprendizagem Profissional – Semana da Aprendizagem –, com apresentação da Orquestra Jovem do RS e Lançamento da

Maio	
	Revista "APRENDIZ" (2ª Edição), no Plenário do TRT4
10 a 13	7ª Edição do Curso de Formação Continuada em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho
18 e 19	3ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
20	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
23	Reunião com representantes do Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre, no Salão Nobre da Presidência
	Solenidade de ratificação de Posse do Desembargador Fabiano Holz Beserra, no Plenário do TRT4
25	Seminário Latinoamericano "Os Gêneros e as Cores da Justiça", promovido por Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Local: Escola Superior da Magistratura/ Ajuri, em Porto Alegre/RS
31	Visita de cortesia de representantes da Agetra, no Gabinete da Presidência

Junho	
07	Reunião com o Sr. Guiomar Vidor, Presidente da CTB/RS – Movimento em Defesa da Democracia e dos Direitos Sociais, no Salão Nobre da Presidência
	Lançamento do Projeto Tampart no TRT da 4ª Região, no saguão do prédio-sede
08	Visita de cortesia do Corregedor-Geral da Procuradoria-Geral do Trabalho, Maurício Correia de Mello, e do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, Rogério Uzun Fleischmann, no Gabinete da Presidência
09	Inauguração das Novas Instalações da Vara do Trabalho de Santo Ângelo. Local: Rua 25 de Julho, nº 660 – Santo Ângelo/RS
13	Abertura da audiência de conciliação do turno da tarde. Local: JACEP – Juízo de Conciliação, Execução e Precatórios
14	Visita da Desembargadora Liselena Schifino Robles Ribeiro, Presidente do TRE/RS, no Gabinete da Presidência
16	Abertura Oficial do XXXI Congresso Estadual dos Advogados Trabalhistas do RS – Os Novos Desafios do Direito do Trabalho. Local: PUCRS – Av. Ipiranga, 6681, em Porto Alegre/RS
17	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário
	Solenidade de posse dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, biênio 2016/2018, da Amatra IV. Local: Sociedade Libanesa – Rua Barão do Rio Grande, nº 10, em Porto Alegre/RS
23 e 24	Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
24	4ª Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário
27	Inauguração da Sala de Amamentação do Foro Trabalhista de Porto Alegre

Julho	
05	Reunião da Presidente e do Vice-Presidente do TRT da 4ª Região com a Diretoria da Amatra IV, no Gabinete da Presidência
	Reunião com Sr. Heitor José Muller, presidente da FIERGS. Local: Gabinete da Presidência.
07	Reunião com a Diretoria da Subseção da OAB de Rio Grande, no Gabinete da Presidência
08	Distribuição das doações arrecadadas na Campanha do Agasalho do TRT4, aos terceirizados, na sala de reuniões da Direção do Foro Trabalhista de Porto Alegre
11	Reunião Institucional com os Desembagadores, no Salão Nobre da Presidência
12	Reunião com representantes do Sintrajufe, no Gabinete da Presidência
13	Abertura da Exposição "Direitos Humanos: Mulher, Trabalho e Justiça", no saguão do prédio-sede do TRT
15	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
18	Apresentação dos Projetos do TRT4 que concorreram ao Prêmio Innovare 2016 ao Escritório Associado Cabanellos Schuh.
21	Reunião com representantes da Agetra, Abrat, Satergs e OAB/RS, no Gabinete da Presidência
27	Reunião com representantes da Assojaf, no Gabinete da Presidência
29	Posse do Juiz Rafael Flach no cargo de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 4ª Região, no Salão Nobre da Presidência

Agosto	
01	Assinatura do Convênio Projeto Pescar, no Salão Nobre da Presidência
03 e 04	5ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
05	Sessão Extraordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
15	Sessão inaugural do projeto-piloto de realização de sustentações orais pelo sistema de videoconferência, na sala de Sessões 904 do TRT4
16	Reunião com Dr. André Jobim de Azevedo, Presidente da ASRDT – Academia Sul-Rio-Grandense de Direito do Trabalho, no Gabinete da Presidência
	Reunião sobre Metas Nacionais 2017, no Salão Nobre da Presidência
18	Abertura do Seminário ARISE – Trabalho Infantil: realidades e superações. Local: Plenário do TRT
22	Reunião com representantes da Agetra, no Gabinete da Presidência
25 e 26	Seminário Comemorativo dos 75 anos da Justiça do Trabalho e 70 anos do Tribunal Superior do Trabalho. Local: Centro Cultural da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro/RJ
29	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
30	Sessão de do Concurso de Juiz Substituto.

Setembro	
01	Inauguração das Novas Instalações da Vara do Trabalho de Santa Vitória do Palmar. Local: Av. Justino Amonte Anacker, nº 1.000, em Santa Vitória do Palmar/RS
05	Posse dos Juízes Rafael Fidelis de Barros, Fabrício Luckmann e Bruno Marcos Guarnieri, no cargo de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 4ª Região, no Salão Nobre da Presidência
07	Solenidade de Abertura do XXXVIII Conat – Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas, em Gramado/RS
08	Reunião com Presidente da Apejust – Evandro Krebs Gonçalves, no Gabinete da Presidência
09	Sessão Extraordinária do Órgão Especial, no Salão Nobre da Presidência
12	Reunião com os Desembargadores do TRT da 4ª Região, no Salão Nobre da Presidência
	Solenidade de abertura da Exposição Acervo Doações 2016: apresentação dos objetos, livros e documentos incorporados ao Acervo do Memorial entre 2015 e 2016 por meio de doações. Local: Memorial da JT no Rio Grande do Sul
	Fronteiras do Pensamento – Conferência com Elisabeth Roudinesco, Historiadora e psicanalista francesa. Autora das biografias de Jacques Lacan e Sigmund Freud
13	Concurso para o provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto – Sessão Pública para julgamento dos recursos interpostos contra a prova discursiva. Local: Sala 608 do prédio-sede do TRT4
	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno para julgamento de IUJs, no Plenário
14	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno para julgamento de IUJs, no Plenário
15	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno para julgamento de IUJs, no Plenário
26	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário
26	Reunião com a Comissão Especial da Justiça do Trabalho – OAB/RS, no Gabinete da Presidência
27	Sessão de Identificação da Prova de Sentença do concurso para o provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto, com Divulgação das Notas, no Plenário do TRT
29	Sessão Extraordinária do Órgão Especial, no Plenário
30	Solenidade para assinatura do Convênio TRT nº 59/2016 – RGE – Combae ao trabalho infantil, no Salão Nobre da Presidência

Outubro	
03	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno
05 a 07	Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul, no Plenário do TRT4
10	2ª Reunião de Análise da Estratégia, no Salão Nobre da Presidência
17	Reunião com o Presidente da OAB/RS, Ricardo Ferreira Breier, no Gabinete da

Outubro	
	Presidência
19	Reunião com o Ministro Renato de Lacerda Paiva, no TST, em Brasília/DF
20 e 21	7ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
20	Solenidade de Abertura do 3º Seminário Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem. Local: TST – Brasília/DF
11	3º Seminário Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem. Local: TST – Brasília/DF
24	Ato de lançamento da exposição "Um mundo sem trabalho infantil". Local: Shopping Praia de Belas – 2º piso, em Porto Alegre/RS
28	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4

Novembro	
03	Sessão Extraordinária do Órgão Especial, no Salão Nobre da Presidência
06	Reunião Institucional com os Desembargadores, no Salão Nobre da Presidência
10	Evento comemorativo dos 10 anos da Escola Judicial, no Auditório Ruy Cirne Lima do Foro Trabalhista de Porto Alegre
16	Encontro da Presidente com os servidores que participaram da XV Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho. Local: Foyer do Plenário do TRT4
17	Posse dos Juízes Cássia Ortolan Grazziotin, Vinícius de Paula Löblein e Diogo Guerra, no Salão Nobre da Presidência
	Evento Comemorativo dos 10 anos da Escola Judicial, no Auditório Ruy Cirne Lima do Foro Trabalhista de Porto Alegre
18	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
21	Reunião com representantes do Sintrajufe, no Gabinete da Presidência
	Abertura da Exposição "Juízes Classistas Gaúchos: Origem e Trajetória", no saguão do prédio-sede do TRT4
23 e 24	8ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
24	Reunião com o Corregedor Geral da Justiça do Trabalho – Ministro Renato de Lacerda Paiva. Local: TST – Brasília/DF
	Seminário Comemorativo aos 75 anos da Justiça do Trabalho e dos 70 anos do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília/DF
25	Solenidade de homenagem aos servidores – entrega de distintivos por tempo de serviço – 15ª edição, no Plenário do TRT4
28	Ato Público em Defesa da Justiça do Trabalho, promovido pela Amatra IV, no Plenário do TRT

Dezembro	
01	Recepção aos atletas do TRT4 que participaram da XV Olimpíada da Justiça do Trabalho, no Salão Nobre da Presidência
02	Reunião Institucional com os Desembargadores do Tribunal, no Salão Nobre da Presidência
05 e 06	10º Encontro Nacional do Judiciário. Local: TSE, em Brasília/DF
06	Reunião com os diretores da Satergs e o Presidente da Agetra, no Gabinete da Presidência
12	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
13	Natal Solidário do TRT, no Foyer do Plenário do TRT4
	Solenidade de descerramento da placa que atribui o nome do "Juiz Lenir Heinen" ao Espaço Cultural do Foro Trabalhista de POA, na Galeria do prédio do Foro Trabalhista de Porto Alegre
14	Reunião com representantes do Sintrajufe, no Gabinete da Presidência
	Assinatura do Termo de Cooperação entre a EPTC e o TRT que institui o projeto "De Bike para o Trabalho", na Sala 506 A do prédio-sede do TRT4
	Posse da Juíza do Trabalho Angela Rosi Almeida Chapper como Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no Salão Nobre da Presidência
19	Solenidade de Posse de Juízes do Trabalho Substitutos – Concurso 2016: Caroline Bitencourt Colombo, Mariana Piccoli Lerina, Guilherme da Silva Gonçalves Cerqueira, Marines Denkievicz Tedesco Fraga, Mariana Vieira da Costa, Nikolai Nowosh, Bruno Feijó Siegmann e Igo Zany Nunes Corrêa. Local: Plenário do TRT4

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, COMITÊS, FÓRUNS, NÚCLEOS E GRUPOS

A Presidência esteve representada nos seguintes grupos de trabalho, fóruns, núcleos, comitês e comissões:

- **Comissão de Informática** (art. 211, § 1º, inciso IV e art. 227-A do Regimento Interno) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD** (art. 2º da RA nº 03/2003) – Kátia Viegas, Secretária-Geral da Presidência
- **Comissão de Gestão Socioambiental** (Portaria nº 1.997/2015) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Comissão de Gestão do Teletrabalho** (Portaria nº 5.791/2013) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência

- **Comissão de Negociação de Greve** (art. 1º da Portaria nº 1.462/2014) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente** (Portaria nº 3.484/2015) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Comissão especial para avaliar a veracidade da autodeclaração de candidatos negros nos concursos públicos do TRT4** (art. 2º da Portaria nº 6.438/2015) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Comissão de Adicional de Qualificação** (art. 14 da Portaria nº 6.113/2012) – Eduardo Munari Preto, Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica da Presidência
- **Comissão Permanente de Segurança** (art. 1º da Portaria nº 5.755/2011) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Comissão de Elaboração da Prova do Processo Seletivo de Estagiários do TRT da 4ª Região** (Portaria nº 5.521/2014) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Comissão de Movimentação de Servidores** (Portaria nº 2.866/2016) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência, e Kátia Viegas, Secretária-Geral da Presidência
- **Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão** (Portaria nº 4.699/2016, Resolução CNJ nº 230/2016) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Comitê Gestor do Programa de Gestão de Pessoas por Competências** (Portaria nº 3.764/2012) – Kátia Viegas, Secretária-Geral da Presidência
- **Comitê Gestor Regional do Sistema PJe-JT do TRT da 4ª Região** (Portaria nº 5.370/2012) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Comitê de Segurança da Informação** (art. 8º da Portaria nº 4.772/2008) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão** (Portaria nº 3.395/2014) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Comitê Gestor Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição** (Portaria Conjunta nº 6.028/2014) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde** (artigos 11 e 12 da Resolução CNJ nº 207/2015) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Conselho Consultivo do Memorial** (art. 4º da RA 05/2006) – Desembargadora Beatriz Renck, Presidente
- **Conselho Deliberativo da Femargs** (art. 15 do Estatuto da Femargs) – Desembargadora Beatriz Renck, Presidente
- **Conselho da Comenda do Mérito Judiciário do TRT da 4ª Região** (RA nº 42/2015 – Desembargadora Beatriz Renck, Presidente.
- **Núcleo de Cooperação Judiciária no Âmbito do TRT da 4ª Região** (art. 1º da Portaria nº 6.882/2012) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Núcleo de Apoio à Execução** (RA nº 24/2011 e Portaria nº 2.034/2014) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência

- **Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem** (Ato Conjunto nº TST.CSJT.GP.SG nº 21/2012) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista** – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-RS)** – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Grupo de Trabalho – Cadastro Eletrônico de Peritos** (Resolução CNJ nº 233/2015 e Portaria nº 4.314/2016) – Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Auxiliar da Presidência
- **Grupo Gestor Regional das Tabelas Processuais Unificadas** (Provimento Conjunto nº 02/2009, Portaria nº 1.093/2016) – Vera Regina Salimen Agrello, Assistente da Presidência

ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELA PRESIDÊNCIA

PROVIMENTOS

Provimento Conjunto nº 01/2016 – Regulamenta a utilização do módulo Cadastramento da Liquidação e Execução – CLE, disponível no PJe-JT, no âmbito do primeiro grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 02/2016 – Suspende os prazos processuais em andamento no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em decorrência do forte temporal que atingiu o Município de Porto Alegre.

Provimento Conjunto nº 03/2016 – Suspende o atendimento externo e as audiências no Prédio-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e no Foro Trabalhista de Porto Alegre, em decorrência do forte temporal que atingiu o Município.

Provimento Conjunto nº 04/2016 – Suspende os prazos processuais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em decorrência do forte temporal que atingiu o Município de Porto Alegre e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 05/2016 – Altera o Provimento Conjunto nº 13/2014, que regulamenta os procedimentos a serem adotados no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região em virtude da implantação do Sistema PJe-JT, revoga o Provimento Conjunto nº 11/2013 da Presidência e da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 06/2016 – Disciplina os procedimentos a serem adotados pelas Varas do Trabalho relativos à atuação da Seção de Perícias em processos que tramitam pelo Sistema PJe-JT.

Provimento Conjunto nº 07/2016 – Institui a Certidão Eletrônica de Feitos Trabalhistas no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, regulamenta sua execução e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 08/2016 – Revoga os Provimentos Conjuntos da Presidência e da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região nº 10/2011, 05/2012, 01/2014 e 03/2014.

Provimento Conjunto nº 09/2016 – Regulamenta a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, disciplina os procedimentos aplicáveis, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 10/2016 – Altera o Provimento Conjunto n° 01/2016, que regulamenta a utilização do módulo Cadastramento da Liquidação e Execução – CLE, disponível no Sistema PJe-JT, no âmbito do primeiro grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 11/2016 – Define os critérios para aferição de atraso reiterado na prolação de sentenças, para fins de pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição aos Juízes do Trabalho de 1º Grau de jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 12/2016 – Regulamenta a Semana Nacional da Execução Trabalhista no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, disciplina os procedimentos aplicáveis, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 13/2016 – Fixa a data do término da greve dos empregados em estabelecimentos bancários.

Provimento Conjunto nº 14/2016 – Disciplina a remessa, a digitalização e a distribuição no Sistema PJe-JT de processos físicos encaminhados ao Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região para julgamento de recursos e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 15/2016 – Dispõe sobre a fixação, a antecipação e o pagamento de honorários de perito, de tradutor e de intérprete no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, quando a parte sucumbente na pretensão objeto da perícia for beneficiária da justiça gratuita.

Provimento Conjunto nº 16/2016 – Revoga o Provimento Conjunto n° 11/2016, que define os critérios para aferição de atraso reiterado na prolação de sentenças, para fins de pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição aos Juízes do Trabalho de 1º Grau de jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

PRINCIPAIS PORTARIAS

Portaria nº 128/2016 – Institui o Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 272/2016 – Dispõe sobre a extinção do Núcleo Multidisciplinar de Capacitação.

Portaria nº 357/2016 – Altera a Portaria nº 2.148/2011, que institui a Comissão de Cultura do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 358/2016 – Altera a Portaria nº 5.370/2012, que cria o Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 392/2016 – Extingue o Comitê Orçamentário de 2º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 393/2016 – Prorroga o prazo concedido ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n° 4.518/2015 para apresentar proposta de atualização da Resolução Administrativa nº 04/2006, a qual dispõe sobre os critérios de aferição de merecimento para a promoção de magistrados.

Portaria nº 398/2016 – Altera a Portaria nº 2.700/2014, que institui a Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 743/2016 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 6.915/2012, o qual designa magistrados e servidores para atuarem como Gestores dos Sistemas de Informação.

Portaria nº 756/2016 – Dispõe sobre a extinção do Grupo Gestor do Sistema de Processos Administrativos Eletrônicos – ADMEletrônico.

Portaria nº 757/2016 – Dispõe sobre a extinção da Comissão Censitária no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 811/2016 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 1.462/2014, que instituiu a Comissão de Negociação de Greve no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 928/2016 – Altera o Anexo II da Portaria nº 5.415/2015, que dispõe sobre o Sistema de Gestão do Desempenho Funcional dos servidores ocupantes de cargo efetivo do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.007/2016 – Altera a Portaria nº 6.882/2012, que cria o Núcleo de Cooperação Judiciária no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.008/2016 – Altera a Portaria nº 2.029/2011, que cria o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.051/2016 – Altera a Portaria nº 5.755/2011, que institui a Comissão Permanente de Segurança no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 1.063/2016 – Dispõe sobre a extinção do Núcleo Multidisciplinar de Capacitação.

Portaria nº 1.093/2016 – Altera os integrantes do Grupo Gestor Regional das Tabelas Processuais Unificadas, instituído pelo Provimento Conjunto nº 02/2009, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 1.094/2016 – Altera os integrantes do Núcleo de Apoio à Execução do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, instituído pela Resolução Administrativa nº 24/2011.

Portaria nº 1.144/2016 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 8.755/2015, que institui o Comitê Gestor Regional do Sistema de Gestão Orçamentária SIGEO no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.297/2016 – Estabelece valor pecuniário mínimo a ser observado em todos os processos relacionados à apuração de infrações contratuais e/ou editalícias das quais possa resultar a cominação de multas administrativas moratórias e/ou compensatórias e dá outras providências.

Portaria nº 1.330/2016 – Institui Grupo de Trabalho para aprofundamento de estudo e apresentação de proposição relativa à implementação ou não de eleições diretas para os cargos da Administração deste Regional.

Portaria nº 1.331/2016 – Institui Grupo de Trabalho para estudar a aplicação do novo Código de Processo Civil no processo do trabalho.

Portaria nº 1.379/2016 – Altera a Portaria nº 1.698/2014, que regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, a Resolução CNJ nº 169/2013 e dispõe sobre a retenção de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas por este Tribunal para prestar serviços com mão de obra residente em suas dependências.

Portaria nº 1.489/2016 – Altera a Portaria n° 1.331/2016, que institui o Grupo de Trabalho para estudar a aplicação do novo Código de Processo Civil no processo do trabalho.

Portaria nº 1.512/2016 – Institui Grupo de Trabalho para apresentar diagnóstico sobre as adaptações necessárias no âmbito deste Regional para a transmissão de informações por meio do Sistema eSocial, instituído pelo Decreto nº 8.373/2014.

Portaria nº 1.534/2016 – Designa a Secretária da Comissão de Concurso para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.577/2016 – Aprova o manual de aplicação da marca da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.578/2016 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 3.484/2015, o qual elenca os integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.656/2016 – Constitui a Comissão de Recebimento Provisório de bens transferidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Portaria nº 1.680/2016 – Regulamenta o funcionamento das Comissões, Comitês, Núcleos e Grupos de Trabalho, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

Portaria nº 1.757/2016 – Institui o Comitê Regional do Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEP) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.846/2016 – Institui Grupo de Trabalho responsável pelo planejamento do XI Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul.

Portaria nº 1.848/2016 – Aprova o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – PLS-TRT4.

Portaria nº 2.016/2016 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 2.700/2014 a qual nomina os integrantes da Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 2.017/2016 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 5.370/2012 a qual nomina os integrantes do Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT.

Portaria nº 2.050/2016 – Inclui o Anexo 10 da Portaria nº 4.772/2008, a qual institui a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 2.052/2016 – Altera a Portaria nº 128/2016 que institui o Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 2.058/2016 – Institui o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 2.144/2016 – Designa os integrantes da Comissão de Elaboração da Prova do Processo Seletivo de Estagiários do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – RS.

Portaria nº 2.147/2016 – Altera a Portaria nº 5.755/2011, que institui a Comissão Permanente de Segurança no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 2.167/2016 – Prorroga o prazo concedido ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1.512/2016 para apresentação de diagnóstico sobre as adaptações necessárias no âmbito deste Tribunal para a transmissão de informações por meio do Sistema eSocial.

Portaria nº 2.207/2016 – Revoga a Portaria TRT4 nº 3.617/2001, que regulamenta a concessão, o gozo e o pagamento de férias aos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

Portaria nº 2.328/2016 – Institui Grupo de Trabalho para elaboração de estudo de reorganização da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 2.340/2016 – Institui o Processo de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações (Gestão de TIC) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 2.347/2016 – Institui o Macroprocesso de Gestão de Segurança da Informação e os Processos do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), de Elaboração e Revisão das Normas de Segurança da Informação e de Treinamento e Conscientização em Segurança da Informação, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 2.550/2016 – Altera a Portaria nº 3.484/2015, que institui a Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 2.628/2016 – Institui os Processos de Gerenciamento de Incidentes, de Gerenciamento de Problemas, de Mudanças e Liberações e de Gerenciamento do Catálogo de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 2.646/2016 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 1.997/2015, o qual elenca os integrantes da Comissão de Gestão Socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 2.647/2016 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 2.744/2002, o qual elenca os integrantes da Comissão de Acompanhamento dos Servidores com Deficiência no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 2.702/2016 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 6.915/2012, o qual designa magistrados e servidores para atuarem como Gestores dos Sistemas de Informação.

Portaria nº 2.703/2016 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 3.395/2014, que instituiu o Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 2.793/2016 – Indica magistrados para atuarem como gestores das metas nacionais, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2016, e estabelece as unidades responsáveis pela adoção de medidas para o cumprimento das metas.

Portaria nº 2.866/2016 – Dispõe sobre a instituição da Comissão de Movimentação de Servidores no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 3.156/2016 – Altera a Portaria nº 1.330/2016 que institui Grupo de Trabalho para aprofundamento de estudo e apresentação de proposição relativa à implementação ou não de eleições diretas para os cargos da Administração deste Regional.

Portaria nº 3.444/2016 – Designa o servidor João Henrique Carvalho de Lima Ribas, Analista Judiciário, Área Administrativa, para exercer as funções de Ordenador de Despesas.

Portaria nº 3.458/2016 – Institui Grupo de Trabalho para elaboração de estudo sobre as ações a serem tomadas pelo TRT da 4ª Região para o integral cumprimento da Resolução CNJ nº 215/2015.

Portaria nº 3.611/2016 – Altera a Portaria nº 3.458/2016, que instituiu Grupo de Trabalho para elaboração de estudo sobre as ações a serem tomadas pelo TRT da 4ª Região para o integral cumprimento da Resolução CNJ nº 215/2015.

Portaria nº 3.630/2016 – Altera o Anexo II da Portaria nº 6.113/2012, que regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, o Adicional de Qualificação de que trata a Lei n° 11.416/2006.

Portaria nº 3.809/2016 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 3.395/2014, que instituiu o Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 4.145/2016 – Altera o Anexo 4 da Portaria n° 4.772/2008, que institui a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 4.184/2016 – Prorroga o prazo concedido ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1.330/2016 para aprofundamento de estudo e apresentação de proposição relativa à implementação ou não de eleições diretas para os cargos da Administração deste Regional.

Portaria nº 4.224/2016 – Prorroga o prazo concedido ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 2.328/2016 para elaboração de estudo de reorganização da estrutura do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 4.258/2016 – Dispõe sobre o Processo Seletivo para Formação de Cadastro de Reserva para Remoção de Servidores no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 4.314/2016 – Institui Grupo de Trabalho para estudo e apresentação de proposição relativa à implementação do Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos – CPTEC – no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 4.331/2016 – Altera a Portaria nº 5.755/2011, que institui a Comissão Permanente de Segurança no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 4.650/2016 – Regulamenta o teletrabalho no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 4.651/2016 – Altera a Portaria nº 8.305/2015, que instituiu e uniformizou os procedimentos gerais de segurança institucional relativos ao controle de acesso e trânsito de pessoas, materiais e veículos, bem como ao acesso de pessoas portando arma de fogo ou objetos perigosos nas dependências da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 4.652/2016 – Prorroga o prazo concedido ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 3.458/2016 para elaboração de estudo sobre as ações a serem tomadas pelo TRT da 4ª Região para o integral cumprimento da Resolução CNJ nº 215/2015.

Portaria nº 4.699/2016 – Institui a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 4.777/2016 – Altera a Portaria Conjunta nº 6.028/2014, que constitui o Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e disciplina os processos de inscrição e eleição de seus membros.

Portaria nº 4.826/2016 – Institui a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 5.101/2016 – Dispõe sobre a concessão de distintivo por tempo de serviço aos magistrados ativos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 5.357/2016 – Prorroga o prazo concedido ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 4.314/2016 para estudo e apresentação de proposição relativa à implementação do Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos CPTEC – no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 5.471/2016 – Altera a Portaria nº 1.698/2014, que regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, a Resolução CNJ nº 169/2013 e dispõe sobre a retenção de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas por este Tribunal para prestar serviços com mão de obra residente em suas dependências.

Portaria nº 5.550/2016 – Cria e define o funcionamento do Núcleo Especializado de Proteção e Escolta – NEPE, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com a finalidade precípua de prestar proteção especial aos magistrados que, no exercício da atividade pública, estejam sujeitos a situações de risco.

Portaria nº 5.736/2016 – Atualiza o processo da fase de planejamento das contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 5.759/2016 – Institui o macroprocesso de Planejamento e Revisão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicações – Petic, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 5.942/2016 – Altera a Portaria nº 8.600/2015, para delegar competência para aplicação de sanções administrativas à Diretora-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 5.943/2016 – Regulamenta o procedimento de apuração da prática de descumprimento contratual por licitante ou contratado e a aplicação de penalidades no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 6.284/2016 – Prorroga o prazo concedido ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 3.458/2016 para elaboração de estudo sobre as ações a serem tomadas pelo TRT da 4ª Região para o integral cumprimento da Resolução CNJ nº 215/2015.

Portaria nº 6.285/2016 – Nomina os integrantes do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 6.307/2016 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 1.757/2016, que instituiu o Comitê Regional do Sistema de Gestão de Pessoas (Sigep).

Portaria nº 6.318/2016 – Altera a Portaria nº 4.370/2010, que disciplina a distribuição e utilização das linhas telefônicas celulares do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 6.371/2016 – Estabelece as diretrizes para a Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicações e institui o processo de Gestão de Configuração e Ativos de TIC no TRT da 4ª Região.

Portaria nº 6.405/2016 – Designa o Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz para exercer, sem prejuízo de suas atribuições normais, as funções de Ordenador de Despesas da Escola Judicial.

Portaria nº 6.406/2016 – Designa a Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez para exercer as funções de Ordenador de Despesas da Escola Judicial, nos impedimentos legais do titular.

Portaria nº 6.425/2016 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 2.029/2011, que instituiu o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 6.839/2016 – Institui o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e disciplina os processos de inscrição e eleição de seus membros.

Portaria nº 6.964/2016 – Altera as Portarias nº 5.759/2016, nº 2.340/2016, nº 5.736/2016, nº 7.965/2015, nº 2.347/2016 e nº 2.628/2016, quanto à periodicidade de revisão dos processos de trabalho para a área de tecnologia da informação.

Portaria nº 6.988/2016 – Dispõe sobre o plantão da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações para atendimento dos magistrados e das unidades judiciárias e dá outras providências.

Portaria nº 7.089/2016 – Prorroga a designação dos Juízes do Trabalho Luis Henrique Bisso Tatsch e Eduardo Batista Vargas para atuarem no Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios (JACEP).

Portaria nº 7.100/2016 – Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Licitações do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 7.205/2016 – Altera a Portaria nº 5.943, de 13 de outubro de 2016, para prever percentual específico de multa compensatória em contratações referentes a obras e serviços de engenharia.

Portaria nº 7.238/2016 – Altera os termos da Portaria nº 7.596/2014, para normatizar as atribuições da Coordenadoria de Implantação de Sistemas, vinculada à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, no âmbito do TRT 4ª Região.

Portaria nº 7.315/2016 – Designa servidores para constituírem a Comissão Permanente para Recebimento de Materiais no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 7.317/2016 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 2.148/2011, que institui a Comissão de Cultura do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 7.505/2016 – Prorroga o prazo concedido ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 3.458/2016 para elaboração de estudo sobre as ações a serem tomadas pelo TRT da 4ª Região para o integral cumprimento da Resolução CNJ nº 215/2015.

Portaria nº 7.530/2016 – Altera os Anexos I e II da Portaria n° 4.975/2012, que instituiu metodologia de gestão do portfólio de projetos e de gerenciamento de projetos de tecnologia da informação e comunicações.

Portaria nº 7.628/2016 – Altera a Portaria nº 4.772/2008, a qual institui a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

RECOMENDAÇÃO

Recomendação nº 01/2016 – Dispõe sobre as publicações, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), das notas de expediente elaboradas no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro pelas unidades judiciárias de primeiro e segundo graus do TRT da 4ª Região.

EDITAIS

Edital GP n° 01/2016 – Abertura de vaga, para fins de remoção, da titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Bagé.

Edital GP n° 02/2016 – Abertura de vaga para preenchimento mediante remoção da titularidade da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen.

Edital GP n° 03/2016 – Abertura de vaga, para fins de remoção, da titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Lajeado.

Edital GP n° 04/2016 – Abertura de vaga, para preenchimento mediante promoção pelo critério da antiguidade, da titularidade da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen.

Edital GP n° 05/2016 – Abertura de vaga, para fins de remoção, da titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga.

Edital GP n° 06/2016 – Abertura de processo de remoção destinado ao provimento de 02 cargos vagos de Juiz do Trabalho Substituto.

Edital GP n° 07/2016 – Abertura de vaga, para fins de remoção, da titularidade da 2ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul.

Edital GP n° 08/2016 – Abertura de vaga para preenchimento, por meio de promoção pelo critério do merecimento, da titularidade da 3ª Vara do Trabalho de Rio Grande.

Edital GP n° 09/2016 – Início do procedimento relativo ao pedido de permuta entre os Juízes do Trabalho Substitutos Nelsilene Leão de Carvalho Dupin (TRT4) e Tiago dos Santos Pinto da Motta (TRT3).

Edital GP n° 10/2016 – Abertura de vaga para preenchimento, por meio de promoção pelo critério da antiguidade, da titularidade da 3ª Vara do Trabalho de Erechim.

Edital GP n° 11/2016 – Abertura de vaga, para fins de remoção, da titularidade da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen.

Edital GP n° 12/2016 – Abertura de vaga, para fins de remoção, da titularidade da Vara do Trabalho de Alegrete.

Edital GP n° 13/2016 – Abertura de procedimento relativo ao pedido de permuta triangular entre os Juízes do Trabalho Substitutos Nelsilene Leão de Carvalho Dupin, integrante do quadro deste Tribunal Regional do Trabalho, Anderson Rico Moraes Nery, integrante do quadro do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) e Rafael Flach, integrante do quadro do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (Bahia).

Edital GP n° 14/2016 – Abertura de processo de inscrição de Magistrados interessados em concorrer, por eleição, a uma vaga prevista no art. 2°, inciso II, da Portaria Conjunta n° 6.028/2014, para o Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Edital GP n° 15/2016 – Abertura de processo de inscrição de Servidores interessados em concorrer, por eleição, a uma vaga prevista no art. 2°, inciso V, da Portaria Conjunta n° 6.028/2014, para o Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Edital GP n° 16/2016 – Abertura de processo de inscrição de Magistrados interessados em concorrer, por eleição, a uma vaga prevista no art. 2°, inciso II, da Portaria Conjunta n° 6.028/2014, para o Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Edital GP n° 17/2016 – Abertura de processo de inscrição de Servidores interessados em concorrer, por eleição, a uma vaga prevista no art. 2°, inciso IV, da Portaria Conjunta n° 6.028/2014, para o Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Edital GP n° 18/2016 – Abertura de vaga de um cargo de Juiz do Tribunal, para preenchimento, por meio de promoção pelo critério de merecimento, decorrente da aposentadoria do Desembargador Juraci Galvão Junior.

Edital GP n° 19/2016 – Abertura do processo de eleição direta de Magistrado para uma vaga no Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Edital GP n° 20/2016 – Abertura do processo de eleição direta de servidor para uma vaga no Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Edital GP n° 21/2016 – Abertura de vaga, para fins de remoção, da titularidade da 17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre.

Edital GP n° 22/2016 – Abertura de vaga, para fins de remoção, da titularidade da 20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre.

Edital GP n° 23/2016 – Abertura de vaga para preenchimento, mediante promoção pelo critério de antiguidade, da titularidade da 3ª Vara do Trabalho de Erechim.

Edital GP n° 24/2016 – Abertura de vaga para preenchimento, mediante promoção pelo critério do merecimento, da titularidade da 2ª Vara do Trabalho de Uruguaiana.

Edital GP n° 25/2016 – Abertura de vaga para preenchimento, mediante remoção, da titularidade da 2ª Vara do Trabalho de Pelotas.

Edital GP n° 26/2016 – Abertura de vaga para preenchimento, por meio de remoção, da titularidade da 2ª Vara do Trabalho de Bagé.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

A Secretaria-Geral da Presidência dirigiu, orientou e apoiou administrativamente os trabalhos do Gabinete da Presidência, por meio das seguintes atividades:

- Recebeu as correspondências endereçadas à Presidente do Tribunal, pelos Correios, por Malote Digital, por protocolo eletrônico, por e-mail e telegrama, bem como registrou essas ocorrências;
- Respondeu e/ou encaminhou aos setores competentes consultas e requerimentos recebidos na Presidência;
- Minutou ofícios e demais correspondências subscritas pela Presidente do Tribunal;
- Atendeu ao público interno e externo;
- Comunicou aos demais setores do Tribunal sobre os afastamentos da Presidente do Tribunal;
- Organizou e divulgou os plantões das áreas administrativa e judiciária nos feriados;
- Organizou a agenda da Presidente do Tribunal;
- Encaminhou informações aos setores interessados;
- Preparou os materiais das reuniões de que participou a Presidente do Tribunal.

- Preparou o material e a pauta da Presidência nas sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, bem como assessorou a Presidente nas matérias objeto das pautas da Corregedoria Regional e da Diretoria-Geral nessas sessões;
- Revisou as minutas das atas das sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial para assinatura da Presidente do Tribunal;
- Minutou despachos e decisões em processos administrativos;
- Organizou o material das reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho – Coleprecor;
- Acompanhou o trâmite de processos e projetos de lei de interesse do Tribunal;
- Promoveu o intercâmbio de informações entre os órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo;
- Organizou o relatório anual das atividades do Tribunal referentes ao ano de 2016, em observância ao art. 39, inc. XXVII, do Regimento Interno do Tribunal;
- Providenciou a designação de sessões do Órgão Especial para convocação de juízes para o Tribunal, em caso de aposentadoria ou convocação para o Tribunal Superior do Trabalho do Desembargador titular da cadeira, ou por outro motivo de afastamento superior a 30 dias;
- Atualizou o Portal de Comunicação Interna do Tribunal (Portal VOX) em relação às atas das Comissões Regimentais recebidas na Secretaria-Geral da Presidência;
- Manteve atualizado o *site* externo do Tribunal e o Portal VOX em relação à composição das Comissões, dos Comitês, dos Núcleos e de dados afins no âmbito do Tribunal, bem como os conteúdos do *site* cuja fonte da informação é a Secretaria-Geral da Presidência;
- Encaminhou os atos normativos expedidos pela Presidência aos setores competentes, para que providenciassem sua publicação nos veículos oficiais, bem como disponibilizou-os no *site* externo do Tribunal, para consulta;
- Manteve atualizadas as listas de distribuição (grupos de e-mail) dos grupos de trabalho, das comissões, dos comitês, dos núcleos e de afins, sob responsabilidade da Presidência.
- Providenciou passagens aéreas, reservas de hotéis e traslados referentes às viagens institucionais feitas pela Presidente;
- Controlou a marcação de reuniões no Salão Nobre da Presidência, efetuando os devidos registros.

ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

A Assessoria Jurídica da Presidência desenvolveu as seguintes atividades no ano de 2016:

- Prestou assessoramento direto à Presidente do Tribunal, quando solicitado;
- Participou de reuniões no âmbito do Tribunal e de outros órgãos/instituições para solução de impasses administrativos;

- Recebeu e encaminhou processos administrativos e judiciais físicos, bem como inseriu andamentos no sistema NovaJus4 em relação a esses processos e registrou seu movimento em tabela de controle interno;
- Minutou despachos em processos judiciais físicos e eletrônicos;
- Minutou votos nos agravos regimentais de competência da Presidente do Tribunal para serem julgados na sessão do Órgão Especial;
- Minutou sentenças de embargos à execução em Cartas de Ordem expedidas pelo Presidente do TST, nas quais foi delegada competência à Presidente do TRT da 4ª Região para processar execuções por quantia certa contra a Fazenda Pública propostas pela Associação Nacional dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho – Anajucla em face da União nos autos do Mandado de Segurança Coletivo nº TST-MS-737165-73.2001.5.55.5555;
- Minutou decisões em Processos Administrativos Disciplinares instaurados em face de servidores do Tribunal;
- Instaurou e acompanhou processos administrativos eletrônicos no âmbito do Tribunal, quando necessário;
- Minutou despachos, pareceres e decisões em processos administrativos físicos e eletrônicos, encaminhando-os às áreas responsáveis por seu prosseguimento;
- Aprovou atos normativos confeccionados por outras áreas do Tribunal, bem como editais, contratos e seus termos aditivos, termos de rescisão, convênios, termos de cooperação, termos de cessão de uso, termos de adesão e termos de cessão de direitos e obrigações, publicados e assinados, respectivamente, pelo Tribunal, na forma do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993;
- Verificou a regularidade de informações prestadas pelas áreas competentes do Tribunal acerca de requerimentos formulados pela Advocacia-Geral da União, a fim de instruir processos judiciais que envolvem o TRT da 4ª Região e/ou seus magistrados e servidores;
- Acompanhou o encaminhamento das auditorias no âmbito interno do Tribunal, por meio de expedientes eletrônicos instaurados no sistema ADMEletrônico;
- Consultou periodicamente o sistema PJe-CNJ, tomou ciência dos processos nos quais o Tribunal foi intimado, deu ciência às áreas competentes do Tribunal e encaminhou as respostas do Tribunal por meio do mesmo sistema;
- Minutou ofícios para assinatura da Presidente do Tribunal, quando solicitado;
- Elaborou minutas de atos normativos, quando requerido pela Presidente do Tribunal;
- Redigiu pareceres jurídicos quando solicitado pela Presidente ou por outras áreas do Tribunal;
- Desenvolveu pesquisas de cunho jurídico, quando houve demanda da Presidente ou de outras áreas do Tribunal;
- Prestou assessoramento na revisão das pautas de julgamento do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, bem como acompanhou as sessões de julgamento;
- Acompanhou o trâmite dos Incidentes de Uniformização de Jurisprudência (IUJs) e dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) no âmbito do TRT da 4ª Região;
- Administrou a caixa de correio eletrônico da Assessoria Jurídica;

- Respondeu a consultas recebidas por correio eletrônico.

SECRETARIA DE APOIO AOS MAGISTRADOS

Em 2016, a Secretaria de Apoio aos Magistrados – SAM tratou de:

- Assuntos referentes aos magistrados de primeiro grau do TRT4, em especial o cumprimento às determinações da Corregedora Regional quanto às designações dos Juízes do Trabalho Substitutos para atuação nas diversas unidades judiciárias da Região;
- Elaboração de pareceres referentes a matérias submetidas à sua apreciação, destacando-se, principalmente, em relação a férias, remoções, promoções, zoneamento/lotação, pedidos de afastamento, regimes de lotação, de Juiz Auxiliar e de exceção, entre outros;
- Elaboração de relatórios solicitados pela Corregedoria e Vice-Corregedoria Regional para realização de inspeção correcional;
- Elaboração de relatórios destinados ao pagamento da Gratificação de Exercício Cumulativo de Jurisdição – GECJ aos juízes de 1º Grau;
- Elaboração semestral da Escala de Férias dos magistrados de primeiro grau, a ser submetida à deliberação da Corregedora Regional;
- Elaboração de portarias relacionadas aos magistrados de primeiro grau (designações de Juízes Substitutos, concessão de férias, concessão de diárias, redistribuição de processos, zoneamento e lotação de Juízes Substitutos, remoções de Juízes Titulares, etc.);
- Autuação de Processos Administrativos Eletrônicos dentro do sistema ADMEletrônico com inclusão de pedidos, informações e portarias;
- Lançamento no sistema informatizado das designações dos Juízes do Trabalho Substitutos, gerando o pagamento de substituição e das férias no sistema de folha de pagamento da Secretaria de Orçamento e Finanças;
- Lançamento e controle das substituições de magistrados nas diversas Unidades Judiciárias;
- Serviço de apoio aos magistrados de primeiro grau na elaboração de ofícios, requerimentos, recebimento e expedição de processos, etc.;
- Cadastro de juízes de 1º Grau no Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT.

Além dessas, a SAM exerceu outras atividades, as quais podem ser resumidas nos seguintes dados:

Confecção de carteiras de identidade de Magistrados	37
Correspondências expedidas via e-mail	7.388
Correspondências recebidas via e-mail	8.795
Propostas de concessão de diárias recebidas	598
Informações em processos administrativos	231

Portarias expedidas	3.534
Processos recebidos ou expedidos (Varas do Trabalho da Capital e do Interior)	5.682
Processos redistribuídos	374
Editais expedidos	23
Protocolo	33
Relatório de Atuação de Juízes para Inspeções Correicionais	138

ABERTURA DE PROCESSOS DE PROMOÇÃO DE JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS		
VARA DO TRABALHO	**DATA**	**JUIZ PROMOVIDO**
VT de Frederico Westphalen	1º.04.2016	Eliane Covolo Melgarejo
3ª VT de Rio Grande	1º.06.2016	Giovani Martins de Oliveira
3ª VT de Erechim	16.12.2016	Paula Silva Rovani Weiler
2ª VT de Uruguaiana	16.12.2016	Rita Volpato Bischoff
2ª VT de Bagé	16.12.2016	Almiro Eduardo de Almeida

ABERTURA DE PROCESSOS DE REMOÇÃO DE JUÍZES TITULARES DE VT		
VARA DO TRABALHO	**DATA**	**JUIZ REMOVIDO**
1ª VT de Bagé	03.02.2016	Rozi Engelke
1ª VT de Lajeado	28.03.2016	Maurício Machado Marca
VT de Montenegro	28.03.2016	Lina Gorczevski
1ª VT de Bento Gonçalves	28.03.2016	Graciela Maffei
1ª VT de Sapiranga	18.04.2016	Patrícia Helena Alves de Souza
2ª VT de Lajeado	18.04.2016	Raquel Hochmann de Freitas
3ª VT de Passo Fundo	18.04.2016	Rozi Engelke
Alegrete	18.04.2016	José Cesário Figueiredo Teixeira
4ª VT de Porto Alegre	18.04.2016	Valdete Souto Severo
1ª VT de São Leopoldo	18.04.2016	Cristina Bastiani
2ª VT de Sapiranga	18.04.2016	Carolina Santos Costa
2ª VT de Santa Cruz do Sul	09.05.2016	Marcelo Bergmann Hentschke
1ª VT de Bagé	23.05.2016	Eliane Covolo Melgarejo
20ª VT de Porto Alegre	21.11.2016	Claudio Scandolara
17ª VT de Porto Alegre	21.11.2016	Rosemarie Teixeira Siegmann
VT de Santiago	21.11.2016	Marco Aurélio Barcellos Carneiro
2ª VT de Santa Maria	21.11.2016	Fernando Formolo
VT de Alegrete	21.11.2016	Fabiana Gallon
2ª VT de Pelotas	14.12.2016	Cacilda Ribeiro Isaacsson
VT de Arroio Grande	14.12.2016	Luis Carlos Pinto Gastal

ABERTURA DE PROCESSOS DE REMOÇÃO DE JUÍZES TITULARES DE VT		
VARA DO TRABALHO	**DATA**	**JUIZ REMOVIDO**
1ª VT de Pelotas	14.12.2016	Daniel de Sousa Voltan
VT de Santa Vitória do Palmar	14.12.2016	Joe Ernando Deszuta
2ª VT de Gramado	14.12.2016	Paulo André de França Cordovil
2ª VT de Novo Hamburgo	14.12.2016	Alexandre Schuh Lunardi
3ª VT de Novo Hamburgo	14.12.2016	André Vasconcellos Vieira

ABERTURA DE PROCESSOS DE LOTAÇÃO DE JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS		
VARA DO TRABALHO	**DATA**	**JUIZ**
22ª VT de Porto Alegre	25.01.2016	Tiago Mallmann Sulzbach
24ª VT de Porto Alegre	10.02.2016	Maria Cristina Santos Perez
2ª VT de Caxias do Sul	15.02.2016	Gustavo Friedrich Trierweiler
12ª VT de Porto Alegre	10.03.2016	Gustavo Jaques
3ª VT de Caxias do Sul	14.03.2016	Milena Ody

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, DADOS ESTATÍSTICOS E APOIO ÀS AÇÕES INSTITUCIONAIS – AGE

1. Organograma, normas e atividades

A Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais é subordinada à Secretaria-Geral da Presidência, consoante disposto no parágrafo único do art. 237, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e foi instituída pela Portaria nº 2.404/2014. É regulada pelos artigos 8º e 9º, do Regulamento Geral do Tribunal. A Assessoria tem por atribuições:

- Elaborar, acompanhar e revisar o Plano Estratégico Institucional;
- Acompanhar e avaliar o cumprimento das metas do Plano Estratégico Institucional;
- Apoiar o planejamento e o acompanhamento de ações para o cumprimento das metas estratégicas estabelecidas para a Justiça do Trabalho e para o Poder Judiciário;
- Assegurar o alinhamento das unidades de apoio, especialmente das áreas de orçamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação e comunicações, à estratégia;
- Monitorar os projetos estratégicos;
- Definir e atualizar as diretrizes para o gerenciamento de projetos;

- Monitorar a execução dos projetos, propondo ações corretivas em caso de desvio do planejado;
- Fomentar o uso da Metodologia de Projetos pelas demais áreas que desenvolvam projetos táticos ou operacionais;
- Prestar suporte aos patrocinadores, aos gerentes e às equipes em relação à gestão de projetos e ao uso da Metodologia de Projetos;
- Promover, em conjunto com a área de capacitação do Tribunal, treinamentos para o desenvolvimento de competências necessárias ao gerenciamento de projetos;
- Prestar suporte quanto ao uso do sistema informatizado de acompanhamento dos projetos;
- Consolidar informações sobre os projetos estratégicos e reportá-las ao Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal;
- Comunicar o desenvolvimento dos projetos e garantir a disponibilização das informações sobre o seu andamento e desempenho às partes interessadas;
- Elaborar, divulgar e manter atualizados indicadores e dados estatísticos do Tribunal;
- Elaborar relatórios e estudos de acompanhamento e projeções de dados estatísticos periodicamente;
- Informar, periodicamente, dados para o sistema de estatística do Poder Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (Justiça em Números e Metas Nacionais) e para o Sistema de Gestão Estratégica (Sigest) do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Indicadores do Plano Estratégico, Metas Nacionais e Metas Específicas);
- Elaborar materiais de apoio, tais como pesquisas, gráficos e demonstrativos, que permitam subsidiar os processos de tomada de decisão no Tribunal;
- Prestar apoio às comissões, aos comitês, aos grupos de trabalho, aos programas e às demais ações institucionais, como determinado pela Presidência do Tribunal;
- Apoiar tecnicamente o mapeamento de processos de diversas áreas do Tribunal.

2. Gestão Estratégica

2.1 Aprovação do Plano Estratégico 2015 – 2020

O Plano Estratégico vigente abrange o período de 2015 a 2020 e é revisto a cada dois anos, por ocasião da troca da Administração, com o objetivo de ajustá-lo às prioridades da Administração recém-empossada. A primeira revisão do Plano Estratégico 2015-2020 ocorreu no período de janeiro a abril de 2016. A principal alteração efetuada relacionou-se às metas, que passaram a ser idênticas às dos Conselhos (CSJT e do CNJ). Outra alteração relevante foi feita no portfólio de projetos estratégicos, adequando-o às restrições orçamentárias enfrentadas pela Justiça do Trabalho em 2016. A versão revisada do Plano foi aprovada por meio da Resolução Administrativa nº 18/2016.

No segundo semestre de 2016, por determinação do CNJ, foi promovido processo participativo a fim de consultar magistrados, servidores e, a critério de cada Tribunal, o público externo em relação às metas para 2017. No TRT4, foi aberto período para consulta a magistrados

e servidores em relação às metas propostas pelo CNJ. Houve a participação de mais de trezentas pessoas, que se manifestaram concordando com as metas ou propondo alterações. As sugestões foram compiladas, analisadas e levadas ao Comitê de Gestão Estratégica, que elaborou proposta representando a opinião do TRT4 para as Metas Nacionais. Essa proposta foi debatida com os demais Tribunais de Grande Porte em videoconferência coordenada pelo TRT4. Uma segunda videoconferência, coordenada pelo CSJT, reuniu representantes dos tribunais dos três portes para a elaboração de proposta representativa da Justiça do Trabalho. A proposta da Justiça do Trabalho, encaminhada ao CNJ, foi utilizada como uma das referências na discussão da proposta de Metas Nacionais para 2017.

2.2 Reuniões de Análise da Estratégia

A AGE organiza e dirige as Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs, cujo objetivo é apresentar o andamento da estratégia e discutir o desempenho do TRT4 nas Metas Nacionais, da JT e do TRT4, e a situação dos projetos estratégicos. Participam das reuniões os membros do Comitê de Gestão Estratégica.

Em 2016, as RAEs ocorreram nos meses de abril e outubro. A reunião agendada para dezembro foi cancelada em decorrência de demandas da reunião anterior não atendidas integralmente e do volume insuficiente de matérias relevantes para a realização de nova reunião.

Na RAE de abril, deliberou-se sobre a revisão do Plano Estratégico. As alterações propostas pela AGE foram apresentadas ao Comitê de Gestão Estratégica, que decidiu sobre o acréscimo de indicadores, a adequação das metas de forma a deixá-las coincidentes com as dos Conselhos e a priorização de iniciativas para o ano em curso face à limitação de recursos financeiros e humanos disponíveis.

Na RAE de outubro, foi apresentado o desempenho do TRT4 em todas as metas constantes do Plano Estratégico. Ainda que os resultados não tenham sido satisfatórios, o Comitê decidiu que não seriam tomadas atitudes incisivas em relação ao cumprimento das metas, diante da dificuldade de nomeação de servidores e magistrados e do corte orçamentário, o que sobrecarregou a estrutura existente.

2.3 Monitoramento dos indicadores

A AGE é responsável pelo acompanhamento do desempenho dos indicadores e das metas que constam no Plano Estratégico Institucional, por atualizar os dados no sistema Sigest (gerenciado pelo CSJT) e por reportar o desempenho dos indicadores e das metas nas Reuniões de Análise da Estratégia. A inserção de dados no sistema e a análise das informações é feita mensalmente.

2.4 Monitoramento dos Projetos Estratégicos e das Ações Setoriais

O monitoramento dos projetos pela AGE implica na participação em reuniões com o gerente do projeto e sua equipe, o apoio metodológico em gerenciamento de projetos, a elaboração de relatórios de monitoramento e a atualização do Sigest.

Os projetos estratégicos monitorados em 2016 foram:

- Agilização dos Julgamentos (1º Grau);

- Digitalização de Autos;
- Grandes Litigantes e Demandas Repetitivas;
- Mapeamento do Desempenho das Unidades Judiciárias de 1º Grau;
- Qualificação de Gestores (1º Grau);
- Qualificação de Servidores (1º Grau);
- Reorganização do Trabalho nas Unidades Judiciárias de 1° Grau;
- Sistema de Governança.

Além do monitoramento, alguns projetos estratégicos são gerenciados diretamente por servidores da AGE. Em 2016, os projetos que estiveram nessa condição foram o "Qualificação de Servidores (piloto – turma 1)" e "Grandes Litigantes e Demandas Repetitivas". Na condição de gerente, cabe à AGE tanto planejar, quanto viabilizar a execução do projeto, com o apoio da equipe.

O Plano Estratégico previu, ainda, a execução de algumas ações setoriais, de responsabilidade de áreas específicas, conforme o tema. As ações setoriais não seguem, obrigatoriamente, a metodologia de gerenciamento de projetos. A AGE consolida as informações recebidas das áreas responsáveis e repassa ao Comitê de Gestão Estratégica.

As ações setoriais executadas e monitoradas em 2016 foram:

- Equidade de Gênero;
- Divulgação de Informações sobre Direitos dos Trabalhadores e Funcionamento da Justiça do Trabalho;
- Plano Geral de Aquisições.

2.5 Participação na Rede de Governança Colaborativa (CNJ)

A Portaria nº 138/2013, do Conselho Nacional de Justiça, instituiu a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, na qual atuaram como representantes do TRT4 a Juíza Auxiliar da Presidência, Andréa Saint Pastous Nocchi, e a Assessora-chefe da AGE, Carolina da Silva Ferreira. A Rede de Governança Colaborativa é subdivida nos segmentos da Justiça e, no caso da Justiça do Trabalho, os Tribunais estão divididos, de acordo com o porte, em subcomitês. O TRT4 figura entre os Tribunais de Grande Porte, acompanhado dos Tribunais da 1ª (RJ), 2ª (SP), 3ª (MG) e 15ª (Campinas) Regiões. Os representantes do TRT4 coordenam o Subcomitê dos Tribunais de Grande Porte. O apoio a esse Subcomitê é prestado pela AGE.

Os representantes da Rede de Governança Colaborativa participam das reuniões preparatórias para os Encontros Nacionais do Judiciário. Nos Encontros, promovidos pelo CNJ, são apresentadas aos segmentos da Justiça as metas para o ano seguinte. Os Encontros Nacionais são precedidos de videoconferências e reuniões preparatórias, onde são debatidas propostas de metas específicas e discutidos temas de relevância para a gestão estratégica da Justiça do Trabalho. Adicionalmente às reuniões e aos encontros que demandam a participação dos representantes do TRT4, a AGE atua ao longo do ano gerenciando as comunicações e a troca de informações em seu Subcomitê e deste com o CSJT e CNJ, sobre os assuntos que envolvem a Rede de Governança Colaborativa, entre eles a elaboração e as

revisões do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e a análise e as definições para o CNJ quanto às Metas Nacionais.

Em 2016, o CSJT publicou o Ato nº 109/CSJT.GP.SG, de 10 de maio, que dispõe sobre a composição do Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho. O ato designa apenas servidores como representantes de Subcomitês, permanecendo a representação do Juiz Auxiliar na Rede de Governança Colaborativa do CNJ.

3. Dados Estatísticos

3.1 Relatórios e Sistemas

A Assessoria de Gestão Estratégica elabora, mensalmente, o Informativo Mensal do Tribunal, com informações referentes ao movimento processual do 2º Grau. Este relatório é disponibilizado na Intranet. O informativo fornece uma visão global da movimentação processual na área judiciária, auxiliando no planejamento, na gestão estratégica e nas tomadas de decisões que visem a melhorar e agilizar a prestação jurisdicional.

Os dados do Módulo de Produtividade do Justiça em Números são remetidos ao Conselho Nacional de Justiça, também mensalmente, via sistema. O Módulo abrange a produtividade de 1º e 2º graus e contém quatro rotinas (passos): inclusão e atualização de serventias, cadastro de magistrados, produtividade das serventias e produtividade dos magistrados.

O Relatório Justiça em Números, encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça nos meses de fevereiro e agosto de cada ano, apresenta informações tanto da área judiciária como da administrativa e abrange o 1º e 2º graus de jurisdição, com dados acumulados dos indicadores processuais mensais e saldos obtidos no final do período. Os indicadores obtidos por meio do Relatório, que é confeccionado por todos os Tribunais do País, permitem uma visão panorâmica do Poder Judiciário Brasileiro.

Os dados encaminhados pela Assessoria de Gestão Estratégica em fevereiro referem-se à área administrativa do ano anterior (recursos humanos, orçamento) e à área judiciária (movimentação processual) do 2º semestre do ano anterior. A segunda remessa, enviada no mês de agosto, contempla dados da área judiciária (movimentação processual) do 1º semestre do ano.

As tabelas da transparência são atualizadas e disponibilizadas na internet, no *site* do Tribunal, pela AGE, mensalmente, de acordo com o Provimento CGJT nº 01/2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação, em local de destaque, dos relatórios de produção das varas do trabalho, dos tribunais regionais e dos magistrados de 1º e de 2º graus nos *sites* dos Tribunais Regionais do Trabalho.

3.2 Boletim Estatístico do JACEP

A Assessoria de Gestão Estratégica gerencia o projeto que cria e sistematiza o Boletim Estatístico do JACEP, reunindo os dados e resultados das três seções que o compõem: Seção de Precatórios, Seção de Conciliação e Seção de Execução e Pesquisa Patrimonial. O projeto está documentado no PA nº 0005555-06.2016.5.04.0000.

O trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2016 consistiu na reunião de informações acerca dos dados a serem divulgados e na definição do formato de divulgação. As próximas

etapas serão a sistematização das informações e a programação dos relatórios pela Setic – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal.

A AGE secretariou as reuniões do projeto ocorridas em 20 de julho, 10 de agosto e 12 de setembro.

3.3 Outras atividades

- Acompanhar e prestar apoio ao Grupo Gestor Regional do e-Gestão, bem como secretariar as reuniões, confeccionar as atas e auxiliar nas tarefas determinadas pelo Grupo;
- Criação da página Dados Estatísticos no Portal VOX. As informações contidas na página abrangem os casos novos, pendentes e baixados referentes ao último triênio;
- Selo Justiça em Números: Em 2016, o TRT4 concorreu pela primeira vez ao Selo Justiça em Números, tendo sido agraciado com o Selo Diamante. A distinção é entregue pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em reconhecimento aos Tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais. Nesse contexto, coube à Assessoria de Gestão Estratégica, incumbida pela Administração do Tribunal, a inscrição, o gerenciamento, a organização, a compilação de dados e a distribuição das tarefas atinentes ao Selo Justiça em Números 2016;
- Elaboração de estudo referente à Resolução CNJ nº 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de 1º e de 2º graus. O estudo compreendeu esclarecimentos referentes ao glossário, cálculos, resultados, medidas para implementação e elaboração de plano de ação, de acordo com solicitação do Conselho Nacional de Justiça;
- Em atendimento ao disposto nas Resoluções CNJ nº 207/2015 e CSJT nº 141/2014, que tratam da saúde ocupacional e de prevenção de riscos e doenças relacionados ao trabalho no âmbito da Justiça do Trabalho, coube à AGE a inserção dos dados do TRT4 no sistema do Conselho Nacional de Justiça e a elaboração de relatório para o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ambos anualmente;
- Participação na Semana Nacional de Conciliação Trabalhista, cabendo à AGE o gerenciamento, a organização das informações e o lançamento dos dados no sistema do TST;
- Colaboração na construção dos Indicadores Módulo de Gestão de Desempenho da Corregedoria, parte do projeto estratégico “Assessoramento aos Gestores do Primeiro Grau”;
- Consultoria para futura elaboração de indicadores para a Setic (projeto ainda em desenvolvimento);
- Atendimento de demandas diversas de setores do Tribunal e do público externo.

3.4 Acompanhamento das metas nacionais do Poder Judiciário

A Assessoria de Gestão Estratégica é responsável pela informação das metas nacionais do Poder Judiciário e das específicas da Justiça Trabalho, no âmbito do TRT4, compilando em relatório mensal o desempenho do Tribunal. Os relatórios são divulgados no Portal da Gestão

Estratégica (Internet e Intranet). É responsabilidade da Assessoria a inserção dos dados no sistema do CNJ (metas nacionais) e no sistema do CSJT – Sigest (metas específicas da Justiça do Trabalho).

3.5 Dados do Planejamento Estratégico

A Assessoria de Gestão Estratégica é responsável pela inserção dos dados referentes aos indicadores do plano estratégico no Sigest (Sistema de Gestão Estratégica).

3.6 Implementação das Metas de 2º Grau no BI – *Business Intelligence*

Em 2016, foram adicionadas tabelas das Metas Nacionais de 2º Grau para extração no ambiente BI – *Business Intelligence*, o que já ocorria com as metas de 1º Grau.

4. Apoio às Ações Institucionais

O Apoio às Ações Institucionais consiste na operacionalização permanente do trabalho das Comissões, dos Comitês, dos Grupos de Trabalho, dos Núcleos, dos Fóruns e dos Programas elencados na Portaria TRT4 nº 2.404/2014, bem como de ações pontuais de assessoramento, conforme determinação da Presidência.

4.1 Comissão do concurso público para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região

Atos normativos: Resoluções Administrativas nºs 49/2015, 51/2015 e 36/2016 e Portaria nº 1.534/2016.

Trabalho desenvolvido: a Comissão atuou entre os meses de março e dezembro conduzindo a execução do concurso público para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto. Em consequência do apoio institucional de responsabilidade da AGE, foi determinado pela Administração que a Secretaria do Concurso tivesse todas as suas atividades desempenhadas pela AGE.

O registro das atividades desta Comissão, bem como o da Secretaria do Concurso constam do PA nº 0006719-40.2015.5.04.0000.

4.2 Comissão de Regimento Interno

Ato Normativo: Art. 215 do Regimento Interno do TRT4.

Trabalho desenvolvido: É responsável pelo estudo e encaminhamento de propostas de alterações regimentais. Em 2016, a Comissão de Regimento Interno integrou o Grupo de Trabalho constituído pela Portaria TRT4 nº 1.330/2016, criado com o objetivo de aprofundamento de estudo e apresentação de proposição relativa à implementação, ou não, de eleições diretas para os cargos da Administração deste Tribunal. O estudo implementadoresultou na apresentação de proposta de alteração do art. 16 do Regimento Interno, levada à apreciação do Tribunal Pleno em sessão realizada no dia 12 de ezembro, quando ocorreu pedido de vista.A AGE assessorou o trabalho da Comissão durante o ano de 2016 na elaboração de pesquisas jurídicas e de materiais que subsidiaram as propostas de alterações regimentais encaminhadas à apreciação superior, no

registro em expediente eletrônico do trabalho desenvolvido, além de secretariar a reunião ocorrida no dia 5 de maio.

4.3 Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico

Ato Normativo: Art. 218 do Regimento Interno

Trabalho desenvolvido: As atribuições da Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico estão definidas no art. 218 do Regimento Interno do TRT4.

A Comissão analisou o expediente administrativo nº 0006622-11.2013.5.04.0000, que contém a proposta da criação do cargo de Vice-Presidente Administrativo, deliberando pelo envio do expediente à Presidência, a quem cabe a análise da oportunidade e conveniência de encaminhamento da proposta. Pontuou, ainda, alguns temas relevantes para acompanhamento dos desdobramentos do assunto no âmbito deste Regional.

A AGE secretariou as reuniões da Comissão ocorridas em 10 e 16 de março.

4.4 Comissão de Jurisprudência

Atos Normativos: Art. 220 do Regimento Interno e Resolução Administrativa nº 24/2015.

Trabalho desenvolvido: A Comissão é responsável pela edição e revisão de súmulas e/ou teses jurídicas prevalecentes.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão de Jurisprudência durante o ano de 2016, secretariando as reuniões e aquelas com a participação de entidades representativas da advocacia que antecedem às sessões de julgamento dos incidentes de uniformização de jurisprudência (IUJs). Gerenciou a tramitação desses incidentes, no âmbito da Comissão, até a apreciação pelo Tribunal Pleno. Efetuou consulta prévia a todos os Desembargadores e Juízes do primeiro grau sobre as propostas de novas súmulas, submetendo seu resultado à apreciação dos integrantes da Comissão.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 18 de janeiro, 11 de março, 1º e 18 de abril, 12 de maio, 3 de junho, 8 de julho, 19, 26 e 31 de agosto, 24 de outubro, 11 e 21 de novembro e 16 de novembro.

4.5 Comissão de Informática

Atos Normativos: art. 211, §1º, inc. IV do Regimento Interno e Portaria Conjunta nº 8.875/2015.

Trabalho desenvolvido: As atribuições da Comissão de Informática estão definidas no art. 227-A do Regimento Interno. Dentre os temas tratados pela Comissão ao longo do ano de 2016 estão: a) a revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) para sua adequação ao corte orçamentário imposto à Justiça do Trabalho; b) a execução do orçamento de TIC; c) ações de TIC que necessitam da aprovação da Comissão; e d) deliberação sobre análise do rompimento do anel de fibra ótica.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão de Informática durante o ano de 2016 e secretariou as reuniões ocorridas em 12 de fevereiro, 7 de abril, 15 de julho e 15 de setembro.

4.6. Comissão de Gestão Socioambiental - Cogeso

Atos Normativos: Portaria nº 2.646/2016, que altera a composição da Comissão, e Portaria nº 1.848/2016, que aprova o Plano de Logística Sustentável – PLS-TRT4. (Atos anteriores: Portarias nº 1.669/2010, nº 301/2014, nº 2.938/2014, nº 1.997/2015 e nº 5.299/2015).

Trabalho desenvolvido: As atribuições da Cogeso estão definidas no art. 2º da Portaria nº 1.997/2015. Em 2016, a Cogeso atuou como gestora do Plano de Logística Sustentável, instituído pela Resolução CNJ nº 201/2015 e aprovado pela Portaria nº 1.848/2016.

A Cogeso promoveu diversas campanhas de recolhimento de resíduos eletrônicos, distribuição de mudas de plantas e outras.

Participou da VII Semana do Meio Ambiente, em 9 de junho, quando ocorreu a renovação do Termo de Cooperação do GISA, do qual o Tribunal é integrante, representado pela Diretoria-Geral do TRT4, a quem compete as atribuições de Unidade Socioambiental.

Promoveu a instalação da Sala de Amamentação, no prédio das Varas do Trabalho, inaugurada em maio, e, em parceria com o Sintrajufe/RS e a Amatra IV, a Campanha do Agasalho. Promoveu também a participação do Tribunal no Projeto Tampart, do artista Ubiratan Fernandes, que envolve a coleta de tampinhas descartadas.

A partir de iniciativa da Cogeso, foram efetuadas melhorias nas instalações utilizadas pelos trabalhadores terceirizados do Tribunal.

A Comissão submeteu, ainda, à Presidência do Tribunal o Projeto “De Bike para o Trabalho”, aprovado e já em andamento. O projeto visa a estimular o uso de meios alternativos de transporte, sem emissão de gases poluentes e que proporcionem benefício à saúde e à qualidade de vida de todos.

Em 2016, a AGE deu sequência ao assessoramento à Diretoria-Geral na conclusão do Plano de Logística Sustentável, assessorou a Comissão na autuação do processo administrativo que trata do Projeto “De Bike para o Trabalho” e secretariou as reuniões ocorridas nos dias 28 de março, 17 de maio, 20 de junho e 6 de setembro, além da reunião do Projeto “de Bike para o Trabalho” realizada em 31 de agosto.

4.7. Comissão de Gestão do Teletrabalho

Ato Normativo: Portaria TRT4 nº 4.650/2016.

Trabalho desenvolvido: A Comissão emitiu parecer sobre o requerimento de ampliação do percentual de servidores lotados na Assessoria de Recurso de Revista em regime de teletrabalho, registrado no PA nº 0003649-78.2016.5.04.0000. Aprovou a minuta de regulamentação do teletrabalho. Gestionou, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, a utilização de equipamentos do Tribunal por servidores em teletrabalho. Emitiu parecer sobre as adaptações realizadas na regulamentação do Tribunal sobre o teletrabalho, a partir da edição da Resolução CNJ nº 227/2016, o que resultou na edição da Portaria TRT 4 nº 4.650/2016. Emitiu pareceres sobre requerimentos de servidores em teletrabalho para a utilização de computadores do Tribunal. Aprovou a cartilha elaborada pela Coordenadoria de Saúde, contendo orientações sobre aspectos ergonômicos a serem observados pelos servidores em teletrabalho.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão no encaminhamento das demandas aos setores competentes e no registro em expediente eletrônico do trabalho desenvolvido, bem como secretariou a reunião ocorrida em 5 de julho.

4.8. Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente

Atos Normativos: Portarias nºs 3.484/2015, 6.486/2015, 1.578/2016 e 2.550/2016.

De janeiro a abril, a Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente foi coordenada pela Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova, tendo sido realizadas, também, as seguintes ações:

04.04.2016: reunião para organização de seminário sobre a erradicação do trabalho infantil em comunidades produtoras de tabaco.

A partir de abril de 2016, a Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente passou a ser coordenada pela Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez, tendo sido realizadas, ainda, as seguintes ações:

13.06.2016: ações de divulgação e esclarecimento sobre o combate ao trabalho infantil, realizadas em conjunto à 32ª Maratona de Porto Alegre e, após o evento, no Parque Farroupilha;

20.06.2016: reunião para organização do seminário ARISE – Trabalho Infantil: Realidades e Superações;

09.08.2016: reunião ordinária para organização do seminário ARISE – Trabalho Infantil: Realidades e Superações;

2º semestre: ação orçamentária "Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem", incluindo confecção de uniformes e mochilas para o Projeto Pescar, “pins” personalizados e cartilhas.

Entre as atividades relacionadas à Comissão está a participação na Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae. Para 2017, a programação de reuniões ordinárias da Conatrae e também da Semana Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo estão assim definidas:

- 1ª reunião ordinária: 14 de fevereiro;
- 2ª reunião ordinária: 28 de março;
- 3ª reunião ordinária: 16 de maio;
- 4ª reunião ordinária: 27 de junho (terça-feira);
- 5ª reunião ordinária: 8 de agosto (terça-feira);
- 6ª reunião ordinária: 13 de setembro (quarta-feira);
- 7ª reunião ordinária: 31 de outubro (terça-feira);
- 8ª reunião ordinária: 12 de dezembro (terça-feira);
- Reunião itinerante sediada no Rio Grande do Sul, sem datas definidas;
- Semana Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, de 23 a 27 de janeiro.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente durante o ano de 2016 no encaminhamento das demandas aos setores competentes e registro em expediente eletrônico do trabalho desenvolvido. Também secretariou as reuniões ocorridas em 18 de janeiro, 4 de abril, 18 de abril, 10 de junho, 20 de junho, 9 de agosto e 4 de outubro.

4.9 Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

Atos Normativos: Portaria nº 398/2016, que altera a Portaria nº 2.700/2014, e Portaria nº 2.016/2016, que altera a composição da Comissão (Ato anterior: Portaria nº 2.700/2014).

Trabalho desenvolvido: As atribuições da Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho estão definidas no art. 8º da Resolução CSJT nº 141/2014 e no art. 2º da Portaria nº 2.700/2014. O assunto principal das reuniões da Comissão no último triênio foi o andamento dos Programas PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, inclusive com a aplicação de questionário sobre as atividades desenvolvidas pelos servidores.

A Comissão é responsável, ainda, pela elaboração do Relatório Estatístico Anual de que trata a Resolução CSJT nº 141/2014, encaminhado à Administração do TRT4 com relato de atividades.

Representantes da Comissão participaram, também, de eventos atinentes ao tema.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 17 de março, 23 de maio e 7 de julho.

4.10 Comissão de Cultura

Atos Normativos: Portarias nº 2.148/2011, 357/2016 e 7.317/2016.

A AGE, no ano de 2016, não foi acionada pela Comissão, no período de gestão da Desembargadora Vânia Maria Cunha Mattos. Entretanto, recebeu do atual Coordenador, Desembargador João Paulo Lucena, relato da atividade desempenhada no ano de 2016, em razão de retorno à solicitação da Presidência: a Comissão opinou acerca do modelo de convite sugerido pela Secretaria de Comunicação Social para a exposição coletiva "Expressionismo Feminino", realizada no Foro Trabalhista de Porto Alegre em fevereiro de 2016.

4.11 Comissão Permanente de Segurança

Atos Normativos: Portarias nºs 5.755/2011, 1.051/2016, 2.147/2016 e 4.331/2016.

Trabalho desenvolvido: As atribuições da Comissão Permanente de Segurança estão definidas no art. 2º da Portaria nº 5.755/2011. Dentre os temas tratados ao longo do ano de 2016 estão: a) a elaboração do Plano de Proteção e Assistência aos Magistrados em Situação de Risco (PA nº 0005296-79.2014.5.04.0000); b) a normatização de procedimentos para a aquisição de armas de fogo de calibre restrito por Juízes e Desembargadores do Trabalho (PA nº 0006255-79.2016.5.04.0000); c) a apresentação do modelo de Plano de Segurança da Unidade; a alteração do *layout* da entrada pela Rua Marcílio Dias (prédio-sede do TRT4); e d) a segurança dos advogados nos prédios da Justiça do Trabalho em Porto Alegre.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão durante o ano de 2016 no encaminhamento das demandas aos setores competentes. Também secretariou as reuniões ocorridas em 6 de abril, 19 de maio, 26 de agosto e 18 de novembro.

4.12. Comissão de Movimentação de Servidores

Ato Normativo: Portaria nº 2.866/2016.

Trabalho desenvolvido: A Comissão de Movimentação de Servidores foi criada com o objetivo de estabelecer critérios e subsidiar a tomada de decisão da Administração para a movimentação de servidores, a destinação e o preenchimento de cargos vagos, observados os

parâmetros de necessidade, conveniência, oportunidade e razoabilidade, conforme as disposições legais que regem a matéria. A Comissão realizou sua primeira reunião em 22 de junho de 2016, quando foi definido seu funcionamento. A seguir, manteve reuniões periódicas mensais de julho a setembro e semanais a partir de outubro de 2016, quando houve a liberação de nomeação de novos servidores por parte do CSJT. Nessas reuniões, analisou os pedidos de movimentação apresentados, opinando justificadamente pelo deferimento ou não de cada pleito.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão auxiliando na preparação das pautas de reunião, secretariando as reuniões realizadas em 22 de junho, 4 de julho, 15 de agosto, 29 de setembro, 24 de outubro, 7 e 21 de Novembro e 6 de dezembro, documentando o trabalho em expediente eletrônico e realizando demais encaminhamentos necessários.

4.13 Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Ato Normativo: Portaria nº 4.699/2016.

Trabalho desenvolvido: A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão foi instituída pela Portaria nº 4.699/2016 com o objetivo de assegurar às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida o pleno exercício de seus direitos, promovendo ações eficazes que propiciem sua inclusão e adequada ambientação.

Algumas solicitações foram encaminhadas para as áreas competentes, tais como solicitação da instalação de pisos podo táteis e construção de rampa de acesso ao prédio-sede. Foi sugerida e encaminhada para a área competente a criação de uma lista de servidores portadores de deficiência e a realização do I Encontro dos Servidores com Deficiência do TRT4, em 2017.

A AGE assessorou o trabalho da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão secretariando as reuniões de 28 de setembro e 21 de novembro.

Para o ano de 2017, a Comissão planeja realizar dois eventos: um de âmbito interno e outro com a participação de outros órgãos públicos, para debater problemas e soluções relativos à acessibilidade e inclusão.

4.14 Comitê de Gestão Estratégica do TRT da 4ª Região

Ato Normativo: Portaria nº 2.775/2011.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Comitê de Gestão Estratégica estão definidas no art. 3º da Portaria nº 2.775/2011 e envolvem as deliberações concernentes à Gestão Estratégica.

A AGE conduziu duas reuniões do Comitê, as Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs, ocorridas em 15 de abril e 10 de outubro.

4.15 Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT

Atos Normativos: Portarias nº 5.370/2012 e 2.017/2016.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Comitê estão definidas no art. 2º da Portaria nº 5.370/2012. O Comitê analisou, ao longo do ano de 2016, as sugestões de melhorias trazidas pelos diversos tipos de usuários do sistema PJe-JT a fim de encaminhá-las ao CSJT. Cuidou da realização de cursos capacitantes presenciais e EAD para os diversos tipos de usuários.

A AGE secretariou as reuniões do Comitê ocorridas em 22 de março, 1º de julho, 30 de setembro e 15 de dezembro.

4.16 Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão

Atos Normativos: Portarias nºs 3.395/2014 e 3.809/2016.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão estão definidas nos arts. 3º e 4º, da Portaria nº 3.395/2014. O Comitê recebe as regras para coleta e a disponibilização das informações no e-Gestão e trata de eventuais inconsistências nos dados remetidos mensalmente ao Tribunal Superior do Trabalho. Requereu ao Comitê Nacional as providências necessárias para que o sistema tenha condições de informar todos os dados referentes ao Justiça em Números e ao Módulo de Produtividade Mensal, ambos do CNJ.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 12 de janeiro, 8 de março, 12 de abril, 12 de maio, 20 de junho, 9 de agosto, 21 de setembro e 25 de outubro.

4.17 Comitê Gestor Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária do Primeiro Grau de Jurisdição – Comitê de Priorização do Primeiro Grau

Atos Normativos: Resolução CNJ nºs 194/2014 e 195/2014, Portaria Conjunta nº 6.028/2014 e Portaria nº 6.285/2016.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Comitê de Priorização do Primeiro Grau estão definidas no art. 4º da Resolução CNJ nº 194/2014 e, em relação à governança colaborativa do orçamento, no art. 6º da Resolução CNJ nº 195/2014. No ano de 2016, o Comitê analisou e emitiu parecer sobre a proposta da Administração do TRT4de implementação da FC-04 de Assistente de Execução nas unidades judiciárias do primeiro grau, alternativa à proposta do segundo assistente de Juiz do Trabalho. No segundo semestre, houve a recomposição dos integrantes, que desempenharão seus mandatos pelo prazo de dois anos. Houve uma reunião de apresentação em 25 de novembro.

À AGE foi atribuída a atividade de assessoramento ao Comitê, que inclui a operacionalização do trabalho, o registro do trabalho em expediente eletrônico e o gerenciamento da página na Intranet.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 9 de maio, 6 de junho, 13 de junho, 20 de junho, 16 de agosto e 25 de novembro.

4.18 Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde

Atos Normativos: Portaria nº 128/2016, que institui o Comitê, e Portaria nº 2.052/2016, que altera a composição do Comitê.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde no âmbito do TRT da 4ª Região estão definidas no art. 11 da Resolução CNJ nº 207/2015.

A coordenação do Comitê é da Desembargadora Íris Lima de Moraes, conforme definido pelo Comitê em sua primeira reunião.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 15 de março e 7 de abril.

4.19 Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRT da 4ª Região

Atos Normativos: Portarias nºs 2.029/2011, 1.008/2016 e 6.425/2016.

A AGE secretariou as reuniões do Núcleo ocorridas em 19 de abril, 30 de junho e 4 de novembro.

4.20 Núcleo de Apoio à Execução do TRT da 4ª Região

Atos Normativos: Resolução Administrativa nº 24/2011 e Portaria nº 1.094/2016.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Núcleo de Apoio à Execução – NAE estão definidas no art. 3º da Resolução Administrativa nº 24/2011. O Núcleo, ao longo do ano de 2016, cuidou de assuntos relacionados à agilidade e eficácia dos atos inerentes à execução trabalhista. Trabalhou diretamente nos atos preparatórios da Semana Nacional da Execução Trabalhista promovida pelo CSJT, elaborando o Plano de Ação solicitado e cuidando de todos os detalhes durante a sua realização.

A AGE secretariou as reuniões do Núcleo ocorridas em 22 de abril e 21 de junho.

4.21 Programa de Combate ao Trabalho Infantil

Atos Normativos: Ato CSJT nº 419/2013.

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Programa de Combate ao Trabalho Infantil – PCTI estão definidas no art. 6º do Ato CSJT nº 419/2013. O Programa de Combate ao Trabalho Infantil – PCTI não demanda apoio permanente da Assessoria de Gestão Estratégica.

As ações de combate ao Trabalho Infantil são tratadas no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente.

4.22 Programa Trabalho Seguro

Atos normativos: Portaria nº 1.578/2016 e Portaria nº 2.550/2016, que alteram a composição da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente (Atos anteriores: Resolução CSJT nº 96/2012 e Portarias nº 2.935/2014 e 3.484/2015).

Trabalho desenvolvido: As atribuições do Programa Trabalho Seguro estão definidas no art. 6º da Resolução CSJT nº 96/2012. Os gestores do Programa Trabalho Seguro integram, ainda, a Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente. Dentro do Programa Trabalho Seguro foi instituído o Projeto Fluxo de Informações, que tem concentrado as ações do Programa na obtenção de dados relativos aos acidentes de trabalho.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 14 e 19 de janeiro e 27 de outubro, sendo que as realizadas nos dias 14 de janeiro e 27 de outubro trataram do Projeto Fluxo de Informações.

4.23 Grupo de Trabalho – Critérios de Aferição de Merecimento para Promoção de Magistrados

Atos normativos: Portaria nº 4.518/2015 e 393/2016.

Trabalho desenvolvido: O Grupo de Trabalho foi criado com o objetivo de apresentar proposta de atualização da Resolução Administrativa nº 04/2006, a qual dispõe sobre os critérios

de aferição de merecimento para a promoção de magistrados. A proposta foi enviada à Presidência do TRT4 em Junho de 2016 (PA nº 0003503-37.2016.5.04.0000).

A AGE assessorou o Grupo de Trabalho com a preparação da documentação e posterior encaminhamento à Presidência e secretariando as reuniões ocorridas em 18 de março e 3 de junho.

4.24 Grupo de Trabalho – Reorganização da Estrutura do Tribunal

Atos normativos: Portarias nºs 2.328/2016 e 4.224/2016.

Trabalho desenvolvido: O Grupo de Trabalho foi criado com o objetivo de elaborar estudo de reorganização da estrutura do TRT da 4ª Região. Elaborou estudos e pesquisas que resultaram nas seguintes propostas:

- a unificação das secretarias das Turmas Julgadoras e das Seções Especializadas (pendente);
- o aumento do prazo previsto no art. 86 do Regimento Interno (aprovada);
- a alteração do art. 203, para que sejam incluídos em pauta os agravos regimentais recebidos até cinco dias antes da sessão (pendente);
- a priorização e o incremento dos julgamentos dos incidentes de uniformização de jurisprudência (IUJs), mediante designação de uma semana de pauta exclusiva para julgamento desses incidentes (já realizada), bem como a conversão das orientações jurisprudenciais da Seção Especializada em Execução (SEEx) em súmulas (pendente);
- a recomposição da Primeira Seção de Dissídios Individuais, mediante aumento do número de integrantes em pelo menos quatro Desembargadores (pendente).

A AGE assessorou o Grupo de Trabalho realizando todos os estudos necessários e formulando propostas sobre a unificação das secretarias das Turmas, mediante critérios definidos pelos integrantes do Grupo, com o registro do trabalho em expediente eletrônico. Secretariou as reuniões realizadas em 18 de maio, 1º e 22 de junho, 13 de julho, 31 de agosto, 28 de setembro, 11 de outubro e 30 de novembro.

4.25 Grupo de Trabalho – Resolução CNJ nº 215/2015

Atos normativos: Portarias nºs 3.458/2016, 3.611/2016, 4.652/2016, 6.284/2016 e 7.505/2016.

Trabalho desenvolvido: O Grupo de Trabalho foi criado com o objetivo de elaborar estudo sobre as ações a serem tomadas pelo TRT da 4ª Região para o integral cumprimento da Resolução CNJ nº 215/2015 (que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527/2011). O trabalho consiste na elaboração de minuta de ato normativo que regulamente o acesso à informação no âmbito do Tribunal, bem como em ações a serem tomadas para o fiel cumprimento das disposições contidas na Resolução CNJ nº 215/2015.

A AGE assessorou o Grupo de Trabalho com a preparação da documentação e o registro do trabalho em expediente eletrônico, bem como secretariou as reuniões ocorridas em 7 e 21 de julho, 1º, 9 e 23 de agosto, 9 e 23 de setembro, 14 de outubro e 11 de novembro.

4.26 Grupo de Trabalho Cadastro Eletrônico de Peritos

Atos normativos: Portaria nºs 4.314/2016 e 5.357/2016.

Trabalho desenvolvido: O Grupo de Trabalho foi criado com o objetivo de apresentar proposição relativa à implementação do Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos e Científicos – CPTEC, no âmbito do TRT da 4ª Região. O trabalho está em desenvolvimento.

A AGE assessorou o Grupo de Trabalho secretariando as reuniões ocorridas em 25 de agosto e 12 de setembro, bem como realizou o registro do trabalho em expediente eletrônico.

4.27 Grupo de Trabalho – Eleições Diretas

Atos normativos: Portarias nºs 1.330/2016, 3.156/2016 e 4.184/2015.

Trabalho desenvolvido: O Grupo de Trabalho foi criado com o objetivo de aprofundamento de estudo e apresentação de proposição relativa à implementação, ou não, de eleições diretas para os cargos da Administração do Tribunal, a partir de requerimento formulado pela Amatra IV sobre a alteração regimental para dispor sobre as eleições para os cargos diretivos do Tribunal com a votação dos Juízes do primeiro grau. O Grupo efetuou diversas pesquisas e estudos sobre o tema e elaborou propostas que foram debatidas com todos os Desembargadores, resultando na proposta de alteração do art. 16 do Regimento Interno e posterior alteração do regulamento da consulta prevista naquele artigo, constante na Resolução Administrativa nº 18/2013. A proposta de alteração regimental foi levada à apreciação do Tribunal Pleno na sessão realizada em 12 de dezembro.

A AGE assessorou o trabalho do Grupo de Trabalho durante o ano de 2016 elaborando pesquisas jurídicas e materiais que subsidiaram o trabalho do Grupo, bem como secretariou as reuniões ocorridas em 16 de maio, 13 e 27 de junho, 21 de setembro, 3, 10, 17 e 28 de outubro e 21 de novembro, bem como as reuniões institucionais cujo tema foi objeto de pauta, realizadas em 7 de novembro e 2 de dezembro.

4.28 Grupo de Trabalho – Requerimento Juízes Substitutos

Atos normativos: Portarias nºs 5.621/2015, 6.068/2015 e 8.676/2015.

Trabalho desenvolvido: O Grupo de Trabalho foi criado com o objetivo de apresentar estudo sobre os requerimentos dos Juízes do Trabalho Substitutos relativos à manutenção, ampliação e universalização do regime de lotação, à vinculação das designações dos Juízes Substitutos a uma determinada área geográfica e ao estabelecimento de semelhança, quantitativa e qualitativa, entre as pautas de audiências originalmente designadas e aquelas fixadas para substituição. O trabalho foi iniciado e concluído em 2016, resultando na aprovação, pelo Órgão Especial, da redefinição das circunscrições em que se divide a jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, bem como na publicação do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

Em 2016, a AGE secretariou as reuniões do Grupo ocorridas em 13 e 29 de janeiro.

4.29 Grupo de Boas Práticas do Foro Trabalhista de Porto Alegre

Atos normativos: Não há normatização, apenas um ajuste entre Presidência, Corregedoria Regional e Direção do Foro Trabalhista de Porto Alegre para os encontros e eventuais desdobramentos das demandas do grupo.

O Grupo consiste na reunião da Direção do Foro Trabalhista de Porto Alegre e representantes dos Diretores de Secretaria, da OAB, da Agetra e da Satergs, com o intuito de debaterem e proporem medidas que contribuam para a harmonia e eficácia dos atos entre advogados e o Foro Trabalhista de Porto Alegre.

A AGE secretariou as reuniões do Grupo ocorridas em 21 de janeiro, 9 de março, 13 de abril, 11 de maio, 8 de junho, 10 de agosto e 19 de outubro.

4.30 Projeto PESCAR

Por determinação da Presidência e sob a coordenação da Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova e, posteriormente, da Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez, a AGE assessorou no estudo de viabilização da implantação do Projeto Pescar no âmbito do TRT4, em parceria com o MPT, a Agetra, a OAB/RS e outros. O Projeto foi implementado e a primeira turma iniciou suas atividades em 2017.

Assuntos relacionados ao Projeto Pescar também são tratados no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 29 de janeiro, 1º de abril, 1º de julho e 30 de setembro.

4.31 Conselho da Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do TRT da 4ª Região

Atos normativos: Resolução Administrativa nº 42/2015

Trabalho desenvolvido: A AGE secretariou uma reunião do Conselho da Comenda, realizada em 4 de julho.

4.32 Reuniões Institucionais

A AGE é responsável por secretariar as reuniões institucionais designadas pela Desembargadora-Presidente com os demais Desembargadores. Em 2016, a AGE secretariou as reuniões ocorridas em 8 de abril, 11 de julho, 7 de novembro e 2 de dezembro.

5. Outras atividades

5.1 Mapeamento de Atividades

O mapeamento de atividades consiste no levantamento de informações de unidades do Tribunal, com o objetivo de analisar suas atribuições, fluxos e distribuição de trabalho, atividades e procedimentos.

Em 2016, a AGE não foi demandada para desenvolvimento de atividades nessa atribuição.

5.2 Estudo do organograma do TRT4

O estudo teve início no mês de outubro e segue em andamento ao longo do ano de 2017. O objetivo do estudo é a análise do organograma do TRT4 quanto a sua adequação técnica, a verificação da quantidade de unidades organizacionais, suas relações hierárquicas e a quantidade de servidores lotados em cada unidade. Com base nas análises, pretende-se propor regras para que o organograma seja adequado às boas práticas de gestão.

Essa demanda decorre do estudo da Resolução CNJ nº 219/2016 e foi aprovada como parte do plano de ação remetido aos Conselhos Superiores.

5.3 Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas

Trata-se de projeto iniciado pela Secretaria-Geral Judiciária em conjunto com os demais gestores do Tribunal com o objetivo de definir e implementar a Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas no âmbito do TRT-RS.

A AGE secretariou as reuniões ocorridas em 18 de abril, 10 de junho, 28 de setembro e 21 de novembro.

5.4 Plano de Obras

A AGE subsidiou a Secretaria de Manutenção e Projetos – Sempro com dados e informações para o preenchimento do "Anexo II – Matriz Conjunto 2" do Plano de Priorização de Obras do TRT4, conforme determinado na Resolução CSJT nº 70/2010.

6. Demais ações institucionais

A seguir é apresentada relação das ações do Tribunal que dispensam apoio desta Assessoria pela natureza de suas operações, para cujos coordenadores foram solicitados breve relato das atividades desenvolvidas em 2016 e planejamento para o ano de 2017.

Na sequência, são apresentados os relatos recebidos.

- Comissão Coordenadora do Memorial – Presidente: Desembargador João Paulo Lucena
- Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD – Coordenador: Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo

6.1. Comissão Coordenadora do Memorial

Atos Normativos: Resoluções Administrativas nºs 22/2003 e 05/2006 e arts. 123 e 124 do Regulamento Geral.

O apoio às atividades da Comissão é prestado por servidores lotados no Memorial, mediante ajuste desta Assessoria com aquele setor.

O mapeamento de atividades consiste no levantamento de informações de unidades do Tribunal, com o objetivo de analisar suas atribuições, seus fluxos sua e distribuição de trabalho, atividades e procedimentos.

Em 2016, a AGE não foi demandada para desenvolvimento de atividades nessa atribuição.

6.2. Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD

Ato Normativo: Resolução Administrativa nº 02/2016.

A AGE não presta apoio a essa comissão. Todavia, recebeu relato das atividades desempenhadas no ano de 2016, em razão de retorno à solicitação da Presidência: a Comissão realizou uma reunião no ano de 2016. Impulsionou processos abertos em gestões anteriores e ainda não encerrados. Procedeu à abertura de dez expedientes eletrônicos relativos a pedidos de eliminação de documentos. Realizou diversos atendimentos a unidades, respondendo a consultas efetuadas por telefone e e-mail. Prestou esclarecimentos a respeito de temas que lhe são próprios, especialmente sobre o uso e à aposição do selo "Acervo Histórico", e da eliminação de documentos. Um de seus integrantes participou do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 3.458/2016, criado para elaboração de estudo sobre as ações a serem tomadas pelo TRT da 4ª Região para o integral cumprimento da Resolução CNJ nº 215/2015.

6.3. Comissão Especial para avaliar a veracidade da autodeclaração de candidatos negros nos concursos públicos do TRT4

Atos Normativos: Portarias nºs 6.438/2015 e 8.699/2015.

A AGE não presta apoio a essa Comissão. Todavia, recebeu relato das atividades desempenhadas no ano de 2016, ainda que não tenha sido requerido por sua natureza: a Comissão realizou reuniões para analisar pedidos de ingresso de servidores cotistas sempre que necessário. As deliberações são registradas em ata. Registra-se manifestação da Coordenadora da Comissão relacionada à dificuldade do trabalho, em razão da importância, responsabilidade e necessidade de construção de um entendimento coletivo para análise dos servidores inscritos na condição de cotistas.

6.4. Núcleo de Cooperação Judiciária no âmbito do TRT da 4ª Região

Atos Normativos: Portarias nºs 6.882/2012 e 1.007/2016.

O referido Núcleo não demanda apoio da AGE. Todavia, recebemos relato espontâneo por parte de sua Coordenadora, Juíza do Trabalho Andréa Saint Pastous Nocchi, de que não houve nenhuma ação ou reunião deste Núcleo no ano de 2016. A Coordenadora informa, por fim, que fez tentativa de obter informações junto ao CNJ sobre eventuais demandas envolvendo Juízes de Cooperação, mas não obteve nenhum retorno. O *site* do Conselho está desatualizado sobre o assunto.

A seguir, cursos e eventos realizados pela Escola Judicial em 2016, relacionados com as atividades das Comissões.

Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente	
Data	Evento
06/05	Minicurso Direitos Humanos – Módulo Trabalho Infantil - Panorama nacional sobre o trabalho infantil, com foco no trabalho do menor

	aprendiz e relações de aprendizagem - Panorama regional: a realidade do trabalho infantil no Estado do Rio Grande do Sul e ações para a sua erradicação
03/06	Minicurso Direitos Humanos – Módulo Trabalho Seguro - Aspectos atuais sobre o trabalho seguro. Questões indispensáveis a um laudo pericial - Reflexão sobre tabelas de valorização de dano corporal: vamos construir juntos um novo caminho na perícia médica trabalhista?
24/06	Minicurso Direitos Humanos – Módulo Trabalho Escravo - Trabalho escravo contemporâneo no Brasil - Trabalho escravo no Estado do Rio Grande do Sul
05/08	O Papel do Direito Internacional, da Diplomacia e do Estado de Direito na Promoção Global dos Direitos Humanos nos Estados Unidos, no Brasil e em Outros Países
05/08	Cultivando o Bem-Estar no Exercício da Magistratura - Resgatando a Motivação
19/08	Cultivando o Bem-Estar no Exercício da Magistratura - Equilíbrio Emocional
18 e 19/08	Seminário ARISE "Trabalho Infantil: realidade e superações" – apoio ao TRT4
25/08	Fim de Tarde – Diálogos Acadêmicos – Reabilitação profissional: Direito fundamental à espera de regulamentação
09/09	Cultivando o Bem-Estar no Exercício da Magistratura - Cultivando o Foco
23/09	Cultivando o Bem-Estar no Exercício da Magistratura - Comunicação Empática
09/09	Ciclo de Debates: Discriminação nas Relações de Trabalho - Discriminação: Aspectos Gerais: Direito da Antidiscriminação, preconceito, discriminação e seu conceito jurídico-constitucional. Relações com o Direito do Trabalho - Discriminação nas relações de trabalho: casuística. Grupos Vulneráveis. Ações afirmativas. Discriminação Positiva. Origem Histórica. Tratamento Constitucional. Direito Internacional.
16/09	Ciclo de Debates: Discriminação nas Relações de Trabalho - Discriminação por sexo e gênero – trabalho da mulher. Discriminação e trabalhador imigrante e refugiado
14/10	Ciclo de Debates: Discriminação nas Relações de Trabalho - Discriminação por orientação sexual. Discriminação por identidade de gênero: travestilidade e transexualidade
21/10	Minicurso Saúde Mental no Trabalho (IPq USP) Módulo I - Introdução à Saúde Mental e Trabalho; - Fatores de Risco Psicossociais e de Proteção à Saúde do Trabalhador; - Psicopatologia do Trabalho e Estresse Ocupacional; - Modelos de Adoecimento.

04/11	Minicurso Saúde Mental no Trabalho (IPq USP) Módulo II - Os Transtornos Mentais na Psiquiatria Geral; - Psiquiatria do Trabalho;- Psiquiatria do Trabalho e Área Previdenciária
11/11	Ciclo de Debates: Discriminação nas Relações de Trabalho - Discriminação por motivo de doença; - Discriminação do trabalhador com deficiência e acidentado.
25/11	Minicurso Saúde Mental no Trabalho (IPq USP) Módulo III - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Transtornos Depressivos ; - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Transtornos Ansiosos; - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Álcool e Outras Drogas; - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Transtorno Psicótico.
02/12	Ciclo de Debates: Discriminação nas Relações de Trabalho - Discriminação por motivos políticos e religiosos; - Discriminação por motivos raciais.

Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – PPRA, PCMO, etc.	
Data	Evento
21/10	Minicurso Saúde Mental no Trabalho (IPq USP) Módulo I - Introdução à Saúde Mental e Trabalho; - Fatores de Risco Psicossociais e de Proteção à Saúde do Trabalhador; - Psicopatologia do Trabalho e Estresse Ocupacional; - Modelos de Adoecimento
04/11	Minicurso Saúde Mental no Trabalho (IPq USP) Módulo II - Os Transtornos Mentais na Psiquiatria Geral; - Psiquiatria do Trabalho; - Psiquiatria do Trabalho e Área Previdenciária.
25/11	Minicurso Saúde Mental no Trabalho (IPq USP) Módulo III - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Transtornos Depressivos ; - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Transtornos Ansiosos; - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Álcool e Outras Drogas; - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Transtorno Psicótico.

Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde	
Data	Evento
09/06	Fim de Tarde – Cultivando a felicidade em meio à crise
05/08	Cultivando o Bem-Estar no Exercício da Magistratura - Resgatando a Motivação
19/08	Cultivando o Bem-Estar no Exercício da Magistratura - Equilíbrio Emocional
09/09	Cultivando o Bem-Estar no Exercício da Magistratura

Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde	
	- Cultivando o Foco
23/09	Cultivando o Bem-Estar no Exercício da Magistratura - Comunicação Empática
21/10	Minicurso Saúde Mental no Trabalho (IPq USP) Módulo I - Introdução à Saúde Mental e Trabalho; - Fatores de Risco Psicossociais e de Proteção à Saúde do Trabalhador; - Psicopatologia do Trabalho e Estresse Ocupacional; - Modelos de Adoecimento
04/11	Minicurso Saúde Mental no Trabalho (IPq USP) Módulo II - Os Transtornos Mentais na Psiquiatria Geral; - Psiquiatria do Trabalho; - Psiquiatria do Trabalho e Área Previdenciária
11/11	Ciclo de Debates: Discriminação nas Relações de Trabalho - Discriminação por motivo de doença; - Discriminação do trabalhador com deficiência e acidentado.
25/11	Minicurso Saúde Mental no Trabalho (IPq USP) Módulo III - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Transtornos Depressivos ; - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Transtornos Ansiosos; - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Álcool e Outras Drogas; - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Transtorno Psicótico

Comissão de Gestão Socioambiental – Cogeso
Em cumprimento da meta 2016, do Plano Logística Sustentável, a Escola Judicial disponibilizou vídeo sobre o tema *gestão socioambiental*, antes das seguintes atividades: 06/05 – Minicurso Direitos Humanos – Módulo Trabalho Infantil 12 e 13/05 – III Jornada sobre o novo CPC e suas Implicações no Processo do Trabalho 03/06 – Minicurso Direitos Humanos – Módulo Trabalho Seguro – Aula Aberta 03/06 – Minicurso Direitos Humanos – Módulo Trabalho Seguro 09/06 – FT Cultivando o Equilíbrio em Tempos de Crise 10/06 – MC Fundamentos DT e Desafios da Atualidade 10/06 – MC Fundamentos DT e Desafios da Atualidade – Aula Aberta 16/06 – FT-Diálogos Acadêmicos – *Common Law* – O Processo Civil do EUA e Ideias sobre Efetividade do Processo e Precedentes no Brasil 20/06 – Minicurso Cumprimento da Sentença – Aula 4 – Novas modalidades de coerção na execução 24/06 – Minicurso Direitos Humanos – Módulo Trabalho Escravo – Aula Aberta 24/06 – Minicurso Direitos Humanos – Módulo Trabalho Escravo 27/07 – FT – Precedentes na *Common Law* 01/09 – IV Jornada sobre o Novo CPC

Comissão de Gestão Socioambiental – Cogeso
Total de Participações de Magistrados que assistiram a conteúdo audiovisual: 247

Equidade de Gênero e Raça	
Data	Evento
15/03	Fim de Tarde – Roda de Conversa sobre Violência de Gênero - Identificando as formas de Violência de Gênero
31/03	Fim de Tarde – Roda de Conversa sobre Violência de Gênero - Os instrumentos (nacionais e internacionais) existentes de enfrentamento e encaminhamento de Denúncias
16/09	Ciclo de Debates: Discriminação nas Relações de Trabalho - Discriminação por sexo e gênero – Trabalho da mulher. Discriminação e trabalhador imigrante e refugiado
14/10	Ciclo de Debates: Discriminação nas Relações de Trabalho - Discriminação por orientação sexual. Discriminação por identidade de gênero: travestilidade e transexualidade
02/12	Ciclo de Debates: Discriminação nas Relações de Trabalho - Discriminação por motivos raciais.

Combate ao Trabalho Escravo	
Data	Evento
24/06	Minicurso Direitos Humanos – Módulo Trabalho Escravo - Trabalho escravo contemporâneo no Brasil; - Trabalho escravo no Estado do Rio Grande do Sul

Combate ao Trabalho Infantil	
Data	Evento
06/05	Minicurso Direitos Humanos – Módulo Trabalho Infantil - Panorama nacional sobre o trabalho infantil, com foco no trabalho do menor aprendiz e relações de aprendizagem - Panorama regional: a realidade do trabalho infantil no Estado do Rio Grande do Sul e ações para a sua erradicação
18 e 19/08	Seminário Arise "Trabalho Infantil: realidade e superações" – apoio ao TRT4

Trabalho Seguro	
Data	Evento
03/06	Minicurso Direitos Humanos – Módulo Trabalho Seguro - Aspectos atuais sobre o trabalho seguro. Questões indispensáveis a um laudo pericial - Reflexão sobre tabelas de valorização de dano corporal: vamos construir juntos um novo caminho na perícia médica trabalhista?

21/10	Minicurso Saúde Mental no Trabalho (IPq USP) Módulo I - Introdução à Saúde Mental e Trabalho; - Fatores de Risco Psicossociais e de Proteção à saúde do trabalhador; - Psicopatologia do Trabalho e Estresse Ocupacional; - Modelos de Adoecimento
04/11	Minicurso Saúde Mental no Trabalho (IPq USP) Módulo II - Os Transtornos Mentais na Psiquiatria Geral; - Psiquiatria do Trabalho; - Psiquiatria do Trabalho e Área Previdenciária
25/11	Minicurso Saúde Mental no Trabalho (IPq USP) Módulo III - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Transtornos Depressivos ; - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Transtornos Ansiosos; - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Álcool e Outras Drogas; - Aspectos Práticos Periciais dos TMRT relativos a Transtorno Psicótico

A seguir, cursos e eventos realizados pela Seção de Capacitação em 2016, relacionados com as atividades das Comissõe**s.**

Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente

Conexão Gestores 2016 – evento na modalidade a distância

Curso de Equidade de Gênero: acolhimento e encaminhamento de denúncias de violência de gênero – curso presencial

Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – PPRA, PCMSO, etc.

Curso Prevenção e Combate a Incêndio, turmas 1 e 2 – curso presencial (mais 2 turmas previstas)

Curso Resolução de Conflitos em Situações de Risco, turmas 1 e 2 – curso a distância, integrante da Reciclagem Anual para Atividade de Segurança

Curso Segurança: Conduta Preventiva, turmas 1, 2 e 3 – curso a distância

Curso Técnicas de Segurança na Direção em Situações de Risco, turmas 1 e 2 – curso presencial

Curso de Reeducação Postural, turmas 1 e 2 – curso presencial

Workshop: Doenças da Coluna e suas Relações com o Trabalho – *workshop* presencial

Curso de NR 35 (previsto) – curso presencial

Curso de NR 10 (previsto) – curso presencial

Curso de NR 8 (previsto) – curso presencial

Curso de PPCI – plano de proteção e prevenção contra incêndio (previsto) – curso presencial

Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde

Workshop: Equilíbrio Emocional – o que é e como cultivar – *workshop* presencial

Workshop: A Meditação como Caminho para o Equilíbrio – *workshop* presencial

Workshop: Como Você se Cuida? – *workshop* presencial

Curso de Reeducação Postural, turmas 1 e 2 – curso presencial

Workshop: Doenças da Coluna e suas Relações com o Trabalho – *workshop* presencial

Workshop: O que é Felicidade? – *workshop* presencial

Workshop: A Importância da Educação Emocional para a Sociedade – *workshop* presencial

Workshop: Exame Médico Preventivo – *check up* – *workshop* presencial

Workshop Interativo "Sete Vidas – a arte de construir seu equilíbrio" (previsto) – evento presencial

Comissão de Gestão Socioambiental – Cogeso

Curso Responsabilidade Ambiental, turmas 1, 2 e 3 – curso a distância

Conexão Gestores 2016 – evento na modalidade a distância

Curso Pedalando com Segurança – curso a distância

Programa de Ambientação Integrar-te – curso presencial

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Curso Básico de Libras – curso a distância

Curso de Reciclagem em Libras – curso a distância

Equidade de Gênero e Raça

Conexão Gestores 2016 – evento na modalidade a distância

Curso de Equidade de Gênero: acolhimento e encaminhamento de denúncias de violência de gênero – curso presencial

Trabalho Seguro

Curso Prevenção e Combate a Incêndio, turmas 1 e 2 – curso presencial (mais 2 turmas previstas)

Curso Resolução de Conflitos em Situações de Risco, turmas 1 e 2 – curso na modalidade a distância, integrante da Reciclagem Anual para Atividade de Segurança

Curso Segurança: Conduta Preventiva, turmas 1, 2 e 3 – curso a distância

Curso Técnicas de Segurança na Direção em Situações de Risco, turmas 1 e 2 – curso presencial

Curso de NR 35 (previsto) – curso presencial

Curso de NR 10 (previsto) – curso presencial

Curso de NR 8 (previsto) – curso presencial

Curso de PPCI – plano de proteção e prevenção contra incêndio (previsto) - curso presencial

7. Relatório das Comissões

7.1. Comissão de Jurisprudência

A Comissão de Jurisprudência reuniu-se ordinariamente em 2016 nas datas de 18.01, 11.03, 18.04, 12.05, 03.06, 08.07, 19.08, 26.08, 31.08, 24.10, 21.11 e 16.12, totalizando 13 reuniões ordinárias.

A Comissão de Jurisprudência orientou a pesquisa e lançou parecer em 42 Incidentes de Uniformização de Jurisprudência:

0000141-27.2016.5.04.0000
0000728-49.2016.5.04.0000
0000863-61.2016.5.04.0000
0000936-33.2016.5.04.0000
0000938-03.2016.5.04.0000
0001126-93.2016.5.04.0000
0001994-71.2016.5.04.0000
0002227-68.2016.5.04.0000
0002498-77.2016.5.04.0000
0002499-62.2016.5.04.0000
0002501-32.2016.5.04.0000
0002775-30.2015.5.04.0000
0002837-70.2015.5.04.0000
0002840-88.2016.5.04.0000
0002993-58.2015.5.04.0000
0003714-73.2016.5.04.0000
0003715-58.2016.5.04.0000
0003764-36.2015.5.04.0000
0003987-86.2015.5.04.0000
0004498-84.2015.5.04.0000
0004499-69.2015.5.04.0000
0004503-09.2015.5.04.0000
0004505-76.2015.5.04.0000
0004507-46.2015.5.04.0000
0004537-81.2015.5.04.0000
0004976-92.2015.5.04.0000
0005009-82.2015.5.04.0000
0005147-49.2015.5.04.0000
0005328-50.2015.5.04.0000
0005370-02.2015.5.04.0000
0005517-28.2015.5.04.0000
0005518-13.2015.5.04.0000
0006080-22.2015.5.04.0000
0006083-74.2015.5.04.0000
0006362-60.2015.5.04.0000
0006428-40.2015.5.04.0000
0006612-93.2015.5.04.0000
0006615-48.2015.5.04.0000
0007058-96.2015.5.04.0000
0007637-44.2015.5.04.0000
0007869-56.2015.5.04.0000
0007872-11.2015.5.04.0000

Durante o ano de 2016, após os pareceres da Comissão de Jurisprudência, foram aprovadas as Súmulas 84 até 116 do Tribunal, em um total de 33 novos enunciados.

Também foram aprovadas as Teses Jurídicas Prevalecentes nº 2, 3, 4, 5 e 6, em um total de 5 novos enunciados.

Foi cancelada a Súmula nº 04, e revisadas e adaptadas ao novo Código de Processo Civil as Súmulas 46, 57, 66 e 75.

Os Desembargadores integrantes da Comissão atuaram como Relatores em todos os processos de IUJs submetidos ao Tribunal Pleno em 2016.

Todos os enunciados aprovados foram submetidos às consultas prévias dos Desembargadores e Juízes de primeiro grau, promovidas mediante coordenação da Comissão de Jurisprudência. No dia 2 de setembro de 2016, a Comissão de Jurisprudência promoveu, por

intermédio da Escola Judicial do Tribunal, um encontro presencial com os Juízes de primeiro grau para discussão das propostas de novas súmulas que seriam votadas nas pautas especiais dos dias 13, 14 e 15.09.2016 do Tribunal Pleno.

A Comissão participou, também, das reuniões preparatórias com as entidades representativas dos advogados às sessões do Tribunal Pleno em que foram votadas as súmulas e teses jurídicas prevalecentes.

Foi aperfeiçoado o trabalho de elaboração dos pareceres da Comissão de Jurisprudência com a criação de um gabinete virtual no Sistema e-Jus[2], facilitando a edição e discussão interna sobre os temas dos Incidentes de Uniformização de Jurisprudência.

A Comissão, durante o ano de 2016, também aperfeiçoou o formato dos acórdãos dos IUJs, fazendo constar os fundamentos determinantes dos enunciados aprovados e uma delimitação mais precisa dos temas em discussão.

Atividades pendentes para o ano de 2017:

- Exame dos novos Incidentes de Uniformização de Jurisprudência – pendentes de pesquisa ou com vistas ao Ministério Público do Trabalho.
- Pesquisa de temas aptos à uniformização no âmbito interno do Tribunal, como medida preventiva ao ajuizamento de novas ações trabalhistas.
- Exame da questão relacionada à correção monetária incidente sobre os débitos trabalhistas.
- Realização de novo evento na Escola Judicial com a participação dos Juízes de primeiro grau.

7.2. Comissão Coordenadora do Memorial

Em 2016, a Comissão Coordenadora do Memorial desenvolveu as seguintes atividades:

1) Portal 75 anos da Justiça do Trabalho

No ano em que a Justiça do Trabalho completou 75 anos de existência no Brasil e no Rio Grande do Sul, a Comissão Coordenadora do Memorial supervisionou o lançamento do Portal dos 75 Anos da Justiça do Trabalho (http://www.trt4.jus.br/portal/portal/justica75anos) no Rio Grande do Sul, que conta a história da Instituição ao longo das décadas, passando por dados históricos, Presidentes, sedes e curiosidades.

2) Série de postagens no Facebook – 75 anos da JT

A Comissão Coordenadora do Memorial aprovou a arte e o conteúdo das 12 postagens para Facebook que contaram, em poucas palavras, episódios importantes da história da Justiça do Trabalho. Todas as postagens iniciaram com a #75AnosJT e foram compartilhadas pela Secretaria de Comunicação Social e podem ser verificadas na página do Memorial no facebook:
(https://www.facebook.com/MemorialTRT4/photos/?tab=album&album_id=1017842888252459)

3) Lançamento dos documentários Magistratura Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória e Advocacia Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória

A Comissão Coordenadora do Memorial gestionou parceria com a Escola Judicial do Tribunal e com a Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Sul para propiciar o lançamento dos documentários Magistratura Trabalhista Gaúcha e Advocacia Trabalhista Gaúcha – Origens e Trajetórias em uma sessão na sala de cinema do GNC Cinemas Praia de Belas no dia 2 de maio de 2016.

4) Roda de Memória sobre os 75 anos da Justiça do Trabalho

A Comissão Coordenadora do Memorial gestionou parceria com a Escola Judicial para possibilitar a realização da Roda de Memória – 75 anos da Justiça do Trabalho no dia 4 de maio de 2016. Na oportunidade, foram reunidos, sob a coordenação da Desembargadora aposentada Magda Barros Biavaschi o Desembargador aposentado Paulo Orval Particheli Rodrigues (representando os magistrados), o advogado Emilio Rothfuchs Neto (Advocacia), o procurador Victor Hugo Laitano (Ministério Público do Trabalho), o presidente da Ajucla, Dirson Solano Dornelles (juízes classistas) e o servidor Zeca Kiechaloski (servidores da JT). Os convidados abordaram tópicos sobre a história da Justiça do Trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul, interagindo com a plateia.

5) Guia do Acervo do Memorial

A Comissão Coordenadora do Memorial revisou e aprovou a arte e o conteúdo do Guia do Acervo do Memorial, disponibilizado eletronicamente em 22 de junho de 2016:

(http://www.trt4.jus.br/ItemPortlet/download/75917/Guia_do_Acervo_do_Memorial_da_JustiAca_do_Trabalho_no_RS.pdf)

6) Reunião do Conselho Consultivo do Memorial

A Comissão Coordenadora do Memorial coordenou a apresentação dos projetos encerrados em 2015, bem como dos projetos previstos para 2016 na reunião do Conselho Consultivo do Memorial, realizada no dia 14 de março de 2016.

7) Andamento “Acervo Histórico” para processos eletrônicos no segundo grau

A Comissão Coordenadora do Memorial gestionou a inclusão do andamento “ACHI – Acervo Histórico” no sistema e-Jus2 também para processos eletrônicos. Na oportunidade, foi enviado ao *mailing* “TODOS” do Tribunal um infográfico sobre a importância da aposição do selo e/ou do andamento em processos de relevância histórica.

8) Eventos realizados em parceria com a Justiça Federal

A Comissão Coordenadora do Memorial estabeleceu parceria com as áreas de Memória da Justiça Federal, o que possibilitou a realização de eventos conjuntos:

- 30.03.2016 – mostra “Direitos Humanos e Direitos das Mulheres: A Justiça Federal e As Representações Sociais do Gênero Feminino”, oportunidade em que a Comissão foi representada pelo Desembargador João Paulo Lucena
- (http://www.trt4.jus.br/portal/portal/memorial/noticia/info/NoticiaWindow?cod=1268805&action=2&destaque=false&filtros=)
- 06.06.2016 – exposição “Alinhavando direitos: a história do trabalho das mulheres”, na sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) – (http://bit.ly/22Naa6m)

- 13.07.2016 – Mostra – "Direitos Humanos: Mulher, Trabalho e Justiça", realizado no saguão do prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (http://bit.ly/2gpLqzM)
- 03.08.2016 – Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero: a homossexualidade e as demandas envolvendo a transexualidade na Justiça Federal.
- 14.09.2016 – A parceria estabelecida possibilitou a palestra da servidora do TRT4 Ana Naiara Malavolta Saupe no evento "Orientação Sexual e Identidade de Gênero como fator de discriminação no ambiente de trabalho" no auditório da Justiça Federal – Seção RS.

9) XIII Encontro Nacional de História Oral

A Comissão Coordenadora do Memorial, representada pelo Desembargador João Paulo Lucena, apresentou no XIII Encontro Nacional de História Oral o projeto Série Registros.

10) Capacitação – História Oral

A Comissão Coordenadora, representada pelas Magistradas Anita Job Lubbe e Maria Guilhermina Miranda prestigiaram uma aula sobre a metodologia da História Oral no dia 24 de junho de 2016. A conversa foi especialmente organizada para o Memorial pelo Professor Doutor Benito Bisso Schmidt, Historiador Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

11) VIII Encontro Nacional da Memória – Campo Grande/MS

A Comissão Coordenadora do Memorial do TRT-RS esteve representada pelo Desembargador João Paulo Lucena, integrante da Comissão Coordenadora, na oitava reunião ordinária do Fórum Nacional em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho, o Memojutra, ocorrido entre os dias 8 e 10 de agosto, dentro da programação do VIII Encontro da Memória da Justiça do Trabalho, realizado em Campo Grande/MS.

12) Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – Memojutra

A Juíza Anita Job Lubbe foi eleita e empossada diretora da região sul na gestão 2017/2018 do Memojutra, aos dez dias do mês de agosto do ano de 2016, na Plenária do Memojutra, por ocasião do VIII Encontro Regional da Memória.

A Juíza Anita integrou ainda, as Câmaras Técnicas de *Publicidade da Memória Trabalhista* e de *Gestão da Memória e Pesquisa do Memojutra.*

O Desembargador João Paulo Lucena presidiu a Câmara Técnica de *Preservação dos Processos Eletrônicos* do Memojutra.

A Desembargadora Denise Maria de Barros presidiu a *Câmara Técnica de Gestão e Descrição Documental* do Memojutra.

13) Representação do TRT4 na Câmara Setorial sobre Arquivos do Judiciário do Conarq

Em 12 de agosto de 2016, foi enviado Ofício nº 188/2016 da Presidente do TRT4 ao Presidente do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq indicando a juíza Anita Job Lübbe, como representante do TRT4 na Câmara Setorial sobre Arquivos do Judiciário do Conarq.

14) Visita do Desembargador Cassio Colombo, do TRT da 9ª Região/PR

No dia 5 de setembro de 2016, a Comissão Coordenadora do Memorial, representada pelo Desembargador João Paulo Lucena e pela Juíza Anita Job Lübbe recepcionaram o Desembargador Cassio Colombo, integrante do TRT da 9ª Região (Paraná) e Presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental daquele TRT (http://bit.ly/2gpFxCx).

15) Exposição Acervo Doações 2016

A Comissão Coordenadora do Memorial coordenou a abertura da exposição Acervo Doações 2016, em que foram homenageados os colaboradores do Memorial no ano de 2016 (http://trt.cmail2.com/t/d-i-ddllvy-l-d/).

16) 10ª Primavera dos Museus

A Comissão Coordenadora aprovou o formato e a escolha dos palestrantes do Seminário Pesquisas Históricas em Processos da Justiça do Trabalho, realizado no dia 22 de setembro de 2016, na sede da Escola Judicial do Tribunal. Na oportunidade, a Comissão Coordenadora foi representada pela Juíza Anita Job Lubbe (http://bit.ly/2gpNMyl).

17) XI Encontro Institucional da Magistratura

A Comissão Coordenadora do Memorial, representada pela Juíza Anita Job Lübbe, apresentou o documentário Magistratura Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória no XI Encontro Institucional da Magistratura (http://trt.cmail2.com/t/d-i-ddllvy-l-p/). Neste mesmo evento, foi lançado o Dicionário Histórico-Biográfico da Magistratura Trabalhista da 4ª Região, importante projeto do Memorial que teve duração de 5 anos e que apresenta, em forma de verbetes, todos os magistrados que atuaram na 4ª Região no período de 1941 a 1976, data em que o estado de Santa Catarina deixou de ser jurisdicionado pelo TRT da 4ª Região (http://trt.cmail2.com/t/d-i-ddllvy-l-x).

18) Mandato do Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho

A Comissão Coordenadora encaminhou consulta junto ao coordenador de gestão documental do TST sobre o mandato dos integrantes do Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho – CGMNac-JT, uma vez que próximo ao termo final do mandato. Essa consulta ocasionou a regularização de mandatos já encerrados e possibilitará a escolha de novos membros ao final dos mandatos em curso.

19) Juízes Classistas Gaúchos: Origem e Trajetória

A Comissão Coordenadora do Memorial, representada pelo Desembargador João Paulo Lucena, pela Desembargadora Denise Maria de Barros e pela Juíza Anita Job Lübbe conduziram a solenidade de abertura da exposição Juízes Classistas Gaúchos: Origem e Trajetória no dia 21 de novembro de 2016, no saguão do prédio-sede do TRT da 4ª Região/RS (http://trt.cmail2.com/t/d-i-ddllvy-l-m/).

20) Outras atividades

a) A Comissão ainda esteve representada pelo Desembargador João Paulo Lucena e pela Juíza Anita Job Lübbe na reunião do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – Memojutra em reunião realizada por videoconferência em março de 2016.

b) No dia 8 de março de 2016, a Comissão Coordenadora, representada pelo Desembargador João Paulo Lucena e pela Juíza Anita Job Lübbe, visitou o Depósito Centralizado

de Porto Alegre com o intuito de verificar as condições de armazenamento dos processos trabalhistas no local.

c) A Comissão Coordenadora realizou reuniões mensais com os servidores do Memorial para discussão e aprovação de todos os projetos em andamento em 15.02, 15.04, 20.05, 14.06 em 12/08.

d) A Comissão Coordenadora do Memorial apresentou o projeto Série Registros aos avaliadores do Prêmio Innovare, em julho de 2016.

7.3. Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente

De janeiro a abril de 2016, a Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente foi coordenada pela Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova, tendo sido realizadas as seguintes ações:

- 18.01.2016 – Reunião para organização de seminário sobre a erradicação do trabalho infantil em comunidades produtoras de tabaco;
- 29.01.2016 – Projeto Pescar. Apresentação do curso de articuladores e assuntos gerais;
- 12.03.2016 – Adesão do Tribunal Regional da 4ª Região ao programa #ElesporElas #HeforShe promovida pela ONU Mulheres;
- 16 e 31.03.2016 – Diálogos de Fim de Tarde: rodas de debates sobre violência e discriminação contra a mulher;1º.04.2016 – Projeto Pescar. Implementação da Unidade Projeto Pescar TRT4 e parceiros (OAB/RS, CAARS, MPT4, Agetra, Satergs, Fundação Projeto Pescar).

A partir de abril de 2016, a Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente passou a ser coordenada pela Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez, tendo sido realizadas as seguintes ações:

- 18.04.2016 – Reunião ordinária. Relato das atividades exercidas pela Comissão para a nova integrante e coordenadora (evento no dia 28 de abril sobre Trabalho Seguro. Semana Nacional de Aprendizagem. Colocação de cartazes do programa Combate ao Trabalho Infantil em ônibus de Porto Alegre. Evento da Winrock em julho e seminário em agosto. Criação do Comitê Igualdade de gênero. Exposição itinerante do TST sobre Trabalho Infantil);
- 19.04.2016 – Adesão ao programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, promovido pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, mediante assinatura de termo de compromisso em Brasília/DF;
- 10.06.2016 – Reunião ordinária – Relato das atividades previstas para o evento do dia 12 de junho – 32ª Maratona Internacional de Porto Alegre e assuntos gerais;1º.07.2016 – Projeto Pescar – Relato da continuidade das tratativas para implementação da Unidade Projeto Pescar TRT4 e parceiros (OAB/RS, CAARS, MPT4, Agetra, Satergs, Fundação Projeto Pescar), tendo sido apresentado o contrato de parceria;
- 09.09.2016 – Ciclo de Debates da Escola Judicial do TRT4 – módulo 1: Discriminação nas Relações de Trabalho;

- 15.09.2016 – Reunião do Conatrae em Brasília;
- 16.09.2016 – Ciclo de Debates da Escola Judicial do TRT4 – módulo 2: Discriminação por sexo e gênero e do trabalhador imigrante e refugiado;
- 30.09.2016 – Projeto Pescar – Relato da continuidade das tratativas para implementação da Unidade Projeto Pescar TRT4 e parceiros (OAB/RS, CAARS, MPT4, AGETRA, SATERGS, Fundação Projeto Pescar), tendo sido apresentado o *banner* da Unidade Projeto Pescar – Comunidade Jurídico-Trabalhista;
- 04.10.2016 – Reunião ordinária – Assuntos Gerais da Comissão;
- 14.10.2016 – Ciclo de Debates da Escola Judicial do TRT4 – módulo 3: Discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero – travestilidade e transexualidade;
- 15, 22 e 29.10.2016 – Curso "Trabalhadoras Domésticas: promovendo direitos", realizado em parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, organização Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos e o Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria de São Leopoldo;
- 20 e 21.10.16 – Participação em Brasília/DF do Seminário Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, promovido pelo TST e CSJT;
- 11.11.2016 – Ciclo de Debates da Escola Judicial do TRT4 – módulo 4: Discriminação por motivo de doença e do trabalhador com deficiência e acidentado;
- 02.12.2016 – Ciclo de Debates da Escola Judicial do TRT4 – módulo 5: Discriminação por motivos políticos e religiosos e por motivos raciais.

Além dessas atividades, durante o ano os integrantes da comissão participaram das reuniões periódicas realizadas pela Rede de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, pela Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Rio Grande do Sul – Coetrae/RS e pelo Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente – Fepeti/RS.

7.4.Comitê Gestor Local de Atenção Integral À Saúde

O Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde foi instituído pela Portaria nº 128, de 13.01.2016 em atenção à Resolução CNJ nº 207/2015, conforme determinação da Desembargadora Beatriz Renck, Presidente do TRT da 4ª Região.

1. Composição

IRIS LIMA DE MORAES, Desembargadora do Trabalho – Coordenadora;

RITA VOLPATO BISCHOFF, Juíza do Trabalho Substituta;

LUCIANA BOHM STAHNKE, Juíza do Trabalho, representante da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região – Amatra IV;

ANDRÉA SAINT PASTOUS NOCCHI, Juíza Auxiliar da Presidência;

PEDRO IVO SIQUEIRA DE BELLI, gestor da área de saúde;

PAULO RICARDO BARRETO FERREIRA, gestor da área de gestão de pessoas;

CRISTIANO BERNARDINO MOREIRA, servidor indicado pelo Sintrajufe/RS.

2. Atribuições

I – implementar e gerir a Política no seu âmbito de atuação, em cooperação com as unidades de saúde;

II – fomentar os programas, projetos e ações vinculados à Política, em conjunto com as unidades de saúde;

III – atuar na interlocução com o CNJ, com a Rede de Atenção Integral à Saúde, com o Comitê Gestor Nacional, com os demais Comitês Gestores Locais e com as instituições parceiras, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;

IV – promover, em cooperação com as unidades de saúde, reuniões, encontros e eventos sobre temas relacionados à Política;

V – auxiliar a administração do Tribunal no planejamento orçamentário da área de saúde;

VI – analisar e divulgar os resultados alcançados.

VII – definir princípios, diretrizes, estratégias e parâmetros para a implementação, em caráter permanente, de programas, projetos e ações institucionais voltados à promoção e à preservação da saúde física e mental de magistrados e servidores;

VIII – coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial em saúde, promoção, prevenção e vigilância em saúde de magistrados e servidores a fomentar a construção e a manutenção de meio ambiente de trabalho seguro e saudável e, assim, assegurar o alcance dos propósitos

IX – instituir e monitorar a Rede de Atenção à Saúde, priorizando-se o compartilhamento de experiências e a uniformização de critérios, procedimentos e prontuários, respeitadas as peculiaridades locais.

3. Organização e Andamento dos Trabalhos

Foram realizadas duas reuniões do Comitê, sendo a primeira em 15.03.2016, na qual, dentre outros assuntos, o servidor Cristiano Bernardino Moreira referiu a entrega do resultado de pesquisa sobre a saúde dos servidores, encomendada pelo Sindicato da categoria, e cujos dados considerava essenciais para nortear os trabalhos do comitê, em conjunto com a Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho. O referido servidor ainda mencionou a demanda do Sindicato no sentido da regulamentação da jornada de seis horas no âmbito do Tribunal.

O Dr. Pedro Belli relatou a participação dos servidores aos programas PPRA e PCMSO, referindo que a execução dos programas passará a ser obrigatória a partir de 2017, com o que os dados refletirão a situação da saúde da totalidade dos servidores e magistrados. Solicitou a criação de sistema (SESMT) para propiciar o monitoramento da execução do PCMSO.

A Juíza Andréa Nocchi referiu que estavam sendo estudadas ações voltadas ao controle da obesidade e a necessidade de rever a forma de apresentação da ginástica laboral, dada sua pouca efetividade. Também mencionou que o formulário relativo ao exame médico repetiu questionamento do ano anterior, acarretando perda de legitimidade da ação. Houve debate sobre

ações realizadas em algumas unidades de sorte a adequar a ergonomia ao PJe-JT. Foram consideradas muito positivas algumas ações de fisioterapia adotadas no âmbito do Tribunal, sendo comentada a ausência de profissional de tal especialidade e a necessidade de um assistente social no quadro de servidores. O combate ao assédio moral no âmbito do TRE também recebeu comentários e sugestões de adoção de medidas similares no Regional. O Dr. Pedro Belli ainda referiu que os índices de absenteísmo do Tribunal estão sendo reduzidos e são os menores entre todos os tribunais, havendo, porém, aumento no índice de doenças mentais, sendo necessária a adoção de ações nesse sentido.

Convencionou-se que os dados da pesquisa do sindicato e obtidos junto à Segesp e à Coordenadoria de Saúde serviriam de base para a proposição de ações iniciais, sendo ressaltados os limites impostos pelas restrições orçamentárias, bem como o caráter propositivo das deliberações do Comitê.

Na segunda reunião do Comitê, realizada em 07.04.2016, foi referida a demanda de vacinação geral contra a gripe, ação que estava em andamento, bem como a adoção futura de campanhas de conscientização e a necessidade de iniciativas prévias, antes do surgimento de surtos da doença. Também foi informada a solicitação à direção para a reposição de estoque de álcool em gel e a orientação de seu uso na limpeza dos ambientes de trabalho. Foi reconhecida a validade da pesquisa sobre saúde fornecida pelo sindicato, apenas com a sugestão de limitação aos dados científicos e exclusão de eventual viés corporativo.

Foi mencionada a ciência e a preocupação da administração do Tribunal em relação ao estresse de servidores e magistrados em razão da sobrecarga de trabalho, bem como a intenção de solucionar rapidamente o problema. O Dr. Pedro Belli explanou sobre dados de saúde de magistrados e servidores, inclusive doenças psíquicas e afastamentos. Foi apresentada pela Juíza Rita Bischoff proposta de princípios e diretrizes a orientar o trabalho do Comitê na implementação de política de atenção à saúde.

Por sua vez, além das já referidas e expostas nas reuniões do Comitê, outras ações práticas na área de saúde, com destaque nos enfoques da segurança e da qualidade de vida no trabalho, foram materializadas ao longo do ano poreventos promovidos pela Seção de Capacitação da Segesp, das quais destacamos:

Na área de segurança:

- Curso Resolução de Conflitos em Situações de Risco, turmas 1 e 2 – curso à distância, integrante da Reciclagem Anual para Atividade de Segurança;
- Curso Segurança: Conduta Preventiva, turmas 1, 2 e 3 – curso à distância;
- Curso Técnicas de Segurança na Direção em Situações de Risco, turmas 1 e 2 – curso presencial;
- Reciclagem Anual para Atividade de Segurança – 5 turmas – curso presencial;
- Curso de Operador de Spark, turmas 1 e 2 – curso presencial;
- Curso de NR 35 – curso presencial;
- Curso Prevenção e Combate a Incêndio – RT 14, turmas 1 e 2 – curso presencial;
- Curso de NR 10 (previsto) – curso presencial – De 05 a 07.12.2016;
- Curso de NR 18 (previsto) – curso presencial – De 15 e 16.12.2016;

- Curso de PPCI – plano de proteção e prevenção contra incêndio (previsto) – curso presencial – De 12 e 13.12.2016;
- Curso Proteção Contra Descargas Atmosféricas Segundo a ABNT NBR 5419 – 2015 (previsto) – curso presencial – De 12 a 14.12.2016;
- Curso de Formação de Instrutores de Armamento e Tiro (previsto) – curso presencial – De 12 a 23.12.2016.

Na área da qualidade de vida:

1. *Workshop*: Equilíbrio Emocional – O que é e como cultivar – *workshop* presencial
2. *Workshop*: A Meditação como Caminho para o Equilíbrio – *workshop* presencial
3. *Workshop*: Como Você se Cuida? – *workshop* presencial
4. Curso de Reeducação Postural, turmas 1 e 2 – *workshop* presencial
5. *Workshop*: Doenças da Coluna e suas Relações com o Trabalho – *workshop* presencial
6. *Workshop*: O que é Felicidade? – *workshop* presencial
7. *Workshop*: Prevenção de Doenças Cardiovasculares – *workshop* presencial
8. *Workshop*: A Importância da Educação Emocional para a Sociedade – *workshop* presencial
9. *Workshop*: Exame Médico Preventivo – *check up* – *workshop* presencial
10. *Workshop* Interativo "Sete Vidas – a arte de construir seu equilíbrio" – *workshop* presencial
11. Curso Equidade de Gênero: Acolhimento e Encaminhamento de Denúncias de Violência de Gênero

Destaca-se ainda a ênfase dos cursos da área de qualidade de vida aos aspectos psicossociais do quadro de pessoal, segundo as causas de afastamento identificadas pelo serviço médico e referidas acima.

Igualmente merecedoras de destaque sugestões apresentadas pela Juíza Rita Volpato Bischoff, no que diz respeito às medidas relacionadas à saúde da mulher, consistentes em:

- Incentivas as servidoras a realizar o exame de mamografia com liberação por duas ou três horas de trabalho para esta finalidade mediante comprovação do afastamento;
- Desenvolvimento de pesquisa, apurando o nível de cuidado com a saúde das mulheres que trabalham na 4ª Região, com pesquisa sobre o assunto de modo a responderem, por exemplo, se no último ano fizeram os exames de mama recomendados para sua faixa etária. Esta pesquisa poderia ser visualizada, por exemplo, em uma espécie de gráfico, que iria ganhando cor (de rosa), conforme o resultado.

4. Considerações finais

Conforme demonstra o presente relatório, o envolvimento das diversas instâncias internas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região tem sido fundamental para o acompanhamento das demandas de servidores e juízes nos temas relacionadas à promoção da saúde.

7.5. Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRT da 4ª Região

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRT4, instituído pela Portaria nº 2.029/2011, atuou em 2016 de forma a aperfeiçoar as ações relativas à política judiciária de solução das demandas pela conciliação.

Em três oportunidades foram realizadas Semanas de Conciliação, motivo pelo qual, previamente a cada evento, o Núcleo se reuniu para deliberar sobre as ações necessárias, tais como: elaboração de minuta, para Corregedoria e Presidência, com recomendações sobre procedimentos a serem adotados; solicitação à Setic para disponibilização de formulário na página eletrônica do TRT de solicitação de audiência; requerimento à Secretaria de Comunicação Social para divulgação dos eventos; designação de audiências em processos tramitando nos Gabinetes; visitas aos Desembargadores para solicitar a triagem e o envio de processos a serem incluídos em pauta; atendimento aos órgãos de imprensa para tratar do tema "Semana da Conciliação".

O Núcleo reuniu-se também para estudar criação de um centro de conciliação no prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho, além de aperfeiçoar as técnicas e ferramentas utilizadas pelo Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios, encaminhando à Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicações requerimento de criação de formulário que permita que o pedido de audiência feito via formulário gere andamento no sistema "push" do TRT, alertando a parte contrária, bem como a criação de ferramenta que possibilite a realização de audiências de conciliação virtuais, de modo a atender as demandas de usuários do Interior.

A partir da edição da Resolução nº 174/2016, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o Núcleo iniciou estudo sobre as regras ali contidas e deliberou sobre o encaminhamento de pedido de disponibilização de espaço físico para implantação do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – CEJUSC-JT. Definido o espaço, houve estudo do cronograma de reforma do espaço e acompanhamento da adequação da infraestrutura. A Escola Judicial foi acionada com pedido de criação de cursos de capacitação para servidores e magistrados nos métodos consensuais de solução de conflitos. Definiu-se a necessidade de normatização do funcionamento do CEJUSC-JT e de ações, mediante parceria com instituições vinculadas à Justiça do Trabalho, que fomentem a conciliação. Elaborou-se, em nova reunião, o plano de ação para implementação do CEJUSC-JT, para envio à Comissão Nacional de Promoção da Conciliação – Conaproc, conforme previsto na citada Resolução.

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRT4, ao longo de 2016, acompanhou as ações praticadas pelo Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e precatórios – JACEP, que se empenhou em auxiliar preferencialmente os Juízes de 1º Grau, implementando e executando dois projetos: "Pré-sentença", por meio do qual são realizadas audiências de conciliação em processos conclusos para sentença, resultando na diminuição do resíduo existente do TRT; e "Conciliação Inicial", que visa a desafogar as pautas das Varas do Trabalho, com realização de pautas extras de audiências iniciais, presididas pelos Juízes Conciliadores do JACEP. O Núcleo acompanha as ações, estuda os resultados e elabora estudo para maior efetividade dessas práticas.

O Núcleo esforçou-se para dar continuidade à prática, inovadora nesta Justiça, relacionada à conciliação de processos em que figuram no polo passivo entes públicos. O JACEP

realizou diversas audiências de processos da União Federal, homologando acordos que definiram o valor do crédito do reclamante para expedição de Requisição de Pequeno Valor ou precatório. Por intermédio da Juíza do Trabalho Cinthia Machado de Oliveira, o Núcleo acompanhou a elaboração de lei, pelo Município de Arroio dos Ratos, para instituir a conciliação no âmbito daquele município. Representantes do Núcleo fizeram-se presentes à Câmara de Vereadores para demonstrar os benefícios da solução mediante composição e incentivar a aprovação da referida norma legal. Foi realizada, por membros do Núcleo, visita ao TCE para relatar a prática, notícia que foi recebida pelo Conselheiro-Presidente daquele Tribunal (Marco Antônio Lopes Peixoto) com grande satisfação. A prática foi aprovada, haja vista que resulta em economia financeira para a gestão pública.

Demanda contínua do Núcleo é o estudo e a definição de plano de ação junto aos grandes litigantes, objetivando a aproximação a essas entidades, com objetivo de estimular a conciliação.

7.6 Programa Trabalho Seguro

Em 2016, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

1) Edição da revista sobre a NR-12, com artigos e depoimentos de várias autoridades, inclusive os parlamentares Senadores Cássio Cunha Lima, autor do projeto de suspensão da NR-12, e Paulo Paim, em defesa da referida norma. Projeto em fase de conclusão, com lançamento em 2017.

2) Continuidade do *Projeto Fluxo de Informações*, que consiste em coletar dados na rede pública de saúde relativos aos acidentes de trabalho graves, o que combate a subnotificação, uma vez que não se restringe à chamada economia formal. A implantação em Porto Alegre, junto ao Hospital Cristo Redentor, está avançada e já houve autorização da direção do Hospital de Pronto Socorro para adequação dos sistemas informáticos desta instituição;

3) Realização, em parceria com a Escola Judicial, do Minicurso Saúde Mental no Trabalho, um extrato do curso extensivo existente no Instituto de Psiquiatria do Hospital de Clínicas da Universidade de São Paulo. A atividade atende à Meta 1 do biênio 2016/2017: "Realizar um evento científico multidisciplinar na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho sobre o tema transtornos mentais relacionados ao trabalho";

4) Coletes sinalizadores com logo do Programa Trabalho Seguro: Em associação com o programa "De Bike para o Trabalho", foram cedidos coletes sinalizadores para adesivagem de outros parceiros, como a EPTC, para implantação do referido programa;

5) Está em fase de coleta de material a edição de um livro sobre Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho, com orçamento remanescente do ano de 2015;

6) Palestra do Programa Trabalho Seguro na ação promovida pela organização de direitos humanos Themis, voltada ao público feminino, com o tema *Saúde e Segurança no Trabalho Doméstico*, ministrada na cidade de São Leopoldo/RS no mês de outubro de 2016;

7) Participação do TRT4, representado pelo Programa Trabalho Seguro, no evento *Ginástica Laboral, Atividade Física na Empresa e o Trabalho Seguro*, no dia 22 de novembro de 2016, realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul;

8) Participação da gestão do Programa Trabalho Seguro no evento II Semana de Saúde e Segurança do Trabalho da Prefeitura de Porto Alegre, com palestra do gestor Juiz Luiz Antonio Colussi;

9) Participação da gestão do Programa Trabalho Seguro no evento Simpósio sobre Transtornos Mentais, em Brasília/DF, nos dias 12 e 13 de dezembro de 2016;

Com relação às metas do biênio, fora a Meta 1, já referida acima, as demais metas estão em andamento na seguinte situação:

- *Meta 2 – Desenvolver o Programa de Prevenção de Transtornos Mentais também no âmbito da Justiça do trabalho, envolvendo magistrados e funcionários, devendo realizar a Semana de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais, preferentemente abrangendo a semana do dia 28 de abril de 2017.*

O Programa Trabalho Seguro – PTS pretende realizar a SIPAT na data mencionada, tendo como tema especial a prevenção de transtornos mentais relacionados ao trabalho.

Meta 3 – Divulgar por todos os meios possíveis mensagens educativas sobre saúde, segurança e meio ambiente do trabalho, com ênfase para o tema deste biênio (transtornos mentais relacionados ao trabalho).

A gestão do PTS almeja alinhar-se com o convênio semelhante já firmado com as empresas públicas CEEE e DMAE, e privada AES, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

- *Meta 4 – Aprofundar o relacionamento institucional com os parceiros locais do Programa Trabalho Seguro para realizar eventos conjuntos e intensificar o compartilhamento de informações.*

Neste aspecto, várias atividades têm sido realizadas. O projeto Fluxo de Informações é uma iniciativa que pertence ao Getrin – Grupo de Estudos Interinstitucional, do Programa Trabalho Seguro, e diz respeito especificamente aos parceiros Ministério Público do Trabalho, Prefeitura de Porto Alegre – Secretaria Municipal da Saúde e CEREST-POA – Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, de Porto Alegre/RS. Também está prevista e autorizada a ampliação do Getrin com assinatura de Termo de Cooperação Técnica com o CREF da 2ªRegião – Conselho Regional de Educação Física.

- *Meta 5 – Contribuir com o Tribunal Regional na criação do cadastro de profissionais para a realização de perícias, especialmente nas demandas sobre acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.*

Com relação a esta meta, está em curso a atividade de Grupo de Trabalho para a criação do CPTEC – Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos, em atendimento à Resolução nº 233/2016, do Conselho Nacional de Justiça, dele fazendo parte a gestão do Programa trabalho Seguro.

CERIMONIAL

O Cerimonial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, estrutura subordinada à Secretaria-Geral da Presidência, foi criado em 12 de setembro de 2011 pela Portaria nº 4.388/2011 e tem como atribuições planejar, organizar, operacionalizar e supervisionar as solenidades no TRT4 e os eventos que contam com a participação da Presidente ou dos Desembargadores que compõem a Administração.

O Cerimonial prima pela busca da aplicação da disciplina de precedências, envolvendo, entre outros misteres, a observância de lugares de honra, e os procedimentos necessários para a execução de hinos, fixação de bandeiras, filas de cumprimentos, condecorações e homenagens.

O Cerimonial também controla as correspondências relativas a eventos e elabora propostas de convites para solenidades da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Além disso, cabe ao Cerimonial recepcionar e acompanhar visitas institucionais; planejar e organizar visitas de acadêmicos e de outros segmentos da comunidade ao Tribunal; fornecer aos integrantes da Administração informações e orientações acerca do protocolo em solenidades, bem como providenciar a representação institucional em eventos, quando necessário.

Compete ao Cerimonial, ainda, planejar e coordenar eventos institucionais com a participação da Presidente ou de Desembargadores, bem como auxiliar nas inaugurações de novas unidades judiciárias, na posse de magistrados, na aposição de retratos (de Presidentes e Corregedores), no lançamento de pedras fundamentais, entre outros.

Dentre as atividades desempenhadas em 2016, destacam-se o Lançamento Oficial do Projeto Igualdade de Gênero do TRT4 e a Assinatura do Termo de Cooperação entre o TRT4 e a Secretaria Adjunta da Mulher – da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Inauguração da Sala de Amamentação no Foro Trabalhista de Porto Alegre, o lançamento da exposição "Um mundo sem trabalho infantil" (ARISE), no Shopping Praia de Belas, a participação na 33ª Maratona de Porto Alegre com divulgação do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, seguida de atividades no Brique da Redenção (Parque Farroupilha) sobre o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil e o Natal Solidário do TRT. Dignas de menção, ainda, como eventos de substancial importância são a solenidade de inauguração das Novas Instalações das Varas do Trabalho de Santo Ângelo e de Santa Vitória do Palmar, bem como o descerramento da placa que atribui o nome do Juiz Lenir Heinen ao Espaço Cultural do Foro Trabalhista de Porto Alegre.

Em 2016, ainda, o Cerimonial realizou as solenidades de posse em gabinete dos Desembargadores Fabiano Holz Beserra e Angela Rosi Almeida Chapper e a de Ratificação de Posse do Desembargador Fabiano Holz Beserra, a Solenidade de Posse de Juízes do Trabalho Substitutos no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho e a solenidade de Posse de oito Juízes Substitutos do TRT4, classificados no Concurso para Juiz Substituto do TRT da 4ª Região, realizado no decorrer do ano de 2016.

Segue, abaixo, lista dos eventos que tiveram o apoio do Cerimonial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, no ano de 2016.

Encontro Institucional

05 a 07.10.2016 – XI Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho

Inauguração de Novas Instalações

09.06.2016 – Santo Ângelo 1º.09.2016 – Santa Vitória do Palmar

Ratificação de Posse de Desembargadores – Sessão Solene

23.05.2016 – Ratificação de Posse do Desembargador do Trabalho Fabiano Holz Beserra

Posse de Desembargadores em Gabinete

04.05.2016 – Posse do Procurador do Trabalho Fabiano Holz Beserra no cargo de Desembargador

14.12.2016 – Posse da Juíza do Trabalho Angela Rosi Almeida Chapper no cargo de Desembargadora

Posse de Juízes Substitutos

29.07.2016 – Rafael Flach

05.09.2016 – Fabrício Luckmann, Bruno Marcos Guarnieri e Rafael Fidelis de Barros

17.11.2016 – Cássia Ortolan Grazziotin, Vinícius de Paula Löblein e Diogo Guerra

19.12.2016 – Caroline Bitencourt Colombo, Mariana Piccoli Lerina, Guilherme da Silva Gonçalves Cerqueira, Marines Denkievicz Tedesco Fraga, Mariana Vieira da Costa, Nikolai Nowosh, Bruno Feijó Siegmann e Igo Zany Nunes Corrêa

Posse de Juízes Titulares

11.01.2016 – Rozi Engelke 1º.04.2016 – Eliane Covolo Melgarejo

16.12.2016 – Paula Silva Rovani Weiler, Rita Volpato Bischoff e Almiro Eduardo de Almeida

Recepção, Visita de Autoridades e Visitas Institucionais ao TRT4

11.03.2016 – Visita Institucional da Ministra do TST Maria de Assis Calsing

31.03.2016 – Visita Institucional da Ministra do TST Delaíde Miranda Arantes

10.11.2016 – Recepção da Ministra Maria Cristina Peduzzi pelos Desembargadores do TRT4

Representações Institucionais – Confirmação de presença do representante

14.04.2016 – Solenidade de outorga do título de "Doctor Honoris Causa" ao Dr. Ives Gandra da Silva Martins – Desembargador João Pedro Silvestrin

26.04.2016 – Seminário Técnico "Trabalhos em Altura" – Desembargador Raul Zoratto Sanvicente

20.06.2016 – Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal – Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez

11.07.2016 – Audiência Pública da Comissão de Finanças em conjunto com a Comissão de Serviços Públicos da Assembleia Legislativa – Juiz Auxiliar Luís Henrique Bisso Tatch

02.08.2016 – Lançamento da Cartilha da Justiça em quadrinhos, promovido pela Associação Brasileira de Magistrados (em parceria com a Ajuris) – Desembargadora Maria Madalena Telesca

09 e 10.08.2016 – VII Encontro da Memória da Justiça do Trabalho – Tema "Gestão Documental: Instrumento de Acesso à Informação". Local: Campo Grande/MT – Desembargador João Paulo Lucena

26.08.2016 – Solenidade de comemoração dos 10 anos da Procuradoria do Trabalho no Município de Pelotas e de inauguração das novas instalações – Juiz Luis Carlos Pinto Gastal

23.09.2016 – Audiência Pública sobre Mediação no âmbito do Ministério Público do Trabalho – Desembargador Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa

03.10.2016 – Sessão Solene de Posse dos novos dirigentes eleitos para o biênio 2016/2018 do TRT da 2ª Região/SP – Desembargadora Vânia Maria Cunha Mattos

03.10.2016 – 10ª Reunião da Rede de Direitos Humanos do Sistema de Justiça e Segurança do RS – Juízas Gabriela Lenz de Lacerda e Luciana Bohm Stahnke

22.11.2016 – Evento Ginástica Laboral, Atividade Física na Empresa e o Trabalho Seguro, do Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região (CREF2/RS) – Desembargador Raul Zoratto Sanvicente

Representações Institucionais – Confirmação de presença e acompanhamento do representante na solenidade

03.02.2016 – Solenidade de Posse dos Desembargadores eleitos para a Administração do Tribunal de Justiça do Estado do RS (Biênio 2016/2017) – Desembargadora Maria da Graça Ribeiro Centeno

03.02.2016 – Sessão Solene de Eleição e Posse dos Membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado – Período 2016/2017 – Desembargador João Pedro Silvestrin

03.02.2016 – Solenidade de Posse dos Magistrados eleitos para a Administração da Ajuris – Biênio 2016/2017 – Desembargador João Pedro Silvestrin

22.02.2016 – Solenidade de posse do Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Claudio Fernando Brayer Pereira – Desembargador João Paulo Lucena

10.03.2016 – Solenidade de Posse da Diretoria do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – Desembargador João Pedro Silvestrin

10.03.2016 – Sessão Solene de Posse da OAB/RS para a gestão 2016/2018 – Desembargador João Pedro Silvestrin

17.03.2016 – Solenidade de Posse da Nova Diretoria, Conselho Superior e Conselho Fiscal do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (Iargs) – Desembargador João Pedro Silvestrin

22.03.2016 – Evento "Direitos Humanos: Uma questão de justiça" com o tema " Direitos Humanos e Direitos das Mulheres: a Justiça Federal e as representações sociais do gênero feminino" – Desembargador João Paulo Lucena

12.05.2016 – "Clássico Tribunal Regional do Trabalho", no Jockey Club do RS – Desembargadora Vânia Maria Cunha Mattos

16.05.2016 – Solenidade de Posse dos Juízes Federais Roger Raupp Rios e Salise Monteiro Sanchotene como Desembargadores do TRF4 – Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz

24.05.2016 – Posse dos Desembargadores Liselena Schifino Robles Ribeiro e Carlos Cini Marchionatti, no TRE/RS – Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo

09.06.2016 – VII Semana Interinstitucional de Cooperação Socioambiental e Assinatura da Renovação do Termo de Cooperação GISA – Desembargador João Pedro Silvestrin

09.06.2016 – Solenidade Alusiva aos 70 Anos da Caixa de Assistência dos Advogados do RGSul – CAA.RS – Desembargador João Pedro Silvestrin

22.08.2016 – Lançamento do Comitê de Combate ao Caixa 02, na OAB/RS – Desembargador João Pedro Silvestrin

25.08.2016 – Abertura do II Congresso Internacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho – ASRDT – Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo

20.10.2016 – II Colégio de Presidentes de Subseções da OAB.RS – Gestão 2016/2018 – Desembargador João Pedro Silvestrin

Visitas de Acadêmicos ao TRT4

13.04.2016 – Faculdade João Paulo II – Passo Fundo/RS

27.04.2016 – Centro Universitário Metodista do IPA e Faculdades Integradas São Judas Tadeu

12.05.2016 – UCS – Universidade de Caxias do Sul – *Campus* Universitário Vale do Caí

02.06.2016 – Fadergs – Faculdade de Desenvolvimento do RGS

16.06.2016 – Ulbra – Universidade Luterana do Brasil – *Campus* Universitário de Gravataí

30.06.2016 – Faculdade Dom Alberto – Santa Cruz do Sul/RS

25.08.2016 – Univates – Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior – Lajeado/RS

13.09.2016 – Fema – Faculdades Integradas Machado de Assis – Santa Rosa/RS

29.09.2016 – Centro Universitário Metodista do IPA – Rede Metodista de Educação

13.10.2016 – Ulbra – Universidade Luterana do Brasil – *Campus* Universitário de Canoas e UCS – Universidade de Caxias do Sul – Campus Universitário Vale do Caí

20.10.2016 – URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – *Campus* de Frederico Westphalen

10.11.2016 – Fames – Faculdade Metodista de Santa Maria

24.11.2016 – Fadergs – Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul

Visitas Institucionais

28.03.2016 – Visita ao Jornal do Comércio

04.04.2016 – Visita ao Jornal Correio do Povo

05.05.2016 – Visita à Rede Pampa de Televisão

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECONTI

A Secretaria de Controle Interno, durante o exercício de 2016, desenvolveu suas atividades com o objetivo de realizar acompanhamento, levantamento, controle e auditoria na gestão de pessoal, contábil, financeira, patrimonial e operacional, bem como nos respectivos controles internos, visando a verificar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia.

Na execução de suas atribuições, a Seconti buscou zelar pela qualidade e pela independência dos trabalhos de auditoria, evitando a cogestão em suas atividades, em atendimento à Resolução CNJ nº 86/2009, bem como às recomendações do TCU contidas no

Acórdão nº 1.074/2009, e às do Acórdão do CSJT no processo nº CSJT – A – 10583-05.2012.5.90.000, de 1/].03.2013 referente ao monitoramento da auditoria no TRT4, realizada em junho de 2012.

Foram realizadas pela Seconti as seguintes auditorias de conformidade, operacional e de avaliação de controles internos:

RELAÇÃO DAS AUDITORIAS COM RECOMENDAÇÕES PROMOVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2016	
ESPECIFICAÇÃO	PROCESSO ELETRÔNICO
Relatório de Auditoria 01/2016 – Auditoria em Contratações de TIC (Resolução CNJ n°182/2013)	0002745-58.2016.5.04.0000
Relatório de Auditoria nº 02/2016 – Auditoria em Pregão Eletrônico	0005610-54.2016.5.04.0000
Relatório de Auditoria nº 03/2016 – Auditoria em Pagamento de Passivos	0006191-69.2016.5.04.0000
Relatório de Auditoria nº 04/2016 – Auditoria na obra do Foro Trabalhista de Viamão (orçamento)	0004205-80.2016.5.04.0000
Relatório de Auditoria – Auditoria de Avaliação dos Controles Internos na Coordenadoria de Contabilidade	0006418-59.2016.5.04.0000

Adicionalmente, conforme disposto no art. 9º da Resolução CSJT nº 70/2010, a Seconti emitiu parecer quanto ao atendimento das diretrizes e dos referenciais de área e à adequação aos sistemas de custos para as seguintes obras:

RELAÇÃO DE PARECERES EXPEDIDOS PARA ATENDIMENTO DA RESOLUÇÃO CSJT Nº 70/2010	
ESPECIFICAÇÃO	PROCESSO ELETRÔNICO
Construção de prédio – VT Triunfo (Aprovações de projeto e Acompanhamento da Obra pelo CSJT)	0000435-79.2016.5.04.0000
Construção de prédio – VT São Borja (Aprovações dos projetos e acompanhamento da obra pelo CSJT)	0005805-44.2013.5.04.0000

Quanto aos atos de gestão de pessoal, estão especificados, no demonstrativo a seguir, os atos de admissão e desligamento de pessoal e de aposentadoria e pensão. Foram verificados sua exatidão e legalidade, e, posteriormente, encaminhados ao Tribunal de Contas da União para fins de exame e registro.

ATOS, CONCESSÕES E PROCESSOS DE PESSOAL	
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE

Formulários de aposentadoria, cancelamento de aposentadoria, pensão, admissão e desligamento de pessoal encaminhados com parecer ao TCU	147
Processos de novas aposentadorias conferidos	116
Processos de novas pensões conferidos	22
Diligências do Tribunal de Contas da União	6
TOTAL	291

Cabe mencionar, também, as seguintes atividades desenvolvidas pela Secretaria:

- Ações coordenadas com o CSJT: Ação Coordenada de Auditoria com o CSJT na área de Tecnologia da Informação e Comunicação – (RDI CSJT CCAUD nº 55/2016) para aferir o efetivo uso dos recursos de TI investidos pelo CSJT em 2015. (Processo Eletrônico nº 0002668-49.2016.5.04.0000); Relatório de Auditoria CSJT (Utilização, pelos TRTs, dos bens e serviços de TI custeados com recursos do orçamento de 2014 do CSJT) – Ofício CSJT.SG.CCAUD nº 13/2016 (Processo Eletrônico 0002907-87.2015.5.04.0000).
- Monitoramento do Acórdão CSJT – A – 10583-05.2012.5.90.000, pelo Ofício CSJT.SG.CCAUD nº 03/2016 (Processo Eletrônico nº 0002792-66.2015.5.04.0000).
- Expediente – Solicitação de Esclarecimento (autuado em 2016): Execução da Garantia Contratual – Contrato TRT nº 76/2014 (Processo Eletrônico nº 0002832-14.2016.5.04.0000).

Atividades Complementares

- Auditoria de Avaliação dos Controles Internos da Seção de Compras (Relatório de Auditoria – nº 10/2013): monitoramento de 90 e 180 dias (Processo Eletrônico nº 0006596-76.2014.5.04.0000).
- Auditoria de Avaliação de Controles Internos da Seção de Contratos (Relatório de Auditoria – n° 13/2014): monitoramento de 360 (Processo Eletrônico nº 000954-88.2015.5.04.0000).
- Auditoria Operacional na obra do Foro Trabalhista de Estrela (Relatório de Auditoria – nº 06/2015): monitoramento de 90 dias (Processo Eletrônico nº 0006079-37.2015.5.04.0000).
- Monitoramento das auditorias realizadas nos prazos de 90, 180 e 360 dias, nos termos do art. 17 da Portaria nº 7.666/2014, alterada pela Portaria nº 3.326/2016.
- Acompanhamento da execução orçamentária e financeira mediante monitoramento do Sistema Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal).
- Verificação da consistência dos dados dos Relatórios quadrimestrais de Gestão Fiscal. (Processo Eletrônico nº 0001033-43.2010.5.04.0000).
- Avaliação da conformidade com as normas do TCU das peças do Relatório de Gestão do exercício de 2015 encaminhado à Corte de Contas para exame (Processo Eletrônico nº 0007526-60.2015.5.04.0000).
- Auditoria de avaliação da gestão, com emissão de Parecer visando a certificar a regularidade das contas, no processo de Tomada de Contas do exercício de 2015, enviado ao TCU para julgamento (Processo Eletrônico nº 0007526-60.2015.5.04.0000).

CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

Em cumprimento ao Plano Anual de Capacitação, no decorrer do ano de 2016, apesar da restrição orçamentária enfrentada pela Administração do TRT4, os servidores da Secretaria de Controle Interno participaram, em média, de 122 horas de eventos de capacitação com os seguintes destaques:

CAPACITAÇÃO			
EVENTOS COM CERTIFICADO	Carga Horária	Origem	Nº Participantes
II Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário	19	Ext.	01
Curso Obras Públicas de Edificação e de Saneamento – Módulo Planejamento	50	Ext.	01
Orçamento e Cálculo do BDI de Obras Civis – Públicas e/ou Privadas	16	Ext.	02
Curso Previdência dos Servidores Públicos RPPS: Cálculos de Aposentadorias e Pensões	24	Int.	02
Curso Tesouro Gerencial	8	Ext.	02
13ª Semana de Administração Orçamentária,Financeira e de Contratações Públicas	40	Ext.	01
Curso Gestão de Risco no Setor Público	20	Int.	10
Curso Auditoria Baseada na Avaliação de Riscos no Setor Público	20	Int.	10
Curso de Governança das Aquisições Públicas	16	Int.	09

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – SETIC

Em 2016, o CNJ divulgou o resultado do primeiro levantamento do Perfil em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC realizado no âmbito do Poder Judiciário – o iGovTIC-JUD, cujo propósito é fomentar e acompanhar o crescimento de cada tribunal nesta área. O estudo foi realizado por meio de aproximadamente 270 questões respondidas pelos gestores de TIC em cada órgão.

O TRT da 4ª Região ficou em 1º lugar entre os 92 órgãos do Poder Judiciário. O nível de maturidade “aprimorado”, obtido apenas pelo TRT4 e por outros 5 órgãos do Poder Judiciário, revela o esforço do Tribunal na adoção das melhores práticas de gestão e governança da área de TIC.

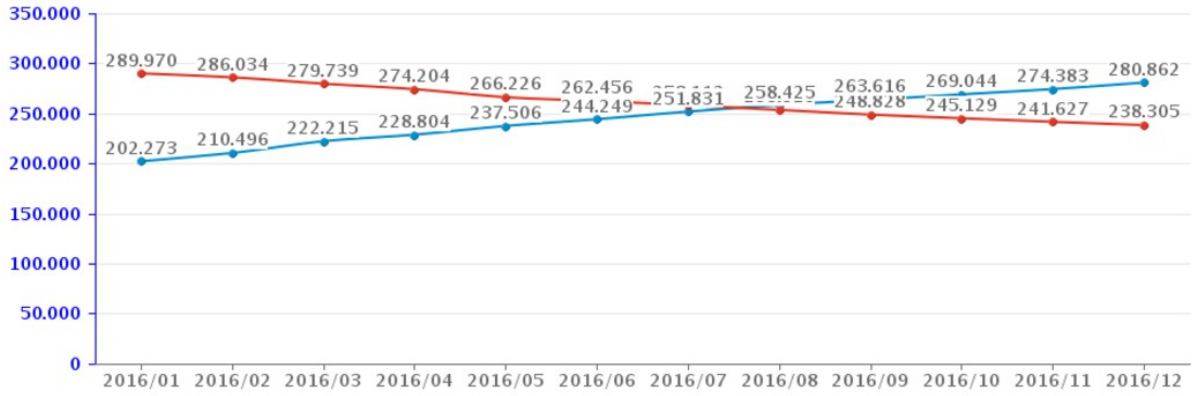
Nota do Órgão	Nível de Maturidade
0,84	Aprimorado

Dimensões Avaliadas	Nota	Nível de Maturidade
1. Das Políticas Planejamento	0,95	Excelência
2. Das Estruturas, Macroprocessos e Processos	0,86	Aprimorado
3. Das Competências, Desenvolvimento e Desempenho das Pessoas	0,66	Satisfatório
4. Dos Riscos, Monitoramento e Auditoria – Controle de Gestão.	0,83	Aprimorado
5. Dos Sistemas, Integração e Nivelamento	0,8	Aprimorado
6. Dos Serviços de Infraestrutura	0,73	Aprimorado
7. Detalhamento	1	Excelência

Classificação 2016		
Segmento	Porte	Geral
1° (de 24)	1° (de 26)	1° (de 92)

De outra parte, com o ajuizamento das ações exclusivamente por meio eletrônico, desde o término da implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT no TRT em 2015, a tecnologia da informação e comunicações assumiu um papel estratégico e de extrema importância para o processo de prestação jurisdicional.

Em 31 de dezembro de 2016, o número de processos eletrônicos em tramitação superou o de processos físicos em mais de 40.000, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



- processos eletrônicos
- processos físicos

Considerando essa nova perspectiva, foi mantido o processo de reestruturação da Setic, desenvolvido desde 2010, visando a suportar adequadamente as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do TRT, garantindo a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações.

Em 2016, por meio da Portaria nº 7.238/2016, a Coordenadoria de Implantação de Sistemas, que tem como principais atividades gerenciar o processo de homologação, implantação e testes de novas versões do sistema PJe-JT e seus satélites, atuar nas atividades de capacitação no uso dos sistemas, auxiliar na definição dos requisitos e das novas funcionalidades

do sistema PJe-JT e seus satélites, realizar o registro e acompanhamento de falhas dos sistemas junto ao CSJT, e a manter atualizadas as páginas do PJe-JT (internet e intranet).

PROJETOS DESENVOLVIDOS EM 2016

Os projetos desenvolvidos pela Setic constam do Plano Diretor de TIC, documento de nível tático no qual são elencadas as ações e os projetos essenciais para o atingimento de metas estabelecidas no Plano Estratégico de TIC e no Plano Estratégico Institucional. Os de maior relevância estão descritos a seguir.

1. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO (PJe-JT)

Em 2016, foram instaladas e configuradas, em produção, 6 (seis) versões do sistema PJe-JT, listadas a seguir. Cabe salientar que, para cada versão em produção, há outras quatro envolvendo homologação e treinamento que são instaladas, totalizando 24 instalações ao longo do ano. Nesses procedimentos, atuam as equipes da Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas e da Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica.

- 2016.10.15 - versão 1.13.0
- 2016.07.16 - versão 1.12.1.5
- 2016.07.16 - versão 1.12.0
- 2016.03.22 - versão 1.11.0.6
- 2016.03.18 - versão 1.11.0.5
- 2016.03.05 - versão 1.11.0.3

Administração e Desenvolvimento do PJe-JT

A Seção de Administração do PJe-JT é composta por nove servidores, sendo que quatro fazem parte da equipe de sustentação e desenvolvimento do sistema. Dentre as tarefas da Seção estão a criação e execução de *scripts* para correção de dados inconsistentes no banco de dados do PJe-JT, identificação de falhas do sistema e registro e acompanhamento de *bugs*, dúvidas e sugestões no sistema JIRA do CSJT. Durante o ano de 2016, foram atendidos/solucionados cerca de 5.000 chamados envolvendo o Sistema Processo Judicial Eletrônico no âmbito do TRT da 4ª Região.

Esse grupo atua também, desde 2016, a partir de autorização do CSJT, na manutenção e no desenvolvimento do PJe-JT. O TRT da 4ª Região foi destacado pelo CSJT como o Tribunal que mais atuou em manutenção e correções do PJe-JT em toda Justiça do Trabalho. Nesse exercício se destacaram:

- Geração automatizada da íntegra *offline* de processos pautados em audiências e sessões de julgamento a serem realizadas nos próximos sete dias, como solução de contingência para o caso de instabilidades e indisponibilidades do sistema PJe-JT, inclusive durante manutenções programadas para atualização de versão;

- Geração automatizada de pautas *offline* em formato específico que possibilite importação pelo sistema AUD, como solução de contingência em casos de crises do sistema PJe-JT durante o período de audiências;
- Implementação e disponibilização de pesquisa textual em decisões e despachos de 2º Grau, até então disponíveis apenas acórdãos;
- Desenvolvida aplicação para pesquisa de partes do sistema PJe-JT, tanto para reclamadas como reclamantes, com forma de autenticação segura, para uso apenas das unidades judiciárias envolvidas;
- Empacotamento e liberação do sistema Ajuste de Distribuição PJe-JT, em uso neste Tribunal, para uso por outros Regionais da JT, com envio ao TRT da 14ª Região;
- Ferramenta para geração de relatórios padrões;
- Módulo para possibilitar o cadastramento de processos em fase de conhecimento, denominado CCLE, que está sob avaliação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Homologação e implantação de versões do PJe-JT

Em 2016, a Coordenadoria de Implantação de Sistemas atuou na gestão dos processos de homologação, testes e implantação do PJe-JT e sistemas satélites, bem como na capacitação dos usuários para uso dos sistemas, como segue:

- Gerenciamento da homologação das versões 1.12.0.rc2, 1.12.1.rc1, 1.13.0.rc2 e 1.13.1 do PJe-JT, com a identificação e informação ao CSJT dos problemas detectados;
- Gerenciamento do processo de testes e de implantação das versões 1.11.0.3, 1.12.1.5 e 1.13.0 do PJe-JT, com a identificação de falhas, divulgação de informações aos usuários e atualização da versão do PJe-JT;
- Realização de testes relativos a sistemas satélites, entre outros:
    - Sistema AUD – Identificação e correção de falhas no sistema de elaboração de atas.
    - Sistema SICOND – Avaliação de sistema satélite voltado a emissão de relatórios gerenciais.
    - Aplicativo JT Mobile – Testes para implantação do aplicativo nacional da JT
    - Alterações de infraestrutura do PJe-JT e de sistemas satélites – Identificação prévia de problemas relacionados às alterações de infraestrutura do PJe-JT.
    - Projeto de cadastramento no PJe-JT de Agravos de Petição físicos – Cadastramento de processos físicos no PJe-JT quando remetidos ao Tribunal para julgamento de AP.

- Elaboração e disponibilização dos seguintes cursos à distância:

- PJe-JT – Capacitação de servidores sobre as novidades das versões 1.11.0.3 e 1.12.1.5
- Sistema AutoCLE – Capacitação para uso da ferramenta de cadastramento de processos físicos no PJe-JT.
- Sistema AUD – Capacitação de servidores sobre as novidades das versões 3.0; 3.0.2 e 3.0.3 do AUD.
- Sistema e-Jus – Módulo sentença – Capacitação de magistrados e servidores para uso do sistema para elaboração de sentenças.

Ações de Infraestrutura para o PJe-JT

- Novo GIGs, PJeCalc, eGestao 2.0 com nova base de dados de *stagging* e nova Consulta Processual;
- Criação de banco de dados Oracle 12c para integração PJe/Novajus4;
- Análises e resolução de problemas de desempenho no PJe-JT;
- Criação de ferramentas internas de monitoramento da infraestrutura do PJe-JT: DB + Jboss;
- Nova versão do VMware na infraestrutura específica do PJe-JT. Readequação da infraestrutura virtual do PJe-JT para suportar aumento de demanda;
- *Upgrade* do PGBouncer e novo *pooler* de conexões pgBouncer conforme padrões do CSJT;
- *Upgrade* do PJe-JT até a versão 1.13;
- *Upgrade* para Postgresql 9.6.1 (estudos, documentos, implantação).

Infraestrutura do PJe-JT no final de 2016

Em 2016, foi mantida a infraestrutura adotada para o PJe-JT, utilizando 11 (onze) servidores físicos, sendo 9 (nove) para a aplicação e 2 (dois) para banco de dados, 26 máquinas virtuais, 5 (cinco) instâncias de servidor *web* Apache, 34 instâncias de servidor de aplicação JBoss e 3 (três) bancos de dados PostgreSQL. Todos esses itens são gerenciados, atualizados e configurados individualmente, o que traz grande complexidade para o ambiente.

2. DESENVOLVIMENTOS DE SISTEMAS

Dentre os projetos executados pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas cumpre destacar os que seguem:

Selo Justiça em Números – MNI

Conforme o inciso II do art. 5º da Portaria 5/2016, que regulamenta o Selo Justiça em Números, os tribunais deveriam ser capazes de extrair a movimentação analítica dos processos para receberem até 200 pontos para o selo justiça em números, encaminhando ao CNJ os arquivos conforme o Modelo Internacional de Interoperabilidade (MNI).

O desenvolvimento foi realizado por 3 (três) diferentes equipes técnicas, a fim de implementar em curto espaço de tempo busca e geração dos dados necessários em 3 (três) sistemas judiciais em uso no Tribunal: PJe-JT, inFOR e NovaJus4.

Os arquivos contendo as informações solicitadas foram transmitidos dentro dos prazos estabelecidos, incluindo uma carga completa, com a totalidade dos processos em tramitação em 31 de julho de 2016 e aqueles que foram baixados de 1° de janeiro de 2015 até 31 de julho de 2016, e uma carga mensal, com os processos que tiveram movimentação ou alguma atualização no mês de agosto de 2016.

A implementação e o envio dentro do prazo, atendendo a todos critérios técnicos estabelecidos, resultaram no atingimento do número máximo de pontos (200), contribuindo significativamente para a concessão do Selo Justiça em Números Diamante ao TRT4.

Sistema de Audiências da Justiça do Trabalho – AUD

O TRT da 4ª Região passou a dar suporte ao sistema nacional AUD a toda a Justiça do Trabalho, tendo resolvido 69 chamados abertos durante o ano de 2016. Além do suporte nacional, a equipe técnica foi também responsável pelo desenvolvimento de novas funcionalidades, a partir de demandas de outros tribunais, devidamente autorizadas pelo CSJT. Ao longo do ano, foram desenvolvidas e liberadas as versões 3.0.1, 3.0.2, 3.0.3 e 3.1, com as seguintes correções e funcionalidades:

Versão 3.0.1 do AUD – Liberada para homologação do CSJT em 14.04.2016:

- PJEJT-30792: AUD – Mensagem não amigável ao tentar importar pauta sem processos ;
- PJEJT-155: Aud mostra número de processo com últimos 4 dígitos incorretos;
- PJEJT-29658: Problema na importação de pauta de audiências por causa de horário de verão;
- Presença das Partes, Documentos, Juntadas, Testemunhas, Depoimentos, Contingências: alterar rótulos relativos aos réus (Solicitação do CSJT).

Versão 3.0.2 do AUD – Liberada para homologação do CSJT em 1º.06.2016

- PJEJT-33329: Erro ao Carregar a pauta de Audiências no AUD

Versão 3.0.3 do AUD – Liberação para homologação do CSJT em 02.09.2016:

- PJEJT-35994: AUD não envia o texto cadastrado para a ata quando nenhuma opção das contraditas é marcada na tela "Testemunhas";
- PJEJT-36253: AUD3 ou AUD2: Identificação incorreta da Vara do Trabalho na tela principal;
- PJEJT-39575: Falha na seleção de textos com as teclas SHIFT + seta para baixo;
- PJEJT-39583: O AUD trava quando o advogado está ausente e o nome está em branco;

- PJEJT-39585: Ao fazermos a colagem de um texto de uma ata anterior (Ctrl + C) e inserimos na ata que está sendo editada (Ctrl + V) o texto vem totalmente sem formatação;
- PJEJT-39634: Falha ao atribuir preposto para outras partes do processo;
- PJEJT-39772: Alguns campos relativos à fase de perícia não possuem correspondência com a nova tela de Perícia;
- PJEJT-39775: Falha ao selecionar a OAB quando existe mais de um advogado com o mesmo número;
- PJEJT-39776: Erro "Invalid alignmento value" ao colar texto na ata;
- PJEJT-39929: Texto das custas fora de ordem na ata;
- SAT-58: Instalador não deve sobrescrever arquivos XML de versões do AUD instaladas anteriormente (incluído tratamento para não sobrescrever o assinador AutenticarDelphi.jar);
- SAT-64: Troca de atas entre processos no envio ao Pje-JT.

Versão 3.1 do AUD – Liberação para homologação do CSJT em 04:11:2016:

- SAT-5: Bloqueio do conteúdo da ata de audiência quando do seu envio ao Pje-JT;
- SAT-56: Alteração da tela de fundo do AUD;
- SAT-58: Instalador não deve sobrescrever arquivos XML de versões do AUD instaladas anteriormente;
- AUD-40: Falha com certificados ao enviar para PJE (Token Aladdin; novo AutenticarDelphi.jar);

Cadastro de Liquidação e Execução – AutoCLE

Implantação do AutoCLE, aplicativo para automatização de cadastro de liquidação e execução no sistema PJe-JT, utilizando as informações do sistema de acompanhamento de processos do 1º Grau – inFOR. A utilização do sistema como Piloto em Varas do Trabalho selecionadas ocorreu em maio de 2016; em julho, o aplicativo foi instalado em todo o Estado. Após sua instalação, o sistema foi aprimorado durante o ano, incluindo a importação de processos a partir de andamento "Processo cadastrado no PJe".

Extrator PJe-JT

Implantação e atualizações de versão do sistema Extrator, que calcula a estatística do PJe-JT, automatizando a geração de informações ao e-Gestão.

Sistemas e-Jus² e NovaJus4

No início de 2016, o e-Jus² foi adaptado para atender às demandas da Escola Judicial e para permitir que os Magistrados de 1º Grau possam editar sentenças no e-Jus². De abril a dezembro de 2016, 1.209 documentos foram criados para edição de sentenças no e-Jus². As secretarias dos órgãos julgadores do 2º Grau receberam um módulo de criação automática de pautas de julgamento. Esse módulo possui um sistema de comparação de pautas do e-Jus² com o PJe-JT e uma listagem integrada (físicos e eletrônicos) para separação automática dos processos aguardando pauta, respeitando-se ordem de antiguidade e prioridades de preferência. Para os

Desembargadores, o e-Jus² recebeu um botão novo, Sigma, que calcula estatísticas sobre os documentos do Gabinete. No modo Pauta, o botão Sigma permite a localização (pesquisa textual) de processos pelo número, pelo nome de qualquer parte ou, até mesmo, por comentários internos feitos na aba Gabinete. Em outubro de 2016, foi inaugurado um sistema de votação eletrônica com apuração automática do resultado. A Urna Eletrônica permite votações abertas e secretas. Foi usada em votações do Tribunal Pleno, mas pode ser usada em qualquer órgão julgador.

Melhorias do inFOR

Desenvolvido conjunto de melhorias definidas e priorizadas pela Assessoria Técnico-Operacional da Corregedoria, visando a aprimorar a dinâmica do trabalho no primeiro Grau de jurisdição:

- Possibilidade de registro de acidente de trabalho;
- Adequações para cadastro de processo no PJe-JT (registro de andamento, ajustes nas estatísticas do e-Gestão, troca de fase, inativação automatizada e verificação de pendências);
- Implementação de todos os relatórios com impressão frente e verso, se a impressora assim estiver configurada;
- Implementadas adequações necessárias à criação de regime de lotação nos Foros Trabalhistas de Cachoeirinha, Gravataí, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Sapiranga, Taquara, Carazinho e Montenegro, assim como a redistribuição automatizada dos processos J1 e J2.

Acesso à informação: pesquisas e relatórios

Com a implantação do sistema de *Business Intelligence,* a maioria dos dados do TRT4 já podem ser acessados e analisados de diversas maneiras. Entretanto, houve também o desenvolvimento de relatórios *ad hoc*, entre os quais cabe destacar os seguintes solicitados pela Administração:

- Dados para Justiça em Números 2015;
- Relatório dos maiores devedores em processos ativos, através dos dados do BNDT;
- Relatório de dados do Depósito e de Foros Trabalhistas do Interior para o Memorial.

Evolução do sistema de *BI*

Foram disponibilizados novos relatórios para acesso a partir dessa ferramenta, proporcionando maior flexibilidade no cruzamento de informações e integração de dados com outros sistemas corporativos do Tribunal, qualificando as informações utilizadas para tomada de decisão. A efetividade pode ser percebida considerando o volume de acessos realizado pelas unidades responsáveis. Entre os novos módulos desenvolvidos, um projeto merece destaque: o **Mapeamento Global de Desempenho** (MGD), que apresenta, de forma objetiva e rápida, um "ranking" da Varas do Trabalho, a partir de dados estatísticos e ainda cruzamento com dados de pessoal.

Estudo de Portais Corporativos

Finalizados os estudos técnicos preliminares de tecnologias de portais corporativos existentes no mercado (Projeto 257), com o objetivo de substituir a plataforma utilizada para esse fim, já ultrapassada, no próximo exercício. O estudo concluiu que seria melhor adotar a ferramenta de portal interna, já utilizada pelo Portal de Governança, mesmo sendo necessário implementar novas funcionalidades.

CEAT – Certidão on-line de Ações Trabalhistas

Implementado sistema para emissão de certidão eletrônica de ações trabalhistas, que serviria tanto ao público interno, como ao público externo. A última versão foi submetida para avaliação das áreas envolvidas e da Presidência do TRT4 e deve sofrer ajustes em 2017 antes de sua efetiva entrada em produção.

Consulta Processual – Adequação ao CLE

Adequação da consulta processual para identificar processos físicos que foram migrados para o PJe-JT (CLE), a fim de não gerar confusão ao público externo na consulta sobre a tramitação processual.

Automatizador de Assinaturas

Desenvolvida aplicação para auxiliar e automatizar as tarefas de digitação de usuário e senha durante a autenticação e durante assinaturas de documentos eletrônicos nos principais sistemas utilizados. A aplicação ainda aguarda autorização para liberação aos usuários.

Sistema para Eleição

Foi desenvolvida uma ferramenta que permitiu a eleição dos membros do Comitê Gestor de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau e do Conselho Consultivo da Escola Judicial, utilizando a rede interna do TRT.

PRECAT – Envio de precatórios ao CNJ

Adaptação do programa para remessa semestral de informações sobre precatórios ao CNJ, pelo uso de *webservices*, conforme estabelecido na Resolução nº 115/2010.

Atualização do Ambiente EAD

Instalação de uma versão mais recente de Moodle (passando da versão 2.6 para 2.9) e migração do ambiente EAD para essa nova versão, possibilitando uma ferramenta mais moderna e responsiva.

Pedido de Sustentação Oral à Distância

Adicionada a possibilidade de o advogado solicitar no portal do TRT4 pedido de Sustentação Oral na modalidade à distância para a 3ª Turma.

Pesquisa de sentenças no e-Jus²

Adicionado ao módulo de pesquisas textuais do e-Jus² a possibilidade de consultar e pesquisar documentos de sentenças.

Súmulas – Alteração

Implementada alteração no programa de publicação de súmulas no portal de internet, acrescentando o estado “alterado” aos outros já existentes (ativa, revisada e cancelada). Também foi possibilitada a adição de acórdão do IUJ originário, quando cabível.

Transparência - Detalhamento da Folha - Pedido de identificação em atendimento à Resolução 215/2015 do CNJ

Foi implementado um recurso de identificação dos interessados na consulta ao detalhamento da folha de pagamento no portal de transparência, conforme determina a Resolução CNJ 215/2015. Ao acessar a respectiva página, o usuário é obrigado a se identificar, colocando nome e número de documento, o que fica registrado em banco de dados.

Novos formulários para a Semana Nacional da Conciliação e Execução

Foram melhorados os formulários para simplificação do preenchimento, identificação dos dados e da fase do processo, além de coleta de informações para fins estatísticos.

Sistema para concurso de Juiz Substituto do TRT4

Implementado sistema próprio para efetuar inscrição, controle e administração de todas as etapas do concurso público para Juiz Substituto do TRT4 em sistema dividido em dois módulos: interno, voltado à equipe interna que realizou atividades de administração e registro de informações sobre o concurso; externo, que se pode chamar de um portal do candidato, para inscrição, consulta de informações e envio de recursos.

Portal dos 75 anos da Justiça do Trabalho

Implementado um novo portal com conteúdo sobre os 75 anos da Justiça do Trabalho do RS, contemplando os principais fatos da história da Justiça do Trabalho gaúcha.

Consulta a Incidentes de Uniformização de Jurisprudência

Foi implementada uma consulta que mostra os processos em tramitação com o andamento IUJI. A consulta tem duas visões, uma para o público interno, disponível no VOX e mais completa, e outra, disponível ao público externo no Portal de Internet, com menos informações. A consulta foi implementada usando tecnologia APEX.

Pesquisa de Súmulas e Orientações Jurisprudenciais da SEEX

Foi criada uma pesquisa específica para súmulas do TRT e orientações jurisprudenciais da Seção Especializada em Execução. A ferramenta foi desenvolvida totalmente com a ferramenta de busca livre *Apache Lucene*, que poderá ser usada futuramente para implementar a busca em outras bases documentais do TRT.

Adequações no Formulário de Eliminação de Documentos

O programa que provê o Formulário para Eliminação de Documentos foi atualizado para refletir as alterações aprovadas pelo Órgão Especial do TRT4 e contidas na Resolução Administrativa nº 12/2015.

ADMEletrônico

Implementada nova funcionalidade de revisão de documentos do processo administrativo antes da assinatura em lote, a pedido da Corregedora Regional. Essa funcionalidade está disponível para um grupo chamado Revisor.

Conjunto de pequenas correções e melhorias, a saber: correção de erro na lógica da assinatura em lote, assim como melhoria na ordenação de documentos colocados para assinatura em lote. Atividades de atendimento, manutenção de unidades administrativas e relatórios gerenciais.

Férias *on-line* para Desembargadores

A partir de definições da Presidência do Tribunal, havia sido concluída em 2015 a implementação de um módulo de registro de férias pelos Desembargadores. Durante o ano de 2016, a homologação do novo módulo, sob responsabilidade da Presidência, encontrou alguns ajustes prontamente implementados pela Setic e novamente submetidos à homologação da Presidência.

Folha de Pagamento

Dentre as alterações e melhorias no sistema da Folha de Pagamento está a adequação da DIRF e controle (restrição) de impressão para redução de custos, melhorias e correções na geração dos totalizadores da DIRF e na geração de arquivo da RAIS. Também ocorreram melhorias para o regime de competência e do teto constitucional no módulo de Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição – GECJ. O módulo do Funpresp/JUD recebeu melhorias no registro de informações do Funpresp/JUD referentes à gratificação de Natal. Ocorreram também adequações em atendimento à resoluções de órgão externos ao TRT da 4ª Região como a Resolução CNJ nº 201/2015 (adequação no Anexo VIII do portal de transparência em atendimento à Resolução) e a Resolução CSJT nº 162/2016 (ajuste do cálculo de férias para antecipação 90%, em atendimento à Resolução). Foi desenvolvido módulo para a automatização do Cálculo da Média para os proventos de aposentadoria. Essas e outras alterações foram implementadas e disponibilizadas em dez novas versões ao longo de 2016.

Compras

Adequações para atendimento à Resolução nº 215/2015, do CNJ, das informações de contas públicas (compras, contratos, registro de preços, licitações encerradas e em andamento). Melhorias e adequações na funcionalidade de geração de informações para a Sefip e liquidações em lote (para PJ). Essas alterações foram implementadas e disponibilizadas em três novas versões ao longo de 2016.

Recursos Humanos

Levantamento de informações para entidades externas ao TRT da 4ª Região como o levantamento de informações para incorporação de Adicional de Qualificação para Técnicos Judiciários com curso superior (5%). O levantamento de informações sobre graduação de servidores e seus cargos para envio ao Sintrajufe/RS, assim como o levantamento de informações para o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.

Implementação de novas funcionalidades e melhorias nas já existentes, a pedido da Escola Judicial, como as adequações para atendimento à necessidade de controle orçamentário da Escola Judicial, o controle mais efetivo sobre o orçamento de diárias e de ressarcimento de

despesas de deslocamento. Modificações no módulo de Eventos de Capacitação com a adição de funcionalidades para apuração líquida da frequência no Encontro Institucional da Magistratura e a emissão de lista de presença unificada de eventos da EJ.

Ajustes e implementação de novos relatórios na geração de informações para Anajustra (Ação do 13,23%). Geração do arquivo de Recadastramento de Inativos e Pensionistas. Modificações no módulo de cadastro de pessoal para o controle de classificação por cotas em concursos públicos do TRT da 4ª Região. Criação de novo relatório de diárias no módulo de prestação de contas. Melhoria do módulo de registro de atuações e substituições para registro da GECJ disponibilizado para uso da Secretaria de Apoio aos Magistrados. Por fim, a adequação a novo *layout*, correções e procedimentos de envio do arquivo do Siprev – Versão 2016.

Projeto GAE – Gestão Administrativa Eletrônica

Em fevereiro de 2015, foi instituído pelo CSJT o Comitê Gestor do Sistema de Gestão Administrativa Eletrônica da Justiça do Trabalho, o que, de certa maneira, formaliza o projeto que pretende reunir sistemas administrativos em um portfólio único, para atendimento aos Tribunais do Trabalho. No rol de sistemas administrativos nessa condição, pode-se citar o Sistema de Gestão Orçamentária, o Sistema de Gestão de Recursos Humanos, o Sistema de Folha de Pagamento, o Sistema de Material e Patrimônio, PROAD, entre outros. Uma breve descrição dos sistemas que se encontram na 4ª Região está apresentada a seguir.

- **Sistema de Licitações e Contratos – SILC**

Desenvolvido pelo TRT da 4ª Região, o Sistema de Aquisições e Contratos (SAC) foi rebatizado de Sistema Licitações e Contratos (SILC) e substituirá, parcialmente, o atual Sistema de Compras utilizado no TRT. A expectativa é que ele seja disponibilizado a toda Justiça do Trabalho dentro do projeto GAE/JT. O escopo do novo sistema abrange gestão de fornecedores, requisições, aquisições e contratos. O desenvolvimento foi concluído em 2015 e, ao longo de 2016, foi iniciado o processo de homologação do sistema, bem como a homologação da migração de dados do Sistema de Compras para o SILC pela área de negócio (Secretaria de Administração), de onde surgiram ajustes necessários no sistema. Houve também o empacotamento e a disponibilização do referido sistema a dois TRTs integrantes do gtSILC juntamente com o TRT4, a saber o TRT14 e o TRT23.

- **Sistema de Gestão Orçamentária – Sigeo**

Sistema desenvolvido pelo TRT da 20ª Região, em produção em todos os Regionais. Responsável por todo o ciclo de vida do orçamento da Justiça do Trabalho. Durante o ano de 2016, foram instaladas duas novas versões disponibilizadas pelo Tribunal responsável.

- **Sistema Integrado de Gestão de Pessoas – Sigep**

O Sigep é o nome do sistema que engloba o anteriormente citado SGRH (Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos) e o módulo da nova folha de pagamento, a FolhaWebJT. Durante o ano de 2016, em continuação ao projeto de migração de dados do sistema legado de RH para o SGRH, foi concluída a fase 3 da migração de dados e disponibilizado para a Secretaria de Gestão de Pessoas – Segesp do TRT4 realizar a homologação. Além disso, foi instalada e disponibilizada a versão Release Candidate 1 da

FolhaWebJT, para que área de negócio, Secretaria de Orçamento e Finanças (Secof), iniciasse os primeiros testes no sistema.

3. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

Redes locais (LAN)

- Os comutadores centrais (*core switches*) da rede do TRT4 receberam novos módulos de 10 Gb, permitindo maior vazão de dados para serviços críticos como as cópias de segurança (*backup*) dos sistemas Oracle, PostgreSQL, VMware e sistema de arquivos
- Foram adquiridos e instalados comutadores de contingência capazes de assumir as tarefas dos equipamentos centrais por curtos espaços de tempo, na eventualidade de pane destes. Essa iniciativa teve como objetivo adequar o ambiente do Tribunal aos níveis de serviço praticados no mercado para o reparo desses equipamentos, diminuindo nossa dependência em relação aos prestadores de serviço, bem como reduzindo custos no contrato de manutenção.
- Com o acréscimo dos comutadores extras, foi atualizado o Plano de Recuperação de Desastres (PRD) dos *switches* centrais.
- Com o novo PRD à disposição, foi feita atualização do *software* (*firmware upgrade*) dos comutadores centrais.
- Implantado o protocolo MLAG (Multi-Chassis Link Aggregation) no anel de fibra óptica, nos *switches* de acesso dos prédios Sede e Anexo Administrativo, Foro Trabalhista, implantando a conexão redundante com os dois datacenters do TRT4

Rede regional (WAN)

- Implantada a rede de dados (WAN) secundária interligando os datacenters de Porto Alegre a todas as unidades remotas (Interior e Capital). A banda total da rede aumentou de 668 Mbps para 1032 Mbps, com um aumento da banda média, por local, de 5,2 Mbps para 8,5Mbps.
- Adotado esquema de balanceamento entre a nova WAN e a original, permitindo a continuidade da transferência de dados mesmo durante falhas de uma das redes (alta disponibilidade). Adicionalmente, o balanceamento permite a distribuição dos dados entre as duas redes, diminuindo consideravelmente os episódios de congestionamento e lentidão.
- Foi atualizado o *software* de todos os equipamentos aceleradores de rede;
- Adotada nova metodologia de *backup* dos dados do Interior, utilizando o protocolo nativo dos servidores de arquivos Windows, permitindo a otimização da transferência pelos aceleradores de rede, propiciando redução na utilização dos *links*, que ficam mais livres para os usuários.

Rede metropolitana (MAN)

- Contratação e migração para um novo enlace de fibras ópticas para a unidade da Rua General João Telles, em substituição ao contrato que venceu no primeiro semestre de 2016.

Internet

- Duplicação da capacidade dos *links* de internet: Foram contratados e instalados dois novos *links* redundantes de internet de 200 Mb cada, em substituição aos dos contratos anteriormente, de 100 Mb cada.
- Foi implementada tecnologia que permite a limitação da utilização dos *links* de internet, priorizando atividades críticas do Tribunal quando necessário.

Aquisição e renovação de equipamentos de infraestrutura:

- Servidores de rede do Interior do Estado: 22 localidades contempladas;
- Servidores de rede da Capital: 32 equipamentos instalados, contemplando os dois datacenters da Capital. Esses servidores beneficiaram os seguintes serviços de TI:
    - VMWare CPD1 e CPD2. (15 equipamentos: 1 M620, 4 M630, 8 R730, 2 R920);
    - Banco Oracle (e-Jus2, InFOR, etc.) (10 equipamentos R920);
    - Banco PostgreSQL (PJe) (2 equipamentos: R730 e M630);
    - TSM (*backup*) (1 equipamento R730);
    - DNS (nomes de domínio) (1 equipamento R630);
    - Gabinete Virtual (2 equipamentos R630);
    - Balanceador Pagina Web (1 equipamento R630)
- Protocolizadoras digitais (PDDEs): Foram adquiridas e instaladas duas PDDEs com o objetivo de eliminar os períodos de indisponibilidade do serviço de carimbo de tempo, utilizado nas assinaturas digitais. Foram substituídos os dois equipamentos antigos, sendo que um deles operava sem suporte ou garantia. Equipamentos do TRT4 também são utilizados outros Regionais.
- Expansão do número de discos da unidade de *backup* VTL (*virtual tape library*) atendendo ao aumento da demanda.

Fornecimento de energia

- Aquisição e instalação de novos *no-breaks* nos CPDs de 55 localidades do Interior do Estado;
- Aquisição e substituição das baterias do banco de baterias dos *no-breaks* do datacenter secundário de Porto Alegre;
- Assinado novo contrato de manutenção dos geradores dos datacenters da Capital;
- Assinado contrato de abastecimento sob demanda para os geradores da Capital, com melhorias para a segurança do procedimento;
- Com apoio da Sempro, foi montado um projeto executivo para aquisição de dois novos geradores destinados para os datacenters da Capital. O processo licitatório está previsto para 2017.

Novos CPDs interior

Montados os CPDs nas novas instalações de Erechim, Santo Ângelo e Santa Vitória do

Palmar.

Telefonia

- Entroncamento de canais via rede de dados (voz sobre IP – VoIP): Em Foros Trabalhistas do Interior compostos por mais de um imóvel, onde o prédio original recebeu um canal de voz E1, foi possível cortar custos com telefonia analógica com a utilização do VoIP. Também proporciona economia por chamada, pois as linhas digitais E1 têm um custo 50% menor que as analógicas.
    - São Leopoldo, prédios 1 e 2;
    - Santa Rosa, prédios 1 e 2;
    - Rio Grande, prédios 1 e 2;
- Configuração e adição de 8 (12 para 20) novos ramais no Call Center-Solidus, permitindo um maior número de atendimentos simultâneos na Central de Serviços da Setic;
- Mudança de Prédio das seguintes centrais telefônicas:
    - Gravataí;
    - Erechim;
    - Santo Ângelo:
- Desligamento de 6 (seis) linhas analógicas em Porto Alegre;
- Mudança de operadoras do Cell-Fix para Vivo;
- Migração do *software* tarifador de chamadas SUMUS para um servidor e instalação no datacenter;

Metodologia para utilização do YouTube/Hangouts como plataforma de distribuição de vídeos.

Seu desenvolvimento e aplicação permitiu a entrega de alguns novos serviços:

- Transmissão ao vivo de eventos da Escola Judicial para algumas unidades da Capital e Interior através da nuvem da Google, com as seguintes vantagens:
    - Janela de *chat* ao lado da transmissão, permitindo que usuários do domínio TRT4 devidamente autenticados possam submeter perguntas aos palestrantes;
    - Acesso por diferentes dispositivos: Quaisquer dispositivos compatíveis com o YouTube (computadores, *tablets*, celulares, *smart* TVs e videogames) podem ser utilizados para assistir uma transmissão aberta;
    - Escalabilidade: não importa o tamanho do público (audiência) ou o quanto ela é dispersa geograficamente, a infraestrutura Google se encarrega de distribuir a transmissão;
    - Armazenamento: uma cópia da transmissão pode ficar disponível no YouTube para ser assistida depois do evento;
- Transmissão ao vivo de algumas sessões de julgamento;
- Algumas audiências tiveram depoimentos efetuados por videoconferência, dispensando o deslocamento de testemunhas que estavam no exterior;

- Algumas sustentações orais foram feitas por videoconferência.

Solução para distribuição dos PDFs com a íntegra dos processos eletrônicos

Solução de contingência para audiências com PJe-JT indisponível ou localidade com falha no *link*. A cada semana, cerca de 70 GB de arquivos PDFs são distribuídos para todas as unidades de primeiro Grau.

Administração de sistemas (*sysadmin*):

- Atualização do sistema operacional do servidor de arquivos da Capital.
  - Menor tempo para recuperação de falhas e otimização da área de armazenamento;
  - Utilizadas novas licenças Windows 2012, com novas funcionalidades;
  - Ativação de réplica de dados por sistema de arquivos distribuído;
  - Ativação de deduplicação no sistema de arquivos NTFS.
- Atualização do Servidor de antivírus Mcafee ePO:
  - Atualização dos *softwares* e mecanismos de defesa disponibilizados no antivírus corporativo;
  - Compatibilidade com sistema operacional Windows 10.
- Aquisição e atualização de 16 certificados digitais de servidores visando prover segurança da informação para os sistemas de TIC oferecidos para usuários internos e externos;
- Substituição dos servidores físicos do Sistema de Virtualização VMware, incrementando o poder de processamento sem aumento de custo em licenciamento;
- Desenvolvido método de atualização do sistema operacional de servidores do Interior no próprio local sem troca do equipamento (*in-place*). Em 2016, o método foi aplicado em 3 (três) servidores para resolução de problemas de monitoramento;
- Implantação do Shadow Copy em alguns servidores Linux do Interior – o que permitirá a recuperação de versões anteriores de arquivos apagados ou editados erroneamente, como uma alternativa mais prática à recuperação de *backups*;
- Atualização do servidor de concentração de *backup*;
- Distribuição do sistema AutoCLE nos servidores do Interior;
- Adequação de infraestrutura e de conectividade de rede dos servidores de DNS externo, visando à aderência às melhores práticas de segurança da informação referentes ao isolamento de serviços disponibilizados externamente em redes de perímetro;
- Substituição de *hardware* do servidor DNS primário; instalação de servidor DNS primário usando sistema operacional CentOS 7; ajuste de configurações de rede dos servidores DNS primário e secundário, desconectando-os da rede interna (datacenter) e conectando-os na rede de perímetro (DMZ);
- Criação de infraestrutura de servidores para atualização do assyst para versão sp7;

- Com a adição de novos *hardwares* no ambiente de virtualização (VMware), foram feitas adequações para permitir o livre trânsito das máquinas virtuais entre os servidores dos *clusters* VMware. Dessa forma, o ambiente se mantém funcional na eventualidade de falha de um ou mais equipamentos do *cluster* (alta disponibilidade).

Preparação de infraestrutura e instalação de novos sistemas:

- PROGECOM
- SIGEO
- QlikSense: Bussiness Intelligence (BI);
- GenSET
- FolhawebJT: Folha de Pagamento;
- Siabi Memorial
- Gestão de Certificados Digitais: Sistema desenvolvido no TRT14 para controle de vencimento dos certificados de usuários;
- SGRHOnline: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos;
- Reconstrução do JBTools: Ambientes de desenvolvimento da Seção de Desenvolvimentos de Sistemas Web;
- APM: Ferramenta de monitoramento de desempenho de aplicações *web*;
- Gitlab: Repositório de códigos para a área de desenvolvimento de *software*;
- Redmine: Gerenciamento de projetos de desenvolvimento de *software.*

Melhorias no conjunto de *softwares* dos *desktops*

- Atualizado o sistema autoimagem para agilizar entrega dos *desktops* aos usuários;
- Unificado o sistema de *logon script* em todo Estado;
- Criado processo de Mudança do *Desktop*;
- Criado Google Chrome Portable, evitando que atualizações do Chrome impossibilitem a utilização do sistema ADMEletrônico e demais que usam *applet* java;
- Criado Firefox Portable para utilização estável do PJe-JT. Disponibilizado para público interno e externo via página do Tribunal;
- Atualização para versão 42 do firefox;
- Atualização para versão 8u91 do Java.

Monitoramento

- Desenvolvido sistema de geração automatizada da planilha de descontos para os canais da operadora Oi (WAN);
- Sistema que implementa novas métricas do uso de *links* com análise de dados do *software* de monitoramento Zabbix, inspirado em métricas padrão de mercado e de sistemas proprietários;
- Integração do monitoramento de *hardware* dos servidores de datacenter ao sistema central de monitoramento (Zabbix);

- Integração das estatísticas de desempenho do sistema de armazenamento ao sistema central de monitoramento (Zabbix);
- Automatização da instalação do agente de *syslog* nos servidores Microsoft;
- Infraestrutura de monitoramento de temperatura sala auxiliar ao CPD2 (banco de baterias).

Segurança da informação:

- Manutenção dos Planos de Recuperação de Desastre (PRD) e Continuidade Operacional (PCO), que estabelecem os procedimentos no caso de falhas de ativos.
    - Criação dos PRD para Sala-cofre, DHCP, Firewall;
    - Atualização dos PRDs: VMware, Storage, Webproxy, PDDEs, DNS interno e externo;
    - Criação do PCO de Serviços críticos de TIC.
- Elaborado o Livro de Operações de Infraestrutura Básica (CPDs e Geradores): Foi detalhado todo o processo de desligamento e religamento dos datacenters, padronizando a operação e reduzindo o risco de falhas e danos aos equipamentos;
- Implantação de nova Autoridade Certificadora de uso interno a rede do TRT4, visando a compatibilidade com requisitos de segurança atualizados no que diz respeito ao algoritmo de assinatura. A CA antiga utiliza SHA-1, a nova utiliza SHA-256 (mais seguro).

Armazenamento:

- O ano de 2016 foi de grande impacto na gestão do armazenamento de dados, pois o sistema atual, que se encaminhava para o esgotamento de capacidade, apresentou problemas crônicos que consumiram grande esforço da equipe técnica na sua solução, paralelamente ao desenvolvimento dos estudos preliminares para o dimensionamento e especificação detalhada dos novos *storages*, adquiridos no final do ano – projeto com término previsto para março/2017;
- Atualização de *firmware* dos *storages* da versão 32.216 pra 32.219;
- Atualização de versão de *firmware* de módulos de IO SAN e do chassis de ambos datacenters.

Teletrabalho

- Atualização do sistema Gabinete Virtual para sua terceira geração (GV3) utilizando o Citrix Xenapp na versão 7.6 com objetivo de termos um ambiente mais estável e com melhor desempenho;
- Criada estrutura de rede privada virtual (VPN) para receber conexões de servidores em regime de teletrabalho que utilizem computador *desktop* fornecido pelo Tribunal. Através de uma VPN, os usuários em teletrabalho têm acesso aos mesmos sistemas dos usuários locais.

Estudos técnicos preliminares para novas contratações e aquisições

Alguns estudos técnicos preliminares específicos tiveram participação da equipe técnica da Infraestrutura. Destacam-se:

- Contratação de um novo canal de fibras ópticas com a unidade da Rua General João Telles, em substituição ao contrato anterior, que não pode ser renovado;
- Contratação dos novos provedores de *link* de internet;
- Aquisição de novos grupos geradores;
- Expansão de portas dos *switches* SAN (rede de comunicação de armazenamento);
- Aquisição de novos *no-breaks* para *datacenters* do interior;
- Renovação das licenças do sistema gerenciador de *backup* (TSM);
- Aquisição dos novos equipamentos *Storages* (armazenamento);
- Aquisição de novos *racks* para datacenters do Interior;
- Renovação de garantia de servidores em lâmina (*blades*) – participação em compra nacional;
- Aquisição de solução de antivírus – participação em compra nacional;
- Aquisição de licenciamento de *software* para o Gabinete Virtual (Citrix Frontend).

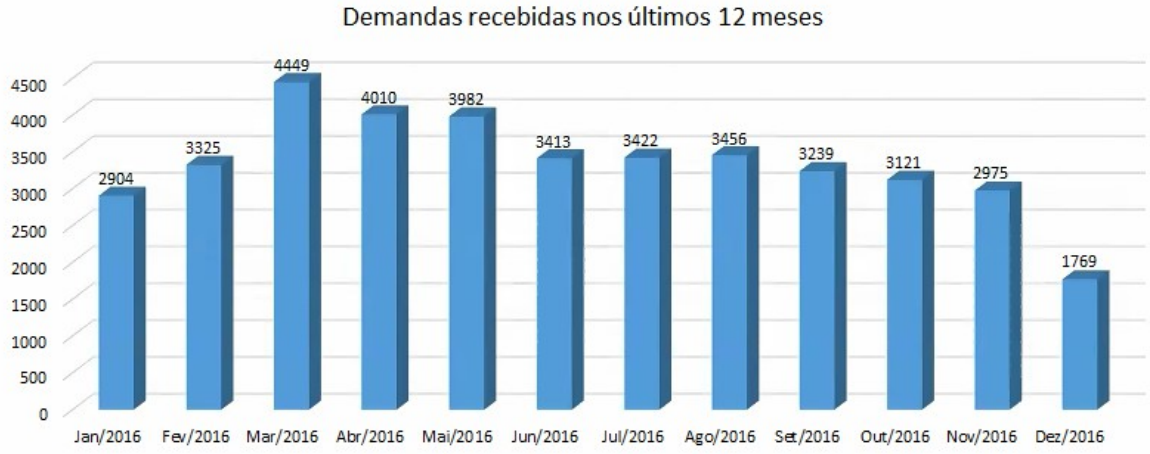
4. CENTRAL DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

4.1 Atendimento às solicitações dos usuários

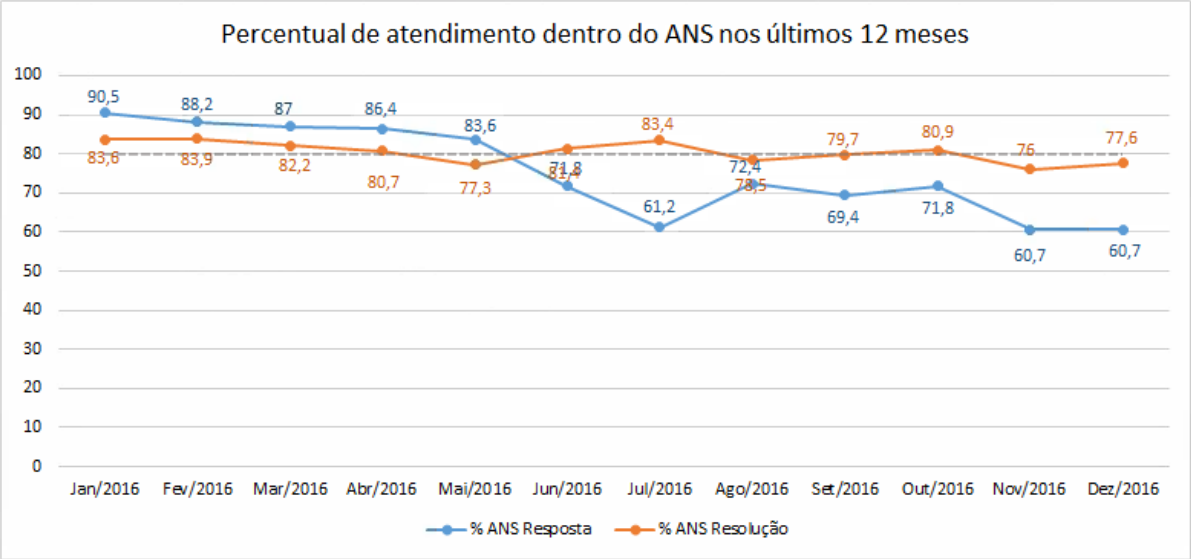
Em 2016, a Coordenadoria de Atendimento a Usuários registrou **40.065** chamados.

A grande maioria dos chamados é resolvida diretamente pelas equipes da própria Coordenadoria. O restante é enviado a outras áreas da Setic, que atuam para que a demanda seja atendida e encerrada no menor tempo possível.

O gráfico a seguir apresenta o número de chamados recebidos a cada mês de 2016:



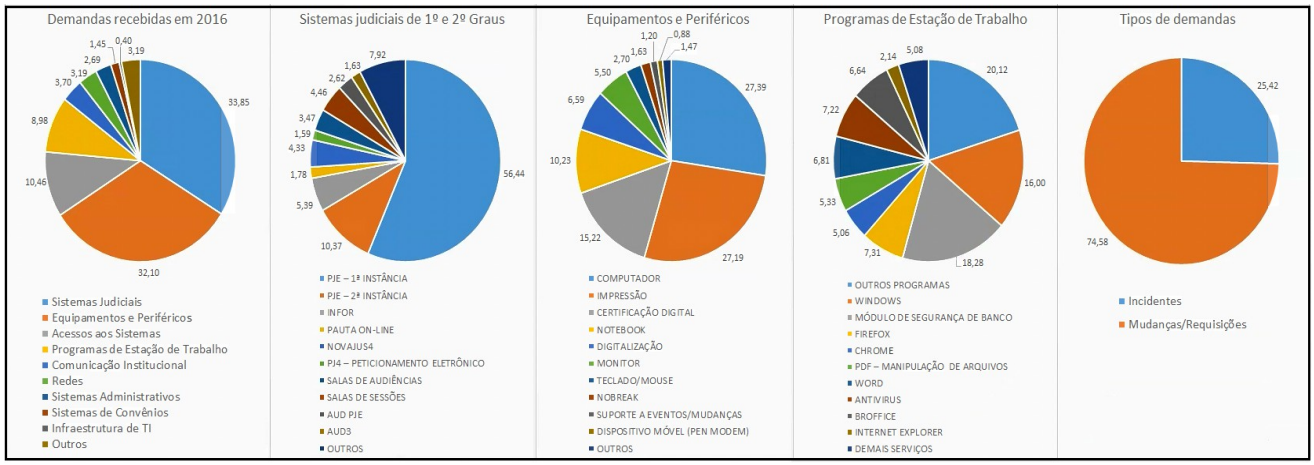
- Percentual de atingimento dos prazos estabelecidos para início do atendimento de cada solicitação (ANS Resposta) e para a resolução dos chamados (ANS Resolução) está mostrado no gráfico abaixo:



ANS: Acordo de Nível de Serviço - Prazos de resposta e atendimento acordados entre a SETIC e a Comissão de Informática (TRT).
% ANS Resposta: Percentual de demandas cujo tempo de resposta (início de atendimento) foi inferior aos 20 minutos acordados.
% ANS Resolução: Percentual de demandas cujo tempo de resolução (finalização da demanda) foi inferior ao prazo acordado para demandas de cada serviço.

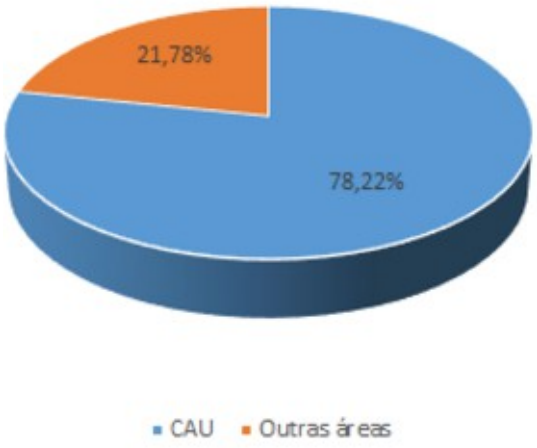
A partir do mês de março de 2016, o contrato que tínhamos com uma empresa terceirizada para atuar na área de atendimento aos usuários foi reduzido pela metade e, a partir de junho de 2016, este contrato foi finalizado. Observa-se que, a partir de junho de 2016, o percentual do ANS Resposta teve uma queda considerável.

- Percentual de chamados relacionados ao serviço afetado e ao tipo de chamado:



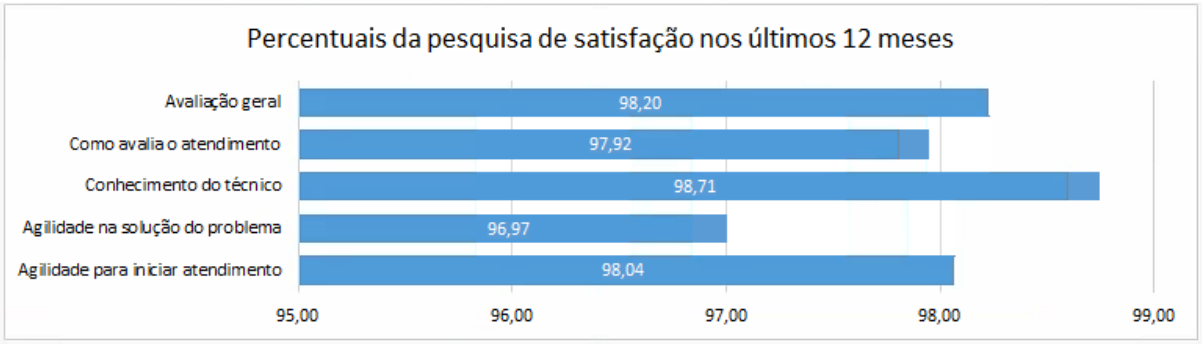
Incidente: interrupção não-planejada de um serviço ou falha que resulte (ou possa resultar) em diminuição da qualidade de um serviço.
Requisição de serviço: solicitações de atendimento em geral. Exemplos: instalação, configuração, melhoria, alteração, correção ou orientação.

- Percentual de atendimentos finalizados na CAU (sem encaminhamento) e encaminhados para outras áreas da Setic:



- Pesquisa de satisfação do usuário com o atendimento dos chamados:

No momento em que o chamado é finalizado pela Setic, o usuário recebe um e-mail informando sobre a finalização do chamado e o convidando para responder a pesquisa de satisfação. Cerca de 6 % dos usuários respondem esta pesquisa. O resultado está identificado na figura abaixo:



Outro canal de comunicação da Setic com os usuários é o e-mail. Em 2016, foram respondidos 3.325 e-mails na caixa setic.atendimento@trt4.jus.br.

Na caixa do sistema *push* (push@trt4.jus.br) foram recebidos 444 e-mails.

4.2 Acesso aos sistemas utilizados no TRT

No ano de 2016, foram atendidos mais de 3.600 chamados referentes a acessos a sistemas.

4.3 Revisão das salas de audiências de Porto Alegre

A revisão teve como objetivo organizar da melhor forma possível os equipamentos de TI e os cabos de eletricidade e de rede utilizados nas 30 salas de audiências de Porto Alegre.

Principais serviços executados nas 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre:

- 15 monitores novos adicionados para uso dos secretários de audiências;
- Substituição de alguns computadores, monitores, teclados e *mouses* que apresentaram defeito;
- Realizados ajustes em canaletas (manutenção e instalação de novas) e cabos de

rede e força;

- Outros ajustes de acordo com as solicitações de Juízes e secretários de audiências.

Durante a revisão, foram feitas 60 intervenções nas salas de audiências:

- 48 realizadas pela a Setic.
- 12 realizadas pela Sempro.

Para 2017, está sendo proposto um novo padrão para a instalação dos equipamentos de informática nas salas de audiências.

4.4 Sessões de Julgamento externas

No ano de 2016, a Setic prestou suporte técnico a 2 (duas) sessões externas da 2ª Turma do TRT, realizadas nas cidades de Nova Prata e Guaporé.

O suporte compreende:

- A organização prévia da sessão (contato com a instituição onde será realizada a sessão para a verificação das questões técnicas, preparação dos equipamentos de informática que serão usados).
- O suporte técnico durante a realização da sessão.

4.5 Suporte técnico a eventos

- Mudanças de sede nos Foros Trabalhistas de Erechim e Santo Ângelo;
- Transferência de toda a estrutura de microinformática dos Foros Trabalhistas de Erechim e Santo Ângelo durante a mudança de sede nestas localidades;
- Concurso para o cargo de Juiz Substituto;
- Preparação e instalação dos equipamentos de informática utilizados no certame, tanto pela Comissão do Concurso quanto pelos candidatos com deficiência visual;
- Suporte técnico no dia do concurso;
- Acompanhamento de diversos eventos da Escola Judicial e do Cerimonial da Presidência.

4.6 Instalação das impressoras multifuncionais Lexmark MX611

- Foram instaladas 568 impressoras multifuncionais, sendo que as Varas do Trabalho receberam dois equipamentos cada.
- As instalações iniciaram em abril de 2016 e foram concluídas em setembro de 2016.

4.7 Implantação do Portal de Microinformática

Ferramenta de Gestão que fornece as seguintes informações:

- Mapeamento das impressoras instaladas em rede e o número de impressões de cada uma;
- Levantamento de todos os *softwares* comprados pelo TRT4 e identificação dos

computadores onde estão instalados;

- Relatório anual de acessos aos sistemas (caixas de correio de setores, grupos de correio, ADMe e estagiários vinculados às unidades).

4.8 Gestão de Contratos relacionados à Coordenadoria de Atendimento a Usuários

Homologação dos produtos entregues, acompanhamento da execução dos serviços, emissão de relatórios mensais dos atendimentos prestados pelas empresas contratadas, encaminhamento de informação sobre qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.

4.9 Gestão do parque de microinformática do TRT

Compreende todas as atividades necessárias para manter o controle sobre a localização e situação dos equipamentos de microinformática utilizados no TRT. Dentre estas atividades, pode-se destacar:

- Registro do fornecimento de equipamentos de microinformática às unidades, aos magistrados e aos servidores.
- Envio, para a Coordenadoria de Logística do TRT, das informações a respeito da movimentação patrimonial dos equipamentos de microinformática, bem como das informações sobre quais equipamentos de microinformática podem ser encaminhados para desfazimento.

O parque de microinformática atual do TRT está apresentado a seguir:

Equipamento	Quantidade
Microcomputadores	5.135
POSITIVO D580	1.789
POSITIVO D570	2.292
ITAUTEC 4273	163
ITAUTEC 4272	827
ITAUTEC 4271	9
OUTROS	55
Notebooks	828
Ultrabook HP EliteBook 840 G1	333
HP Elite 8460	271
Lenovo T410	21
Lenovo T400	203
Impressoras	1.320
Lexmark MX611	468

Lexmark CS 510de colorida	8
Lexmark MS812dn	255
Lexmark MX 711 Multifuncional	207
Lexmark T654	382
Samsung 5835 Multifuncional	0
Monitores	10.978
Monitor Positivo 19,5”	1.789
Monitor Positivo 20”	4.580
Monitor Itautec 18,5”	990
Monitor LG 19”	477
Monitor LG 23’	3.142
Terminal de autoatendimento	48
TAA Imply	48
Docking Station	338
Doca Ultrabook HP	30
Doca HP	164
Doca Lenovo	144
Nobreak	962
Nobreak SMS 1400	962
Scanner	558
Scanner BookReader V200	2
Scanner de mão IRIScan Book 3	5
Scanner KodaK i2600	214
Scanner Fujitsu Fi 6130z	145
EPSON WorkForce Pro GT-S50	120
Scanner de produção Fujitsu, FI-6770	2
Scanner Fujitsu FI 6140	20
Scanner Fujitsu S510	50
Modem 4G	224
Modens Claro	224

5. GESTÃO DE TIC

A área de Gestão atua na implementação, melhoria e manutenção dos processos e ferramentas que facilitam a gestão e a governança da área de tecnologia da informação do Tribunal. A melhoria contínua desses processos resultou no elevado índice obtido pelo TRT no levantamento de governança de TIC realizado pelo CNJ em 2016, que lhe garantiu o primeiro lugar entre todos os 92 órgãos do Poder Judiciário.

Gestão de projetos, de processos, de contratos e de segurança da informação atuam para que a operação da TI obtenha os melhores resultados, em conformidade com as práticas exigidas pelos órgãos de controle como TCU, CNJ e CSJT.

As ações a seguir são parte dessas disciplinas e merecem destaque em 2016.

5.1 Regulamentação do Macroprocesso de Planejamento Estratégico de TIC

Concluído o mapeamento do macroprocesso de planejamento estratégico de TIC, contemplando os fluxos de trabalho para a sua construção e revisão. O resultado do trabalho está documentado no PA 0001248-43.2015.5.04.0000 e foi regulamentado pela Portaria nº 5.759/2016.

5.2 Regulamentação do Macroprocesso de Gestão de TIC

Concluída a modelagem do processo que envolve as atividades de gestão de TIC. O modelo do macroprocesso encontra-se documentado no PA 0001288-25.2015.5.04.0000 e foi regulamentado pela Portaria nº 2.340/2016.

5.3 Ferramenta de Gestão Estratégica (Sigest)

Realizada atualização do mapa estratégico da TI, objetivos e indicadores resultantes da revisão do Plano Estratégico de TIC do TRT, no sistema Sigest, adquirido pelo CSJT e disponibilizado para uso dos Tribunais, permitindo o acompanhamento da gestão estratégica pelo Tribunal e diretamente pelo CSJT.

5.4 Diagnóstico e modelagem dos Processos ITIL

No ano de 2016, foi concluído do projeto de aprimoramento dos fluxos de trabalho envolvendo as atividades de gestão de serviços de TIC. Realizado com apoio de uma consultoria custeada pelo CSJT em uma iniciativa nacional, o projeto permitiu mapear e aprimorar os processos de incidentes, requisições e problemas em serviços de TIC, mudanças e liberações nos serviços de TIC, gerenciamento do catálogo de serviços de TIC e gestão de configuração e ativos de TIC. Atualmente, esses processos encontram-se regulamentados pelas Portarias nº 2.628/2016 e 6.371/2016.

5.5 Ferramenta de Gestão de Serviços de TIC (Assyst/ITAM)

No ano de 2016, foi realizada atualização de versão (SP7) da ferramenta de gestão de serviços da Setic. Devido à conclusão do projeto de diagnóstico e modelagem dos processos ITIL, o resultado das melhorias dos processos foi implementado na ferramenta, demandando envolvimento de todos os servidores da Setic. Ainda na ferramenta, no ano de 2016 foram parametrizados controles denominados painéis, que permitem uma forma visualização gráfica mais amigável e voltada ao gerenciamento.

5.6 Portal de Governança de TIC

Realizadas atividades de manutenção e atualização das informações do Portal de Governança de TIC, ferramenta importante para a comunicação da Setic com o Tribunal, conferindo maior transparência à gestão da unidade. Dentre as melhorias realizadas, podemos destacar a disponibilização do Portal na Internet.

5.7 PETIC 2016/2020

No ano de 2016, foi elaborado o novo Planejamento Estratégico de TIC, para o período 2016/2020. Houve ampla reflexão sobre os resultados do primeiro ciclo de gestão estratégica e das mudanças ocorridas nos planos estratégicos institucional e de tecnologia da informação de órgãos superiores, em especial o CSJT e o CNJ, tendo sido identificadas diversas oportunidades de melhorias, como, por exemplo, a necessidade de aproximação da área de TIC com os usuários, reconhecendo de forma mais legítima como desenvolvem suas atividades para melhor interpretar suas demandas e como a TIC pode agregar valor ao seu trabalho. O Petic 2016/2020 foi aprovado pelo Órgão Especial do TRT da 4ª Região, na sessão do dia 20 de maio de 2016.

5.8 Pesquisa de Satisfação

A partir da elaboração do novo Plano Estratégico e com a intenção de atender cada vez melhor nossos usuários, foram estabelecidos dois objetivos para conduzir as ações e projetos nessa direção. São eles:

- Promover a contínua melhoria dos serviços com foco na satisfação dos usuários;
- Disponibilizar soluções integradas aos sistemas nacionais da Justiça do Trabalho.

Para mensurar o alcance desses objetivos, duas pesquisas de opinião foram construídas, sendo que a primeira, publicada no final de 2016, avaliou a satisfação com os serviços prestados pela Setic. Para 2017, está prevista a segunda pesquisa, avaliando os sistemas de informação disponibilizados.

5.9 Apoio na Implementação de Formulários do Trace GP em outras áreas do Tribunal

A ferramenta Trace GP, utilizada como ferramenta de gerenciamento de projetos e gestão de demandas, tem sido muito utilizada por outras áreas do Tribunal. Essas ações, que envolvem desde a contratação de consultoria, especificação das necessidades e implementação dos formulários, são acompanhadas pela Setic, a fim de assegurar uma correta implantação. Em 2016, podemos destacar a implantação e/ou melhorias em formulários utilizados pela Seapa, Segesp, Secom.

5.10 Levantamentos de Órgãos Auditores

A CGTIC é responsável pela condução das respostas aos levantamentos e requisições de documentos e informações (RDI) aos quais a Setic é submetida. No ano de 2016, foram respondidos levantamentos do CNJ, CSJT, TCU e da Secretaria de Controle Interno do Tribunal.

5.11 Gestão Orçamentária

Devido à sua natureza, a área de TIC gerenciou, em 2016, orçamento da ordem de R$15.600.000,00, parcela significa do orçamento do Tribunal. Além desse recurso, nos últimos anos o Tribunal tem recebido descentralizações orçamentárias do CSJT para aquisição de

soluções de TI a partir de ações nacionais, por meio do Projeto do Sistema Integrado de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho – SIGI-JT. Em 2016, tais descentralizações somaram mais de R$ 2.700.000,00.

5.12 Processos de aquisição de bens e serviços de TIC

Em 2016, foram elaborados diversos processos de contratações de bens e serviços de TI para a manutenção e melhoria da infraestrutura tecnológica que suporta os diversos serviços de TIC, em especial o processo judicial eletrônico. Dentre as contratações, destacam-se a aquisição de uma nova solução de armazenamento de dados em alta disponibilidade, a renovação do parque de microcomputadores e *notebooks*, além de serviços de manutenção de equipamentos e *softwares* utilizados na infraestrutura tecnológica do Tribunal.

Ao todo, foram gerenciados 24 processos de contratação por Pregão, 7 adesões a registros de preços, 2 participações em registros de preços, 33 aditivos contratuais, 14 dispensas de licitação e 4 inexigibilidades.

Em 2016, também foram realizados treinamentos internos sobre os processos de planejamento e gestão de contratações de TIC do Tribunal, com a participação de todos os servidores da Setic envolvidos nesses processos.

5.13 Gestão de contratos

Durante o ano foram gerenciados 152 contratos de diversas naturezas, relativos a fornecimento de equipamentos, prestação de serviços técnicos, garantias, comunicação de dados, entre outros. Desses, 94 encontravam-se vigentes no final do exercício. No mesmo período, foram conferidas e atestadas mais de 790 faturas de produtos e serviços contratados e realizadas mais de 310 consultas de preços junto ao mercado.

Abaixo segue relação dos contratos de tecnologia da informação vigentes no final de 2016:

DESCRIÇÃO	CONTRATO	VENCI-MENTO
SCANNER – Ata de Registro de Preços 066/13 – TRT 8ª Região (TRT 4ª R – participante)	122/13	05/03/17
MANUTENÇÃO E GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES DE LICENÇAS DE *SOFTWARES* ORACLE PERTENCENTES AO TRIBUNAL	17/2016	17/03/17
BLADES	124/12	24/03/17
ATUALIZAÇÃO DE SOLUÇÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – *SOFTWARE* MÓDULO *RISK MANAGER* E PLATAFORMA DE *SOFTWARES* MICROSOFT – SUPORTE TÉCNICO, ATUALIZAÇÃO E *UPGRADE* DA SOLUÇÃO	11/2015	30/03/17
AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES PARA RENOVAÇÃO E EXPANSÃO DO PARQUE DO TRIBUNAL – ADESÃO À ARP DO PE 15/12 DO DEPTO. NAC. PROD.MINERAL (DNPM). – ARP 0028/12-9	129/12	01/04/17
RACKS PARA CPD'S DO FOROS DO INTERIOR. ATA 136/11 TRT 15ª REGIÃO (ITEM 23)	103/12	11/04/17

DESCRIÇÃO	CONTRATO	VENCI-MENTO
ACESSO À BASE DE DADOS DOS SISTEMAS DE CADASTRO DE CPF/CNPJ	26/16	26/04/17
NO BREAK (PE 0066-13-8)	100/13	12/05/17
CONSULTORIA EM SOLUÇÕES DE *SOFTWARE* DE INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL – Jboss e PostgreSQL	89/2014	18/05/17
CONSULTORIA EM SOLUÇÕES DE *SOFTWARE* DE INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL – MICROSOFT	90/2014	18/05/17
TELEVISOR LED 40' – Adesão ARP 85810/14-434-00-CIMRG	0026/15-9	22/05/17
CARTÕES TIPO "SMART CARD"	0004/11-9	30/05/17
RENOVAÇÃO DE LICENÇAS DO *SOFTWARE* CITRIX XENAPP	0015/16-8	02/06/17
ACESSO À INTERNET MÓVEL	95/14	16/06/17
LICENÇAS E SUBSCRIÇÕES DE MANUTENÇÃO DE *SOFTWARES* IBM TSM E VMWARE (RP) – VMWARE	37/14	18/06/17
MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA SOLUÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS (RP) – (SUPORTE E GARANTIA)	117/13	25/06/17
LINK ADSL COM LINHA TELEFÔNICA	0329/15-4	26/06/17
ACESSO AO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES DO DETRAN/RS – GID	12/13	30/06/17
PESQUISA TEXTUAL GOOGLE SEARCH APPLIANCE – RENOVAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO – TRT4 E DEMAIS TRTS PARTICIPANTES (RP) (BB 516748)	112/13	02/07/17
SUBSCRIÇÕES DE *SOFTWARES* RED HAT – Registro de Preços – PE 0027/14-8	45/14	16/07/17
SERVIÇO DE ACESSO AOS SISTEMAS CPF/CNPJ DA RECEITA FEDERAL	52/16	18/07/17
SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA DE SUBSISTEMA AUTOMATIZADO DE *BACKUP – TAPE LIBRARY*	20/2016	19/07/17
REDE CORPORATIVA WAN – CONTRATAÇÃO MEDIANTE PARTICIPAÇÃO NO REGISTRO DE PREÇOS PE 010/2012 TRT DA 23ª REGIÃO.	66/12	26/07/17
SUPORTE E MANUTENÇÃO DO *SOFTWARE* TRACE GP	09/12	30/07/17
IMPRESSORA *LASER* COLORIDA	0409/14-4	31/07/17
SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA DOS *STORAGES* MODELOUMC VNX 5500	22/16	07/08/17
CONSULTORIA EM SOLUÇÕES DE *SOFTWARES*	09/2015	26/08/17

DESCRIÇÃO	CONTRATO	VENCI-MENTO
SOLUÇÃO DE VOTAÇÃO INTERATIVA	0418/15-4	27/08/17
AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES PARA RENOVAÇÃO E EXPANSÃO DO PARQUE DO TRIBUNAL – ADESÃO À ARP DO PE 15/12 DO DEPTO. NAC. PROD. MINERAL (DNPM). – ARP 0028/12-8	129/2012-01	18/09/17
LICENÇAS/SUBSCRIÇÕES DE MANUTENÇÃO *SOFTWARES* IBM TSM EVMWARE PE 0082/13-8 RP 0045/13-0 (VIGÊNCIA:20/12/2014)-(0013/14-9 PARTICIPANTE RP 59/13-3ªREGIÃO)	65/14	21/09/17
DISPOSITIVO DE *BACKUP* BASEADO EM DISCO (BACKUP VTL) PE 0009/14-8	47/14	23/09/17
DISPOSITIVO DE *BACKUP* BASEADO EM DISCO (BACKUP VTL) PE 0009/14-8	100/14	23/09/17
INTERLIGAÇÃO POR FIBRA ÓTICA DOS DOIS PRÉDIOS – FORO TRABALHISTA DE SANTA ROSA	0505/15-4	18/10/17
ALUGUEL DE *SOFTWARE* DE MONITORAMENTO DE ALARMES DE INTRUSÃO	0589/14-4	04/11/17
SERVIÇO DE ACESSO A SOLUÇÃO INTEGRADA DE COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA BASEADA EM NUVEM, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO	109/12	08/11/17
SOLUÇÃO DE *BUSINESS INTELLIGENCE* (BI) (BB 450536) (RP 0035/12-0)	113/12	25/11/17
CERTIFICADO DE ASSINATURA DE CÓDIGO (*CODE SIGNING CERTIFICATE*)	0566/15-4	26/11/17
MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL – *NOTEBOOK*	074/2014	18/12/17
SERVIÇOS DE TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE ROTINAS EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA – PE 0004/14-8	22/14	01/01/18
MANUTENÇÃO CORRETIVA PROGRAMADA E CORRETIVA – Sala-cofre	126/12	10/01/18
AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS *LASER* COLORIDAS RP 01/2014-01 DO PE 04/2014 DA SRTE/MG	0028/14-9	18/01/18
COMPRA DE MATERIAL – AQUISIÇÃO DE *SCANNERS* PARA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, MEDIANTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 66/2013 DO TRT8, NA QUAL ESTE TRIBUNAL FIGURA COMO UM DOS PARTICIPANTES.	99/14	25/01/18
DOCKING STATION PARA *NOTEBOOK*	115/15	17/02/18
DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E INTEGRAÇÃO DO	03/2015	27/04/18

DESCRIÇÃO	CONTRATO	VENCI-MENTO
SUBSISTEMA DE AUDIÊNCIAS AO PJE		
MOUSE ORTOPÉDICO	0230/15-4	13/05/18
SOFTWARE SIABI (LICENÇA DE USO E SUPORTE TÉCNICO)	101/2015	29/05/18
IMPRESSORA DE CRACHÁS FUNCIONAIS	0125/15-4	21/06/18
SCANNER DE MESA FALADO	0261/15-4	28/06/18
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CENTRAL TELEFÔNICA (BB 483536)	49/13	08/07/18
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS REDE CORPORATIVA WAN – REGISTRO DE PREÇOS	05/16	13/07/18
FILTRO DE CONTEÚDO – *SOFTWARE* E *HARDWARE*	11/2014	17/07/18
ESTAÇÃO DE TRABALHO – MICROCOMPUTADOR *DESKTOP* – RP 0116/12 – TST	111/13	22/07/18
REGISTRO ANUAL DA BASE DE ROTEAMENTO	0242/15-4	05/08/18
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CENTRAIS TELEFÔNICAS (BB 499615)	84/13	30/09/18
ESTAÇÃO DE TRABALHO (*WORKSTATION*)	0003/13-9	04/11/18
OTIMIZAÇÃO DE REDE WAN (ACELERADORES) (BB 462422) PE 0078/12-8	85/13	28/11/18
COMUTADORES DE REDE (*SWITCHES*) PARA O INTERIOR DO ESTADO	90/13	08/12/18
MANUTENÇÃO DE COMPONENTES DA SOLUÇÃO DE SERVIDORES *BLADES* DO TRIBUNAL	90/16	31/12/18
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PESQUISA E ACONSELHAMENTO IMPARCIAL EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES	110/15	06/01/19
LINK DE ACESSO DEDICADO À INTERNET com capacidade de 200MBPS – Porto Alegre	48/16	10/01/19
LINK DE ACESSO DEDICADO À INTERNET – Porto Alegre	49/16	10/01/19
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL – Adesão ARP 09/15-TRT 3ª Região	109/15	20/01/19
MICROCOMPUTADORES – ESTAÇÕES DE TRABALHO – ADESÃO ARP 14/2014 DO TRT2	112/2014	25/02/19
SERVIDORES DE REDE (REGISTRO DE PREÇOS) (BB: 507700) – 20 SERVIDORES	110/13	20/03/19
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM GRUPOS	67/16	29/03/19

DESCRIÇÃO	CONTRATO	VENCI-MENTO
GERADORES		
CENTRAIS TELEFÔNICAS	102/14	13/04/19
COMUNICAÇÃO DE DADOS – Prédios TRT na Av. Praia de Belas e Rua General João Telles	50/2016	14/04/19
WORKSTATION (ESTAÇÃO DE TRABALHO) – ESCOLA JUDICIAL – ADESÃO ARP 25/2013 DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.° 37/2013 DA UFRGS	0007/13-9	14/04/19
ROTEADORES PARA ACESSO À INTERNET (BB 515030)	103/13	22/05/19
PARAMETRIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE FORMULÁRIOS DE DEMANDAS – TRACE GP	57/14	12/08/19
WORKSTATIONS (ESTAÇÕES DE TRABALHO) – ADESÃO ARP UFRGS 025/2013 (PE 037/2013)	0011/14-9	29/09/19
SOLUÇÃO INTEGRADA DE MONITORAMENTO DE PERFORMANCE DE APLICAÇÕES. ARP 0015/15-9.	81/2015	20/11/19
SERVIDORES DE REDE (REGISTRO DE PREÇOS) (BB: 507700)	73/14	16/12/19
LICENÇAS E SUBSCRIÇÕES IBM SPECTRUM PROTECT E VMWARE	102/2016	27/12/19
SERVIDORES DE REDE (REGISTRO DE PREÇOS) (BB: 507700) – 4 SERVIDORES	73/14	27/01/20
RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CENTRAL DE SERVIDORES DE REDE	118/14	29/04/20
RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CENTRAL DE SERVIDORES DE REDE	13/15	27/05/20
SUPORTE E GARANTIA DOS *SWITCHES* SAN CISCO MDS 9148	66/2015	10/09/20
SOLUÇÃO DE CARIMBO DE TEMPO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS – PROTOCOLO DIGITAL DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS	95/15	10/12/20
RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA CENTRAL DE SERVIDORES DE REDE – ADESÃO A ARP	105/15	24/02/21
RENOVAÇÃO DE SUPORTE E GARANTIA E EXPANSÃO DOS ATIVOS DE REDE LOCAL DO TRT 4ª REGIÃO EM PORTO ALEGRE	117/15	07/04/21
SERVIDORES DE REDE PARA FOROS TRABALHISTAS DO INTERIOR E DA CAPITAL	119/15	07/04/21
RENOVAÇÃO DE SUPORTE E GARANTIA E EXPANSÃO DOS ATIVOS DE REDE LOCAL DO TRT 4ª REGIÃO EM PORTO ALEGRE	118/15	07/04/21

DESCRIÇÃO	CONTRATO	VENCI-MENTO
NO-BREAK – INTERIOR	122/15	14/06/21
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM A OAB/RS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO RECÍPROCO A INFORMAÇÕES	47/16	07/07/21
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA ENTRE O TRT4 E A IOB	53/2016	21/07/21
MICROCOMPUTADORES PADRÃO MINI DESKTOP E CPU C/ ACESSÓRIOS	80/16	26/10/21
PROJETORES MULTIMÍDIA	89/15	36 meses do recebimento definitivo que ainda não ocorreu
SOLUÇÃO DE PONTO BIOMÉTRICO – Registro de Preços	079/15	48 meses do recebimento definitivo que ainda não ocorreu
SOLUÇÃO DE PONTO BIOMÉTRICO – Registro de Preços	100/2015	48 meses do recebimento definitivo que ainda não ocorreu
SERVIÇO DE TRANSPORTE, FORNECIMENTO E ABASTECIMENTO DE ÓLEO DIESEL S500 PARA GRUPOS GERADORES	0358/16-4	Até finalizar saldo do empenho
FORNECIMENTO DE *NO-BREAKS* MÉDIOS – SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E GARANTIA	68/16	60 meses do recebimento definitivo que ainda não ocorreu
SOLUÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS COM ALTA DISPONIBILIDADE ENTRE 2 DATACENTERS – REGISTRO DE PREÇOS	91/16	60 meses do recebimen

DESCRIÇÃO	CONTRATO	VENCI-MENTO
		to definitivo que ainda não ocorreu
APPLIANCE DE BALANCEAMENTO E ENTREGA DE APLICAÇÕES WEB ADC (*APPLICATION DELIVERY CONTROLLER*)	121/15	48 meses do recebimento definitivo que ainda não ocorreu

5.14 Plano Anual de Capacitação

O Plano Anual de Capacitação visa o aperfeiçoamento das competências técnicas e gerenciais dos servidores da Setic de forma racionalizada e controlada, atendendo também à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal instituída pelo Decreto nº 5.707/2006 e ao Acórdão 381/2011 do TCU.

Em 2016, foram realizados 205 cursos, dispersos entre os 49 diferentes perfis técnicos definidos para a Setic, correspondendo a 30 horas, em média, de treinamento por servidor. A documentação completa encontra-se no processo administrativo 0003020-07.2016.5.04.0000.

5.15 Revisão da Metodologia de Gerenciamento de Projetos e de Portfólio da Setic

Com base no acompanhamento dos gerentes de projetos e na utilização das metodologias definidas no ano anterior, durante o ano de 2016 o Escritório de Projetos realizou ajustes nas metodologias de gerenciamento de projetos e de portfólio. Além disso, as metodologias foram regulamentadas com a alteração dos anexos da Portaria nº 4.975/2012, que institui metodologia de gestão do portfólio de projetos e de gerenciamento de projetos de tecnologia da informação e comunicações.

5.16 Portfólio de projetos de TI

O Escritório de Projetos de TIC foi responsável por reunir todas as solicitações de projetos encaminhadas pelas áreas usuárias ou áreas internas da Setic, a fim de encaminhar a análise prévia da viabilidade do atendimento destas solicitações e consolidá-las em uma lista priorizada, a fim de formar o portfólio de projetos do Plano Diretor de TI para o ano de 2017.

Em relação aos projetos contidos no Plano Diretor de TI de 2016, o Escritório de Projetos de TIC acompanhou a execução e documentação desses durante o ano. Ao todo foram 53 projetos acompanhados, distribuídos entre quatro coordenadorias da Setic e em diferentes fases de ciclo de vida.

O acompanhamento dos projetos foi realizado em todas as suas fases, desde a proposta, o planejamento e a execução, até o encerramento, com o objetivo de assegurar que as áreas internas da Setic estivessem trabalhando de forma alinhada aos propósitos definidos no Plano de

Projeto aprovado, garantindo que as expectativas fossem atendidas. O Escritório de Projetos de TIC também deu apoio na utilização da metodologia de gerenciamento de projetos, bem como suporte para utilização da ferramenta adotada (TraceGP). Após a etapa de encerramento de cada projeto concluído, foi realizada a medição dos benefícios alcançados, com validação do responsável pela área na qual o projeto foi aplicado. Os benefícios alcançados pelos projetos concluídos são publicados no portal de Governança de TIC (Menu Monitoração – Monitoração de projetos).

Referente ao acompanhamento do portfólio formado por estes projetos, o Escritório de Projetos realizou reuniões mensais com os gerentes de projetos para acompanhamento da situação dos projetos, com o objetivo de esclarecer dúvidas, obter informações sobre o andamento, pontos de atenção e pendências. As informações obtidas foram mensalmente consolidadas e reportadas em relatórios enviados para todos os integrantes da Setic. O detalhamento dos projetos é disponibilizado no Portal de Governança, acessível por todos os servidores do TRT4.

5.17 Conclusão do 1º ciclo do Sistema de Gestão de Segurança da Informação

Concluída a Análise Crítica pela Administração do Tribunal (última fase prevista no projeto), com identificação dos resultados e melhorias para o próximo ciclo, previsto para 2017.

5.18 Formalização de processos relacionados à Segurança da Informação, em atendimento à Resolução CNJ nº 211/2015

Foram formalizados os processos de Gestão de Continuidade de TIC, Gestão de Segurança da Informação, Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), Elaboração e Revisão das Normas de Segurança da Informação, Treinamento e Conscientização em Segurança da Informação (Portarias nº 2.050/2016 e nº 2.347/2016).

5.19 Projeto Capacitação à Distância em Segurança da Informação

Em 2016, foi desenvolvido treinamento à distância na área de Segurança da Informação, com carga horária de 20h, destinado a desenvolver o conhecimento dos participantes sobre os conceitos e aspectos principais da Segurança da Informação, conscientizando-os sobre sua importância no dia a dia, pessoal e profissional. Foi disponibilizada Turma Piloto, cujo público-alvo foram todos os servidores e que contou com 253 inscritos. O treinamento compreendeu os seguintes módulos: Conceitos Básicos de Segurança da Informação, Gestão de Segurança da Informação no TRT, Proteção contra ações maliciosas, Segurança da Informação na Prática. Para 2017 estão previstas três novas turmas.

5.20 Sensibilização de Segurança da Informação

Envio mensal, a todos os novos servidores, magistrados e estagiários, da Política de Segurança da Informação, para conhecimento. Participação nas edições do Programa de Ambientação de Novos Servidores – Integrar-te.

5.21 Revisão Geral da Política de Segurança da Informação. Revisão e elaboração dos documentos relativos à Gestão de Continuidade de TIC

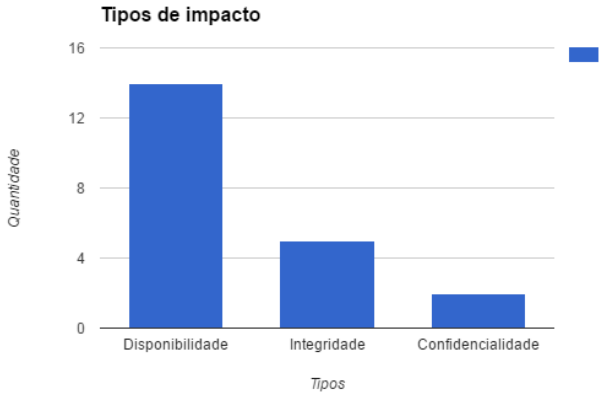
Foram revisadas todas as normas da Política de Segurança da Informação, que resultou nas alterações contidas na Portaria nº 7.628, de 21 de dezembro de 2016, bem como os Planos

de Continuidade Operacional e Planos de Recuperação de Desastre, com proposição de novos documentos.

5.22 Gerenciamento das solicitações, demandas e incidentes de segurança

Coordenação de ações necessárias na ocorrência de incidentes de segurança da informação e gerenciamento das demandas encaminhadas por usuários, com fornecimento de subsídios ao Comitê de Segurança da Informação para a tomada de decisão.

Em 2016, foram formalizados 20 Relatórios de Incidentes de Segurança da Informação. Verificou-se que a média de resolução dos incidentes manteve-se em **1,4 dias** e as equipes mais envolvidas na resolução dos problemas integram a Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica. Da análise desses registros foram obtidos os seguintes dados quanto aos incidentes registrados:







SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Durante o ano de 2016, a Secretaria de Comunicação Social realizou as seguintes atividades:

- **Notícias no *site* institucional**: Foram publicadas 702 notícias no *site* do TRT. As matérias trataram de ações, eventos e projetos institucionais; decisões de primeiro e segundo graus; atos normativos e informações de utilidade pública.
- **Cobertura de eventos**: A equipe da Secretaria de Comunicação Social – Secom realizou a cobertura fotográfica e jornalística de todos os eventos relacionados à Justiça do Trabalho do RS, tendo publicado as notícias no *site*, no Portal VOX e, quando cabível, nas redes sociais.
- **Cobertura da agenda da Administração**: Acompanhamento da agenda da Administração, com publicação de notícias no *site* sobre eventos e reuniões dos seus integrantes.
- **Redes Sociais**: Foi dada continuidade à alimentação das páginas do TRT no Facebook (404 postagens) e no Twitter (358 mensagens), alimentando-as com as notícias e informações veiculadas no *site*. As redes sociais contribuem para ampliar a visibilidade das notícias do Tribunal, além de permitir a interatividade com os cidadãos. Também foi utilizada a página do Tribunal no FlickR, rede social que armazena os álbuns fotográficos de todos os eventos institucionais, possibilitando aos usuários acesso e *download* das imagens. Ao todo, foram postadas 5.826 fotos.
- **Assessoria de Imprensa:** a Secom deu continuidade à condução do relacionamento do TRT-RS com a imprensa. A atividade envolve atendimento a jornalistas, sugestões de pauta, envio de *releases* e agendamento de entrevistas. Destaque para o projeto que agenda entrevistas do corregedor ou do vice-corregedor regional em cidades do Interior do Estado, nos dias de correição ordinária. Em 2016, foram obtidas 1.265 publicações espontâneas na imprensa, obtidas por meio do trabalho da Secom.
- **Portal VOX**: Em 2015, a Secretaria de Comunicação Social deu continuidade à administração do conteúdo do VOX, portal interno lançado em 2013. Ao longo do ano, foram publicadas 793 matérias no portal, distribuídas entre suas diversas editorias.
- ***Clipping***: A Secom envia um *clipping* diário, com todas as notícias veiculadas nos *sites* do TRT, TST, CSJT e CNJ e matérias de jornais, rádios e TVs que tenham relação com o TRT, Justiça do Trabalho ou com o mundo do trabalho em geral. A produção do *clipping* é terceirizada, mas revisada e acompanhada pela equipe da Secom.
- **Criação e produção de peças gráficas**: A Secom criou e produziu grande variedade de peças gráficas para o TRT, como cartazes, *banners*, faixas, *folders*, cartões, convites, material de apoio a eventos, placas, cartões via e-mail em datas comemorativas, dentre outros. Ao todo, foram criadas peças gráficas para 71 temas diferentes. Também houve adaptação de peças gráficas para outros 40 temas (nesse caso, são artes criadas pela Secom em anos anteriores ou produzidas por outro órgão, que necessitaram alguma personalização ou adaptação para o contexto do TRT-RS)
- **Atualização dos perfis dos Desembargadores no *site***: A Secom efetuou as atualizações necessárias nos arquivos PDF com as fotos e os currículos resumidos de todos os Desembargadores do TRT da 4ª Região. O material pode ser acessado no *site*.

- **Monitores nos elevadores e saguões**: Ao longo de 2016, a Secom atualizou diariamente o conteúdo dos monitores nos elevadores e saguões do prédio-sede do TRT e do Foro Trabalhista de Porto Alegre, composto por notícias, informações de utilidade pública, peças de campanhas, agenda de eventos, dentre outros tópicos.
- **Arquivo fotográfico**: A Secom manteve arquivo fotográfico de todos os eventos realizados no Tribunal.
- **Avisos de Utilidade Pública**: Foram enviados por e-mail, pela Secom, comunicados a todo o público interno, informando falecimentos de magistrados/servidores/familiares ou pedidos de doação de sangue ou plaquetas. Em 2016, foi criado uma caixa de e-mail específica para o envio desses avisos, desvinculando-os da caixa de e-mail da Secretaria.
- **Calendário 2017:** Produção do Calendário 2017 do TRT-RS, que tem como tema o concurso “Desafio Fotográfico do TRT-RS”, promovido junto a magistrados e servidores. O calendário reúne as 15 fotografias vencedoras do concurso, sendo cinco imagens de cada tema abordado: “Outono”, “Artista” e “Chuva”.
- **Outubro Rosa:** A Secom contribuiu na campanha de Outubro Rosa com a divulgação, no *site* e na intranet, de matéria informativa sobre prevenção do câncer de mama, a partir de conteúdo elaborado pela Coordenadoria de Saúde. Também divulgou a realização de uma palestra sobre câncer de mama para o público interno, ministrada por voluntárias do Imama, no dia 10 de outubro, no Auditório Ruy Cirne Lima. Também deu publicidade à iluminação cor de rosa nas fachadas do Tribunal e de unidades do Interior, bem como publicou o artigo *“"Vitoriosas e lutadoras, sejamos todas Fênix!",* de autoria da juíza Carolina Moraes, que superou um câncer de mama. Além disso, a Secom ainda divulgou uma pesquisa sobre prevenção de câncer de mama, solicitada pela Csaúde, junto às magistradas, servidoras e estagiárias.
- **Homenagem por tempo de serviço:** A Secom produziu convite especial, fundo de palco, animação com fotos dos homenageados, trilha sonora e os certificados do evento que homenageou servidores com 10, 20 e 30 anos de exercício na Instituição. Evento realizado em novembro.
- **Campanha +Economia:** Diante do corte orçamentário imposto ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em 2016, que reduziu em 30% a rubrica de custeio, a Secom desenvolveu, em parceria com a Diretoria-Geral, a campanha “+ Economia”. Seu principal objetivo foi informar o público interno sobre a composição do orçamento do Tribunal, o impacto do corte e as medidas tomadas pela Administração para redução de despesas. Concomitantemente, engajar o público interno na economia de recursos (luz, água, correios e material de expediente) e incentivar magistrados e servidores a colaborarem com ideias de economia na Instituição.

  - A campanha foi desenvolvida na Intranet, com acesso pela página principal do Portal VOX. Ela iniciou com cinco textos-base. Os quatro primeiros foram publicados ao mesmo tempo, com grande número de infográficos explicativos ("artes") junto com um texto introdutório ("capa"), convidando todos a se familiarizarem com o corte orçamentário e se envolverem com a campanha.

  - Orçamento: Explicou brevemente a estrutura do orçamento.

  - Corte: Informou magistrados e servidores acerca dos valores reais disponibilizados para o orçamento 2016 no TRT-RS.

- Ações: Apresentou as medidas planejadas pelo Tribunal para conter despesas e se adequar ao corte (transparência).

- Envolva-se: Campanha de mobilização de magistrados e servidores (engajamento);

- O quinto texto, publicado após o lançamento da campanha, reuniu orientações espontâneas e provocadas, vindas de magistrados, servidores e diferentes setores da Administração, que tinham como objetivo fomentar comportamentos vinculados a uma cultura institucional de contenção de despesas e desperdícios. Os magistrados e servidores foram convidados a usar a ferramenta de comentários da Intranet e/ou enviar suas ideias para o e-mail específico da campanha (maiseconomia@trt4.jus.br), criando um canal permanente de comunicação.

- Também foi disponibilizado na intranet um *banner* intitulado “Central de Dicas”, reunindo as dicas de economia compiladas pelas áreas técnicas e também sugestões de magistrados e servidores.

- A campanha ainda envolveu a criação de um cartaz chamado “O último a sair”, afixado nas portas de todas as unidades administrativas e judiciárias, com um *check list* de todas as verificações que devem ser feitas ao final do expediente, principalmente pela última pessoa a ir embora.

- Também houve veiculação de várias matérias sobre as medidas de contenção de gastos que foram sendo tomadas ao longo do ano.

- **Projeto Igualdade de Gênero:** A Secom participou da concepção e execução do Projeto Igualdade de Gênero, lançado pelo TRT-RS em 8 de março de 2016. A Secretaria desenvolveu as seguintes tarefas:

  - Criação da logomarca do projeto e de peças gráficas;

  - Série de sete matérias sobre violência contra a mulher;

  - Divulgação e cobertura das duas rodas de conversa realizadas sobre o tema, no saguão do TRT-RS;

  - Criação do cartaz interno da campanha #ElesPorElas (iniciativa da ONU, da qual o TRT-RS tornou-se signatário);

  - Realização de fotos internas da campanha #ElesPorElas, com álbum disponibilizado no Flickr. São fotos das equipes de diversas unidades da Instituição com o cartaz da campanha em mãos;

  - Distribuição, às trabalhadoras terceirizadas do TRT e do Foro Trabalhista, da cartilha “Nós Podemos Enfrentar a Violência”, de autoria de Kellen Cristina Varisco Lazzari, Aline Accorssi e Paula Pinhal de Carlos.

- **Atualização das cartilhas do Trabalhador, Rural e Doméstico:** A Secom conduziu a atualização da Cartilha do Trabalhador, da Cartilha do Empregado e do Empregador Doméstico e da Cartilha do Empregado e do Empregador Rural. A primeira foi atualizada pela juíza Carolina Gralha e as duas últimas, pelo juiz Marcelo Bergmann Hentschke. A Secom adaptou o conteúdo e a diagramação das cartilhas com as atualizações enviadas pelos magistrados e providenciou novas tiragens impressas. Em formato de livro de bolso, as publicações são distribuídas gratuitamente em todas as unidades judiciárias da Justiça do Trabalho, presentes em 65 cidades do Estado . As cartilhas também podem ser acessadas e baixadas em arquivo PDF no *site* do Tribunal (menu “Consultas”).

- **Ação contra trabalho infantil na maratona de POA:** A Secom atuou diretamente nas ações planejadas pelo TRT-RS para o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil (12 de junho). A principal delas foi realizada na Maratona Internacional de Porto Alegre. A Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho tiveram um estande no evento, onde foram distribuídos cataventos, gibis sobre trabalho infantil (edição especial da Turma da Mônica e revistas "MPT em Quadrinhos"), doces e panfleto informativo sobre o tema. Além da cobertura jornalística e fotográfica da iniciativa, a Secom providenciou a instalação do estande e produziu o panfleto informativo e *banners*. Todos os 7,5 mil corredores da maratona também receberam, em seus *kits* de prova, o panfleto informativo e um adesivo com a mensagem "Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil – Eu também corro por esta causa", produzido pela Secom. Alguns atletas disputaram as provas com o adesivo colado na camiseta. Assessorias esportivas também exibiram o *banner* da campanha em suas tendas. Terminada a Maratona de Porto Alegre, a campanha contra o trabalho infantil voltou-se para o Parque da Redenção. Ao lado do Monumento ao Expedicionário, um espaço foi organizado para divulgar a mensagem do dia 12 de junho por meio de atividades artísticas e culturais, a maioria delas protagonizadas por crianças e adolescentes vinculadas a ONGs. A Secom providenciou material de distribuição, realizou cobertura jornalística e fotográfica e disponibilizou mestre de cerimônias para evento.
- **Projeto Tampart:** A Secom conduziu, em 2016, a realização da campanha de arrecadação de tampinhas para o projeto Tampart. A campanha foi lançada no dia 7 de junho, durante a Semana do Meio Ambiente no TRT-RS, com peças gráficas criadas pela Secom e divulgação feita pela secretaria. Foram disponibilizados coletores no prédio-sede do TRT-RS e no Foro Trabalhista de Porto Alegre. Entre junho e dezembro, foram arrecadadas mais de 50 mil tampinhas plásticas. As tampinhas recolhidas serão usadas pelo artista Ubiratan Fernandes, idealizador do projeto Tampart, na produção de um painel estilizado para a Instituição. A obra será exposta em 2017, no Foro Trabalhista de Porto Alegre e no prédio-sede do TRT-RS. Após o período de exposição, o painel será desmontado, e as tampinhas, doadas para entidades beneficiadas pelo Tampart. O material gera renda para as entidades. O objetivo da iniciativa é promover a consciência sobre a destinação correta do lixo reciclável e do reaproveitamento de materiais.
- **Campanha do Agasalho:** A Secom criou a identidade visual e divulgou a Campanha do Agasalho do TRT-RS, por meio de matérias no *site* e na intranet, mensagens via e-mail e cartazes. Realizada entre 27 de junho e 26 de agosto, a campanha distribuiu mais de 1,8 mil peças de roupa em Porto Alegre e outras centenas de itens em cidades do Interior do Estado. A maior parte das doações da Capital foi destinada a trabalhadores terceirizados da Instituição. A campanha também beneficiou a comunidade da Ilha do Pavão e o Grupo Servir, que presta assistência a moradores de rua.
- **Projeto Leitura Livre**: A Secom participou da retomada do Projeto Leitura Livre, reformulando sua identidade visual, produzindo cartazes e adesivos e publicando matérias sobre a iniciativa. O projeto disponibiliza, nos Foros Trabalhistas e nas Varas do Trabalho, estantes com livros doados. As obras podem ser lidas por advogados, partes, magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e demais frequentadores. Os leitores também podem levar os livros para casa, além de efetuar trocas e entregar novas doações. Desde setembro de 2016, caixas de coleta de doações estão disponíveis no térreo do prédio-sede

(corredor de acesso aos bancos e restaurantes) e no Foro Trabalhista de Porto Alegre (na entrada da Galeria e no Prédio 3, junto à Escola Judicial).

- **Campanha de doação de livros infantis: A** Secom criou a identidade visual e divulgou a campanha de arrecadação de livros infantis do TRT-RS, por meio de matérias no *site*, na intranet e em cartazes. Realizada em outubro, a campanha arrecadou doações para crianças da região das Ilhas de Porto Alegre e dos bairros Lami, Restinga e Mário Quintana. A entrega foi feita pela Companhia Especial de Busca e Salvamento (CEBS) do Corpo de Bombeiros. Pontos de coleta de doações foram instalados no térreo do prédio-sede do TRT-RS (corredor de acesso aos bancos e restaurantes) e no Foro Trabalhista de Porto Alegre (na entrada da Galeria e no Prédio 3, junto à Escola Judicial). As caixas de coleta foram as mesmas utilizadas pelo projeto Leitura Livre.
- **Campanha Natal Solidário:** A Secom criou a identidade visual e divulgou a Campanha Natal Solidário do TRT-RS, por meio de matérias no *site* e na intranet, mensagens via e-mail e cartazes. Realizada em dezembro, sob o mote “Adote uma Estrela”, a campanha convidou magistrados e servidores a escolherem um dos nomes de criança dispostos em árvores de natal no prédio-sede e na sala da Direção do Foro Trabalhista de Porto Alegre. Cada estrela era filho(a) ou neto(a) de trabalhadores terceirizados da Instituição. Os presentes foram organizados e entregues na manhã de 13 de dezembro. Ao todo, foram 362 presentes reunidos na iniciativa.
- **Pesquisas internas:** A Secom auxiliou a Administração do Tribunal na promoção de seis pesquisas junto ao público interno. A Secretaria elaborou os questionários no Google Drive e os divulgou por e-mail e pela intranet. As pesquisas trataram dos seguintes temas: uso de bicicleta em Porto Alegre (para o projeto “De Bike para o Trabalho”), prevenção do câncer de mama, tipos de atividades laborais (para o PPRA), prática de atividades físicas, prática de atividades artísticas e culturais, e pesquisa de satisfação sobre o restaurante do TRT-RS e do Foro Trabalhista de Porto Alegre.
- **Campanha de descarte correto de lixo eletrônico:** A Secom divulgou, por meio de cartazes e matérias no *site* na intranet, as quatro edições da campanha para descarte seguro de lixo eletrônico realizadas em 2016. A campanha tem a participação das 16 entidades que fazem parte do Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental (GISA), entre elas o TRT-RS. Foram disponibilizados coletores no TRT-RS e no Foro Trabalhista de Porto Alegre, para o descarte de lixo eletrônico pessoal: computadores, *notebooks*, *netbooks*, HDs, estabilizadores, fax, impressoras, *scanners*, monitores, periféricos, cabos, teclados, *tablets*, *smartphones*, celulares, MP3 *players*, baterias de celular, entre outros. O material recolhido é encaminhado a uma associação responsável por desmontar os resíduos eletrônicos e selecionar o que pode ser reciclado, reutilizado ou tratado.
- **Minuto do Trabalhador:** A Secom viabilizou, em outubro, uma parceria do TRT-RS com a Rádio Farroupilha para a veiculação do quadro “Minuto do Trabalhador”. Trata-se de um áudio de um minuto, gravado por um magistrado da 4ª Região, com esclarecimentos sobre Direito do Trabalho, em linguagem simples e acessível. O quadro está sendo veiculado nas manhãs de segunda a sexta-feira, durante o programa Comando Maior, apresentado por Gugu Streit. A parceria também prevê a participação periódica de juízes do Trabalho

no programa, esclarecendo dúvidas de ouvintes. Os áudios do "Minuto do Trabalhador" são veiculados periodicamente no *site*, no Youtube, no Facebook e no Twitter do TRT-RS.

- **Exposição "Um Mundo sem Trabalho infantil":** A Secom conduziu a realização da exposição itinerante "Um Mundo sem Trabalho Infantil", entre 19 e 30 de outubro de 2016, no Shopping Praia de Belas, em Porto Alegre. A mostra retratou a exploração do trabalho de crianças e adolescentes no País, com o objetivo de alertar a sociedade sobre o tema. A exposição foi apresentada no segundo piso do *shopping*, em frente à Livraria Saraiva. Além da parceria do Praia de Belas, a iniciativa teve o apoio do Programa ARISE (Alcançando a Redução do Trabalho Infantil pelo Suporte à Educação), desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a ONG Winrock Internacional (WI) e a empresa Japan Tobacco International (JTI). O ato oficial de lançamento foi realizado em 24 de outubro.
- Composta por 17 painéis ilustrados, a exposição revela que o trabalho infantil concentra-se principalmente no campo, nas ruas e no âmbito doméstico, e que muitas crianças e adolescentes são submetidos às piores formas de trabalho: atividades ilícitas, insalubres ou análogas à escravidão, e situações de exploração sexual. A mostra também apresenta o conceito de trabalho infantil, dados estatísticos e exemplos de iniciativas de combate a este problema social. Uma linha do tempo de 10 metros ainda destaca fatos relevantes sobre o tema no Brasil e no resto do mundo.
- A exposição é promovida pelo Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho, em parceria com a Comissão de Documentação do Tribunal Superior do Trabalho. O projeto visita todos os Estados brasileiros, por meio da atuação dos TRTs, com parceiros.
- **De Bike para o Trabalho:** A Secom colaborou no lançamento do projeto "De Bike para o Trabalho", no âmbito do TRT-RS. O projeto é desenvolvido pela Prefeitura de Porto Alegre. Ao assinar convênio com a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), no mês de dezembro, o TRT-RS pretende estimular magistrados, servidores, estagiários e terceirizados a adotarem a bicicleta como meio de transporte, tendo em vista os benefícios do hábito para a saúde, o trânsito e o meio ambiente. A Secom criou peças gráficas e divulgou da iniciativa pela Intranet e e-mail. Também ajudou a promover uma pesquisa interna sobre o uso de bicicleta na Capital, a criar um cadastro de ciclistas e a divulgar os projetos de instalação de vestiários e de ampliação dos bicicletários nos prédios da Justiça do Trabalho em Porto Alegre. A Secom ainda aplicou logomarcas do projeto e do TRT-RS em coletes sinalizadores adquiridos em 2015 para o Programa Trabalho Seguro.
- Campanha de "Cadastramento Correto": A campanha envolveu diversos setores do TRT-RS e contou com a participação da Secom desde o levantamento do problema até a formulação de campanha específica para enfrentá-lo e, por fim, execução da campanha. O problema em questão consistia em falhas sistemáticas no cadastramento de processos por advogados e ausência de retificação nas Unidades Judiciárias responsáveis. Para melhor abordar o problema, após identificação das falhas de cadastramento e solicitação da campanha pela AGE, foram acionados CAP, SETIC e Assessoria Técnico-Operacional da Corregedoria. Todos esses setores se envolveram na identificação das etapas onde ocorriam as falhas de cadastramento e análise dos atores envolvidos com os erros e sua potencial correção. Foi definido que seriam elaboradas duas campanhas paralelas (para

público interno – servidores – e externo – advogados), diferenciadas no tom e no escopo. A campanha voltada para advogados incluiu: (1) criação de uma página específica com orientações e recomendações simplificadas; (2) divulgação de notícias específicas e esclarecimento dos canais disponíveis para tirar dúvidas, como a CAP; (3) acionamento de parceiros (OAB, AGETRA) para divulgação das recomendações; (4) Orientação da OAB para que passasse a incluir essas orientações nos cursos de capacitação de advogados para uso do PJe-JT. Para o público interno, a campanha foi realizada após o término da iniciativa voltada para o público externo, em caráter complementar. A iniciativa para o público interno incluiu: (1) levantamento, junto às unidades judiciárias, dos servidores envolvidos com a tarefa de verificação do cadastramento; (2) envio direcionado para o público-alvo, via e-mail, de (2.a) esclarecimentos sobre a campanha adotada junto a advogados, (2.b) orientações específicas para servidores que atuam no cadastramento e (2.c) argumentos que poderiam ser repassados, nas secretarias de vara ou em audiência, aos advogados que reincidissem nas falhas de cadastramento; (3) divulgação ampla da campanha para a totalidade dos servidores, para difundir o conhecimento específico sobre o processo de cadastramento e, simultaneamente, explicar a importância e valorizar o trabalho daqueles que atuam com retificação de cadastramentos.

- **Matérias da Corregedoria**: A Secom auxiliou a Corregedoria na elaboração de material específico (texto e arte) voltado para a divulgação de práticas recomendadas pela Assessoria Técnico-Operacional da Corregedoria. A série de sete matérias, voltada para as unidades judiciárias de 1º e 2º Grau, teve como principal mote a existência de material específico vasto e consolidado, porém pouco difundido, reunido no formato de um Manual de Organização do Trabalho. A campanha se valeu de uma tripla divulgação: após a produção das matérias com as recomendações (sempre atualizadas em relação ao Manual), era feita uma primeira comunicação direcionada, por e-mail, aos Diretores de Secretaria, Assessores de Desembargadores e Chefes de Gabinete. Na sequência, disponibilizava-se o texto na página principal do Portal VOX e, quando pertinente, enviava-se um "Leia no Vox" para divulgação entre os servidores. Essa sistemática permitiu focar no público responsável pela implantação das práticas divulgadas, diferenciando também o grau de interesse de cada público (manifestado pela frequência de acessos em cada etapa da divulgação).

Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais

A Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais do TRT-RS, composta pelos desembargadores Ana Luiza Heineck Kruse, Emílio Papaléo Zin e Laís Helena Jaeger Nicotti, deu prosseguimento, em 2016, à sua função consultiva e deliberativa nas ações de comunicação interna e externa da Instituição.

As principais atividades da Comissão foram:

- Proposição, avaliação e aprovação de projetos de comunicação do TRT-RS em 2016;
- Aprovação de postagens com conteúdo jurídico nas redes sociais do TRT-RS;
- Apreciação de artigos encaminhados à Comunicação Social e avaliação da pertinência da publicação dos textos nas mídias do TRT-RS;

- Aprovação de matérias sobre decisões judiciais da Justiça do Trabalho gaúcha;
- Aprovação de sugestões de pauta encaminhadas por entidades ou pessoas externas à Instituição;
- Estímulo a magistrados para o engajamento e participação nas ações de comunicação do TRT-RS;
- Respostas a consultas da Secretaria de Comunicação Social em relação a diversos procedimentos pertinentes à área;
- Indicação de fontes para entrevistas solicitadas pela imprensa;
- No início de 2016, a Comissão também agendou visitas da então nova Presidente do TRT-RS, desembargadora Beatriz Renck, às direções de importantes veículos da imprensa gaúcha: Zero Hora, Correio do Povo, Jornal do Comércio e Rede Pampa.

ESCOLA JUDICIAL

1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Em 2016, a Direção da Escola Judicial foi exercida pelo Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz, e a Vice-Direção, pela Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez.

Até dezembro de 2016, integraram o Conselho Consultivo, além do Diretor e do Vice-Diretor da Escola Judicial, os Desembargadores Beatriz Zoratto Sanvicente (aposentada), Rosane Serafini Casa Nova, Carmen Izabel Centena Gonzalez, João Paulo Lucena e Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi, juntamente com os Juízes Manuel Cid Jardón, Leandro Krebs Gonçalves, Max Carrion Brueckner e Gustavo Friedrich Trierweiler.

A partir de dezembro de 2016, conforme resultado de inédita eleição direta entre os magistrados de 1º Grau, para vagas de Juiz Titular e Juiz Substituto, foi eleita a juíza Raquel Hochmann de Freitas (substituindo o juiz Manuel Cid Jardón) e reeleito o juiz Gustavo Friedrich Trierweiler. Também para atuarem como conselheiros a partir de dezembro de 2016, os integrantes do Tribunal Pleno escolheram os ocupantes de duas vagas de membros do segundo Grau: foi reeleito o Desembargador João Paulo Lucena e eleita a Desembargadora Tânia Regina Silva Reckziegel (substituindo a Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova).

Como conselheiros suplentes, com mandato até dezembro de 2017, seguiram a Desembargadora Teresinha Maria Delfina Signori Correia (aposentada), o Desembargador Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa, o Juiz Gustavo Jaques e o Desembargador Marcelo José Ferlin D'Ambroso.

O Juiz Leandro Krebs Gonçalves atuou como Coordenador Acadêmico, atribuição que exercerá até dezembro de 2017.

A Escola Judicial, em 2016, portanto, teve a seguinte composição:

Diretor

Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz

Vice-Diretora

Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez

Coordenador Acadêmico

Juiz Leandro Krebs Gonçalves

Magistrados integrantes do Conselho Consultivo

*** Até dezembro de 2016:**

Desembargadora Beatriz Zoratto Sanvicente (aposentada)

Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova

Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez

Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz (Presidente)

Desembargador João Paulo Lucena

Desembargadora Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi

Juiz Manuel Cid Jardón

Juiz Leandro Krebs Gonçalves

Juiz Max Carrion Brueckner

Juiz Gustavo Friedrich Trierweiler

*** A partir de dezembro de 2016:**

Desembargadora Beatriz Zoratto Sanvicente (aposentada)

Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez

Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz (Presidente)

Desembargador João Paulo Lucena

Desembargadora Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi

Juíza Raquel Hochmann de Freitas

Juiz Leandro Krebs Gonçalves

Juiz Max Carrion Brueckner

Juiz Gustavo Friedrich Trierweiler

Conselheiros Suplentes (a partir de 11.12.2015, com mandato de dois anos – por ordem de votação):

Desembargadora Teresinha Maria Delfina Signori Correia (aposentada)

Desembargador Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa

Juiz Gustavo Jaques

Juiz Marcelo José Ferlin D'Ambroso

Comissão da Revista e Outras Publicações:

Desembargadora Beatriz Zoratto Sanvicente (aposentada)

Desembargador João Paulo Lucena

Desembargadora Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi

2. EVENTOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL em 2016

2.1 Ações de Formação Continuada de Magistrados

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
27/06/2015 a 24/04/2016	IV Curso sobre Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho e Saúde Mental no Trabalho (IPq)	Sérgio Paulo Rigonatti, Duílio Antero Camargo	180	10
04/03/2016	Painel O Novo CPC: Fundamentos da Sentença, Recursos nos Tribunais e Execução – Desembargadores	João Pedro Silvestrin, Francisco Rossal de Araújo	3,5	26
18/03	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 1º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	2	4
18/03	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 1º Encontro	Iris Lima de Moraes	2	11
31/03 a 08/05	Curso de Formação de Formadores sobre Questões Penais na Justiça do Trabalho (Enamat)	Guilherme Guimarães Feliciano	30	2
07/08	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 1º Encontro	Marcelo Caon Pereira	3	7
01/04	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 2º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	2	5
07/04 a 29/05	Curso de Formação Continuada sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais (Enamat)*	Márcia Regina Leal Campos, Fernando Queiroz Júnior, José Roberto Dantas Oliva, Renata Conceição Nóbrega Santos, Alexandre Manuel Rodrigues Pereira	30	8
08/04	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 1º Encontro	Jorge Alberto Araujo	2	4
08/04	Palestra Conciliação e Audiência Trabalhista	Rodolfo Pacheco	2	12
15/04	Grupo de Estudos Direito Material – 1º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	1,5	7
15/04	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 2º Encontro	Marcelo Caon Pereira	3	8

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
20/04 a 05/06	Curso de Formação Continuada em Efetividade da Execução Trabalhista (Enamat)	Carlos Alberto Pereira de Castro, Narayana Teixeira Hannas, George Santos Almeida, Marcílio Florencio Mota, Antônio Francisco de Andrade	30	1
29/04	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 2º Encontro	Jorge Alberto Araujo	2	4
29/04	Grupo de Estudos Direito Processual – 1º Encontro	Ricardo Fioreze	1,25	7
29/04	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 2º Encontro	Rozi Engelke	2	7
02/05 a 24/06	Curso Psicopatologias Relacionadas ao Trabalho e Atuação do Perito (TRT9)	Maurício Ehlke	30	5
06/05	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 3º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	1,5	5
09 e 10/05	49ª Assembleia Geral Extraordinária e Reuniões de Trabalho do Conematra (Conselho Nacional das Escolas da Magistratura do Trabalho)	Dulce Magalhães, André Luís Moraes de Oliveira	8	1
10/05 a 13/05/16	7º Curso de Formação em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho (Enamat)	Evandro Pereira Valadão Lopes e outros	24	3
20/05	Grupo de Estudos Direito Processual – 2º Encontro	Ricardo Fioreze	1,5	6
20/05	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 3º Encontro	Rozi Engelke	2,5	9
20/05	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 3º Encontro	Marcelo Caon Pereira	3	5
25/05 a 03/07	Curso Formação Continuada em Questões Penais na Justiça do Trabalho (Enamat)	Amaury Rodrigues Pinto Junior, Ana Beatriz do Amaral Cid Ornelas, Ana Paula Sefrin Saladini, Flávio Luiz da Costa, Natália Luiza Alves Martins.	30	8
03/06	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 3º Encontro	Jorge Alberto Araujo	2	5
10/06	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 4º Encontro	Marcelo Caon Pereira	3	6
17/06	Grupo de Estudos Direito Material – 2º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	3	5

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
17/06	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 4º Encontro	Rozi Engelke	2,5	9
20/06	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 4º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	1	2
24/06	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 4º Encontro	Jorge Alberto Araujo	2	5
24/06	Grupo de Estudos Direito Processual – 3º Encontro	Ricardo Fioreze	1,5	2
2016 – 1º semestre (01/01 a 30/06)	Midiateca – EaD (22 cursos)	vários	96,5	30
08/07	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 5º Encontro	Marcelo Caon Pereira	3	7
11/07	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 5º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	2	4
16/07	Grupo de Estudos Direito Material – 3º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	6
22/07	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 5º Encontro	Rozi Engelke	2	8
05/08	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 5º Encontro	Jorge Alberto Araujo	2,5	6
05/08 a 23/09	Cultivando o Bem-Estar no Exercício na Magistratura	Caroline de Oliveira Bertolino	16	5
10 a 24/08	Seminário Virtual de Retomada do X Encontro Institucional da Magistratura	Gustavo Friedrich Trierweiler, Rafael da Silva Marques, Iris Lima de Moraes, Maria Cristina Santos Perez	2	10
10 a 24/08	Seminário Virtual de Retomada do X Encontro Institucional da Magistratura	Gustavo Friedrich Trierweiler, Rafael da Silva Marques, Iris Lima de Moraes, Maria Cristina Santos Perez	4	2
18/08 a 25/09	Curso de Formação Continuada sobre Relacionamento da Justiça com a Mídia (Enamat)	Patrícia Silva de Resende Nascimento	30	7
19/08	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 6º Encontro	Rozi Engelke	2	6
26/08	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 6º Encontro	Marcelo Caon Pereira	3	5

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
1 º e 02/09	IV Jornada Sobre o Novo CPC e Precedentes (Magistrados)	Marcelo Caon Pereira, Vitor Salino de Moura Eça, Rodrigo Garcia Schwarz, Marcia Padula Mucenic, Jaqueline Mielke, Iris Lima de Moraes, Sérgio Torres Teixeira, Francisco Rossal de Araújo, Wilson Carvalho Dias, Cássio Colombo Filho, Ben-Hur Silveira Claus, Ney Stany Morais Maranhão, Raquel Nenê Santos	14	153
05/09	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 6º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	2	5
08/09 a 30/10	Curso de Formação Continuada sobre Teoria Geral do Juízo Conciliatório (Enamat)	Agenor Martins Pereira, Ariel Salete de Moraes Júnior, Denise Marsico do Couto, Francisca Brenna Vieira Nepomuceno	30	6
20/10 a 11/12	Curso de Formação Continuada sobre Administração de Vara do Trabalho (Enamat)	Andréa Presas Rocha, Ricardo Fioreze, Rodrigo Samico Carneiro	40	5
29/09 a 09/11	Curso de Formação Continuada O Novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho (Enamat)	Tereza Aparecida Asta Gemignani	30	2
16/09	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 6º Encontro	Jorge Alberto Araujo	2,5	4
16/09	Grupo de Estudos Direito Processual – 4º Encontro	Ricardo Fioreze	1,5	6
16/09	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 7º Encontro	Rozi Engelke	2	10
23/09	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 7º Encontro	Marcelo Caon Pereira	3	7
05/10 a 07/10	XI Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul – Diálogos Institucionais	Leandro Karnal, Márcia Tiburi, Elaine Harzheim Macedo, João Paulo Lucena, Ben-Hur Silveira Claus, Francisco Rossal de Araújo, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo, Carolina Hostyn Gralha Beck, Fabiano Holz Bezerra e Gustavo Fontoura Vieira	10	146
14/10	Grupo de Estudos Direito Material – 4º Encontro	Julieta Pinheiro Neta	2	4

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
20 a 21/10	Curso de Formação de Formadores em Educação à Distância: Perspectivas e Desafios (Enamat)*	Bernardete M. P. Cordeiro, Anelise Sihler e outros	12	2
21/10	Grupo de Estudos Direito Processual – 5º Encontro	Ricardo Fioreze	1	6
21/10	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 8º Encontro	Márcia Padula Mucenic	2	9
24/10	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 7º Encontro	Marcelo José Ferlin D'Ambroso	1	1
28/10	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 7º Encontro	Jorge Alberto Araujo	3	2
11/11	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 9º Encontro	Rozi Engelke	2	7
21/11	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 8º Encontro	Eugênio Facchini Neto	2	3
21 a 25/11	Curso Interinstitucional de Formação de Formadores (ENM-França/Enamat)	Audrey Emmanuelle Boitaud-Derieux, Xavier Marie-Denis Martinen	29	1
25/11	Grupo de Estudos Direito Processual – 6º Encontro	Ricardo Fioreze	1	4
25/11	Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 8º Encontro	Marcelo Caon Pereira	3	4
02/12	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 8º Encontro	Jorge Alberto Araujo	3	3
02/12	Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 10º Encontro	Rozi Engelke	2	5
12/12	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 9º Encontro	Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi	1,5	1
2016 – 2º semestre (01/07 a 31/12)	Midiateca – EaD (16 cursos)	vários	76,5	20

2.2 Ações de Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores na Área Jurídica

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGIS-TRADOS	SERVI-DORES
04/03 a 04/05	Produção de Conteúdo – em Busca do Aprendizado Significativo (EaD)	Ritze Pereira Ferraz da Costa	60	5	3

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGIS-TRADOS	SERVI-DORES
11/03	Aula Inaugural 2016 – Mediação e Conciliação: O Novo CPC e os Conflitos Trabalhistas	Maria de Assis Calsing	2	49	87
15/03 a 31/03	Fim de Tarde: Roda de Conversa sobre Violência de Gênero	Tâmara Biolo, Carmen Marilu dos Santos, Rubia Abs da Cruz e Claudia Cristina Santos da Rocha Crusius	3	5	12
07/04	Fim de Tarde: Liquidação nas Ações Coletivas na Justiça do Trabalho	Carlos Henrique Bezerra Leite	1,5	11	22
08/04	Minicurso Fundamentos do Direito do Trabalho e Desafios da Atualidade: Módulo 1 – Hermenêutica Constitucional e Fontes do Direito do Trabalho	Guilherme Guimarães Feliciano e Carmen Camino	6,5	4	7
15/04	Minicurso Fundamentos do Direito do Trabalho e Desafios da Atualidade: Módulo 2 – Princípios do Direito do Trabalho	Carmen Camino e Guilherme Dray	7	7	66
06/05/2016	Minicurso Direitos Humanos e Relações de Trabalho – Módulo Trabalho Infantil – Aula Aberta 1	Rafael Dias Marques e Roberto Padilha Guimarães	6	1	5
12/05 e 13/05	III Jornada sobre O Novo CPC e suas Implicações no Processo do Trabalho	Jaqueline Mielke, Jose Tadeu Xavier, Luis Alberto Reichelt, Rubens Fernando Clamer dos Santos Junior, Francisco Rossal de Araújo, Ben-Hur Silveira Claus, Ricardo Fioreze, Átila da Rold Roesler, Marcelo Caon Pereira, Valdete Souto Severo, Márcio Lima do Amaral	16	30	184
20/05	Minicurso Fundamentos do Direito do Trabalho e Desafios da Atualidade: Módulo 3 – O Poder Diretivo do Empregador em face dos Direitos da Personalidade e da Subordinação do Trabalhador	Lorena Vasconcelos Porto e Jorge Souto Maior	6,5	1	7
14/03 a 20/06	Minicurso Cumprimento da Sentença – Reedição	José Aparecido dos Santos, Marcos Vinicius Barroso, Júlio César Bebber, Wolney de Macedo Cordeiro	24	6	33
08/04 a 10/06	Minicurso Fundamentos do Direito do Trabalho e Desafios da Atualidade	Guilherme Guimarães Feliciano, Carmen Camino, Guilherme Machado Dray, Lorena Vasconcelos Porto, Jorge Souto Maior, Hélio Zylberstajn, Magda Barros Biavaschi	26,5	6	14

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGIS-TRADOS	SERVI-DORES
06/05 a 24/06/2016	Minicurso Direitos Humanos e Relações de Trabalho	Rafael Dias Marques, Roberto Padilha Guimarães, Sebastião Geraldo de Oliveira, Leandro Duarte de Carvalho, Christiane Vieira Nogueira, Sheila Ferreira Delpino, Luiz Alessandro Machado	18	3	17
03/06	Minicurso Direitos Humanos e Relações de Trabalho – Módulo Trabalho Seguro – Aula Aberta 2	Sebastião Geraldo de Oliveira, Leandro Duarte de Carvalho	6	12	22
09/06	Fim de Tarde: Cultivando o Equilíbrio em Tempos de Crise	Jeanne Pilli	1,5	6	36
10/06	Minicurso Fundamentos do Direito do Trabalho e Desafios da Atualidade: Módulo 4 – Direito do Trabalho e Economia. Trabalho Formal, Informal e Terceirizado.	Hélio Zylbertjan; Magda Barros Biavaschi	6,5	1	2
16/06	Fim de Tarde Diálogos Acadêmicos – *Common Law* – O Processo Civil dos EUA e Ideias sobre Efetividade do Processo e Precedentes no Brasil	César Zucatti Pritsch	1,5	10	21
17/06	Uniformização Jurisprudencial: Lei nº 13.015/2014	Luiz Philippe Vieira de Mello Filho	3	26	37
24/06	Minicurso Direitos Humanos e Relações de Trabalho – Módulo Trabalho Escravo – Aula Aberta 3	Christiane Viera Nogueira, Sheila Ferreira Delpino; Luiz Alessandro Machado	6	1	4
04/07	Requisitos de Admissibilidade do Recurso de Revista	Claudio Mascarenhas Brandão	3	1	33
27/07	Fim de Tarde – Precedentes na *Common Law*	Cláudio Fortunato Michelon	1,5	7	20
05/08	O Papel do Direito Internacional, da Diplomacia e do Estado de Direito na Promoção Global dos Direitos Humanos nos EUA, Brasil e outros Países	George E. Edwards	2	5	19
10/08 a 06/09	Introdução à Tutoria *On-Line*	Adriana Werner	30	7	13
18/08	Seminário ARISE Trabalho Infantil: Realidade e Superações	Lelio Bentes Correa e outros	11	3	9
25/08	Fim de Tarde Reabilitação Profissional: Direito Fundamental à Espera de Regulamentação	Luiz Alberto de Vargas	1,5	3	11
05/09	Painel: Sindicato, Estado e Sociedade	Antonio Baylos Grau	2,5	11	32

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGIS-TRADOS	SERVI-DORES
09/09	Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 1 – Discriminação – Aspectos Gerais; Discriminação nas Relações de Trabalho: Casuística	Roger Raupp Rios, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Firmino Alves de Lima	7	7	33
09 a 30/09	O Novo CPC e o Processo do Trabalho – Fase de Conhecimento – em Passo Fundo	Marcelo Caon Pereira	18	3	45
16/09	Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 2 – Discriminação por Sexo e Gênero – Trabalho da Mulher; Discriminação de Trabalhador Imigrante e Refugiado	Zaira Felipe Soutinho, Tâmara Biolo, Tânia Regina Reckziegel, Gabriela Lenz de Lacerda	7	6	22
14/10	Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 3 – Discriminação por Orientação Sexual; Discriminação por Identidade de Gênero; Travestilidade e Transexualidade	Peterson Rodrigues dos Santos, Ana Naiara Malavolta, Maria Berenice Dias, Saulo Macalós, Luiza Coppieters, Eric Seger, Sofia Vilela de Moraes e Silva	7	1	25
21/10	Capacitação para o Sumaríssimo	Guilherme da Rocha Zambrano	3,5	2	26
21/10	*Common Law*: Um Olhar de Direito Comparado sobre o Sistema de Precedentes Brasileiro	César Zucatti Pritsch	4,5	13	14
21/10 a 25/11	Minicurso Saúde Mental no Trabalho – convênio IpQ	Duílio Antero de Camargo, Miryam Cristina Mazieiro Vergueiro da Silva, Ricardo Baccarelli Carvalho	24	3	18
10/11	O Ativismo Judicial no Século XXI	Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, José Felipe Ledur, Paulo Orval Particheli Rodrigues	2	12	32
11/11	Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 4 – Discriminação por Motivo de Deficiência; Discriminação do Trabalhador com Deficiência e Acidentado	Marina Santoro Franco Weinschenker, Veriano de Souza Terto Júnior, Lutiana Nacur Lorentz, Rafael Giguer, Rubens Raffo Pinto, Michel Inácio Schlindwein	7	3	15
17 e 18/11	Evento Comemorativo aos 10 Anos da Escola Judicial	Flavio Portinho Sirangelo, Dulce Magalhães, Décio Fábio de Oliveira Júnior, Clóvis de Barros Filho	7	5	40
21/11	Responsabilidade Civil Contemporânea	Eugênio Facchini Neto	2	2	14
02/12	Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 5	Claudio Accurso, Roberto Arriada Lorea, Felipe Ledur, Graziela Oliveira, Fenanda Oliveira da Silva	7	2	9

2.3 Ações de Aperfeiçoamento de Servidores na Área Jurídica

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
07/04 a 06/06	Curso Base de Certidão de Cálculos Trabalhistas – InFOR – EAD – Turma 2	Magda Elis Bernhaldt de Oliveria	60	15
07/04 a 06/06	Curso Base de Certidão de Cálculos Trabalhistas – InFOR – EAD – Turma 3	Rodrigo Menezes Citrin	60	28
07/04 a 06/06	Curso Base de Certidão de Cálculos Trabalhistas – InFOR – EAD – Turma 4	Cláudio Luiz Stuepp	60	31
03/06	Novo CPC e suas Implicações na Execução Trabalhista	Ben-Hur Silveira Claus	2	11
01 a 02/09	IV Jornada Sobre o Novo CPC e Precedentes (Servidores)	Marcelo Caon Pereira, Vitor Salino de Moura Eça, Rodrigo Garcia Schwarz, Marcia Padula Mucenic, Jaqueline Mielke, Iris Lima de Moraes, Sérgio Torres Teixeira, Francisco Rossal de Araújo, Wilson Carvalho Dias, Cássio Colombo Filho, Ben-Hur Silveira Claus, Ney Stany Morais Maranhão, Raquel Nenê Santos	10,5	67
05/09	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Terceirização – Turma 01/2016	Gustavo Friedrich Trierweiler	7	48
06 a 21/09	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Acidentes de Trabalho – Turma 01/2016	Luiz Antonio Colussi, Luciana Caringi Xavier, Paulo Antonio Barros Oliveira, Álvaro Merlo, Marcelo Jose Ferlin D'Ambroso	17,5	48
12/09	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Relação de Emprego – Turma 01/2016	Rodrigo Trindade de Souza, Rubens Fernando Clamer dos Santos Junior	7	51
15/09 a 10/10	Itinerário Para Assistentes – Formação Básica – Módulo Remuneração e Salário – Turma 01/2016 A (EaD)	Mateus Crocoli Lionzo	20	23
15/09 a 10/10	Itinerário Para Assistentes – Formação Básica – Módulo Remuneração e Salário – Turma 01/2016 B (EaD)	Marcelo Barroso Kummel	20	27

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
26/09	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Linguagem e Direito – Turma 01/2016	Lara Gobhardt Martins	7	37
03 a 27/10	Aplicação do Novo CPC na Justiça do Trabalho – Módulo I – Autoinstrucional (EaD)	*Não informado*	10	164
03/10 a 04/10	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Duração do Trabalho – Turma 01/2016	Márcio Lima do Amaral	7	51
05/10	Palestra Diferenças e Tolerância: Construindo O Dialógo	Leandro Karnal	1,5	58
07/10	Palestra Ética e Política: Uma Leitura da Subjetividade Contemporânea	Márcia Tiburi	1,5	67
11/10	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Insalubridade e Periculosidade – Turma 01/2016	Evandro Krebs, Clocemar Lemes Silva	7	47
13/10	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Prova e Ônus da Prova – Turma 01/2016	Ricardo Fioreze, Max Carrion Brueckner	7	44
18 a 20/10	Economia Aplicada ao Direito do Trabalho (parceria Femargs)	Francisco Rossal de Araújo	9	6
03 a 28/11	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Término de Contrato – Turma 01/2016 A e B (EaD)	Maria Cristina Santos Perez, Marcelo Caon	20	28
17/11	Itinerário Formativo Diretores – Módulo Gestão Unidade Judiciária após a Implantação do PJe-JT – T1	Gabriel Pacheco dos Santos, Gonçalo Lautert Moretto, Jeferson Andrade	10,5	33
24 e 25/11	Itinerário Formativo Diretores – Módulo Gestão Unidade Judiciária após a Implantação do PJe-JT – T2	Gabriel Pacheco dos Santos, Carmem Lígia Machado da Silva, Jeferson Andrade	10,5	29
29/11	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Prova e Ônus da Prova – Reedição – Turma 02/2016	Ricardo Fioreze, Max Carrion Brueckner	7	48
17/10 a 05/12	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Elaboração de Minuta de Sentença – Turma 01/2016 A	Gustavo Friedrich Trierweiler, Clocemar Lemes Silva, Maria Cristina Santos Perez	31,5	28
17/10 a 05/12	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Elaboração de Minuta de Sentença – Turma 01/2016 B	Gustavo Friedrich Trierweiler, Clocemar Lemes Silva, Maria Cristina Santos Perez, Mateus Crocoli Lionzo	31,5	31

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
09/11 a 30/12	Acidentes de Trabalho: Repercussões Trabalhistas e Previdenciárias (parceria Femargs)	Sonilde K. Lazzarin	12	13
16/11 a 08/12	Aplicação do Novo CPC na Justiça do Trabalho – Módulo II – Autoinstrucional (EaD)	-	10	123
25/11 a 03/12	Ciclo de Palestras: História e Trabalho no Brasil (parceria Femargs)	Alexandre Ayub	12	6
01/12 a 02/12	Itinerário Formativo Diretores – Módulo Gestão Unidade Judiciária após a Implementação do PJe-JT – T3	Gabriel Pacheco dos Santos, Carmem Lígia Machado da Silva, Jeferson Andrade	10,5	32
02/12 a 03/12	Direitos Sociais: As Conexões entre o Direito do Trabalho e o Direito Previdenciário (parceria Femargs)	Carlos Alberto Pereira de Castro	9	10

2.4 Magistrados do TRT4 Coordenadores de Grupo de Estudos, Expositores de Artigos, Coordenadores de Grupo de Discussão, Plenárias, Eventos, Tutores, Orientadores, Docentes, membros da Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo da EJ

DATA	ATIVIDADE	H/A	MAGISTRADOS
15/02	Reunião de Coordenadores de Grupo de Estudos	1,5	3
04/03	Docente – Painel O Novo CPC: Fundamentos da Sentença, Recursos nos Tribunais E Execução	7	2
18/03	Coordenador 1º Semestre – Grupo de Estudo: O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática	4	1
13/05	Debatedores – III Jornada sobre o Novo CPC e Suas Implicações no Processo do Trabalho	2	2
13/05	Docentes – III Jornada sobre o Novo CPC e Suas Implicações no Processo do Trabalho	4	4
13/05	Docentes – III Jornada sobre o Novo CPC e Suas Implicações no Processo do Trabalho	3	2
20/05	Docente – Aula Aberta 3 – Módulo O Poder Diretivo Empregador em Face dos Direitos da Personalidade e da Subordinação	4	1
16/06	Docente – Fim de Tarde Diálogos Acadêmicos – *Common Law* – O Processo Civil dos EUA e Ideias sobre Efetividade do Processo e Precedentes no Brasil	3	1
30/06	Coordenador 1º Semestre – Grupo de Estudo Direito Processual	8,5	1
30/06	Coordenador 1º Semestre – Grupo de Estudo: O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processo Comum: Uma Leitura Sistemática	14	1
30/06	Coordenador 1º Semestre – Grupo de Estudo Conciliação e Audiência Trabalhista	16	1
30/06	Coordenador 1º Semestre – Grupo de Estudo Direito Material	6	1
30/06	Coordenador 1º Semestre – Grupo de Estudo Responsabilidade Civil	13	1

DATA	ATIVIDADE	H/A	MAGISTRADOS
30/06	Coordenador 1º Semestre – Grupo de Estudo Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho	24	1
30/06	Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo -– 1º Semestre 2016	30	9
30/06	Exposição de Tema – Grupo de Estudo Responsabilidade Civil	2	2
30/06	Exposição de Tema – Grupo de Estudo Direito Processual	2	2
30/06	Exposição de Tema – Grupo de Estudo O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processo Comum: Uma Leitura Sistemática	2	1
30/06	Exposição de Tema – Grupo de Estudo Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho	2	3
01/01 a 30/06	Orientação de Vitaliciando – 1º Semestre de 2015 – Magistrados	30	2
10 a 24/08	Mediadores Seminário Virtual de Retomada de Discussões do X Encontro Institucional da Magistratura (evento EaD)	6	4
01/09	Debatedores – IV Jornada sobre O Novo CPC e Precedentes	1,5	5
05/09	Debatedor – Painel Sindicato, Estado e Sociedade	1	1
16/09	Debatedor – Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 2	3	1
16/09	Docente – Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 2	3	1
06/10	Debatedores e Mediadores XI Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul	2	6
14/10	Coordenador – Grupo de Estudo Direito Material	4	1
21/10	Coordenador – Grupo de Estudo O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática	4	1
21/10	Coordenador – Grupo de Estudo Direito Processual	2	1
21/10	Docente – Capacitação para o Sumaríssimo	7	1
21/10	Docente – *Common Law*: um Olhar de Direito Comparado sobre o Sistema de Precedentes	8	1
25/10	Docente – Fim de Tarde Diálogos Acadêmicos Reabilitação Profissional	3	1
10/10	Docente – O Ativismo Judicial do Século XXI	1	1
01/07 a 19/12	Coordenador 2º Semestre – Grupo de Estudo Direito Processual	5	1
01/07 a 19/12	Coordenador 2º Semestre – Grupo de Estudo O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Visão Sistêmica	20	1
01/07 a 19/12	Coordenador 2º Semestre – Grupo de Estudo Conciliação e Audiência Trabalhista	22	1
01/07 a 19/12	Coordenador 2º Semestre – Grupo de Estudo Direito Material	4	1
01/07 a 19/12	Coordenador 2º Semestre – Grupo de Estudo Responsabilidade Civil	14	1
01/07 a 19/12	Coordenador 2º Semestre – Grupo de Estudo Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho	24	1
01/07 a 19/12	Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo – 2º Semestre 2016	30	9
01/07 a 19/12	Exposição de Tema – Grupo de Estudo Conciliação e Audiência Trabalhista	2	2
01/07 a 19/12	Exposição de Tema – Grupo de Estudo Responsabilidade Civil	2	1
01/07 a 19/12	Exposição de Tema – Grupo de Estudo Direito Processual	2	3
01/07 a 19/12	Exposição de Tema – Grupo de Estudo Direito Material	2	3

DATA	ATIVIDADE	H/A	MAGISTRADOS
01/07 a 19/12	Exposição de Tema – Grupo de Estudo O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática	2	2
01/07 a 19/12	Exposição de Tema – Grupo de Estudo Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho	2	4
02/12	Docente – Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 5	3	1
12/12	Coordenadora 2º Semestre – Grupo de Estudo Responsabilidade Civil – 9º Encontro	3	1

2.4 Número Total de Treinados e de Horas-Aula

Total de participações de Magistrados em 2016	1.091
Total de participações de Servidores* em 2016	2.213
Número total de treinados em 2016 (magistrados e servidores)	3.304
Carga Horária Total de Atividades Realizadas em 2016	2.046,75

** Com frequência superior a 75%, nos termos da Portaria TRT4 nº 2.143/2003.*

3. GRUPOS DE ESTUDO

Em 2016, foi dada continuidade à realização de Grupos de Estudo destinados aos magistrados do TRT da 4ª Região, visando à consolidação de conhecimento dos participantes para melhor prestarem a jurisdição.

Os encontros dos grupos de *Direito Material*, *Direito Processual*, *Responsabilidade Civil, Conciliação e Audiência Trabalhista* e *O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática*, ocorreram na sede da EJ. No Foro Trabalhista de Passo Fundo, ocorreram os do grupo *Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho.*

GRUPOS DE ESTUDO – 2016		
Direito Processual Coordenador: Juiz Ricardo Fioreze Vice-Coordenador: Juiz Adriano Santos Whilhelms Local: Sede da Escola Judicial	**Data**	**Duração (h/a)**
	29/04	1,25
	20/05	1,5
	24/06	1,5
	16/09	1,5
	21/10	1
	25/11	1

Direito Material	15/04	1,5
Coordenador: Desembargador Francisco Rossal de Araújo	17/06	3

Vice-Coordenadora: Juíza Julieta Pinheiro Neta	15/07	2
Local: Sede da Escola Judicial	14/10	2

Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – Passo Fundo	18/03	3
	15/04	3
Coordenador: Juiz Marcelo Caon Pereira	20/05	3
Vice-Coordenador: Juiz Luciano Ricardo Cembranel	10/06	3
Local: Foro Trabalhista de Passo Fundo	08/07	3
	26/08	3
	23/09	3
	25/11	3

Responsabilidade Civil	18/03	2
Coordenador: Desembargador Marcelo José Ferlin D'Ambroso	01/04	2
	06/05	1,5
Vice-Coordenadora: Desembargadora Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi	20/06	1
	11/07	2
Local: Sede da Escola Judicial	05/09	2
	24/10	1
	21/11	2
	12/12	1,5

Conciliação e Audiência Trabalhista	08/04	2
Coordenador: Juiz Jorge Alberto Araujo	29/04	2
Vice-Coordenador: Juiz Luiz Henrique Bisso Tatsch	03/06	2
Local: Sede da Escola Judicial	24/06	2
	05/08	2,5
	16/09	2,5
	28/10	3
	02/12	3

O Processo do Trabalho e o	18/03	2
Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática	29/04	2
	20/05	2,5
Coordenadoras: Desembargadora Iris Lima de Moraes / Juíza Rozi Engelke	17/06	2,5
	22/07	2
Vice-Coordenadora: Juíza Marcia Padula Mucenic	19/08	2
Local: Sede da Escola Judicial	16/09	2
	21/10	2
	11/11	2
	02/12	2

4. CONVÊNIOS

Durante o ano de 2016, a Escola Judicial manteve a execução de convênios:

- Ministério Público do Trabalho (renovação de convênio anterior, desta vez estendido por mais 5 anos, a partir de 17.12.2016);

- Escola da Magistratura do TRF4 – Emagis (renovação por mais 2 anos a partir de 26.06.2016). Propôs-se convênio com a Escola Regional da Advocacia-Geral da União, pelo prazo de cinco anos, que ainda pende de efetiva celebração (PA 0007251-77.2016.5.04.0000).

5. PUBLICAÇÕES DA ESCOLA JUDICIAL

5.1 Revista Impressa

A 44ª edição da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS), de periodicidade anual e publicada pela HS Editora, será lançada em conjunto com a Aula Magna da Escola Judicial em 2017. Em razão do corte orçamentário que atingiu a Justiça do Trabalho, a incerteza quanto à viabilidade de publicação do periódico em 2016 postergou o lançamento para o corrente ano.

A obra é fonte oficial de jurisprudência e traz à comunidade jurídica um recorte do trabalho realizado pelos magistrados do Judiciário Trabalhista no Estado. A publicação conta com acórdãos, sentenças, trabalhos científicos de autoria de magistrados e juristas, informações institucionais, Súmulas, Precedentes Normativos, Orientações Jurisprudenciais da Seção Especializada em Execução, além de registros que marcam a continuidade e a evolução histórica da Justiça do Trabalho do RS.

Além dos julgados enviados pelos magistrados a título de colaboração, o conteúdo da publicação é resultado – em sua maioria – do trabalho da equipe da Escola Judicial na pesquisa de decisões de 1º e 2º Graus, na elaboração dos índices analíticos e remissivos dos acórdãos e das sentenças, na organização e na revisão dos trabalhos, bem como na confecção da arte da capa.

Assinaram os quatro artigos doutrinários da 44ª edição da Revista do TRT4 os juízes Ben-Hur Silveira Claus, Valdete Souto Severo, Guilherme da Rocha Zambrano (este em conjunto com os advogados Bruna de Bacco Pasquali, Caroine Schmidt, Franciele Dietrich, Henrique Ferreira, Luciana da Cruz Xavier, Régis Pinter Peçanha, Tiago Gegler Santos e Vivivane Luchese) e a Advogada da União Mônica de Oliveira Casartelli.

Os exemplares têm distribuição dirigida e são também comercializados pela HS Editora.

5.2 Cadernos da Escola Judicial

No ano de 2016, não houve edição de Cadernos da Escola Judicial, em razão do corte de orçamento sofrido pela Justiça do Trabalho.

5.3 Revista Eletrônica

Trata-se de publicação seriada, em formato digital, dedicada a temas atuais, relevantes, polêmicos e de interesse prático no mundo do direito material e processual do Trabalho. O periódico veicula decisões tanto de 2º Grau (excertos de acórdãos e ementas) como de 1º Grau; artigos assinados não só por magistrados, mas também por outros operadores do Direito; notícias do âmbito do Judiciário – com destaque para o trabalhista – e indicações de leitura. Foram publicados, ao todo, 11 números da revista relativos ao ano de 2016, da edição nº 188 (janeiro) até a edição nº 198 (dezembro).

De acordo com a ferramenta Google Analytics, que informa o tráfego de usuários e gera as estatísticas de acesso do periódico, foram computadas 33.928 visualizações de página de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. Além dos acessos regionais e de todo o Brasil, foram também registradas visitas do Reino Unido, dos Estados Unidos, da Rússia, da Índia, da Itália, da Áustria, da Alemanha, de Portugal entre outros.

O periódico é disponibilizado no Portal do TRT4 na internet e no *site* da Escola Judicial

6. INSTRUTORIA EM 2015

A seguir, listagem de instrutores em eventos organizados pela Escola Judicial do TRT4, incluindo ministrantes, debatedores, coordenadores de grupos de estudo, orientadores de juízes vitaliciandos, participantes de Grupos Focais, membros do Conselho Consultivo – titulares e suplentes, coordenadores e relatores de grupos de discussão do Encontro Institucional da Magistratura e apoiadores.

6.1. Instrutoria interna

6.1.1. Magistrados

Adriano Santos Wilhelms
Alexandre Corrêa da Cruz
Andréa Saint Pastous Nocchi
Anita Job LübbeÁtila da Rold Roesler
Beatriz Renck
Beatriz Zoratto Sanvicente
Ben-Hur Silveira Claus
Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi
Carolina Hostyn Gralha Beck
César Zucatti Pritsch
Clocemar Lemes Silva
Flavio Portinho Sirangelo
Francisco Rossal de Araújo
Gabriela Lenz de Lacerda
Guilherme da Rocha Zambrano
Gustavo Fontoura Vieira
Gustavo Friedrich Trierweiler
Iris Lima de Moraes
João Paulo Lucena
João Pedro Silvestrin
Jorge Alberto Araujo
José Felipe Ledur
Julieta Pinheiro Neta
Leandro Krebs Gonçalves
Luciana Caringi Xavier
Luciano Ricardo Cembranel
Luis Henrique Bisso Tatsch
Luiz Alberto de Vargas
Luiz Antonio Colussi
Magda Barros Biavaschi
Manuel Cid Jardón
Marcelo Caon Pereira
Marcelo José Ferlin D'Ambroso
Marcia Padula Mucenic
Márcio Lima do Amaral
Maria Cristina Santos Perez
Mateus Crocoli Lionzo
Max Carrion Brueckner
Paulo Orval Particheli Rodrigues
Rafael da Silva Marques
Raquel Nenê Santos
Ricardo Fioreze
Rodrigo Trindade de Souza
Rosane Serafini Casa Nova
Rozi Engelke
Rubens Fernando Clamer dos Santos Junior
Wilson Carvalho Dias
Tânia Regina Silva Reckziegel
Teresinha Maria Delfina Signori Correia
Valdete Souto Severo

6.1.2. Servidores

Adriana Werner

Beatriz Teresinha Marcante Flores
Carmem Lígia Machado da Silva
Caroline de Oliveira Bertolino
Cláudio Luz Stuepp
Gonçalo Lautert Moretto
Jeferson Andrade
Lara Göbhardt Martins Borges Fortes

6.2. Instrutoria externa

Álvaro Roberto Crespo Merlo
André Jobim de Azevedo
Antonio Baylos Grau
Carlos Henrique Bezerra Leite
Carmen Camino
Carmen Marilu dos Santos
Cássio Colombo Filho
Christiane Vieira Nogueira
Claudio Accurso
Cláudio Fortunato Michelon
Cláudio Luiz Stuepp
Cláudio Mascarenhas Brandão
Clóvis de Barros Filho
Daniel Francisco Mitidiero
Décio Fábio de Oliveira Júnior
Denise Fincato
Dirson Dornelles
Duílio Antero de Camargo
Dulce Magalhães
Elaine Harzheim Macedo
Emílio Rothfuchs Neto
Eric Seger de Camargo
Eugênio Facchini Neto
Evandro Krebs Gonçalves
Fabiano Holz Beserra
Fernanda Oliveira da Silva
Firmino Alves de Lima
Flávio César Girotto
Gabriel Pacheco dos Santos
George Edwards
Graziela Oliveira
Guilherme Dray
Guilherme Guimarães Feliciano
Hélio Zylberstajn
Jaqueline Mielke
Jeanne Pilli
Lutiana Nacur Lorentz
Luiz Alessandro Machado
Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Luiza Coppieters
Magda Elis Bernhardt
Marcelo Barroso Kümmel
Marcia Tiburi
Marcos Vinícius Barroso
Maria Berenice Dias
Maria de Assis Calsing
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Marina Santoro Franco Weinschenker
Michel Inacio Schlindwein
Miryam Cristina Mazieiro Vergueiro da Silva
Mor Ndiaye
Ney Stany Morais Maranhão
Patrícia Mello Sanfelice
Paulo Antonio Barros de Oliveira
Peterson Rodrigues dos Santos
Rafael Dias Marques
Rafael Giguer
Raquel da Silva Silveira
Renata Jardim
Ricardo Baccarelli Carvalho
Ricardo Tadeu Marques da Fonseca
Ritze Pereira Ferraz da Costa
Roberto Arriada Lorea
Roberto Padilha Guimarães
Rodolfo Pacheco
Rodrigo Garcia Schwarz
Rodrigo Menezes Citrin
Roger Raupp Rios
Rogério Uzun Fleischmann
Ronaldo Curado Fleury
Rubens Raffo Pinto
Rubia Abs da Cruz

João Antônio Felício
Jorge Luiz Souto Maior
José Aparecido dos Santos
José Tadeu Neves Xavier
Júlio César Bebber
Laura Sartoretto
Leandro Duarte de Carvalho
Leandro Karnal
Lorena Vasconcelos Porto
Lucas Bitencourtt Mallez
Luciano Athayde
Luis Alberto Reichelt
Saulo Macalós
Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva
Sebastião Geraldo de Oliveira
Sérgio Torres Teixeira
Sheila Ferreira Delpino
Sofia Vilela de Moraes e Silva
Tâmara Biolo Soares
Veriano de Souza Terto Júnior
Vítor Salino de Moura Eça
Wolney de Macedo Cordeiro
Zaira Felipe Soutinho
Zeca Kiechaloski

7. RESUMO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO EM 2016

Escola Judicial – Relatório de Atividades
Ações de Formação e Atividades de Docência de Magistrados – Ano de 2016 – Quadro Resumo

EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Horas-aula
	Magis-trados	Servi-dores	Total	
IV Curso sobre Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho e Saúde Mental no Trabalho (IPq)*	10	-	10	180
Painel O Novo CPC: Fundamentos da Sentença, Recursos nos Tribunais e Execução – Desembargadores	26	-	26	3,5
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 1º Encontro	4	-	4	2
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 1º Encontro	11	-	11	2
Curso de Formação de Formadores sobre Questões Penais na Justiça do Trabalho (Enamat)*	2	-	2	30
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 1º Encontro	7	-	7	3
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 2º Encontro	5	-	5	2
Curso de Formação Continuada sobre Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais (Enamat)*	8	-	8	30
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 1º Encontro	4	-	4	2
Palestra Conciliação e Audiência Trabalhista	12	-	12	2
Grupo de Estudos Direito Material – 1º Encontro	7	-	7	1,5
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 2º Encontro	8	-	8	3
Curso de Formação Continuada em Efetividade da Execução Trabalhista (Enamat)*	1	-	1	30
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 2º Encontro	4	-	4	2
Grupo de Estudos Direito Processual – 1º Encontro	7	-	7	1,25
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 2º Encontro	7	-	7	2

Escola Judicial – Relatório de Atividades Ações de Formação e Atividades de Docência de Magistrados – Ano de 2016 – Quadro Resumo				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Horas-aula
	Magis-trados	Servi-dores	Total	
Curso Psicopatologias Relacionadas ao Trabalho e Atuação do Perito (TRT9)*	5	-	5	30
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 3º Encontro	5	-	5	1,5
49ª Assembleia Geral Extraordinária e Reuniões de Trabalho do Conematra (Conselho Nacional das Escolas da Magistratura do Trabalho)*	1	-	1	8
7º Curso de Formação em Administração Judiciária de Tribunais Regionais do Trabalho (Enamat)*	3	-	3	24
Grupo de Estudos Direito Processual – 2º Encontro	6	-	6	1,5
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática - 3º Encontro	9	-	9	2,5
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 3º Encontro	5	-	5	3
Curso Formação Continuada em Questões Penais na Justiça do Trabalho (Enamat)*	8	-	8	30
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 3º Encontro	5	-	5	2
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 4º Encontro	6	-	6	3
Grupo de Estudos Direito Material – 2º Encontro	5	-	5	3
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 4º Encontro	9	-	9	2,5
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 4º Encontro	2	-	2	1
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 4º Encontro	5	-	5	2
Grupo de Estudos Direito Processual – 3º Encontro	2	-	2	1,5
Midiateca – EaD (22 cursos)	30	-	30	96,5
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 5º Encontro	7	-	7	3
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 5º Encontro	4	-	4	2
Grupo de Estudos Direito Material – 3º Encontro	6	-	6	2
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 5º Encontro	8	-	8	2
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista - 5º Encontro	6	-	6	2,5
Cultivando o Bem-Estar no Exercício na Magistratura	5	-	5	16
Seminário Virtual de Retomada do X Encontro Institucional da Magistratura	10	-	10	2
Seminário Virtual de Retomada do X Encontro Institucional da Magistratura	2	-	2	4
Seminário Virtual de Retomada do X Encontro Institucional da Magistratura	2	-	2	6
Curso de Formação Continuada sobre Relacionamento da Justiça com a Mídia (Enamat)*	7	-	7	30
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 6º Encontro	6	-	6	2
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 6º Encontro	5	-	5	3
IV Jornada Sobre o Novo CPC e Precedentes (Magistrados)	153	-	153	14

Escola Judicial – Relatório de Atividades Ações de Formação e Atividades de Docência de Magistrados – Ano de 2016 – Quadro Resumo				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Horas-aula
	Magis-trados	Servi-dores	Total	
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 6º Encontro	5	-	5	2
Curso de Formação Continuada sobre Teoria Geral do Juízo Conciliatório (Enamat)*	6	-	6	30
Curso de Formação Continuada sobre Administração de Vara do Trabalho (Enamat)*	5	-	5	40
Curso de Formação Continuada O novo Código de Processo Civil e sua Aplicação no Processo do Trabalho (Enamat)*	2	-	2	30
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 6º Encontro	4	-	4	2,5
Grupo de Estudos Direito Processual – 4º Encontro	6	-	6	1,5
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 7º Encontro	10	-	10	2
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 7º Encontro	7	-	7	3
XI Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul – Diálogos Institucionais	146	-	146	10
Grupo de Estudos Direito Material – 4º Encontro	4	-	4	2
Curso de Formação de Formadores em Educação à Distância: Perspectivas e Desafios (Enamat)*	2	-	2	12
Grupo de Estudos Direito Processual – 5º Encontro	6	-	6	1
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 8º Encontro	9	-	9	2
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 7º Encontro	1	-	1	1
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 7º Encontro	2	-	2	3
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 9º Encontro	7	-	7	2
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 8º Encontro	3	-	3	2
Curso Interinstitucional de Formação de Formadores (ENM-França/Enamat)*	1	-	1	29
Grupo de Estudos Direito Processual – 6º Encontro	4	-	4	1
Grupo de Estudos Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho – 8º Encontro	4	-	4	3
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 8º Encontro	3	-	3	3
Grupo de Estudos O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática – 10º Encontro	5	-	5	2
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 9º Encontro	1	-	1	1,5
Midiateca – EaD (16 cursos)	20	-	20	76,5
Produção de Conteúdo – em Busca do Aprendizado Significativo (EaD)	5	3	8	60
Aula Inaugural 2016 – Mediação e Conciliação: O Novo CPC e os Conflitos Trabalhistas	49	87	136	2
Fim de Tarde: Roda de Conversa sobre Violência de Gênero	5	12	17	3
Fim de Tarde: Liquidação nas Ações Coletivas na Justiça do Trabalho	11	22	33	1,5
Minicurso Fundamentos do Direito do Trabalho e Desafios da Atualidade: Módulo 1 – Hermenêutica Constitucional e Fontes do Direito do Trabalho	4	7	11	6,5
Minicurso Fundamentos do Direito do Trabalho e Desafios da Atualidade: Módulo 2 – Princípios do Direito do Trabalho	7	66	73	7
Minicurso Direitos Humanos e Relações de Trabalho – Módulo Trabalho	1	5	6	6

Escola Judicial – Relatório de Atividades Ações de Formação e Atividades de Docência de Magistrados – Ano de 2016 – Quadro Resumo				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Horas-aula
	Magis-trados	Servi-dores	Total	
Infantil – Aula Aberta 1				
III Jornada sobre O Novo CPC e suas Implicações no Processo do Trabalho	30	184	214	16
Minicurso Fundamentos do Direito do Trabalho e Desafios da Atualidade: Módulo 3 – O Poder Diretivo do Empregador em face dos Direitos da Personalidade e da Subordinação do Trabalhador	1	7	8	6,5
Minicurso Cumprimento da Sentença – Reedição	6	33	39	24
Minicurso Fundamentos do Direito do Trabalho e Desafios da Atualidade	6	14	20	26,5
Minicurso Direitos Humanos e Relações de Trabalho	3	17	20	18
Minicurso Direitos Humanos e Relações de Trabalho – Módulo Trabalho Seguro – Aula Aberta 2	12	22	34	6
Fim de Tarde: Cultivando o Equilíbrio em Tempos de Crise	6	36	42	1,5
Minicurso Fundamentos do Direito do Trabalho e Desafios da Atualidade: Módulo 4 – Direito do Trabalho e Economia. Trabalho Formal, Informal e Terceirizado.	1	2	3	6,5
Fim de Tarde Diálogos Acadêmicos – *Common Law* – O Processo Civil dos EUA e Ideias sobre Efetividade do Processo e Precedentes no Brasil	10	21	31	1,5
Uniformização Jurisprudencial: Lei nº 13.015/2014	26	37	63	3
Minicurso Direitos Humanos e Relações de Trabalho – Módulo Trabalho Escravo – Aula Aberta 3	1	4	5	6
Requisitos de Admissibilidade do Recurso de Revista	1	33	34	3
Fim de Tarde – Precedentes na *Common Law*	7	20	27	1,5
O Papel do Direito Internacional, da Diplomacia e do Estado de Direito na Promoção Global dos Direitos Humanos nos EUA, Brasil e outros Países	5	19	24	2
Introdução à Tutoria *On-Line*	7	13	20	30
Seminário ARISE Trabalho Infantil: Realidade e Superações	3	9	12	11
Fim de Tarde Reabilitação Profissional: Direito Fundamental à Espera de Regulamentação	3	11	14	1,5
Painel: Sindicato, Estado e Sociedade	11	32	43	2,5
Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 1 – Discriminação – Aspectos Gerais; Discriminação nas Relações de Trabalho: Casuística	7	33	40	7
O Novo CPC e o Processo do Trabalho – Fase de Conhecimento – em Passo Fundo/RS	3	45	48	18
Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 2 – Discriminação por Sexo e Gênero – Trabalho da Mulher; Discriminação de Trabalhador Imigrante e Refugiado	6	22	28	7
Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 3 – Discriminação por Orientação Sexual; Discriminação por Identidade de Gênero; Travestilidade e Transexualidade	1	25	26	7
Capacitação para o Sumaríssimo	2	26	28	3,5
Common Law: Um Olhar de Direito Comparado sobre o Sistema de Precedentes Brasileiro	13	14	27	4,5
Minicurso Saúde Mental no Trabalho – Convênio IPq	3	18	21	24
O Ativismo Judicial no Século XXI	12	32	44	2
Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 4 –	3	15	18	7

Escola Judicial – Relatório de Atividades Ações de Formação e Atividades de Docência de Magistrados – Ano de 2016 – Quadro Resumo				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Horas-aula
	Magis-trados	Servi-dores	Total	
Discriminação por Motivo de Deficiência; Discriminação do Trabalhador com Deficiência e Acidentado				
Evento Comemorativo aos 10 Anos da Escola Judicial	5	40	45	7
Responsabilidade Civil Contemporânea	2	14	16	2
Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 5	2	9	11	7
Curso Base de Certidão de Cálculos Trabalhistas – InFOR – EAD – Turma 2	-	15	15	60
Curso Base de Certidão de Cálculos Trabalhistas – InFOR – EAD – Turma 3	-	28	28	60
Curso Base de Certidão de Cálculos Trabalhistas – InFOR – EAD – Turma 4	-	31	31	60
Novo CPC e suas Implicações na Execução Trabalhista	-	11	11	2
IV Jornada Sobre o Novo CPC e Precedentes (Servidores)	-	67	67	10,5
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Terceirização – Turma 01/2016	-	48	48	7
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Acidentes de Trabalho – Turma 01/2016	-	48	48	17,5
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Relação de Emprego – Turma 01/2016	-	51	51	7
Itinerário Para Assistentes – Formação Básica – Módulo Remuneração e Salário – Turma 01/2016 A (EaD)	-	23	23	20
Itinerário Para Assistentes – Formação Básica – Módulo Remuneração e Salário – Turma 01/2016 B (EaD)	-	27	27	20
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Linguagem e Direito – Turma 01/2016	-	37	37	7
Aplicação do Novo CPC na Justiça do Trabalho – Módulo I – Autoinstrucional (EaD)	-	164	164	10
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Duração do Trabalho – Turma 01/2016	-	51	51	7
Palestra Diferenças e Tolerância: Construindo O Dialógo	-	58	58	1,5
Palestra Ética e Política: Uma Leitura da Subjetividade Contemporânea	-	67	67	1,5
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Insalubridade e Periculosidade – Turma 01/2016	-	47	47	7
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Prova e Ônus da Prova – Turma 01/2016	-	44	44	7
Economia Aplicada ao Direito do Trabalho (parceria Femargs)	-	6	6	9
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Término de Contrato – Turma 01/2016 A e B (EaD)	-	28	28	20
Itinerário Formativo Diretores – Módulo Gestão Unidade Judiciária após a Implantação do PJe-JT – T1	-	33	33	10,5
Itinerário Formativo Diretores – Módulo Gestão Unidade Judiciária após a Implantação do PJe-JT – T2	-	29	29	10,5
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Prova e Ônus da Prova – Reedição – Turma 02/2016	-	48	48	7
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Elaboração de Minuta de Sentença – Turma 01/2016 A	-	28	28	31,5

Escola Judicial – Relatório de Atividades Ações de Formação e Atividades de Docência de Magistrados – Ano de 2016 – Quadro Resumo				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Horas-aula
	Magis-trados	Servi-dores	Total	
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Elaboração de Minuta de Sentença – Turma 01/2016 B	-	31	31	31,5
Acidentes de Trabalho: Repercussões Trabalhistas e Previdenciárias (parceria Femargs)	-	13	13	12
Aplicação do Novo CPC na Justiça do Trabalho – Módulo II – Autoinstrucional (EaD)	-	123	123	10
Ciclo de Palestras: História e Trabalho no Brasil (parceria Femargs)	-	6	6	12
Itinerário Formativo Diretores – Módulo Gestão Unidade Judiciária após a Implementação do PJe-JT – T3	-	32	32	10,5
Direitos Sociais: As Conexões entre o Direito do Trabalho e o Direito Previdenciário (parceria Femargs)	-	10	10	9
Reunião de Coordenadores de Grupo de Estudos	3	-	3	1,5
Docente – Painel O Novo CPC: Fundamentos da Sentença, Recursos nos Tribunais E Execução	2	-	2	7
Coordenador 1º Semestre – Grupo de Estudo: O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática	1	-	1	4
Debatedores – III Jornada sobre o Novo CPC e Suas Implicações no Processo do Trabalho	2	-	2	2
Docentes – III Jornada sobre o Novo CPC e Suas Implicações no Processo do Trabalho	4	-	4	4
Docentes – III Jornada sobre o Novo CPC e Suas Implicações no Processo do Trabalho	2	-	2	3
Docente – Aula Aberta 3 – Módulo O Poder Diretivo Empregador em Face dos Direitos da Personalidade e da Subordinação	1	-	1	4
Docente – Fim de Tarde Diálogos Acadêmicos – *Common Law* – O Processo Civil dos EUA e Ideias sobre Efetividade do Processo e Precedentes no Brasil	1	-	1	3
Coordenador 1º Semestre – Grupo de Estudo Direito Processual	1	-	1	8,5
Coordenador 1º Semestre – Grupo de Estudo: O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processo Comum: Uma Leitura Sistemática	1	-	1	14
Coordenador 1º Semestre – Grupo de Estudo Conciliação e Audiência Trabalhista	1	-	1	16
Coordenador 1º Semestre – Grupo de Estudo Direito Material	1	-	1	6
Coordenador 1º Semestre – Grupo de Estudo Responsabilidade Civil	1	-	1	13
Coordenador 1º Semestre – Grupo de Estudo Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho	1	-	1	24
Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo – 1º Semestre 2016	9	-	9	30
Exposição de Tema – Grupo de Estudo Responsabilidade Civil	2	-	2	2
Exposição de Tema – Grupo de Estudo Direito Processual	2	-	2	2
Exposição de Tema – Grupo de Estudo O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processo Comum: Uma Leitura Sistemática	1	-	1	2
Exposição de Tema – Grupo de Estudo Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho	3	-	3	2
Orientação de Vitaliciando – 1º Semestre de 2015 – Magistrados	2	-	2	30

Escola Judicial – Relatório de Atividades Ações de Formação e Atividades de Docência de Magistrados – Ano de 2016 – Quadro Resumo				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Horas-aula
	Magis-trados	Servi-dores	Total	
Mediadores Seminário Virtual de Retomada de Discussões do X Encontro Institucional da Magistratura (evento EaD)	4	-	4	6
Debatedores – IV Jornada sobre O Novo CPC e Precedentes	5	-	5	1,5
Debatedor – Painel Sindicato, Estado e Sociedade	1	-	1	1
Debatedor – Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 2	1	-	1	3
Docente – Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 2	1	-	1	3
Debatedores e Mediadores XI Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul	6	-	6	2
Coordenador – Grupo de Estudo Direito Material	1	-	1	4
Coordenador – Grupo de Estudo O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática	1	-	1	4
Coordenador – Grupo de Estudo Direito Processual	1	-	1	2
Docente – Capacitação para o Sumaríssimo	1	-	1	7
Docente – *Common Law*: um Olhar de Direito Comparado sobre o Sistema de Precedentes	1	-	1	8
Docente – Fim de Tarde Diálogos Acadêmicos Reabilitação Profissional	1	-	1	3
Docente – O Ativismo Judicial do Século XXI	1	-	1	1
Coordenador 2º Semestre – Grupo de Estudo Direito Processual	1	-	1	5
Coordenador 2º Semestre – Grupo de Estudo O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Visão Sistêmica	1	-	1	20
Coordenador 2º Semestre – Grupo de Estudo Conciliação e Audiência Trabalhista	1	-	1	22
Coordenador 2º Semestre – Grupo de Estudo Direito Material	1	-	1	4
Coordenador 2º Semestre – Grupo de Estudo Responsabilidade Civil	1	-	1	14
Coordenador 2º Semestre – Grupo de Estudo Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho	1	-	1	24
Direção, Coordenação Acadêmica e Conselho Consultivo – 2º Semestre 2016	9	-	9	30
Exposição de Tema – Grupo de Estudo Conciliação e Audiência Trabalhista	2	-	2	2
Exposição de Tema – Grupo de Estudo Responsabilidade Civil	1	-	1	2
Exposição de Tema – Grupo de Estudo Direito Processual	3	-	3	2
Exposição de Tema – Grupo de Estudo Direito Material	3	-	3	2
Exposição de Tema – Grupo de Estudo O Processo do Trabalho e o Novo Direito Processual Comum: Uma Leitura Sistemática	2	-	2	2
Exposição de Tema – Grupo de Estudo Os Efeitos do Novo CPC no Processo do Trabalho	4	-	4	2
Docente – Ciclo de Debates Discriminação nas Relações de Trabalho – Módulo 5	1	-	1	3
Coordenadora 2º Semestre – Grupo de Estudo Responsabilidade Civil – 9º Encontro	1	-	1	3
TOTAL	**1091**	**2213**	**3304**	**2046,75**

* atividades externas de treinamento, certificadas pela EJ-TRT4

Escola Judicial – Relatório de Atividades Ações de Formação e Atividades de Docência de Magistrados – Ano de 2016 – Quadro Resumo				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Horas-aula
	Magis-trados	Servi-dores	Total	
LEGENDA				
PÚBLICO-ALVO: MAGISTRADOS				
PÚBLICO-ALVO: MAGISTRADOS e SERVIDORES				
PÚBLICO-ALVO: SERVIDORES				
MAGISTRADOS DO TRT4 COORDENADORES DE GRUPO DE ESTUDOS, EXPOSITORES DE ARTIGOS, COORDENADORES DE GRUPO DE DISCUSSÃO, PLENÁRIAS, EVENTOS, TUTORES, ORIENTADORES, DOCENTES, MEMBROS DA DIREÇÃO, COORDENAÇÃO ACADÊMICA E CONSELHO CONSULTIVO DA EJ				

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA

1. Estrutura e organização interna

A Coordenadoria de Documentação e Pesquisa (CDOCP) constitui unidade integrante da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

À CDOCP é confiado o apoio informacional e documental à prestação jurisdicional e às atividades da Escola Judicial, assim como o acesso à informação para o público em geral, entre outras áreas, na sua área de competência – Direito e Processo do Trabalho.

Internamente, a CDOCP está dividida e suportada pelos seguintes pilares: processamento técnico de doutrina, processamento técnico de legislação e atendimento às pesquisas.

Em 2016, o horário de atendimento correspondeu ao do Tribunal, das 10h às 18h, em dias úteis.

Algumas atividades de gestão do espaço físico da Biblioteca envolveram a reforma do espaço reservado para a sala da coleção Antiqua e do laboratório de higienização, restauro e conservação de livros antigos e especiais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

A área, anteriormente ocupada pela Seção de Perícias do Tribunal, passou para o CDOCP em 2010 e, desde então, seguiram-se sete anos de projetos e buscas de orçamento para reforma do espaço que já estava ocupado, mesmo que precariamente, pela Coleção Antiqua.

No final de 2016, a reforma pode ser executada. A reforma ocorreu nos meses de outubro, novembro e dezembro, e foi uma atividade que envolveu a maioria dos servidores da CDOCP, sendo acrescida às tarefas de rotina.

2. Acervo Bibliográfico

Em termos de acervo, a Biblioteca da Escola Judicial do Tribunal do Trabalho da 4ª Região é a maior biblioteca especializada em Direito do Trabalho do Estado do Rio Grande do Sul.

O acervo, constituído por livros, periódicos, atos normativos, documentos digitais e outros materiais, tem em torno de 100 mil itens, entre obras tanto impressas em papel quanto em formato digital.

Entre os meses de dezembro de 2015 e janeiro de 2016, foi realizado o inventário dos 100 mil itens do acervo. Ao final do inventário, foi identificado que faltavam 5 livros da coleção geral.

No ano de 2016, o corte orçamentário sofrido pela Justiça do Trabalho se refletiu na aquisição de livros. Como os pedidos de compra foram feitos no final do ano, muitas edições de livros já estavam esgotadas, o que impediu a conclusão da compra.

Quanto à renovação de assinaturas de periódicos, a Escola Judicial enviou uma pesquisa de uso da coleção por parte dos magistrados, restando como de interesse os seguintes títulos: Ciência Jurídica do Trabalho, Justiça do Trabalho, Revista da Academia Nacional de Direito do Trabalho, Revista de Direito do Trabalho, Revista de Processo, Revista do Ministério Público do Trabalho, Revista dos Tribunais, Revista Ltr: Legislação do Trabalho.

Compete à CDOCP a gestão do acervo documental, executando as atividades de seleção, aquisição, controle, análise, manutenção, utilização e disseminação de recursos informacionais.

3. Gestão do acervo documental, executando as atividades de seleção, aquisição, controle, análise e indexação

A gestão das informações e do acervo documental é feita através de um elenco de atividades necessárias à formação, ao desenvolvimento e à manutenção do acervo e do sistema de recuperação de informação.

Os documentos são selecionados, adquiridos e registrados a partir das seguintes etapas: recebimento de sugestões, seleção de material documental a ser incorporado ao acervo, envio dos pedidos de livros à livraria licitada, solicitação do material a ser adquirido, conferência do material recebido, envio das notas para pagamento, registro do material adquirido.

Após a aquisição os materiais – livros periódicos, legislação – são analisados com a aplicação de técnicas que viabilizam a recuperação da informação contida nos documentos: leitura técnica, catalogação, classificação e indexação de documentos e desenvolvimento e aplicação de linguagem documentária específica em Direito do Trabalho.

Especial atenção é dada aos documentos que são produção intelectual de magistrados e servidores e às obras especiais e raras pelo acondicionamento específico que visa à preservação das obras.

Em relação ao Siabi, foram desenvolvidas as seguintes atividades: identificação de necessidade de alteração no sistema, solicitação de alterações no sistema, alimentação da base de dados do Siabi, alimentação da base de dados THES, manutenção de bases de dados, manutenção do sistema de empréstimo, manutenção e desenvolvimento de linguagem documentária através da base THES, elaboração e colocação de etiquetas para registro e localização, preparo para circulação, alimentação da base de dados do Siabi.

A Biblioteca Virtual conta com as seguintes etapas: disponibilização de legislação, doutrina e jurisprudência na página da Internet, nas dependências da JT e, remotamente, na Internet. Etapas envolvidas: identificação de legislação, doutrina e jurisprudência a ser incluída na

página, busca por arquivo disponível na internet, elaboração de arquivo quando não encontrado na internet ou sua digitalização, atualização de legislação alterada e já incluída, inclusão de notícias sobre julgados.

4. Usuários da CDOCP

Os usuários da CDOCP podem ser divididos em internos e externos. Entre os usuários internos estão magistrados e servidores ativos da 4ª Região da Justiça do Trabalho e, entre os usuários externos, estão advogados, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação, pesquisadores de universidades do Rio Grande do Sul (RS) e de outros estados e público em geral.

Durante o ano de 2016, foram atendidos para consulta local 5.532 usuários.

5. Serviços disponíveis aos usuários

Entre os serviços disponíveis presencialmente estão os serviços de consulta local, informação sobre os serviços disponíveis, localização do material no acervo, auxílio na utilização dos terminais de consulta ao catálogo *on-line*, recebimento de sugestões referentes a aquisições de livros ou assinaturas de periódicos ou outros recursos de informação, empréstimo domiciliar, empréstimo provisório, reserva de documentos emprestados, cobrança de documentos em atraso, conferência de documentos emprestados, controle da circulação dos documentos (livros, periódicos).

O empréstimo domiciliar de qualquer item do acervo é restrito aos usuários internos e o empréstimo provisório, para fotocópia ou para uso nas cabines de leitura, é facultado aos usuários internos e aos usuários externos.

A reprodução de documentos é feita em três modalidades: fotocópia, fotografia sem *flash* ou digitalização a ser feita pelo próprio usuário em equipamento da CDOCP, sob a supervisão de um servidor.

A CDOCP dispõe de três diferentes modalidades de ambiente de leitura:

- Cabines de leitura: externas ao ambiente da CDOCP, podendo ser utilizadas por uma pessoa, durante o período em que o prédio se encontre aberto;

- sSalas de estudo em grupo: internas ao ambiente da CDOCP, podendo ser utilizadas por uma a seis pessoas, durante o horário de atendimento, nas quais os usuários estarão somente com documentos pertencentes ao acervo;

- Salão de leitura: interno ao ambiente da CDOCP, com mesas de estudo individual, podendo ser utilizado durante o horário de atendimento, mediante recurso ao acervo, remanescendo autorizado o uso de computadores pessoais.

Além dos serviços de atendimento presencial a CDOCP dispõe de atendimento à distância para Gabinetes da Capital e do Interior do RS, os magistrados e os servidores lotados em uma Unidade Judiciária do Interior, ou no prédio do Tribunal, poderão receber os livros solicitados para empréstimo, por malote; questões específicas, tais como localização de livros, periódicos e outros documentos, levantamentos bibliográficos correntes e retrospectivos, pesquisas de doutrina, pesquisas de legislação, pesquisas de jurisprudência, pesquisas na Internet, referência legislativa e localização de legislação no acervo podem ser solicitadas por e-mail ou telefone.

No ano de 2016, foram enviados 401 malotes, feitas 5.601.406 pesquisas na base de dados e 86.413 pesquisas na Biblioteca Digital da LTR.

6. Divulgação

Algumas ações para divulgação dos serviços prestados são: comunicação sobre novos livros, periódicos, legislação e jurisprudência de interesse dos usuários, na íntegra ou referencial, via papel, e-mail ou malote; envio de legislação, na íntegra, por e-mail ou malote; disparo de comunicação aos usuários, via sistema; inclusão e atualização de legislação e doutrina na Biblioteca Virtual; manutenção da legislação no acervo digital, manutenção da página da Internet.

A divulgação de atos incluídos na base de legislação era feita apenas para alguns usuários cadastrados no e-mail. Em 2016, conseguiu-se permissão da Secretaria de Informática para envio de e-mail à caixa de correio TODOS. Essa permissão ampliou a possibilidade de envio de notificações sobre novas legislações, novas aquisições e lista de duplicatas para todos os magistrados e servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Ainda, conta-se com uma ferramenta de *marketing* denominada 'serviço de disseminação da informação (DSI)', um serviço personalizado que informa e atualiza o usuário interno quando um novo documento de seu interesse fica disponível no sistema. O usuário que desejar receber essas informações deve se cadastrar no Sistema de Automação da Biblioteca (Siabi) que oferece a possibilidade de criar um perfil, de acordo com sua área de interesse, para receber alertas por e-mail.

A CDOCP também pode participar de Eventos e treinamentos promovidos pelo Tribunal, tais como *Integrar-te* e *Acolhimento de novos magistrados* e treinamento de usuários que visitam as instalações.

7. Serviços de assistência às publicações da Escola Judicial, do Memorial e da Presidência do Tribunal

A CDOCP faz normalização de artigos, levantamento bibliográfico e fichas catalográficas para as publicações oficiais do Tribunal.

A normalização dos artigos, de acordo com as normas da ABNT, é feita nas publicações oficiais da Escola Judicial: Revista Impressa, Cadernos da EJ e Revista Eletrônica.

No ano de 2016, foram normalizados três artigos de periódicos para a Revista impressa e dezessete artigos para a Revista Eletrônica.

Além da normalização dos artigos, a CDOCP também envia um levantamento bibliográfico mensal de doutrina para ser publicado na Seção da Revista Eletrônica – Indicações de Doutrina.

No ano de 2016, foram enviados relatórios de indicações de doutrina, atividade esta que envolve a seleção, a análise, a categorização e a normalização de documentos disponibilizados na Biblioteca mensalmente.

Foram feitas fichas catalográficas para as publicações oficiais do Tribunal, tais como o Relatório Anual da Presidência do Tribunal e os Guias editados pelo Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul.

8. Planos e projetos para 2017 e 2018

Devido a aposentadorias, há previsão de que, em 2017, a equipe da CDOCP fique reduzida. Dessa forma, a equipe da CDOCP fez um estudo para preenchimento das vagas que forem abertas por essas aposentadorias.

Havendo servidores suficientes, há previsão de que, durante os anos de 2017 e 2018, seja feita uma melhoria nos serviços e produtos desenvolvidos na Biblioteca, tais como melhorias nas informações disponíveis no catálogo *on-line*.

Em 2016, a equipe da CDOCP fez um estudo para novo Regulamento da CDOCP. O regulamento anterior data de 1994 e não condiz mais com a realidade de todos os serviços e produtos disponíveis. O novo regulamento deverá ser estudado pelo Conselho da EJ e publicado em 2017.

9. Resumo do acervo em 2016

Livros	17.929 documentos
Periódicos	20.729 fascículos
Analíticas de artigo de periódico	43.431 artigos
DVDs	1.402 discos
Normas catalogadas	28.828 normas
Total cadastrado em base de dados	123.099 itens

10. Resumo das atividades em 2016

Documentos emprestados	6.230 documentos
Malotes enviados	401 malotes
Consulta local	5.532 usuários
Pesquisas realizadas na base de dados	5.601.406 pesquisas
Pesquisas realizadas na biblioteca digital da LTr	86.413 pesquisas
Normalização de artigos das publicações do TRT4	20 artigos

JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO, EXECUÇÃO E PRECATÓRIOS – JACEP

O Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – Jacep, instituído pela Portaria Conjunta nº 7.868/2014, agrega as Seções de Conciliação, Execução e Precatórios. Acompanhou as atividades desenvolvidas por Seção, prestando auxílio e planejando novas ações para melhoria no atendimento das demandas apresentadas. Elaborou os índices de correção monetária, para fins de inclusão nos sistemas informatizados do Tribunal, utilizados por todas as demais unidades.

Atendeu às demandas do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Elaborou relatórios e estatísticas.

1. SEÇÃO DE CONCILIAÇÃO

Respaldada pela Portaria nº 386/2003, que instituiu o Juízo Auxiliar de Conciliação em 2º Grau, bem como pelas Resoluções Administrativas nº 15/2006, 01/2007 e 16/2007 e, mais recentemente, pela Portaria Conjunta nº 7.868/2014, buscou solucionar consensualmente a lide trabalhista, no âmbito do TRT4, em tentativa de aproximar os litigantes de uma maneira mais harmoniosa.

Em 2016, com objetivo de auxiliar os juízes de primeiro grau, foram implantados os projetos "Pré-Sentença" e "Audiência Inicial". O primeiro englobou processos conclusos para sentença, que foram selecionados e incluídos em pauta para mais uma tentativa conciliatória, resultando em 766 audiências realizadas, com 199 acordos homologados. O Projeto "Audiência Inicial" foi criado visando a dar celeridade às pautas inaugurais nas Varas do Trabalho. O Procedimento consiste na realização dessas audiências, na própria Vara do Trabalho originária, presididas pelos Juízes Conciliadores do Tribunal.

Novidade surgiu no ano de 2016 com acordo celebrados perante o Juízo, com a União Federal. Ações em que a União foi acionada de forma subsidiária, ou solidária, e que a empresa prestadora de serviço encerrou suas atividades foram incluídos em pauta conciliatória. Das 76 reclamatórias pautadas, 59 foram quitadas mediante composição e 11 adiadas, com possibilidade de solução consensual.

Outra prática inovadora se deu em relação a processos do Grupo Hospitalar Conceição, com recurso pendente perante o TST, incluídos em pauta na Seção para definição do rito de prosseguimento da execução (direta ou por precatório). As partes compuseram para seguimento da execução por Precatório, pondo fim à pendência existente perante o TST.

No transcurso de 2016, algumas empresas ou procuradores jurídicos que defendem respectiva categoria profissional acorreram ao Juízo, principalmente com o intuito de construir uma solução, embora nem sempre definitiva, ao menos que amenizasse a preocupante situação de seu passivo trabalhista. A secretaria contatou com os procuradores (telefone e e-mail) para verificação de interesse da parte na conciliação; elaborou estimativas de cálculo; realizou audiências de conciliação; contatou grandes devedores e controlou as listas de processos de empresas que aderiram à Seção de Conciliação, mediante condomínio de credores, nos quais ficou definida a reunião das execuções, por meio de expediente próprio; elaborou planilhas e cálculos de rateio entre os credores de valores depositados em Juízo, expedindo alvarás e controlando as respectivas contas bancárias.

Deu-se continuidade ao trabalho desenvolvido juntamente com grandes litigantes. Cita-se a Companhia Estadual de Silos e Armazéns – Cesa, a Universidade da Região da Campanha/Urcamp, tradicional instituição de ensino superior e de saúde da fronteira oeste do Estado, e sua mantenedora, Fundação Áttila Taborda, a Associação Educacional Luterana do Brasil – Aelbra, a empresa Pampa Telecomunicações a Eldorado Mineração e a Fundação Riograndense Universitária de Gastroenterologia – Fugast.

No ano de 2016, em dados sintéticos, foram recebidos 2.559 processos, todos analisados, resultando em 2.242 pautas designadas, 2.239 audiências realizadas e 965 acordos celebrados, satisfazendo 2.289 pessoas.

2. SEÇÃO DE EXECUÇÃO E PESQUISA PATRIMONIAL

O Juízo Auxiliar de Execução (JAE), que foi incorporado, em dezembro de 2014, ao Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios (JACEP) como a Seção de Execução, foi instituído com o objetivo de solucionar as ações arquivadas com dívida, que estavam no Depósito Centralizado, revisados no ano de 2012 para inclusão no BNDT, em obediência à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1.470/2011, que instituíram a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT).

Em 2016, deu-se seguimento à cobrança de devedores nos processos incluídos no BNDT. As atividades essenciais desenvolvidas foram: analisar processos e retomar os procedimentos de cobrança; sanar irregularidades verificadas nos processos; proceder à inclusão dos devedores no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, diligências de execução (Bacen, Renajud e consulta a todos os convênios disponibilizados ao Tribunal, para auxílio à execução); expedição de alvarás, intimações, controles estatísticos e arquivamento definitivo. Processos em que encontrados valores depositados (depósitos recursais não liberados, alvarás acostados etc) foram separados para solução. Entre as opções vislumbrou-se a utilização do valor à disposição do Juízo para quitar a execução do próprio processo ou por meio da disponibilização dos valores em outras execuções contra a mesma ré e, em último caso, a devolução do numerário ao depositante, já que, contra este, não há dívida pendente de pagamento. Alguns desses processos permanecem na Seção de Execução em razão de diligências ou prazos em curso.

Desempenhou, ainda, atividades relacionadas ao Núcleo de Pesquisa Patrimonial, arroladas no art. 2º da Resolução CSJT.GP nº 138/2014, mediante levantamento e investigação da situação financeira e patrimonial de empresas devedoras, que foram armazenadas em Banco de Dados, para disponibilização às Unidades de 1º Grau para auxiliá-las na execução.

Foram recebidos no ano de 2016, para análise e cobrança, 4.243 processos. Todos foram revisados, com pendências solucionadas ou incluídos no BNDT para futura cobrança. Inúmeras restrições judiciais foram expedidas, as quais resultaram em 716 processos com valores liberados (total ou parcial), totalizando R$ 3.213.060,81.

3. SEÇÃO DE PRECATÓRIOS

Durante o ano de 2016, foram realizadas as seguintes tarefas: exame da regularidade, formal e material, de todo precatório e de RPV da esfera federal, para fins de formalização; encaminhamento de ofícios às entidades executadas, determinando a inclusão na proposta orçamentária do valor requisitado para pagamento; mensalmente, elaboração de planilha e envio ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho de solicitação de repasse de recursos financeiros para pagamento de Requisições de Pequeno Valor – RPV de responsabilidade da União – Administração Direta, Autarquias e Fundações; controle da execução orçamentária (valores

requisitados, valores orçados, valores realizados, valores suplementares e valores a devolver) relativa ao pagamento dos precatórios, bem como dos recursos financeiros colocados à disposição das unidades de origem mensalmente para pagamento de Requisições de Pequeno Valor RPV; controle da ordem de pagamento dos precatórios; atualização e disponibilização das relações, por entidade, na página do TRT na internet; análise e despacho em todos os pedidos protocolados; processo negocial com entidades públicas para solução dos precatórios inadimplentes; administração dos recursos financeiros recebidos pelas entidades; análise das contas objeto dos precatórios antes do pagamento; realização de auditoria das contas judicias administradas pela Seção; encaminhamento de extrato bancário e comprovantes de pagamentos a todas as entidades que disponibilizam ao TRT recursos para quitação dos precatórios; realização de audiências com entidades devedoras e com as partes para tratativas de liquidação dos precatórios; pagamento dos créditos, expedição de alvarás e recolhimentos previdenciários e fiscais; prestação de informações ao Tribunal de Justiça referentes às entidades incluídas no Regime Especial; prestação de informações sobre precatórios e requisições de pequeno valor, por telefone, por meio eletrônico (e-mail), no balcão e por ofício, às partes, aos procuradores, aos juízos de 1º Grau e a outros órgãos; envio, via sistema eletrônico, de informações pertinentes a precatórios ao CNJ, ao CSJT e ao TST; elaboração de relatórios de precatórios vencidos e vincendos, com atualização de valores, em atendimento de solicitação das entidades devedoras; acompanhamento das tratativas de conciliação perante a Câmara de Conciliação de Precatórios do Estado do Rio Grande do Sul, com elaboração e publicação de editais e notificações aos credores, e expedição dos alvarás e recolhimentos previdenciários e fisais.

Os resultados obtidos no ano de 2016 foram:

Atividade	Números alcançados
PRE autuados e analisados	1.701
RPV autuadas e analisadas	415
PRE formalizados	1.535
RPV formalizadas	387
Precatórios requisitados – exercício 2016	1.492
PRE devolvidos à origem por pagamento	1.211
PRE petições recebidas, analisadas e despachadas	1.640
RPV pagas	367
Valor total pago RPV esfera federal CSJT – SOF	R$ 9.653.452,11
Valor total pago Precatórios	R$ 201.335.560,79

VICE-PRESIDÊNCIA

O Desembargador João Pedro Silvestrin eleito como Vice-Presidente do Tribunal para o biênio 2015/2017, exerceu o cargo durante todo o ano de 2016.

Exerceu a Presidência, em substituição à Desembargadora-Presidente, Beatriz Renck, atribuição de competência exclusiva, consoante o inciso I do art. 41 do Regimento Interno do Tribunal, nos seguintes períodos do ano 2016: de 14 a 24 de janeiro; de 1º a 14 de fevereiro; de 23 a 25 de fevereiro; nos dias 9 e 10 de março; 13, 14, 27 e 28 de abril; 10 a 13; 18 e 19 de maio; 22 de junho; 3 e 4 de agosto; 19 a 25; e 27 de setembro; 19 a 21 de outubro; 23 de novembro; 5 e 6; e de 15 a 18 de dezembro.

Ainda, nos termos do inciso II do art. 41 do Regimento Interno do Tribunal, o Desembargador-Vice-Presidente atuou como Relator nos recursos administrativos dirigidos ao Órgão Especial e nos processos da mesma natureza, cujas decisões são da competência privativa do Colegiado, excetuados os processos disciplinares. Foram recebidos, no Gabinete da Vice-Presidência, **34** processos de natureza administrativa, consubstanciados em:

- **25** Recursos Administrativos (RECADM), todos julgados;
- **9** Processos Administrativos (PA), todos julgados;
- Nenhum agravo regimental;
- Nenhum embargo de declaração.

Por delegação da Presidente, conforme inciso VI do art. 1º da Portaria nº 9.739, de 13 de dezembro de 2013, foram apreciadas pela Vice-Presidência as petições e processados os incidentes nos processos ainda não distribuídos ao Relator ou nos quais o órgão julgador já havia esgotado a sua jurisdição, tendo sido proferidos 151 despachos em processos físicos e 46 despachos em processos eletrônicos, perfazendo um total de 197 despachos, todos encaminhados à Secretaria-Geral Judiciária.

Nos termos dos incisos III, IV e V do art. 41 do Regimento Interno, por delegação da Presidente, o Vice-Presidente:

- recebeu, por distribuição, 494 processos, nas classes: DC (202), DCG (5), PROTES (242), AACC (9), CAUINOM (7), OPOSIC (1) e PET (28);
- instruiu e conciliou processos de dissídio coletivo, a saber: 110 foram distribuídos aos componentes da SDC para julgamento; 97 foram encerrados por desistência, em face de formulação de acordo extrajudicial; 15 foram arquivados por abandono da causa; 17 foram arquivados por motivos diversos; em 126 foram proferidos despachos ordinatórios;
- proferiu 45 despachos de admissibilidade de recursos interpostos em processos de dissídio coletivo, bem como despachos na fase de execução dos feitos da mesma natureza.
- convocou e presidiu 11 sessões de julgamento da Seção de Dissídios Coletivos (SDC)

- presidiu 9 audiências de instrução em dissídios coletivos;
- presidiu 48 reuniões de mediação alusivas a 33 conflitos coletivos, dos quais 15 ocorreram em processos de dissídio coletivo e 18 foram decorrentes de petição em conflitos coletivos diversos, com seguinte resultado:

  - 23 foram resolvidas por acordo;

  - 6 pendem de execução de acordo ou negociação

  - 2 foram encerradas sem acordo

  - 1 foi distribuído

  - 1 negociação prosseguiu de forma direta.

Nos termos dos incisos III, IV e V do art. 41 do Regimento Interno, por delegação da Presidente, a Vice-Presidência despachou os recursos de revista interpostos das decisões das Turmas e da Seção Especializada em Execução, em processos físicos e eletrônicos (PJe-JT). Despachou também os agravos de instrumento interpostos contra seus despachos proferidos em recurso de revista.

Conforme dados estatísticos da Assessoria de Recurso de Revista e da Coordenadoria de Recursos, foram feitos conclusos 13.352 processos do legado, nos quais foram proferidos 3.464 despachos admitindo recursos e negado seguimento a 6.333 recursos. Foram baixados, por despacho, um total de 634 processos por acordo, desistência ou fungibilidade e contabilizadas 2.063 movimentações de sobrestamento em processos. Ainda, foi dada tramitação a 198 processos que retornaram do Tribunal Superior do Trabalho.

Em atenção a embargos de declaração opostos contra decisão de admissibilidade, foram proferidas decisões em 124 processos do legado e 133 processos em tramitação no PJe-JT.

Outros 203 despachos foram proferidos em análise de requerimentos diversos relacionados a recursos de revista em processos do legado. Não há meio hábil ao levantamento estatístico dessa movimentação em processos eletrônicos.

Quanto aos agravos de instrumento interpostos em face de decisão denegatória em recurso de revista, foram despachados 7.182 processos do legado e 7.446 processos eletrônicos.

Consoante disposto no artigo 42 do Regimento Interno, o Desembargador-Vice-Presidente, João Pedro Silvestrin, desempenhou atividades de representação do Tribunal, comparecendo, dentre outros, aos seguintes eventos:

Fevereiro

Dia 23 – Cerimônia de Posse da Diretoria e Membros do Conselho Federal da OAB – Brasília/DF.

Dia 25 – Posse da Administração do Tribunal Superior do Trabalho – Brasília/DF.

Março

Dia 10 – Posse da Diretoria do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – Porto Alegre/RS.

Posse da nova diretoria da OAB – Seccional RS.

Dia 11 – Aula inaugural da Escola Judicial proferida pela Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Maria de Assis Calsing.

Dia 17 – Posse da nova Diretoria do Conselho Superior e Conselho Fiscal do Iargs – Instituto dos Advogados do RS – Porto Alegre/RS.

Abril

Dia 25 – Solenidade de assinatura do termo de acordo de cooperação para acesso ao sistema jornada – Ministério do Trabalho e Previdência Social – Porto Alegre/RS.

Maio

Dia 02 – Ato público em prol da valorização da Justiça do Trabalho e contra o corte orçamentário imposto ao TRT 4ª Região em 2016. Átrio do Foro Ttrabalhista de Porto Alegre.

Dia 04 – Posse em gabinete do Procurador do Trabalho Fabiano Holz Beserra como Desembargador do Tribunal.

Roda de memória 75 anos da Justiça do Trabalho – Auditório Ruy Cirne Lima – Porto Alegre/RS.

Junho

Dia 07 – Movimento em defesa da democracia e dos direitos sociais – Lei orçamentária anual. Amatra e MPT –RS – Porto Alegre/RS.

Dia 08 – Registro fotográfico de entrega de mudas de plantas – Porto Alegre/RS.

Dia 09 – Assinatura de termo de cooperação Gisa – Gestão integrada de sistemas de informação – OAB.

Solenidade de abertura das comemorações alusivas aos 70 anos de instalação da Caixa dos Advogados do Rio Grande do Sul.

Julho

Dia 1º – Curso de processo judicial eletrônico para advogados. Auditório Ruy Cirne Lima. Porto Alegre/RS.

Dia 04 – Palestra com o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Claudio Brandão sobre admissibilidade de recurso de revista – Escola Judicial – Porto Alegre/RS.

Dia 07 – Revezamento da tocha (chama olímpica) em comemoração aos jogos olímpicos Rio 2016, na Fundação Iberê Camargo – Porto Alegre/RS.

Dia 12 – Solenidade de abertura da 18ª Transposul – Feira e Congresso de Transporte e Logística e palestra magna com o Ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa, na Fiergs – Porto Alegre/RS

Agosto

Dia 17 – Conferência PJe-JT – apresentação das novas funcionalidades e as inovações tecnológicas do PJe-JT desenvolvidas na atual gestão (CNJ) bem como novo panorama de governança para o futuro do processo eletrônico no Poder Judiciário – Brasília/DF.

Dia 23 – 5º Seminário de valorização do trabalho e vida – Sindicato da Construção Civil. Painel: Terceirização.

Dia 25 – Seminário Comemorativo dos 75 anos da Justiça do Trabalho e 70 anos do Tribunal Superior do Trabalho. Rio de Janeiro/RJ.

Setembro

Dia 02 – Almoço Comemorativo na 39º Expointer – Centenário do Banco do Brasil no RS – Parque de Exposições Assis Brasil – Esteio/RS.

Dia 22 – Palestra no Seminário "Negociação coletiva em tempos de crise." Sinmetal – Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico do RS.

Dias 28 e 29 – Reunião do Coleprecor – Brasília/RS.

Entrega de Diploma Membro Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho ao Ministro Barros Levenhagem

Dia 30 – Assinatura do Convênio TRT nº 59/2016 – RGE Combate ao Trabalho Infantil.

Outubro

Dia 20 – Solenidade de abertura do 2º Colégio de Presidentes de Subseções da OAB – 2016-2018. Porto Alegre/RS.

Dia 21 – 3º Seminário do Direito do Trabalho e Previdenciário do Vale dos Sinos. São Leopoldo/RS.

Dezembro

Dia 06 – Sexto encontro gaúcho de homens contra o fim da violência contra as mulheres. Auditório Ruy Cirne Lima – Porto Alegre/RS.

Dia 16 – Jantar comemorativo dos 50 anos do Senalba – Porto Alegre/RS.

Durante o ano de 2016, o Desembargador João Pedro Silvestrin presidiu a Comissão de Informática, tendo participado das reuniões respectivas nos dias 12.02.2016, 07.04.2016, 15.07.2016 e 15.09.2016, em que foram analisados temas relativos ao Planejamento Estratégico de TIC (PETIC-2016-2020) e ao Plano Diretor de TIC (PDTIC 2016-2017), ao acompanhamento da execução orçamentária (análise e aprovação prévia de todas as contratações de TIC), bem como às solicitações relacionadas aos serviços disponibilizados pela Setic e normas relativas à área de tecnologia da informação.

Presidiu o Comitê Gestor Regional do PJe-JT, cujas reuniões ocorreram nos dias 22.03.2016, 1º/.07.2016, 30.09.2016 e 15.12.2016, ocasiões em que abordados, dentre outros, temas relacionados ao planejamento das atualizações de versão do PJe-JT, treinamentos, análise e priorização das solicitações de alterações e melhoria do sistema.

Igualmente, presidiu a Comissão de Concurso para Provimento dos Cargos de Juiz Substituto, participando dos seguintes atos.

- 17 reuniões de Comissão.

Aplicação das provas:

- 19.06.2016: prova objetiva seletiva (manhã e tarde);

- 06 e 07.08.2016: prova discursiva e prova de sentença (manhã e tarde, nos dois dias; em 06.08.2016 também à noite em razão da extensão do horário de provas especiais);

- 28.11 a 02.12.2016: participou da reunião para sorteio de pontos (manhã do dia 28.11) e também dos sorteios de ponto a cada hora nos dias sucessivos da semana mencionada.

Sessões de resultado:

- 12.07.2016: primeira etapa (prova objetiva seletiva);

- 08.08.2016: prova discursiva;

- 27.09.2016: prova de sentença;

- 02.12.2016: prova oral.

Sessões de julgamento de recursos:

- 08.07.2016: prova objetiva seletiva;

- 13.09.2016: prova discursiva;

- 07.10.2016: prova de sentença.

Os dados estatísticos foram extraídos dos sistemas NovaJus4, PJe-JT e e-Gestão.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Corregedoria Regional, conforme dispõe o art. 43 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, é o órgão da Justiça do Trabalho responsável por velar pela correção e celeridade da prestação jurisdicional de primeiro grau em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

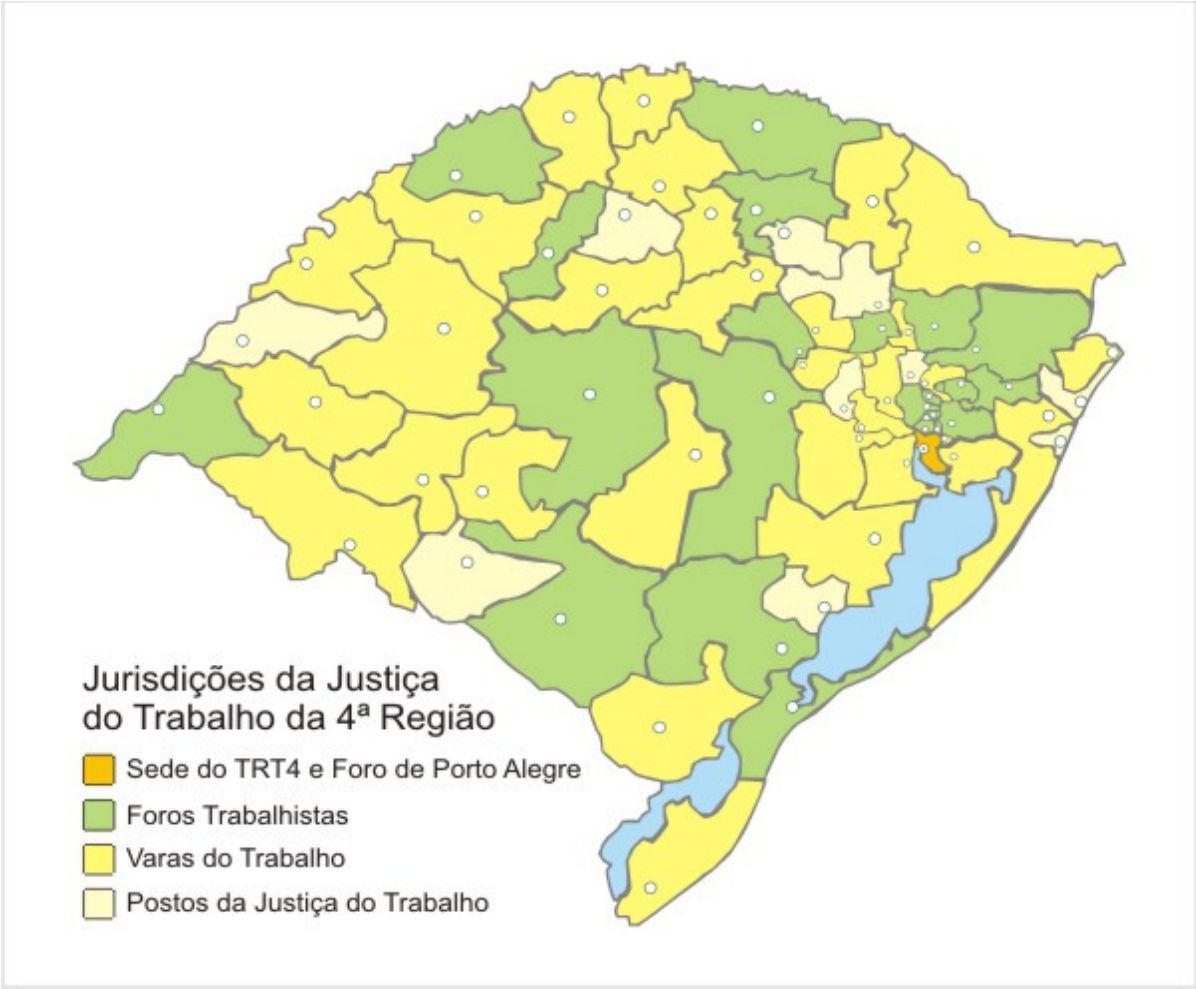
As competências do Corregedor Regional estão normatizadas nos arts. 44 a 48 do Regimento Interno, sendo a ação da Corregedoria, que tem por objetivo orientar e disciplinar as práticas a serem adotadas pelas Unidades Judiciárias de primeiro grau sob os princípios norteadores do Direito e da Administração Pública, regrada na Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional (CPCR), assim como em outros atos normativos esparsos.

Em 2016, os Excelentíssimos Desembargadores Maria da Graça Ribeiro Centeno e Marçal Henri dos Santos Figueiredo exerceram, na forma regimental, os cargos de Corregedora Regional e Vice-Corregedor Regional, respectivamente.

2. INSPEÇÕES CORREICIONAIS

A Justiça do Trabalho da 4ª Região encontra-se dividida em 109 Circunscrições e está estruturada em 132 (cento e trinta e duas) Varas do Trabalho, sendo 30 (trinta) na Capital e 102 (cento e duas) no Interior do Estado. Entre as últimas, 31 são Varas únicas/isoladas, coincidindo com o município-sede. As demais Unidades Judiciárias estão distribuídas em 23 Foros Trabalhistas (duas ou mais Varas do Trabalho no mesmo município-sede).

Além das unidades mencionadas, existem ainda 22 (vinte e duas) Centrais de Mandados, 16 (dezesseis) Coordenadorias de Distribuição dos Feitos, 1 (uma) Coordenadoria de Execução de Mandados e 10 (dez) Postos Avançados da Justiça do Trabalho totalizando, assim, 181 (cento e oitenta e uma) unidades localizadas em 65 (sessenta e cinco) cidades-sede.



No período compreendido entre 29 de fevereiro e 12 de dezembro de 2016, foram realizadas 168 (cento e sessenta e oito) inspeções correcionais, das quais 81 (oitenta e uma) pela Corregedora Regional e 87 (oitenta e sete) pelo Vice-Corregedor Regional.

A Corregedora e o Vice-Corregedor realizam as inspeções acompanhados de suas equipes.

2.1 Inspeções Correcionais realizadas pela Corregedora Regional (março a dezembro de 2016):

UNIDADES JUDICIÁRIAS			DATA DA INSPEÇÃO
1	1ª Vara do Trabalho	Cachoeirinha	02.03.2016
2	2ª Vara do Trabalho		
3	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
4	19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		15.03.2016
5	1ª Vara do Trabalho	Esteio	16.03.2016
6	2ª Vara do Trabalho		
7	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
8	Vara do Trabalho de Arroio Grande		29.03.2016

UNIDADES JUDICIÁRIAS			DATA DA INSPEÇÃO
9	1ª Vara do Trabalho	Pelotas	30 e 31.03.2016
10	2ª Vara do Trabalho		
11	3ª Vara do Trabalho		
12	4ª Vara do Trabalho		
13	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
14	1ª Vara do Trabalho	Bento Gonçalves	05.04.2016
15	2ª Vara do Trabalho		
16	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
17	Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata		06.04.2016
18	5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		07.04.2016
19	21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		19.04.2016
20	1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		20.04.2016
21	27ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		25.04.2016
22	1ª Vara do Trabalho	Santa Rosa	02.05.2016
23	2ª Vara do Trabalho		
24	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
25	Vara do Trabalho de Santo Ângelo		03.05.2016
26	Vara do Trabalho de Ijuí		
27	1ª Vara do Trabalho	Passo Fundo	04 e 05.05.2016
28	2ª Vara do Trabalho		
29	3ª Vara do Trabalho		
30	4ª Vara do Trabalho		
31	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
32	Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Marau		06.05.2016
33	22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		05.07.2016
34	23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		06.07.2016
35	24ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		07.07.2016
36	1ª Vara do Trabalho	Canoas	12 e 13.07.2016
37	2ª Vara do Trabalho		
38	3ª Vara do Trabalho		
39	4ª Vara do Trabalho		
40	5ª Vara do Trabalho		
41	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
42	29ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		25.07.2016
43	17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		
44	9ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		26.07.2016
45	10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		

UNIDADES JUDICIÁRIAS			DATA DA INSPEÇÃO
46	16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		27.07.2016
47	Vara do Trabalho de Santa Vitória do Palmar		18.08.2016
48	1ª Vara do Trabalho	Rio Grande	19.08.2016
49	2ª Vara do Trabalho		
50	3ª Vara do Trabalho		
51	4ª Vara do Trabalho		
52	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
53	Vara do Trabalho de Osório		22.09.2016
54	Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Tramandaí		
55	1ª Vara do Trabalho	Gravataí	03.10.2016
56	2ª Vara do Trabalho		
57	3ª Vara do Trabalho		
58	4ª Vara do Trabalho		
59	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
60	Posto Avançado da Justiça do Trabalho	São Sebastião do Caí	16.11.2016
61	1ª Vara do Trabalho	São Leopoldo	
62	2ª Vara do Trabalho		
63	3ª Vara do Trabalho		17.11.2016
64	4ª Vara do Trabalho		
65	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
67	Vara do Trabalho	Farroupilha	30.11.2016
68	1ª Vara do Trabalho	Caxias do Sul	1º.12.2016
69	2ª Vara do Trabalho		
70	3ª Vara do Trabalho		
71	4ª Vara do Trabalho		
72	5ª Vara do Trabalho		
73	6ª Vara do Trabalho		
74	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
75	1ª Vara do Trabalho	Santa Maria	09.12.2016
76	2ª Vara do Trabalho		
77	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
78	Vara do Trabalho	Cachoeira do Sul	

2.2 Inspeções Correcionais realizadas pelo Vice-Corregedor (fevereiro a dezembro de 2016)

UNIDADES JUDICIÁRIAS			DATA DA INSPEÇÃO
1	Vara do Trabalho de Alvorada		29.02.2016
2	Vara do Trabalho de Montenegro		1º.03.2016
3	Vara do Trabalho de Estância Velha		07.03.2016
4	Vara do Trabalho de Viamão		08.03.2016
5	1ª Vara do Trabalho	Santa Cruz do Sul	14 e 15.03.2016
6	2ª Vara do Trabalho		
7	3ª Vara do Trabalho		
8	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
9	1ª Vara do Trabalho	Sapucaia do Sul	04.04.2016
10	2ª Vara do Trabalho		
11	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
12	Vara do Trabalho de Encantado		26.03.2016
13	1ª Vara do Trabalho	Lajeado	
14	2ª Vara do Trabalho		
15	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
16	1ª Vara do Trabalho	Estrela	27.03.2016
17	2ª Vara do Trabalho		
18	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
19	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados de Porto Alegre		02.05.2016
20	8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		03.05.2016
21	26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		09.05.2016
22	Vara do Trabalho de Três Passos		17.05.2016
23	Vara do Trabalho de Frederico Westphalen		
24	Vara do Trabalho de Palmeira das Missões		18.05.2016
25	Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi		
26	14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		24.05.2016
27	6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		30.05.2016
28	7ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		31.05.2016
29	Vara do Trabalho de Guaíba		06.06.2016
30	Vara do Trabalho de São Jerônimo		07.06.2016
31	Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Taquari		13.06.2016
32	Vara do Trabalho de Triunfo		
33	Posto Avançado da Justiça do Trabalho em São Lourenço do Sul		14.06.2016
34	Vara do Trabalho de Camaquã		
35	1ª Vara do Trabalho	Erechim	27 e

UNIDADES JUDICIÁRIAS			DATA DA INSPEÇÃO
36	2ª Vara do Trabalho		28.06.2016
37	3ª Vara do Trabalho		
38	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
39	2ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		04.07.2016
40	4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		
41	20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		08.07.2016
42	28ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		
43	15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		11.07.2016
44	1ª Vara do Trabalho	Uruguaiana	15.08.2016
45	2ª Vara do Trabalho		
46	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
47	Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Itaqui		16.08.2016
48	Vara do Trabalho de São Borja		
49	Vara do Trabalho de Santiago		17.08.2016
50	3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		22.08.2016
51	1ª Vara do Trabalho	Taquara	23.08.2016
52	2ª Vara do Trabalho		
53	3ª Vara do Trabalho		
54	4ª Vara do Trabalho		
55	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
56	1ª Vara do Trabalho	Sapiranga	30.08.2016
57	2ª Vara do Trabalho		
58	3ª Vara do Trabalho		
59	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
60	30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		31.08.2016
61	18ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		02.09.2016
62	11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		05.09.2016
63	25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre		
64	Vara do Trabalho de São Gabriel		26.09.2016
65	Vara do Trabalho de Rosário do Sul		
66	Vara do Trabalho Alegrete		27.09.2016
67	Vara do Trabalho de Santana do Livramento		28.09.2016
68	Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Dom Pedrito		
69	1ª Vara do Trabalho	Bagé	29.09.2016
70	2ª Vara do Trabalho		
71	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
72	Vara do Trabalho de Cruz Alta		10.10.2016
73	Vara do Trabalho de Carazinho		11.10.2016

UNIDADES JUDICIÁRIAS			DATA DA INSPEÇÃO
74	Vara do Trabalho de Soledade		
75	1ª Vara do Trabalho	Novo Hamburgo	07 e 08.11.2016
76	2ª Vara do Trabalho		
77	3ª Vara do Trabalho		
78	4ª Vara do Trabalho		
79	5ª Vara do Trabalho		
80	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
81	1ª Vara do Trabalho	Gramado	11.11.2016
82	2ª Vara do Trabalho		
83	Coordenadoria de Controle da Distribuição dos Feitos e Central de Mandados		
84	Vara do Trabalho	Lagoa Vermelha	21.11.2016
85	Vara do Trabalho	Vacaria	22.11.2016
86	Vara do Trabalho	Torres	30.11.2016
87	Posto Avançado da Justiça do Trabalho	Capão da Canoa	
88	12ª Vara do Trabalho	Porto Alegre	05.12.2016
89	13ª Vara do Trabalho		

2.3 Relatório de Correição

O Relatório de Correição, assim como nas gestões anteriores, é um documento em modelo único, adotado tanto para as inspeções realizadas pela Corregedoria Regional quanto para aquelas realizadas pela Vice-Corregedoria Regional.

Cumpre assinalar, no entanto, que, em comparação ao modelo adotado na gestão anterior, o documento sofreu alterações em sua estrutura ao longo do ano de 2016 em virtude de:

- Publicação da Resolução CSJT nº 160/2015, no tocante à alteração das faixas processuais a serem consideradas para a lotação mínima das Unidades Judiciárias de Primeiro Grau;Publicação do Provimento nº 247, de 10 de dezembro de 2015 – Regulamento Interno da Corregedoria Regional do Tribunal do Trabalho da 4ª Região;
- Alterações trazidas com a publicação do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015);Inexistência de Meta do CSJT ou CNJ em vigor atinente à capacitação dos servidores do Poder Judiciário; Ocorrência de movimento grevista durante o ano de 2015 e sua influência nos resultados estatísticos de desempenho apurados nas Unidades Judiciárias e na 4ª Região como um todo; Inserção de novos itens a serem observados nas correições, tais como monitoramento dos adiamentos de pauta e dos resíduos de processos pendentes de decisão acumulados pelos magistrados, bem como solicitações de natureza administrativa feitas pelos gestores das unidades correcionadas e/ou por interessados que compareceram na data das visitas e se manifestaram perante a Corregedora ou o Vice-Corregedor;
- Necessidade de diferenciação do modelo de relatório de correição para Varas únicas e Varas integrantes de Foros Trabalhistas.

2.4 Considerações acerca das Inspeções Correcionais Ordinárias realizadas

2.4.1 Monitoramento quanto ao cumprimento de Metas

As Metas de 2016 do Conselho Nacional de Justiça são:

a) Meta 1: "Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente";

b) Meta 2: "Julgar, até 31.12.2016, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014 nos 1º e 2º graus";

c) Meta 3: "Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais";

d) Meta 5: "Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente";

e) Meta 6: "Identificar e julgar, até 31.12.2016, as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no 1º Grau, e até 31.12.2014, no 2º Grau";

f) Meta 7: "Nos Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho, identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior".

O monitoramento das Metas do CNJ é efetuado nos Relatórios de Correição de cada Vara do Trabalho. A Assessoria Técnico-Operacional da Corregedoria encaminha, mensalmente, mensagem de correio eletrônico às Unidades Judiciárias informando os dados atinentes ao cumprimento das referidas metas de acordo com o desempenho verificado por meio dos sistemas de controle estatístico.

Não obstante esse monitoramento, não foi possível o cumprimento de algumas metas. Em relação à Meta 1 de 2016 ("Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente"), foram julgados no ano passado 176.515 processos, o que representou 95,64% dos casos novos do período.

Em contrapartida, verificou-se o integral cumprimento da Meta 2 ("Julgar, até 31.12.2016, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014 nos 1º e 2º graus") na medida em que 105,5% dos processos distribuídos até 31.12.2014 foram julgados até o dia 31.12.2016.

Já com relação à Meta 3 ("Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais"), também não houve o cumprimento da Meta, na medida em que o percentual de processos solucionados por conciliação na fase de conhecimento no biênio 2013/2014 correspondeu a 44,01% dos processos solucionados na 4ª Região nesse período, ao passo que, no período entre 1º.01.2016, e 31.12.2016 esse percentual representou 41,97% dos processos solucionados (redução de 2,04 pontos percentuais).

A Meta 5 ("Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente") também não foi cumprida, porquanto o número de processos de execução baixados em 2016 (53.705) correspondeu a 86,4% das execuções iniciadas no mesmo período (62.164).

A seu turno, a Meta 6 (Identificar e julgar, até 31.12.2016, as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no 1º Grau (...)) atingiu um percentual de cumprimento de 98,8%, permanecendo

11 ações coletivas distribuídas até 2013 pendentes de julgamento no 1º Grau.

Finalmente, no que diz respeito à Meta 7 (Nos Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho, identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior), foi atingido percentual de 118,3% de cumprimento, tendo em vista que o referido acervo correspondia, em 31.12.2015, a 14.637 processos, e que, em 31.12.2016, importava em 12.536 processos, resultando em uma redução de 14,35% – consideravelmente superior à meta estipulada pelo CNJ.

2.4.2 Dados relevantes da 4ª Região observados nas Correições de 2016

No ano de 2016, foi observada a continuidade da perspectiva de mudança e adaptação observada em 2015 nas Unidades Judiciárias em virtude da implantação do PJe-JT, que alcançou, em 16.10.2015, 100% (cem por cento) das Varas do Trabalho e dos e Postos Avançados da Justiça do Trabalho da 4ª Região. A mudança decorrente da implantação do PJe-JT nas Unidades Judiciárias da Região determinou alteração das rotinas de trabalho. A análise dos procedimentos adotados pelas Unidades Judiciárias e pelos magistrados em relação ao PJe-JT continuou a exigir especial atenção, orientação e aconselhamento durante as inspeções.

A equipe que acompanhou as inspeções correcionais realizadas pela Desembargadora Maria da Graça Ribeiro Centeno foi integrada durante alguns meses do ano de 2016 por servidores aptos a orientar e tirar dúvidas quanto aos procedimentos de Secretaria realizados no PJe-JT, acrescentando oportunidade ímpar de treinamento e auxílio. Tal iniciativa foi bem recebida pelas Varas correcionadas.

Por se tratar de um sistema novo e em construção, com constantes atualizações e novas versões, não são poucas as situações de dificuldade enfrentadas por juízes, diretores de secretaria, secretários de audiências e demais servidores ao trabalharem com o PJe-JT. Diante disso, a orientação da Corregedoria continuou priorizando, assim como em 2015, o aconselhamento para a padronização das pastas no sistema, com intuito de se obter maior transparência, objetividade e impessoalidade nas operações, facilitando a clara visualização das práticas de todos os servidores e utilizadores do sistema.

No que se refere aos sistemas informatizados, de modo geral, é satisfatória a capacitação e o domínio de conhecimento dos servidores lotados nas unidades do primeiro grau de jurisdição. Entretanto, ainda há equívocos nos lançamentos dos andamentos processuais nos referidos sistemas (inFOR e PJe-JT), que repercutem nos dados estatísticos do sistema e-Gestão, os quais retratam os resultados de toda a 4ª Região. Esta constatação por parte da Corregedoria ensejou que fossem feitas determinações constantes dos relatórios de correição para que as respectivas Unidades Judiciárias procedessem às retificações e providências adequadas à solução dos problemas identificados.

Por seu turno, o monitoramento e o controle dos andamentos processuais têm sido realizados de forma permanente, paralelamente ao calendário de correições, visando a acompanhar o cumprimento das Metas do CNJ para a Justiça do Trabalho no ano de 2016.

A inserção e a exclusão de executados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, também foi outro aspecto alvo de atenção das inspeções correcionais realizadas. Como regra, infelizmente, apesar de determinações realizadas em correições de anos anteriores para que as Unidades Judiciárias mantivessem atualizados os dados no sistema, é significativa a fração das Varas que ainda negligenciam esta prática de Secretaria, mantendo inscritos

executados que já quitaram suas dívidas, que as obtiveram reconhecidas como temporariamente inexigíveis ou, ainda, deixando de inscrever pessoas físicas ou jurídicas inadimplentes.

Na análise dos dados obtidos para as inspeções na 4ª Região, verifica-se que o estoque de processos em fase de execução perfez, em 31.12.2016, 126.374 processos, representando uma elevação de 24,82% em relação a dezembro de 2015, quando este número era de 101.239 processos. Em contrapartida, constata-se que o prazo médio de tramitação na fase de execução dos processos movidos contra entes públicos diminuiu de 1.131,07 dias, em 2015, para 945,05 dias, em 2016, o que implica uma redução de 16,45% (186,02 dias). Quanto aos processos movidos contra entes privados, por outro lado, o prazo médio de tramitação na fase de execução na 4ª Região subiu de 599,56 dias, em 2015, para 670,47 dias, em 2016, o que importa um aumento de 11,82% (70,91 dias).

O prazo médio de designações de audiências (tanto iniciais como de encerramento da instrução), foi constantemente monitorado durante o ano de 2016, constatando-se que este ainda se encontra por demais elastecido em diversas Unidades Judiciárias. Nessa senda, verifica-se que o prazo médio na 4ª Região para designação de audiência inicial, em 2016, foi de 73,27 dias, representando uma elevação de 11,54% (7,58 dias) em relação ao ano de 2015, quando esse prazo médio foi de 65,69 dias. A seu turno, o prazo médio na 4ª Região para designação de audiência de prosseguimento subiu de 152,04 dias, em 2015, para 166,16 dias, em 2016, o que importa um aumento de 9,29% (14,12 dias). Nos relatórios de correição foram identificadas cada uma das situações e determinadas as providências cabíveis, sendo que, em situações pontuais, foram adotadas medidas tais como o deferimento de regime de juiz auxiliar ou a determinação de aumento do número de sessões.

Com relação ao resíduo existente de processos conclusos para prolação de sentença no ano de 2016, como já é sabido, a Corregedoria realiza constante acompanhamento e controle do número de processos conclusos para cada juiz, além do levantamento feito pontualmente em cada correição quanto ao número de sentenças a prolatar dos magistrados que atuaram em cada Unidade Judiciária.

Ainda, a Corregedoria procede à cobrança mensal das pendências de sentenças dos magistrados por meio da proposição de metas e planos de trabalho, consolidados em processos administrativos específicos instaurados para cada juiz. A seu turno, ações específicas, como o fortalecimento da estrutura do Gabinete Extraordinário para auxílio aos magistrados, a designação de assistente na hipótese de um juiz estar desassistido temporariamente, o afastamento da Unidade (quando possível) dos Juízes com maior volume de pendências para a dedicação exclusiva ao enfrentamento do seu resíduo, e a adoção de regimes de auxílio pontuais a magistrados que, por situações pessoais, necessitaram de condições especiais de trabalho, têm sido frequentemente adotadas, atingindo-se resultados satisfatórios.

2.4.3 Monitoramento do Resíduo de Processos Aguardando Prolação de Sentença

As visitas correcionais permitiram tanto à Corregedora quanto ao Vice-Corregedor avaliar *in loco* a realidade de cada Unidade Judiciária e as particularidades enfrentadas pelos magistrados em cada circunscrição de atuação.

Com base nos levantamentos estatísticos prévios às inspeções correcionais para elaboração do relatório, tanto os resultados da Unidade Judiciária, quanto os da produtividade dos

magistrados que nela atuaram foram avaliados caso a caso, ensejando a decisão para que constasse das determinações:

a) ordem para que os magistrados proferissem as sentenças em processos conclusos há mais de 50 dias apurados na data da última consolidação dos dados pelo Sistema *Business Inteligence* – BI do TRT4 ou,

b) ordem para instauração de expediente administrativo aguardando a apresentação de plano de trabalho a ser proposto pelo magistrado para equacionar seu resíduo de decisões pendentes ao prazo de 50 dias e acompanhamento mensal da produtividade apresentada, mediante cotejo com o plano homologado pela Corregedoria.

A Secretaria da Corregedoria, portanto, vem acompanhando mensalmente a produtividade dos Juízes da 4ª Região buscando trazer o resíduo acumulado de processos que aguardam sentença a patamares compatíveis com o compromisso de uma prestação jurisdicional célere e assertiva. Vale esclarecer que o prazo de 50 dias foi adotado em atenção ao disposto no § 3º do art. 6º da Consolidação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, bem como ao processo de Consulta nº 5202-74.2016.5.00.0000, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Para tanto, na análise dos planos de trabalho apresentados pelos magistrados foi uma constante a determinação para que mantivessem em níveis aceitáveis os resíduos de embargos de declaração e de incidentes à execução interpostos; simultaneamente trabalhando na prolação de sentenças em processos de conhecimento.

Vale ressaltar, neste contexto, que a porção mais significativa, estatisticamente, do resíduo acumulado na 4ª Região é justamente formada por processos que aguardam sentença em fase de conhecimento, conforme intelecção possível na análise da tabela comparativa de produtividade que se apresenta a seguir:

Resíduo	Conhecimento		Execução		Embargos de Declaração	
	Pendentes	Julgados	Pendentes	Julgados	Pendentes	Julgados
Dezembro/2015	19.754	4.497	1.876	1.134	1.658	1.418
Dezembro/2016	20.857	4.937	2.120	1.410	1.359	1.055

Fonte: Consulta ao Informativo Mensal da Corregedoria – IMC – dezembro de 2016.

Mesmo que observável nos dados acima, o fato de que os números de processos julgados em fase de conhecimento e de execução tenham aumentado em 2016 comparativamente com 2015, o resíduo global, ainda assim, alcançou elevação.

A despeito dos esforços envidados diuturnamente para monitorar a produtividade dos magistrados, inclusive concedendo auxílio na forma de avocação de processos, concessão de assistente ou desconvocação, conforme dados apresentados a seguir, verifica-se que a situação do resíduo acumulado não alcançou ainda solução plena.

Isso posto, cumpre assinalar alguns aspectos relevantes a serem considerados para uma análise crítica acerca do enfrentamento destes dados.

Dentre eles, o primeiro a ser destacado e louvado é o compromisso e o empenho efetivo de muitos dos Juízes até o momento acompanhados, por meio do cumprimento dos planos de trabalho apresentados. Em segundo, está a narrativa constante dentre os magistrados quanto ao número significativo de casos novos apresentados à Justiça do Trabalho nos últimos anos, em

face da conjuntura econômica e social de crise que o Brasil enfrenta, o que vem acarretando significativa sobrecarga de trabalho. Por terceiro, mas não menos significativo, menciona-se a importância da atenção prioritária que vem sendo direcionada ao 1º Grau de jurisdição e seu papel na proposta de reduzir o cenário de acúmulo de processos aguardando decisão.

Em direção oposta, registram-se as exceções. A não apresentação de plano de trabalho por alguns magistrados instados a tanto ou sua postura silente diante das determinações da Corregedoria, descumprindo planos de trabalho ou mantendo baixos índices de produtividade, apontam para o fato de serem ainda necessárias outras medidas, em casos pontuais já identificados, que merecem atuação enérgica da Corregedoria.

3. SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Como forma de reforçar a política de priorização do primeiro grau de jurisdição, a Corregedoria Regional manteve o Serviço de Apoio Temporário – SAT, que prestou suporte, no ano de 2016, a 37 (trinta e sete) Unidades Judiciárias por meio de permanência média de uma semana em cada visita realizada, ocorrendo a concessão de mais de um período, eventualmente, a uma mesma unidade, em períodos distintos do exercício.

4. AUXÍLIO AOS MAGISTRADOS

4.1 Gabinete Extraordinário

O Gabinete Extraordinário, disciplinado pelos artigos 10 a 14 do Provimento nº 248, de 29 de fevereiro de 2016, é composto por um número variável de assistentes, preferencialmente aqueles vinculados a juízes que se encontram afastados da jurisdição de primeiro grau.

O Corregedor Regional define quais juízes receberão auxílio do Gabinete Extraordinário, a forma (avocação de processos ou disponibilização de assistente) e o prazo de duração, mediante análise de dados estatísticos da produção mensal do magistrado, assim como os da Unidade Judiciária a que esteja ou esteve vinculado.

Desde o início do ano de 2016, o Gabinete Extraordinário contou com a colaboração de dois juízes, além do Juiz Auxiliar da Corregedoria. A partir de junho de 2016, mais duas Juízas foram agregadas ao grupo por força de retorno à atividade, decorrente de decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sendo que uma delas, por decisão liminar do STF, em mandado de segurança, teve os efeitos da aposentadoria reestabelecidos em 22.12.2016.

Na maior parte do período em questão, o Gabinete Extraordinário utilizou-se de 11 (onze) funções de Assistente de Juiz, relativas aos cargos vagos de Juiz Substituto, e 9 (nove) funções de Assistente de Juiz de 1º Grau, que se encontram afastados da jurisdição.

No ano, 24 (vinte e quatro) juízes receberam auxílio do Gabinete Extraordinário. Para 17 (dezessete) juízes foi concedido apoio temporário de assistentes vinculados à Corregedoria em virtude dos titulares das funções comissionadas encontrarem-se impossibilitados de trabalhar por motivo de licença-maternidade, licença-saúde prolongada ou, ainda, diante de situação excepcional, imprevista ou superveniente, devidamente justificada.

Ainda, em 19.12.2016, 8 (oito) novos Juízes Substitutos tomaram posse, sendo a eles designados processos avocados para prolação de sentença.

4.2 Desconvocações

No ano de 2016, foram realizadas 7 (sete) desconvocações de juízes para que se dedicassem à redução de seu resíduo de processos aguardando decisão com prazo vencido.

4.3 Avocação de Processos

Conforme disciplina do art.13 do Regulamento Interno da Corregedoria (Provimento nº 248/2016), o Corregedor pode determinar a avocação dos processos do juiz destinatário para outro magistrado proferir a decisão, em casos excepcionais.

Ao longo do ano de 2016, foram avocados 2.642 (dois mil seiscentos e quarenta e dois) processos no total, sendo 2.380 (dois mil trezentos e oitenta) encaminhados a magistrado diferente do destinatário inicial, 232 (duzentos e trinta e dois) em virtude de aposentadorias e outros 30 (trinta) por motivo de remoção de Juiz a outro Regional.

5. ATOS NORMATIVOS PUBLICADOS

No desempenho de suas atribuições regimentais, os Excelentíssimos Desembargadores expediram, no ano de 2016, 6 (seis) Provimentos e 16 Provimentos Conjuntos com a Presidência, 21 (vinte e uma) Portarias e 1 (uma) Portaria Conjunta com a Presidência.

5.1 Portarias da Corregedoria

– Portaria nº 01, de 08 de janeiro de 2016 – Decreta regime de exceção na 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, no período de 14 de março a 15 de julho de 2016, e dá outras providências;

– Portaria nº 02, de 08 de janeiro de 2016 – Institui regime de Juiz Auxiliar na 3ª Vara do Trabalho de Gravataí, nos períodos de 14 de março a 12 de abril de 2016 e 16 de maio a 14 de junho de 2016, e dá outras providências;

– Portaria nº 03, de 25 de janeiro de 2016 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Osório, no período de 20 de outubro a 19 de dezembro de 2016, e dá outras providências;

– Portaria nº 04, de 31 de março de 2016 – Estabelece as circunscrições em que dividida a jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, bem como as modalidades de lotação dos juízes de primeiro grau;

– Portaria nº 05, de 12 de abril de 2016 – Define, dentre as unidades judiciárias com lotação singular, as que terão designação de Juiz Substituto para atendimento de audiências nos períodos de férias do Juiz Titular ou do Juiz Substituto no exercício da titularidade, no período de 18 de julho de 2016 a 16 de julho de 2017, conforme disposto no art. 18 do Provimento nº

250/2016, da Corregedoria Regional;

– Portaria nº 06, de 18 de abril de 2016 – Altera a Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional, relativamente à composição da 56ª Circunscrição e da 93ª Circunscrição;

– Portaria nº 07, de 27 de abril de 2016 – Altera o Art. 3° da Portaria nº 05/2016, da Corregedoria Regional, relativamente às Varas do Trabalho de Estância Velha e Montenegro;

– Portaria nº 08, 28 de abril de 2016 – Redefine, no período de 16 de maio a 15 de julho de 2016, o regime de Juiz Auxiliar instituído nas Varas do Trabalho de Novo Hamburgo (1ª a 5ª) pela Portaria nº 17/2016, e dá outras providências;

– Portaria nº 09, 28 de abril de 2016 – Redefine, no período de 16 de maio a 15 de julho de 2016, o regime de Juiz Auxiliar instituído nas Varas do Trabalho de Taquara (1ª a 4ª) pela Portaria nº 18/2016, e dá outras providências;

– Portaria nº 10, de 28 de abril de 2016 – Redefine, no período de 16 de maio a 15 de julho de 2016, o regime de Juiz Auxiliar instituído nas Varas do Trabalho de Santa Cruz do Sul (1ª a 3ª) pela Portaria nº 19/2016, e dá outras providências;

– Portaria nº 11, de 28 de abril de 2016 – Interromper, a partir de 16 de maio de 2016, o regime de Juiz Auxiliar instituído na Estância Velha pela Portaria nº 24/2016, e dá outras providências;

– Portaria nº 12, de 9 de maio de 2016 – Interromper, a partir de 16 de maio de 2016, o regime de Juiz Auxiliar instituído na 1ª, 2ª e 3ª Varas do Trabalho de Sapiranga pela Portaria nº 21/2015, e dá outras providências;

– Portaria nº 13, de 9 de maio de 2016 – Interromper, a partir de 16 de junho de 2016, o regime de Juiz Auxiliar instituído na Vara do Trabalho de Montenegro pela Portaria nº 27/2015, e dá outras providências;

– Portaria nº 14, de 9 de maio de 2016 – Interromper, a partir de 16 de junho de 2016, o regime de Juiz Auxiliar instituído na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi pela Portaria nº 28/2015, e dá outras providências;

– Portaria nº 16, de 22 de agosto de 2016 – Decreta regime de exceção na 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, no período de 22 de agosto a 22 de setembro de 2016, e dá outras providências;

– Portaria nº 17, de 22 de setembro de 2016 – Decreta regime de exceção na Vara do Trabalho de São Jerônimo, no período de 13 de março a 16 de maio de 2017, e dá outras providências;

– Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2016 – Decreta regime de exceção na Vara do Trabalho de Osório, no período de 13 de março a 16 de maio de 2017, e dá outras providências;

– Portaria nº 19, de 19 de outubro de 2016 – Regula, excepcionalmente, no período de 20 a 28.10.2016, os horários de funcionamento e de atendimento externo no Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Itaqui;

– Portaria nº 20, de 27 de outubro de 2016 – Regula, excepcionalmente, o horário de funcionamento e de atendimento externo no Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Itaqui;

– Portaria nº 21, de 18 de novembro de 2016 – Regula, excepcionalmente, no período de 09.01 a 20.03.2017, o funcionamento do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito.

5.2 Provimentos da Corregedoria

– Provimento nº 248, de 29 de fevereiro de 2016 – Altera o Provimento nº 247/2015, que aprovou o Regulamento Interno da Corregedoria Regional;

– Provimento nº 249, de 7 de março de 2016 – Altera a redação do inciso I do art. 143 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional;

– Provimento nº 250, de 31 de março de 2016 – Dispõe sobre a universalização da lotação e as designações de Juízes no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região;

– Provimento nº 251, de 9 de maio de 2016 – Dispõe sobre a regulamentação dos regimes de lotação nas circunscrições de nº 6, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 65 e 68 a que alude a Portaria nº 04/2016 da Corregedoria Regional;

– Provimento nº 252, de 4 de julho de 2016 – Dispõe sobre a realização de consulta aos Juízes do Trabalho Substitutos lotados na Corregedoria Regional para designações de curta e de longa duração,

– Provimento nº 253, de 18 de julho de 2016 – Regulamenta a concessão de férias aos juízes de primeiro grau no âmbito da 4ª Região da Justiça do Trabalho no mês de janeiro de 2017.

5.3 Portaria Conjunta

– Portaria Conjunta nº 4.777, de 9 de setembro de 2016 – Altera a Portaria Conjunta nº 6.028/2014, que constitui o Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e disciplina os processos de inscrição e eleição de seus membros.

5.4 Provimentos Conjuntos

– Provimento Conjunto nº 01, de 3 de fevereiro de 2016 – Regulamenta a utilização do módulo Cadastramento da Liquidação e Execução – CLE, disponível no PJe-JT, no âmbito do primeiro grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região;

– Provimento Conjunto nº 02, de 3 de fevereiro de 2016 – Suspende os prazos processuais em andamento no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em decorrência do forte temporal que atingiu o Município de Porto Alegre;

– Provimento Conjunto nº 03, de 3 de fevereiro de 2016 – Suspende o atendimento externo e as audiências no prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e no Foro Trabalhista de Porto Alegre, em decorrência do forte temporal que atingiu o Município;

– Provimento Conjunto nº 04, de 3 de fevereiro de 2016 – Suspende os prazos processuais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em decorrência do forte temporal que atingiu o Município de Porto Alegre e dá outras providências;

– Provimento Conjunto nº 05, de 22 de março de 2016 – Altera o Provimento Conjunto nº 13/2014, que regulamenta os procedimentos a serem adotados no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região em virtude da implantação do PJe-JT, revoga o Provimento Conjunto nº 11/2013 da Presidência e da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências;

– Provimento Conjunto nº 06, de 6 de abril de 2016 – Disciplina os procedimentos a serem adotados pelas Varas do Trabalho relativos à atuação da Seção de Perícias em processos que tramitam pelo PJe-JT;

– Provimento Conjunto nº 07, de 29 de março de 2016 – Institui a Certidão Eletrônica dos Feitos Trabalhistas no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, regulamenta sua expedição e dá outras providências.

– Provimento Conjunto nº 08, de 4 de abril de 2016 – Revoga os Provimentos Conjuntos da Presidência e da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região nº 10/2011, 05/2012, 01/2014 e 03/2014;

– Provimento Conjunto nº 09, de 11 de maio de 2016 – Regulamenta a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, disciplina os procedimentos aplicáveis, e dá outras providências;

– Provimento Conjunto nº 10, de 4 de julho de 2016 – Altera o Provimento Conjunto n° 01/2016, que regulamenta a utilização do módulo Cadastramento da Liquidação e Execução – CLE, disponível no PJe-JT, no âmbito do primeiro grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região;

– Provimento Conjunto nº 11, de 2 de agosto de 2016 – Define os critérios para aferição de atraso reiterado na prolação de sentenças, para fins de pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição aos Juízes do Trabalho de 1º Grau de jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências;

– Provimento Conjunto nº 12, de 15 de agosto de 2016 – Regulamenta a Semana Nacional da Execução Trabalhista no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, disciplina os procedimentos aplicáveis, e dá outras providências,

– Provimento Conjunto nº 13, de 7 de outubro de 2016 – Fixa a data do término da greve dos empregados em estabelecimentos bancários.

– Provimento Conjunto nº 14, de 4 de novembro de 2016 – Disciplina a remessa, a digitalização e a distribuição no PJe-JT de processos físicos encaminhados ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região para julgamento de recursos, e dá outras providências;

– Provimento Conjunto nº 15, de 14 de novembro de 2016 – Dispõe sobre a fixação, a antecipação e o pagamento de honorários de perito, de tradutor e de intérprete no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, quando a parte sucumbente na pretensão objeto da perícia for beneficiária da justiça gratuita.

– Provimento Conjunto nº 16, de 9 de dezembro de 2016 – Revoga o Provimento Conjunto n° 11/2016, que define os critérios para aferição de atraso reiterado na prolação de sentenças, para fins de pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição aos Juízes do Trabalho de 1º Grau de jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

6. COMITÊS, COMISSÕES E NÚCLEOS DA ADMINISTRAÇÃO DO TRT4 INTEGRADOS POR REPRESENTANTES DA CORREGEDORIA

A Corregedoria Regional esteve representada nos seguintes Comitês, Comissões e Núcleos, no âmbito da 4ª Região:

5.1 Comitês

- Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – Portaria nº 3.395, de 26 de junho de 2014, integrado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Clocemar Lemes Silva;
- Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Portaria nº 358, de 26 de janeiro de 2016, integrado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Clocemar Lemes Silva;
- Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – Portaria nº 2.775, de 29 de junho de 2011, integrado pela Corregedora Regional, Maria da Graça Ribeiro Centeno, pelo Vice-Corregedor Regional, Marçal Henri dos Santos Figueiredo e pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Clocemar Lemes Silva;
- Comitê de Segurança da Informação – Portaria nº 4.772, de 23 de setembro de 2008, integrado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Clocemar Lemes Silva;
- Comitê Gestor do Programa de Gestão de Pessoas por Competências – Portaria nº 3.764, de 15 de junho de 2012, integrado pelo Secretário da Corregedoria, Mauro Baltar Grillo.

6.2 Comissão Regimental:

- Comissão de Informática – Art. 227-A do Regimento Interno do TRT4, integrado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Clocemar Lemes Silva.

6.3 Outras Comissões:

- Comissão de Vitaliciamento – Resolução Administrativa nº 04/2014, eleita pelo Órgão Especial a Desembargadora Corregedora Regional, Maria da Graça Ribeiro Centeno. A Secretaria da Corregedoria presta apoio administrativo ao trabalho da Comissão;
- Comissão de Gestão Socioambiental – Cogeso – Portaria nº 1.997, de 22 de abril de 2015, integrada pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Clocemar Lemes Silva;
- Comissão de Movimentação de Servidores – Portaria nº 2.866, de 2 de junho de 2016, integrada pelo Secretário da Corregedoria, Mauro Baltar Grillo.

6.4 Núcleos:

- Núcleo de Cooperação Judiciária – Portaria nº 6.882, de 23 de outubro de 2012, integrado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Clocemar Lemes Silva;
- Núcleo de Apoio à Execução – Resolução Administrativa nº 24/2011, alterada pela RA nº 07/2014.

7. SECRETARIA DA CORREGEDORIA

A Secretaria da Corregedoria encontra-se estruturada em três assessorias (Administrativa, Jurídica e Técnico-Operacional), que desempenham suas funções, observadas as áreas de atuação respectivas.

7.1 Assessoria Administrativa

A Assessoria Administrativa da Corregedoria desenvolveu, ao longo do ano de 2016, as seguintes atividades:

- Recebimento e processamento de todos os requerimentos e expedientes que tramitam na Corregedoria Regional;
- Prestação de informações e expedição de certidões;
- Elaboração de minutas de ofícios, correspondências e despachos de rotina;
- Recebimento, protocolo, encaminhamento e arquivamento de Correições Parciais (CORPAR), Reclamações Disciplinares (RCLDISC), Pedidos de Providências (PP), conflitos negativos de atribuições, atos normativos expedidos pelos juízes de primeiro grau, pedidos de unificação cadastral de partes nos sistemas processuais de primeiro grau e pedidos de afastamentos da jurisdição de magistrados;
- Recebimento, autuação, instrução e encaminhamento dos processos administrativos eletrônicos (PA) referentes às matérias de competência da Corregedoria;
- Atualização das informações sobre o local de residência dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho, sobre o exercício do magistério pelos juízes de primeiro grau e de atividades incompatíveis com o exercício da magistratura;
- Registro e atualização das ocorrências e menções elogiosas dos juízes de primeiro grau;
- Instrução dos expedientes de:
    - designação de Juiz do Trabalho para o exercício da Direção de Foro;
    - requerimento de aposentadoria de magistrado;
    - autorização para residir fora da Comarca para Juízes Titulares;
    - remoção e permuta de Juiz do Trabalho;
    - promoção para Juiz Titular de Vara do Trabalho e para Desembargador do Trabalho.
- Atualização das escalas completas de plantão permanente das Varas do Trabalho e publicar no *site* do Tribunal os telefones celulares do plantão judiciário do primeiro grau;
- Manutenção dos registros da redistribuição de processos para fins de prolação de decisão;
- Publicação das intimações em expedientes e processos de sua competência e em trâmite na Corregedoria;
- Acompanhamento dos prazos estabelecidos nos regimes de juiz auxiliar instituídos nas unidades judiciárias;
- Organização do cronograma do Serviço de Apoio Temporário – SAT e do auxílio prestado aos juízes por intermédio dos servidores vinculados ao Gabinete Extraordinário;
- Elaboração do relatório anual da Corregedoria, com o suporte técnico das Assessorias Jurídica e Técnico-Operacional;

- Organização da agenda da Corregedora;
- Atendimento às partes e aos advogados, bem como aos juízes e aos servidores, sobre assuntos correcionais e atos processuais;
- Preparação da pauta dos expedientes e processos da Corregedoria de competência do Órgão Especial e do Tribunal Pleno.

7.2 Assessoria Jurídica da Corregedoria

A Assessoria Jurídica da Corregedoria desenvolveu, ao longo do ano de 2016, as seguintes atividades:

- Emissão de pareceres e redação de minutas de decisões nos expedientes e processos administrativos de competência da Corregedoria, nas Correições Parciais (CORPAR), Reclamações Disciplinares (RCLDISC), Pedidos de Providências (PP), conflitos de atribuições, em processos administrativos disciplinares de competência da Corregedoria e solicitações diversas;
- Elaboração de Provimentos e Portarias sobre matéria de competência jurisdicional ou administrativa da Corregedoria ou pertinentes às atividades das Unidades Judiciárias de primeiro grau;
- Elaboração de minutas de orientações destinadas ao aperfeiçoamento dos serviços judiciários de primeiro grau;
- Elaboração do calendário das correições ordinárias ou extraordinárias a serem realizadas pelo Corregedor, expedição dos editais de correição e controle dos respectivos prazos de publicação;
- Instauração e acompanhamento de processo administrativo individualizado para cada inspeção correcional;
- Atualização no *site* do Tribunal dos calendários anuais de correição da Corregedoria e da Vice-Corregedoria;
- Consulta aos dados dos servidores e dos magistrados integrantes das Unidades Judiciárias inspecionadas, coleta e sistematização dos dados estatísticos de processos atinentes às metas estabelecidas para o Poder Judiciário;
- Exame do andamento dos processos no sistema informatizado, bem como autos de processos físicos sorteados por amostragem para fins correcionais, registrando as irregularidades porventura existentes;
- Elaboração do relatório prévio das correições, com análise das rotinas adotadas nas unidades inspecionadas, conclusão e publicação, verificando a efetiva realização de todas as diligências necessárias ao cumprimento das determinações expressas na ata correcional;
- Encaminhamento à Seção de Publicações e Registros dos relatórios de correição para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT;
- Determinação da permanência de acompanhamento correcional em unidades cuja inspeção apontar necessidade de monitoramento de práticas de gestão e/ou entraves na tramitação processual afetos à competência da Corregedoria Regional;

- Elaboração do relatório anual das correições para apresentação ao Órgão Especial na sessão ordinária do mês de novembro de cada ano.

7.2.1 REGISTROS DOS ATOS RELATIVOS À FUNÇÃO CORRECIONAL

7.2.1.1 Expediente NovaJus

Natureza	Remanes-centes de 2015	Recebidos em 2016	Cancelados	Solucionados	Tramitando
Correição Parcial (CORPAR)	0	57	-	47	10
Reclamação Disciplinar (RCLDISC)	0	11	-	6	5
Pedido de Providências	9	237	-	224	13
TOTAL	**9**	**305**	**-**	**277**	**28**

7.2.1.2 Prazos Médios

Conforme Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.12.2016, os prazos médios de tramitação dos seguintes expedientes na Secretaria da Corregedoria foram de:

Expediente	Prazo médio
Correição Parcial (CORPAR)	8,33 dias
Pedido de Providências (PP)	21,86 dias
Reclamação Disciplinar (RECLDISC)	12,60 dias

Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.12.2016

7.2.1.3 Processos Administrativos no sistema ADM Eletrônico

Natureza	Pendentes	Registrados	Encerrados	Sobrestados	Em tramitação
Correg – Afastamento de Juiz	-	49	05	-	44
Correg – Diversos	-	12	10	-	02
Correg – Expedientes internos	-	122	70	-	52
Correg – Ocorrências	-	01	01	-	-
Correg – Portarias Varas	-	67	65	-	02
Correg – Solicitação	-	25	20	-	05
Correg – Solicitação oriunda de unidade judiciária	-	20	16	-	04

Natureza	Pendentes	Registrados	Encerrados	Sobrestados	Em tramitação
Correg – Sugestão	-	04	03	-	01
Correg – Pedidos de Providência	-	02	01	-	01
TOTAL	**-**	**302**	**191**	**-**	111

Fonte: Consulta ao Sistema ADM de 1º.01.2016 a 31.12.2016

7.3 Assessoria Técnico-Operacional

No ano de 2016, a Assessoria Técnico-Operacional acompanhou e participou de diversos projetos na área de tecnologia da informação relativos ao primeiro grau, visando a facilitar a rotina de trabalho dos magistrados e servidores, bem como a atender às diversas determinações dos Conselhos e Tribunais Superiores. Dentre elas destaca-se o Mapeamento Global de Desempenho (MGD), baseado em sistema de mesmo nome utilizado no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, e que possibilita, de forma direta e objetiva, aferir o desempenho das unidades judiciárias, considerando-se a força de trabalho disponível. Os dados apresentados por esse sistema possibilitam identificar gargalos decorrentes da prestação jurisdicional, e fornecem consistentes subsídios para a adoção de providências que visem à otimização dos processos de trabalho. Esse projeto foi especificado e adaptado à realidade do TRT4 por servidores da Assteco, que acompanharam o desenvolvimento do sistema pela Setic.

A Assessoria Técnico-Operacional atuou ainda no desenvolvimento das seguintes atividades:

- Assessoramento da Corregedora Regional e Vice-Corregedor Regional relativamente aos sistemas e serviços de tecnologia de informação;
- Acompanhamento dos procedimentos relativos à redistribuição de processos físicos e eletrônicos, decorrentes da alteração do regime de lotação em 31 unidades judiciárias, conforme estabelecido na Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional;
- Resposta às solicitações encaminhadas pela Ouvidoria a respeito dos sistemas em funcionamento;
- Elaboração de pareceres nos expedientes submetidos à apreciação da Corregedora Regional e que digam respeito aos sistemas utilizados pelos servidores e magistrados de primeiro grau;
- Elaboração e encaminhamento do IMC (Informativo Mensal da Corregedoria);
- Envio mensal, às unidades judiciárias, dos dados relativos ao cumprimento das Metas do CNJ;
- Compilação de dados e elaboração de relatórios a respeito da produtividade dos Magistrados de primeiro grau;
- Geração e definição das consultas para envio de dados estatísticos do primeiro grau ao TST e CNJ, destacando-se os dados relativos às Metas Prioritárias do CNJ e Justiça em Números;
- Acompanhamento da Semana Nacional da Execução e repasse dos resultados (dados estatísticos);

- Atendimento aos usuários das Unidades Judiciárias de primeiro grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região (consultas sobre uso de andamentos nos processos físicos, procedimentos relativos ao funcionamento do Sistema PJe-JT e dúvidas sobre dados estatísticos);
- Atendimento às solicitações de advogados, Advocacia-Geral da União, Receita Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Estadual, relativas a informações nos processos em curso e arquivados que abranjam toda a 4ª Região;
- Atendimento às solicitações relativas a cadastro e geração de senhas no RENAJUD e HOD; encaminhamento junto ao Serpro sobre problemas relatados pelos usuários;
- Cadastro dos desembargadores e juízes do primeiro grau no sistema INFOJUD (disponibilizado pela Receita Federal);
- Cadastro dos usuários de primeiro grau no Malote Digital e orientação quanto ao uso do sistema;
- Solicitação de cadastro de usuários para acesso ao sistema da Junta Comercial do RS (Jucergs) e realização de pesquisas para as unidades judiciárias sempre que necessário;
- Realização de consulta de informações de veículos, por meio do convênio firmado com o Detran/RS (GID CONSULTAS), em atendimento às solicitações das Varas e Postos da Justiça do Trabalho;
- Encaminhamento diário das publicações de primeiro grau ao Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho, publicações de Editas das Varas do Trabalho (quando existentes problemas na unidade que impedem a publicação) e efetivação de cadastro dos usuários de primeiro grau para publicações de Editais no DEJT;
- Orientações aos servidores e magistrados e realização de procedimentos para exclusão de despachos e sentenças divulgados equivocadamente na internet;
- Publicação na intranet e internet das matérias relativas à Corregedoria e aos sistemas disponíveis;
- Unificações de cadastros no sistema PJe-JT;
- Encaminhamento periódico de orientações sobre registro de movimentação processual no Sistema PJe-JT;
- Divulgação de informações e prestação de atendimento em relação aos sistemas CNIB, Penhora *on-line* e Serasajud;
- Divulgação e acompanhamento dos procedimentos realizados de forma piloto, em cerca de dez unidades judiciárias, do Cadastro de Liquidação e Execução (CLE), que consiste no cadastramento de processos físicos em fase de liquidação ou execução no Sistema PJe-JT.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício do cargo de Corregedora Regional e a experiência das visitas correcionais, permitiram observar que, em regra, os juízes do trabalho e os servidores da 4ª Região são comprometidos com as suas atribuições.

Apesar dos desafios a todos impostos em um ano tão peculiar no tocante a aspectos de natureza orçamentária e institucional enfrentados pelo Poder Judiciário, implementou-se novas abordagens para o enfrentamento de problemas pontuais, a fim de reverter e melhorar os resultados até então apresentados.

Nesse sentido, o foco adotado pela Corregedoria ao longo de 2016 foi a busca da redução do resíduo para prolação de sentenças. Para tanto, ações incisivas foram postas em prática para que o acervo não continuasse em curva ascendente, com a entrega da prestação jurisdicional célere e eficaz.

VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

A Vice-Corregedoria Regional, no ano de 2016, foi exercida pelo Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo, que, no cargo de Vice-Corregedor Regional, na forma regimental, atuou nos impedimentos da Desembargadora-Corregedora, acompanhou o desempenho de Juízes do Trabalho Vitaliciandos, realizou inspeções correcionais ordinárias, coordenou a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e compilou normas editadas para fins de divulgação da atualização legislativa.

1. INSPEÇÕES CORREICIONAIS

A Vice-Corregedoria realizou inspeções correcionais de forma compartilhada com a Corregedoria, nos termos do art. 49 do Regimento do Tribunal.

Em 2016, foram inspecionadas pela Vice-Corregedoria cento e uma (101) Unidades Judiciárias: 71 Varas do Trabalho, 12 Coordenadorias de Controle da Direção do Foro, 12 Centrais de Mandados e 6 Postos da Justiça do Trabalho. A listagem das inspeções correcionais realizadas pela Vice-Corregedoria consta no título “Corregedoria, Inspeções Correicionais”.

Nas inspeções correcionais, foram examinados os processos (autos físicos) quanto aos pressupostos e às rotinas cartoriais, conforme previsto na Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal, bem como o cumprimento dos prazos processuais nas fases de conhecimento e de execução. Nos processos judiciais eletrônicos foram observados a atualização dos agrupadores e a organização e movimentação dos processos nas caixas de tarefas. O Desembargador-Vice-Corregedor procedeu à cobrança de sentenças em atraso, notadamente embargos de declaração, processos na fase de execução e metas estabelecidas pelo CNJ, aferidas por ocasião das correições realizadas.

Em colaboração com a Corregedora, estabeleceu planos de trabalho para juízes com resíduo considerável.

Em 2016, foram abertos 92 Processos Administrativos (Pas) relacionados às correições realizadas, expedidos 155 ofícios e publicados 61 editais. Foram encaminhadas diversas correspondências eletrônicas para viabilizar solução às demandas surgidas durante as correições, notadamente à Diretoria-Geral, à Sempro, à Setic, à Segesp, à SA (Coordenadoria de Licitações e Contratos), à Assteco e à Escola Judicial, que responderam e, no que possível, as atenderam.

No ano de 2016, foram encerrados os PAs relacionados às correições ordinárias realizadas em 2015.

Foram publicados 97 Relatórios de Inspeção Correcional.

2. VITALICIAMENTO

O processo de acompanhamento e avaliação dos juízes vitaliciandos é efetuado, por delegação, pela Vice-Corregedoria, em atenção ao disposto no art. 1º, inciso I, da Portaria nº 27/2013, de 17 de dezembro de 2013, da Corregedoria Regional, e observados os critérios estabelecidos no Provimento Conjunto 01/2014, da Corregedoria Regional e da Escola Judicial do

TRT4, que disciplina o procedimento relativo ao vitaliciamento, tomando como parâmetro o Ato Conjunto CGJT/ENAMAT nº 001, de 04 de março de 2013.

A Vice-Corregedoria é responsável pela formação do processo administrativo de vitaliciamento (art. 3º do Prov. Conjunto nº 01/2014, da Corregedoria Regional e da Escola Judicial), onde são reunidas todas as informações e avaliações relativas ao juiz vitaliciando durante o período de vitaliciamento.

Foi vitaliciada, em 2016, a Juíza Substituta Sheila dos Reis Mondin Engel, removida do TRT 15ª Região, com posse no TRT4 em 24.08.2015, confirmada no cargo pelo Órgão Especial na sessão ocorrida em 20.05.2016.

3. COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, criada pela Resolução Administrativa nº 03/2003 do Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região é composta, de acordo com o Anexo Único da Resolução administrativa nº 02/2016, de 22 de fevereiro de 2016, pelos seguintes membros: Vice-Corregedor Regional (Supervisor da CPAD), Desembargador Marçal Henri Figueiredo; Presidente da Comissão Coordenadora do Memorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, Desembargador João Paulo Lucena; Secretária-Geral da Presidência, Kátia Viegas; Coordenador do Memorial, Maurício Oliveira Agliardi, Diretora da Secretaria Processual, Janine Scharlau Stoever, e pelo Assistente-Chefe da Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais, Roberto Pereira dos Santos. A atuação da Comissão, no ano de 2016, envolveu:

- a realização de 1 (uma) reunião;
- a criação de 10 (dez) expedientes eletrônicos;
- o prosseguimento dos PAs abertos nos anos anteriores
- a realização de diversos atendimentos às Unidades em consultas realizadas feitas por e-mail e telefone, prestando informações e esclarecimentos a respeito de temas que lhes são próprios.
- a participação da Secretária da CPAD no grupo de trabalho que envolveu a regulamentação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do TRT4;
- a participação de membro da Comissão na Semana da Memória realizada pelo TST de 7 a 11 de novembro e
- a realização de 1 (uma) visita do Supervisor da CPAD e da Secretária da Comissão ao Memorial.

A reunião da CPAD foi realizada em 16 de novembro de 2016, na Vice-Corregedoria, e contou com a presença da quase totalidade dos seus membros. No período em foco, os principais temas tratados pela CPAD foram os seguintes:

- disponibilização, por intermédio da Setic, da nova Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do TRT, aprovada pela RA nº 12/2015, no *site* do TRT e no Portal VOX, e atualização do programa que gera o Formulário de Eliminação e Documentos no sistema, com a criação de e-mails automáticos;

- apreciação e deliberação sobre pedidos de eliminação de documentos provenientes de diversas Unidades,
- apreciação e deliberação sobre a identificação de processos indicados para integrarem o Acervo Histórico mediante fixação do selo do Acervo Histórico;
- participação de Maurício Oliveira Agliardi, do Memorial, na Semana da Memória realizada pelo TST de 7 a 11 de novembro.

No curso da atual gestão, foram abertos 10 processos administrativos relativos a pedidos de Eliminação de Documentos, dos quais 6 já foram encerrados. Ademais, foram encerrados mais 11 processos administrativos abertos em anos anteriores, também relativos à Eliminação de Documentos. Atualmente, há 11 (onze) processos ativos. Destes, 6 (seis) pedidos de Eliminação de Documentos já foram objeto de deliberação pela CPAD em gestões anteriores e aguardam as respectivas Unidades requerentes enviarem a Portaria de Eliminação e 1 (um), nº 0003075-94.2012.5.04.0000, tem decisão sobre a preservação de processos em que suscitados Incidentes de Uniformização de Jurisprudência – IUJs e daqueles que embasaram a edição de Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, devendo permanecer ativo e permanentemente atualizado com informações pertinentes.

No ano de 2016, foram fixados selos em 15 (quinze) processos físicos indicados por magistrados para serem identificados como relevantes para a história da Justiça e do Direito do Trabalho no Rio Grande do Sul. Há 4 (quatro) processos que aguardam a próxima reunião da comissão.

4. ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

A Vice-Corregedoria Regional, por delegação da Corregedoria Regional, realizou análise e publicação dos atos normativos de interesse desta Justiça Especializada, disponibilizando mensalmente, no *site* do Tribunal Regional na internet, na aba “Consultas”, a atualização legislativa.

5. PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

No ano de 2016, o Vice-Corregedor Regional participou de sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, consoante a seguir apontado:

- Sessões do Tribunal Pleno: 18.03, 20.05, 23.05, 24.06, 29.08, 03.10, 28.10, 12.12 e 15.12.2016.
- Sessões do Órgão Especial: 19.02, 18.03, 20.05, 17.06, 15.07, 29.08, 28.10, 28.11 e 12.12.2016 (sessões ordinárias); 04.05 e 03.11.2016 (sessões extraordinárias).

O Vice-Corregedor Regional participou, representando a Administração do TRT, dos seguintes eventos:

- 08.03.2016 – Lançamento Oficial da Campanha “Mês da Igualdade de Gênero no TRT4” e assinatura do Termo de Cooperação entre o Tribunal e a Secretaria Adjunta da Mulher, no saguão do TRT4;
- 11.03.2016 – Almoço de recepção à Ministra Maria de Assis Calsing;1º.04.2016 – Solenidade de posse, no Salão Nobre da Presidência, da Juíza Eliane Covolo Melgarejo,

no cargo de Juíza Titular de Vara do Trabalho; 04.04.2016 – Segunda roda de conversa que abordou os temas de legislação e atendimento às mulheres vítimas de violência. Igualdade de Gênero, no saguão do prédio-sede do TRT4; 03.05.2015 – Solenidade de posse Procurador do Trabalho Fabiano Holz Beserra como Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no Salão Nobre da Presidência; 03.05.2016 – Roda de Memória dos 75 anos da Justiça do Trabalho, no auditório Ruy Cirne Lima;

- 06.05.2016 – Almoço com o Ministro do TST Hugo CarlosScheuermann;
- 17.05.2016 – Durante a correição ordinária na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen, concedeu as seguintes entrevistas: Jornal "O alto Uruguai" – Repórter Fábio Pelinson; Jornal Folha do Noroeste – Repórter Eder Calegari. Na mesma data, concedeu entrevista à repórter Tonie dos Santos, do jornal "Atualidades", de Três Passos.
- 23.05.2016 – Sessão solene de ratificação de posse do Desembargador Fabiano Holz Beserra, no Plenário do TRT4;
- 24.05.2016 – Solenidade de Posse no TRE/RS. Posse dos Desembargadores Liselena Schifino Robles Ribeiro (como Presidente) e Carlos Cini Marchionatti (como Vice-Presidente e Corregedor);
- 24.06.2016 – Solenidade de ratificação de posse do Juiz Giovani Martins de Oliveira, no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho;
- 25.08.2016 – II Congresso Internacional de Direito do Trabalho, no Auditório da PUCRS;
- 26.08.2016 – Visita Institucional à Dell Computadores do Brasil Ltda.;
- 05.09.2016 – Solenidade de posse dos Juízes Substitutos Fabrício Luckmann, Bruno Marcos Guarnieri e Rafael Fidelis de Barros, no Salão Nobre da Presidência;
- 05 a 07.10.2016 – Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS;
- 07.10.2016 – Solenidade de homenagem aos magistrados por 10, 20 e 30 anos de serviço na Justiça do Trabalho, ocasião em que o Vice-Corregedor Regional foi homenageado por 20 anos de trabalhos prestados;
- 11.10.2016 – Durante a correição ordinária na Vara do Trabalho de Carazinho, concedeu entrevista ao repórter Rodolfo Silva, do jornal "Diário da Manhã". Na mesma data, durante a correição ordinária na Vara do Trabalho de Soledade, concedeu entrevista ao repórter Fernando Martinez, da Rádio Soledade; ao Jornal Folha de Soledade e à Rádio Cristal;
- 10.11.2016 – Palestra “O Ativismo Judicial no Século XXI”, com exposição pela ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). Evento comemorativo aos 10 anos da Escola Judicial;
- 16.11.2016 – Entrega de *smartphones* aos servidores oficiais de justiça que atuam na Justiça do Trabalho gaúcha, no Salão Nobre da Presidência;
- 17.11.2016 – Solenidade de posse, no Salão Nobre da Presidência, dos Juízes Substitutos removidos do TRT da 15ª Região, Cássia Ortolan Grazziotin, Vinícius de Paula Löblein e Diogo Guerra, no cargo de Juiz Substituto do TRT da 4ª Região;

- 18.11.2016 – Palestra proferida pelo filósofo e professor aposentado da USP Clóvis de Barros Filho, a qual versou sobre “A Vida que vale a pena ser vivida”, por ocasião dos 10 anos de criação da Escola Judicial (EJ);
- 25.11.2016 – Homenagem aos servidores que completaram 10, 20 ou 30 anos de serviço até o dia 28 de outubro, no saguão do prédio-sede do TRT-RS;
- 13.12.2016 – Descerramento da placa que atribui o nome do juiz do Trabalho Lenir Heinen ao Espaço Cultural do Foro Trabalhista de Porto Alegre;
- 14.12.2016 – Solenidade de posse em gabinete da Juíza do Trabalho Angela Rosi Almeida Chapper como Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;
- 16.12.2016 – Visita ao Memorial do TRT da 4ª Região;
- 16.12.2016 – Solenidade de posse das Juízas substitutas Paula Silva Rovani Weiler e Rita Volpato Bischoff no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho, no Salão Nobre da Presidência;
- 19.12.2016 – solenidade de posse, no Plenário do TRT, de oito novos juízes do Trabalho substitutos: Mariana Vieira da Costa, Guilherme da Silva Gonçalves Cerqueira, Caroline Bittencourt Colombo, Bruno Feijó Siegmann, Marines Denkievicz Tedesco Fraga, Igo Zany Nunes Corrêa, Mariana Piccoli Lerina e Nikolai Nowosh;
- 20.12.2016 – Reunião-almoço com Amatra IV, Administração do TRT 4ª Região, Escola Judicial e Juízes Substitutos empossados no dia 19.12.2016.

O Vice-Corregedor Regional ainda participou de reuniões pela Administração do TRT:

- 16.11.2016 – reunião sobre gestão documental;
- 18.11.2016 – Reunião com o Comitê de Segurança;
- 18.11.2016 – Reunião com a Comissão de juízes/alvarás apartados;
- 01.12.2016 – Reunião na Escola Judicial sobre recepção e atividades para novos juízes;
- 02.12.2016 – reunião institucional de 13.12.2016 – Reunião com o Sindicato de leiloeiros;
- 14.12.2016 – reunião na eEscola Judicial.

O Desembargador-Vice-Corregedor Regional esteve no exercício da Presidência nos períodos de 28 e 29.09.2016, e no dia 24.11.2016, e no exercício da Corregedoria nos períodos de 30.05 a 28.06.2016, e de 13.10 a 11.11.2016.

OUVIDORIA

A Ouvidoria, órgão independente da administração da Justiça (art. 227-D do Regimento Interno do TRT4), atendeu ao público externo, objetivando essencialmente a satisfação dos cidadãos, a transparência do Poder Judiciário e a viabilização de medição da qualidade dos serviços prestados, em respeito aos princípios constitucionais da eficiência, eficácia e da participação do usuário na Administração Pública.

1. ESPECIFICAÇÃO DA DEMANDA

A Ouvidoria recebeu 5.204 manifestações no decorrer do ano de 2016. A tabela que segue representa a demanda dividida em classes:

CLASSE DO EXPEDIENTE	COMPOSIÇÃO RELATIVA (%)
Pedido de Informação	52,25
Outros	28,17
Reclamação	16,62
Elogio	1.10
Sugestão	0,62
Crítica	0,77
Pedido de Acesso a Informações	0,24
Convite	0,07
Denúncia	0,17

Na classe "Pedidos de Informação", que foi a mais expressiva em termos de volume (52,25%), as manifestações recebidas disseram respeito, em regra, à natural angústia dos interessados, que, na maior parte dos casos, decorre da falta de esclarecimento sobre o trâmite de seu processo e da linguagem utilizada em seus andamentos. Dentro dessa classe, destacaram-se os esclarecimentos sobre atos processuais (na ordem de 53,91%), os quais não se confundem com o fornecimento de andamentos, que, por estarem disponíveis em diversas fontes de consulta, não são prestados pela Ouvidoria.

O grupo “Outros” (28,17%) diz respeito às manifestações que não se enquadram nas atribuições da Ouvidoria, seja em razão da matéria (pedidos de consultas jurídicas, inconformidade com decisões judiciais, etc.), seja em razão da entidade pública ou privada responsável pela resposta pretendida (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Ministério Público, tribunais diversos, sindicatos, OAB, etc.). Nessa classe, revelaram-se significativos os assuntos de competência de outras entidades (45,93%) e as tentativas de consultas jurídicas (14,86%). Os manifestantes que forneceram dados válidos para contato receberam os esclarecimentos acerca da entidade responsável pelo atendimento da sua demanda, bem como, quando viável, das formas para contatá-la.

A classe “Reclamações” representou 16,62% do total dos expedientes. A demora no andamento dos processos representou o volume mais expressivo, constituindo 51,51% das reclamações. Nesse cálculo, foram mantidos os mesmos critérios empregados nos exercícios anteriores. Assim, não foram consideradas como reclamações as manifestações relativas a processos que tramitam no TST, tampouco quanto aqueles cujo andamento depende necessariamente do julgamento de recursos naquele Tribunal. Revelaram-se significativas, também, as manifestações acerca da demora na prolação de sentenças, as quais representaram 29,50% do total das reclamações. Quando detectados prazos demasiadamente longos entre um ato processual e outro, buscou-se identificar seus motivos a partir dos andamentos disponíveis nas consultas processuais. Quando esse procedimento não foi suficiente para esclarecer as razões da demora, solicitaram-se informações aos magistrados e às unidades responsáveis pelos processos.

As demais classes foram de pouca monta, tendo representado, aproximadamente, 2,97% do volume total.

Relativamente à forma de acesso à Ouvidoria, o modo predominante foi o formulário eletrônico disponível na página do Tribunal na internet (50,60% dos casos). O envio de mensagens eletrônicas representou 33,55% do total, e o terceiro modo mais utilizado pelos usuários foi a via telefônica (14,95%). Na composição do total da demanda, o comparecimento pessoal representou apenas 0,83% dos casos.

Ressalta-se que a Ouvidoria, nos últimos anos, inclusive em 2016, enfrenta dificuldades com seu sistema informatizado, pois o programa-fonte utiliza *softwares* que estão em desuso pelo Tribunal. Isso ocasiona falhas do sistema (inviabilizando seu acesso pela equipe da Ouvidoria) quando são feitas atualizações de sistemas, ou no banco de dados, pelo setor de informática.

2. OUTRAS ATIVIDADES

Durante o exercício de 2016, a Desembargadora-Ouvidora, Denise Pacheco, e a Desembargadora-Vice-Ouvidora, Iris Lima de Moraes, ministraram palestras sobre o funcionamento e a importância da Ouvidoria aos acadêmicos em visita ao Tribunal.

A Ouvidora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) representou a instituição no projeto “Ouvindo as Mulheres da Justiça”, evento promovido pelas Ouvidorias de diferentes órgãos ligados à Justiça. Realizada no Memorial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em 17 de março, a roda de conversa teve depoimentos de desembargadoras, juízas, defensoras públicas, advogadas, procuradoras, promotoras e servidoras, que relataram suas experiências pessoais e institucionais em questões relacionadas à discriminação e violência contra a mulher. Na oportunidade, foi referido o engajamento de magistrados, servidores e terceirizados no projeto de Igualdade de Gêneros lançado pela Administração do TRT4 neste mês de março.

A Ouvidoria foi representada na 9ª, 10ª e 11ª reuniões do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho (Coleouv), ocorridas nos dias 7 e 8 de abril, 18 e 19 de agosto e 17 e 18 de novembro, respectivamente.

Em 28 de outubro de 2016, a Desembargadora Iris Lima de Moraes foi eleita Ouvidora e a Desembargadora Laís Helena Jaeger Nicotti eleita Vice-Ouvidora.

Por ocasião da 11ª reunião do Coleouv, a signatária foi eleita para exercer o encargo de Secretária do Colégio de Ouvidores.

Nos dias 23.06 e 24.06.2016, a Ouvidoria esteve representada no curso “Lei de Acesso à Informação”, promovido pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

A Ouvidoria integrou o Grupo de Trabalho para elaboração de estudo sobre as ações a serem tomadas pelo TRT da 4ª Região para o integral cumprimento da Resolução CNJ n° 215/2015, que ainda está em fase de elaboração, sob a coordenação da Desembargadora Denise Pacheco (e com a participação desta signatária).

A Ouvidoria também integrou Grupo de Trabalho que trata do “Projeto de Equidade de Gênero e Raça”, que está em desenvolvimento.

A Ouvidoria esteve presente em atividades promovidas pela Escola Judicial do Tribunal:

- Curso de Equidade de Gênero: acolhimento e encaminhamento de denúncias de violência de gênero, no período de 02.06.2016 a 16.06.2016;
- Ciclo de Debates sobre “Discriminação nas Relações de Trabalho” – Módulo 1 (Aspectos Gerais. Casuística), no dia 9 de setembro, e Módulo 3 (Discriminação por Orientação Sexual. Discriminação por Identidade de Gênero: Travestilidade e Transexualidade), no dia 14 de outubro de 2016;

A Ouvidoria esteve presente no “Primeiro Ciclo de Paz no Trabalho”, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral – TRE do Estado, no período de 21 a 23 de novembro, que abordou aspectos da Justiça Restaurativa nas Organizações, Círculos de Construção da Paz e Comunicação Não Violenta e Relações de Trabalho.

A Ouvidora compareceu na comemoração do aniversário de 10 anos da Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que ocorreu no dia 28 de novembro, em Curitiba/PR.

Ainda em 2016, , por representação da Presidente do Tribunal, Desembargadora Beatriz Renck, foi formalizada a adesão do TRT4 ao Programa de Fortalecimento das Ouvidorias.

MEMORIAL

Durante o ano de 2016, o Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do sul atuou não apenas no fomento à pesquisa nos processos trabalhistas sob sua guarda como fontes históricas, mas, principalmente, procurou intensificar o trabalho de resgate da história da Justiça do Trabalho como instituição. Além disso, divulgar amplamente essa história, tanto para o público interno (magistrados e servidores) quanto para o externo (comunidade em geral), passou a ser uma das prioridades do Memorial, uma vez que a compreensão da importância da Justiça do Trabalho na sociedade atual passa necessariamente pela compreensão da história de sua concretização, especialmente no ano em que a Instituição completou 75 anos de existência.

Para tanto, foram efetivadas diversas ações voltadas ao resgate histórico e à publicização das informações obtidas e produzidas pelo Memorial. São elas:

1. Lançamento do Portal dos 75 anos da Justiça do Trabalho

No ano em que a Justiça do Trabalho completou 75 anos de existência no Brasil e no Rio Grande do Sul, o Memorial lançou o Portal dos 75 Anos da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, criado em parceria com a Secretaria de Comunicação Social e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

O Portal conta a história da Instituição ao longo de suas sete décadas e meia de existência, passando por dados históricos, seus Presidentes, suas sedes e curiosidades.

2. Série de postagens na página do Memorial no *site* de rede social *Facebook* sobre os 75 anos da JT

O Memorial elaborou o conteúdo e os *layouts* de 12 postagens para o Facebook, as quais contaram, em poucas palavras, episódios importantes da história da Justiça do Trabalho.

Todas as postagens iniciaram com a *#75AnosJT* e foram compartilhadas pela Secretaria de Comunicação Social na página oficial do TRT da 4ª Região no Facebook durante o mês de maio de 2016.

3. Lançamento dos documentários *Magistratura Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória* e *Advocacia Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória* em sessão de cinema

O Memorial, em parceria com a Escola Judicial do TRT da 4ª Região e com a Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Sul, lançou os documentários *Magistratura Trabalhista Gaúcha* e *Advocacia Trabalhista Gaúcha – Origens e Trajetórias* em uma sessão de cinema realizada no GNC Cinemas Praia de Belas, em Porto Alegre/RS, no dia 2 de maio de 2016.

Ambos documentários são frutos de um ano de intenso trabalho de captação de entrevistas em vídeo para a Série Registros, do Memorial. A Série se propõe a captar depoimentos dos principais protagonistas da história da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, de 1935 a 2000.

A exibição dos documentários fez parte dos eventos de comemoração aos 75 anos da Justiça do Trabalho.

4. Roda de Memória sobre os 75 anos da Justiça do Trabalho



Em 2016, o Memorial promoveu uma Roda de Memória sobre os 75 anos da instalação Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. O evento, realizado em uma parceria com a Escola Judicial do TRT da 4ª Região, ocorreu no dia 4 de maio de 2016, no Auditório Ruy Cirne Lima, em Porto Alegre/RS.

Sob a mediação da Desembargadora Aposentada Magda Barros Biavaschi, estiveram presentes na roda de conversa e relataram histórias na Justiça do Trabalho o Desembargador Aposentado Paulo Orval Particheli Rodrigues (representando os magistrados), o advogado Emilio Rothfuchs Neto (representando a Advocacia), o procurador Victor Hugo Laitano (representando o Ministério Público do Trabalho), o presidente da Ajucla, Dirson Dornelles (representando os juízes classistas) e o servidor Zeca Kiechaloski (representando os servidores da JT). Os convidados abordaram tópicos sobre a história da Justiça do Trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul, e, em um jogo de perguntas e respostas, interagiram também com a plateia.

A Roda de Memória também fez parte dos eventos em comemoração aos 75 anos da Justiça do Trabalho.

5. Finalização e disponibilização eletrônica do Guia do Acervo do Memorial

O Memorial concretizou, em 2016, a publicação de seu Guia do Acervo, um documento que descreve resumidamente o conteúdo de todo o acervo do Memorial e, com isso, possibilita a divulgação de dados relativos à história da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul a pesquisadores e interessados.

Além da pesquisa e do trabalho de compilação das informações, o Memorial também elaborou o projeto gráfico do Guia. Após revisão e aprovação pela Comissão Coordenadora do Memorial, tanto do conteúdo quanto do *layout*, o Guia do Acervo foi disponibilizado eletronicamente em 22 de junho de 2016 no portal do Memorial, na internet.

Ainda em 2016, foi iniciada a contratação da impressão de 1.000 (mil) cópias impressas do Guia, as quais serão distribuídas no primeiro semestre de 2017.

6. Reunião do Conselho Consultivo do Memorial

Em 14 de março de 2016, o Memorial e a Comissão Coordenadora apresentaram aos membros do Conselho Consultivo do Memorial os projetos encerrados em 2015, bem como os previstos para o ano de 2016.

7. Andamento “Acervo Histórico” para processos eletrônicos no segundo grau

Por solicitação do Memorial, foi incluído no sistema e-Jus² o andamento “ACHI – Acervo Histórico” também para processos eletrônicos. Na oportunidade, enviou-se mensagem de e-mail a todos os magistrados e servidores do Tribunal com um infográfico sobre a importância da aposição do selo e/ou do andamento em processos de relevância histórica e o passo a passo para tanto.

Tanto o conteúdo quanto o *layout* do infográfico foram elaborados pelo Memorial.

8. Eventos realizados em parceria com a Justiça Federal

Em 2016, foram estabelecidas diversas parcerias com as áreas de Memória da Justiça Federal, o que possibilitou a realização de alguns eventos conjuntos. Foram eles:

- 30.03.2016: Mostra “Direitos Humanos e Direitos das Mulheres: A Justiça Federal e As Representações Sociais do Gênero Feminino”;
- 06.06.2016: Exposição “Alinhavando direitos: a história do trabalho das mulheres”, na sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4);
- 13.07.2016: Mostra – "Direitos Humanos: Mulher, Trabalho e Justiça", realizado no saguão do prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;
- 03.08.2016: “Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero: a homossexualidade e as demandas envolvendo a transexualidade” na Justiça Federal;
- 14.09.2016: A parceria estabelecida possibilitou a palestra da servidora do TRT4 Ana Naiara Malavolta Saupe no evento "Orientação Sexual e Identidade de Gênero como fator de discriminação no ambiente de trabalho" no auditório da Justiça Federal Seção RS;

9. XIII Encontro Nacional de História Oral

O Memorial esteve presente no XIII Encontro Nacional de História Oral, realizado em Porto Alegre/RS no dia 2 de maio de 2016. Na ocasião, o setor foi representado pela Comissão Coordenadora do Memorial, na pessoa do Desembargador João Paulo Lucena, que apresentou a Série Registros, do Memorial, aos participantes do Encontro.

10. Finalização do levantamento dos processos inscritos no Programa Memória do Mundo, da Unesco

O acervo de processos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, arquivados de 1935 a 2000, foi inscrito pela Unesco no Programa Memória do Mundo, como patrimônio da humanidade. Desse reconhecimento, surgiu a necessidade de catalogá-los, identificando a sua localização física.

Com o apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação – Setic, o Memorial conseguiu fazer o levantamento dos 1.878.091 (um milhão, oitocentos e setenta e oito mil e noventa e um) processos do período, identificando os 71 (setenta e um) locais físicos de

armazenamento, tais como: Depósito Centralizado, Arquivo do Foro Trabalhista de Porto Alegre, do Memorial da Justiça do Trabalho, das Unidades Judiciárias do interior e de Universidades conveniadas. Essa identificação, além de representar um importante passo para o acervo do Memorial, auxiliará nos próximos projetos a serem executados.

11. Capacitação – História Oral

No dia 24 de junho de 2016, o Memorial participou de uma aula expositiva sobre a metodologia da História Oral. A conversa foi especialmente organizada para o Memorial pelo Professor Doutor Benito Bisso Schmidt, Historiador Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

12. Doações recebidas

Em 2016, o Memorial recebeu diversos documentos e objetos em doação. Foram eles:

DOADOR	DOAÇÃO/CESSÃO
Desembargadora Cleusa Regina Halfen	1 medalha Mérito Funcional da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho
Desembargadora Vânia Maria Cunha Mattos	a) um conjunto de 90 fotografias em vários tamanhos e formatos; b) um porta-retratos contendo uma fotografia de magistrados no estado do Paraná; c) 2 vias de um comunicado de paralisação por tempo indeterminado das atividades dos juízes do Trabalho do RS no ano de 2000; d) 2 vias do cartaz do 4º Fórum Mundial de Juízes no ano de 2005; e) 3 cartazes do XIV Encontro Regional da Amatra IV no ano de 2000; f) 1 via do cartaz do XXII Encontro dos Juízes Trabalhistas do RS no ano de 2011; g) 2 vias de livreto ilustrado em quadrinhos explicando o processo de mineração e geração de energia elétrica; h) 1 revistinha em quadrinhos da Turma da Mônica com o título “Trabalho infantil nem de brincadeira”, uma promoção do TRT, CSJT, Comissão para Erradicação do Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho e com apoio do TRT2; i) 1 livreto/cartilha sobre trabalho infantil e Justiça do Trabalho, promoção do TST e CSJT; j) 1 cartilha sobre Planejamento Estratégico – Noções Gerais, do TRT4, ano 2009; k) 1 livreto Leilão Top Sul.
Juiz do Trabalho André Ibaños Pereira	Cessão de livros de posse dos Juízes Classistas da 7ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
Advogada Maria Cristina Carrion Vidal de Oliveira	3 livretos com os estatutos dos empregados da Indústria de Extração do Carvão e dos empregados da Viação Férrea do Rio

	Grande do Sul
Advogado Gabriel Núñez	Livretos, revistas e autos de processos que estavam sob a guarda de seu pai, o Advogado Victor Douglas Núñez
Servidor Geraldo Cruz Teixeira	Cessão de 27 fitas cassete com gravações das sessões de julgamento da 4ª Turma Julgadora do nosso Tribunal
Servidor Lério Volmir Kussler	Cessão de um telefone com fio na cor cinza, com discador, marca Ericsson, onde consta registrado o número 233-2054, que é, até hoje, o ramal da Presidência do Tribunal.
Servidora Daniela Cristina Silva da Silva	1 listão dos aprovados no concurso para servidores promovido pelo TRT4 noa no de 1989
Pesquisador e Professor Alisson Droppa	29 livros jurídicos utilizados em sua pesquisa acadêmica de doutorado. Desses livros, 11 foram encaminhados para a Biblioteca da Escola Judicial e o restante passou a integrar a biblioteca do Memorial.
Juiz do Trabalho Cláudio Ost	1 conjunto de sentenças do Desembargador falecido Milton Dutra
Servidor Luiz Fernando Taborda Celestino	1 pasta contendo fotos de todos os ex-Diretores-Gerais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, até janeiro de 2002
Presidência do Tribunal	Carta de Aposentadoria do Desembargador Juraci Galvão Júnior

13. Série Noutros Tempos

Durante o ano de 2016, o Memorial deu continuidade à série Noutros Tempos, por meio da qual objetiva recuperar e disponibilizar aos públicos interno e externo a história dos objetos e documentos constantes da Coleção Museológica do Memorial, como também auxiliar em sua catalogação.

Em 2016, foram publicados textos sobre os seguintes assuntos:

- Fichas brancas e fichas rosa (http://bit.ly/2lfbP4u)
- Mata-borrão (http://bit.ly/2kiJFYJ)
- Os carvoeiros e as minas de carvão (http://bit.ly/2lfPZOS)
- Os cinzeiros do Tribunal (http://bit.ly/2lfcfrl)

14. VIII Encontro Nacional da Memória – Campo Grande/MS

O Memorial participou, por intermédio da Comissão Coordenadora do Memorial do TRT-RS, representada pelo Desembargador João Paulo Lucena, da oitava reunião ordinária do Fórum Nacional em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho, o Memojutra, ocorrido entre os dias 8 e 10 de agosto. A reunião do Memojutra compôs a programação do VIII Encontro da Memória da Justiça do Trabalho, realizado em Campo Grande/MS.

13. Série Raio-X Histórico

Em agosto de 2016, o Memorial publicou no Portal de Comunicação Interna – VOX o primeiro texto da Série Raio-X Histórico, a qual pretende resgatar a história das unidades judiciárias do 1º Grau de Jurisdição da 4ª Região, desde sua instalação até os dias atuais. Na primeira postagem da série, foi disponibilizado ao público interno um infográfico referente à 1ª e à 2ª Varas do Trabalho de Porto Alegre, em formato atrativo e lúdico, com imagens e curiosidades. O *download* do material pode ser feito em: http://bit.ly/2avTBcn.

14. Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – Memojutra

O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul integra o Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho, o Memojutra. Neste Fórum, o Memorial é representado pelos integrantes da Comissão Coordenadora do Memorial. No ano de 2016:

- A Juíza Anita Job Lübbe foi eleita e empossada diretora da Região Sul na gestão 2017/2018 do Memojutra, aos dez dias do mês de agosto do ano de 2016, na Plenária do Memojutra, por ocasião do VIII Encontro Regional da Memória;
- A Juíza Anita integrou ainda, as Câmaras Técnicas de *Publicidade da Memória Trabalhista* e de *Gestão da Memória e Pesquisa do Memojutra;*
- O Desembargador João Paulo Lucena presidiu a Câmara Técnica de *Preservação dos Processos Eletrônicos* do Memojutra*;*
- A Desembargadora Denise Maria de Barros presidiu a *Câmara Técnica de Gestão e Descrição Documental* do Memojutra;

15. Representação do TRT4 na Câmara Setorial sobre Arquivos do Judiciário do Conarq

Em 2016, a Desembargadora Magda Barros Biavaschi, que integrava a Câmara Setorial sobre Arquivos do Judiciário do Conarq, o Conselho Nacional de Arquivos, solicitou o seu desligamento.

16. Visita do Desembargador Cassio Colombo, do TRT da 9ª Região – PR

No dia 5 de setembro de 2016, o Memorial recebeu a visita do Desembargador Cassio Colombo, integrante do TRT da 9ª Região (Paraná) e Presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental daquele TRT. O Desembargador foi recepcionado pelo Desembargador João Paulo Lucena e pela Juíza Anita Job Lübbe, que lhe explicaram o funcionamento e a importância do setor.

17. Visita de estudante norte-americano

Em agosto de 2016, o Memorial recebeu a visita do estudante estadunidense Cody Alexander Williams, da Universidade de Oklahoma, nos Estados Unidos, com o fim de mapear as possibilidades de pesquisa para um projeto de mestrado sobre a história intelectual de acidentes

de trabalho e o corpo trabalhador no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, relativos ao período de 1930 a 1990.

Em sua primeira visita ao Memorial, o estudante veio acompanhado do Professor Benito Bisso Schmidt, Historiador Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, para discutir as várias coleções que o Memorial oferece.

Além dele, o acervo do Memorial serviu de base para outros 9 pesquisadores que analisaram a documentação no decorrer do ano.

18. Disponibilização das exposições do Memorial nos corredores do Arquivo

Em agosto de 2016, o Arquivo de processos trabalhistas de Porto Alegre e o Memorial da JT no Rio Grande do Sul, em parceria, passaram a disponibilizar materiais utilizados em exposições antigas promovidas pelo TRT4 nos corredores do setor. Até então, a entrada do Arquivo ficava vazia, sendo composta apenas por algumas cadeiras e uma mesa para análise de processos. A partir de agora, ela é decorada com painéis de exposições antigas e alguns objetos pertencentes ao Acervo do Memorial e que retratem não apenas a história da Instituição, mas também a dos processos que por ela tramitaram.

Os painéis escolhidos para dar início à iniciativa ilustram a trajetória de Arnaldo Sussekind. A exposição, que esteve em andamento em novembro de 2011, conta a história desse personagem fundamental da história de nosso País, e que, além de um mestre, foi um genuíno artífice do Direito do Trabalho Brasileiro.

A tendência é que, com o passar do tempo, novas mostras sejam disponibilizadas no local, de maneira que o espaço possa estar sempre informando e chamando as pessoas a refletirem sobre a história.

19. Exposição *Acervo: Doações 2016*

O Memorial promoveu, de 12 de setembro a 30 de outubro de 2016, a exposição *Acervo: Doações 2016*, por meio da qual foram homenageados os colaboradores do Memorial no ano de 2016: as desembargadoras Cleusa Regina Halfen e Vânia Maria Cunha Mattos; os juízes do Trabalho Cláudio Ost e André Ibaños; a advogada Maria Cristina Carrion Vidal de Oliveira e o advogado Gabriel Núñez, filho de Victor Douglas Núñez, falecido em 2015; os servidores Geraldo Cruz Teixeira, Lério Volmir Kussler, Daniela Cristina Silva da Silva e Luiz Fernando Taborda Celestino, e o pesquisador Alisson Droppa.

20. Participação na 10ª Primavera dos Museus

Em 2016, eventos do Memorial integraram a programação da 10ª Primavera dos Museus, evento nacional que acontece anualmente no início da Primavera, quando museus brasileiros, convidados pelo Ibram – Instituto Brasileiro de Museus, desenvolvem uma programação especial, organizada de acordo com o tema escolhido para aquele ano. Em 2016, o tema da Primavera dos Museus foi “Museus, Memórias e Economia da Cultura”.

Durante a Primavera dos Museus, o Memorial promoveu, no dia 22 de setembro, o Seminário “Pesquisas Históricas em Processos da Justiça do Trabalho”, ocasião em que foram

apresentados à comunidade o Guia do Acervo do Memorial e o Dicionário Histórico-Biográfico da Magistratura Trabalhista Gaúcha. Quatro pesquisadores também falaram sobre pesquisas que realizaram utilizando por base o Acervo de Processos do TRT4 e que resultaram em monografias e dissertações de mestrados. O evento ocorreu na sede da Escola Judicial deste Tribunal.

Além disso, de 21 a 23 de setembro a sede do Memorial (Rua General João Telles, nº 369 – 2º andar) esteve aberta à visitação, das 11h às 18h, para visitas monitoradas individuais ou para grupos de até 10 pessoas.

21. Participação no XI Encontro Institucional da Magistratura

Durante a programação do XI Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho da 4ª Região, evento organizado anualmente pela Escola Judicial, o Memorial exibiu aos participantes do Encontro o documentário *Magistratura Trabalhista Gaúcha: Origem e Trajetória.*

No mesmo evento, foi lançado o Dicionário Histórico-Biográfico da Magistratura Trabalhista da 4ª Região, importante projeto do Memorial que teve duração de 5 anos e que apresenta, em forma de verbetes, a biografia de todos os magistrados que atuaram na 4ª Região no período de 1941 a 1976, data em que o estado de Santa Catarina deixou de ser jurisdicionado pelo TRT da 4ª Região.

Tanto a pesquisa, quanto a organização do conteúdo e a diagramação do Dicionário foram feitas pelo Memorial.

Ainda em 2016, foi iniciada a contratação da impressão de 1.000 (mil) cópias impressas do Dicionário, as quais se estima que estejam disponíveis à distribuição já no primeiro semestre de 2017.

22. Exposição *Juízes Classistas Gaúchos: Origem e Trajetória*

Em 21 de novembro de 2016, o Memorial inaugurou a Exposição *Juízes Classistas Gaúchos: Origem e Trajetória*, no saguão do prédio-sede do TRT da 4ª Região/RS. O evento integrou a Série Registros.

Além das atividades descritas acima, o Memorial desempenhou, ainda, as seguintes:

- A Comissão Coordenadora do Memorial esteve representada pelo Desembargador João Paulo Lucena e pela Juíza Anita Job Lübbe na reunião do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – Memojutra em reunião realizada por videoconferência em março de 2016.
- No dia 8 de março de 2016, a Comissão Coordenadora, representada pelo Desembargador João Paulo Lucena e pela Juíza Anita Job Lübbe, visitou o Depósito Centralizado de Porto Alegre com o intuito de verificar as condições de armazenamento dos processos trabalhistas no local.
- A Comissão Coordenadora realizou reuniões mensais com os servidores do Memorial para discussão e aprovação de todos os projetos em andamento, respectivamente nos dias 15 de fevereiro, 15 de março, 20 de maio, 14 de junho, 18 de agosto e 16 de dezembro.

- Em julho de 2016, a Comissão Coordenadora do Memorial apresentou a Série Registros aos avaliadores do Prêmio Innovare.
- Em 2016, o Memorial intensificou a atividade em sua página no Facebook, com o intuito também em divulgar a história que preserva. Nesse ano, o número de seguidores passou de aproximadamente 400 para mais de 1.000. Entre trechos de entrevistas gravadas em vídeo para a Série Registros, notícias de interesse da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, destacam-se também as postagens das séries Você Sabia? e Noutros Tempos. Além disso, toda sexta-feira é postada a #Reflexão, que traz, em curtas linhas, pensamentos de personalidades de renome relacionadas ao mundo do Trabalho, à História e à preservação documental, para encerrar a semana.
- Ainda em 2016, foram entrevistadas 7 pessoas que, ao longo de suas trajetórias profissionais, tiveram relação com a Escola Judicial do TRT da 4ª Região. Essas entrevistas marcam uma nova etapa da Série Registros que tem por objetivo captar depoimentos que comporão um documentário sobre a Escola.

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

A Secretaria-Geral Judiciária – Segjud, no exercício de 2016, visando ao bom andamento dos processos no âmbito do Tribunal, realizou a coordenação, a orientação, a direção e o controle dos serviços prestados pelas Secretarias do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e de Dissídios Coletivos, das duas Seções de Dissídios Individuais, da Seção Especializada em Execução, das onze Turmas Julgadoras e da Secretaria Processual, bem como das seguintes Unidades Judiciárias: Coordenadoria de Cadastramento Processual, Coordenadoria de Traslados e Certidões, Coordenadoria de Precatórios, Coordenadoria de Recursos e Assessoria de Recurso de Revista.

Manteve a prática regular de reuniões mensais com as unidades judiciárias, a fim de verificar as necessidades e promover a padronização de procedimentos e a disseminação de informações procedimentais e de boas práticas. Buscando dar impulso e maior agilidade às demandas relacionadas aos sistemas informatizados do Tribunal, a Secretaria-Geral Judiciária manteve contato direto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal, contando com grupo de servidores dedicado a essa atividade. Exerceu também a coordenação das atividades do Serviço de Apoio aos Gabinetes (Saga), instituído pela Portaria nº 3.486/2009 (alterada pela Portaria nº 8.561/2015), e realizou a manutenção do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) e do Sistema Hermes (Malote Digital), relativamente ao segundo grau.

A Secretaria-Geral Judiciária prestou esclarecimentos às partes, aos procuradores, aos advogados e aos alunos visitantes sobre os trâmites processuais e o funcionamento do Tribunal e da Justiça do Trabalho. Em colaboração com a Secretaria de Gestão de Pessoas, participou do Programa de Ambientação de novos servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Integrar-te).

No cumprimento das determinações emanadas pelo Gestor Regional das Metas de Nivelamento do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, prestou auxílio no cumprimento das Metas Nacionais estabelecidas para o ano de 2016, aprovadas no IX Encontro Nacional do Judiciário, em Brasília/DF. A Secretaria-Geral Judiciária prestou informações e dados relativamente às metas 1 (Julgar mais processos que os distribuídos no exercício), 2 (Identificar e julgar, até 31.12.2016, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014, no 1º Grau e no 2º Grau), 6 (Identificar e julgar, até 31.12.2016, as ações coletivas distribuídas até 31.12.2014, no 2º Grau) e 7 (identificar e reduzir o acervo dos dez maiores litigantes em 2% em relação ao ano anterior).

Em todos os períodos indicados, a Secretaria-Geral Judiciária contribuiu com subsídios para a elaboração de relatório circunstanciado, conforme estabelecido no art. 4º da Resolução nº 95/2009, do Conselho Nacional de Justiça.

O Secretário-Geral Judiciário, sua assessoria e os demais integrantes do gabinete mantiveram-se designados membros das Comissões de Avaliação de Documentos, de Avaliação de Desempenho Funcional, bem como do Comitê de Gestão Estratégica (Portaria nº 2.775/2011, alterada pela Portaria nº 433/2014), tendo participado de diversos eventos institucionais. Ainda, integraram o Grupo Gestor Regional das Tabelas Unificadas de Classes, Assuntos e Movimentação Processuais, já integralmente implementadas, e que foram aperfeiçoadas ao longo

do ano, e permanecem participando da validação dos dados do novo módulo estatístico “e-Gestão”.

Também participou do Comitê Gestor Regional de Implantação do PJe-JT (Portarias nº 5.370/2012, alterada pela Portaria nº 5.582/2014), a Comissão de Informática do Tribunal e a Comissão de Movimentação de Servidores (Portaria nº 2.866/2016).

Atuaram, também, nos grupos de trabalho envolvendo a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, na condição de administradores do sistema, realizando o cadastramento e manutenção dos Órgãos Julgadores e Órgãos Julgadores Colegiados, registros de competências de magistrados e validação de cadastros de advogados, homologação de versão do sistema para posterior implementação, bem como a participação em todos os Plantões Judiciais, dentre outras atividades correlatas. Ainda, a Secretaria-Geral Judiciária trabalhou na elaboração e revisão dos regulamentos envolvendo o trâmite do Sistema PJe-JT no 2º Grau, na homologação das novas versões dessa ferramenta, e no treinamento do público interno e externo, prestando esclarecimentos aos usuários sobre o andamento processual nessa plataforma, inclusive no tocante às rotinas para processamento dos recursos de revista e agravos de instrumento em recurso de revista para encaminhamento ao Tribunal Superior do Trabalho.

Com a edição da Lei nº 13.015/2014, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho, bem como a publicação da Resolução TST nº 195/2015, que aprovou a Instrução Normativa nº 37/2015, que regulamentou os procedimentos em caso de Incidentes de Uniformização de Jurisprudência no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho – suscitados na forma do § 4º do art. 896 da CLT –, a Secretaria-Geral Judiciária atuou na análise de fluxo e parametrização dos sistemas de informática com vistas a identificação, controle e movimentação de processos sobrestados em razão de temas submetidos à uniformização.

O Secretário-Geral Judiciário apresentou minutas de portarias, provimentos e resoluções administrativas, sugeriu alterações regimentais e elaborou propostas de despachos à Presidência, e, por delegação, deu andamento a processos judiciários e administrativos que tramitam no Tribunal, buscando dar suporte à Administração, aos magistrados e aos servidores em relação à qualificação e à celeridade na entrega da prestação jurisdicional. Entre os projetos apresentados e implementados no exercício, destaca-se a digitalização dos processos físicos encaminhados ao Tribunal e o respectivo cadastramento no sistema do Processo Judicial Eletrônico pelo módulo de Cadastro de Liquidação e Execução – CLE.

A seguir, a movimentação de processos na Secretaria-Geral Judiciária em 2016:

PROCESSOS FÍSICOS

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL TOTAL	
Saldo em 2015	0
Processos Recebidos	797
Processos Despachados	709
Analisados e devolvidos sem despacho	88
Saldo para 2017	0

NÚMERO DE DESPACHOS POR AUTORIDADE PROLATORA	
Presidente	44
Vice-Presidente	151
Secretário-Geral Judiciário	514
Total	709

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL EXCLUSIVA DA SEGJUD	
Saldo em 2016	0
Processos recebidos para despacho do Secretário-Geral Judiciário	548
Processos despachados pelo Secretário-Geral Judiciário	514
Processos analisados e devolvidos sem despacho	34
Saldo para 2017	0

PROCESSOS ELETRÔNICOS

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL TOTAL	
Saldo em 2015	0
Processos recebidos	58
Processos despachados	58
Analisados e devolvidos sem despacho	0
Saldo para 2017	0

NÚMERO DE DESPACHOS POR AUTORIDADE PROLATORA	
Presidente	12
Vice-Presidente	46
Secretário-Geral Judiciário	0
Total	58

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, DO ÓRGÃO ESPECIAL E DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Em 2016, a Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos desenvolveu as seguintes atividades:

- Cumpriu os despachos exarados pela Presidência do Tribunal e pelos relatores nos processos de competência originária do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, bem como os despachos exarados pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência da SDC, e pelos Desembargadores integrantes da Seção;
- Registrou no sistema de acompanhamento processual os dados e as informações inerentes à tramitação dos processos, quanto aos processos em meio físico, bem como fez os devidos encaminhamentos em relação aos processos que tramitam no Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT;
- Encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- Providenciou a publicação das decisões e dos despachos no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Organizou as sessões e solenidades, as pautas das sessões de julgamento, confeccionou as respectivas certidões, lavrou as atas, realizou as degravações necessárias e publicou os acórdãos;
- Realizou os serviços pertinentes às audiências conciliatórias, por meio da expedição de notificações, da publicação de despachos, da juntada de petições e documentos, da organização da pauta e da prestação de informações aos procuradores, às partes e aos demais setores do Tribunal;
- Realizou os serviços pertinentes às audiências de mediação;
- Compilou e encaminhou para publicação, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, as Resoluções Administrativas editadas pelo Órgão Especial e pelo Tribunal Pleno;
- Encaminhou para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho a constituição das Turmas, das Seções Especializadas e do Órgão Especial (art. 17, § 2º, do Regimento Interno);
- Informou mensalmente ao setor competente a frequência dos Juízes convocados para atuar no Tribunal;
- Manteve atualizados no *site* do Tribunal a composição dos órgãos julgadores, as Súmulas, as Teses Jurídicas Prevalecentes e as Resoluções Administrativas;
- Prestou atendimento às partes e aos procuradores;
- Cumpriu plantão e sobreaviso diário após o expediente normal (das 18 às 10 horas) e nos finais de semana, feriados e no recesso;

SECRETARIA DA 1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

No exercício de 2016, a Secretaria da 1ª Seção de Dissídios Individuais desenvolveu as tarefas a seguir relacionadas:

- Organizou as pautas das sessões de julgamento;
- Confeccionou as respectivas certidões de julgamento;
- Registrou as decisões em ata;
- Cumpriu as decisões e determinações do Presidente e dos demais integrantes da Seção;
- Registrou, nos sistemas de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT, dados e informações relativas à tramitação dos processos distribuídos aos Desembargadores que integram a Seção;
- Publicou as decisões, os despachos e as pautas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Elaborou editais de citação, notificação e intimação e encaminhou-os para os devidos fins;
- Validou os dados estatísticos mensais constantes no sistema e-Gestão;
- Prestou atendimento aos públicos interno e externo;
- Expediu alvarás de soltura, salvo-condutos, ofícios, notificações, citações, intimações, cartas de ordem e cartas precatórias;
- Promoveu a cobrança das custas processuais;
- Expediu intimações e editais referentes aos processos em que publicou acórdãos;
- Encaminhou processos à consideração do Presidente da Seção;
- Encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- Cumpriu plantão ou sobreaviso diário após o expediente normal (das 18 às 10 horas), e nos finais de semana, feriados e recesso;
- Elaborou escalas de plantão.

SECRETARIA DA 2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

No exercício de 2016, a Secretaria da 2ª Seção de Dissídios Individuais desenvolveu as tarefas a seguir relacionadas:

- Organizou as pautas das sessões de julgamento;
- Confeccionou as respectivas certidões de julgamento;
- Registrou as decisões em ata;
- Cumpriu as decisões e determinações do Presidente e dos demais integrantes da Seção;

- Registrou, nos sistemas de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT, dados e informações relativos à tramitação dos processos distribuídos aos Desembargadores que integram a Seção;
- Publicou as decisões, os despachos e as pautas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Elaborou editais de citação, notificação e intimação e encaminhou-os para os devidos fins;
- Validou os dados estatísticos mensais constantes no sistema e-Gestão;
- Prestou atendimento aos públicos interno e externo;
- Expediu ofícios, notificações, citações, intimações, cartas de ordem, cartas precatórias, cartas rogatórias e alvarás;
- Expediu intimações referentes aos processos em que publicou os acórdãos;
- Ordenou os processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- Encaminhou processos à consideração do Presidente da Seção, elaborando as propostas de despachos na fase de execução;
- Encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- Controlou custas e todos os procedimentos nos processos em fase de execução;
- Cumpriu plantão ou sobreaviso diário após o expediente normal (das 18 às 10 horas), e nos finais de semana, feriados e no recesso.

SECRETARIA DA SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

Em 2016, a Secretaria da Seção Especializada em Execução desempenhou as seguintes atividades:

- Recebeu e encaminhou processos aos desembargadores, aos juízes convocados e demais Serviços do Tribunal, à Procuradoria Regional do Trabalho e às unidades judiciárias do 1º Grau, com os registros dos respectivos movimentos no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- Deu cumprimento aos despachos exarados pelos Relatores, com certidão nos autos e registro no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- Conferiu os processos para inclusão em pauta;
- Organizou as pautas das sessões de julgamento aprovadas pelo Presidente da Seção, verificando impedimentos e afastamentos de magistrados;
- Lançou os movimentos correspondentes no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT, inclusive para fins de geração dos dados estatísticos no sistema e-Gestão, e elaborou as certidões respectivas para juntada aos autos;
- Registrou no sistema informatizado os pedidos de sustentação oral formulados pelas partes;
- Elaborou as certidões de julgamento;
- Registrou as decisões em ata;

- Providenciou a publicação das decisões e dos despachos na imprensa oficial e expediu notificações às partes e aos órgãos oficiais por intermédio de Oficial de Justiça;
- Imprimiu e juntou aos autos os acórdãos assinados digitalmente em sessão e as respectivas certidões de publicações;
- Ordenou e elaborou listagem dos processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- Registrou no sistema de acompanhamento processual os andamentos dos processos distribuídos aos magistrados que compõem o Órgão Julgador;
- Recebeu petições e ofícios e os encaminhou aos Desembargadores, com os registros dos movimentos respectivos no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- Providenciou a publicação das Orientações Jurisprudenciais editadas pelo Órgão Julgador no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Prestou atendimento aos procuradores e às partes e entregou autos em carga, bem como solicitou sua devolução, quando ultrapassado o prazo legal.

SECRETARIAS DAS TURMAS JULGADORAS

Em 2016, as Secretarias das Turmas Julgadoras desempenharam as seguintes atividades:

- Receberam e encaminharam processos aos Desembargadores, aos Juízes Convocados e aos serviços do Tribunal, à Procuradoria Regional do Trabalho e às unidades judiciárias do 1º Grau, com os registros dos movimentos respectivos no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- Cumpriram despachos exarados pelos Desembargadores das Turmas Julgadoras, com certidão nos autos e registro no sistema de acompanhamento processual;
- Conferiram os processos para inclusão em pauta;
- Organizaram as pautas das sessões de julgamento, com a aprovação dos respectivos Presidentes de Turma, verificando impedimentos e afastamentos de Magistrados;
- Lançaram os movimentos correspondentes no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT e geraram as certidões respectivas para juntada aos autos;
- Registraram no sistema os pedidos de sustentação oral formulados pelas partes;
- Elaboraram as certidões de julgamento;
- Registraram as decisões em ata;
- Providenciaram a publicação das decisões e dos despachos na imprensa oficial e expediram notificações às partes e aos órgãos oficiais por intermédio de Oficial de Justiça;
- Imprimiram e juntaram aos autos os acórdãos assinados digitalmente em sessão e as certidões de publicações respectivas;

- Ordenaram e elaboraram listagem dos processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- Registraram no sistema de acompanhamento processual os andamentos dos processos distribuídos aos Desembargadores que compõem as Turmas Julgadoras;
- Receberam petições e ofícios e os encaminharam aos Desembargadores, com os registros dos andamentos respectivos no sistema de acompanhamento processual;
- Prestaram atendimento aos procuradores e às partes e entregaram autos em carga, bem como solicitaram sua devolução, quando ultrapassado o prazo legal;
- Realizaram os lançamentos no sistema informatizado NovaJus4 e no Sistema PJe-JT para a coleta de dados estatísticos baseados no sistema e-Gestão.

ASSESSORIA DE RECURSO DE REVISTA

A Assessoria de Recurso de Revista desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades no ano de 2016:

- Assessoramento à Administração do Tribunal quanto à análise dos pressupostos de admissibilidade dos recursos de revista e de petições correlacionadas;
- Verificação de processos em que há necessidade de cumprimento de determinações de sobrestamento em virtude de incidentes de uniformização de jurisprudência, incidentes de recursos de revista repetitivos ou incidentes de recursos de demandas repetitivas;Distribuição semanal de processos aos assistentes, com acréscimo de 15% para os que laboram em sistema de teletrabalho;
- Triagem dos processos que necessitam complementação do pagamento de custas processuais ou regularização da representação processual, diante das determinações contidas no novo Código de Processo Civil e orientações do Tribunal Superior do Trabalho;
- Elaboração de propostas de despachos relativos à admissibilidade prévia dos recursos de revista, petições diversas tanto no meio físico como no meio eletrônico (Sistema PJe-JT);Elaboração de planilhas de produtividade e apresentação de dados estatísticos baseados nos sistemas e-Gestão e e-Recurso, com projeções para o cumprimento de metas para contenção do resíduo processual;Inserção, no sistema informatizado (Nova-Jus4 e e-Recurso), de informações relativas ao andamento de processos conclusos para propostas de despachos e posteriormente encaminhados para publicação, bem como de diligências realizadas;Realização de pesquisas junto a outros Tribunais Regionais Superiores a fim de atualizar posicionamentos, sempre visando à uniformização da jurisprudência;Divulgação do trabalho realizado pela Assessoria a outros setores do Tribunal, notadamente os da área judiciária;Prestar informações e elaborar manifestação em Incidentes de Uniformização de Jurisprudência;Elaborar propostas de despachos em processos que retornaram do TST para Uniformização de Jurisprudência e daqueles sobrestados pela Vice-Presidência, após a edição de Súmula Regional;Participação de reuniões e encontros no âmbito regional para atualização de jurisprudência e de conhecimento de inovações tecnológicas que envolvem a elaboração do trabalho no setor.

ESTATÍSTICO DE PRODUTIVIDADE DA ASSESSORIA DE RECURSO DE REVISTA
ANO DE 2016

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM RECURSOS DE REVISTA – LEGADO			
Recursos interpostos			14.658
Processos conclusos para despacho			13.352
Propostas de despachos	Recebidos	3.464	10.170
	Denegados	6.333	
	Baixados	147	
	Retorno TST	226	
Recursos que permanecem sobrestados em 31.12.2016			2.423
Recursos pendentes de análise			3.780

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	
Despachados	124

MANIFESTAÇÕES	
Incidentes de Uniformização de Jurisprudência	13

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM RECURSOS DE REVISTA NO PJe-JT			
Recursos interpostos no ano			21.781
Processos conclusos para despacho			24.086
Despachados	Recebidos	3.792	11.434
	Denegados	6.870	
	Baixados	634	
	Retorno TST	198	
Recursos que permanecem sobrestados em 31.12.2016			1.515
Despachos pendentes de análise			12.904

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	
Despachados	133

Observações:

1. Informações obtidas a partir do levantamento de dados fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Nova-Jus4, e-Rec e PJe-JT.

2. Os números referentes aos processos sobrestados, não representam a totalidade dos despachos de sobrestamento elaborados pela Assessoria no ano de 2016, mas apenas aqueles que permaneciam sobrestados em 31.12.2016;

3. Diante da ausência de programa auxiliar para o controle dos demais despachos realizados na Assessoria no Sistema PJe-JT, nos processos do legado foram realizados 203 despachos diversos.

SECRETARIA PROCESSUAL

A Secretaria Processual, no cumprimento das determinações emanadas pela Secretaria-Geral Judiciária, atua na condução dos serviços de suporte às atividades judiciárias do Tribunal, na organização e na supervisão dos procedimentos para a correta instrução dos processos judiciais do Tribunal, contando com o apoio de suas Coordenadorias e Seções (Coordenadoria de Agravos e Certidões, Coordenadoria de Cadastramento Processual, Coordenadoria de Recursos, Seção de Perícias, Seção de Expedição e Seção de Digitalização).

A Secretaria, em 2016, submeteu processos e petições à apreciação da Presidente do Tribunal, por intermédio da Secretaria-Geral Judiciária, e foi responsável pelo processamento e envio da matéria judiciária de processos físicos do Tribunal para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Encaminhou, ainda, processos físicos ao Superior Tribunal de Justiça para apreciação de conflitos de competência suscitados por Turmas do Tribunal e Juízos das Varas do Trabalho. Efetuou a remessa de conflitos de competência, via sistema Malote Digital, suscitados em processos em tramitação nesta Justiça Especializada na plataforma PJe-JT.

Ainda em 2016, manteve a tarefa de cadastrar advogados no sistema informatizado do 2º Grau (NovaJus4), conforme solicitações recebidas das unidades judiciárias.

Em atenção ao Provimento Conjunto TST-CSJT nº 10/2010, respondeu pela remessa digitalizada de petições provindas do 1º e 2º Graus de jurisdição, atinentes aos processos em tramitação no Tribunal Superior do Trabalho.

Foi destinatária de documentos digitalizados pelas Varas do Trabalho, relativos à representação das partes nos processos em tramitação no 2º Grau, encaminhados de forma digital à caixa de correio eletrônica da Secretaria.

Diante das atribuições concedidas no Ofício Circular Secor nº 302/2011, cumpriu as diligências promovidas pelo Tribunal Superior do Trabalho nos autos eletrônicos em tramitação naquela Corte.

Concentrou a tarefa de entrega da relação de Pautas de Julgamento dos órgãos julgadores do 2º Grau ao representante da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região.

O movimento processual está expresso nos quadros elaborados pelas Coordenadorias e Seções que compõem a Secretaria, ao final deste Relatório.

COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL

A Coordenadoria de Cadastramento Processual é a unidade receptora de percentual significativo do movimento de expedientes judiciais e administrativos encaminhados ao TRT4.

A Coordenadoria de Cadastramento Processual é integrada pelas seguintes Seções: Seção de Protocolo, Seção de Apoio Processual, Seção de Classificação e Autuação, Seção de Distribuição, Seção de Triagem de Processos Arquivados e Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais.

Atividades da Coordenadoria de Cadastramento Processual:

- Coordenação administrativa das Seções vinculadas à Coordenadoria;
- Autuação de processos físicos originários;
- Autuação de Recursos Administrativos;
- Digitalização, criação do protocolo eletrônico de petições físicas de natureza administrativa e encaminhamento às Unidades de destino;
- Recebimento de processos físicos e dos arquivos eletrônicos dos processos baixados do TST, lançamento no sistema informatizado deste retorno e remessa aos locais de destino (Unidades do Tribunal ou Varas do Trabalho).

A seguir, as informações, por Seção, das atividades desenvolvidas em 2016. Os dados foram retirados dos sistemas informatizados do segundo grau de jurisdição.

Seção de Distribuição

A Seção de Distribuição, no ano de 2016:

- Recebimento diário de processos físicos recursais provenientes da Seção de Classificação e Autuação;
- Recebimento, às terças e sextas-feiras, de processos físicos recursais remetidos pela Procuradoria Regional do Trabalho;
- Recebimento de processos físicos oriundos das Secretarias dos Órgãos Julgadores;
- Identificação e vinculação dos processos físicos recursais aos seus relatores;
- Distribuição diária de processos físicos de competência recursal e originária;
- Impressão de capas, certidões e montagem dos processos distribuídos;
- Acompanhamento diário no sistema NJ4 das médias de processos distribuídos por magistrado;
- Inclusão de dados relativos a férias, afastamentos, licenças, impedimentos e/ou suspeição dos Desembargadores no sistema NJ4;
- Guarda e controle de entrega, aos respectivos gabinetes, de todos os processos distribuídos;
- Gestão do resíduo de processos aguardando distribuição nos períodos de férias dos Desembargadores;
- Recebimento dos agravos de petição digitalizados pela Seção de Classificação e Autuação. Particionamento dos arquivos e cadastro dos processos no PJe-JT pela ferramenta AutoCLE.

Dados da movimentação de processos físicos na Seção de Distribuição:

ANO	Número de processos
2016	22.564
2015	34.653
2014	50.843
2013	58.298
2012	56.005
2011	52.270
2010	48.436

Processos eletrônicos distribuídos após cadastro do AutoCLE: 1.116 (período compreendido entre 03.11.2016 e 31.12.2016).

Seção de Protocolo

A Seção de Protocolo, em 2016:

- Prestou informações sobre andamentos de processos;
- Recebeu, protocolou e encaminhou petições e expedientes, efetuando lançamentos no sistema informatizado do 2º Grau, quando pertinente, bem como o fez em relação aos requerimentos administrativos;
- 66,92% dos documentos protocolizados foram recebidos pelo sistema de peticionamento eletrônico.

MATÉRIA JUDICIÁRIA

RECURSOS PROTOCOLADOS	2014		2015		2016	
Recurso Ordinário ao TST	78		27		13	
Recurso de Revista	31.393		22.496		14.463	
Agravo de Instrumento ao TST	16.527		12.341		6.277	
Recurso Adesivo a RO e RR	RO	9	RO	2	RO	0
	RR	765	RR	335	RR	193
Embargos de Declaração	13.798		9.910		6.271	
Recurso Extraordinário	10		10		5	
TOTAL	62.580		45.121		27.222	

PETIÇÕES PROTOCOLADAS	2014	2015	2016
Contrarrazões a AI	10.319	6.444	3.896
Contrarrazões a RO	88	34	11
Contrarrazões a RR	11.173	6.781	3.213
Contrarrazões a RA	111	102	54
Outras	27.485	18.712	14.205

TOTAL	49.176	32.073	21.379

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

PETIÇÕES PROTOCOLADAS	2014	2015	2016
	1.267	195*	234*

** Dados referentes a documentos entregues pelo público externo, tendo em vista que os documentos de servidores e magistrados passaram a ser entregues diretamente nas Unidades Administrativas.*

Seção de Apoio Processual

Em 2016, a Seção de Apoio Processual:

- Recebeu os processos físicos das unidades publicadoras do 2º Grau de Jurisdição, para fins de controle dos prazos;
- Prestou atendimento às partes e aos procuradores durante o prazo recursal, fornecendo autos em carga ou disponibilizando-os para vista;
- Após o decurso do prazo, encaminhou os autos às Turmas Julgadoras, às Seções Especializadas, à Coordenadoria de Recursos, à Coordenadoria de Agravos e Certidões, à Seção de Digitalização e às Varas do Trabalho.

MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS		2014	2015	2016
Acórdãos publicados	Turmas	55.046	36.427	19.787
	SEEx	7.671	8.766	9.266
	Órgão Especial, 1ª SDI, 2ª SDI e SDC	220	142	111
Despachos	Recursos de revista	25.876	23.299	10.448
	Recursos ordinários	117	40	4
	Recursos adesivos	735	380	110
	Agravos de Instrumento em RR	0	0	4.821*
Outros despachos do Presidente		880	762	487
TOTAL		90.545	69.816	45.034

** A partir de 02.05.2016, os despachos dos processos com Agravo de Instrumento em Recurso de Revista passaram a ser disponibilizados na Seção de Apoio Processual.*

ATENDIMENTO DE PARTES E ADVOGADOS	2014	2015	2016
Atendimentos	12.952	10.175	8.018
Cargas	4.842	3.596	4.069
Cópias	14.257	9.286	6.838
Devolução de cargas	18.363	12.487	10.853
Devolução de cargas no Posto de Atendimento Integrado da Justiça do Trabalho (*Shopping* Praia de Belas) – PAI-JT	1.385	694*	0

** Últimos processos recebidos no PAI-JT em 18.12.2015*

Seção de Classificação e Autuação

Em 2016, a Seção de Classificação e Autuação:

- Recebeu, conferiu, autuou, classificou e cadastrou no sistema informatizado do 2º Grau processos físicos em grau recursal, oriundos das Varas do Trabalho da Capital e do Interior do Estado;
- Classificou, autuou e cadastrou processos de competência originária do Tribunal que tramitam em autos físicos;
- Separou e encaminhou processos físicos à Seção de Distribuição e à Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região;
- Efetuou retificações de autuação em processos físicos;
- Cadastrou precatórios e requisições de pequeno valor;
- Recebeu, registrou no sistema NovaJus4 e encaminhou para digitalização os Agravos de Petição e Agravos de Instrumento em Agravos de Petição para futura autuação na plataforma PJe-JT;
- Orientou e acompanhou atividades relativas à digitalização de processos realizadas por meio de trabalho terceirizado e encaminhou os autos físicos à origem.
- Conferiu e disponibilizou os arquivos dos processos digitalizados.

PROCESSOS AUTUADOS	2014	2015	2016
Agravo (AG)**	247	305	177
Agravo de Instrumento em Agravo de Petição (AIAP)	130	155	110
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (AIRR)	18.760	13.364	6.149
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário (AIRO)	460	295	183
Agravo de Petição (AP)	7.468	7.332	8.439
Agravo Regimental (AGR)**	88	100	52
Carta de Ordem (CARTORD)	00	05	01
Carta Precatória (CARTPREC)**	05	02	08
Carta Rogatória (ROGATO)	06	03	09
Cautelar Inominada (CAUINOM)**	61	41	29
Conflito de Competência (CC)	03	01	03
Consulta (CONS)**	27	29	16
Correição Parcial ou Reclamação Correicional (CORPAR)**	52	35	57
Exceção de Impedimento (EXCIMP)	00	00	01
Exceção de Suspeição (EXSUSP)	33	04	02
Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ)**	00	67	20

PROCESSOS AUTUADOS	2014	2015	2016
Oposição (OPOSIC)	01	00	00
Petição (PET)	637	550	302
Precatório (PRECAT)	1.654	1.504	1.632
Processo Administrativo (PA)**	11	03	8
Reclamação Disciplinar (RECLDISC)**	06	06	11
Recurso Administrativo (RECADM)**	69	16	12
Recurso Ordinário (RO)*	34.920	21.574	11.166
Recurso Ordinário/Reexame Necessário (RO/REENEC)	159	84	24
Requisição de Pequeno Valor (RPV)	362	289	411
Restauração de Autos (RESAUT)	01	00	00

** PP: São autuados pela Corregedoria*
** ROPS estão somados com os ROs*
**SIND: São autuadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas*
*** Classes autuadas pela Coordenadoria de Cadastramento Processual*

CANCELAMENTO DE AUTUAÇÕES	2014	2015	2016
	73	77	38

RETIFICAÇÕES DE AUTUAÇÕES	2014	2015	2016
	2.214	1.504	919

RETORNO DE DILIGÊNCIA	2014	2015	2016
	1.957	2.710	1.581

RETORNO DO TST E DO STF	2014	2015	2016
	18.876	24.310	15.360

RECEBIDOS PARA DIGITALIZAR	2014	2015	2016
	0	0	1.537

Seção de Triagem de Processos Arquivados

Em 2016, a Seção de Triagem de Processos Arquivados desenvolveu as seguintes atividades:

- Recebimento, cadastro e armazenagem no Depósito Centralizado de processos enviados pelas diversas Varas do Interior do Estado e pelo Arquivo de Porto Alegre.

- Atendimento de solicitações de autos efetuadas pela Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais (Arquivo) e Varas do Trabalho do Interior do Estado, efetuando a busca dos processos, os registros no sistema informatizado e a remessa aos destinos.
- Recebimento de processos devolvidos pelas unidades supracitadas, executando os registros no sistema informatizado e a guarda dos autos.
- Pesquisa, localização e remessa de processos ao Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios.

Processos Cadastrados	2014	2015	2016
	347.352	162.829	39.563

MOVIMENTAÇÃO	2014	2015	2016
Pedidos de vista	13.134	16.727	14.096
Pedidos de desarquivamento	17.841	12.724	8.422
Retorno de vista e desarquivamento	12.341	16.030	14.234
Remessa ao JACEP	-	-	1.884

PROCESSOS	2014	2015	2016
Processos armazenados	2.202.519	2.339.076	2.373.774
Processos em trânsito para vista	22.053	21.199	18.708
Processos desarquivados	35.572	41.930	48.385
TOTAL	**2.260.144**	**2.402.205**	**2.440.867**

Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais

Em 2016, a Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais desenvolveu as seguintes atividades:

- Recebimento, conferência, cadastro e armazenagem de processos enviados pelas Varas do Trabalho de Porto Alegre;
- Atendimento de solicitações de autos efetuadas por Varas do Trabalho de Porto Alegre, partes e advogados;
- Confecção de certidões, autenticações e cobranças de cargas.

ATIVIDADES	2014	2015	2016
Processos arquivados	32.583	22.751	16.597
Autenticações (número de folhas)	34.752	38.180	41.752
Certidões de eliminação de microfilme	09	16	12

ATIVIDADES	2014	2015	2016
Petições juntadas	2.749	3.140	3.131
Movimentação diária de lotes e processos	145	130	132
Processos transferidos ao depósito	13.458	22.754	19.921
Total do acervo	112.576	112.573	109.249

ATENDIMENTO AO PÚBLICO INTERNO	2014	2015	2016
Remessa para as Varas do Trabalho	4.652	3.440	3.763
Provenientes do Depósito	1.288	1.130	1.175
Provenientes do Arquivo	3.364	2.310	2.588

ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO	2014	2015	2016
Partes e Advogados no balcão	12.325	4.944	6.261
Provenientes do Depósito	2.328	1.130	1.661
Provenientes do Arquivo	6.037	2.310	4.600
Processos de listas remetidas por e-mail *	3.960	3.303	3.413
Cobrança de carga (ligação telefônica)	553	1.425	1.347
Ligações atendidas	-	-	10.800
E-mails respondidos	-	-	6.550

** Atendimento disponibilizado aos advogados que solicitam listas de processos, por e-mail, para minimizar o congestionamento no balcão de atendimento.*

COORDENADORIA DE RECURSOS

A Coordenadoria de Recursos, unidade integrante da Secretaria Processual, operacionaliza o processamento dos recursos de revista, por meio da Seção de Controle e Movimentação e da Seção de Publicação.

Constituem tarefas desempenhadas na unidade:Processar os recursos de revista e expedientes correlatos;Intimar as partes nos processos que tramitam na Coordenadoria e controlar prazos;Juntar petições e documentos aos processos em trâmite na Coordenadoria, verificando o seu protocolo;Lançar em sistema informatizado todas as informações referentes às custas recolhidas na fase do recurso de revista pelo Tribunal;Proceder ao encaminhamento de

processos para outras unidades do Tribunal e para o Tribunal Superior do Trabalho;Encaminhar processos à Origem;Cobrar as custas devidas nos processos cautelares;Emitir certidões;Retificar autuação de processos que tramitam na Coordenadoria.

Abaixo, seguem os dados da movimentação de petições e processos do legado na Unidade:

Recursos de Revista - Processos físicos	
Interpostos	14.658
Conclusos	13.352
Admitidos	3.464
Não admitidos	6.333
Baixados – acordo / desistência / fungibilidade	147
Pendentes – suspensos ou sobrestados	2.423
Pendentes – exceto suspensos ou sobrestados	3.780
TOTAL	**6.203**

Abaixo seguem dados da movimentação de recursos e processos eletrônicos do Sistema PJe-JT na Unidade em 2016:

Recursos de Revista – PJe-JT	
Interpostos	21.781
Conclusos	24.086
Admitidos	3.762
Não admitidos	6.870
Baixados – acordo / desistência / fungibilidade	634
Pendentes – suspensos ou sobrestados	1.515
Pendentes – exceto suspensos ou sobrestados	12.904
TOTAL	**14.419**

COORDENADORIA DE AGRAVOS E CERTIDÕES

O ano de 2016 foi marcado pela alteração significativa no processamento dos recursos de revista e, consequentemente, dos agravos de instrumento, notadamente em função da Lei nº 13.015/2014 e do impacto da vigência do novo Código de Processo Civil no Processo do Trabalho – moderado pelas Instruções Normativas 39 e 40 do TST. A análise exauriente dos assuntos objeto dos recursos de revista ampliou as hipóteses de interposição de agravo de instrumento, assim como abriu caminho para o tratamento rotineiro de embargos declaratórios em face de decisões de admissibilidade. Por outro lado, o sobrestamento de número significativo de processos para unificação de jurisprudência represou o exame de admissibilidade, representando fator de supressão na interposição de agravos.

O número de agravos de instrumento interpostos em processos eletrônicos em 2015 representou 20% do total daquele ano. Em 2016, os processos digitais representaram 52% do total. O resultado marca a inflexão para a nova realidade do processo trabalhista, mas também estabeleceu uma desafiadora convivência de duas sistemáticas diferentes de processamento.

O enfrentamento dessa nova realidade orientou a adoção do teletrabalho no âmbito da Coordenadoria. Foram designados três servidores para dedicação exclusiva aos processos eletrônicos com contribuição de 20% superior ao trabalho presencial. É possível notar que, ao longo de 2017, a proporção de processos eletrônicos aumentará consideravelmente, permitindo a análise da conveniência de aprofundar a utilização do teletrabalho.

A racionalização e unificação de procedimentos para o atendimento ao público externo foram os motivos para o deslocamento da disponibilização de processos à Seção de Apoio Processual. Até então, a vista de processos em prazo para contrarrazões de agravos de instrumento era realizada pela Seção de Certidões e Conferências, constituindo exceção aos demais prazos processuais do Tribunal, majoritariamente concentrados na Seção de Apoio Processual. A partir de abril de 2016, esse atendimento foi unificado aos demais, otimizando o atendimento ao público externo.

Seguem abaixo especificadas as atividades que couberam à Coordenadoria, seguidas daquelas pertinentes às unidades subordinadas:

- Orientar e supervisionar as atividades que envolvem o processamento dos agravos de instrumento, assim como aquelas relacionadas ao atendimento ao público;
- Receber e organizar os processos físicos com interposição de agravo de instrumento;
- Receber, organizar e juntar aos autos as petições de agravo de instrumento interpostos em processos físicos;
- Revisar os processos físicos e eletrônicos, para conclusão, certificando quando necessário;
- Minutar despachos (processos físicos e eletrônicos);
- Remeter os processos eletrônicos julgados pelo TST às Varas do Trabalho de origem.
- Expedir certidões narratórias de processos em tramitação no Tribunal.

Seção de Agravos de Instrumento

À Seção de Agravos de Instrumento coube o processamento dos agravos de instrumento, o que envolve as seguintes atividades:

- Publicar de imediato os despachos exarados nos processos eletrônicos;
- Imprimir e juntar aos autos os despachos relativos aos processos físicos;
- Publicar de imediato as decisões proferidas em processos físicos que apresentam também recurso de revista admitido e encaminhar os demais à Seção de Classificação e Autuação, para autuação como agravo de instrumento (Resolução Administrativa nº 1.418/2010, do TST);
- Receber e publicar os processos físicos autuados como agravo de instrumento advindos da Seção de Classificação e Autuação;
- Atualizar o cadastro de procuradores;
- Publicar despachos em geral, certificando nos autos;
- Expedir intimações;
- Expedir Editais, Cartas de Ordens e Cartas Precatórias;

- Revisar e organizar os autos dos processos físicos com decisões já publicadas, para futura disponibilização aos interessados;
- Receber, organizar, analisar e juntar petições nos autos dos processos físicos com decisões publicadas.

Seção de Certidões e Conferências

À Seção de Certidões e Conferências, responsável também pelo atendimento ao público, coube as seguintes atividades:

- Disponibilizar os processos físicos publicados pela Seção de Agravos de Instrumento, dando carga dos autos ou emprestando-os para extração de fotocópias;Revisar os processos eletrônicos com prazo vencido e remetê-los ao TST, com certidão a respeito dos recursos interpostos.
- Registrar os pedidos de certidões, cópias e autenticações formulados verbalmente pelo público;
- Expedir certidões negativas/positivas;
- Fornecer cópias autenticadas de acórdãos armazenados na Base de Acórdãos do sistema NovaJus4, assim como aqueles digitalizados e armazenados fora do sistema, em mídia CD;
- Conferir e autenticar cópias apresentadas pelas partes, quando extraídas de processos que tramitam no TRT;
- Calcular os emolumentos a cobrar no fornecimento de cópias, autenticações e certidões;
- Armazenar os comprovantes de recolhimento de emolumentos (GRU);
- Juntar petições nos processos físicos.

Seguem, por fim, os quadros com os dados numéricos relativos às atividades da Coordenadoria de Agravos e Certidões, incluindo o atendimento ao público e a movimentação processual.

ATENDIMENTO

	2014	2015	2016
Emolumentos recolhidos	R$ 6.930,55	R$ 6.922,62	R$ 7.733,78
Autenticações	2.731	1.366	308
Certidões expedidas	1.432	1.101	1.223
Cópias	1.175	171	479
Cópias autenticadas	152	637	44
Cargas e empréstimos	7.313	4.598	1.256

AGRAVOS DE INSTRUMENTO

	2014	2015	2016
Recebidos (físicos e eletrônicos)**	16.788 agravos	15.441 agravos	13.127
Despachados (físicos***)	15.219	11.518	6.279
Remetidos à origem (acordos, desistências, diligências, etc.)	121 processos (físicos)	73 (44 físicos e 29 eletrônicos) *	67 (14 físicos e 53 eletrônicos) *
Remetidos à Seção de Digitalização	15.774	11.567	6.832
Remetidos ao TST (físicos e eletrônicos) **	21.762	17.633	14.628

* *Dado obtido manualmente.*
** *Dados obtidos na ferramenta* Business Intelligence.
*** *Segundo informação da Setic, não há como obter dados estatísticos no PJe-JT.*

OUTROS

	2014	2015	2016
Conclusões (processos físicos) *	15.752	11.390	5.765
Publicações de despacho e intimações (postal, oficial de justiça, edital, carta de ordem, carta precatória) *	19.187	13.165	7.678

** Segundo informação da Setic, não há como obter dados estatísticos no Sistema PJe-JT.*

Seção de Perícias

Em 2016, foram recebidos 1.581 processos, e devolvidos às Varas Trabalhistas da Capital e do Interior ou ao Tribunal, 1.049 processos, acompanhados do respectivo laudo ou parecer técnico, alcançando um total de 33.112 análises de cunho técnico-científico – 17.625 exames grafoscópicos (de escritas) e 15.487 exames documentoscópicos (de documentos).

A Seção de Perícias encerrou o ano de 2016 com 551 processos aguardando pela concretização dos correspondentes exames periciais e elaboração de laudo. Deste total, 152 processos não possuem pauta designadas, e terão seus exames e laudos elaborados por ordem de chegada. Os demais 399 processos estão distribuídos de acordo com a pauta designada, atendendo o critério de enviar o laudo concluído à unidade requisitante com, no mínimo, 60 dias de antecedência.

Seção de Expedição

As atividades da Seção da Expedição, em 2016, estão demonstradas na tabela que segue.

Correspondências expedidas pelo TRT e pelas 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS (Simples e Remessa Local)	136.512
Correspondência registrada expedida ao/pelo e às/pelas 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS	19.941
Malotes enviados para o Interior do Estado	9.180
Malotes enviados para o STJ	09
Malotes enviados para o TRT da 2ª Região	24
Malotes enviados para o TST	53
Processos expedidos para as VTs do Interior	12.378
Processos expedidos às 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS	4.407
Processos expedidos ao/pelo Interior do Estado e às/pelas 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS (REM2)	13.195
Processos expedidos à Procuradoria	436

Seção de Digitalização

Em 2016, a Seção de Digitalização executou as seguintes atividades:

- Recebimento de autos;
- Triagem, certidão;
- Digitalização dos autos;
- Conferência dos arquivos digitais, certidão;
- Remessa à Secretaria Processual de autos para diligência prévia;
- Remessa dos arquivos eletrônicos ao TST;
- Envio/devolução de autos físicos à Origem.

DADOS EXTRAÍDOS DO SISTEMA NOVAJUS4: PERÍODO DE 07.01 a 19.12.2016

REM2 – à Seção de Digitalização: 10.297 autos
RETS – remessa eletrônica ao TST: 9.690 autos

No ano 2016, foram digitalizadas 9.885.504 páginas (frente e verso dos originais) aproximadamente.

O serviço de digitalização dos autos é terceirizado, conforme o Contrato com a

Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis/RS (Contrato TRT nº 61/2011, até o dia 25.07.2016, e Contrato TRT nº 54/2016 a partir do dia 26.07.2016). O serviço foi prestado por duas intérpretes e dezoito digitalizadores até 25.07, e por uma intérprete e cinco digitalizadores a partir de 26.07.2016.

DIRETORIA-GERAL

No âmbito de atuação da Diretoria-Geral, o ano de 2016 foi marcado pelos desafios advindos de situação orçamentária extremamente crítica. A Lei Orçamentária Anual de 2016, além de trazer expressivos cortes no orçamento, determinou o bloqueio de parte dos recursos como reserva de contingência. No primeiro semestre do ano, foram necessárias diversas adequações com o objetivo de reduzir os custos e assegurar o funcionamento do Tribunal. Posteriormente, no decorrer do exercício, houve a liberação de crédito extraordinário por meio de medida provisória, fato inédito para o TRT da 4ª Região, além do recebimento de recursos descentralizados e de suplementações orçamentárias. Essa situação exigiu nova série de readequações no planejamento de despesas, com o propósito de garantir um bom índice de execução orçamentária.

Em virtude da redução substancial ocorrida no orçamento de custeio e investimentos, o esforço conjunto de diversas unidades permitiu que fossem renegociados vários contratos, tais como os de locação de imóveis, vigilância, limpeza, recepcionistas, movimentação de processos, transporte de cargas, serviços postais, digitalização de processos, manutenção de instalações prediais e locação de estacionamento, com impacto mínimo no funcionamento do TRT4. Também foi necessário reduzir os gastos com diárias e passagens aéreas. As dificuldades e incertezas orçamentárias acarretaram, ainda, a redução nas licitações de obras civis.

Da mesma forma, como consequência da restrição na Lei Orçamentária Anual, durante o primeiro semestre de 2016, a redução dos contratos de estágio se mostrou inevitável. Esse panorama foi revertido no segundo semestre, após o aporte orçamentário, com a recomposição do quantitativo de estagiários.

Além disso, outro desafio a ser enfrentado foi a impossibilidade de novas nomeações de magistrados e servidores em vagas que implicassem aumento de despesas. Assim, apenas vagas derivadas de exonerações e vacâncias puderam ser preenchidas em um primeiro momento, situação que só foi alterada no segundo semestre, após autorização do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Ainda em decorrência da restrição orçamentária inicial, ficou inviabilizada a contratação de ações de capacitação na primeira metade do ano. A solução foi ampliar a oferta de opções na modalidade a distância, dentre as quais se sobressai o “Conexão Gestores”, evento inédito que contou com a participação ativa dos gestores do Tribunal e teve excelente recepção. Merece destaque também, pelo ineditismo, a realização simultânea do Encontro de Gestores e do Encontro Institucional da Magistratura, com eventos comuns a magistrados e servidores.

De fato, as dificuldades impostas pelo cenário orçamentário no ano de 2016 exigiram um novo olhar para as despesas realizadas e para os contratos mantidos pelo Tribunal, privilegiando a adoção de alternativas mais econômicas que devem ser mantidas nos próximos anos.

Outro aspecto a ser destacado no ano de 2016 é a atuação da Diretoria-Geral como Unidade Socioambiental do Tribunal, competência que lhe foi conferida pela Portaria TRT4 nº 1.996/2015. Em cumprimento às disposições da Resolução CNJ nº 201/2015, foi elaborado o Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRT4. Durante todo o ano, foram monitorados os resultados obtidos, e estes, encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça. O acompanhamento

dos indicadores que integram o PLS permitiu o desenvolvimento de ações sustentáveis concretas, a exemplo da substituição paulatina das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED.

Em adição, diversas ações no âmbito social e ambiental foram promovidas com sucesso no ano de 2016, em parceria com outras áreas do Tribunal, alcançando patamar inédito. Dentre elas, destacam-se: campanha de economia de energia; eventos alusivos à semana do meio ambiente com distribuição de mudas de plantas; campanha do agasalho e brechó para os terceirizados; consolidação da Campanha Descarte Seguro de Lixo Eletrônico; inauguração da Sala de Amamentação no Foro Trabalhista de Porto Alegre; reforma da sala dos terceirizados do Tribunal, no prédio-sede; campanha Outubro Rosa; exibição de filme infantil para os filhos de terceirizados em comemoração ao Dia das Crianças; lançamento do Projeto “De Bike para o Trabalho”; e campanha Natal Solidário.

Para finalizar, atendendo ao disposto no art. 39, inciso XXVII, do Regimento Interno do Tribunal, apresenta-se o quadro demonstrativo da execução orçamentária do exercício do ano de 2016.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2016

AÇÃO		DOTAÇÃO	EMPENHADO	*EMP/DOT*
GND 1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**1.300.912.991,00**	**1.295.867.250,37**	***99,6%***
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		**710.754.283,00**	**709.572.480,93**	***99,8%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	1.181.802,07	0,00	*0,0%*
3190 07	CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	197.331,05	197.331,05	*100,0%*
3190 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	699.689.903,96	699.689.903,96	*100,0%*
3190 16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.083.432,13	6.083.432,13	*100,0%*
3190 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.566.911,20	3.566.911,20	*100,0%*
3191 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	34.902,59	34.902,59	*100,0%*
CONTR. DA UNIÃO PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		**133.953.473,00**	**131.780.441,80**	***98,4%***
3191 00	APLICAÇÕES DIRETAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.173.031,20	0,00	*0,0%*
3191 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	131.760.844,08	131.760.844,08	*100,0%*
3191 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.597,72	19.597,72	*100,0%*
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES		**412.759.699,00**	**412.029.288,07**	***99,8%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	730.410,93	0,00	*0,0%*
3190 01	APOSENTADORIAS E REFORMAS	324.743.526,41	324.743.526,41	*100,0%*
3190 03	PENSÕES	80.795.119,04	80.795.119,04	*100,0%*
3190 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	453.367,30	453.367,30	*100,0%*
3190 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.037.275,32	6.037.275,32	*100,0%*
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL (PRECATÓRIOS)		**32.909.960,00**	**31.959.211,32**	***97,1%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	950.748,68	0,00	*0,0%*
3190 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	31.959.211,32	31.959.211,32	*100,0%*
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL (PRECATÓRIOS) NO RS		**879.686,00**	**872.376,14**	***99,2%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	7.309,86	0,00	*0,0%*
3190 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	872.376,14	872.376,14	*100,0%*
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL DE PEQUENO VALOR (PRECATÓRIOS)		**9.655.890,00**	**9.653.452,11**	***100,0%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	2.437,89	0,00	*0,0%*
3190 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	9.653.452,11	9.653.452,11	*100,0%*

AÇÃO		DOTAÇÃO	EMPENHADO	*EMP/DOT*
GND 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**180.506.199,39**	**177.835.117,23**	***98,5%***
APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO		**32.072.709,00**	**32.072.558,62**	***100,0%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	150,38	0,00	*0,0%*
3390 14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.464.043,19	2.464.043,19	*100,0%*
3390 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.357.864,36	1.357.864,36	*100,0%*
3390 32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	7.004,00	7.004,00	*100,0%*
3390 33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	397.851,13	397.851,13	*100,0%*
3390 35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	111.880,24	111.880,24	*100,0%*
3390 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	1.164.801,56	1.164.801,56	*100,0%*
3390 37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	9.667.349,68	9.667.349,68	*100,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	10.911.774,19	10.911.774,19	*100,0%*
3390 47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	52.444,73	52.444,73	*100,0%*
3390 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	733.690,69	733.690,69	*100,0%*
3390 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.155.371,80	5.155.371,80	*100,0%*
3391 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	15.280,04	15.280,04	*100,0%*
3391 47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	33.138,84	33.138,84	*100,0%*
3391 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	64,17	64,17	*100,0%*
APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO - EXTRAORDINÁRIO		**30.461.000,00**	**30.165.084,08**	***99,0%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	295.915,92	0,00	*0,0%*
3390 30	MATERIAL DE CONSUMO	804.796,11	804.796,11	*100,0%*
3390 32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.600,00	3.600,00	*100,0%*
3390 33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	32.483,75	32.483,75	*100,0%*
3390 35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	114.273,96	114.273,96	*100,0%*
3390 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	696.578,84	696.578,84	*100,0%*
3390 37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	11.796.185,79	11.796.185,79	*100,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	16.469.195,44	16.469.195,44	*100,0%*
3390 47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	47.740,77	47.740,77	*100,0%*
3390 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.223,70	3.223,70	*100,0%*
3390 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	195.881,93	195.881,93	*100,0%*
3391 47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	334,41	334,41	*100,0%*
3391 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	789,38	789,38	*100,0%*
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA		**24.176.750,00**	**24.066.813,07**	***99,5%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	109.936,93	0,00	*0,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	24.066.813,07	24.066.813,07	*100,0%*
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		**39.698.640,00**	**39.339.000,19**	***99,1%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	359.639,81	0,00	*0,0%*
3390 46	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	39.318.622,46	39.318.622,46	*100,0%*
3390 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.377,73	20.377,73	*100,0%*
AUXÍLIO-TRANSPORTE		**796.678,00**	**769.134,82**	***96,5%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	27.543,18	0,00	*0,0%*
3390 49	AUXÍLIO TRANSPORTE	769.134,82	769.134,82	*100,0%*
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR		**6.317.031,00**	**6.134.641,36**	***97,1%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	182.389,64	0,00	*0,0%*
3390 08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	6.130.296,06	6.130.296,06	*100,0%*
3390 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.345,30	4.345,30	*100,0%*
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE		**631.740,00**	**467.678,25**	***74,0%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	164.061,75	0,00	*0,0%*
3390 08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	466.594,16	466.594,16	*100,0%*
3390 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.084,09	1.084,09	*100,0%*

AÇÃO	*DOTAÇÃO*	*EMPENHADO*	*EMP/DOT*
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	**176.927,00**	**176.927,00**	***100,0%***
3390 30 MATERIAL DE CONSUMO	343,91	343,91	*100,0%*
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	76.234,52	76.234,52	*100,0%*
3391 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	100.348,57	100.348,57	*100,0%*
ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	**29.000.000,00**	**27.468.555,45**	***94,7%***
3390 00 APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	1.531.444,55	0,00	*0,0%*
3390 36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	22.759.034,12	22.759.034,12	*100,0%*
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	200.055,84	200.055,84	*100,0%*
3391 47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.509.465,49	4.509.465,49	*100,0%*
MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	**2.566.895,74**	**2.566.895,74**	***100,0%***
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	2.566.895,74	2.566.895,74	*100,0%*
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA Pje-JT	**197.534,47**	**197.534,47**	***100,0%***
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	197.534,47	197.534,47	*100,0%*
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS	**87.675,18**	**87.675,18**	**100,0%**
3390 14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	73.281,46	73.281,46	100,0%
3390 33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.246,27	4.246,27	100,0%
3390 36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	5.850,00	5.850,00	100,0%
3390 93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.297,45	4.297,45	100,0%
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA	**14.322.619,00**	**14.322.619,00**	***100,0%***
3390 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	14.322.619,00	14.322.619,00	*100,0%*
GND 4 - INVESTIMENTOS	**13.771.671,00**	**13.771.669,62**	***100,0%***
APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	**13.494.608,00**	**13.494.608,00**	***100,0%***
4490 30 MATERIAL DE CONSUMO	575,00	575,00	*100,0%*
4490 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	389.977,80	389.977,80	*100,0%*
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	34.624,47	34.624,47	*100,0%*
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.060.180,73	13.060.180,73	*100,0%*
4490 93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.250,00	9.250,00	*100,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE ERECHIM	**36.507,00**	**36.506,57**	***100,0%***
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	0,43	0,00	*0,0%*
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	36.506,57	36.506,57	*100,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE ESTRELA	**116.687,00**	**116.686,68**	***100,0%***
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	0,32	0,00	*0,0%*
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	116.686,68	116.686,68	*100,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE SANTO ÂNGELO	**123.869,00**	**123.868,37**	***100,0%***
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	0,63	0,00	*0,0%*
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	123.868,37	123.868,37	*100,0%*
TOTAIS:	**1.495.190.861,39**	**1.487.474.037,22**	**99,5%**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2016, em virtude da redução substancial ocorrida no orçamento de custeio e investimentos, a Secretaria de Administração empreendeu esforços na elaboração de estratégias capazes de solucionar a falta de recursos necessários ao funcionamento do TRT4. Foram apresentadas propostas e adotadas medidas com o objetivo de reduzir despesas e adequar o Tribunal à nova realidade orçamentária. Como exemplos de medidas levadas a efeito, é possível destacar a redução em contratos estimativos, de postos de trabalho e em despesas discricionárias, além da utilização mais eficaz de saldos inscritos em restos a pagar e da limitação de gastos em contratos cujos valores estão vinculados à demanda.

Após o recebimento do crédito extraordinário oriundo da Medida Provisória n° 740/2016, a Secretaria de Administração, em conjunto com as áreas demandantes, elaborou o Plano Geral de Aquisições, medida que possibilitou o acompanhamento efetivo dos procedimentos de compras e contribuiu para o atingimento de alto índice de execução do orçamento disponibilizado (91,51%). Com esse desempenho, o TRT4 obteve a segunda melhor posição em execução orçamentária entre os órgãos da justiça trabalhista.

O ano de 2016 também foi marcado pelo prosseguimento do projeto de criação de um sistema nacional de licitações. Por meio do Ato CSJT.GP.SETIC.CGGOV nº 185/2016, foi oficializado o grupo de trabalho destinado a conduzir as ações necessárias para implementação do Sistema de Licitações e Contratos – SILC. Por meio do trabalho realizado, foram elaborados Estudos Técnicos Preliminares – ETP, contendo o planejamento das ações, a descrição das necessidades e dos requisitos para implementação do sistema, bem como a demonstração de suas funcionalidades. Referido sistema passa, atualmente, pela fase de migração de dados e já se encontra em teste.

Por outro lado, merece destaque a realização de estudo para regulamentação, no âmbito do Tribunal, dos procedimentos relativos à apuração de prática de irregularidades por licitantes ou contratados e à aplicação de sanções administrativas decorrentes da Lei nº 8.666/1993. Esse estudo resultou na publicação da Portaria TRT4 nº 5.943/2016. Em conjunto com a Secretaria de Manutenção e Projetos, promoveu-se a padronização das cláusulas de sanções para obras e serviços de engenharia. Além disso, em atuação conjunta com a mesma Secretaria, foi proposta a alteração de dispositivos contratuais referentes a obras e serviços de engenharia, contribuindo para o aprimoramento dos editais e contratos.

Também foi ampliada a utilização do Sistema Ateste, regulamentado pela Portaria TRT4 nº 4.740/2014. O uso desse sistema permitiu o ateste dos serviços de fornecimento de energia elétrica e água, por meio eletrônico, pelos gestores das unidades.

No âmbito do cumprimento de diversas recomendações do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, houve a implantação de procedimento de controle nas contratações de tecnologia da informação e comunicações, de forma a atender o estabelecido na Resolução CNJ nº 182/2016. Foram elaborados estudos comprovando o cumprimento de decisão acerca da escolha dos prestadores de serviços bancários e de crédito nos espaços físicos do Tribunal. Ainda, foi implementada rotina para criação do Ordenador de Despesas no âmbito da Escola Judicial, em atenção aos termos da Resolução CNJ nº 159/2012.

Destaca-se, igualmente, o julgamento de regularidade das contas do TRT4 referentes aos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014, pelo Tribunal de Contas da União, dando quitação plena aos respectivos responsáveis. Tal fato evidencia o comprometimento e seriedade dos agentes envolvidos com a gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito do TRT da 4ª Região.

No que se refere à responsabilidade socioambiental, a Secretaria de Administração prestou auxílio ao projeto "De Bike para o Trabalho", à iluminação alusiva ao "Outubro Rosa", além de ter adotado dois novos critérios de sustentabilidade nas contratações. Procedeu à apuração dos resultados do "Concurso Desafio Sustentável 2015", identificando as unidades vencedores e providenciando a premiação. Além disso, atuou na aquisição de purificadores de água, com o objetivo de substituir os galões anteriormente utilizados, e jarras de vidro para armazenamento. No final de 2016, 90,90% das unidades já estavam com o filtro instalado, e o percentual chegará a 100% dentro do prazo estabelecido pelo Plano de Logística Sustentável. Ainda relacionado ao PLS, foram superadas as metas de 2016 referentes à redução no consumo de papel e *toner* (meta – 13%; atingido – 26,49% e 24,63%, respectivamente).

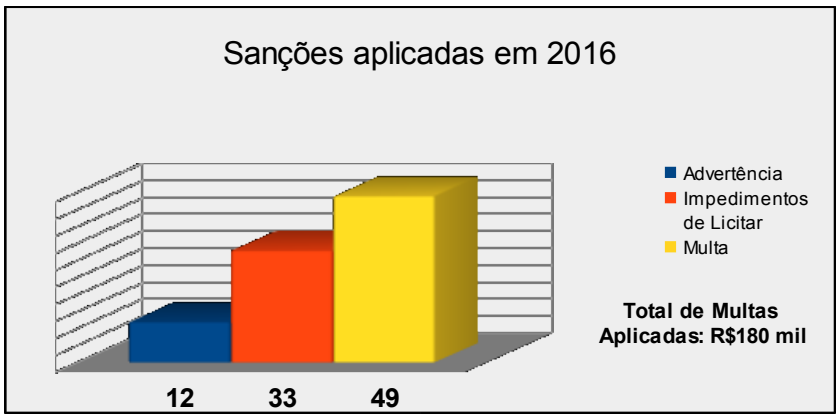
A Secretaria de Administração é constituída pela Seção de Apoio Jurídico e Análise de Sanções, pela Seção de Apoio Técnico e Administrativo, que lhe são diretamente vinculadas, e pelas Coordenadorias de Contabilidade, de Planejamento, de Material e Logística e de Licitações e Contratos. As realizações dessas unidades, no ano de 2016, estão apresentadas a seguir.

Seção de Apoio Jurídico e Análise de Sanções

A Seção de Apoio Jurídico e Análise de Sanções realizou, no ano de 2016, 36 importantes pesquisas jurídicas com base em legislação, doutrina e jurisprudência, com o objetivo de elucidar dúvidas e apresentar soluções para questões da própria Secretaria de Administração, de suas Coordenadorias e de outras unidades do TRT, contribuindo significativamente para o planejamento das áreas requisitantes.

Devido à significativa redução orçamentária havida no exercício de 2016, esta Seção colaborou com a análise jurídica da viabilidade de alterações contratuais para supressões de serviços terceirizados e de tecnologia da informação, bem como posteriores acréscimos efetuados aos referidos contratos.

A Seção atuou, também, na apuração de penalidades administrativas aplicáveis aos licitantes e contratados por descumprimentos ocorridos nas fases de licitação e execução dos contratos. Em decorrência de sua atuação, foram aplicadas 94 sanções, divididas conforme o gráfico abaixo.



Seção de Apoio Técnico e Administrativo

À Seção de Apoio Técnico e Administrativo incumbiu pesquisar e acompanhar legislação, doutrina e jurisprudência sobre matéria orçamentária, financeira, licitações, contábil, dispensa, inexigibilidade, gestão e fiscalização de contratos, bem como outros temas afetos às atividades da Secretaria e à ordenação de despesa.

No exercício de 2016, a Seção elaborou pareceres e pesquisas visando à solução de casos concretos em matérias ligadas às Coordenadorias vinculadas à Secretaria de Administração, além de colaborar e desenvolver projetos estratégicos da referida Secretaria.

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

No ano de 2016, a Coordenadoria de Contabilidade realizou o controle e a análise dos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial lançados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, visando à Conformidade Contábil (certificação dos demonstrativos contábeis). Com apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, buscou maior integração entre os sistemas corporativos e o Siafi, aprimorando e expandindo o compartilhamento de arquivos pelo processo *batch*, bem como implementando melhorias nos sistemas próprios para otimização das rotinas realizadas pela Coordenadoria e outras áreas do Tribunal.

Tendo em vista a exigência de otimizar a execução do orçamento no ano de 2016, a Coordenadoria de Contabilidade recebeu maior volume de liquidações, o que evidenciou a necessidade de grande integração entre suas seções, bem como entre as demais Coordenadorias da Secretaria de Administração.

Houve necessidade de ampliação dos prazos para fechamento dos relatórios do almoxarifado e dos bens móveis, já que foi estendido o prazo para recebimento de bens visando a ampliar a execução orçamentária. Mesmo com essa ampliação de prazo, a Coordenadoria de Contabilidade conseguiu, em tempo hábil, concluir todas as obrigações legais e contábeis a que está sujeita.

A Coordenadoria de Contabilidade é composta pela Seção de Análise Contábil e Patrimonial, pela Seção de Liquidação e pela Seção de Apoio à Fiscalização de Contratos, cujas ações desenvolvidas ao longo de 2016 estão a seguir relacionadas.

Seção de Análise Contábil e Patrimonial

A Seção de Análise Contábil e Patrimonial desempenhou as seguintes atividades no exercício de 2016:

- Análise e lançamento no Siafi de despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos pela utilização exclusiva do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF;
- Publicação bimestral na internet (Contas Públicas) do quadro de despesa pelos Suprimentos de Fundos, conforme exigência do art. 12 do Ato CSJT.GP.SE nº 8/2009;
- Controle complementar do limite de despesas levadas a efeito por meio de saque com o CPGF (de até 30% do valor total, segundo a Resolução CSJT nº 49/2008), com prioridade para a utilização da modalidade fatura, tendo atingido o percentual de 4,84%;
- Organização e guarda de documentação e processos comprobatórios da execução orçamentária, financeira e patrimonial conforme prazos determinados pelo Tribunal de Contas da União;
- Inclusão de informações no Siafi pertinentes ao Rol de Responsáveis;
- Análise dos processos de desfazimento de bens, com a verificação das relações de bens, termos e classificações, efetuando-se o registro da baixa de bens móveis no Siafi, totalizando, em 2016, 234 termos de desfazimento, sendo 230 de bens permanentes e 4 bens de consumo;
- Acompanhamento mensal do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) pela análise e confronto das informações geradas pelo sistema Almoxarifado com as apropriações da despesa, e registros contábeis no sistema Siafi dos recebimentos e das saídas de materiais de consumo;
- Acompanhamento mensal do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), pela análise e confronto das informações geradas pelo sistema Patrimônio com as apropriações da despesa, e registros contábeis no sistema Siafi das aquisições de bens móveis (entradas) e dos desfazimentos de bens (saídas);
- Cálculo dos valores referentes à depreciação dos bens móveis do Tribunal, representados pela redução do valor dos bens pelo desgaste ou pela perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, e o consequente registro no Siafi, de acordo com a Macrofunção 02.03.30 da STN, totalizando o montante de R$ 34.564.639,55 no final do exercício;
- Reconhecimento dos ativos intangíveis, bem como a mensuração e contabilização da amortização e das perdas de tais ativos, totalizando R$ 1.174.599,39;
- Conferência e apropriação das despesas antecipadas, mediante controles auxiliares, com as informações relativas aos valores pagos e às parcelas a serem apropriadas;

- Inscrição e baixa de dívida ativa, conforme o Manual Siafi 02.11.12 e Manual de Procedimentos da Dívida Ativa, aprovado pela Portaria STN nº 564/2004;
- Controle e registro contábil no Siafi das garantias prestadas nas modalidades de Fiança Bancária, Seguro Garantia ou Caução, bem como atualização das cauções por meio de solicitação mensal dos valores atualizados à Caixa Econômica Federal – CEF;
- Certificação da regularidade dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial e da existência de documentos hábeis que comprovaram tais operações por meio da Conformidade de Registros de Gestão no sistema Siafi;
- Acompanhamento da avaliação dos bens móveis de acordo com o cronograma da macrofunção 02.03.30 da STN;
- Acompanhamento do registro e reavaliações dos bens imóveis, por meio do Sistema de Patrimônio da União – Spiunet;
- Acompanhamento nos processos de Tomada de Contas do Almoxarifado;
- Colaboração com a Coordenadoria de Planejamento – CPLAN na organização dos processos de Tomada e de Prestação de Contas dos atos e fatos da gestão do exercício anterior;
- Elaboração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Demonstrativo de Restos a Pagar para compor o Relatório de Gestão Fiscal – 3º quadrimestre/2016;
- Análise das despesas com diárias e passagens, por meio da verificação do registro no Siafi e controle, de forma a distinguir nas contas de escrituração os valores pagos a servidores, membros de poder e a colaboradores eventuais, conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça – Nota de Auditoria/TST nº 24/2009;
- Conciliação das contas de contratos de aluguéis, bens e serviços, por meio da análise dos pagamentos de despesas e de controles auxiliares;
- Lançamento contábil no Siafi dos bens móveis não localizados, conforme o Processo Administrativo nº 0005748-55.2015.5.04.0000;
- Registro no Siafi dos valores referentes a precatórios de acordo com o Processo Administrativo nº 0000240-36.2012.5.04.0000;
- Análise dos processos de folhas de pagamento de pessoal, folhas de pagamento de aluguéis, portarias de atribuição de diárias, pagamento de requisições de honorários periciais, precatórios e restituições de Guia de Recolhimento da União – GRU;
- Orientação às unidades que efetuam registros contábeis no Siafi, bem como regularização e ajustes contábeis;
- Análise dos eventos gerados pela Seção de Liquidação, por meio do registro no Siafi das Notas de Sistema, GPS para recolhimento de contribuição previdenciária, DARF para recolhimento total de impostos e contribuições federais, DAR para recolhimento de ISS à(s) prefeitura(s) municipal(is) e GRU para pagamento a órgãos públicos federais, totalizando, 4.748 processos de liquidação;

- Registro mensal no Siafi da atualização monetária do Funpresp-Jud de acordo com o Processo Administrativo nº 0005747-70.2015.5.04.0000.

Seção de Liquidação

A Seção de Liquidação executou, no decorrer do exercício de 2016, a liquidação das despesas de custeio e de capital, exceto folha de pagamento e suprimento de fundos. Essa atividade envolveu os seguintes procedimentos:

- Exame dos processos administrativos recebidos de outras áreas do TRT, protocolo dos documentos fiscais neles contidos.
- Conferência do documento fiscal quanto aos dados do fornecedor e quanto à descrição do serviço e/ou material especificados no empenho e em planilha de medição, entre outros.
- Identificação e análise do atestado de prestação do serviço ou da Nota de Entrada, quando for material.
- Análise da despesa para enquadramento na legislação fiscal e identificação dos impostos e das contribuições que devem ser retidos na fonte.
- Identificação, conferência e análise dos documentos acessórios exigíveis para a liquidação, tais como declaração de opção pelo Simples, declaração de entidade sem fins lucrativos, declaração de isenção de impostos municipais, comprovação de recolhimento de INSS sobre o teto da previdência, declaração de não incidência de INSS, GFIP, GPS e GRF de empresas que prestam serviços continuados mediante cessão de mão de obra.
- Preenchimento de formulário eletrônico no sistema Compras, com resumo das informações necessárias à liquidação, que incluem dados do fornecedor, da nota de empenho, do documento fiscal entregue pelo fornecedor e das retenções cabíveis.
- Geração e transferência de arquivo para o Siafi, contendo os dados relativos às liquidações a serem realizadas no dia posterior.
- Conferência e ajuste, no Siafi, das informações contidas no arquivo gerado no dia anterior, o que envolve a complementação de informações e, eventualmente, o preenchimento de diferentes formulários eletrônicos, que podem incluir a Ordem Bancária, DARF para recolhimento total de impostos e contribuições federais, GPS para recolhimento de contribuição previdenciária e DAR para recolhimento de ISS à(s) prefeitura(s) municipal(is).
- Elaboração de planilhas de despesas com fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e coleta de esgoto e encaminhamento dessas planilhas ao fornecedor, como forma de garantir a quitação do débito.
- Acompanhamento de repactuações e aditivos a contratos, envolvendo construção e reformas, bem como elaboração de planilha de controle de saldos dos empenhos e dos contratos, especificando valores de material e mão de obra e discriminando verbas de orçamento e de convênios.

- Acompanhamento de prazos de validade, repactuações e aditivos a contratos de prestação de serviços continuados, tais como vigilância, limpeza, manutenção de elevadores, transporte de carga, movimentação de documentos e processos, lavagem de veículos, digitalização de processos, manutenção elétrica, manutenção de aparelhos condicionadores de ar, telefonia fixa, telefonia móvel, manutenção de equipamentos de informática, suporte técnico, manutenção de central telefônica, serviços postais e outros. Essas atividades acessórias conferem à Seção de Liquidação a responsabilidade de controle da execução da despesa, o que contribui para reduzir a incidência de equívocos quanto aos prazos contratuais e aos valores a serem pagos aos fornecedores.
- Prestação de informações aos fornecedores sobre andamento de processos, prazos, datas de liquidação, pendências documentais, alíquotas de recolhimento aplicadas, entre outras.

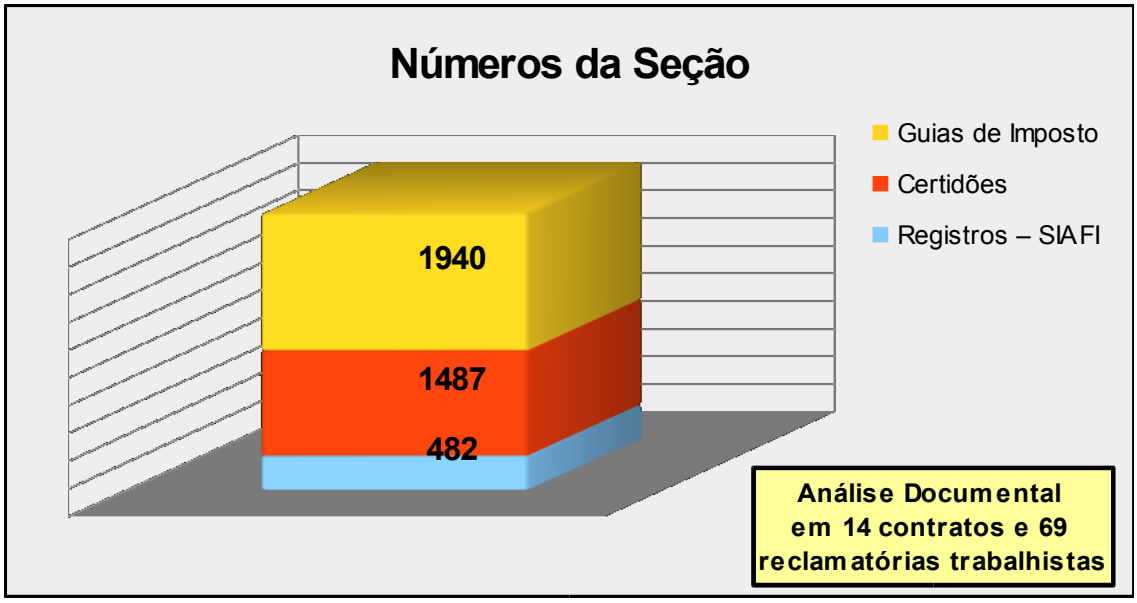
Dados estatísticos referentes ao exercício 2016:

Documentos fiscais recebidos	10.629
Número de liquidações	4.618
Valores liquidados	R$ 112.451.037,80

Seção de Apoio à Fiscalização de Contratos

A Seção de Apoio à Fiscalização de Contratos desempenhou as seguintes atividades no exercício de 2016:

- Análise da documentação GFIP/Sefip, de documentos de arrecadação das obrigações previdenciárias (GPS e GRF), folhas de pagamento e seus respectivos comprovantes, referentes a 14 contratos;
- Disponibilização de documentos requeridos pela Advocacia-Geral da União (AGU), fornecendo, entre outros, os comprovantes de recolhimento do FGTS e relação Sefip, além de esclarecimentos úteis, totalizando o atendimento de 69 reclamatórias trabalhistas;
- Inclusão, no Sistema Compras, de informações de 651 certidões de regularidade fiscal e previdenciária, e de 836 certidões de regularidade com as obrigações trabalhistas dos fornecedores do Tribunal;
- Informações às Varas do Trabalho, no momento do pagamento da despesa, sobre créditos disponíveis para penhora, quando verificada Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas;
- Assessoramento aos fiscais de contratos nas questões relativas à GFIP/Sefip;
- Apoio à Seção de Liquidação, com a emissão de 1.940 guias para o recolhimento de ISSQN de diversos municípios, bem como pesquisa da legislação pertinente;
- Informação à Secretaria de Manutenções e Projetos acerca da base de cálculo e alíquota de ISS incidente sobre as obras e os serviços para composição de BDI;
- Realização de 482 registros no Siafi referentes a contratos do Tribunal, conforme dados lançados no Sistema Compras – Contratos e informações encaminhadas pela Seção de Contratos.



COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO

A Coordenadoria de Planejamento realizou as seguintes atividades em 2016:

- Acompanhamento da execução orçamentária de "outras despesas correntes" e "de capital".
- Elaboração de projeções e demonstrativos para auxiliar na elaboração da Proposta Orçamentária de 2017 e nos pedidos de suplementação no exercício de 2016, bem como na revisão e no acompanhamento dos objetivos traçados no Plano Plurianual.
- Elaboração do Relatório de Gestão 2015, para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.
- Elaboração de estimativas para manter o equilíbrio das contas orçamentárias, monitorando permanentemente o saldo orçamentário e adotando as medidas necessárias a equalizar receitas e despesas.
- Subsídio à Administração do Tribunal com informações pertinentes à adoção de medidas estratégicas para melhor execução do orçamento e das metas fixadas.
- Fiscalização de contratos de Cooperação Técnica e Financeira firmados pelo Tribunal e o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, mediante o acompanhamento dos saldos e das solicitações de recolhimentos à Conta Única da União.
- Informação de dados orçamentários nos processos de Prestação de Contas e Tomadas de Contas.
- Elaboração do documento "Comprovação de Dotação Orçamentária" exigido pela Secretaria de Patrimônio da União para análise de processos de aquisição de imóveis pelo Tribunal.

A Coordenadoria de Planejamento é integrada pela Seção de Controle Orçamentário e pela Seção de Empenhos. O desempenho dessas unidades no período de referência está descrito a seguir.

Seção de Controle Orçamentário

As atividades desenvolvidas pela Seção de Controle Orçamentário em 2016 foram:

- Acompanhamento diário da execução orçamentária por meio do saldo obtido do Siafi e geração de relatórios com informações atualizadas aos gestores do órgão.
- Atualização diária de planilhas de controle orçamentário que fornecem subsídios às decisões estratégicas das áreas interessadas (Segesp, Escola Judicial, Secof, Setic e Seção de Liquidação).
- Elaboração do Demonstrativo de Impacto Orçamentário das despesas, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, visando à comprovação do equilíbrio das contas públicas.
- Prestação de contas ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT da aplicação de recursos descentralizados pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, em ações orçamentárias como Modernização das Instalações Físicas, Implantação de Varas, Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação, Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação, Trabalho Seguro, Gestão Documental e Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enamat).
- Alimentação do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – Siop, com informações acerca da movimentação orçamentária do TRT4, criação e edição de Cadastros de Ações Orçamentárias e Planos Orçamentários, captação, edição, verificação e envio de valores físicos e financeiros de Planos Plurianuais, Propostas Orçamentárias Anuais, Créditos Adicionais, Acompanhamentos Orçamentários Semestrais e Anuais.
- Acompanhamento e conferência da transferência, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos sub-repasses de recursos financeiros nas ações orçamentárias, observando a utilização correta das respectivas fontes de receita.
- Encaminhamento, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, das informações necessárias à transferência dos recursos financeiros das ações orçamentárias de Projetos, conferindo o seu atendimento e o correto balanceamento das fontes.
- Conferência da execução do saldo de Restos a Pagar, providenciando o desbloqueio dos empenhos e o cancelamento de saldos não utilizados.
- Devolução dos recursos financeiros de Restos a Pagar não utilizados.
- Atualização das planilhas de controle de Suprimento de Fundos, quando do lançamento de novos empenhos, disponibilizando as informações aos supridos.
- Identificação e correção de possíveis diferenças entre os saldos dos empenhos no Sistema de Compras e os saldos no Siafi.

- Transferência, ao Tesouro Nacional, de recursos financeiros recebidos indevidamente por erro no preenchimento de GRS.
- Gerenciamento dos dados orçamentários na página de Transparência do Portal do TRT4 e na página do Conselho Nacional de Justiça – CNJ na internet.
- Elaboração de proposições para compra de material de consumo, material permanente e prestação de serviços diversos, totalizando 775 proposições.

Seção de Empenhos

No decorrer de 2016, a Seção de Empenhos desempenhou as seguintes atividades:

- Análise dos processos administrativos para registro do empenho: classificação da despesa, referência da dispensa.
- Emissão das notas de empenho no Siafi, relativas a aquisições feitas pelo Tribunal, Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPVs.
- Análise prévia do saldo orçamentário disponível por fonte de receita, promovendo o balanceamento mais adequado na emissão dos empenhos.
- Gerenciamento e remanejamento do crédito orçamentário conforme as necessidades entre os elementos de despesas, por meio de Notas de Dotação – NDs.
- Encaminhamento dos empenhos às empresas contratadas e às unidades requisitantes das contratações do TRT da 4ª Região.
- Cobrança do aceite do empenho junto às empresas contratadas, para contagem de prazo para a entrega do material ou conclusão do serviço.
- Registro dos empenhos no Banco de Compras e controle desses saldos.
- Análise de relatórios gerados pela Seção de Controle Orçamentário relativos à execução mensal dos empenhos para viabilizar as liquidações e os pagamentos, confrontando os saldos orçamentários e financeiro.
- Manutenção, atualização e controle dos saldos das notas de empenho relativas à Folha de Pagamento dos Servidores e Magistrados do Tribunal, atinentes a vencimentos, proventos, pensões, benefícios, diárias e outros assuntos correlatos.

Quadro de Empenhos emitidos em 2016

Mês	Quantidade	%
Janeiro	292	9,34
Fevereiro	170	5,43
Março	168	5,37
Abril	140	4,48
Maio	154	4,92
Junho	205	6,55
Julho	556	17,77

Quadro de Empenhos emitidos em 2016		
Mês	**Quantidade**	**%**
Agosto	209	6,68
Setembro	209	6,68
Outubro	167	5,34
Novembro	335	10,71
Dezembro	523	16,72
Total	**3.128**	**100,00**

COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA

A Coordenadoria de Material e Logística, no ano de 2016, deu continuidade às ações voltadas ao processo de modernização do mobiliário, seguindo o padrão instituído pela Resolução CSJT nº 54/2008, e visando à melhoria das condições de trabalho no âmbito do Tribunal.

Merecem ênfase as ações de gestão de serviços contratados, dentre os quais destacaram-se os seguintes:

- Transporte de cargas comuns e de mobiliário para as diversas unidades do Tribunal.
- Fornecimento de bilhetes de passagens aéreas.
- Fornecimento de lanches durante os intervalos dos cursos de capacitação e treinamentos promovidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Escola Judicial, bem como para eventos diversos (congressos, seminários, palestras, concursos).
- Carregamento, montagem e desmontagem de mobiliário e afins.

A Coordenadoria de Material e Logística realizou também as seguintes atividades:

- Tramitação dos processos de desfazimento de bens, até a fase final, que culmina com a baixa no Sistema de Patrimônio do TRT4.
- Inspeções para conferência de inventários das unidades judiciárias.
- Controles especiais sobre transporte de carga e de mobiliário para todas unidades judiciárias e administrativas, os quais visam a acompanhar a evolução das despesas e impedir que os serviços sofram descontinuidade.
- Fornecimento de subsídios e informações para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte.

Diante da grave recessão enfrentada no ano de 2016, a Coordenadoria de Material e Logística atuou junto a outras áreas no sentido de buscar a melhor eficiência na gestão dos recursos disponíveis. Exemplo disso foi a busca pela otimização dos suprimentos de informática frente à estratégia inicialmente proposta para a atualização do parque de impressoras. Foram mantidas em atividade as impressoras Lexmark dos modelos MX-711, T-654 e MS-812 para dar

vazão ao estoque existente no Almoxarifado, o qual ainda sofreu incremento pelas devoluções dos suprimentos daquelas unidades que tiveram suas impressoras trocadas. Essa ação resultou em economia na aquisição de *toners* para as novas impressoras.

Neste cenário, a Coordenadoria de Material e Logística subsidiou a Administração do Tribunal com informações que possibilitaram orientar os usuários internos do Tribunal a racionalizar seus pedidos de material de consumo, evitando o desperdício e promovendo o engajamento coletivo.

De forma semelhante, a unidade atuou junto a órgãos e instituições pré-cadastradas no sentido de oferecer *toners* e cilindros obsoletos, além de mobiliário usado, os quais puderam ser doados promovendo benefícios a essas entidades.

Em termos quantitativos, no exercício de 2016, foram gerados os documentos e desempenhadas as atividades sintetizados no quadro a seguir:

Atividades / Documentos gerados	Quantidade
Termos de referência/Projetos básicos	41
Nota de entrada de materiais	703
Pedidos de materiais de consumo atendidos pelo Almoxarifado	4.099
Bens permanentes incluídos no patrimônio do TRT	7.185
Bens permanentes tombados (distribuídos e/ou realocados)	33.960
Termos de responsabilidade sobre bens permanentes emitidos	5.286
Número de unidades mobiliadas (instalação ou mudança)	19
Bens permanentes doados para outros órgãos/entidades	4.222
Entidades beneficiadas com doações de bens pelo TRT	131

A Coordenadoria de Material e Logística é constituída pela Seção de Cadastramento de Bens, Seção de Bens Imóveis e pela Seção de Almoxarifado, cujas ações desenvolvidas ao longo de 2016 estão a seguir elencadas.

Seção de Cadastramento de Bens

A Seção de Cadastramento de Bens promoveu o suprimento e a substituição de mobiliário das diversas unidades judiciárias e administrativas do TRT, tanto na sua criação quanto na mudança de sede ou sala, na Capital e no Interior do Estado, casos em que acompanha a entrega do mobiliário e a organização final do *layout*.

A Seção também procedeu ao recebimento, à conferência, ao registro e à distribuição de todos os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, bem como o controle do prazo de garantia.

Seção de Bens Imóveis

Por meio da Seção de Bens Imóveis, a Coordenadoria atuou como fiscal dos contratos de locação de 41 imóveis, dos quais 29 contemplaram o pagamento de despesas acessórias (condomínio, IPTU, água e energia elétrica).

A Seção de Bens Imóveis manteve atualizados os registros referentes aos imóveis de propriedade da União à disposição do Tribunal, no total de 45 prédios e 19 terrenos. Esteve a cargo da Seção, ainda, a fiscalização de 8 contratos de cessão de espaço físico em diversas unidades do TRT4.

Além dos controles efetuados mensalmente sobre 126 faturas de energia e 72 de água, a Seção de Bens Imóveis atuou como gestora de 22 contratos de fornecimento de energia em alta/média tensão.

Foi realizado o acompanhamento e registro de imóveis doados ao TRT4 junto à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Sul – SPU.

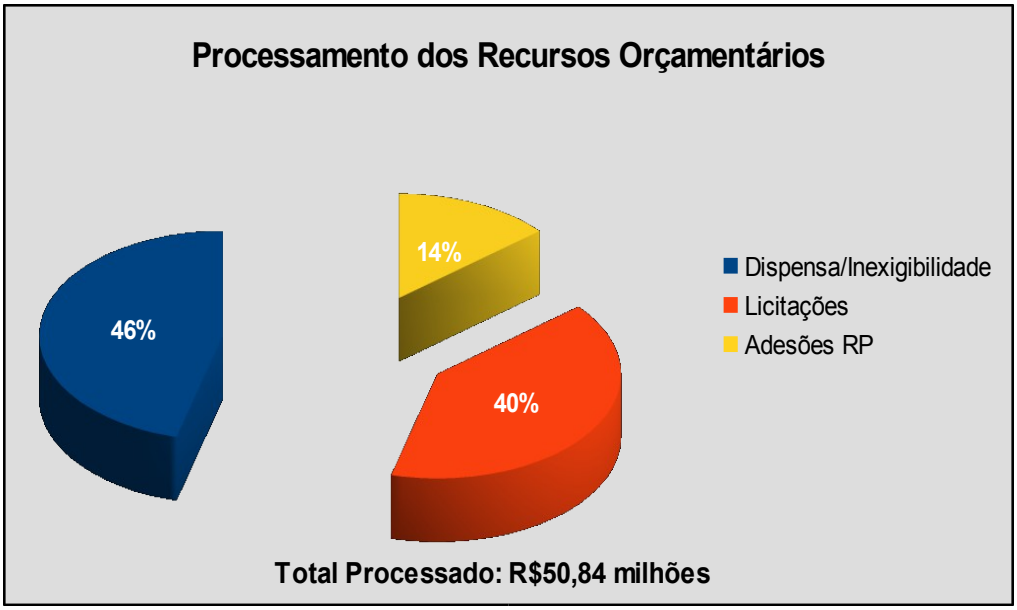
Seção de Almoxarifado

A Seção de Almoxarifado atuou no desenvolvimento das atividades rotineiras pertinentes às suas atribuições, dentre as quais se destacam:

- Previsão, especificação e controle de estoque e provisão de materiais de consumo e bens permanentes destinados a todas as unidades do Tribunal.
- Elaboração dos relatórios físicos e estatísticos mensais dos materiais estocados na Seção de Almoxarifado.

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Coordenadoria de Licitações e Contratos é responsável por processar as aquisições de materiais e equipamentos e as contratações de serviços e obras, mediante processos licitatórios ou compras diretas (hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação). Relativamente ao orçamento de 2016, o volume de recursos aplicados totalizou 50,84 milhões de reais, dos quais 20,41 milhões de reais decorreram de licitações, 23,35 milhões de reais foram utilizados mediante dispensas ou inexigibilidades de licitação e 7,08 milhões de reais em adesões a Atas de Registro de Preços de outros órgãos.

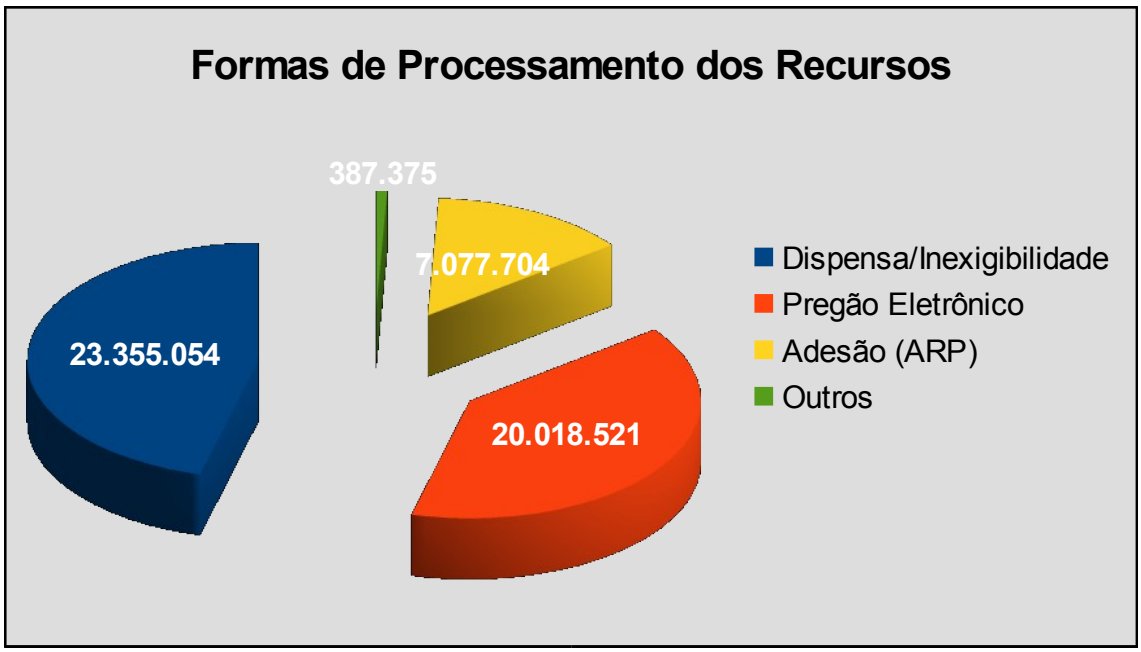


Por força legal, as licitações destinadas à aquisição de bens e serviços comuns obrigatoriamente ocorrem por Pregão, sendo este preferencialmente na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, mediante justificativa expressa pela autoridade competente.

Em última análise, a utilização da internet para as contratações é uma realidade no âmbito da Administração Pública, o que se verifica na preponderância das contratações decorrentes da realização de Pregão Eletrônico.

A condução dos procedimentos ocorre sob a responsabilidade de dois Pregoeiros, devidamente assessorados pela Equipe da Apoio, a qual é composta por servidores lotados na Coordenadoria de Licitações e Contratos.

Com efeito, o Pregão Eletrônico foi responsável pela quase totalidade dos recursos aplicados mediante licitação, visto que o valor das licitações realizadas no TRT4, no exercício de 2016, totalizou R$ 20,41 milhões, sendo que os pregões envolveram R$ 20,19 milhões, ao passo que houve apenas uma tomada de preços, no valor de R$ 217,57 mil.



As vantagens da utilização do Pregão Eletrônico aparecem, principalmente, sob dois aspectos: na economia gerada aos cofres públicos em virtude da ampliação da competitividade (universalidade do acesso por parte das licitantes); e na transparência do procedimento, uma vez que as licitações do Tribunal podem ser acompanhadas por qualquer interessado, bastando acessar o sistema eletrônico por meio do qual se processa a licitação.

Dentre o volume total dos pregões realizados, de R$ 20,18 milhões, R$ 9,62 milhões se referem à aquisição imediata de bens e serviços, enquanto R$ 10,56 se destinam ao Sistema de Registro de Preços.

O Sistema de Registro de Preços permite a realização de futuras contratações, tanto em função das atas de registro de preços decorrentes dos pregões realizados pelo TRT, quanto mediante adesão a preços registrados por outros Órgãos da Administração Pública. No exercício de 2016, o Sistema de Registro de Preços envolveu recursos orçamentários na ordem de R$ 17,64 milhões, sendo R$ 10,56 milhões licitados pelo TRT e R$ 7,08 milhões mediante utilização de Atas de Registro de Preços de outros órgãos. O Registro de Preços figura como importante ferramenta de gestão, na medida em que permite contratações frequentes de itens com relação aos quais há incerteza sobre a quantidade ou o tempo de surgimento da demanda.

O resultado prático envolve a redução do número de licitações, a celeridade do processo, a racionalização dos gastos e a diminuição de custos com armazenagem, já que os produtos são solicitados, empenhados e pagos conforme a necessidade efetiva das unidades do Tribunal.

Dentre os Pregões realizados em 2016, destacam-se os Registros de Preços visando à aquisição de solução de armazenamento de dados (*Storages*) destinado aos datacenters e à contratação das reformas parciais do prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, cujos valores adjudicados representam R$ 5,40 e R$ 4,34 milhões, respectivamente.

O resultado positivo obtido no pregão destinado ao registro de preços para contratação de reformas possibilita ao TRT a agilidade necessária às contratações, uma vez que o início das obras poderá ocorrer tão logo haja disponibilização dos recursos orçamentários, o que é de

extrema relevância se se considerar a incerteza quanto à disponibilidade orçamentária para o exercício de 2017.

Nesse contexto, as demais modalidades licitatórias, como o Convite, a Tomada de Preços e a Concorrência permaneceram em uso, porém restritas às contratações de obras e a determinados serviços de engenharia de natureza mais complexa. Essas modalidades licitatórias são conduzidas pela Comissão Permanente de Licitações, composta por três membros efetivos e três substitutos.

A Coordenadoria de Licitações e Contratos é composta pelo Coordenador, dois Pregoeiros e três Seções: Seção de Apoio a Licitações, Seção de Compras e Seção de Contratos, cuja síntese das atribuições é relatada a seguir:

Seção de Apoio a Licitações

A Seção de Apoio a Licitações executa as diversas tarefas relativas à preparação e ao processamento das licitações, desde a elaboração dos editais, sua publicação e divulgação e o esclarecimento de dúvidas quanto a seus termos, o preparo das atas de registro de preços e a publicação dessa ata, a elaboração de minutas de contrato, etc.

Além das licitações para a realização de obras civis, foram elaborados um edital de Pregão Presencial e 70 editais de Pregão Eletrônico.

Quanto aos Registros de Preços, cabe à Seção de Apoio a Licitações o controle das Atas de Registro de Preços do Tribunal, que, em 2016, alcançaram o número de 41, bem assim as adesões a Registros de Preços de outros órgãos, que totalizaram 41 no mesmo período.

O registro e a guarda dos documentos referentes aos assentamentos cadastrais das empresas que intentam fornecer materiais ou prestar serviços ao Tribunal também são atribuições da Seção. Além do registro e da guarda de documentos, a Seção de Apoio emite Certificados de Registro Cadastral relativos à documentação depositada na Seção, a qual objetiva a inscrição ou renovação do cadastro de empresas interessadas em participar de licitações nas modalidades Tomada de Preços e Concorrência.

Cabe ressaltar, ainda, que a Seção é responsável pela emissão de atestados de capacidade técnica referentes às contratações estabelecidas com o Tribunal, os quais atingiram o número de 36 em 2016.

Seção de Compras

Na Seção de Compras são feitos todos os procedimentos necessários às aquisições e contratações de serviços nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, além das celebrações de convênios.

As dispensas e inexigibilidades de licitação ocorrem em virtude do valor da contratação, das particularidades do objeto a ser contratado, de características específicas por parte do prestador do serviço, ou, ainda, nos casos de fornecedor exclusivo.

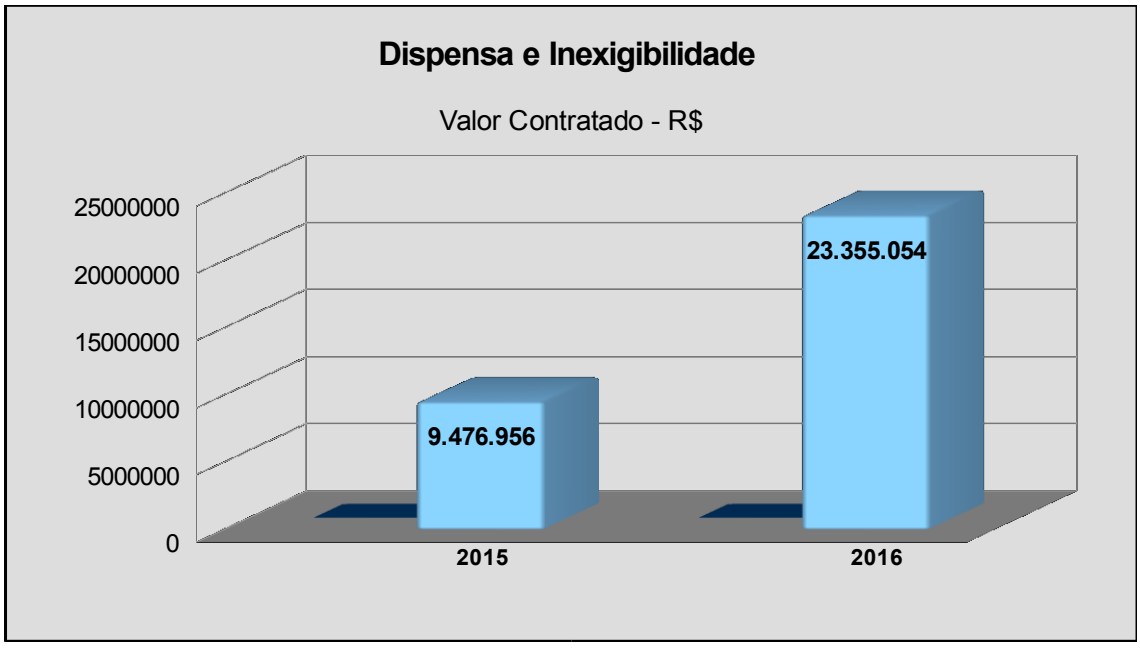
Entre as atividades desenvolvidas pela Seção de Compras pode-se citar a solicitação de orçamentos aos fornecedores, classificação e lançamento das propostas apresentadas no Banco de Compras, elaboração de informações necessárias à instrução de processos de inexigibilidade e dispensa de licitação, negociação com fornecedores e com outros órgãos no que tange à celebração de convênios e pesquisas de mercado em apoio às unidades requisitantes.

O Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, que passou a ser utilizado em 2013, permite o recebimento de propostas de fornecedores de todo o País e garante maior transparência e agilidade aos processos de aquisição, além de possibilitar significativa economia devido à ampliação da concorrência. Em 2016, foram processadas 45 Cotações Eletrônicas por este sistema, e em 17 destas (37,78%) houve resultado positivo, ou seja, economicamente vantajoso para o Tribunal.

Relativamente aos dados estatísticos, foram processadas 590 compras diretas, sendo 366 dispensas de licitação e 224 processos de inexigibilidade de licitação ou outros, cujo valor aplicado alcançou R$ 23,36 milhões.

Tal importância é muito superior a alcançada no ano anterior, que foi de R$ 9,48 milhões. Este aumento se deu especialmente pela celebração de novos contratos de fornecimento de energia elétrica, que somaram R$ 14,77 milhões no ano. Merecem destaque as contratações de fornecimento de energia elétrica para o Foro Trabalhista, o prédio-sede e o prédio administrativo de Porto Alegre, que somaram R$ 11,10 milhões.

Em 2016, a Seção de Compras elaborou 23 apostilas de reajustes de locações, analisou e autorizou ou indeferiu 29 pedidos de adesão a Atas de Registro de Preços formulados por outros órgãos da Administração Pública.



Seção de Contratos

A Seção de Contratos é responsável pela gestão administrativa dos contratos celebrados pelo Tribunal. Dentre as principais atividades executadas no ano de 2016, destacam-se a formalização de convênios de colaboração com outros órgãos públicos, a elaboração de minutas

de termos aditivos, a análise da possibilidade de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas nos contratos, a elaboração de apostilas com vistas à atualização de valores nos contratos em que há previsão de reajuste com base em índices oficiais do governo, a prestação de informações solicitadas pela Advocacia-Geral da União relativas às reclamatórias trabalhistas oriundas dos contratos celebrados com o Tribunal, a análise das planilhas de repactuação solicitadas pelas contratadas em função de homologação de convenção coletiva de trabalho, o lançamento de todos os convênios, contratos e respectivos termos aditivos onerosos celebrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – Siasg (de acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União), a instrução de pedidos de prorrogação de prazo de execução formulados pelos fornecedores, o acompanhamento da prestação da garantia contratual, quando for o caso, e a negociação, com os locadores, de eventuais valores requeridos acima dos índices oficiais como condição à prorrogação dos contratos de locação de imóvel.

Relativamente aos dados estatísticos, em 2016 foram celebrados 110 contratos e 197 termos aditivos.

Em virtude do aumento da demanda de trabalho em alguns períodos do ano, a Seção de Apoio às Licitações auxiliou a Seção de Contratos na análise de algumas planilhas de repactuação e a Seção de Compras foi designada para negociar a diminuição do valor mensal de aluguel com os locadores de imóveis.

Observações gerais:

Relativamente ao pregão, é importante destacar que a economia obtida por meio dos pregões realizados totalizou R$ 5,92 milhões, ou 22,69% do valor estimado pelas áreas requisitantes do TRT. É necessário considerar que a Justiça do Trabalho, em termos gerais, vem sofrendo significativos cortes orçamentários, razão pela qual a economia obtida nos referidos pregões é de suma importância.

Quanto à Seção de Apoio a Licitações, no ano de 2016, devido às dificuldades orçamentárias, houve uma redução significativa nas licitações de obras civis, mais especificamente nas modalidades Tomada de Preços e Concorrência. Foram realizadas uma sessão de Tomada de Preços e uma de Concorrência, sendo que a autorização para a abertura destes certames ocorreu somente no último trimestre de 2016.

Em decorrência deste cenário de redução orçamentária, foi alterado o fluxo de informações para compras decorrentes de Atas de Registros de Preços. Previamente a cada aquisição, o Ordenador de Despesas e a Diretoria-Geral autorizam a despesa. Anteriormente, as solicitações de compra nos registros não eram submetidas à Administração, visto que já havia ciência e concordância no momento da aprovação da licitação e da homologação do certame.

Ainda em virtude dos cortes orçamentários, a Seção de Compras foi incumbida de renegociar os valores das locações relativas aos prédios utilizados pelas diversas unidades do Tribunal. O resultado de tal negociação, ocorrida entre janeiro e março de 2016, foi uma economia mensal de R$ 19,65 mil, o que perfaz uma economia anual de R$ 235,81 mil.

Por fim, o já mencionado corte orçamentário ocorrido em 2016 acarretou aumento na demanda de termos aditivos aos contratos, especialmente suspensão temporária de contratos e supressões. No entanto, observa-se que o número de termos aditivos formalizados permaneceu o

mesmo de 2015. Isso porque a Seção de Contratos instruiu as áreas requisitantes a concentrarem as alterações contratuais, quando possível, como, por exemplo, nos pedidos exclusivos de alteração de fiscal ou de gestor do contrato. Este procedimento objetivou a diminuição de custos com publicação na Imprensa Nacional, já que cada divulgação custa em torno de R$ 150,00.

SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

A Secretaria de Manutenção e Projetos é responsável pela criação, materialização e manutenção das edificações do Tribunal e visa à provisão de espaços adequados para as atividades desenvolvidas, atentando para a sustentabilidade ambiental.

O fluxo de realização dos serviços de engenharia e arquitetura desenvolvidos pela Secretaria de Manutenção e Projetos reflete a sua estrutura organizacional. Dessa forma, o relatório de atividades da Secretaria é apresentado de acordo com sua estrutura, discriminando as atividades desenvolvidas no âmbito da Seção de Planejamento (extinta no final do ano de 2016); da Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços e suas respectivas Seções; e da Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais.

Seção de Planejamento

A atuação da Seção de Planejamento colaborou para o gerenciamento e controle das ações desenvolvidas pela Secretaria de Manutenção e Projetos e no planejamento de metodologias de trabalho eficientes, eficazes e efetivas. Cabe destacar os seguintes grupos de ações realizadas ao longo do ano de 2016:

Ações Estratégicas no âmbito da Secretaria de Manutenção e Projetos:

- Elaboração e monitoramento do andamento do Plano de Obras Plurianual do TRT4.
- Elaboração e monitoramento do andamento do Plano de Ações Anual da Secretaria de Manutenção e Projetos.
- Monitoramento da Execução Orçamentária da Secretaria de Manutenção e Projetos.
- Desenvolvimento e manutenção da Política de Capacitação da Secretaria.

Ações de Apoio Técnico:

A Seção de Planejamento desenvolveu atividades rotineiras de caráter técnico buscando apoiar e complementar as atividades das Coordenadorias e demais Seções vinculadas à Secretaria de Manutenção e Projetos, destacando-se:

- Elaboração de Planejamento de Licitação, Projetos Básicos e Termos de Referência: documentos elaborados para encaminhar à Administração do Tribunal os projetos e as

especificações de arquitetura e engenharia e, eventualmente, especificação de produtos ou serviços comuns, com vistas à contratação ou à aquisição do objeto especificado. Em 2016, foram realizados planejamentos de licitação e projetos básicos para cinco certames, além da elaboração de minuta para contratação de empresa para avaliação de imóveis locados.

- Gerenciamento completo dos PPCIs e Alvarás (elaboração e remessa de documentos às VTs, contato com Diretores das VTs, CCDFs e CBM, etc).
- Elaboração de Laudos de Avaliações de Imóveis (conforme ABNT NBR 14653 Partes 1 e 2).

Ações diversas:

A Seção de Planejamento também realizou ações diversas, tais como:

- Contratação, encaminhamento e controle de pagamento das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) e dos Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs) dos profissionais engenheiros e arquitetos da Secretaria.
- Atualização mensal do menu Transparência do *site* do Tribunal no que tange às medições, aos contratos, aos termos aditivos e às demais informações referentes às obras em trâmite no Tribunal.
- Contratação de empresas para elaboração de laudos de avaliação nos municípios de Torres, Capão da Canoa, Nova Prata e Tramandaí.
- Renovação do convênio Sinapi – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.
- Encaminhamento de informações e documentos referentes às obras em execução no Tribunal para o CSJT e para a Secretaria de Controle Interno.

COORDENADORIA DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS

As ações da Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços englobam o desenvolvimento e acompanhamento das obras de engenharia, desde adaptações e reformas de espaços existentes, sejam eles próprios, locados ou cedidos, até a construção de novas sedes para abrigar unidades judiciárias de todo o Tribunal, tanto na Capital e Região Metropolitana, como no Interior. Tais ações são geridas a partir do Plano de Obras e do Plano Permanente de Modernização das Instalações.

A Coordenadoria atua na elaboração de projetos de arquitetura, executivos e complementares e outras intervenções civis, na elaboração de orçamentos técnicos discriminados e estudos, em vistorias e avaliações técnicas relativas a edificações e nas atividades técnicas de gestão, coordenação e fiscalização de todos os contratos de obras e serviços de engenharia e arquitetura.

Os contratos de engenharia geridos e fiscalizados pela Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços, para construção de novas edificações, ampliações e reformas de diversos portes, compreendem a elaboração de projetos executivos e complementares (de arquitetura, hidrossanitário, plano de prevenção contra incêndio – PPCI, estruturas e fundações).

Como principais ações gerais voltadas à construção e ao uso das edificações no ano de 2016, salienta-se:

- Realização de estudos acerca da ocupação dos espaços para racionalização dos fluxos de pessoas e processos, considerada a acessibilidade.
- Gestão e fiscalização dos contratos dos escritórios de projetos de arquitetura, estruturas e fundações; hidrossanitário e PPCIs, e análise dos projetos correlatos desenvolvidos para várias localidades da Capital e do Interior, destacando-se: os projetos dos novos prédios dos Foros de Triunfo, São Borja, Lagoa Vermelha, Alegrete, Arroio Grande, Vacaria; a ampliação de São Jerônimo; o Retrofit do 5º, 6º e 9º pavimentos do prédio-sede; a reforma do térreo do Prédio 3 do Foro Trabalhista de Porto Alegre para instalação do restaurante; as adequações de PPCI e acessibilidade para diversas localidades, etc.
- Fiscalização do contrato de reformas de médio e grande porte por sistema de registro de preços.
- Acompanhamento da aprovação das obras junto aos órgãos competentes.
- Elaboração do orçamento dos diversos serviços de engenharia e arquitetura, desde construção de novas edificações para instalação de Varas do Trabalho e Foros Trabalhistas, até ampliações, reformas e adequações de diversas edificações da Capital e do Interior.
- Fiscalização dos diversos serviços de engenharia e arquitetura, desde as obras para novas edificações para instalação de Varas do Trabalho e Foros Trabalhistas, até ampliações, reformas e adequações de diversas edificações da Capital e do Interior.
- Atendimento ao público, apropriação e registro das demandas feitas pelos usuários do TRT e encaminhamento às respectivas seções para providências.
- Inclusão e ateste do recebimento de materiais e serviços de notas fiscais e documentos em compras originadas de procedimentos licitatórios ou por dispensa (compra direta), para fins de liquidação e pagamento, com elaboração de planilhas periódicas de medição de serviços.

A Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços é composta pela Seção de Fiscalização de Obras e Serviços, Seção de Orçamentos de Obras e Serviços e Seção de Projetos de Edificações. As ações desenvolvidas por essas unidades no ano de 2016 estão apresentadas a seguir.

Seção de Fiscalização de Obras e Serviços

A Seção de Fiscalização de Obras e Serviços atuou na fiscalização de contratos essenciais para a execução do Plano de Obras e de ações de modernização das edificações do Tribunal.

Dentre as principais atuações da Seção, destacam-se a fiscalização da reforma do térreo do prédio 3 do Foro Trabalhista de Porto Alegre, para instalação do novo restaurante; a reforma do 10º pavimento do prédio-sede para instalação da Corregedoria e Vice-Corregedoria; a finalização das obras de adequação de vários prédios do Interior do Estado à acessibilidade universal; a conclusão da impermeabilização dos terraços do prédio-sede e do Prédio 2 das Varas do Trabalho de Porto Alegre; a entrega e conclusão da construção dos novos prédios de Santo Ângelo, Erechim e Uruguaiana e o início efetivo da construção do prédio novo para Viamão, ainda em andamento.

Além das ações de fiscalização, a Seção é responsável pelo pós-obra, recebendo e demandando ações que envolvam garantia das obras entregues. No ano de 2016, houve grande envolvimento da unidade com procedimentos relacionados à aplicação de sanções por descumprimentos contratuais. Problemas no recebimento das obras foram enfrentados em Erechim, Uruguaiana e Dom Pedrito.

Lista das demandas da Seção no ano de 2016:

Localidade	Contrato	Objeto/Demanda
Canoas, Panambi e Soledade	56/2015	Conclusão e recebimento definitivo das obras de reformas dos prédios dessas localidades para adequá-los à acessibilidade universal, após verificação de que as pendências levantadas no Termo de Recebimento Provisório foram plenamente sanadas.
Dom Pedrito	77/2015	Recebimento da obra de reforma do prédio de Dom Pedrito com vista à acessibilidade universal. Encaminhamento do processo para aplicação de sanções por descumprimentos contratuais.
Erechim	109/2013	Recebimento da obra de construção do novo Foro Trabalhista de Erechim e encaminhamento do processo para aplicação de sanções por descumprimentos contratuais, principalmente no que se refere a lista de pendências de obra não sanadas pela empresa no prazo estipulado.
Estância Velha	110/2014	Recebimento definitivo da obra de reforma e ampliação do prédio de Estância Velha após verificação de que as pendências levantadas no Termo de Recebimento Provisório foram plenamente sanadas.
Estrela	113/2013	Acompanhamento do processo de rescisão do contrato e recursos interpostos pela contratada para construção do novo Foro Trabalhista de Estrela. Revisão de valores devidos à empresa.
Gravataí	29/2014	Recebimento definitivo da obra de reforma e ampliação do prédio de Gravataí após verificação de que as pendências levantadas no Termo de Recebimento Provisório foram plenamente sanadas.
Porto Alegre (Prédio 3)	61/2015	Conclusão e recebimento definitivo da obra que reformou

Localidade	Contrato	Objeto/Demanda
	83/2015	o térreo do Prédio 3 das Varas do Trabalho para instalação do novo restaurante, sem pendências.
Porto Alegre	71/2015	Conclusão e recebimento definitivo da obra de impermeabilização do terraço do Prédio 2 das Varas do Trabalho e o terraço do prédio-sede, sem pendências. (Fiscal lotado na Seção de Orçamentos)
Porto Alegre TRT (prédio-sede)	93/2015	Conclusão e recebimento definitivo da obra que reformou o 10º pavimento do prédio-sede para instalação da Corregedoria e Vice-Corregedoria, sem pendências.
Porto Alegre TRT (prédio-sede)	60/2015	Supervisão do recebimento definitivo da obra que executou a Galeria dos Presidentes do Tribunal, após verificação de que as pendências levantadas no Termo de Recebimento Provisório foram plenamente sanadas. (Fiscal lotado na Seção de Projetos)
Rosário do Sul, Santana do Livramento e São Gabriel	43/2015	Recebimento definitivo das obras de reforma dos prédios das localidades para adequá-los à acessibilidade universal, após verificação de que as pendências levantadas no Termo de Recebimento Provisório foram plenamente sanadas.
Santo Ângelo	63/2014	Supervisão da conclusão e recebimento definitivo da obra de construção do novo prédio de Santo Ângelo sem pendências. (Fiscal lotado na Seção de Orçamentos)
São Leopoldo	108/2013	Acompanhamento do processo de rescisão do contrato e recursos interpostos pela contratada para construção do novo prédio de São Leopoldo.
Uruguaiana	102/2014	Recebimento da obra de construção do novo Foro Trabalhista de Uruguaiana e encaminhamento do processo para aplicação de sanções por descumprimentos contratuais, principalmente no que se refere a lista de pendências de obra não sanadas pela empresa no prazo estipulado.
Viamão	42/2015	Fiscalização da obra de construção do novo prédio de Viamão. Obra segue em andamento.

Seção de Orçamentos de Obras e Serviços

A Seção de Orçamentos de Obras e Serviços elaborou aproximadamente 20 peças técnicas de orçamento discriminado, totalizando em torno de 16 milhões de reais em quantificações e definições de custo, atendendo não só a necessidade de agregar peças técnicas

aos editais de licitação, mas também a análise de preços de propostas de aditivos dos contratos em execução.

Além disso, a Seção de Orçamentos de Obras e Serviços participou da análise de projetos hidrossanitários e de PPCI para diversas localidades, colaborou com a Seção de Planejamento na elaboração da avaliação de 13 (treze) imóveis próprios e na fiscalização da contratação de 4 laudos de avaliação de imóveis locados pelo Tribunal, e prestou auxílio à Seção de Fiscalização na fiscalização das obras de construção do novo Foro Trabalhista de Santo Ângelo e de algumas reformas em edificações da Capital.

Lista das ações realizadas pela Seção, organizada por localidade e tipo da demanda:

Localidade	Demanda	
	Tipo	Descrição
Alegrete	Orçamento	Construção do prédio da VT de Alegrete
Alegrete	Análise de Projeto	Análise do projeto estrutural da VT de Alegrete
Arroio Grande	Orçamento	Construção do prédio da VT de Arroio Grande
Arroio Grande	Análise de Projeto	Análise do projeto estrutural da VT de Arroio Grande
Capão da Canoa	Análise de laudo	Imóvel locado de Capão da Canoa
Cruz Alta	Análise de laudo	Imóvel locado de Cruz Alta
Erechim	Orçamento	Orçamento para entrega do imóvel locado
Erechim	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel do Foro Trabalhista de Erechim
Esteio	Análise de laudo	Imóvel locado de Esteio
Estrela	Orçamento	Retomada da obra do Foro Trabalhista de Estrela
Estrela	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel de Estrela (terrenos)
Gramado	Análise de laudo	Imóvel locado de Gramado
Gravataí	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel do Foro Trabalhista de Gravataí
Nova Prata	Análise de laudo	Imóvel locado de Nova Prata
Novo Hamburgo	Avaliação de Imóvel	Avaliação do terreno para o novo Foro Trabalhista de Novo Hamburgo
Novo Hamburgo	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel do Foro Trabalhista de Novo Hamburgo
Novo Hamburgo	Orçamento	Adequação do orçamento conforme parecer do CSJT
Palmeira das Missões	Orçamento	Vestiários para a VT de Palmeira das Missões
Pelotas	Avaliação de Imóvel	Avaliação de imóvel do Foro Trabalhista de Pelotas
Porto Alegre	Análise Qualificação Técnica	Análise da qualificação técnica das empresas participantes na licitação da construção do prédio / cercamento da VT de Viamão

Localidade	Demanda	
	Tipo	Descrição
Porto Alegre	Análise Qualificação Técnica	Análise da qualificação técnica das empresas participantes na licitação da construção do prédio da VT de Triunfo
Porto Alegre	Orçamento	Registro de preços para reformas no prédio-sede do TRT – Retrofit
Porto Alegre	Orçamento de aditivo	Reforma do 10° pavimento do prédio-sede do TRT
Porto Alegre	Fiscalização de obra de reforma	Impermeabilização de terraços do prédio II das VTs de Porto Alegre e do prédio-sede do TRT
Rio Grande	Avaliação de Imóvel	Avaliação de imóvel do Foro Trabalhista de Rio Grande
Santa Vitória do Palmar	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel VT de Santa Vitória do Palmar
Santa Vitória do Palmar	Fiscalização de Obra	
Santo Ângelo	Orçamento	Orçamento para entrega do imóvel locado
Santo Ângelo	Orçamento de Aditivo	Construção do prédio da VT de Santo Ângelo
Santo Ângelo	Fiscalização de entrega de material	Fiscalização entrega de material (Pregão 74/2015)
Santo Ângelo	Fiscalização de Obra	Cercamento do terreno do prédio de Santo Ângelo
Santo Ângelo	Fiscalização de Obra	Construção do prédio da VT de Santo Ângelo
São Borja	Orçamento	Construção do prédio da VT de São Borja
São Borja	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio da VT de São Borja
São Borja	Análise de Projeto	Análise do projeto estrutural da VT de São Borja
São Leopoldo	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel próprio do Foro Trabalhista de São Leopoldo
São Leopoldo	Análise de laudo	Imóvel locado de São Leopoldo
Torres	Análise de laudo	Imóvel locado de Torres
Tramandaí	Análise de laudo	Imóvel locado de Tramandaí
Triunfo	Avaliação de imóvel	Avaliação do imóvel atual de Triunfo
Triunfo	Análise de Projeto	Análise do projeto estrutural da VT de Triunfo
Triunfo	Orçamento	Construção do prédio da VT de Triunfo
Uruguaiana	Orçamento	Orçamento para entrega do imóvel locado
Vacaria	Avaliação de Imóvel	Avaliação do imóvel da VT de Vacaria
Viamão	Orçamento/Auditoria	Resposta à auditoria da Seconti da obra do prédio da VT de Viamão
Viamão	Orçamento	Cercamento do terreno novo prédio de Viamão

Seção de Projetos de Edificações

A Seção de Projetos de Edificações executou e fiscalizou atividades técnicas de projeto para cerca de 35 localidades. Em especial, foram realizados projetos para novos Foros Trabalhistas; reformas de pequeno, médio e grande porte, para solução de patologias, adequações para atendimento das legislações de incêndio e acessibilidade universal; tramitações legais de projetos e regularizações de imóveis junto a Prefeituras Municipais; alterações de *layout*; projetos de mobiliários especiais.

Conforme se verifica na tabela abaixo, em 2016, a Seção foi responsável pelo atendimento de mais de 120 demandas, localizadas na Capital e em diversas localidades do Interior.

Muitos projetos foram, ou estão sendo, desenvolvidos pelos próprios técnicos da Seção de Projetos, e outros são encaminhados e realizados pelo escritório de arquitetura contratado pelo Tribunal, sob a fiscalização da Seção. Além disso, a Seção de Projetos atua na fiscalização do contrato do escritório que realiza projetos de estruturas e fundações, e participa da fiscalização do escritório contratado para elaboração de projetos hidrossanitários e PPCI para as diversas edificações do TRT4.

Além das ações citadas acima, a Seção realizou avaliações e vistorias de prédios com propostas de locação em Santa Vitória do Palmar e Rio Grande, assim como análise e orientação de projetos de investidor com proposta de locação em São Lourenço do Sul e desenvolvimento do projeto do mobiliário especial para as novas instalações da Administração (Vice-Presidência, Corregedoria e Vice-Corregedoria).

A seguir, a lista de demandas, por localidade:

Localidade	Demandas
Alegrete	Novo Foro Trabalhista – projetos de arquitetura, executivo e complementares concluídos pelos escritórios contratados (de arquitetura, estruturas e fundações, hidrossanitário e PPCI). Em aprovação com a Prefeitura Municipal e o Corpo de Bombeiros.
	Prédio Atual – projeto de ampliação da Sala de Audiências.
Arroio Grande	Prédio atual – projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
	Novo Foro Trabalhista – projetos de arquitetura, executivo e complementares concluídos pelos escritórios contratados (de arquitetura, estruturas e fundações, hidrossanitário e PPCI). Em aprovação com a Prefeitura Municipal e o Corpo de Bombeiros.
Bagé	Projeto de PPCI em elaboração pelo escritório contratado.
Bento Gonçalves	Reforma, incluindo organização espacial interna, adequações de acessibilidade, PPCI, aprovações na Prefeitura e Bombeiros – projetos de arquitetura, executivo e complementares concluídos pelos escritórios de arquitetura, hidrossanitário e PPCI.
Cachoeirinha	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
Camaquã	Regularização na Prefeitura Municipal do anexo (área de convivência) e cobertura do acesso – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado.
Canoas	Regularização na Prefeitura Municipal da ampliação construída – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado.

Localidade	Demandas
	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
Capão da Canoa	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
Carazinho	Em aprovação com a Prefeitura Municipal.
Caxias do Sul	Reforma para adequações do PPCI e solicitações das unidades – projetos de arquitetura e PPCI concluídos pelos escritórios contratados.
Dom Pedrito	Projeto de PPCI em elaboração pelo escritório contratado.
Esteio	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
Estrela	Adequação de projetos e especificações para retomada da obra, em razão da rescisão da empresa contratada.
Farroupilha	Reforma e adequações para o PPCI – projetos de arquitetura e PPCI concluídos pelos escritórios contratados – de arquitetura e hidrossanitário e PPCI.
Gramado	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
Ijuí	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
Lagoa Vermelha	Novo Foro Trabalhista – projetos de arquitetura, executivo e complementares concluídos pelos escritórios contratados (de arquitetura, estruturas e fundações, impermeabilização, hidrossanitário e PPCI). Em aprovação com a Prefeitura Municipal e o Corpo de Bombeiros.
Nova Prata	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
Novo Hamburgo	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
Osório	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado e aprovado com o Corpo de Bombeiros.
Palmeira das Missões	Reforma para construção de dois vestiários e adequações de acessibilidade – projeto concluído e aprovado junto à Prefeitura Municipal pelo escritório de arquitetura contratado.
Passo Fundo	Demolição parcial da edificação existente e adequações hidrossanitárias e elétricas necessárias – projetos concluídos pelos escritórios de arquitetura e hidrossanitário contratados.
	Ampliação do prédio próprio, com construção de nova edificação – projetos concluídos pelo escritório de arquitetura contratado.
	Projeto hidrossanitário concluído pelo escritório contratado.
Pelotas	Projetos de pavimentação de calçada dos fundos do terreno e anteparo para bloquear visão dos sanitários por quem passa pelo saguão elaborados pela Seção de Projetos.
	Laudo estrutural elaborado pelo escritório contratado para estruturas.

Localidade	Demandas
	Projeto estrutural para adaptação da escada em decorrências das exigências de PPCI.
Rio Grande	Estudo de instalação das 4 VTs em prédio único.
	Projeto de PPCI em elaboração pelo escritório contratado.
Santa Cruz do Sul	Reforma para otimização das áreas do Foro e adequações de acessibilidade – projetos de arquitetura, executivo e complementares em desenvolvimento pelos escritórios contratados – de arquitetura, estrutura e fundações, hidrossanitário e PPCI.
Santa Maria	Reforma geral, com reorganização espacial interna, acessibilidade, solução de patologias, etc. – projetos de arquitetura, executivo e complementares concluídos pelos escritórios contratados – de arquitetura, estrutura e fundações, hidrossanitário e PPCI. PPCI em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
Santa Rosa	Estudo de projeto de Foro Trabalhista de 2 VTs para lançamento de pedra fundamental no terreno doado para o futuro Foro.
	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
Santo Ângelo	Conclusão de projeto de aterro compactado.
São Borja	Prédio atual – Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
	Novo Foro Trabalhista – projetos de arquitetura, executivo e complementares concluídos pelos escritórios contratados (de arquitetura, estruturas e fundações, hidrossanitário e PPCI). Em aprovação com a Prefeitura Municipal e com o Corpo de Bombeiros.
São Jerônimo	Reforma para otimização das áreas do Foro, adequações de acessibilidade, e solução de patologias – concluídos pelos escritórios contratados – de arquitetura, estrutura e fundações, hidrossanitário e PPCI. Em aprovação com a Prefeitura Municipal e Corpo de Bombeiros.
São Leopoldo	Projeto para construção de galpão para abrigar temporariamente o arquivo do Foro elaborado pela Seção de Projetos e executado pela Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais.
	Adequação da recepção para instalação de balcão na 2ª VT.
	Inclusão de Gabinete para Juiz Substituto na 1ª VT.
	Prédio Próprio – Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
	Prédio Locado – Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
São Lourenço do Sul	Análise de projeto de investidor para construção de prédio para locação ao TRT4, para instalação do Posto Avançado.
Sapiranga	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado e aprovado com o Corpo de Bombeiros.
Taquara	Estudos para ocupação de terreno cedido pela Prefeitura Municipal para estacionamento do Foro.

Localidade	Demandas
	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
Torres	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
Triunfo	Novo Foro Trabalhista – projetos de arquitetura, executivo e complementares concluídos pelos escritórios contratados (de arquitetura, estruturas e fundações, hidrossanitário e PPCI) e aprovados junto à Prefeitura Municipal e ao Corpo de Bombeiros.
Vacaria	Novo Foro Trabalhista – projetos de arquitetura, executivo e complementares – concluídos pelos escritórios contratados – de arquitetura, estruturas e fundações, hidrossanitário, impermeabilização e PPCI. Em aprovação com a Prefeitura Municipal e o Corpo de Bombeiros.
Viamão	Readequação do projeto de muros e gradil para o prédio novo em construção.
Porto Alegre – Foro Trabalhista	Foro Trabalhista – Estudos de instalação de guarita e inversão do sentido de acesso ao estacionamento do Foro.
	Estacionamento – Demarcação de vaga para gestantes.
	Projeto para instalação de vestiários em *containers*.
	Estudo para instalação de Espaço de Leitura.
	Prédio 1 – Coordenadoria de Saúde – Reforma Geral – projeto em andamento.
	Prédio 1 – Coordenadoria de Saúde – Atualização de mobiliário – projeto em andamento.
	Prédio 1 – CAP – *Layout*.
	Prédio 1 – Criação de Sala de Conciliação do JAC no CAP.
	Prédio 1 – 1ª VT – *Layout* de secretaria.
	Prédio 1 – 3ª VT – *Layout* de secretaria e adequação de gabinete.
	Prédio 1 – 4ª VT – *Layout* de secretaria.
	Prédio 1 – 5ª VT – *Layout* de secretaria e adequação de gabinete.
	Prédio 1 – 6ª VT – *Layout* de secretaria e adequação de gabinete.
	Prédio 1 – 7ª VT – *Layout* de secretaria.
	Prédio 1 – 8ª VT – *Layout* de secretaria.
	Prédio 1 – 9ª VT – *Layout* de secretaria.
	Prédio 1 – 10ª VT - Criação de gabinete para segundo secretário.
	Prédio 1 – 10ª VT – *Layout* de secretaria.
	Prédio 1 – 11ª VT – *Layout* de secretaria.
	Prédio 1 – 12ª VT – *Layout* de secretaria.
	Prédio 2 – 13ª VT – *Layout* de gabinetes de Juiz Titular e Substituto.
	Prédio 2 – 14ª VT – Criação de gabinete para Juiz Substituto e

Localidade	Demandas
	Assistentes.
	Prédio 2 – 15ª VT – *Layout* de secretaria.
	Prédio 2 – 16ª VT – Estudo de viabilidade para instalação de 2ª Sala de Audiências na Secretaria da VT (negada por falta de orçamento).
	Prédio 2 – 19ª VT – *Layout* de secretaria.
	Prédio 2 – 20ª VT – *Layout* de secretaria.
	Prédio 2 – 21ª VT – Criação de gabinete para Assistentes.
	Prédio 2 – 23ª VT – *Layout* de secretaria.
	Prédio 2 – 24ª VT – *Layout* de secretaria.
	Prédio 3 – Escola Judicial – Reforma da Biblioteca.
	Prédio 3 – Escola Judicial – Criação de nova sala para o Conselho e reforma da Recepção.
	Prédio 3 – Instalação de bicicletário.
Porto Alegre – Prédio Anexo Administrativo	*Layout* da Coordenadoria de Contabilidade.
	Layout da Secretaria de Apoio Administrativo.
Porto Alegre – prédio-sede	Projeto de paisagismo para jardins elaborado pelo escritório contratado.
	Acessibilidade – projeto desenvolvido pelo escritório de arquitetura contratado.
	Atualização do projeto arquitetônico de RETROFIT para o 6º pavimento elaborado pela Seção de Projetos.
	Projeto executivo de RETROFIT para o 6º pavimento elaborado pelo escritório contratado.
	Projeto de mobiliário da Vice-Presidência, Corregedoria Regional e Vice-Corregedoria Regional.
	Projeto de instalação de vestiários em *containers* no subsolo.
	Projeto arquitetônico executivo do RETROFIT – 10º pavimento – concluído pelo escritório de arquitetura contratado.
	Adequação do projeto de RETROFIT do 10º pavimento para instalação da Corregedoria.
	Atualização do projeto de RETROFIT para todo o prédio-sede.
	Atualização do projeto de RETROFIT para o Subsolo.
	Atualização do projeto de RETROFIT para o 4º pavimento e 10º pavimento ala norte.
	Layout para mudança da Coordenadoria de Agravos e Certidões para a Sala 307-B.
	Estudo para a reconstrução da Sala Multiúso.
	Layout para o Gabinete 205.
	Layout e reforma para o Gabinete 705.

Localidade	Demandas
	Layout e reforma para o Gabinete 708.
	Layout para o Gabinete 803.
	Projeto de reforma e *layout* da Recepção de Gabinetes, no subsolo.
	Adequação de mobiliário da copa do Gabinete 703.
	Layout da Assessoria de Recurso de Revista.
	Layout da Seção de Limpeza.
	Layout da 4ª Turma.
	Layout da 10ª Turma.
	Layout da Coordenadoria de Agravos e Certidões.
	Estudo de instalação de sinalização viária, faixas de pedestres, complementação de iluminação e limitadores de vagas de estacionamento no subsolo.
	Comunicação Visual provisória do 10º pavimento e da Vice-Corregedoria no 11º pavimento.
	Fiscalização da obra da Galeria dos Presidentes e Corregedores.
	Readequação para sanar problema de descolamento dos porta-retratos da Galeria dos Presidentes e Corregedores.
	Compra dos porta-retratos para complementação da Galeria dos Presidentes e Corregedores.
	Projeto hidrossanitário para RETROFIT do prédio-sede concluído pelo escritório contratado.
Porto Alegre – Depósito da Rua Aureliano de Figueiredo Pinto	Reforma para instalação da Marcenaria e CLOG – projetos arquitetônico, executivo e complementares concluídos pelos escritórios contratados – de arquitetura, estrutura e fundações, hidrossanitário e PPCI. Em aprovação junto à Prefeitura Municipal e com o Corpo de Bombeiros.
	Projeto de estrutura metálica para nova cobertura, incluindo fundações, em elaboração pelo escritório contratado.
Porto Alegre – Arquivo da Rua Provenzano	*Layout* do arquivo, avaliação de reforma de esquadrias e instalação de cobertura no pátio de fundos.
Porto Alegre – Memorial Rua João Telles	*Layout* da Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais.
	Layout e reforma da Seção de Perícias.
	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
Porto Alegre – Transportes	*Layout* dos *containers* da Seção de Transportes.
	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.
Porto Alegre – Almoxarifado da	Projeto de PPCI concluído pelo escritório contratado. Em aprovação com o Corpo de Bombeiros.

Localidade	Demandas
Rua Dr. Barcellos	

COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS

As ações da Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais englobam a implantação do Plano de Manutenção Predial Permanente, a coordenação e a fiscalização dos contratos regionais de manutenção predial, a coordenação e fiscalização dos contratos de manutenção das instalações mecânicas e de climatização, a implementação do Plano Permanente de Modernização das Instalações Prediais, o projeto, o orçamento e a fiscalização das instalações mecânicas e eletrológicas de todos os prédios do Tribunal (Capital e Interior), além de estudos, vistorias e avaliações técnicas relativas à manutenção predial e às instalações eletrológicas e mecânicas.

Ações gerais de maior relevância, por localidade:

Localidade	Ação
Ações de caráter geral	Instalações e manutenções de persianas em todas as unidades da JT no Estado.
	Instalações e manutenções de películas de controle solar em todas as unidades da JT no Estado.
	Recarga, controle, ajustes e emissão de memoriais de todo o acervo de extintores das unidades da JT no Estado.
	Controle e ajustes gerais dos PPCIs em todas as unidades da JT no Estado, incluindo todos os elementos que o compõem, como extintores, hidrantes, *sprinklers*, mangueiras, centrais de alarme, placas, etc.
	Renovação do contrato para a realização de serviços de manutenção de condicionadores de ar, abrangendo todas as unidades da Justiça do Trabalho da 4ª Região e todos os tipos de climatização no que diz respeito à manutenção corretiva e preventiva, com ações programadas e emergenciais, além de implementar o Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC), conforme determina a Portaria nº 3.523 do Ministério da Saúde.
	Fiscalização do contrato para serviços de manutenção preventiva em subestações de energia, em todo o Estado.
	Renovação do contrato para a realização de serviços de manutenção predial programada preventiva e corretiva em todo o Estado, englobando visitas mensais em todos os Foros, com inúmeras ações de manutenção predial, incluindo equipamentos, de caráter preventivo e corretivo.
	Renovação do contrato para a realização de serviços de

Localidade	Ação
	manutenção em cabeamento estruturado, de forma programada, preventiva e corretiva em todo o Estado.
	Aquisição de câmera de infravermelho para as atividades relacionadas às instalações elétricas.
	Ações nos CPDs de Foros Trabalhistas do Interior do Estado permitindo a troca de *racks* por parte da Setic.
	Elaboração de termo de referência para ata de registro de preços de condicionadores de ar do tipo *split*, de diversos modelos e capacidades.
	Elaboração de termo de referência para ata de registro de preços de lâmpadas LED.
	Contratação e gerenciamento de todos os contratos, divididos por prédio, de elevadores em todo o Estado.
	Apoio aos eventos do Cerimonial.
Prédio-sede do TRT	Fiscalização de projetos e da execução das áreas de eletrológica e climatização do RETROFIT no 10º andar (Corregedoria e Vice-Corregedoria).
	Confecção, pela área de marcenaria, dos móveis para as copas das novas dependências da Corregedoria e Vice-Corregedoria.
	Conserto geral na calçada do prédio-sede e da Rua Marcílio Dias.
	Recolocação das persianas de teto solar no Protocolo do TRT (ação decorrente do temporal de 29.01.2016).
	Pintura das marcações de vagas de estacionamento.
	Reparo geral no piso do estacionamento (entrada da Rua Marcílio Dias).
	Execução de telhado sobre o acesso do TRT ao Plenário.
	Execução de novas caixas e tubulações de esgoto pluvial no prédio-sede.
	Serviços de esgotamento da rede cloacal e desentupimento por hidrojateamento.
	Reforma das plataformas de *splits*.
	Conserto geral das portas de vidro.
	Serviços relativos à mudança de *layout* da 4ª Turma Julgadora.
	Serviços relativos à mudança de *layout* da 10ª Turma Julgadora.
	Serviços relativos à mudança de *layout* do Gabinete 705.

Localidade	Ação
	Reforma na sala 307-B para instalação da Coordenadoria de Agravos e Certidões.
	Reforma na sala 106, para instalação de nova área da Secretaria Judiciária.
	Reforma na sala da Reprografia.
	Conserto geral das portas corta-fogo.
	Confecção de novo telhado metálico no estacionamento.
	Pintura geral dos guarda-corpos do vão central.
	Reforma na sala 503 devido a infiltrações.
	Instalação de luminárias novas nos banheiros.
	Reforma na 6ª Turma.
	Desmontagem de sala dos terceirizados no subsolo, com pintura de toda a área.
	Execução de estruturas de madeira e chapa galvanizada sobre o Gabinete da Presidência, em combate a infiltrações por água da chuva.
	Recorte e retirada dos destroços da Sala Multiúso (ação decorrente do temporal de 29.01.2016).
	Impermeabilização do piso da antiga sala Multiúso (ação decorrente do temporal de 29.01.2016).
	Consertos gerais no capeamento metálico no terraço (ação decorrente do temporal de 29.01.2016).
	Consertos gerais em persianas (ação decorrente do temporal de 29.01.2016).
	Conserto da estrutura metálica e telhado em policarbonato do Protocolo do TRT (ação decorrente do temporal de 29/01/2016).
	Recomposição do sistema de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA (ação decorrente do temporal de 29.01.2016).
	Execução de novo forro em gesso e mineral na passarela do prédio-sede ao anexo.
Prédio Administrativo	Conserto geral das portas de vidro.
	Limpeza dos dutos de ventilação do prédio administrativo e do plenário, seguindo parâmetros da Anvisa e Ministério da Saúde.
	Serviços relativos à mudança de *layout* da Coordenadoria de Contabilidade.

Localidade	Ação
	Serviços relativos à mudança de *layout* da Secretaria de Apoio Administrativo.
	Consertos gerais no reservado dos Juízes no Plenário devido à inundação por água da chuva.
	Execução de alçapões no forro de gesso do Plenário do TRT.
	Substituição de 42 vidros da pele de vidro do prédio anexo (ação decorrente do temporal de 29.01.2016).
	Construção de tablado em madeira para o centro do Plenário.
Foro Trabalhista de Porto Alegre	Reforma na Escola Judicial.
	Fiscalização da execução das áreas de eletrológica e climatização da construção das novas dependências do Restaurante do Foro.
	Fiscalização da implantação do novo sistema de climatização do Foro, com sistema tipo VRF: conclusão do prédio II em agosto de 2016.
	Reforma na CAP/JACEP.
	Reforma na Biblioteca.
	Pintura externa completa do Prédio I.
	Reforma nas portas dos banheiros do Prédio I.
	Prédio I – consertos nos pisos dos corredores das Salas de Audiência.
	Consertos de gesso e azulejos, pinturas e reforma elétrica na CSAUDE.
	Execução de rede para ligação dos *switches* a *nobreaks* (projeto Setic).
	Montagem e instalação de redes a partir do barramento de ar condicionado.
	Prédio I – substituição de bebedouros.
	Consertos em pisos paviflex nas VTs 6ª, 14ª, 15ª, 19ª, 21ª, 22ª, 26ª e 27ª.
	Limpezas da rede de esgoto do restaurante.
	Reforma para a criação da Sala de Amamentação.
	Substituição do carpete do Espaço Cultural B e reparos gerais.
	Reforma nas persianas e colocação de películas nas Varas do Prédio II, adequando as unidades ao novo sistema de climatização.

Localidade	Ação
	Substituição dos suportes e trilhos nas persianas das Varas do prédio I, adequando as unidades ao novo sistema de climatização.
	Prédio I: Remoção do ar condicionado de parede, remoção da gaiola externa, colocação de nova esquadria.
	Prédio II: Remoção do ar condicionado de parede, remoção da gaiola externa e remontagem da janela.
	Prédio II, banheiros públicos – Conserto cerâmica piso e azulejos parede.
	Execução de plataforma metálica para acesso às caixas d'água do Prédio II.
	Pintura da marcação das vagas de estacionamento.
	Pintura do saguão do subsolo do Prédio II.
	Troca de pedras na escadaria do Prédio II.
	Limpeza e pintura das grades metálicas das portas do abrigo dos geradores.
	Impermeabilização da laje de entrada do Prédio III.
	Pintura dos muros internos do Foro Trabalhista.
	Pintura completa da passarela entre os Prédios I e II.
	Pintura do muro/estrutura externa do estacionamento elevado (lado visto da escola e o visto do Prédio II) e muro junto à Escola Judicial; pintura da rampa de acesso ao estacionamento; pintura da escada de ferro; execução das faixas de demarcação nas paredes.
	Pintura do subsolo do Prédio II no estacionamento dos fundos.
	Pintura das portas metálicas da entrada lateral do prédio I (lixeira, casa de bombas, subestação, etc).
	Modernização do conjunto de motobombas do Prédio I.
	Fechamento em gesso acartonado das descidas dos barramentos blindados do sistema de climatização dos Prédios I e II.
	Recolocação do sinalizador aéreo no Prédio I (ação decorrente do temporal de 29 de janeiro).
	Consertos gerais no piso do estacionamento e corredores.
	Pintura dos corrimãos das escadarias do Prédio II.
	Pintura do acesso ao Prédio III.
	Ajustes no piso paviflex e iluminação na sala do conselho da Escola

Localidade	Ação
	Judicial.
	Serviços relativos à mudança de *layout* da 3ª VT, incluindo pintura geral.
	Serviços relativos à mudança de *layout* da 5ª VT.
	Serviços relativos à mudança de *layout* da 14ª VT.
	Serviços relativos à mudança de *layout* da 15ª VT.
	Serviços relativos à mudança de *layout* da 24ª VT.
	Serviços relativos à mudança de *layout* da 23ª VT.
	Serviços relativos à mudança de *layout* da 6ª VT.
	Recomposições em alvenaria e pinturas na 22ª VT.
	Consertos e pinturas das paredes e platibandas dos terraços do 5º e 8º andares do Prédio II.
	Substituição de 18 vidros em janelas (ação decorrente do temporal de 29.01.2016).
	Retirada do forro em pvc da parte frontal externa do prédio II (ação decorrente do temporal de 29.01.2016).
	Retirada do forro em gesso do saguão de entrada do Prédio I, com preparação da laje, pintura e colocação de novas luminárias (ação decorrente do temporal de 29.01.2016).
	Instalação de luminárias nos corredores do banheiro e interior das unidades, onde há apenas lâmpadas e gesso.
	Recolocação de plaquetas no Prédio III.
	Execução de revestimento em gesso acartonado nas descidas dos *busway* nos saguões e consertos de gesso no 6º e 5º andares prédio I.
	Serviços de capeamento e substituição de telhas nos Prédios I e III (ação decorrente do temporal de 29.01.2016).
	Recolocação de revestimentos de pastilhas nas fachadas da frente e fundos do Prédio II.
Imóvel da Rua General João Telles	Individualização de circuitos no Arquivo; ação de correção no sistema de combate a incêndio; consertos na calçada.
Imóvel da Rua Aureliano de Figueiredo Pinto	Pintura da fachada e impermeabilização marquise; reprego de telhas e recolhimento de mantas soltas; execução de telhado sobre a área de escritório da marcenaria.
Almoxarifado	Reforma geral no portão de acesso.

Localidade	Ação
Depósito BIG	Colocação de portão novo.
Terreno na Jacob Vontobel	Consertos dos muros.
Alvorada	Execução de grelha junto à porta para evitar a entrada de água.
Arroio Grande	Consertos no telhado.
Bento Gonçalves	Remanejamento das condensadoras dos *splits*, visando a facilitar o acesso à manutenção.
	Instalação de cerca elétrica; instalação de QGBT; pintura da grade externa e porta da garagem; desativação de banheiro próximo à entrada; pintura dos corrimãos externos e internos; pintura da secretaria da 2ª VT; consertos gerais no piso da 1ª VT; retirada das tomadas de piso na 3ª sala de audiências; troca da caixa d'água rachada.
Cachoeira do Sul	Conserto de calhas, vedação de janelas, fixação de janelas, conserto de trincos; infiltrações no telhado.
Cachoeirinha	Consertos das portas corta-fogo; reparo de piso do saguão superior; reparo e pintura coluna saguão; pinturas nos saguões; conserto e pintura paredes em frente à sala multiúso; consertos nas pastilhas da fachada; consertos na escada de entrada do Foro.
Camaquã	Consertos piso paviflex; correção do piso na secretaria; colocação de bandejas no gabinete e arquivo; conserto de pedras soltas na entrada; reparos nos muros da frente e fundos; isolação com o muro do vizinho; reparo na parede de baixo das janelas da secretaria; pinturas internas na secretaria e Gabinete do Juiz Substituto; conserto de rodapés; vedação das janelas da secretaria; pinturas no forro; conserto em forro de gesso e colocação de alçapões; correção no piso cerâmico do *hall*; substituição de telhas sobre o arquivo, gabinete do juiz e claraboia; reparo em paredes internas e colocação de vedação nas janelas do Gabinete do Juiz Titular; reparo em paredes internas, vedação das janelas e conserto de piso paviflex da Sala de Audiências; conserto do piso cerâmico na sala do vigilante.
Canoas	Pintura da parede do corredor do 1º e 2º pisos; pintura degraus espelhos; pintura das paredes das secretarias.
Capão da Canoa	Instalação do sistema Aeropauta (projeto Setic).
Carazinho	Atualização da infraestrutura de telefonia (projeto Setic).
	Consertos nas calçadas e no estacionamento.
Caxias do Sul	Execução de rede para ligação dos *switches* a *nobreaks* (projeto Setic).
	Troca de parte do telhado metálico sobre a 4ª VT, colocação de plataforma e escada metálica; retirada das caixas d'água de amianto, montagem de estrutura metálica para base e instalação de

Localidade	Ação
	novas caixas d'água; reforma na 4ª VT; reforma no Gabinete da 1ª VT; instalação de luminárias na 3ª VT; reforço na estrutura e substituição das telhas sobre a 6ª VT e CCDF por telhas sanduíche; reforma na sala de Perícias; canalização com rebaixamento de friso da calçada e tubulação para escoamento de vertente de água, na calçada lateral do Foro; serviços na rede de esgoto nos fundos do prédio.
Dom Pedrito	Pintura externa e interna; colocação de toldo em policarbonato na frente e nos fundos; substituição da grade da frente por pantográfica; colocação de grades faltantes.
Estância Velha	Tratamento e pintura da parede do saguão.
Esteio	Execução de rede para ligação dos *switches* a *nobreaks* (projeto Setic).
	Pinturas internas gerais; reparos em textura na garagem e 3º pavimento; colocação de rejunte na sacada do 3º piso; conserto piso no CCDF; conserto da porta de vidro; infiltrações no telhado: refazimento da vedação dos algerozes com PU e caixa de coleta pluvial sobre a 2ª VT; conserto do piso cerâmico da área da sacada; vedação esquadria da janela.
Estrela	Modificação em circuitos elétricos.
Farroupilha	Pintura externa e interna completa; adequação da churrasqueira; colocação de parede em gesso acartonado com isolação até a laje na sala de audiências e no gabinete; consertos de infiltrações no telhado.
Gramado	Colocação de meio-fio de concreto e reparo de basaltos na calçada; barra para apoio da dobradiça e cantoneiras para janela; consertos na calçada e entrada de veículos.
Gravataí	Serviços relativos à mudança de *layout* na 4ª VT.
	Consertos das portas corta-fogo do Foro; correção sistema de PPCI; instalação de grade na janela da sala de segurança e troca esquadria no térreo; instalação de películas nas janelas da sala de segurança; reparos na central de incêndio.
Guaíba	Pintura do gabinete do juiz substituto; pintura do arquivo; fixação de pedras na calçada e rebaixamento do meio-fio; verificação de alçapão na sala de audiências; consertos na calha na parte da frente; troca da lona do toldo da entrada dos fundos; reparos e pintura da sala de audiência.
Ijuí	Limpeza da fachada de alumínio, calçada, cerâmica e blocos intertravados.
Itaqui	Instalação do sistema Aeropauta (projeto Setic).
Lagoa Vermelha	Substituição completa das persianas.

Localidade	Ação
Lajeado	Limpeza do toldo da entrada e claraboia; pintura geral nas secretarias das duas Varas; pintura do saguão; reparos e pintura nas copas e CPD; pintura das salas de audiência e remoção do ACJ, com recomposição de alvenaria; recomposição do forro de gesso da sala multiúso e pintura geral da sala; colocação de textura e pintura dos fundos; reparos nos blocos de concreto da entrada de veículos; execução do forro de gesso novo na sala multiúso; impermeabilização de parde externa e retirada da película dos vidros; pintura das grades externas; desentupimento de rede de esgoto; pintura do muro; pintura parede claraboia; colocação de manta nas calhas; lavagem da claraboia; pintura proteção da laje externa dos fundos – beiral.
Marau	Atualização da infraestrutura de telefonia (projeto Setic).
	Instalação do sistema Aeropauta (projeto Setic).
Montenegro	Adequação do balcão (marcenaria).
	Pintura da sala de audiências; pilares na secretaria; vão externo do ar condicionado; piso na sala de audiências; pintura do Gabinete.
Nova Prata	Atualização da infraestrutura de telefonia (projeto Setic).
	Instalação do sistema Aeropauta (projeto Setic).
Novo Hamburgo	Execução de muro de contenção junto à 5ª VT; pintura do gradeamento da frente e dos fundos do Foro; pintura da base do letreiro e da fachada na entrada do Foro; pintura meio-fio do pátio; pintura das muretas abaixo da grade; conserto de basaltos na calçada; recomposição e pintura no Gabinete e na sala de audiências da 5ª VT.
Osório	Atualização da infraestrutura de telefonia (projeto Setic).
	Construção de nova fossa e sumidouro; ações de PPCI; conserto telhado; conserto calçada; pinturas; substituição do motor do portão.
Palmeira das Missões	Execução de cobertura para as condensadoras; impermeabilização do terraço; vedação das platibandas; impermeabilização das tubulações de *split*; vedação da bomba de incêndio; pintura da porta da subestação; reparos nos blocos intertravados; reparos nas aberturas da sala multiúso; reparo em duto pluvial; pintura e impermeabilização das paredes externas; pintura da plataforma das bandeiras; reparo nas fissuras na calçada; reparos nas telhas; construção de platibanda para os bicicletários; reforma nos portões.
Panambi	Atualização da infraestrutura de telefonia (projeto Setic).
	Instalação do sistema Aeropauta (projeto Setic).
Passo Fundo	Execução de rede para ligação dos *switches* a *nobreaks* (projeto Setic).

Localidade	Ação
	Execução de divisórias (marcenaria) – mudança de *layout*.
Pelotas	Início de ação de reforma de grande porte no prédio.
	Substituição dos postes de luz do estacionamento.
Rio Grande	Ação de recuperação no gradeamento que cerca o prédio da Rua Valporto; recuperação da área do fosso do elevador; consertos gerais em banheiro da Rua Valporto (azulejos e vaso).
Santa Cruz do Sul	Substituição do elevador.
	Reforma civil de grande porte.
Santa Maria	Reforma civil de grande porte.
Santa Rosa	Reforma civil de médio porte.
Santana do Livramento	Ações de manutenção geral de médio porte.
Santo Ângelo	Fiscalização da execução nas áreas de eletrológica e mecânica da construção do novo prédio.
São Borja	Substituição da grade pantográfica.
São Gabriel	Substituição de mufla externa.
São Jerônimo	Atualização da infraestrutura de telefonia (projeto Setic).
	Execução de elevação junto à calçada para contenção das águas da chuva; reparo na calçada de basalto; colocação de tubos de queda pluvial; limpeza da rede de esgoto; fixação de tacos do parquet; execução de novo telhado sobre a área multiúso e forro novo em pvc; impermeabilização de aberturas de ACJs; pintura da lateral externa do prédio; pintura de parte da secretaria.
São Leopoldo	Conserto geral na calçada; conserto geral no pátio interno; conserto do corredor dos fundos e lateral; troca da lona do toldo de entrada dos fundos (2ª VT); recuperação e pintura do gradeamento externo; corrimãos e mastros das bandeiras; pintura externa completa, incluindo limpeza com lava-jato no *fulget*, reparos no *fulget*, e pintura das grades externas das janelas e portas; aterro e nivelamento do terreno dos fundos para aproveitamento como estacionamento, divisões em alvenaria e pedras, rampa de acesso, acesso aos prédios; reforma nas grades e portões; execução de toldo em policarbonato compacto na entrada principal.
	Execução de depósito para o arquivo.
São Sebastião do Caí	Instalação do sistema Aeropauta (projeto Setic).
Sapiranga	Execução caminho interno em basalto; reparos e pintura no muro lateral e algeroz; pintura das escadas internas; impermeabilização e pintura da fachada frontal; pintura da Sala de Audiências da 2ª VT; pintura da fachada lateral; consertos e pintura dos pilares do

Localidade	Ação
	estacionamento; reparo na laje; pintura da base dos vasos sanitários; pintura da fachada abaixo dos peitorais.
Santa Vitória do Palmar	Fiscalização da elaboração dos projetos e orçamentos e fiscalização da implantação da rede eletrológica e do sistema de climatização no prédio novo (investidor).
Santiago	Reforma completa da rede eletrológica.
	Atualização da infraestrutura de telefonia (projeto Setic).
Soledade	Atualização da infraestrutura de telefonia (projeto Setic).
	Conserto de infiltrações na caixa; substituição de calhas; pintura da parede da copa; rachadura no muro e na pintura; nivelamento das pedras do piso do estacionamento; consertos de infiltrações no terraço.
Taquara	Projeto e execução de ancoragens e linhas de vida, para manutenção do sistema de climatização.
Taquari	Instalação do sistema Aeropauta (projeto Setic).
Tramandaí	Instalação do sistema Aeropauta (projeto Setic).
Triunfo	Pintura do Gabinete; fechamento de vãos de ar condicionado de janela (quatro); substituição de forro em madeira.
Viamão	Fiscalização do início da execução do novo prédio, nas áreas de eletrológica e mecânica.
	Reparos no telhado construído pelo TRT; reparos em algerozes e calhas.

A seguir, a descrição das ações realizadas pelas Seções que compõe a Coordenadoria de Instalação e Manutenção Predial: Seção de Manutenção, Seção de Instalações Eletrológicas, Seção de Instalações Mecânicas, Seção de Marcenaria e Carpintaria e Seção de Edificações e Metalurgia.

Seção de Manutenção

Durante o exercício de 2016, a Seção de Manutenção executou uma série de atividades visando ao efetivo atendimento das demandas que lhe foram encaminhadas: supervisão da execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nos prédios do Tribunal, bem como dos consertos das instalações e dos diversos bens patrimoniais existentes; supervisão e elaboração de propostas de contratação de serviços de manutenção prestados por empresas terceirizadas, além da compra de materiais e contratação de serviços, bem como a gestão e fiscalização dos contratos realizados com as empresas terceirizadas.

Destaca-se a fiscalização da execução do PPCI em todas as unidades do TRT, visando ao atendimento das exigências legais. Foram contratados serviços de recarga e troca de acessórios dos extintores e de instalação de placas de sinalização de saídas e extintores. Salienta-se também a contratação de serviços relacionados à instalação e a manutenção de persianas, de vidraçaria, chaveiro, poda, corte e remoção de árvores e de aplicação de películas de proteção solar.

A Seção de Manutenção, no ano de 2016, concluiu 887 demandas registradas no sistema informatizado Trace-GP, além de inúmeros pedidos telefônicos, via e-mail, nas visitas programadas das equipes às unidades e nas vistorias, os quais ocasionaram as seguintes atividades executadas pela empresa terceirizada Engeporto Engenharia Ltda., além de outras empresas contratadas por compra direta, ou executadas pelos próprios servidores da Seção:

Atividades executadas pela empresa contratada (Engeporto)	Quantidade
Abertura de porta /gaveta/armário (simples)	39
Bateria 12 V 7 AH para Central de Alarme unidade – PPCI	5
Colar rodapé de plástico	1
Compra de 100 rebites	100
Compra de buchas 8 mm para tijolo furado – PPCI	50
Compra de cadeado	2
Compra de correntes	3
Compra de espuma para colar em aberturas (rolos)	4
Compra de espuma/trinco para instalação em *shaft*	5
Compra de números para imóvel da Rua Aureliano de Figueredo Pinto	1
Compra de parafusos/porcas/arruelas	6
Compra de parafusos/porcas/arruelas	8
Compra de tubo de tinta para pincel atômico /marcador atômico – PPCI	5
Confecção/instalação de placas de inox para tampas de piso	6
Conserto de fechadura (simples)	56
Conserto de fechadura (tetra)	15
Conserto de fechadura de porta de vidro	2
Conserto de fechadura de portão	1
Conserto de ferragem de porta de vidro	4
Conserto de mola de porta de vidro	1
Conserto de puxador de porta de vidro	2
Conserto de rodízios de porta de vidro	1
Container – locação (carga/transporte) V=5m³	2
Controle remoto de portão eletrônico	10
Cópia chave (tetra/simples)	839
Correção em caixa de registro do sistema de incêndio – PPCI	3
Difusor para extintor tipo CO2 – PPCI	2

Atividades executadas pela empresa contratada (Engeporto)	Quantidade
Fechadura de embutir comp. para porta de banheiro/externa	1
Fechadura para porta de madeira e divisória (mão de obra/material)	2
Fita demarcadora de degrau 5 cm (m)	4,9
Fixação de letreiros “Justiça do Trabalho”	2
Fixação de placas comemorativas	2
Fixação de placas de sinalização de extintores PPCI	9
Fixação de placas indicativas (comunicação visual)	12
Instalação de fechadura auxiliar para porta externa	2
Instalação de fechadura simples 1	1
Instalação de placa comemorativa	1
Instalação de visor de acrílico na porta da caixa do sist. de incêndio – PPCI	2
Mangueira de baixa/alta pressão para extintor de diferentes tipos – PPCI	8
Manômetro de extintor (apenas material) – PPCI	89
Película para vidro (fumê e leitoso) m²	541
Persianas (manutenção)	1124
Persianas (manutenção)	88
Persianas verticais/horizontais (instalação) m²	432
Pintura de casco de extintor de incêndio – PPCI	14
Registro regulador válvula de gás e mangueira	2
Regulagem de mecanismo de porta de vidro temperado	5
Retirada/instalação de placas indicativas	45
Revisão e conserto de portão de ferro (m²)	1
Teste nível 2 – recargas de extintores diferentes capacidades – PPCI	1.005
Teste nível 3 – teste de nível hidrostático completo – PPCI	94
Trincos em caixa do Sistema de Incêndio – PPCI	7
Troca de cadeado para portão de ferro	1
Troca de fechadura (maçaneta)	1
Troca de fechadura de porta de vidro	6
Troca de fechadura padrão CEEE	1
Troca de fechadura	2
Troca de maçaneta	2
Troca de mangueira de incêndio (para hidrante) – PPCI	6
Troca de segredo de fechadura (tetra/simples) com duas cópias de chave	37
Trocar mangueiras de incêndio – PPCI	9
Válvula de alta pressão para extintor de diferentes tipos – PPCI	32
Vidro liso (liso, fantasia, miniboreal), espessura 4mm unid (m²)	66
Vidro pontilhado espessura 3 mm unid (m²)	2,3
Vidro temperado (transparente e colorido) espessura 10mm	3,4

Seção de Instalações Eletrológicas

Em 2016, a vistoria e a manutenção de todas as subestações elétricas foram concluídas. Investiu-se em segurança, por meio da atualização e reciclagem dos membros da equipe. Todos os integrantes da Seção participaram dos cursos de NR-10 Básico e NR-10 Complementar SEP.

Foram concluídas as obras de construções dos novos Foros Trabalhistas de Uruguaiana, Erechim e Santo Ângelo. Procedeu-se à revisão dos projetos elétricos e de telecomunicações de Triunfo, Alegrete, Arroio Grande, São Borja, Vacaria e Lagoa Vermelha.

A proteção contra descargas atmosféricas foi vistoriada em vários Foros. Foram elaborados novos projetos para os Foros Trabalhistas de Canoas e Novo Hamburgo, os quais já se encontram prontos para licitação.

Com o objetivo de diminuir o consumo de energia elétrica, foram instalados sensores de presença em escadarias do prédio-sede e do prédio do Foro Trabalhista da Capital, complementando a ação de substituição gradual das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED iniciada em 2014.

Foram acompanhados diversos eventos, incluindo a montagem de equipamentos de som e vídeo no Plenário, Salão Nobre e Auditório.

Em 2016, a Seção de Instalações Eletrológicas atendeu a 1.231 demandas de manutenção elétrica geral, incluindo iluminação, tomadas e quadros elétricos e a 1.079 demandas de lógica e telecomunicações incluindo pontos de rede para informática, pontos de telefonia, som, imagem, organização de *racks*, infraestrutura para CFTV, entre outros.

Dentre os diversos itens de elétrica e telecomunicações reparados ou instalados, destacam-se:

Item	Quantidade
Cabos elétricos	13.283 metros
Cabos de telecomunicações	16.672 metros
Disjuntores e dispositivos de proteção	174 unidades
Lâmpadas de todos os tipos	5.316 unidades
Luminárias de todos os tipos	825 unidades
Reatores de todos os tipos	885 unidades
Inspeção e manutenção de pontos lógicos	2.723 unidades
Certificação de pontos lógicos	431 unidades

Seção de Instalações Mecânicas

A Seção de Instalações Mecânicas elabora projetos e orçamentos, acompanha a execução e a manutenção de obras e serviços que envolvem aparelhos condicionadores de ar e elevadores.

Dentre as principais ações da área em 2016, destacam-se:

- Conclusão da obra de climatização do Foro Trabalhista de Porto Alegre.
- Conclusão do sistema de exaustão e renovação de ar para as novas instalações do restaurante do Foro Trabalhista de Porto Alegre.
- Implementação de sistema de climatização para o 10º andar do prédio-sede, ala sul, com a troca de toda infraestrutura para os condicionadores de ar do tipo *split*.
- Fiscalização das obras de Santo Ângelo e Viamão, no tocante às instalações mecânicas.
- Readequações nos projetos de sistema de climatização para um edifício-padrão, como São Borja, Alegrete, Arroio Grande e Triunfo.
- Elaboração de projeto básico para contratação de novo escritório de projetos mecânicos.
- Elaboração de termo de referência para ata de registro de preços de condicionadores de ar do tipo *split*, de diversos modelos e capacidades.
- Fiscalização da empresa de manutenção de condicionadores de ar. Esse contrato abrange todas as unidades da Justiça do Trabalho da 4ª Região e todos os tipos de climatização no que diz respeito à manutenção corretiva e preventiva, com ações programadas e emergenciais.
- Instalação de linhas de vida no prédio do Foro Trabalhista de Taquara, garantindo acesso seguro à manutenção.
- Remanejamento de 34 unidades evaporadoras e/ou condensadoras.
- Atendimento de 1.100 chamados de manutenção corretiva.
- Contratação, via compra direta, de manutenção para os elevadores das seguintes unidades judiciárias: Bagé, Cachoeirinha, Erechim, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Santa Maria e Tramandaí.
- Contratação, via pregão eletrônico, do serviço de manutenção dos elevadores dos Foros Trabalhistas de Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Taquara.

Seção de Edificações e Metalurgia

A Seção de Edificações e Metalurgia, no ano de 2016, realizou projetos, orçamentos e fiscalização de obras e serviços, concluindo 1.547 ordens de serviço.

Dentre as várias obras fiscalizadas pela Seção, destacam-se as realizadas nos imóveis de Porto Alegre e nos seguintes Foros Trabalhistas: Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Esteio, Guaíba, Lajeado, Nova Prata, Novo Hamburgo, Osório, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Sapiranga e São Leopoldo.

A seguir estão elencados os diversos itens cuja execução é fiscalizada pela Seção:

Item	Quantidade
Calhas, rufos e algerozes	1.300 m²

Item	Quantidade
Pintura acrílica	30.000 m²
Pintura PVA	1.600 m²
Pintura esmalte	1.500 m²
Massa corrida	1.000 m²
Isolamento de janelas	200 un.
Troca de reparo de válvulas de descarga	400 un.
Instalação de bebedouros elétricos	180 un.
Desentupimento de rede de esgoto	1.100 m²
Telhado	190 m²

Seção de Marcenaria e Carpintaria

A Seção de Marcenaria e Carpintaria concluiu 625 ordens de serviço em 2016, perfazendo uma média de 2,72 ordens diárias, com a execução das seguintes atividades:

- Confecção de atris.
- Confecção e instalação de cabideiros.
- Confecção, instalação e remoção de divisórias comuns (AL1, AL2 e AL3).
- Conserto, instalação e substituição de fechaduras de portas e de móveis.
- Confecção, conserto, montagem, desmontagem, instalação e restauração de móveis.
- Conserto, instalação e remoção de portas, bem como instalação e substituição de dobradiças.
- Confecção, instalação e remoção de prateleiras.
- Confecção e instalação de murais.
- Confecção de molduras para organogramas e quadros.
- Colocação e troca de local de quadros e espelhos.
- Colocação de ganchos para bolsas, em banheiros e estações de trabalho.
- Confecção de supedâneos.
- Confecção de suportes de monitor.
- Confecção de base para placas de inaugurações diversas.
- Abertura de gaveteiros, instalação de porta-toalhas e conserto de portas de *shaft*.

Dentre os serviços executados, destacam-se:

- Confecção e colocação de tablado e recolocação rampa para PCD no plenário do TRT.
- Confecção e montagem de móveis para a Corregedoria e Vice-Corrregedoria – mesas e mobiliário da cozinha, todos em MDF.
- Confecção e montagem de tablado para a sala de sessões no 6º andar.
- Refazimento do tapume de proteção da obra do Foro Trabalhista de Estrela.

- Alteração de *layout* da 4ª, 5ª, 6ª, 14ª, 15ª e 23ª Varas do Trabalho de Porto Alegre.
- Alteração de *layout* da 1ª Vara do Trabalho de Gravataí.
- Alteração de *layout* da 4ª Turma.
- Alteração de *layout* da Secretaria de Apoio Administrativo e da Coordenadoria de Contabilidade.
- Serviços variados nas unidades judiciárias, como instalação de divisórias, portas e fechaduras.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

A Secretaria de Orçamento e Finanças é responsável pela gestão financeira, orçamentária e pelos pagamentos relacionados às ações de pessoal ativo, inativo, pensionistas, contribuição da União para o custeio do regime de previdência dos servidores, assistência médica e odontológica, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência pré-escolar, benefícios assistenciais decorrentes de auxílio-funeral e natalidade, assistência jurídica a pessoas carentes e ajuda de custo moradia. Compõem a Secretaria de Orçamento e Finanças a Coordenadoria de Pagamento e a Coordenadoria de Orçamento e Finanças.

Cabe à Coordenadoria de Orçamento e Finanças o controle orçamentário referente às ações orçamentárias anteriormente especificadas e a realização dos pagamentos das despesas de pessoal, custeio e investimentos, tais como: folha de pagamento, fornecedores, capacitação, diárias, ajudas de custo, indenizações, aluguéis, peritos, requisições de pequeno valor – RPV, precatórios e obras.

A Coordenadoria de Pagamento é responsável pela elaboração da folha de pagamento de magistrados e servidores, ativos, inativos e pensionistas e pelo cálculo das respectivas contribuições e dos tributos, bem como pelas informações a órgãos públicos de fiscalização, tributação e controle e a outros interessados no que se refere à área de atuação, como, por exemplo: auditorias do TCU, CNJ e CSJT, informações à Receita Federal e Previdência Social (DIRF e RAIS), documentação para defesa em ações judiciais solicitadas pela AGU, acompanhamento e cumprimento das alterações de legislação e resoluções do CNJ e CSJT.

É importante ressaltar alguns acontecimentos relevantes ocorridos no ano de 2016, que impactaram nas rotinas e nos procedimentos adotados pela Secretaria:

Lei nº 13.255/2016 (Lei Orçamentária Anual – LOA):

Criação da ação orçamentária para ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia no valor de R$52.533,00. Nos anos anteriores, tais despesas foram pagas com a ação de apreciação de causas, e a previsão orçamentária com este dispêndio totalizava cerca de R$14.000.000,00, ou seja, o valor definido na LOA era insuficiente e inviabilizava o pagamento do mês de janeiro. Ainda, no mês de janeiro foi editada a Medida Provisória nº 711/2016, que abriu créditos orçamentários no valor de R$14.195.086,00 sanando o saldo para o pagamento de tal rubrica.

Falta de previsão orçamentária no Anexo V (LOA) para nomeações de cargos no âmbito do Tribunal. As nomeações ocorridas no ano de 2016 foram decorrentes de sobras orçamentárias do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT do ano de 2015.

Sistema Nacional de Folha de Pagamento da Justiça do Trabalho – Sigep:

O TRT da 4ª Região foi designado como homologador e responsável por melhorias técnicas do novo sistema. No ano de 2016, contribuiu-se com o projeto mediante o envio de nove melhorias, além da participação nos *cases* de discussão do comitê gestor de padronização de procedimentos. A primeira versão do sistema estará disponível em 2017 e o prazo para o início dos trabalhos no novo sistema é janeiro de 2018.

COORDENADORIA DE PAGAMENTO

A Coordenadoria de Pagamento elaborou as folhas de pagamento mensais, suplementares, de férias e de gratificação de Natal. Das atividades exercidas em 2016, destacaram-se as seguintes:

- Prestação de informações relativas às seguintes auditorias:

  a) pagamento de Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ) aos magistrados de 1º e 2º graus, em atendimento às RDI 51/2016 e 64/2016, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Processo Administrativo nº 0002585-33.2016.5.04.0000;

  b) pagamento de passivos, em atendimento à solicitação da Secretaria de Controle Interno do TRT 4ª Região. Processo Administrativo nº 0006191-69.2016.5.04.0000;

  c) pagamento acima do teto constitucional no caso de acúmulo de cargos públicos, em atendimento à solicitação do Tribunal de Contas da União – TCU. Processo Administrativo nº 0007885-73.2016.5.04.0000;

  d) pagamentos realizados a magistrados a partir do período de janeiro de 2014, em atendimento à solicitação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Processo Administrativo nº 0007780-96.2016.5.04.0000;

  e) pagamento em pecúnia de períodos de férias não usufruídos a magistrados, em atendimento à solicitação da Coordenadoria de Controle e Auditoria do CSJT. Processo Administrativo nº 0006308-31.2014.5.04.0000.

- Alterações nos procedimentos de pagamento de férias de servidores, em cumprimento à Resolução CSJT nº 162, de 19 de fevereiro de 2016.
- Manutenção do sistema de folha de pagamento, como criação, exclusão e associação de rubricas, bem como desenvolvimento e atualização das tabelas de dados e outros indicadores.
- Disponibilização e manutenção dos dados no menu “Transparência” do *site* do Tribunal na internet.

- Encaminhamento, a partir da competência novembro de 2010, ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, do detalhamento da folha de pagamento de pessoal – Anexo VIII e da Estrutura Remuneratória – Anexo III, da Resolução CNJ nº 102/2009.
- Análise dos lançamentos e pagamentos efetuados pela folha de pagamento, mediante o uso de técnicas de auditoria, visando a detectar possíveis incorreções no sistema de folha de pagamento, fortalecendo a segurança das operações.
- Verificação, mediante controles sistêmicos e/ou planilhas eletrônicas, da adequação e legalidade das operações efetivadas no sistema de folha de pagamento e respectivos efeitos.

Principais alterações e pagamentos extraordinários efetuados no exercício de 2016:

JANEIRO	• Pagamento de férias e adiantamentos de Gratificação Natalina do exercício de 2016. • Pagamento do adiantamento de 50% da Gratificação Natalina referente ao exercício de 2016 aos servidores inativos e pensionistas substituídos pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul – Sintrajufe/RS na Ação Ordinária nº 5069969-88.2012.404.7100/RS e que haviam optado, no Sistema de Folha de Pagamento, pela percepção no mês de janeiro de 2016 (PA nº 0000042-62.2013.5.04.0000). Pagamentos idênticos nos meses de fevereiro a maio de 2016. • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Substituição, conforme art. 13 da Resolução CSJT nº 137/2014. • Reajuste dos proventos e pensões, no percentual de 11,28%, de acordo com a Portaria Interministerial MPS/MF nº 1/2016 (DOU datado de 11.01.2016), a partir de 1º de janeiro de 2016. • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Indenização de Transporte, incluindo as relativas à recuperação do período de greve do ano de 2015. • Pagamento dos restos a pagar referentes a Quintos/VPNI. • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Assistência Pré-escolar e Progressões/Promoções, conforme art. 13 da Resolução CSJT nº 137/2014. • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ), relativas a dezembro de 2015.
FEVEREIRO	• Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Progressões/Promoções, Adicional de Qualificação, Proventos e Substituições, conforme art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014.
MARÇO	• Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Abono de Permanência, conforme art. 13 da Resolução CSJT nº 137/2014. • Pagamento das despesas de exercícios anteriores de Adicional de Qualificação, Gratificação de Atividade de Segurança, Auxílio-alimentação, Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, Indenização de Transporte (incluindo as relativas à recuperação do período de greve do ano de 2015), Pensão e Quintos/VPNI, em valores até R$ 6.957,41, conforme art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014. • Pagamento aos magistrados das despesas de exercícios anteriores referentes a Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ), relativas a novembro de 2015.

	• Pagamento aos magistrados de diferenças referentes a Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ), relativas a fevereiro de 2016. • Pagamento aos magistrados ativos e aos servidores das diferenças de Auxílio-Alimentação, de R$ 799,00 para R$ 884,00 por mês, do período de janeiro a março de 2016, conforme Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 1/2016, bem como da Assistência Pré-escolar, de R$ 632,00 para R$ 699,00. Portaria Conjunta nº 01/2016, do CNJ “e outros”.
ABRIL	• Pagamento das diferenças do mês de abril de 2016 referentes ao reconhecimento de natureza de revisão geral anual da Vantagem Pecuniária Individual (VPI), instituída pela Lei nº 10.698/2003, relativas ao percentual de reajuste de 13,23%, aos servidores atingidos pela suspensão do cumprimento da obrigação de fazer decorrente do processo judicial nº 2007.34.00.041467-0.
MAIO	• Pagamento de restos a pagar referentes a Diferenças de Progressões/Promoções – Resolução TST nº 680/2000. • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Adicional de Qualificação de valores até R$ 6.957,41, conforme art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014. • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Indenização de Transporte, relativas à recuperação dos dias de greve do ano de 2015. • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Proventos. • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Ressarcimento de Transporte Mobiliário, Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso e Gratificação Natalina, de valores até R$ 6.957,41, conforme art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014.
JUNHO	• Pagamento do adiantamento de 50% da gratificação natalina referente ao exercício de 2016 aos servidores e magistrados ativos, inativos e pensionistas que não o haviam recebido. • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Progressões/Promoções, Abono de Permanência, Substituições, Auxílio-natalidade, Vencimentos e Juros da URV, de valores até R$ 6.957,41, conforme art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014. • Pagamento de restos a pagar referentes a diferenças de Progressões/Promoções – Resolução TST nº 680/2000.
JULHO	• Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Adicional de Qualificação, de valores até R$ 6.957,41, conforme art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014. • Pagamento das diferenças decorrentes da Lei nº 13.317/2016, correspondentes ao período de 21 a 31 de julho de 2016, conforme Portaria Conjunta (STF e outros) nº 1, de 21 de julho de 2016. • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Indenização de Transporte, relativas ao período de janeiro a julho de 2016, conforme autorização no Processo Administrativo nº 0001634-44.2013.5.04.0000. • Pagamento de diferenças remuneratórias a servidores que haviam se afastado em Licença para Atividade Política.
AGOSTO	• Pagamento de diferenças remuneratórias a servidores que haviam se afastado em Licença para Atividade Política. • Pagamento das diferenças referentes a Adicional de Qualificação de que

	trata o Art. 5º da Lei nº 13.317/2016, correspondente ao período de 21 a 31 de julho de 2016, conforme Portaria Conjunta (STF e outros) nº 2, de 5 de agosto de 2016, para servidores cujo cadastro já continha informação relativa à formação acadêmica de nível superior. • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Indenização de Transporte, relativas ao período de janeiro a dezembro de 2015, conforme autorização no Processo Administrativo nº 0001634-44.2013.5.04.0000 (alteração do valor de R$ 1.479,46 para R$ 1.537,89, conforme ato CSJT.GP.SG nº 118, de 22 de maio de 2015). • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Adicional de Qualificação e Abono de Permanência, de valores até R$ 7.166,13, conforme art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014.
SETEMBRO	• Pagamento de diferenças referentes a Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ), da competência de agosto de 2016.
OUTUBRO	• Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Adicional por Tempo de Serviço, Abono de Permanência e Adicional de Qualificação, de valores até R$ 7.166,13, conforme art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014. • Pagamento de diferenças de Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ), da competência de janeiro a agosto de 2016, a magistrados do 2º Grau, em face da revisão de critérios, conforme processo nº 0000616-80.2016.5.04.0000 e de complementação de informação, conforme processo nº 0000615-95.2016.5.04.000.
NOVEMBRO	• Pagamento das despesas de exercícios anteriores de Progressões/Promoções, Adicional de Qualificação e Indenização de Transporte, conforme art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014.
DEZEMBRO	• Pagamento de folha suplementar com as diferenças remuneratórias decorrentes de concessões encaminhadas após o fechamento da folha normal de dezembro de 2016. • Pagamento das despesas de exercícios anteriores referentes a Vencimento/Proventos/Pensão, Adicional de Qualificação, Auxílio-Natalidade, Férias Indenizadas, Abono de Permanência, Quintos e Adicional por Tempo de Serviço, em conformidade com o Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 24, de 13 de dezembro de 2016, e com a Resolução CSJT nº 137/2014. • Pagamento das despesas de exercícios anteriores de correção monetária e juros sobre o Auxílio-Moradia, de janeiro de 1998 a agosto de 1999, aos Magistrados e Classistas inativos e pensionistas, em conformidade com o Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 20, de 2 de dezembro de 2016, com o Ofício-Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 24, de 13 de dezembro de 2016, e com a Resolução CSJT nº 137/2014.

Integra a folha de pagamento do Tribunal o seguinte quantitativo de pessoal (dezembro/2016):

Quantitativo de Pessoal		
Ativos	Servidores	3.454
	Magistrados	286
Inativos	Servidores	1.228
	Magistrados	124

Quantitativo de Pessoal		
	Juízes Classistas	89
Pensionistas	Pensionistas Civis	489
Total		**5.670**

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Em 2016, dentre as atividades relacionadas à Coordenadoria de Orçamento e Finanças, destacaram-se:

- Elaboração da Proposta Orçamentária Prévia 2017 referente a despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios, com projeção da folha normal de pessoal e incrementos não previstos na folha-base, bem como levantamento atualizado dos passivos devidos pelo Tribunal. Inclusão da Proposta Orçamentária 2017 no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop.
- Elaboração da proposta para abertura de créditos suplementares no decorrer do exercício para atender a despesas com pessoal, encargos sociais e outros custeios. Inclusão do pedido de suplementação orçamentária 2016 e lançamento de dados de acompanhamento e informações relativas ao desempenho das ações orçamentárias sob a responsabilidade do TRT da 4ª Região no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop.
- Projeções e acompanhamento dos saldos orçamentários e financeiros do Orçamento de 2016 referentes a despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios assistenciais, com demonstrativos de previsão da despesa e cálculos de acréscimos à despesa, tais como projeções de aposentadorias, pensões civis e preenchimento de novos cargos e funções.
- Alteração de QDD (Quadro de Detalhamento da Despesa), em nível de Elemento de Despesas nos grupos de despesas com pessoal, encargos sociais, benefícios, precatórios, RPV e assistência jurídica a pessoas carentes.
- Apropriação orçamentária e solicitação de recursos financeiros para pagamento da folha de pagamento de pessoal no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.
- Atualização de dados no Siafi e pagamento de valores referentes a Precatórios da Administração Direta, Indireta e Requisições de Pequeno Valor.
- Registro e pagamento de honorários periciais no Siafi, referentes à ação assistência jurídica a pessoas carentes e consequente disponibilização dessas informações em meio eletrônico no *site* do TRT da 4ª Região.
- Pagamento de diárias a servidores, magistrados e eventuais colaboradores, e disponibilização em meio eletrônico dessas informações.

- Transmissão de informações à Previdência Social, por meio do aplicativo Sefip, dos trabalhadores vinculados ao RGPS que prestaram serviço ao Tribunal.
- Análise de documentação para fins da liberação de recursos das contas vinculadas para atendimento das Resoluções CNJ nº 98/2009 e nº 169/2013.
- Restituição aos contribuintes de valores arrecadados por meio de GRU, no caso de pagamentos a maior ou indevidos.
- Regularização, junto à Receita Federal do Brasil, de pendências relativas a recolhimentos de tributos (REDARF, GPS e Certidão Negativa de Débitos).
- Elaboração de Relatórios Gerenciais para acompanhamento da execução do Orçamento, tais como: 1. Variação Mensal da Despesa Orçamentária; 2. Controle do Saldo Orçamentário; 3. Projeções da Folha de Pagamento; e 4. Comparativo do Sub-repasse das Categorias de Pessoal e Outros Custeios com a Despesa Executada.
- Declarações para empresas do imposto referente à Lei nº 9.430/1996 e IN RFB nº 1.234/2012.
- Elaboração da Declaração de Imposto e Contribuições Retidas, discriminando mensalmente o somatório dos valores pagos e o total retido, por contribuinte e por código de recolhimento, nos termos das especificações aprovadas pela Secretaria da Receita Federal.
- Elaboração, publicação no Diário Oficial da União e disponibilização em meio eletrônico do Relatório de Gestão Fiscal – RGF nos três quadrimestres do ano. Lançamento e disponibilização do RGF no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi.
- Conciliação e composição de contas contábeis de adiantamentos e provisão de férias e gratificação de natal.
- Elaboração do Cronograma Anual de Desembolso.
- Lançamento no Siafi e encaminhamento dos Pedidos de Programação Financeira – PPF de pessoal e benefícios.
- Atendimento, controle e acompanhamento das mensagens da CFIN/CSJT, contendo informações orçamentárias e financeiras solicitadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- Registro no Siafi dos passivos de pessoal sem suporte orçamentário.

SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Antes de dar início ao relato das atividades cotidianas da Secretaria de Apoio Administrativo no ano de 2016, cabe referir que importantes medidas foram implementadas com o objetivo de reduzir despesas do Tribunal no período, especialmente aquelas decorrentes de

contratos com empresas de serviço terceirizado. Essas medidas contribuíram para tornar possível o adequado funcionamento do Tribunal durante os meses de incerteza a que foi submetida a Corte, diante do significativo corte orçamentário imposto aos Tribunais Regionais do Trabalho no ano de 2016.

A Secretaria de Apoio Administrativo apresentou propostas de redução do valor dos contratos de serviços terceirizados de limpeza, carregadores de carga, carregadores de processos, jardinagem e vigilância, visando a atingir as metas de contingenciamento necessárias para a manutenção das atividades.

No contrato de serviço de limpeza, para que a alteração não causasse grande queda na qualidade geral e não fosse demasiadamente prejudicial a nenhuma localidade, houve a redução da quantidade de horas de serviço recebidas por todas unidades judiciárias do Estado.

A redução dos postos de trabalho nas unidades localizadas no Interior do Estado salvaguardou o critério de que para cada Vara do Trabalho exista um prestador de serviço de limpeza. Em Porto Alegre, o critério é de um prestador para cada duas Varas.

Ainda assim, foi possível o atendimento mínimo da necessidade de força de trabalho em todas as unidades que tiveram reduzidos postos/horas de trabalho, situação que se confirmou após a implementação do procedimento.

A maior redução de serviço diário ocorreu nos postos localizados em Porto Alegre. O contrato nº 36/2015-TRT4, objeto dessa redução, já tinha supressões de postos de trabalho em seu valor inicial, no montante de 7,78%, e com as dificuldades orçamentárias que se apresentaram, reduziram-se postos em mais 15,32%.

Já no serviço de movimentação de bens móveis – carregadores de carga –, houve a redução de quatro postos de trabalho. A proposta impactou na quantidade total de horas de trabalho que cada local recebe. Tal redução não se mostrou excessiva para nenhum local de prestação de serviço.

O contrato nº 09/2014-TRT4, objeto dessa redução, já tinha supressões em seu valor inicial, no montante de 12,48%. Realizou-se uma redução de mais 11,47%, gerando um acumulado de 23,95%, ainda dentro do limite legal de redução não acordada.

Quanto ao serviço terceirizado de movimentação de processos, documentações e materiais de expediente, celebrado com a empresa JOB Recursos Humanos Ltda., foi considerado que a queda na demanda desse serviço, aliada à necessidade de redução de gastos, justificava uma redução maior que 25% do valor inicial do contrato, o qual já continha uma redução de 24,56%.

Frente a essa situação, realizou-se, inicialmente, com a concordância da contratada, a redução 8 (oito) postos de serviço de transporte/movimentação de processos. Não atendidos os interesses do Tribunal com esse procedimento, efetuou-se a rescisão amigável do contrato.

Em vista disso, realizou-se nova contratação do serviço, a qual, mediante processo licitatório, culminou na celebração de novo contrato, com 14 postos de trabalho, cuja alteração mostrou-se adequada à demanda de trabalho, com bons resultados na execução do serviço.

Os contratos de manutenção de jardim das unidades localizadas no Interior do Estado, em um total de 33 no ano de 2016, tiveram sua periodicidade de execução aumentada, passando de semanal ou quinzenal para mensal, independentemente da área ajardinada, reduzindo-se, assim,

os custos de manutenção. Aqueles cuja periodicidade era mensal tiveram seus custos mantidos ou mesmo reduzidos em relação ao ano de 2015, após negociação com os contratados.

Por fim, no que se refere ao contrato de vigilância, a Secretaria de Apoio Administrativo desenvolveu, em conjunto com a Coordenadoria de Segurança Institucional, estudo visando à redução nos valores do contrato terceirizado de vigilância armada, que, no ano de 2015, foi de R$ 11.425.258,39, por meio da redução do número de horas de postos de vigilância, sem desconsiderar os níveis de risco às unidades. Dentro do cenário que se apresentava, optou-se por priorizar a segurança das pessoas (magistrados, servidores e usuários da justiça).

Desse modo, foram mantidos postos de 24 horas somente para os Foros Trabalhistas com três Varas do Trabalho ou mais, com exceção daqueles localizados nas cidades de Cachoeirinha, Esteio e Sapucaia do Sul, tendo em vista que são localidades com alto índice de criminalidade. Nas demais unidades afetadas pela redução, passou-se a utilizar postos de vigilância de 8h48min ou posto de 12 horas. Durante a noite, aquelas unidades ficam protegidas pelo sistema de alarme monitorado da central de monitoramento localizada em Porto Alegre.

Apresentadas as providências adotadas para ultrapassar as dificuldades orçamentárias, passa-se ao relato das atividades habituais da área de apoio administrativo.

Em 2016, a Secretaria de Apoio Administrativo promoveu e coordenou os serviços de apoio necessários às diversas atividades desenvolvidas no prédio-sede do TRT, tais como manutenção predial, segurança, transportes, serviços gráficos, programação visual, portaria (extinta em outubro de 2016), zeladoria, limpeza, manutenção de viaturas, telefonia e transporte de processos, documentos e cargas.

Na Capital e no Interior do Estado, a Secretaria atuou como gestora dos contratos dos serviços de vigilância, limpeza, jardinagem e telefonia. Na Capital, ainda coordenou a gestão de contratos com empresas terceirizadas que executam serviços de copeiragem, transporte de processos e documentos, movimentação de cargas em geral e lavagem de veículos.

Coordenou a Central de Recebimento de Demandas Administrativas – Credem, que visa à otimização do atendimento das demandas administrativas, por meio de sistema informatizado de recepção e processamento das solicitações, resultando na agilização dos trâmites internos e a melhoria da comunicação. A Credem objetiva também atender o Plano Estratégico do Tribunal, no que tange à inovação, integração e atualização dos sistemas de informação.

Além da gestão das atividades citadas, a Secretaria de Apoio Administrativo ainda realizou as seguintes atividades:

- Controle dos vencimentos dos contratos de serviços terceirizados vinculados às suas diversas Seções.
- Prestação de informações e fornecimento de documentos para subsidiar a Advocacia-Geral da União na defesa em ações trabalhistas movidas contra o Tribunal, relativas às empresas terceirizadas cujos contratos são geridos e fiscalizados pela Secretaria.
- Encaminhamento de prorrogações dos contratos de serviços terceirizados de responsabilidade da Secretaria de Apoio Administrativo.
- Elaboração de projetos básicos para contratações de serviços terceirizados.
- Autuação de processos eletrônicos e elaboração de despachos e relatórios.

- Atualização do guia telefônico do Tribunal disponibilizado na intranet.
- Divulgação no *site* do Tribunal e na internet da relação dos veículos da frota da Instituição.
- Atualização contínua do menu “Transparência” no *site* do Tribunal.
- Gestão do contrato de prestação do serviço de telefonia móvel para voz e dados em aparelhos tipo *smartphone*.
- Gestão do contrato mantido para o fornecimento de *chips* instalados nas interfaces do PABX do prédio-sede.
- Distribuição, organização e controle dos celulares funcionais de magistrados e de servidores vinculados à Administração do Tribunal, incluindo orientações quanto ao uso, a reparos e/ou a trocas, visando ao seu perfeito funcionamento e utilização.

Seção de Gestão de Contratos e Apoio Administrativo

A Seção de Gestão de Contratos e Apoio Administrativo foi criada para substituir, a partir de outubro de 2016, a Seção de Conservação Predial, alinhando, assim, sua designação ao seu principal objeto de trabalho, qual seja, a gestão de contratos. Ainda, recebeu as atribuições e os servidores da extinta Seção de Recepção de Gabinetes. Até outubro de 2016, a Seção de Conservação Predial, e, após aquela data, a Seção de Gestão de Contratos e Apoio Administrativo coordenou os serviços necessários à conservação predial por meio das Seções de Zeladoria e Limpeza. Atendeu também na Região Metropolitana e no Interior do Estado as demandas de limpeza, jardinagem e desinsetização, tendo realizado as seguintes atividades:

- Coordenação e supervisão das Seções de Zeladoria e Limpeza.
- Elaboração de Projetos Básicos e Termos de Referência para contratação de empresa terceirizada de movimentação de processos e materiais de expediente.
- Gestão do contrato com empresa terceirizada de limpeza que atua em todo o TRT4.
- Gestão do contrato com empresa terceirizada de movimentação de bens móveis que atua nos prédios da Capital.
- Gestão do contrato com empresa terceirizada de movimentação de processos e materiais de expediente que atua nos prédios da Capital.
- Proposição de Termos Aditivos e Supressões aos contratos de limpeza.
- Análise de documentos fiscais e trabalhistas fornecidos pelas empresas contratadas.
- Conferência e ateste das Notas Fiscais dos contratos sob gestão da Seção.
- Proposição de contratação de serviços de jardinagem e desinsetização para todo o TRT4.
- Encaminhamento de informações para a AGU, relativamente aos empregados terceirizados do contrato de limpeza que ingressaram com ações judiciais trabalhistas.

Seção de Limpeza e Conservação

A Seção de Limpeza e Conservação desempenhou, em 2016, as seguintes atividades:

- Supervisão e fiscalização dos serviços terceirizados para a limpeza das áreas internas e externas dos prédios do Tribunal, das Varas do Trabalho da Capital e do Interior do Estado.
- Controle do recolhimento do lixo orgânico, seletivo e reciclável no prédio-sede e no Prédio Administrativo, bem como nos prédios do Foro Trabalhista da Capital.
- Controle de pragas (desinsetização e desratização) dos prédios do TRT4 em Porto Alegre e de outras unidades do Interior e da Capital, entre as quais as das localidades de Ijuí, Canoas e Gravataí e daSeção de Transportes e do Almoxarifado.
- Controle da documentação dos funcionários da empresa terceirizada de limpeza, com tabelas para a otimização desse controle, nas quais podem ser acompanhados os documentos recebidos e os que estão faltando, tais como cartões ponto, recibos de salários, entrega de equipamentos de proteção individual, vales-transporte e alimentação.
- Acompanhamento e fiscalização da frequência dos funcionários da empresa terceirizada de limpeza, no prédio-sede, Prédio Administrativo e Foro Trabalhista, por meio de planilha de cálculo e de relatórios de relógios-ponto, bem como de informações recebidas das demais unidades via sistema eletrônico.
- Encaminhamento dos pleitos e das demandas das unidades do Tribunal à empresa terceirizada no que tange a materiais e pessoal para a realização de serviços.
- Fiscalização diária do suprimento de materiais, em especial os de higiene (papel higiênico, papel-toalha, sabonete líquido, álcool em gel, aromatizador de ambiente, etc.), nas dependências do Tribunal, do Foro Trabalhista de Porto Alegre e das unidades do Interior, bem como atendimento às solicitações de reposição desses materiais feitas pelos servidores.
- Representação do Tribunal, como preposto, em audiências de reclamatórias trabalhistas ajuizadas contra o TRT4 (União Federal), envolvendo empresas terceirizadas de limpeza. Na Capital, a representação do TRT é feita pelo servidor Assistente-Chefe da Seção e pelo fiscal do contrato, e, no Interior do Estado, é feita pelos Coordenadores das Coordenadorias de Controle e Distribuição dos Feitos dos respectivos Foros Trabalhistas.
- Gerenciamento das demandas pertinentes à área de limpeza recebidas na Credem, que inclui solicitações diversas, recebimento de sugestões sobre o trabalho desenvolvido pela área em todas as unidades, encaminhamento de pedidos de material e equipamentos à empresa terceirizada para limpeza e também controle da frequência de funcionários de limpeza terceirizados nas unidades do Interior do Estado e postos da Capital.

Seção de Oficinas Gráficas

A Seção de Oficinas Gráficas desenvolveu, em 2016, as seguintes atividades:

- Impressão de documentos e formulários em geral, bem como impressão de convites diversos, informativos, cartazes, apostilas, cartões timbrados com envelopes e *folders*.
- Confecção de carimbos.
- Serviços de encadernação.
- Confecção de blocos para rascunho com papel reciclado.

A seguir, é apresentado quadro comparativo com o quantitativo de demandas atendidas nos anos de 2014, 2015 e 2016.

	2014	2015	2016
Confecção de carimbos	3.051	1.934	0
Encadernações	1.207	1.346	833
Impressos em geral	1.768.000	1.102.500	800.500

Seção de Portaria

A Seção de Portaria foi extinta em outubro de 2016. A partir de então, os servidores, bem como as atribuições dos serviços, estão subordinados à Seção de Zeladoria e Portaria. No decorrer do ano, a unidade desenvolveu as atividades de recepção, triagem, transporte e entrega de correspondências e processos entre o Interior (via malote) e a Capital, conforme descrito no quadro comparativo a seguir:

ATIVIDADES	2014	2015	2016
Correspondências registradas (via correio)	6.051	7.260	4.442
Correspondências simples (via correio)	8.124	10.316	7.253
Processos (via malote)	30.572	19.633	10.225
Correspondências (via malote)	6.898	4.874	3.908
Processos da Capital (Varas do Trabalho)	3.493	2.310	1.269
Processos (Ministério Público do Trabalho)	329	261	160
Correspondências na Capital (Varas)	3.021	2.120	615
Correspondências (Ministério Público do Trabalho)	200	321	186
TOTAL	**58.688**	**47.095**	**28.058**

Seção de Recepção de Gabinetes

A Seção de Recepção de Gabinetes foi extinta em outubro de 2016. A partir daquela data, os servidores, bem como as atribuições dos serviços, estão subordinados à Seção de Gestão de Contratos e Apoio Administrativo.

Desenvolveu, em 2016, as seguintes atividades:

- Fiscalização do contrato de serviço de movimentação e transporte de processos, documentos e materiais de expediente em geral.
- Coordenação e supervisão dos serviços terceirizados nas seguintes demandas: movimentação e transporte de processos, documentos e materiais de expediente entre as diversas unidades existentes no prédio-sede do TRT e Prédio Administrativo; transporte e movimentação de malotes na Portaria e Expedição; transporte e amarração de processos para a Procuradoria Regional do Trabalho e vice-versa; entrega de correspondências enviadas aos Correios por intermédio da Seção de Expedição (agência Siqueira Campos); entrega de processos enviados por intermédio da Seção de Expedição a diversos órgãos da Justiça Estadual, Justiça Federal e Advocacia-Geral da União.
- Movimentação média de 80.000 processos mensais.
- Gestão e fiscalização do contrato de locação de máquina copiadora até outubro de 2016, quando essas atribuições passaram a ser exercidas por servidores lotados na Seção de Oficinas Gráficas.

Seção de Telefonia

A atividade principal da Seção de Telefonia é o atendimento e a transferência de ligações telefônicas na Capital (prédio-sede e Foro Trabalhista). A seguir, apresenta-se um quadro comparativo com o quantitativo de ligações atendidas pela Seção de Telefonia (por meio de telefonista) nos anos de 2014, 2015 e 2016:

Tipos de Ligações Telefônicas	2014	2015	2016
Ligações de entrada	140.964	135.611	131.282
Ligações de saída	9.959	8.978	5.099
Ligações internas	9.773	9.361	5.771
Total de ligações	**160.696**	**153.950**	**142.152**
Média mensal	13.391	12.829	11.846

Fonte: Tarifador *Sumus for web*

Em 2016, a Seção de Telefonia desenvolveu, ainda, as seguintes atividades:

- Elaboração de relatórios com as ligações telefônicas (interurbanas e celulares locais) e encaminhamento às unidades judiciárias e administrativas da Capital e do Interior do Estado, para a devida identificação das ligações que ocorreram para fins particulares (a

fim de se obter o posterior ressarcimento) e/ou ateste das ligações realizadas por motivo de serviço.

- Ressarcimento do custo de ligações particulares na Capital totalizou, no ano de 2016, o montante de R$ 2.402,71 (média mensal de R$ 200,23), conforme quadro a seguir:

Valores Tarifados – Capital		
	2015	**2016**
Valor total cobrado*	R$ 56.280,54	R$ 25.660,19
Valor ressarcido	R$ 5.490,59	R$ 2.402,71

* Fonte: Tarifador *Sumus for web*

Obs.: Valores relativos a 12 meses (novembro a outubro)

- Ressarcimento do custo de ligações particulares no Interior do Estado totalizou, no ano de 2016, o montante de R$ 3.053,63 (média mensal de R$ 234,89), conforme quadro a seguir:

Valores Tarifados – Interior		
	2015	**2016**
Valor total cobrado*	R$ 104.773,86	R$ 84.227,22
Valor ressarcido	R$ 3.954,95	R$ 3.053,63

* Fonte: Dados fornecidos pela operadora Oi/SA.

Observação: Valores relativos a 12 meses (outubro a setembro) e referentes somente às ligações interurbanas e para telefones móveis, não abrangendo as ligações para telefones fixos locais e as ligações interurbanas entre unidades do TRT.

- Elaboração de termos de referência para a contratação de serviços e equipamentos de telefonia e juntada de documentos para embasar aditivos de prorrogação, conforme segue:

  a) solicitação de supressão no quantitativo de linhas telefônicas (aditamento 1 e 2 ao Contrato nº 01/2016) para redução de custos ou substituição por telefonia digital;

  b) solicitação de mais 2 *links* E-1/DDR (Foros Trabalhistas de Estrela e de Sapucaia do Sul) – termo aditivo nº 1 – Contrato 65/2015;

  c) termo de referência para contratação de telefonia móvel pessoal para plantões e Chip M2M para rastreador veicular da frota TRT4 (PA 0006444-57.2016.5.04.0000) em substituição ao Contrato nº 170/2011, a partir de 03.02.2017. Pregão Eletrônico nº 66/2016, realizado em 14.12.2016.

  d) termo de referência para contratação de telefonia fixa (local, LDN, LDI) a partir de linhas analógicas (78 linhas) para atender 44 Foros Trabalhistas.

- Conferência e ateste de faturas dos serviços contratados de telefonia e inclusão dos documentos nos respectivos processos administrativos.

- Contato com as operadoras de telefonia para solicitar reparos, correções de faturamento, emissão de segunda via de faturas, reuniões, etc.
- Controle da distribuição dos celulares institucionais para os plantões judiciários e administrativos.

Seção de Zeladoria

Em 2016, a Seção de Zeladoria desenvolveu as seguintes atividades:

- Zelo pelo patrimônio público, constatando danos e situações irregulares, relatando-os à Secretaria de Apoio Administrativo ou solicitando providências diretamente à unidade competente (266 solicitações via TraceGP).
- Controle e acompanhamento do consumo de água, com adoção de medidas preventivas para redução de consumo, incluindo inspeções periódicas para detectar vazamentos.
- Fiscalização do contrato de manutenção de quatro elevadores no prédio-sede e dois no Prédio Administrativo, com acionamento de técnicos para a resolução de panes (85 acionamentos).
- Fiscalização da equipe responsável pelo transporte de materiais no prédio-sede, por meio de mão de obra terceirizada, com utilização dos funcionários para atendimento a demandas de descarte de lixo, transporte de móveis, mudanças internas, transporte de equipamentos para outras unidades, reposição de água nos bebedouros, etc.
- Fiscalização do contrato de entrega de cartuchos de *toners* vazios à empresa Lexmark, a qual fornece uma unidade carregada para cada 25 unidades vazias (em 2016, foram disponibilizadas 500 carcaças).
- Acompanhamento e fiscalização do fornecimento de materiais inservíveis para permuta por papel A4 reciclado. Em 2016, foram recolhidos no prédio-sede e no Foro Trabalhista de Porto Alegre 23,7kg de papel branco, 11.566kg de papel misto, 746kg de alumínio, 2.953,5kg de ferro e 23,5kg de baterias, 111kg de plástico, totalizando 15.788,7kg, o que resultou no fornecimento de 171 resmas de papel A4 reciclado).
- Fiscalização do contrato de copeiragem, com o fornecimento de 72 caixas de chá, 97kg de café, 77kg de açúcar e 48 caixas (cada uma com 30 unidades) de filtros de café para as sessões de julgamento e eventos (382 sessões ordinárias de julgamento das 11 Turmas Recursais, 13 sessões da 1ª SDI, 9 sessões da 2ª SDI, 10 sessões da SDC, 8 sessões do Tribunal Pleno, 11 sessões do Órgão Especial, 21 sessões da SEEx, 92 sessões de Mediação, 12 sessões de Audiências Coletivas, 1 sessão pública de Divulgação de Resultado de Prova, 1 Audiência de Conciliação da 3ª Turma e 1 Audiência de Conciliação da Secretaria-Geral Judiciária) e 264 reuniões diversas (atendidas 2.948 pessoas), realizadas nas dependências do Tribunal, bem como o atendimento direto à Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria da Corregedoria Regional e Escola Judicial.
- Disponibilização de utensílios do extinto Espaço Multiúso para confraternizações (6 eventos).

- Confecção de chaves e consertos de fechaduras (serviços executados por terceiros: 235 cópias de chaves simples; 22 de chaves tetra; 7 trocas de segredos de fechadura; 7 consertos de fechaduras simples e 39 aldravas – somente prédio-sede e Prédio Administrativo.
- Disponibilização de chaves diariamente aos servidores e funcionários terceirizados (2.024) e para a realização de obras/serviços (184) em finais de semana e feriados.
- A seguir, apresenta-se um quadro comparativo com o quantitativo de demandas atendidas nos anos de 2014, 2015 e 2016:

ATIVIDADES	2014	2015	2016
Eventos – fornecimento de café/chá	616	741	825
Eventos na Sala Multiúso	77	51	-
Encaminhamento de confecção de chaves	238	286	257
Acionamento de técnico para os elevadores	90	78	85
Recolhimento e entrega de carcaças de tôner	550	725	500

COORDENADORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Em 2016, a Coordenadoria de Segurança Institucional desenvolveu as seguintes atividades:

- Planejamento e organização das demandas ligadas à segurança, aos transportes e à manutenção da frota de veículos do Tribunal, estabelecendo diretrizes, métodos e critérios para execução dos serviços.
- Coordenação das unidades subordinadas: Setor de Operações, Setor de Inteligência e Monitoramento, Seção de Tecnologia de Segurança Eletrônica, Setor de Segurança Especializada, Setor de Segurança do Foro Trabalhista de Porto Alegre, Seção de Transportes e Seção de Manutenção de Viaturas.
- Planejamento e execução da segurança em eventos externos, tais como: Conat em Gramado; Concurso para Juiz Substituto na Fapa e na PUCRS; 11º Encontro Institucional da Magistratura no Plenário do TRT; Seminário ARISE no Plenário do TRT; IV Jornada do novo CPC no Plenário do TRT; Painel Sindicato Estado e Sociedade no Plenário do TRT; Translado do Ministro do STF Teori Zavascki nos meses de março e junho; Translado do Ministro do TST Lelio Bentes Corrêa; Visita da Ministra do TST Delaíde Miranda Arantes ao Tribunal.
- Controle interno e manutenção dos sistemas de segurança ligados ao Ministério da Justiça (Infoseg) e à Secretaria da Segurança Pública do Estado (consultas integradas).
- Atendimentos ao Provimento nº 233/2009, da Corregedoria Regional, o qual regula a concessão aos executantes de mandados de informações e dados estratégicos, por meio dos sistemas Infoseg e Consultas Integradas, para o cumprimento de diligências de risco.

- Gestão do contrato de vigilância armada.
- Translados de dignitários que visitaram o TRT.
- Reforço na segurança em unidades do Interior em situações especiais, como troca do quadro de energia elétrica no Foro Trabalhista de Bento Gonçalves; análise de risco no Foro de Caxias do Sul.
- Procedimentos para o uso de crachá pelo público externo.
- Criação do Grupo do Nepe, com aplicação de testes de aptidão.
- Participação na 1ª Reunião Nacional das Comissões de Segurança do Poder Judiciário em Brasília.

Seção de Tecnologia de Segurança Eletrônica

Em 2016, a Seção de Tecnologia de Segurança Eletrônica realizou as seguintes atividades:

- Fiscalização do Contrato nº 51/2014, firmado com a empresa HSH Security, que presta serviços de manutenção corretiva, preventiva e novas instalações de sistemas de alarme e Circuito Fechado de Televisão – CFTV. Em 2016, foram realizadas as cinco instalações restantes previstas no projeto. As unidades de Taquara, Guaíba, Sapucaia do Sul, Uruguaiana e Erechim receberam a instalação de sistema de CFTV, 100% digital, com câmeras IP.
- Elaboração do projeto de aperfeiçoamento das ferramentas de controle e gestão dos sistemas de CFTV. Este projeto contempla diversas melhorias, entre elas a implementação de novos recursos na central de monitoramento do Tribunal, função *video wall*, novas ferramentas de manutenção, implementação de nova central de monitoramento no prédio do Foro Trabalhista de Porto Alegre e aquisição de novas licenças para câmeras IP. Estes objetivos serão alcançados pela aquisição de pacote de *softwares* de gerenciamento de sistema de CFTV, da plataforma Geovision. A equipe da Seção elaborou memorial descritivo para subsidiar o edital. Atualmente, o projeto já foi aprovado pela comissão de informática e está tramitando sob responsabilidade da Setic.
- Manutenção especializada em Gravadores Digitais de Vídeos – DVR de Circuito Fechado de Televisão: configurações, *backup* e troca de equipamentos.
- Instalação, conserto e substituição de portais detectores de metais.
- Adesão à Ata de Registro de Preços ARP 0005/16-9, do TRT da 9ª Região, que propiciou a aquisição de 5 equipamentos portais detectores de metais.
- Elaboração de especificações técnicas para a aquisição de equipamentos portais detectores de metais. Este documento originou o processo administrativo nº 0006588-31.2016.5.04.0000, atualmente em tramitação.
- Instalação de sistema de alarme de intrusão em dois Foros Trabalhistas de grande porte (Caxias do Sul e Pelotas), que não possuíam nenhum sistema. O projeto e a execução

foram feitos por empresa contratada. A Seção elaborou as diretrizes de projeto, fiscalizou a execução e realizou as programações e testes finais na central de alarme.

- Instalação de sistema de alarme de intrusão nos prédios inaugurados em 2016: Foro Trabalhista de Uruguaiana, Vara do Trabalho de Santa Vitória do Palmar e Vara do Trabalho de Santo Ângelo. Além desses, também foi projetado e instalado sistema novo no prédio III do Foro Trabalhista de Porto Alegre, em função da reformulação daquele espaço.
- Instalação de sistemas de botões de pânico nas unidades de Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Alvorada, prédio-sede (este após a reforma das salas do 10º e 11º andares).
- Modernização do parque de centrais de alarme instaladas. Foram trocadas as placas mais antigas por modelos mais novos, instalados módulos de comunicação IP, substituídos os módulos IP100 por módulos IP150. Além destas trocas de *hardware*, também foram atualizados os *firmwares* de diversas centrais já instaladas, por recomendação do fabricante Paradox. Essas atividades propiciaram uma otimização das comunicações dos alarmes com o sistema de monitoramento do Tribunal, diminuindo a despesa com ligações telefônicas e também reduzindo o índice de falhas de comunicação.
- Atuação em caráter emergencial nos depósitos de bens permanentes, localizados na Rua Sérgio J. Dieterich, nº 1.010, em função da locação de novo pavilhão. Foi instalado sistema de alarme nesse pavilhão (P9), interligado com o sistema existente no pavilhão antigo (P7), além da ampliação da rede de detectores no pavilhão P7.
- Atuação em caráter emergencial no Foro Trabalhista de São Leopoldo, visando a coibir e a minimizar os episódios de invasões do terreno, mediante melhoria do sistema de alarme. Foram instalados 4 detectores externos, realizados ajustes e calibragens no sistema.
- Alteração da programação de diversas centrais de alarme no Interior do Estado, em função da migração de linhas analógicas para digitais e trocas de centrais telefônicas que foram implementadas pela Setic. Em alguns casos, foi realizada troca da linha telefônica física pela equipe própria da Seção.
- A atividade de criação de senhas de alarme para os vigilantes e servidores do Tribunal é realizada diariamente pela Seção, bem como os demais ajustes na programação das centrais de alarme: alterações de tempos, partições, habilitar ou desabilitar zonas, entre outros.
- Reorganização do espaço utilizado pela Seção como depósito e bancada de testes.
- Ações de treinamento para os servidores da Seção:

  a) Curso de alarmes Paradox – Treinamento em Digiplex EVO. Ministrante: GSN Brasil.

  b) Visita técnica a Central de Monitoramento da empresa Braskem, no Polo Petroquímico de Triunfo.

Setor de Inteligência e Monitoramento

Em 2016, o Setor de Inteligência e Monitoramento desenvolveu as seguintes atividades:

- Monitoramento de alarmes de intrusão em 8 unidades administrativas e 62 unidades judiciárias, as quais são monitoradas 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- Monitoramento do prédio-sede, Prédio Administrativo e plenário do TRT4 por Circuito Fechado de TV (CFTV).
- Monitoramento por CFTV remoto de unidades judiciárias e administrativas na Capital, tais como: Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais e Memorial, Seção de Triagem de Processos Arquivados, Depósito da Seção de Cadastramento de Bens, Seção de Almoxarifado, Seção de Marcenaria e Carpintaria e Seção de Transportes.
- Monitoramento por CFTV remoto (unidades judiciárias do Interior do Estado): Foros Trabalhistas de Alvorada, Bento Gonçalves, Bagé, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara e Uruguaiana.
- Relatórios de inteligência, subsidiando a Coordenadoria de Segurança Institucional com informações relativas à segurança da Instituição.
- Monitoramento das atividades de risco potencial à atividade de segurança do Tribunal (manifestações sociais, movimentações sindicais e protestos em função de negociações trabalhistas, audiências trabalhistas com potencial de risco à segurança, atividades diversas).
- Cadastramento de servidores e prestadores de serviço que acessam o prédio-sede e o Prédio Administrativo, com pesquisa nos sistemas de informações de segurança; suporte nas operações de segurança em eventos, situações emergenciais e segurança de autoridades.
- Apoio técnico à Coordenadoria de Segurança Institucional no desenvolvimento dos modelos de Plano de Segurança Orgânico (PSO).
- A atividade de cadastramento de servidores e prestadores de serviço que acessam o prédio-sede e o Prédio Administrativo passou a ser atribuição do Setor de Operações.

Ações de Treinamento para os servidores da Seção:

Dados Estatísticos 2016	
Monitoramento de alarmes de intrusão	72
Monitoramento de CFTV	26
Relatórios de Inteligência	34

Setor de Segurança Especializada

No âmbito da Prevenção e Combate a Incêndio, no ano de 2016, o Setor procedeu à fiscalização dos equipamentos de segurança. Em relação ao Contrato de Vigilância Terceirizada, foram realizadas as seguintes atividades:

- Fiscalização do serviço de vigilância nas unidades do Tribunal em todo o Estado.

- Reorganização das planilhas e dos arquivos referentes ao controle dos vigilantes da empresa de vigilância terceirizada.
- Melhoramento do sistema de fiscalização para o fiel cumprimento do contrato de prestação de serviço terceirizado de vigilância armada (Contrato nº 59/2012).
- Atuação como preposto da União, em audiências de reclamatórias trabalhistas ajuizadas por empregados da empresa de vigilância armada contra o TRT4.

Atividades realizadas pelo Setor, em 2016, na área de Compras e Licitações:

- Aquisição de baterias para rádios transceptores.
- Aquisição de kit de primeiros socorros.
- Controle e distribuição de uniformes operacionais para os Agentes de Segurança do Tribunal em todo o Estado.
- Elaboração do Projeto Básico para aquisição de uniformes para os servidores que exercem atividades de Segurança no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Participação dos servidores do Setor nas seguintes ações de treinamento:

- Curso “Processo Decisório nas Instituições: Como Você Decide?”
- Curso Preparatório de Língua Portuguesa *On-Line*.
- Curso Reciclagem anual para Atividade de Segurança 2016 – Curso Resolução de Conflitos em Situações de Risco.
- Curso Reciclagem Anual para Atividade de Segurança 2016 – Teste de Condicionamento Físico.
- Curso de Governança das Aquisições Públicas.

Setor de Operações

Em 2016, o Setor de Operações desempenhou as seguintes atividades:

- Segurança preventiva e ostensiva nas salas de Sessões de Julgamento, Presidência, Corregedoria Regional e outros postos no complexo do prédio-sede.
- Segurança preventiva aos servidores e bens patrimoniais.
- Reforço de segurança em audiências de mediação/conciliação, tais como: GM X Sindicato, CEEE X Sindicato, Manzoli S.A. (Manlec) X Sindicato, entre outras.
- Recepção, proteção e acompanhamento de autoridades.
- Translado de autoridades: disponibilidade de servidores para translado de magistrados para o XI Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS e de ministros até a Escola Judicial.

- Monitoramento da circulação de pessoas no complexo do prédio-sede por câmeras de vídeo.
- Segurança em eventos internos e externos do Tribunal: Posses de Juízes do Trabalho Substitutos, posses de Juízes Titulares de Vara do Trabalho, Solenidade de Ratificação de Posse de Desembargadores, Posse de Desembargadores, Audiência Coletiva sobre a Lei do Aprendiz (06.05.2016), Evento da Escola Judicial: II Jornada sobre o Novo CPC e suas Implicações no Processo do Trabalho (14 e 15.05.2016), Lançamento da Campanha de Arrecadação de Tampinhas em Parceria com o Projeto Tampart (07.06.2016), Semana Nacional da Conciliação Trabalhista (13 a 17.06.2016), Solenidade de Assinatura do Convênio de Parceria entre TRT4, MPT4, OAB/RS, Caixa de Assistência dos Advogados (CAA) e a Fundação Projeto Pescar (1º.08.2016), Seminário e Exposição ARISE (18 e 19.08.2016), IV Jornada sobre o Novo CPC e Painel Sindicato, Estado e Sociedade (1, 2 e 05.09.2016), Visita Alunos Projeto Pescar (06.09.2016), XI Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS (5, 6 e 07.10.2016), Exposição Juízes Classistas – Origem e Trajetória (21.11.2016), Homenagem por Tempo de Serviço 15ª Edição (25.11.2016), Evento Amatra IV (28.112016), Assinatura Termo de Cooperação entre EPTC e TRT4 “Projeto De Bike para o Trabalho” (14.12.2016), Etapas do Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto, entre outros.
- Participação em plantões nos feriados e finais de semana.
- Controle e proteção dos estacionamentos.
- Operação dos sistemas detectores de metais.
- Atendimento aos chamados realizados via botões de pânico.
- Atendimento a sinistros: fogo em condicionadores de ar e infiltrações em dias de temporal.
- Monitoramento de central de alarme de incêndio.
- Acompanhamento das vistorias realizadas pelos Bombeiros.
- Atendimento a ramal telefônico exclusivo para emergências (2600).
- Atendimento às ocorrências de primeiros socorros.
- Registro de ocorrências no complexo do prédio-sede (furto, perda de objetos, etc.).
- Coibição do ingresso ou da permanência de pessoas portando qualquer espécie de armamento nas unidades judiciárias e administrativas: 57 retenções de armas de fogo e 28 retenções de objetos perfurantes e/ou cortantes (canivetes, estiletes, facas, tesouras, etc.) durante o ano de 2016.
- Controle de acesso de pessoas ao complexo do prédio-sede; cadastro de visitantes em sistema informatizado, controle de vestimentas e do uso do crachá.
- Supervisão dos serviços realizados pela vigilância terceirizada.
- Supervisão dos serviços executados pelas recepcionistas terceirizadas, até o mês de março, quando rescindido o contrato: identificação e cadastro de visitantes, fornecimento de informações gerais, encaminhamento de visitantes ao destino correto e localização de servidores para atendimento de entregas.

- Acompanhamento de ingresso de prestadores de serviços terceirizados: verificação de cadastro atualizado e válido, verificação de uniforme e identificação.
- Controle dos acessos feitos pela guarita localizada na Rua Marcílio Dias: observação do trânsito de veículos e de pessoas.
- Gerenciamento do uso de boxes de estacionamento.
- Controle de saída de materiais.
- Recepção de acadêmicos nas 13 visitas ao Tribunal ocorridas durante o ano de 2016.
- Auxílio às pessoas com deficiência.
- Encaminhamento de solicitações de manutenção predial (conserto de portas de entrada e saída do saguão do prédio-sede, portões de acesso da guarita, etc.).
- Registro e guarda de objetos achados e perdidos nas dependências do prédio-sede e do Prédio Administrativo: 116 registros de objetos encontrados e 11 registros de objetos perdidos.
- Encaminhamento aos Correios dos documentos encontrados que não foram retirados pelos proprietários.
- Ações de Treinamento para os servidores do Setor: Curso de Reciclagem Anual, Curso de instrutor de armamento e tiro e Curso de uso de arma não letal – SPARK.

Setor de Segurança das Varas do Trabalho de Porto Alegre

O Setor de Segurança das Varas do Trabalho de Porto Alegre realizou as seguintes atividades em 2016:

- Acompanhamento de audiências realizadas na sala da segurança, envolvendo apenados, ou, a critério da autoridade, nas salas de audiências das Varas do Trabalho.
- Atendimentos a chamados nas secretarias das Varas do Trabalho, nas salas de audiências e nas dependências do Foro Trabalhista em geral, para ocorrências como agressões, desentendimentos, desacatos, barulho e socorro de saúde. Os chamados são realizados por telefone,(ramal 2500), via botões de pânico ou pessoalmente.
- Videomonitoramento, para acompanhamento da circulação de pessoas nas dependências do Foro Trabalhista por meio de 62 câmeras de vídeo.
- Acompanhamento rotineiro do sistema de combate a incêndio, caixas de hidrantes e mangueiras, chuveiros *sprinklers* e extintores e, quando necessário, encaminhamento de chamado ao setor competente, para manutenção.
- Controle de acesso de veículos de Juízes do Trabalho, Diretores de Secretaria, Chefes de Setores, Oficiais de Justiça, viaturas oficiais do Tribunal, pessoas idosas e de veículos de outros órgãos públicos.

- Controle de achados e perdidos: recebimento diário de objetos e documentos que foram perdidos nas dependências do Foro Trabalhista, com a respectiva guarda e devolução, quando procurados.
- Atendimento de princípio de incêndio no 2º andar do Prédio 1 do Foro Trabalhista de Porto Alegre.
- Retenção dos objetos elencados na tabela abaixo, por meio da utilização de detectores de metais e equipamento de Raio-X:

RETENÇÃO DE OBJETOS EM 2016													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Arma de fogo	8	17	31	44	60	64	47	45	54	43	56	29	498
Objetos que podem ser utilizados como arma branca (ferramentas, estilete, tesoura, faca, canivete)	44	65	108	137	119	125	128	115	103	101	95	79	1219
Objetos com finalidade específica de causar dano (bastão, gás, arma de choque, estrela, soqueira)	1	1	9	1	8	14	4	2	5	1	4	2	52
Total	53	83	148	182	187	203	179	162	162	145	155	110	1768

Seção de Transportes

A Seção de Transportes tem como missão atender ao público interno do Tribunal nas necessidades de transportes de magistrados e servidores, conforme Resolução CSJT nº 68/2010 e Portaria nº 7.465/2012. Em 2016, a Seção desenvolveu as seguintes atividades:

- Controle do fornecimento de combustíveis por meio de cartão magnético.
- Controle do seguro contra terceiros para toda a frota.
- Controle da frota de veículos e atendimento aos magistrados e servidores, na Capital e no Interior do Estado, bem como transporte de móveis e equipamentos.
- Fiscalização auxiliar do serviço de limpeza das dependências da Seção.
- Fiscalização auxiliar do serviço de vigilância das dependências da Seção.
- Licenciamento da frota junto ao Detran/RS.
- Controle de pagamento de multas pelos servidores que as originaram.
- Indicação diária das viaturas a serem limpas, controle da qualidade do serviço, renovação e fiscalização do contrato, além do ateste na nota fiscal de prestação do serviço.
- Controle da escala diária de motoristas para demandas locais e viagens.

- Controle do equipamento de auxílio à orientação (GPS), para uso em atendimentos de demandas com destino de difícil localização, disponibilizados aos motoristas mediante carga registrada em planilha de controle.
- Controle do sistema informatizado (Trace-GP, com interface com a intranet do TRT), o qual apropria dados – por demanda solicitada – da viatura, data e horários de deslocamentos, destino, motorista, quilometragem percorrida e solicitante.
- Controle diário do uso de uniforme, conforme previsto na Portaria nº 2.815/2012 e em consonância com a disponibilidade de vestimentas pela Coordenadoria de Segurança Institucional.
- Acompanhamento, via sistema de rastreamento veicular, de todas as viaturas da frota do Tribunal.
- Controle dos vencimentos das Carteiras de Habilitação dos servidores da unidade, com expedição de ofício ao Detran/RS, e encaminhamento dos respectivos motoristas para as renovações.
- Controle de saída das viaturas e respectivos condutores, com data e hora de saída, através da guarita de vigilância da Seção, com anotações em planilha própria.
- Instalação, por meio da Coordenadoria da Segurança Institucional, de câmeras de vigilância, abrangendo a área de entrada e saída das viaturas, os fundos do terreno e o estacionamento anexo, com visualização também na guarita de vigilância da Seção.
- Adoção de medidas para reduzir o consumo de energia elétrica, água e desgaste das viaturas, buscando enquadramento no Plano de Logística Sustentável do TRT e nas medidas de contingenciamento de verbas impostas ao Poder Judiciário Trabalhista no início do ano.

ATIVIDADE	2014	2015	2016
Atendimentos a desembargadores	2.346	2.435	3.484
Atendimentos a servidores	5.857	5.185	4.115
Total	8.203	7.620	7.599

A seguir, apresenta-se um quadro comparativo, com o consumo de combustível e de quilometragem total percorrida nos anos de 2015 e 2016:

TIPO DE COMBUSTÍVEL	Consumo (em litros)		Quilometragem (em Km)		Média de Consumo (Km/Litro)	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Gasolina	29.985	20383	329.412	197.974	10,9	9,7
Diesel	7.604	6742	73.292	58.097	9,6	8,6
TOTAL	**37.589**	**27125**	**402.704**	**256.071**	**10,7**	**9,4**

Seção de Manutenção de Viaturas

A Seção de Manutenção de Viaturas desenvolveu as seguintes atividades em 2016:

- Fiscalização do contrato firmado com empresa de cartão de crédito para o fim de manutenção dos veículos da frota do Tribunal. A execução do contrato ocorre da seguinte forma: a contratada mantém convênio com oficinas especializadas, concessionárias e autopeças. Antes da execução de um serviço, são solicitados orçamentos a essas oficinas e a outras não conveniadas a fim de confirmar preços de mercado. O serviço sempre é efetuado pela oficina que apresentar o menor preço. Executado o serviço, as peças usadas são deixadas na oficina, para descarte, depois de confirmada sua efetiva troca. Algumas vezes são adquiridas as peças, e os mecânicos do Tribunal as substituem. Ao final do processo, as empresas conveniadas com a contratada emitem uma nota fiscal, que é conferida e atestada pelo chefe da Seção de Manutenção de Viaturas e, no final do mês de apuração, a contratada emite uma nota fiscal com o somatório de todas as notas emitidas pelas empresas conveniadas no período e emitido um relatório com a discriminação de todas as despesas.
- Manutenção geral dos veículos da frota do Tribunal, com ações preventivas e corretivas.
- Regulagem dos motores.
- Testes de diagnósticos de falhas.
- Substituição do óleo de motores e de caixas de câmbio.
- Verificação de pneus e baterias.
- Revisão dos itens básicos, tais como nível de óleo lubrificante e de líquido de freio, do sistema de arrefecimento, tensão de correias, tensão de bateria, calibragem de pneus e parte elétrica.

COMPARATIVO – QUANTITATIVOS E VALORES			
	2014	**2015**	**2016**
Quantidade média de veículos atendidos	37	42	42
Total de atendimentos efetuados nos veículos	334	241	291
Valor total do custo de peças e serviços	R$ 78.045,79	R$ 78.496,17	R$ 65.758,20
Média mensal do custo de manutenção da frota	R$ 7.079,50	R$ 6.541,35	R$ 5.479,85
Média mensal do custo de manutenção por veículo	R$ 191,34	R$ 155,74	R$ 130,47
Valor de peças/serviços Adm. Cartão de Crédito	R$ 68.676,56	R$ 66.511,51	R$ 63.694,62
Valor de peças ou serviços (por empenho)	R$ 4.695,49	R$ 15.343,60	-

COMPARATIVO – QUANTITATIVOS E VALORES			
	2014	**2015**	**2016**
Valor de peças ou serviços (por suprimento de fundos)	R$ 4.673,74	R$ 1.421,97	R$ 316,90
Estoque	-	R$ 3.573,09	R$ 1.746,68

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas tem a seguinte estrutura:

Seção de Conferência Interna

Seção de Legislação de Pessoal e Assuntos Disciplinares

- **Coordenadoria de Informações Funcionais**

  Seção de Afastamentos e Tempo de Serviço

  Seção de Apoio Administrativo

  Seção de Aposentadorias e Pensões

  Seção de Assuntos da Magistratura

  Seção de Benefícios

  Seção de Frequência e Férias

  Seção de Publicações e Registros

  Seção de Vantagens

- **Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas**

  Seção de Acompanhamento Funcional

  Seção de Avaliação de Desempenho

  Seção de Capacitação

  Seção de Educação a Distância

  Seção de Funções Comissionadas

  Seção de Ingresso e Remoção

O exercício de 2016 trouxe para a Secretaria de Gestão de Pessoas, suas Coordenadorias e respectivas Seções, grandes desafios e necessidade de adaptação dos modos de trabalho devido ao corte orçamentário previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2016. Além das peculiaridades referidas na descrição das atividades de cada Seção, merecem destaque as ações a seguir elencadas.

Em razão da limitação de nomeações com aumento de despesa, por força de restrição contida na LOA, a reposição da força de trabalho vaga, durante todo o primeiro semestre de 2016, foi bastante deficitária. Em decorrência das restrições orçamentárias de custeio, também foi inviabilizada a manutenção do quadro de estagiários. Com o aporte orçamentário e a autorização, pelo CSJT, do provimento de cargos vagos com aumento de despesa, tanto de magistrados quanto de servidores, foi restabelecida praticamente toda a força de trabalho no segundo semestre, inclusive com a recomposição do quadro de estagiários.

Também por força do aporte financeiro apenas no segundo semestre de 2016, as Seções de Capacitação e de Educação a Distância tiveram experiência ímpar. A restrição orçamentária inicial, inviabilizando a contratação de ações de capacitação, foi mitigada com a maior oferta de cursos na modalidade a distância. Destaca-se, dentre eles, o "Conexão Gestores", evento inédito integralmente realizado em ambiente virtual, muito bem avaliado por todos os participantes. A Seção de Capacitação, por sua vez, além da excepcional execução orçamentária, realizou, em parceria com a Escola Judicial, também pela primeira vez e por determinação da Presidente do Tribunal, o Encontro de Gestores simultaneamente com o Encontro Institucional da Magistratura.

A iminente alteração das regras de aposentadoria também gerou incremento de movimentação na Seção de Aposentadorias e Pensões.

As alterações efetuadas na Funpresp-Jud no final do ano de 2015, e a publicação da Lei nº 13.183, em 05 de novembro de 2015, impactaram o trabalho da Seção de Afastamentos e Tempo de Serviço, com o aumento significativo do número de inscritos no Plano de Benefícios.

Com o advento da Resolução CSJT nº 164/2016, publicada em 4 de abril, a Segesp passou a ser responsável pelo gerenciamento dos processos de emissão, renovação, controle, contratação e execução dos respectivos contratos de certificados digitais do TRT da 4ª Região, atividade atribuída à Seção de Apoio Administrativo.

Por fim, merece referência a atuação da Segesp, tanto no fornecimento de informações para subsidiar a tomada de decisões, quanto na elaboração das atas da Comissão de Movimentação de Servidores (Portaria nº 2.388/2016) e da Comissão Especial instituída para analisar a veracidade da declaração dos candidatos que se declararam pretos ou pardos em concurso público (Portaria nº 6.438, de 6 de novembro de 2015).

Feitos esses destaques, segue a descrição geral das atividades das Seções vinculadas diretamente à Secretaria de Gestão de Pessoas e, após, às Coordenadorias de Informações Funcionais e de Desenvolvimento de Pessoas.

Seção de Conferência Interna

A Seção de Conferência Interna, vinculada diretamente à Secretaria de Gestão de Pessoas, manteve em 2016 as atividades já desempenhadas em 2015, quais sejam: acompanhamento e atualização da planilha de controle orçamentário da verba de capacitação de servidores, elaboração de controles diversos sobre o Sistema de Recursos Humanos, tais como planilhas e relatórios, auxílio na elaboração do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2015 a ser enviado ao TCU, auxílio na elaboração do Relatório do Siprev, análise dos processos de trabalho da Segesp, acompanhamento e implantação do Sistema SIGEP/SGRH, conferência dos

valores da bolsa e auxílio-transporte pagos aos estagiários, controle do mapeamento, validação e avaliação por competência dos servidores com função gerencial, gerenciamento das demandas feitas à Setic, elaboração de dois relatórios ao TCU – dados cadastrais e financeiros de todos os magistrados e servidores em atividade no Tribunal; informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de todos os magistrados e servidores, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão civil e pensionistas civis do Tribunal, controle das Metas do iGov – Perfil GovPessoal, acompanhamento e implantação do novo Sistema BI para emissão de relatórios, validação dos dados para o Sistema e-Gestão, controle de prazos dos processos administrativos no Sistema ADMEletrônico. Destacam-se outras atividades desempenhadas em 2016 pela Seção, a saber: auxílio e acompanhamento no preenchimento de planilhas enviadas para o TCU em resposta ao Ofício nº 278-357/2016 – TCU/SEFIP/Diaup, com o objetivo de apurar indícios de irregularidades identificados a partir de críticas executadas de forma automática e contínua nas folhas de pagamentos das unidades jurisdicionadas, bem como acompanhar as providências adotadas e elaboração de relatórios: Anajustra – referente ao índice de 13,23% (informações complementares relacionadas à Gratificação de Atividade Externa, Gratificação de Atividade de Segurança e Adicional de Qualificação).

Seção de Legislação de Pessoal e Assuntos Disciplinares

No que tange aos assuntos disciplinares, a Seção desempenhou atribuições relacionadas ao regime disciplinar dos servidores públicos federais, constantes na Lei nº 8.112/1990. Dentre as atividades desempenhadas, merecem destaque: a análise de fatos relatados em Processos Administrativos, com elaboração de informações acerca da necessidade de instauração de sindicâncias ou processos administrativos disciplinares, a elaboração de atos para a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, tais como indicação de membros para compor as respectivas comissões, portarias de instauração, autuação e formação de expedientes no Sistema NovaJus4, e controle dos prazos de trabalho das comissões, acompanhamento do trabalho das comissões, orientando e mantendo atualizados os arquivos em planilha do Microsoft Excel, com controle dos andamentos dos trabalhos, orientação para o encaminhamento dos autos à autoridade competente, nos prazos estabelecidos, manutenção dos registros no Sistema RH e em planilhas do Microsoft Excel de portarias de louvor e portarias de penalidade administrativa, com a prestação de esclarecimentos relativos a assuntos disciplinares para as Seções de Aposentadorias e Pensões, Ingresso e Remoção, Capacitação e Avaliação e Desempenho, controle do cancelamento do registro das penalidades pelo decurso dos prazos previstos no art. 131 da Lei nº 8.112/1990, nos termos do art. 170 do mesmo diploma legal.

No âmbito da legislação de pessoal, a Seção atuou no suporte legal e jurisprudencial relacionado à gestão de pessoas, com ênfase nas matérias constantes na Lei nº 8.112/1990. Dentre as atividades desempenhadas, merecem destaque a elaboração de pareceres em processos administrativos, a elaboração e atualização de normas internas, a revisão e a conferência de informações para subsidiar a defesa da União em processos judiciais, a prestação de informações em consultas formuladas pelas demais Seções da Secretaria de Gestão de Pessoas, por servidores, bem como por outros setores, outros órgãos da Justiça do Trabalho e Conselhos Superiores. Alguns dos principais assuntos abordados no exercício 2016 foram: estágio de estudantes, ajuda de custo, aposentadoria, remoção, licenças e afastamentos,

gratificação de atividade de segurança – GAS, jornada de trabalho e horário especial, férias, diárias, acumulação de cargo público, pensão, auxílio-natalidade, concurso público, recondução, regime previdenciário, plano de cargos e salários, licença à gestante, isenção de imposto de renda, contagem de prazo, exoneração, reenquadramento, exame admissional, vaga de candidato portador de deficiência, auxílio-funeral, reposição ao erário, conversão de tempo de serviço especial em tempo de serviço comum, entre outros.

PROCESSOS RECEBIDOS/AUTUADOS – 2016	
Processos Administrativos (PA)	09
Processos Administrativos Disciplinares (PADSERV)	09
Sindicâncias investigativas	01

ATIVIDADES – 2016	
AGU	108
Consultas escritas	69
Consultas verbais	4
Informações (ADMEletrônico)	5
Normatizações	5
Pareceres	34
Revisão de informações	1

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

Na Seção de Afastamentos e Tempo de Serviço, as alterações efetuadas na Funpresp-Jud no final do ano de 2015, e a publicação da Lei nº 13.183, em 05.11.2015, impactaram o trabalho da Seção. A adesão ao Plano de Benefícios da Funpresp-Jud passou a ser automática para todos os membros e servidores que ingressaram no serviço público a partir daquela data. No mesmo período, foi implantado o Portal do Patrocinador no *site* da Funpresp-Jud, com o carregamento, por parte dos órgãos patrocinadores, da ficha cadastral e formulários dos servidores ingressantes. Com tais alterações, intensificou-se o controle dos ingressantes, porque antes a média era de 10 (dez) adesões ao ano e os formulários (ficha de inscrição e termo de oferta) eram encaminhados mensalmente à Funpresp, via correio, e somente as fichas de inscrição eram encaminhadas à Secretaria de Orçamento e Finanças. Atualmente, a Seção orienta todos os servidores a preencher os formulários no dia da posse com a possibilidade de, posteriormente, alterarem as opções automáticas, tais como percentual de contribuição e regime de tributação, e até mesmo de cancelarem a adesão automática. Os formulários são encaminhados para a Secretaria de Orçamento e Finanças quando da entrada em exercício do servidor, e carregados no portal após a assinatura do Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas. No ano de 2016, foram 126 ingressantes, sendo 19 enquadrados no regime antigo e 107 no regime novo, dos quais 11

cancelaram a inscrição automática e 96 mantiveram a adesão, o que representa um incremento de mais de 800% no número de inscritos no Plano de Benefícios e, consequentemente, de servidores que demandam orientações da Seção.

A Seção de Apoio Administrativo sofreu um grande impacto em suas atividades, elevando significativamente seu volume de serviço, com o advento da Resolução CSJT nº 164/2016, publicada em 4 de abril, por meio da qual passou a ser a Seção responsável pelo gerenciamento dos processos de emissão, renovação, controle, contratação e execução dos respectivos contratos de certificados digitais do TRT da 4ª Região. Assim, a partir de maio de 2016, a Seção passou a gerir a certificação digital oriunda do convênio do TRT4 com a Caixa Econômica Federal e iniciou, a partir do final do mês de setembro, os processos de contratação de certificados digitais das empresas Serpro e CERTISIGN, assumindo, em decorrência, a gestão da certificação digital inerente a esses contratos. A Seção manteve as seguintes atividades já realizadas em 2015: atendimento ao público e às ligações telefônicas, recebimento e encaminhamento de documentos e correspondências, controle do relatório de ligações telefônicas, do inventário da Segesp, da comunicação de ausências dos servidores da Secretaria e das numerações de portarias, controle do estoque de material de expediente, gerenciamento do correio eletrônico, do sistema Malote Digital e da caixa da Segesp no ADMEletrônico, participação no processo de recadastramento anual de aposentados e pensionistas, participação na organização do 19º Encontro Anual de Gestores da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, este ocorrido na cidade de Porto Alegre/RS, operacionalização da premiação anual de servidores por tempo de serviço e consolidação dos relatórios gerenciais e levantamentos estatísticos da Segesp. Somaram-se às atividades relatadas, o carregamento, no Portal do Patrocinador, dos formulários da Funpresp-Jud, em auxílio à Seção de Afastamentos e Tempo de Serviço e, ainda, a realização de eventuais processos de liberação de acesso externo a intranet (extranet) e de inicialização/desbloqueio de senhas na intranet, para aposentados e pensionistas.

A Seção de Aposentadorias e Pensões registrou um significativo acréscimo no volume de serviço, notadamente nos últimos meses de 2016, em decorrência, inicialmente, da veiculação de notícias acerca da iminente alteração das regras de aposentadoria e, posteriormente, do efetivo encaminhamento do projeto de Reforma da Previdência ao Congresso Nacional, consubstanciado na Proposta de Emenda à Constituição nº 287/2016, que tem por objeto a alteração dos artigos 37, 40, 42, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição Federal, para dispor sobre a seguridade social, estabelecer regras de transição e dar outras providências, o qual tramita em fase inicial. Tal circunstância gerou excepcional incremento de serviço na Seção, consistente no agendamento e protocolo de inúmeros pedidos de inativação, que resultaram no total de 116 aposentadorias no exercício, situação totalmente atípica se comparada, por exemplo, ao exercício de 2015, quando o total de aposentadorias efetivadas no Tribunal importou em 83, representando um acréscimo na ordem de quase 40%. Também como reflexo dessa mesma particularidade houve o aumento expressivo de solicitações, por parte de servidores(as) e magistrados(as), para confecção de apurações de tempo de contribuição para fins de aposentadoria. Os pedidos somaram 225 no ano de 2016, dentre os quais 159 foram atendidos durante o ano, contra 189 solicitações e 162 atendimentos em 2015.

A Seção de Assuntos da Magistratura realizou as seguintes atividades: inclusão e exclusão de dependentes de Desembargadores e Juízes de 1º Grau ativos, para fins de imposto de renda e assistência médico-odontológica, processamento dos pedidos de reconhecimento de união

estável, elaboração de termos de posse de Desembargadores, Juízes Titulares de Vara do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos, controle das vagas existentes de Desembargadores e Juízes de 1º Grau, lançamento no sistema informatizado da Segesp dos cursos realizados pelos Desembargadores e Juízes de 1º Grau, cujos diplomas foram encaminhados à Seção, para registro em seus assentamentos funcionais, lançamento no sistema informatizado da Segesp dos tempos de serviço averbados pelos Desembargadores e Juízes de 1º Grau, atendimento às diligências propostas pela AGU, pelo TCU, pelo CNJ, pelo CSJT, pelo TST e por outros Tribunais, como, por exemplo, número de vagas existentes, cargos ocupados, questionamentos sobre férias e diárias, controle das entregas de autorização de acesso dos dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil, com a posterior comunicação ao Tribunal de Contas da União, controle e recebimento de documentos para posse (nomeação, remoção e permuta) de Juiz do Trabalho Substituto, e registro das admissões no sistema TCU-SISAC. Além disso, a Seção teve suas atividades impactadas especialmente em razão das seguintes ocorrências no ano de 2016: 1 – limitação do valor pago a título de diárias, devido à restrição orçamentária prevista na LDO de 2016; 2 – vedação de provimento de cargos com aumento de despesa de pessoal, conforme Recomendação nº 19/2016, do CSJT, com posteriores autorizações por meio dos Ofícios CSJT.GP.SG.CFIN nº 9/2016 e nº 63/2016; 3 – auditorias do CSJT sobre conversão em pecúnia de férias não fruídas por magistrados em atividade e pagamento da GECJ a magistrados, salientando-se que não foram constatadas irregularidades significativas praticadas pelo Tribunal relativamente a esses assuntos; 4 – posse de candidatos cotistas (negros) aprovados no Concurso para Juiz do Trabalho Substituto – 2016; 5 – Sigep – treinamento e homologação do sistema com a padronização e conferência dos dados migrados. A Seção passou também a fazer lançamento de passagens aéreas no sistema informatizado da Segesp e a publicação na página do Tribunal (Transparência) das diárias e passagens aéreas.

Na Seção de Benefícios, destacaram-se as atividades de participação no programa Integrar-te, orientando servidores novos sobre os benefícios disponibilizados pelo TRT4, publicação mensal na página do Tribunal (Transparência) de dados referentes aos Benefícios, Sigep — treinamento e homologação do sistema com a padronização e conferência dos dados migrados, elaboração de relatórios para o CNJ e CSJT, diligências de origem do TCU, referente a servidores e magistrados recebendo Auxílio-Alimentação por mais de um órgão público, atendimento presencial e remoto para beneficiários do plano de saúde com dificuldades de autorizações de exames e procedimentos em saúde, fiscalização da execução do contrato entre o TRT4 e a Unimed Porto Alegre.

A Seção de Frequência e Férias, como atividades extraordinárias àquelas constantes do quadro estatístico que segue abaixo, participou da elaboração da minuta da Portaria que regulamentou a realização de teletrabalho no Tribunal. Realizou o cadastro das digitais dos servidores lotados no prédio-sede, no Prédio Administrativo e nas Varas do Trabalho de Porto Alegre para utilização do ponto biométrico (1.386 servidores), adotou medidas para a redução de despesas com consumo de energia elétrica no âmbito do TRT4ª Região, mediante o estabelecimento de horários uniformes para o funcionamento das unidades de 1º e 2º Graus do Tribunal (RA nº 03/2016).

A Seção de Publicações e Registros exerceu a manutenção das pastas funcionais dos servidores ativos, a manutenção e atualização dos dados cadastrais de todos os servidores ativos

no sistema informatizado da Segesp, incluindo alteração de conta bancária, de endereço residencial, de lotação, de exercício de função comissionada, etc, efetuou levantamentos estatísticos solicitados pelo CNJ, relativos ao quadro de pessoal, e, acrescidas a tais atividades, participou do Integrar-te, procedeu à abertura de pastas funcionais de servidores redistribuídos de outros Regionais e ao envio de assentamentos funcionais de servidores redistribuídos para outros Regionais.

A Seção de Vantagens também sofreu impacto em suas atividades em razão do corte orçamentário previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016, o que limitou a concessão de diárias e gerou a necessidade de diversas alterações no Sistema RH para que estas fossem pagas conforme disposto na nova regra. Ainda, em 27 de junho de 2016, foram suspensos todos os pagamentos relativos à parcela ajuda de custo, os quais foram retomados após a liberação suplementar de orçamento. Destaca-se dentre as atividades da Seção a proposta de padronização dos critérios de pagamento de diárias, ressarcimentos, ajuda de custo, entre outros, a qual tramitou em processo administrativo eletrônico e que, após ser analisada pela Diretoria-Geral, obteve a chancela da Presidência do TRT. A dificuldade enfrentada ao final do ano foi a necessidade de retomada de todos os processos administrativos de concessão de diárias referentes à capacitação e formação, para fins de complementação de valores referentes ao adicional de deslocamento e diárias do dia anterior/posterior, em decorrência do grande volume de processos de capacitação/formação no breve período de seis meses.

Atividades das Seções da Coordenadoria de Informações Funcionais – exercício 2016 – em números:

Seção de Afastamentos e Tempo de Serviço

DADOS ESTATÍSTICOS DA SEÇÃO – 2016	
Tempo de Serviço	
Averbação de Tempo de Serviço	178
Conversão de tempo especial (deferimento ou indeferimento)	06
Concessão e revisão de adicional por tempo de serviço	08
Certidões de Tempo de Contribuição (ex-servidores)	60
Certidões Circunstanciadas de Tempo de Serviço	11
Certidões de Regime Previdenciário	20
Certidões de Férias	01
Outras certidões	14
Reconhecimento e revisão (LPA)	14
Desentranhamento de Certidões	33
Declarações para o INSS	55
Diligência de regularização da documentação e averbação	63
Total	463
Licenças	
Licença para tratar de Interesses Particulares	14

Licença para tratar de Interesses Particulares (vinculada a Mandato Sindical)	03
Licença para Desempenho de Mandato Classista	04
Concessão de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	01
Análise dos requisitos para Licença para Acompanhamento de Cônjuge para teletrabalho no exterior	03
Alteração de lotação de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	01
Cancelamento de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	02
Recadastramento de servidores em Licença para Acompanhamento de Cônjuge	20
Concessão de Licença-prêmio por Assiduidade	01
Indeferimento de Licença-prêmio por Assiduidade	01
Concessão de Licença para Atividade Política	05
Cálculo quinquênio para Licença para Capacitação	04
Concessão de Licença para Mandato Eletivo	01
Total	**60**
Afastamentos, Requisições e Lotações Provisórias	
Afastamento para trabalhar em outros TRTs (cedência e renovação)	10
Afastamento para trabalhar em outros órgãos (cedência e renovação)	03
Requisições indeferidas	01
Licença para Acompanhamento de Cônjuge com lotação provisória no Tribunal	02
Indeferimento de pedido de lotação provisória no Tribunal	02
Total	**18**
Diversos	
Pedido de reconsideração e recurso	03
Informações prestadas à AGU	07
Concessão de adicional de insalubridade/periculosidade	01
Alteração percentual de adicional de insalubridade/periculosidade	01
Cancelamento de adicional de insalubridade/periculosidade	01
Indeferimento de adicional de insalubridade/periculosidade	01
Ciência homologação de laudo de insalubridade/periculosidade	32
Atendimento a ingressantes (informações sobre a Funpresp-Jud)	127
Enquadramento de Regime Previdenciário	127
Demais atendimentos sobre o Regime Previdenciário e a Funpresp-Jud	04
Carregamento no Portal do Patrocinador dos formulários da Funpresp-Jud	127
Total	**431**

Seção de Apoio Administrativo

Atividades	
Autuações no Protocolo Eletrônico	1.044
Carteiras funcionais expedidas	276
Crachás funcionais expedidos	564

Seção de Aposentadorias e Pensões

DADOS ESTATÍSTICOS DA SEÇÃO – 2016	
Aposentadorias	
Invalidez	08
Proporcional ao Tempo de Contribuição	01
Tempo de Contribuição	107
Cancelamento de Aposentadoria	30
Indeferimento de revisão	04
Revisão	02
Pensões	
Concessão	22
Reversão de cotas	13
Cancelamento	10
Indeferimento	05
Revisão	01
Auxílio-funeral, Designação de Companheiro(a), União Estável, Isenções, Abono, Diligências, Recadastramentos e Outros	
Abono de Permanência	114
Auxílio-funeral	26
Cancelamento da isenção da Contribuição Previdenciária	06
Cancelamento da isenção do IRRF	06
Cancelamento de designação de companheiro (a)	04
Concessões de licença-prêmio em pecúnia	60
Contagens de tempo de contribuição	159
Designação de companheiro (a)	07
Designação de filho(a) inválido(a), irmão, mãe e neto	04
Diligências do TCU	14
Diligências da Seconti	01
Inclusão/exclusão de dependentes para fins de IRRF/Csaúde	47
Indeferimento da isenção do IRRF	13
Indeferimento de Auxílio-funeral	01
Indeferimento do Abono de Permanência	03
Indenização de Funeral	06
Informações prestadas à AGU	27

Isenção da Contribuição Previdenciária	43
Isenção do desconto do IRRF	50
Pedidos de reconsideração	03
Recadastramento de aposentados	1.348
Recadastramento de pensionistas	458
União estável	04
Recurso Administrativo	01
Outras informações	52

Seção de Assuntos da Magistratura

DADOS ESTATÍSTICOS DA SEÇÃO – 2016	
Assunto	**Expedientes**
AGU – informações	72
Averbação de tempo de serviço ou de contribuição	38
Ajuda de custo, indenização de transporte de pessoal e ressarcimento de transporte de mobiliário, bagagem e automóvel[1]	25
Licenças (afastamento, casamento, paternidade, luto, para frequência a curso)	154
Férias	258
Nomeação, promoção, remoção e permuta de Juízes Titulares e Substitutos[2]	31
Diárias de Colaboradores externos, Desembargadores, de Juízes Titulares e Substitutos[3]	167
Boletim de Substituição[4]	13
Quadro de Antiguidade de Juízes Titulares e Substitutos[5]	18
Certidões diversas para magistrados e ex-representantes classistas	31
Outros (alteração de nome, cadastro de dependentes, reconhecimento de união estável)	29

[1] A ajuda de custo compreende a análise e instrução do processo e a elaboração da portaria correspondente.

[2] A nomeação/promoção/remoção/permuta de Juiz compreende, conforme o caso, a instrução do processo, a elaboração de portaria e do termo de posse e o lançamento ou a atualização cadastral no Sistema de Recursos Humanos e no Sistema Sisac/TCU.

[3] As portarias de concessão de diárias elaboradas pela Seção aos Juízes Titulares e Substitutos são referentes à participação na condição de instrutores ou à participação em cursos ou eventos fora do Estado, bem como colaboradores externos por solicitação da Escola Judicial para a realização de curso e participação em eventos.

[4] Elaborado pela Seção apenas o boletim de substituição dos Juízes convocados para atuar no Tribunal e os designados para atuar no JACEP.

[5] Anualmente, é instruído expediente com os quadros de antiguidade dos Desembargadores, Juízes Titulares e Substitutos, a serem submetidos à apreciação do Órgão Especial na sessão do mês de março. A cada alteração no Quadro de Juízes Titulares de Vara do Trabalho e de Juízes do Trabalho Substitutos é elaborado novo quadro de antiguidade, com posterior disponibilização na internet.

Seção de Benefícios

DADOS ESTATÍSTICOS DA SEÇÃO – 2016		
Assistência Pré-Escolar		
Número de Magistrados e Servidores Beneficiados		771
Número de Dependentes Beneficiados		873
Custo Anual		R$ 6.009.520,76
Inclusões Processadas (magistrados e servidores)		144
Inclusões Processadas (dependentes)		151
Exclusões Processadas (magistrados e servidores)		109
Exclusões Processadas (dependentes)		111
Total de operações processadas		515
Dependentes para Fins de IRPF e Assistência Médico-Odontológica (Servidores Ativos)		
IRRF (posição em 31.12.2016)		3.298
Assistência Médico-Odontológica (posição em 31.12.2016)		3.817
Inclusões processadas (IRPF)		151
Inclusões processadas (Assistência Médico-Odontológica)		145
Exclusões processadas (IRPF)		89
Exclusões processadas (Assistência Médico-Odontológica)		68
Total de operações processadas		453
UNIMED		
Plano de Saúde		
Plano Coletivo	Titulares	4.318
	Dependentes	6.995
Plano Individual	Titulares	616
	Dependentes	670
Total de usuários (posição em 31.12.2016)		**12599**
Plano Coletivo	Inclusões processadas	593
	Exclusões processadas	427
Plano Individual	Inclusões processadas	128
	Exclusões processadas	125
Número de segundas vias solicitadas		351
Total de operações processadas		1624
S.O.S. (serviço de ambulância)		
Usuários (Plano Coletivo)		807
Usuários (Plano Individual)		210
Total de Usuários (posição em 31.12.2016)		**1.017**
Inclusões processadas		73
Exclusões processadas		64

Total de operações	**137**
Benefício-família	
Número de solicitações encaminhadas	12
Número de Beneficiados	16
Dados Gerais Unimed	
Valor da participação do Tribunal	R$ 23.571.369,02
Valor da participação dos Servidores	R$ 34.278.136,33
Custo Anual Total	**R$ 57.849.505,35**
Auxílio-natalidade	
Concessões em 2016	113
Custo Anual	R$ 65.636,52
Auxílio-transporte	
Servidores Beneficiados	308
Custo Anual	R$ 754.398,74
Inclusões processadas	50
Exclusões processadas	58
Recadastramentos processados	220
Total de operações	328

Seção de Frequência e Férias

DADOS ESTATÍSTICOS DA SEÇÃO – 2016	
Férias de Servidores	
Cálculo do saldo de férias em virtude de exoneração de cargo em comissão	108
Cálculo do saldo de férias em virtude de pedido de vacância de cargo efetivo	24
Cálculo do saldo de férias não fruídas por ocasião da aposentadoria	116
Lançamentos no Sistema de Pessoal das alterações de férias	1.050
Total	**1.298**
Licenças, Afastamentos e Concessões processadas	
Afastamentos para participação em júri e outros serviços obrigatórios por lei	84
Afastamentos integral do servidor por convocação	53
Casamento	48
Afastamentos por motivo de doação de sangue	70
Afastamentos por motivo de falecimento de pessoa da família	89
Certidões	66
Concessões de dispensa de ponto	168

Concessões de horário especial de estudante	16
Registros à disposição da Justiça Eleitoral	581
Registros de fruição dos dias trabalhados nas eleições	467
Licença à adotante	1
Licenças-paternidade	56
Plantão – Folga compensatória	7
Teletrabalho	43
Férias – Período averbado e não indenizado no cargo anterior	34
Total	**1.783**
Frequência	
Boletins de frequência conferidos	813
Frequência de servidores requisitados/licença para acompanhar cônjuge com lotação no Tribunal e removidos para o TRT	1.176
Frequência servidores cedidos, licença para acompanhar cônjuge com lotação fora do Tribunal e removidos para outro TRT	1.368
Investigações e registros de faltas injustificadas	80
Total	**3.437**

Seção de Publicações e Registros

DADOS ESTATÍSTICOS DA SEÇÃO – 2016	
Atividades	
Abertura de pastas funcionais de servidores nomeados em 2016	126
Certidões solicitadas por servidores para fins diversos (INSS, certificação digital, atividade jurídica, negativa de penalidade, financiamento, permuta, redistribuição, comprovação de vínculo e outros)	650
Elaboração de Boletins de Serviço, disponibilizados na intranet do TRT	238
Elaboração de gabaritos com matérias enviadas para publicação no DEJT	278
Elaboração de gabaritos com matérias enviadas para publicação no DOU	38
Cadastramento dos processos administrativos de alteração de nome e de registro de União Estável dos servidores ativos	66

Seção de Vantagens

DADOS ESTATÍSTICOS DA SEÇÃO – 2016	
Concessão de Diárias	
Total de diárias lançadas (diárias inteiras + meias diárias)	2.903
Servidores atendidos	478
Portarias expedidas	365
Processos administrativos	251
Diárias concedidas a instrutores externos	1,5

Ressarcimento de Despesas com Deslocamento	
Ressarcimentos lançados	1.589
Servidores e magistrados atendidos	404
Processos administrativos	423
Adicionais	
Servidores com Adicional Noturno	4
Concessão de Ajuda de Custo	
Servidores atendidos	25
Pedidos indeferidos	3
Ressarcimento de Despesas com transporte pessoal, mobiliária e bagagem	
Servidores atendidos	10
Pedidos indeferidos	1

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

A Seção de Avaliação de Desempenho realizou as seguintes atividades: gerenciamento do Sistema Informatizado de Gestão do Desempenho Funcional, exame e instrução de processos administrativos relativos a estágio probatório, progressão funcional, promoção funcional e servidores em final de carreira, verificação das situações de insuficiência de desempenho individual e seus reflexos no desempenho organizacional, encaminhamento dos casos de notas inferiores a 70 pontos para acompanhamento funcional, lançamento e atualização da evolução funcional de todos os servidores, informação aos servidores das pendências relativas ao processo avaliativo, organização, acompanhamento e operacionalização do processo de avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório, procedendo à progressão dos servidores aprovados, com a declaração de estabilidade e o encaminhamento para exoneração dos reprovados, operacionalização do processo de avaliação de desempenho para promoção/progressão dos servidores estáveis, organização e acompanhamento do processo de avaliação de desempenho dos servidores à disposição de outros órgãos, recepção e processamento dos recursos interpostos em face das avaliações de desempenho, participação no Curso Gestão de Desempenho na Prática, promovido pela Escola Judicial, participação no Programa de Ambientação “Integrar-te”, lançamento, no Sistema de Gestão do Desempenho Funcional, das competências gerenciais mapeadas.

A Seção de Capacitação desempenhou atividades de preenchimento, acompanhamento diário, atualização e controle da planilha de execução orçamentária referente à verba de capacitação de servidores, elaboração de planilhas e relatórios, dentre eles o relatório do CEAJUD e Plano de Logística Sustentável (PLS), elaboração, execução e participação no Programa de Ambientação (Integrar-te e Receber-te), elaboração e execução do programa de Reciclagem Anual para Atividade de Segurança, apoio logístico a projetos do TRT4, tais como “De Bike para o Trabalho”, Imama, Semana do Meio Ambiente, Projeto Pescar; “Equidade de Gênero: Acolhimento e Encaminhamento de Denúncias de Violência de Gênero”, planejamento e execução do Encontro Anual de Gestores, juntamente com o Encontro da Magistratura, elaboração de expediente referente ao pagamento de Instrutoria Interna, bem como o acompanhamento da compensação da carga horária, conforme o caso, elaboração de Certidões de Cursos quando solicitadas pelos servidores, acompanhamento das horas gerenciais (art. 5º,

Seção II, Anexo II, da Portaria Conjunta nº 3, de 31 de maio de 2007, do STF), solicitação de *coffee break* à empresa terceirizada para eventos *in company* (31 serviços solicitados em 2016) e, posteriormente, atestado da prestação, elaboração da informação referente à concessão dos seguintes adicionais de qualificação: Graduação, Pós-Graduação e Ação de Treinamento, elaboração da Informação referente à concessão da Licença Capacitação e instrução e elaboração da informação referente à contratação dos cursos externos e internos.

A Seção de Educação à Distância destacou a realização do Curso "Conexão Gestores" e parte do programa de Reciclagem Anual para Atividade de Segurança (parte teórica foi realizada em EAD).

A Seção de Funções Comissionadas desempenhou as seguintes atividades: conferência e envio das informações à Secretaria de Orçamento e Finanças para pagamento aos substitutos designados, para fins de inclusão em folha de pagamento, totalizando em torno de 2.166 registros; informação e instrução sobre a situação dos servidores envolvidos nas indicações para cargos e funções comissionadas, bem como para as funções de substitutos e, ainda, em todas as situações que envolvam os controles das funções e cargos comissionados (em torno de 1.005 informações no ano). Desde a publicação da Resolução CNJ nº 156/2012, em 09.08.2012, para todos os servidores indicados para o exercício de função comissionada/cargos em comissão, são expedidas certidões negativas das Justiças Federal, Eleitoral, Estadual, Militar, do TCU e do CNJ. Estima-se que tenham sido expedidas em torno de 7.182 certidões no ano de 2016. Ainda, somaram-se a tais atividades a conferência e o recebimento dos documentos necessários à designação e à nomeação dos servidores indicados para exercer funções comissionadas ou cargos em comissão, tais como Declaração para Provimento em Cargo em Comissão ou Função Comissionada, prevista na Resolução CNJ nº 156/2012 e escolaridade exigida (quando for o caso).

A Seção de Ingresso e Remoção em 2016 realizou as atividades de administração do Programa de Estágios, que contou com, em média, 202 estudantes ativos por mês, procedendo à contratação de seguro de acidentes pessoais para os estagiários. Foram realizados 2 (dois) processos seletivos para contratação de estagiários, sendo um para contratação de estudantes dos cursos de Direito, Administração (exclusivamente para as unidades de Itaqui e Santa Vitória do Palmar) e Enfermagem (realizado em junho), e outro para a contratação de estudantes dos cursos de Administração, Análise de Sistemas, Arquitetura, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas), Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, História, Informática e Museologia (realizado em setembro). Desempenhou também a administração dos atos referentes ao ingresso e desligamento de servidores: 133 novos servidores e 43 desligamentos (vacâncias por posse em outro cargo público inacumulável, por falecimento e por exoneração), a administração, o controle e a atualização do quadro efetivo de pessoal, transformação e extinção de cargos, levantamento das vagas existentes nas unidades e controle e processamento da movimentação de pessoal, controle da lotação dos servidores que percebem a Gratificação Especial de Localidade, registro dos atos de admissão e desligamento de servidores no Sisac, resposta às mensagens eletrônicas encaminhadas pela Ouvidoria e pelo "Fale Conosco" disponível no *site* do Tribunal na internet, elaboração, divulgação e acompanhamento do processo seletivo para formação de cadastro de reserva para remoção de servidores no âmbito do TRT da 4ª Região, o acompanhamento do concurso público para

servidores de 2015; divulgação, na página do TRT na internet e no Portal de Comunicação Interna VOX dos dados referentes aos Concursos Públicos e ao Processo Seletivo de Remoção, atendimento ao público interno e externo (candidatos, servidores e gestores), recebimento e conferência dos documentos necessários à posse e ao ingresso dos candidatos nomeados em concurso público e a inserção das informações funcionais no cadastro constante do Sistema de Recursos Humanos. No ano de 2016, destacaram-se na Seção a prestação de informações e a elaboração de cenários para a Administração do TRT4, a fim de subsidiar decisões relativas ao corte temporário de vagas no Programa de Estágios. Também em decorrência das restrições orçamentárias, foram observadas pela Seção as determinações provenientes do CSJT sobre o provimento de cargos vagos, que foram autorizados em 2 (dois) lotes: o primeiro em setembro e o segundo em novembro de 2016. Também foram elaborados mapas pormenorizados sobre o quadro de lotação nas unidades de 1º Grau e de vagas existentes nas demais unidades do Tribunal para 7 (sete) reuniões da Comissão de Movimentação de Servidores, que teve seu primeiro ano de atividades. Além disso, a Seção compilou todos os pedidos de unidades que solicitaram reposição de vagas, detalhando todas as peculiaridades e informações relevantes que envolviam cada solicitação, a fim de subsidiar a Comissão no direcionamento das vagas que poderiam ser preenchidas, devido ao déficit de cargos que enfrenta o quadro de pessoal. Por fim, a Seção também foi responsável por fornecer informações e elaborar as atas de 9 (nove) reuniões da Comissão de Identificação do Componente Étnico Racial, que avalia a veracidade da autodeclaração dos inscritos nas vagas reservadas a candidatos negros (pretos ou pardos), tendo instruído 5 (cinco) pedidos de reconsideração de candidatos reprovados pela referida Comissão.

Atividades das Seções da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas – exercício 2016 – em números:

Seção de Avaliação de Desempenho

Avaliação Anual de Desempenho					
Período	**Avaliações**			**Progressões/ Promoções**	**Final de Carreira**
	Quantidade	Encaminhamentos à SAF	Recursos	Quantidade	Quantidade
Janeiro	118	3	2	100	18
Fevereiro	293	-	1	56	237
Março	210	3	1	109	101
Abril	690	1	-	152	538
Maio	181	-	2	143	38
Junho	206	5	1	159	47
Julho	245	-	1	136	109
Agosto	145	1	1	114	31
Setembro	101	-	-	68	33
Outubro	419	1	-	131	288
Novembro	118	1	-	85	33

Dezembro	187	-	1	162	25
Total	**2.913**	**20**	**10**	**1.415**	**1.498**

Estágio Probatório								
Período	**Avaliações**			**1ª Nota**	**Progressão (2ª Nota)**	**3ª Nota**	**Progressão (4ª Nota)**	**5ª Nota**
	Quantidade	Encaminhamentos à SAF	Recursos					
Janeiro	55	-	-	5	11	10	21	8
Fevereiro	48	1	-	-	7	17	7	17
Março	51	-	-	-	18	5	19	9
Abril	44	1	1	-	15	8	13	8
Maio	71	-	-	-	19	9	25	18
Junho	61	-	-	11	21	16	7	6
Julho	57	1	-	10	5	11	10	21
Agosto	32	2	-	1	0	7	17	7
Setembro	41	-	-	-	-	18	4	19
Outubro	36	-	-	-	-	15	8	13
Novembro	53	-	-	-	-	19	9	25
Dezembro	55	-	-	-	11	21	16	7
Total	**604**	**5**	**1**	**27**	**107**	**156**	**156**	**158**

Seção de Capacitação

Servidores que participaram de ações de capacitação, por área (não considerando mais de uma participação por servidor):				
	GERAL		**MODALIDADE PRESENCIAL**	
	Quantidade	Percentual em relação ao total de servidores da área	Quantidade	Percentual em relação ao total de servidores da área
1º Grau	1.367	66,46%	730	35,49%
2º Grau	292	44,11%	134	20,24%
Área Administrativa	479	79,97%	349	58,26%
Total de treinados / Percentual geral	**2.138**	**64,44%**	**1.213**	**36,56%**

Modalidade Presencial	
Número de participantes*	1.788
Número total de horas de treinamento	23.097,8
Número de horas por servidor	6,96

* Considerando mais de uma participação por servidor

Adicional de Qualificação por Ações de Treinamento	
Cursos averbados com proposta de deferimento	1.481
Cursos averbados com proposta de indeferimento	95
Recursos interpostos	3

Adicional de Qualificação por Graduação	
Concessões	1.013

Adicional de Qualificação por Pós-Graduação	
Concessões	145
Recursos interpostos	1

Seção de Educação a Distância

Modalidade a Distância	
Número de participantes*	5.345
Número total de horas de capacitação	70.821
Número de horas por servidor	21,34

** Considerando mais de uma participação por servidor*

Seção de Funções Comissionadas

CJ/FC	Quantitativo Existente	Exonerações/Dispensas processadas	Nomeações/Designações processadas	Portarias expedidas
Cargos em comissão	319	66	68	134
Funções comissionadas	1.668	1064	958	2.022

Outras Portarias expedidas	
Colocar à disposição	11
Tornar sem efeito e designação de substituto	352
Remoções	462
Vinculações	53
Concessão e cancelamento da Gratificação Atividade Segurança – GAS	16

Designação de Oficial de Justiça *ad hoc*	1
Expedição Tabela Funções/Cargos Comissão	2
Processos / Estatísticas / Relatórios	
Transformações de funções comissionadas, cargos em comissão, extinção e criação de unidades e vinculações de funções comissionadas	9
Processos diversos (requerimentos de unidades e/ou servidores)	11
Estatísticas para TST, CNJ, CSJT, TCU	10
Relatórios de composição de funções comissionadas e cargos em comissão para outras unidades	65
Quintos	
Averbação de quintos incorporados em outros órgãos	3

Seção de Ingresso e Remoção

Processos	
Cartão de Identificação – elaboração e envio à FCC	142
Colocar à disposição	9
Estatísticas para CNJ, CSJT, TST, TCU, Diretoria-Geral, Secof e AGE	32
Exoneração de cargo efetivo	10
Informação sobre quadro de servidores das unidades	25
Informações à AGU	4
Consultas para nomeação de servidores	12
Nomeações	175
Posse e exercício de servidores	133
Lotação de servidores	120
Quadro de Pessoal da 4ª Região – levantamento mensal	12
Redistribuição	22
Tornar sem efeito	42
Vacâncias	33
Remoções	
Remoções	184
Remoções por permuta na 4ª Região	10
Remoção por motivo de saúde	7
Remoções por permuta nacional	19
Processo Seletivo de Remoção	
Processo seletivo de remoção	1

Concurso Público para Servidores	
Concurso público para servidores	1
Estágios	
Contratações	192
Avaliações de desempenho e acompanhamento	183
Certidões para estagiários	40
Controle de frequência e estágios envolvidos	2.434
Desligamentos	182
Folhas de pagamento / estagiários envolvidos	12 / 2.434
Folhas suplementares / estagiários envolvidos	12 / 95

Seção de Acompanhamento Funcional

DADOS ESTATÍSTICOS DA SEÇÃO – 2016	
Acompanhamentos Individuais	
Acompanhamentos iniciados	12
Acompanhamentos retomados	17
Acompanhamentos em andamento	11
Acompanhamentos encerrados	19
Contatos (presencial, telefone e e-mail)	270
Acompanhamentos para Avaliação de Desempenho	
Acompanhamentos iniciados	7
Acompanhamentos retomados	18
Acompanhamentos em andamento	17
Acompanhamentos encerrados	8
Contatos (presencial, telefone e e-mail)	240
Acolhimento e Acompanhamento de Servidores PcDs – Pessoas com Deficiência	
Acompanhamentos iniciados	13
Acompanhamentos em andamento	17
Acompanhamentos encerrados	9
Contatos (presencial, telefone e e-mail)	212

COORDENADORIA DE SAÚDE

No ano de 2016, não houve problemas em relação aos enfrentados em 2015 na Coordenadoria de Saúde, exceto no que se refere ao PPRA e ao PCMSO. O PPRA teve atraso em sua conclusão devido à greve dos servidores, que inviabilizou as visitas técnicas do programa aos postos de trabalho. Já o PCMSO foi realizado precariamente (com recursos humanos próprios do Tribunal), em razão da falta de verba para contratação de equipe multiprofissional para esse fim. Como o mencionado programa não é obrigatório e como o público-alvo, em sua maioria, deve ser submetido a cada dois anos às ações de controle, o impacto não foi tão grande.

Em 2016, a Coordenadoria de Saúde prestou os serviços e desempenhou as atividades a seguir descritas:

ATIVIDADES E SERVIÇOS	QUANTIDADE
Consultas médicas	10.166
Laudos de licenças para tratamento de saúde	3.269
Laudos de licenças por motivo de doença em pessoa da família	695
Laudos de licença à gestante	70
Laudos de licença por acidente em serviço	3
Laudos de perícia médica	113
Laudos de licença de magistrados	105
Laudos de assunção	143
Atendimento ambulatorial	1.410
Eletrocardiograma	70
Avaliações ergonômicas individuais	84
Avaliações psicológicas individuais	57
Atendimentos odontológicos (consultas, perícias, Raios-X, emergências, orientação e encaminhamento)	2.406

Demais atividades:

- Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO).
- Disponibilização do Programa Ginástica Laboral Virtual para todos os servidores.
- Acompanhamento de servidores com necessidades especiais.
- Parceria com a Segesp no acompanhamento funcional, individualmente e com alguns setores, bem como colaboração no recadastramento dos servidores inativos.
- Programa de Controle de Saúde dos Trabalhadores Expostos a Riscos Ambientais.
- Ações em saúde ocupacional: orientações aos servidores com relação à ergonomia dos postos de trabalho, postura, exercícios e alongamentos; avaliação das condições

ambientais e dos servidores quanto à aptidão ao trabalho; controle dos casos de LER/DORT; ergonomia.

- Realização de 4 palestras "Ergonomia para Todos", em Porto Alegre.
- Realização de 1 curso "Reeducação Postural", em Porto Alegre.
- Publicações no Portal VOX "Dicas Ergonômicas" e "Saúde oral na infância: dedicação dos pais fica para sempre no sorriso dos filhos".
- *Workshop* Saúde Bucal da Gestante e do Bebê, promovido pela Seção de Assistência Odontológica.
- Projeto Malote de Saúde Bucal, contendo livros infantis com tema voltado à prevenção da saúde bucal infantil. O Malote circulou entre 16 unidades judiciárias do Interior do Estado, finalizando as unidades do Interior.
- Atuação da equipe de enfermagem nos Encontros de Gestores e de Magistrados, realizando medição da pressão arterial e das taxas de glicose e colesterol.
- Elaboração e envio do Clic Saúde: informativo mensal sobre saúde.
- Realização de 8 *Workshops* no Projeto Melhoria da Qualidade de Vida.
- Realização de pesquisa sobre prevenção do câncer de mama entre magistradas, servidoras e estagiárias.
- Elaboração de cartilha, por solicitação da Comissão do Teletrabalho, sobre ergonomia e ações de saúde, visando a facilitar o acesso dos servidores do TRT4 a essas informações.

Área de psicologia:

- Participação de psicóloga no programa “Conexão Gestores” como tutora e facilitadora do conteúdo relativo à equidade de gênero.
- Gestão do projeto "Reintegrar-te".
- Curso para magistrados e para servidores visando à promoção de qualidade de vida.
- Assessoria à Escola Judicial na construção de temas e processos de trabalho.
- Grupo de meditação semanal.
- Participação no projeto de pró-equidade de gênero.

MOVIMENTO JUDICIÁRIO DO 2º GRAU

O movimento judiciário do 2º Grau no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no ano de 2016, está sintetizado nos quadros a seguir:

MOVIMENTO PROCESSUAL NO TRIBUNAL

Janeiro a dezembro/2016

MÊS	Recebidos Ações Originárias e Recursos		Recursos Internos Interpostos		Distribuídos Ações Originárias e Recursos		Julgados						Nº Médio de Juízes	Saldo Seção de Distribuição	Processos pendentes de baixa	
							Total		EDs							
	Legado	PJe	Legado	PJe	Legado	PJe		PJe	Legado	PJe		PJe		Legado	Legado	PJe
JANEIRO	1.644	1.663	211	243	686	1.598	437	521	105	140	332	381	16,24	1.493	18.687	22.010
FEVEREIRO	2.139	3.247	212	222	1.019	3.112	1.681	1.676	348	385	1.333	1.291	26,61	2.515	18.703	24.393
MARÇO	2.684	4.471	570	657	3.005	4.326	3.770	3.808	593	450	3.177	3.358	40,7	2.183	18.562	27.063
ABRIL	2.522	4.577	611	723	3.964	4.413	2.539	4.055	477	614	2.062	3.441	40,05	727	18.427	29.179
MAIO	2.586	4.647	715	811	2.748	4.488	3.422	4.135	545	535	2.877	3.600	39,19	450	18.911	28.403
JUNHO	2.188	5.041	582	753	2.339	4.918	3.522	4.495	677	765	2.845	3.730	38,95	286	19.019	29.590
JULHO	1.933	4.681	680	761	2.070	4.579	2.088	3.534	415	507	1.673	3.027	31,71	131	19.147	30.970
AGOSTO	2.001	5.310	476	637	1.915	5.206	2.688	4.315	603	829	2.085	3.486	33,86	180	19.231	33.379
SETEMBRO	1.645	4.841	510	898	1.645	4.740	2.873	4.819	593	620	2.280	4.199	37,3	154	19.019	35.503
OUTUBRO	1.718	4.605	510	877	1.618	4.487	2.441	4.864	474	519	1.967	4.345	35,84	152	18.988	36.720
NOVEMBRO	698	5.199	573	949	833	5.022	2.688	5.008	488	545	2.200	4.463	36,47	22	17.909	38.908
DEZEMBRO	366	4.153	438	784	275	4.056	1.297	4.349	290	519	1.007	3.830	36,75	77	16.937	40.657
Total Geral	**22124**	**52435**	**6088**	**8315**	**22117**	**50945**	**29446**	**45579**	**5608**	**6428**	**23838**	**39151**	-	-	-	-

RESÍDUO DE PROCESSOS NO TRIBUNAL
Janeiro a dezembro/2016

MÊS	Saldo Seção de Distribuição	Saldo Seção de Distribuição – processos pendentes de devolução pelo MPT	Processos Pendentes de Conclusão para o Relator		Processos em Estudo		Saldo em Diligência (Em Secretaria)		Processos Aguardando Pauta (Em Secretaria)		Pedidos de Vista		Total	
	Legado	Legado	Legado	PJe	Legado	PJe		PJe	Legado	PJe	Legado	PJe	Legado	PJe
JANEIRO	1.493	104	110	3.435	4.141	2.399	430	0	3.447	3.973	7	0	9732	9807
FEVEREIRO	2.515	153	125	3.718	3.680	2.944	300	0	3.289	4.377	19	0	10081	11039
MARÇO	2.183	100	89	2.207	4.485	5.238	315	14	2.461	4.182	62	0	9695	11641
ABRIL	727	86	84	2.876	5.882	5.737	356	0	2.658	4.058	36	0	9829	12671
MAIO	450	127	89	3.834	5.798	5.438	387	5	2.679	4.479	62	0	9592	13756
JUNHO	286	92	85	3.245	5.742	6.836	413	11	2.354	4.558	49	0	9021	14650
JULHO	131	49	109	4.372	5.651	6.201	417	0	3.030	5.770	35	0	9422	16343
AGOSTO	180	52	97	4.084	5.079	7.558	404	8	2.813	5.315	43	0	8668	16965
SETEMBRO	154	32	76	346	4.940	11.391	388	151	2.903	6.568	43	0	8536	18456
OUTUBRO	152	80	80	309	4.830	11.515	380	180	2.334	6.184	27	0	7883	18188
NOVEMBRO	22	17	93	289	4.301	11.533	298	170	1.661	5.691	43	0	6435	17683
DEZEMBRO	77	12	75	327	3.712	12.103	318	184	2.203	7.210	20	0	6417	19824

PROCESSOS JULGADOS E PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NOS ÓRGÃOS JULGADORES COLEGIADOS
Janeiro a dezembro/2016

Órgão	Distribuídos Ações Originárias e Recursos		Julgados				Média de Julgados /Mês	Nº de Desembar-gadores /Mês	Julgados por Desembar-gador /Mês	Pendência de Julgamento			
			Total		EDs					Ações Originárias e Recursos (Desde a Distribuição)		Recursos Internos	
	Legado	PJe	Legado	PJe		PJe					PJe	Legado	PJe
1a Turma	1.476	4.544	2.219	4.086	462	654	525,4167	2,875	182,75	405	2.022	43	69
2a Turma	1.387	4.486	2.138	4.144	405	491	523,5	3,05	171,64	364	1.774	92	201
3a Turma	1.476	4.496	2.441	4.670	570	883	592,5833	2,9111111	203,56	254	1.366	59	543
4a Turma	1.403	4.194	2.057	3.937	452	595	499,5	2,8428571	175,7	367	1.722	69	276
5a Turma	1.378	4.342	2.059	4.158	497	634	518,0833	2,7222222	190,32	184	1.514	39	137
6a Turma	1.394	4.362	2.279	3.842	473	550	510,0833	3	170,03	288	1.843	52	116
7a Turma	1.436	4.476	2.146	3.447	414	440	466,0833	3,0333333	153,65	481	2.359	28	55
8a Turma	1.437	4.581	1.966	4.030	419	530	499,6667	2,9142857	171,45	352	1.670	49	129
9a Turma	112	3.267	260	3.484	82	569	312	3,0333333	102,86	46	1.073	2	51
10a Turma	92	2.974	168	3.138	36	382	275,5	2,8142857	97,89	28	739	8	63
11a Turma	1.387	4.235	2.040	3.708	392	479	479	2,8625	167,34	269	1.669	31	67
1a Secao de Dissidios Individuais	1	1.332	1	1.420	0	104	118,4167	9,8909091	11,97	0	198	0	35
2a Secao de Dissidios Individuais	0	226	3	208	1	31	17,58333	10,118182	1,74	1	172	0	30
Secao Especializada Em Execucao	9.066	2.840	9.470	1.041	1.275	67	875,9167	6,2363636	140,45		2.112	286	38
Secao de Dissidios Coletivos	4	445	10	239	1	18	20,75	7,7454545	2,68	26	185	0	6
Sem Detalhamento de Órgão Julgador	0	72	0	8	0	1	0,666667	0	N/A	0	20	0	2
Tribunal Pleno	41	0	40	0	0	0	3,333333	38,090909	0,09	2	1	0	0
Unidade Gabinete da Presidencia	0	0	124	0	124	0	10,33333	0	N/A	0	0	20	0
Orgao Especial	27	73	25	19	5	0	3,666667	8,8272727	0,42	6	6	0	2
Total Geral	**22117**	**50945**	**29446**	**45579**	**5608**	**6428**	-	-	-	-	-	-	-

COMPARATIVO DO ANO DE 2016 COM O ÚLTIMO TRIÊNIO
Processos Recebidos

MÊS	2013		2014		2015		2016		DIFERENÇA entre o ano corrente/mês e o ano anterior			
									LEGADO		PJE	
	LEGADO	PJE	LEGADO	PJE	LEGADO	PJE	LEGADO	PJE	VALOR	%	VALOR	%
JANEIRO	3.902	76	7.820	329	2.684	952	1.855	1.906	-829	-30,89%	954	100,21%
FEVEREIRO	4.583	141	4.695	414	3.183	1.568	2.351	3.469	-832	-26,14%	1.901	121,24%
MARÇO	5.118	107	6.236	500	5.375	2.593	3.254	5.128	-2.121	-39,46%	2.535	97,76%
ABRIL	6.886	174	5.719	566	4.290	2.044	3.133	5.300	-1.157	-26,97%	3.256	159,3%
MAIO	6.708	192	5.798	666	4.442	2.999	3.301	5.458	-1.141	-25,69%	2.459	81,99%
JUNHO	5.977	170	9.001	778	4.200	2.543	2.770	5.794	-1.430	-34,05%	3.251	127,84%
JULHO	7.093	291	6.753	1.084	3.292	2.975	2.613	5.442	-679	-20,63%	2.467	82,92%
AGOSTO	6.119	318	4.802	964	2.598	2.569	2.477	5.947	-121	-4,66%	3.378	131,49%
SETEMBRO	6.503	217	5.864	1.253	3.055	3.289	2.155	5.739	-900	-29,46%	2.450	74,49%
OUTUBRO	7.213	339	5.576	768	4.103	3.807	2.228	5.482	-1.875	-45,7%	1.675	44%
NOVEMBRO	5.913	324	5.323	1.609	3.985	4.191	1.271	6.148	-2.714	-68,11%	1.957	46,7%
DEZEMBRO	5.567	306	4.058	1.201	3.096	3.509	804	4.937	-2.292	-74,03%	1.428	40,7%
Total Geral	**71582**	**2655**	**71645**	**10132**	**44303**	**33039**	**28212**	**60750**	**-16.091**	**-36,32%**	**27.711**	**83,87%**

COMPARATIVO DO ANO DE 2016 COM O ÚLTIMO TRIÊNIO
Processos Distribuídos

MÊS	2013		2014		2015		2016		DIFERENÇA entre o ano corrente/mês e o ano anterior			
									LEGADO		PJE	
	LEGADO	PJE	LEGADO	PJE	LEGADO	PJE	LEGADO	PJE	VALOR	%	VALOR	%
JANEIRO	3.006	76	1.820	575	2.620	829	686	1.598	-1.934	-73,82%	769	92,76%
FEVEREIRO	2.952	141	5.621	413	2.457	1.459	1.019	3.112	-1.438	-58,53%	1.653	113,3%
MARÇO	4.531	106	6.473	496	4.263	2.307	3.005	4.326	-1.258	-29,51%	2.019	87,52%
ABRIL	6.812	173	4.453	564	3.214	1.706	3.964	4.413	750	23,34%	2.707	158,68%
MAIO	5.320	194	4.761	663	3.516	2.490	2.748	4.488	-768	-21,84%	1.998	80,24%
JUNHO	4.976	135	5.908	1.428	3.013	1.912	2.339	4.918	-674	-22,37%	3.006	157,22%
JULHO	5.352	290	4.646	849	2.195	2.303	2.070	4.579	-125	-5,7%	2.276	98,83%
AGOSTO	5.699	318	4.861	870	1.936	2.079	1.915	5.206	-21	-1,09%	3.127	150,41%
SETEMBRO	4.622	216	4.115	1.069	2.179	2.635	1.645	4.740	-534	-24,51%	2.105	79,89%
OUTUBRO	5.966	345	4.308	618	3.087	2.921	1.618	4.487	-1.469	-47,59%	1.566	53,61%
NOVEMBRO	4.729	321	4.210	1.364	3.169	3.456	833	5.022	-2.336	-73,71%	1.566	45,31%
DEZEMBRO	3.549	308	2.827	946	2.438	2.875	275	4.056	-2.163	-88,72%	1.181	41,08%
Total Geral	**57514**	**2623**	**54003**	**9855**	**34087**	**26972**	**22117**	**50945**	**-11.970**	**-35,12%**	**23.973**	**88,88%**

COMPARATIVO DO ANO DE 2016 COM O ÚLTIMO TRIÊNIO
Processos Julgados

MÊS	2013		2014		2015		2016		DIFERENÇA entre o ano corrente/mês e o ano anterior			
									LEGADO		PJE	
	LEGADO	PJE	LEGADO	PJE	LEGADO	PJE	LEGADO	PJE	VALOR	%	VALOR	%
JANEIRO	2.755	13	363	2	169	41	437	521	268		480	1.170,73%
FEVEREIRO	2.911	13	5.118	220	3.585	244	1.681	1.676	-1.904		1.432	586,89%
MARÇO	5.347	36	6.250	293	6.038	1.984	3.770	3.808	-2.268		1.824	91,94%
ABRIL	6.862	43	6.131	301	4.919	1.368	2.539	4.055	-2.380		2.687	196,42%
MAIO	6.156	40	7.915	405	4.800	1.875	3.422	4.135	-1.378		2.260	120,53%
JUNHO	5.744	4	10.578	484	4.923	2.351	3.522	4.495	-1.401		2.144	91,2%
JULHO	5.997	38	5.576	484	4.314	2.150	2.088	3.534	-2.226	-51,6%	1.384	64,37%
AGOSTO	6.782	100	6.062	657	3.585	1.934	2.688	4.315	-897		2.381	123,11%
SETEMBRO	5.551	91	6.193	889	4.209	2.517	2.873	4.819	-1.336		2.302	91,46%
OUTUBRO	6.952	150	5.542	765	3.403	2.887	2.441	4.864	-962		1.977	68,48%
NOVEMBRO	7.928	228	5.930	1.069	3.503	2.998	2.688	5.008	-815		2.010	67,05%
DEZEMBRO	5.128	141	4.717	963	2.198	2.344	1.297	4.349	-901		2.005	85,54%
Total Geral	**68113**	**897**	**70375**	**6532**	**45646**	**22693**	**29446**	**45579**	**-16.200**		**22.886**	**100,85%**

TRIBUNAL PLENO

Sessões	Ordinárias	0	12
	Extraordinárias	12	
Processos recebidos por distribuição			46
Processos recebidos por redistribuição			5
Processos solucionados	Julgamento em sessão	44	44
	Decisão monocrática	0	
Saldo por julgar em 31.12.2016	Com os relatores	7	8
	Em diligência	1	
	Aguardando pauta	0	
	Saldo no MP	0	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	CLASSES PROCESSUAIS*	
	IUJ	IRDR
Carmen Izabel Centena Gonzalez	0	3
Wilson Carvalho Dias	10	0
Ricardo H. de Almeida Martins Costa	15	0
João Batista de Matos Danda	14	1
André Reverbel Fernandes	0	1
TOTAL	**39**	**5**

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL PLENO

Resolução Administrativa nº 11/2016 – Aprova a edição da Súmula nº 84.

Resolução Administrativa nº 12/2016 – Aprova a edição da Súmula nº 85.

Resolução Administrativa nº 13/2016 – Aprova a edição da Súmula nº 86.

Resolução Administrativa nº 14/2016 – Aprova a edição da Súmula nº 87.

Resolução Administrativa nº 15/2016 – Aprova o Enunciado de Tese Jurídica Prevalecente nº 02.

---

*

IUJ: Incidente de Uniformização de Jurisprudência; IRDR: Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

Resolução Administrativa nº 16/2016 – Aprova a alteração da redação da Súmula nº 66.

Resolução Administrativa nº 17/2016 – Aprova o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região para o período de 2016 a 2020.

Resolução Administrativa nº 18/2016 – Aprova a revisão do Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região para o período de 2016 a 2020.

Resolução Administrativa nº 19/2016 – Aprova a alteração da redação das Súmulas nº 46, 57 e 75.

Resolução Administrativa nº 24/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 88 do Tribunal.

Resolução Administrativa nº 25/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 89.

Resolução Administrativa nº 26/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 90.

Resolução Administrativa nº 27/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 91.

Resolução Administrativa nº 28/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 92.

Resolução Administrativa nº 29/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 93.

Resolução Administrativa nº 30/2016 – Aprova o Assento Regimental nº 01/2016.

Resolução Administrativa nº 31/2016 – Aprova o Assento Regimental nº 02/2016.

Resolução Administrativa nº 36/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 94.

Resolução Administrativa nº 37/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 95.

Resolução Administrativa nº 38/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 96.

Resolução Administrativa nº 39/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 97.

Resolução Administrativa nº 40/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 98.

Resolução Administrativa nº 41/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 99.

Resolução Administrativa nº 42/2016 – Aprova o enunciado da Tese Jurídica Prevalecente nº 3.

Resolução Administrativa nº 43/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 100.

Resolução Administrativa nº 44/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 101.

Resolução Administrativa nº 45/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 102.

Resolução Administrativa nº 46/2016 – Aprova o enunciado da Tese Jurídica Prevalecente nº 4.

Resolução Administrativa nº 47/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 103.

Resolução Administrativa nº 48/2016 – Aprova o enunciado da Tese Jurídica Prevalecente nº 5.

Resolução Administrativa nº 49/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 104.

Resolução Administrativa nº 50/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 105.

Resolução Administrativa nº 51/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 106.

Resolução Administrativa nº 52/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 107.

Resolução Administrativa nº 53/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 108.

Resolução Administrativa nº 54/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 109.

Resolução Administrativa nº 55/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 110.

Resolução Administrativa nº 56/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 111.

Resolução Administrativa nº 57/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 112.

Resolução Administrativa nº 61/2016 – Dispõe sobre a convocação da Juíza Angela Rosi Almeida Chapper, Titular da 2ª Vara do Trabalho de Pelotas, para atuar no Tribunal a partir de 3 de outubro de 2016, na cadeira vaga em virtude da aposentadoria do Desembargador Juraci Galvão Júnior.

Resolução Administrativa nº 62/2016 – Altera dispositivos da Resolução Administrativa n° 03/2007, que aprovou o Regulamento da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 63/2016 – Altera dispositivos da Resolução Administrativa n° 03/2007, que aprovou o Regulamento da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 66/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 113.

Resolução Administrativa nº 67/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 114.

Resolução Administrativa nº 68/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 115.

Resolução Administrativa nº 69/2016 – Aprova a Tese Jurídica Prevalecente nº 6.

Resolução Administrativa nº 70/2016 – Aprova o enunciado da Súmula nº 116.

ÓRGÃO ESPECIAL

Sessões	Ordinárias	11	16
	Extraordinárias	5	
Processos recebidos por distribuição			91
Processos recebidos por redistribuição			6
Processos solucionados	Julgamento em sessão	67	74
	Decisão monocrática	7	
Saldo por julgar em 31.12.2016	Com os relatores	13	48
	Em diligência	33	
	Aguardando pauta	2	
	Saldo no MP	0	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	CLASSES PROCESSUAIS*					
	AGR	MS	ED	PA	REC ADM	TOTAL
Beatriz Renck	2	-	-	-	-	2
Juraci Galvão Júnior	-	-	-	-	2	2
Rosane Serafini Casa Nova	1	1	-	-	1	3
João Alfredo B. A. de Miranda	-	-	-	-	2	2
Ana Luiza Heineck Kruse	1	-	1	-	-	2
Berenice Messias Corrêa	-	3	-	-	-	3
Tânia Rosa Maciel de Oliveira	-	-	-	-	1	1
João Pedro Silvestrin	7	-	1	9	16	33
Carmen Izabel Centena Gonzalez	1	-	-	-	-	1

**AGR: Agravo Regimental; MS: Mandado de Segurança; ED: Embargos Declaratórios; PA: Processo Administrativo; REC ADM: Recurso Administrativo.*

Maria da Graça Ribeiro Centeno	5	-	1	-	-	6
Marçal Henri dos Santos Figueiredo	6	-	4	-	-	10
George Achutti	1	-	-	-	-	1
Raul Zoratto Sanvicente	1	-	-	-	-	1
TOTAL	**25**	**4**	**7**	**9**	**22**	**67**

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS DO ÓRGÃO ESPECIAL

Resolução Administrativa nº 01/2016 – Altera a Resolução Administrativa nº 40/2015 do Tribunal, que regulamenta a concessão de diárias e a aquisição de passagens aéreas no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, a fim de adequá-la à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016.

Resolução Administrativa nº 02/2016 – Dispõe sobre o Programa de Gestão Documental no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Resolução Administrativa nº 03/2016 – Dispõe sobre a adoção de medidas para redução de despesas com consumo de energia elétrica no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 04/2016 – Dispõe sobre o uso da logomarca do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 05/2016 – Altera a Resolução Administrativa n° 03/2016, que dispõe sobre a adoção de medidas para redução de despesas com consumo de energia no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 06/2016 – Revoga a Resolução Administrativa nº 26/2015 que dispõe sobre o pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição – GECJ no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 07/2016 – Dispõe sobre a implementação do percentual de reajuste de 13,23% (treze vírgula vinte e três por cento), referente à Vantagem Pecuniária Individual – VPI, aos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 08/2016 – Dispõe sobre a convocação da Juíza Angela Rosi Almeida Chapper, Titular da 2ª Vara do Trabalho de Pelotas, para atuar no Tribunal a partir de 1º de junho de 2016, na cadeira do Desembargador Gilberto Souza dos Santos.

Resolução Administrativa nº 09/2016 – Altera o § 4º do art. 24 da Resolução Administrativa nº 40/2015 do Tribunal, que regulamenta a concessão de diárias e a aquisição de passagens aéreas no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 10/2016 – Dispõe sobre os requisitos mínimos para ocupação das funções comissionadas de Assistente de Gabinete, Assistente de Juiz e Assistente-Chefe de Seção.

Resolução Administrativa nº 20/2016 – Altera a Resolução Administrativa n° 03/2016, que dispõe sobre a adoção de medidas para redução de despesas com consumo de energia elétrica no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 21/2016 – Altera a Resolução Administrativa n° 03/2016, que dispõe sobre a adoção de medidas para redução de despesas com consumo de energia elétrica no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 22/2016 – Dispõe sobre a concessão de diárias aos magistrados convocados para atuarem, como substitutos, em cadeira de Desembargador, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 23/2016 – Dispõe sobre a concessão da licença-paternidade aos magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 32/2016 – Altera a Resolução Administrativa nº 51/2015 do Tribunal, que constitui a Comissão de Concurso do Concurso Público para provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 33/2016 – Suspende os prazos processuais, a realização de audiências e sessões de julgamento nas unidades judiciárias de primeiro e segundo graus do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro e dá outras providências.

Resolução Administrativa nº 34/2016 – Dispõe sobre a realização de sustentações orais por meio do sistema de videoconferência, nas sessões de julgamento no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 35/2016 – Dispõe sobre a suspensão do prazo para recolhimento e comprovação dos depósitos recursais e custas processuais, em virtude da greve dos bancários.

Resolução Administrativa nº 58/2016 – Dispõe sobre o expediente forense nas unidades administrativas e judiciárias de 1° e 2° Graus, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

Resolução Administrativa nº 59/2016 – Dispõe sobre o estágio de estudantes no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 60/2016 – Dispõe sobre a convocação do Juiz Luis Carlos Pinto Gastal, Titular da 1ª Vara do Trabalho de Pelotas, para atuar no Tribunal a partir de 3 de outubro de 2016, na cadeira do Desembargador Gilberto Souza dos Santos.

Resolução Administrativa nº 64/2016 – Prorroga o afastamento da jurisdição concedido ao Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz, Diretor da Escola Judicial, e a convocação do Juiz do Trabalho Carlos Henrique Selbach, de que trata a Resolução Administrativa nº 52/2015.

Resolução Administrativa nº 65/2016 – Prorroga a convocação da Juíza Auxiliar da Presidência, Andréa Saint Pastous Nocchi, e do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Clocemar Lemes Silva, de que tratam as Resoluções Administrativas nº 54/2015 e 55/2015, respectivamente.

SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Sessões	Ordinárias	11	11
	Extraordinárias	-	
Processos recebidos por distribuição			494
Processos recebidos por redistribuição			*Não computado*
Processos solucionados	Julgamento em sessão	122	126
	Decisão monocrática *	4	
Saldo por julgar em 31.12.2016	Com os relatores	40	497
	Em diligência	445	
	Aguardando pauta	12	
	Saldo no MP	0	

** Em processos físicos. No Sistema PJe-JT não foi possível computar.*

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*							
	DC	AACC	HOM. ACORDO	DCG	ED	CAU INOM	AGR	Total
João Pedro Silvestrin	-	-	-	-	2	-	-	2
Juraci Galvão Júnior	2	1	1	2	3	2	1	12
Ana Luiza Heineck Kruse	6	1	3	-	3	-	-	13
Berenice Messias Corrêa	2	1	-	-	1	-	-	4
Tânia Rosa Maciel de Oliveira	4	1	4	-	4	-	-	13
Flávia Lorena Pacheco	7	3	-	1	4	-	-	15
Luiz Alberto de Vargas	-	-	1	-	-	-	-	1
Maria Cristina Schaan Ferreira	8	-	6	-	3	-	-	17
Cláudio Antônio Cassou Barbosa	7	-	4	-	-	-	-	11
Carmen Izabel C. Gonzalez	4	1	5	-	-	-	-	10
Emílio Papaléo Zin	3	-	2	-	1	-	-	6
Denise Pacheco	8	1	-	-	3	-	-	12
Maria Madalena Telesca	-	-	-	-	1	-	-	1
Ângela Rosi Almeida Chapper	1	2	-	-	2	-	-	5
TOTAL	**52**	**11**	**26**	**3**	**27**	**2**	**1**	**122**

*

DC: Dissídio Coletivo; AACC: Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais; HOM.ACORDO: Homologação de acordo; DCG: Dissídio Coletivo de Greve; ED: Embargos Declaratórios; CAUINOM: Cautelar Inominada; AGR – Agravo.

1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Sessões	Ordinárias	11	11
	Extraordinárias	0	
Processos recebidos por distribuição			1.851
Processos recebidos por redistribuição*			269
Processos solucionados	Julgamento em sessão	908	1.448
	Decisão monocrática *	540	
Saldo por julgar em 31.12.2016	Em diligência e/ou aguardando prazo na Secretaria	168	443
	Aguardando pauta	26	
	Aguardando manifestação do MPT **	1	
	Análise de gabinete *	84	
	Autos no TST	165	

** Dados do e-gestão.*
*** Dado extraído do PJe-JT, aba Localizações.*

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*					
	MS	AGR	CC	HC	ED	TOTAL

** MS: Mandado de Segurança; AGR: Agravo Regimental; CC: Conflito de Competência; HC: Habeas Corpus; ED: Embargos Declaratórios;*

Maria Cristina Schann Ferreira	4	-	-	-	2	5
Alexandre Corrêa da Cruz	3	-	1	-	1	5
Francisco Rossal de Araújo	29	20	3	-	-	52
George Achutti	47	12	4	-	1	64
Tânia Regina Silva Reckziegel	24	29	-	-	10	63
Laís Helena Jaeger Nicotti	23	35	-	-	5	63
Marcelo José Ferlin D'Ambroso	41	25	-	-	7	73
Gilberto Souza dos Santos	9	8	1	-	4	22
Ângela Rosi Almeida Chapper	11	11	-	-	-	22
Luís Carlos Pinto Gastal	7	11	-	-	-	18
Raul Zoratto Sanvicente	27	30	1	-	4	62
André Reverbel Fernandes	36	25	2	-	12	75
João Paulo Lucena	45	39	2	-	10	96
Fernando Luiz de Moura Cassal	30	39	3	-	3	75
Brígida Joaquina C. B. Toschi	32	37	3	-	7	79
Karina Saraiva Cunha	25	29	1	-	2	57
Fabiano Holz Beserra	20	21	1	-	3	45
José Cesário Figueiredo Teixeira	1	8	-	-	-	9
Manuel Cid Jardón	16	11	1	-	3	31
TOTAL	**430**	**382**	**23**	**-**	**73**	**908**

2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Sessões	Ordinárias	10	10
	Extraordinárias	0	
Processos recebidos por distribuição			226
Processos recebidos por redistribuição			26
Processos solucionados	Julgamento em sessão	183	226
	Decisão monocrática	43	
Saldo por julgar em 31.12.2016	Com os relatores	89	186
	Em diligência	84	
	Aguardando pauta	10	
	Saldo no MP	0	
	Sobrestado	3	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*					
	AGR	AR	CAUINOM	ED	IVC	TOTAL
Carlos Henrique Selbach	1	4	0	1	0	6
Clóvis Fernando Schuch Santos	5	8	0	2	0	15
George Achutti	0	0	0	1	0	1
Herbert Paulo Beck	0	11	1	4	0	16
Iris Lima de Moraes	4	12	0	4	0	20
Joe Ernando Deszuta	1	11	0	4	0	16
José Felipe Ledur	0	12	0	1	0	13
Lucia Ehrenbrink	2	5	0	2	0	9
Marçal Henri dos S.Figueiredo	0	2	0	1	0	3
Marcos Fagundes Salomão	1	4	0	0	0	5
Maria Helena Lisot	1	9	0	2	1	13
Maria Madalena Telesca	1	5	0	0	0	6
Ricardo Carvalho Fraga	2	13	0	8	0	23
Ricardo H. de A. Martins Costa	1	8	0	0	0	9
Rosane Serafini Casa Nova	2	14	0	2	1	19
Wilson Carvalho Dias	0	8	0	1	0	9
TOTAL	**21**	**126**	**1**	**33**	**2**	**183**

*

AGR: Agravo Regimental; AR: Ação Rescisória; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; IVC: Impugnação do Valor da Causa.

SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

Sessões	Ordinárias	23	24
	Extraordinárias	1	
Processos recebidos por distribuição			11.901
Processos recebidos por redistribuição			479
Processos solucionados	Julgamento em sessão	9.810	10.507
	Decisão monocrática	697	
Saldo por julgar em 31.12.2016	Com os relatores	3.407	5.277
	Em diligência	116	
	Aguardando pauta	1.727	
	Saldo no MP	22	
	Suspenso ou sobrestado	5	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*								
	AG	AGR	AIAP	AP	CAU INOM	ED	PET	RO	TOTAL
Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo	06	-	16	1.262	03	171	01	-	1459
Angela Rosi Almeida Chapper	-	-	01	48	-	01	-	-	49
Cleusa Regina Halfen	05	01	13	650	1	86	-	-	756
Fabiano Holz Beserra	-	-	-	261	-	26	-	-	287
João Alfredo B. A. de Miranda	04	03	17	998	05	155	-	-	1.182
João Batista de Matos Danda	04	-	19	1.142	07	189	1	-	1.362
José Cesário Figueiredo Teixeira	03	01	15	374	01	36	1	-	431
Lucia Ehrenbrink	03	-	-	58	0	32	-	-	94
Luiz Alberto de Vargas	09	02	16	1.397	02	246	01	-	1.673
Manuel Cid Jardón	08	-	06	363	-	60	-	-	437
Maria da Graça Ribeiro Centeno	01	-	01	117	-	33	-	01	153
Rejane Souza Pedra	54	04	17	1.074	03	157	03	03	1.315
Vânia Maria Cunha Mattos	47	04	17	1.078	05	154	04	-	1.309
TOTAL	**144**	**15**	**138**	**8.822**	**27**	**1.345**	**13**	**03**	10.507

*

- *AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental; AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; PET: Petição; RO: Recurso Ordinário.*

TURMAS

NÚMERO DE SESSÕES

TURMA	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
1ª	35	0	35
2ª	29	1	30
3ª	33	1	34
4ª	35	0	35
5ª	31	5	36
6ª	38	0	38
7ª	38	0	38
8ª	33	0	33
9ª	21	0	21
10ª	20	0	20
11º	33	0	33

MOVIMENTO PROCESSUAL

TURMA	PROCESSOS RECEBIDOS*	PROCESSOS SOLUCIONADOS		
		JULGAMENTO EM SESSÃO	DECISÃO MONOCRÁTICA	TOTAL
1ª	6.155	6.296	10	6.306
2ª	6.106	5.658	620	6.278
3ª	6.167	7.104	1	7.105
4ª	5.921	5.985	8	5.993
5ª	6.302	6.199	14	6.216
6ª	5.862	6.136	4	6.140
7ª	6.062	5.601	18	5.619
8ª	6.388	5.996	24	6.020
9ª	3.519	3.749	7	3.133
10ª	3.121	3.256	48	3.304
11ª	5.705	5.744	4	5.748

** Por distribuição, redistribuição e vinculação*

PROCESSOS RELATADOS – TURMAS

1ª TURMA									
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*								
	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	REE NEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Fabiano Holz Beserra	1	4	3	32	0	0	234	27	301
Iris Lima de Moraes	0	17	4	289	0	1	1.232	55	1.598
Laís Helena Jaeger Nicotti	1	18	8	259	0	2	1.175	71	1.534
Manuel Cid Jardón	0	2	0	151	2	3	727	23	908
Marçal H. dos S. Figueiredo	0	1	1	115	1	0	270	1	389
Rosane Serafini Casa Nova	1	16	2	266	0	0	1.224	61	1.570
TOTAL	**3**	**58**	**18**	**1.112**	**3**	**6**	**4.862**	**238**	**6.300**

2ª TURMA												
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*											
	AG	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	EXC SUSP	PET	REE NEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Alexandre Corrêa da Cruz	0	0	2	1	63	0	0	0	0	290	13	369
Carlos Henrique Selbach	0	0	8	0	165		0	0	1	963	62	1.199
Marcelo José Ferlin D'Ambroso	56	74	7	2	229	0	1	0	2	1.328	57	1.756
Tânia Regina Silva Reckziegel	3	1	15	4	238	0	0	3	3	1.167	55	1.489
Tânia Rosa Maciel de Oliveira	0	0	18	2	197	1	0	0	2	1.195	49	1.463
TOTAL	**59**	**75**	**50**	**9**	**894**	**0**	**1**	**3**	**8**	**4.943**	**236**	**6.278**

3ª TURMA												
	CLASSES PROCESSUAIS											
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	AGR	AIRO	CAUIN OM	ED	EXC SUSP	OPOSI C	PET	REENE C	REENEC /RO	RO	ROPS	TOTAL
Angela Rosi Almeida Chaper	0	7	0	273	0	0	0	0	0	649	17	946
Cláudio A. Cassou Barbosa	0	12	1	321	1	0	0	0	1	1.258	40	1.634
Gilberto Souza dos Santos	2	9	1	151	0	0	0	1	2	639	7	812
Luís Carlos Pinto Gastal	0	4	1	27	0	0	0	0	0	257	13	302
Maria Madalena Telesca	1	20	5	313	1	0	0	0	2	1.354	23	1.719

*

AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental; AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; EXCSUSP: Exceção de Suspeição; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; RO/REENEC: Recurso Ordinário em Reexame Necessário; ROPS: Recurso Ordinário em Procedimento Sumaríssimo; OPOSIC: Oposição.

Ricardo Carvalho Fraga	0	19	0	364	0	0	0	0	2	1.277	30	1.692
TOTAL	**3**	**71**	**8**	**1.449**	**2**	**0**	**0**	**1**	**7**	**5.434**	**130**	**7.105**

4ª TURMA											
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AGR	AIRO	AR	CAU INOM	ED	EXC SUSP	REE NEC	REE NEC/ RO	RO	ROPS	TOTAL
Ana Luiza Heineck Kruse	0	10	0	3	139	0	0	0	860	34	1.046
André Reverbel Fernandes	2	12	0	3	254	1	0	1	1.225	71	1.569
George Achutti	0	12	0	9	225	0	1	2	1.143	56	1.448
João Pedro Silvestrin	0	1	0	0	117	0	1	2	219	2	342
Joe Ernando Deszuta	0	6	0	1	201	0	0	2	622	24	856
Marcos Fagundes Salomão	0	8	1	1	111	0	0	0	577	34	732
TOTAL	**2**	**49**	**1**	**17**	**1.047**	**1**	**2**	**7**	**4.646**	**221**	**5.993**

5ª TURMA											
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AG	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	EXC SUSP	REE NEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Berenice Messias Corrêa	0	0	15	4	232	1	1	1	1.057	39	1.350
Brígida Joaquina C. B. Toschi	3	1	15	5	321	1	2	1	1.122	24	1.495
Clóvis Fernando Schuch Santos	0	2	12	2	300	0	0	5	1.316	29	1.666
Karina Saraiva Cunha	0	1	12	1	275	0	0	1	1.384	28	1.702
TOTAL	**3**	**4**	**54**	**12**	**1.128**	**2**	**3**	**8**	**4.879**	**120**	**6.213**

6ª TURMA											
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AG	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	EXC SUSP	REE NEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Fernando Luiz de Moura Casal	0	0	17	4	215	0	1	3	1.220	63	1.523
José Cesário F. Teixeira	0	0	0	0	76	0	0	0	32	0	108
José Felipe Ledur	0	0	16	2	166	0	1	3	985	48	1.221
Maria Cristina Schaan Ferreira	0	0	17	3	256	1	0	2	1.313	43	1.635
Raul Zoratto Sanvicente	0	0	13	3	280	0	0	1	1.183	50	1.530
Roberto Antonio Carvalho Zonta	0	0	2	0	50	0	0	0	66	5	123
TOTAL	**0**	**0**	**65**	**12**	**1.043**	**1**	**2**	**9**	**4.799**	**209**	**6.140**

**AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental; AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; EXCSUSP: Exceção de Suspeição; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; RO/REENEC: Recurso Ordinário em Reexame Necessário.*

7ª TURMA									
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*								
	AIRO	CAU INOM	ED	EXCSUSP	REENEC	REENEC/ RO	RO	ROPS	TOTAL
Carmen Izabel C. Gonzalez	13	3	107	0	1	3	689	41	857
Denise Pacheco	15	4	258	0	0	0	1.207	19	1.503
Emílio Papaléo Zin	23	2	218	2	0	5	1.213	34	1.497
João Pedro Silvestrin	0	0	4	0	0	0	0	0	4
Manuel Cid Jardón	0	0	94	0	0	2	223	1	320
Wilson Carvalho Dias	8	2	204	0	0	2	1.180	42	1.438
TOTAL	**59**	**11**	**885**	**2**	**1**	**12**	**4.512**	**137**	**5.619**

8ª TURMA												
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*											
	AG	AGR	AIRO	AP	CAU INOM	ED	EXC SUSP	REE NEC	REE NEC/R O	RO	ROPS	TOTAL
Angela Rosi Almeida Chapper	0	0	8	0	3	90	0	1	0	514	35	651
Fernando Luiz de Moura Cassal	0	0	1	0	0	29	0	0	0	5	1	36
Francisco Rossal de Araújo	0	1	11	0	4	186	1	1	3	1.025	43	1.275
João Paulo Lucena	0	0	17	0	5	279	0	1	1	1.177	68	1.548
Juraci Galvão Júnior	0	0	13	1	2	182	1	0	1	782	34	1.016
Lucia Ehrenbrink	1	1	15	0	1	181	0	0	2	1.157	52	1.410
Luiz Alberto de Vargas	0	0	1	0	0	0	0	0	0	53	4	58
TOTAL	**1**	**2**	**66**	**1**	**15**	**947**	**2**	**3**	**7**	**4713**	**237**	**5994**

9ª TURMA										
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS *									
	AIRO	CAU INOM	ED	EXCIMP	EXC SUSP	PET	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Angela Rosi Almeida Chapper	0	0	0	0	0	0	0	18	1	19
Fabiano Holz Beserra	1	0	8	0	0	0	2	207	4	222
João Alfredo Borges A. de Miranda	9	3	169	0	0	1	17	663	42	904
João Batista de Matos Danda	11	4	125	0	0	0	0	711	38	889
José Cesário Figueiredo Teixeira	9	1	23	1	0	0	0	238	12	284

*

AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental; AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; EXCSUSP: Exceção de Suspeição; EXCIMP: Exceção de Impedimento; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; RO/REENEC:– Recurso Ordinário em Reexame Necessário.

Lucia Ehrenbrink	0	0	38	0	0	0	0	11	0	49
Luiz Alberto de Vargas	6	1	238	0	0	0	1	758	17	1.021
Manuel Cid Jardón	8	1	22	0	1	0	2	207	28	269
Maria da Graça Ribeiro Centeno	0	0	40	0	0	0	0	57	1	98
TOTAL	44	10	663	1	1	1	22	2.870	143	3.755

10ª TURMA												
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS *											
	AG	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	PET	EXC SUSP	REE NEC	REE NEC/ RO	RO	ROPS	TOTAL
Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo	0	0	12	5	124	0	0	1	3	764	39	948
Cleusa Regina Halfen	0	0	7	4	44	1	0	1	1	425	25	508
Denise Pacheco	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Emílio Papaléo Zin	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2
João Batista de Matos Danda	0	0	1	0	21	0	0	0	0	4	0	26
Luiz Alberto de Vargas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Rejane Souza Pedra	1	3	7	3	127	0	0	0	5	715	38	899
Vânia Maria Cunha Mattos	1	0	11	7	108	0	0	0	1	752	39	919
TOTAL	**2**	**3**	**38**	**19**	**426**	**1**	**0**	**2**	**10**	**2.662**	**141**	**3.304**

11ª TURMA										
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS *									
	AGR	AIRO	CAUI NOM	ED	EXC SUSP	REE NEC	REENE C/ RO	RO	ROPS	TOTAL
Flávia Lorena Pacheco	0	17	3	210	0	2	**1**	1.207	54	1.494
Herbert Paulo Beck	0	14	4	222	0	1	3	1.178	56	1.478
Maria Helena Lisot	0	19	7	248	0	0	3	1.108	47	1.432
Ricardo H. de A. Martins Costa	0	13	9	191	1	0	2	1.082	46	1.344
TOTAL	**0**	**63**	**23**	**871**	**1**	**3**	**9**	**4.575**	**203**	**5.748**

*

AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental; AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; EXCSUSP: Exceção de Suspeição; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; RO/REENEC:– Recurso Ordinário em Reexame Necessário.

VARAS DO TRABALHO

Fase de Conhecimento – Casos Novos

Vara do Trabalho	Casos Novos			Sentença reformada ou anulada	Total
	Distribuição	Redistribuição	Subtotal		
Alegrete - 1ª Vara	527	2	529	0	529
Alvorada - 1ª Vara	1.262	33	1.295	2	1297
Arroio Grande - 1ª Vara	330	0	330	0	330
Bagé - 1ª Vara	864	73	937	1	938
Bagé - 2ª Vara	901	63	964	13	977
Bento Gonçalves - 1ª Vara	1.936	136	2.072	3	2.075
Bento Gonçalves - 2ª Vara	1.864	134	1.998	8	2.006
Cachoeira do Sul - 1ª Vara	912	19	931	3	934
Cachoeirinha - 1ª Vara	1.527	58	1.585	2	1.587
Cachoeirinha - 2ª Vara	1.455	65	1.520	1	1.521
Camaquã - 1ª Vara	756	2	758	1	759
Canoas - 1ª Vara	1.613	117	1.730	1	1.731
Canoas - 2ª Vara	1.599	131	1.730	0	1.730
Canoas - 3ª Vara	1.547	131	1.678	0	1.678
Canoas - 4ª Vara	1.668	117	1.785	8	1.793
Canoas - 5ª Vara	1.638	117	1.755	6	1.761
Capão da Canoa - Posto Avançado	979	50	1.029	2	1.031
Carazinho - 1ª Vara	1.547	10	1.557	0	1.557
Caxias do Sul - 1ª Vara	2.147	52	2.199	0	2.199
Caxias do Sul - 2ª Vara	2.117	48	2.165	1	2.166
Caxias do Sul - 3ª Vara	2.115	49	2.164	1	2.165
Caxias do Sul - 4ª Vara	2.145	43	2.188	1	2.189
Caxias do Sul - 5ª Vara	2.125	48	2.173	3	2.176
Caxias do Sul - 6ª Vara	1.620	37	1.657	3	1.660
Cruz Alta - 1ª Vara	1.241	9	1.250	9	1.259
Dom Pedrito - Posto Avançado	201	2	203	0	203
Encantado - 1ª Vara	904	11	915	3	918

Vara do Trabalho	Casos Novos			Sentença reformada ou anulada	Total
	Distribuição	Redistribuição	Subtotal		
Erechim - 1ª Vara	1.306	58	1.364	1	1365
Erechim - 2ª Vara	902	182	1.084	0	1084
Erechim - 3ª Vara	941	186	1.127	2	1129
Estância Velha - 1ª Vara	2.883	15	2.898	6	2904
Esteio - 1ª Vara	893	35	928	0	928
Esteio - 2ª Vara	887	47	934	2	936
Estrela - 1ª Vara	949	29	978	0	978
Estrela - 2ª Vara	923	35	958	0	958
Farroupilha - 1ª Vara	1.482	29	1.511	2	1.513
Frederico Westphalen - 1ª Vara	1.035	1	1.036	7	1.043
Gramado - 1ª Vara	1.166	27	1.193	6	1.199
Gramado - 2ª Vara	1.167	19	1.186	3	1.189
Gravataí - 1ª Vara	1.622	130	1.752	17	1.769
Gravataí - 2ª Vara	1.770	88	1.858	11	1.869
Gravataí - 3ª Vara	1.783	94	1.877	3	1.880
Gravataí - 4ª Vara	1.641	106	1.747	5	1.752
Guaíba - 1ª Vara	2.107	31	2.138	1	2.139
Ijuí - 1ª Vara	1.003	11	1.014	4	1.018
Itaqui - Posto Avançado	220	2	222	0	222
Lagoa Vermelha - 1ª Vara	807	2	809	0	809
Lajeado - 1ª Vara	1.281	49	1.330	0	1.330
Lajeado - 2ª Vara	1.345	22	1.367	4	1.371
Marau - Posto Avançado	1.039	31	1.070	4	1.074
Montenegro - 1ª Vara	1.117	8	1.125	9	1.134
Nova Prata - Posto Avançado	1.094	48	1.142	2	1.144
Novo Hamburgo - 1ª Vara	1.194	26	1.220	1	1.221
Novo Hamburgo - 2ª Vara	1.250	28	1.278	0	1.278
Novo Hamburgo - 3ª Vara	1.205	37	1.242	1	1.243
Novo Hamburgo - 4ª Vara	1.225	34	1.259	2	1.261
Novo Hamburgo - 5ª Vara	1.157	31	1.188	5	1.193
Osório - 1ª Vara	1.692	18	1.710	3	1.713
Palmeira das Missões - 1ª Vara	846	5	851	1	852
Panambi - Posto Avançado	693	13	706	0	706
Passo Fundo - 1ª Vara	1.277	74	1.351	1	1.352
Passo Fundo - 2ª Vara	1.254	62	1.316	1	1.317

Vara do Trabalho	Casos Novos			Sentença reformada ou anulada	Total
	Distribuição	Redistribuição	Subtotal		
Passo Fundo - 3ª Vara	1.226	91	1.317	5	1.322
Passo Fundo - 4ª Vara	1.210	102	1.312	4	1.316
Pelotas - 1ª Vara	1.366	40	1.406	2	1.408
Pelotas - 2ª Vara	1.450	24	1.474	3	1.477
Pelotas - 3ª Vara	1.386	42	1.428	0	1.428
Pelotas - 4ª Vara	1.385	45	1.430	6	1.436
Porto Alegre - 1ª Vara	1.751	99	1.850	0	1.850
Porto Alegre - 2ª Vara	1.787	80	1.867	0	1.867
Porto Alegre - 3ª Vara	1.704	76	1.780	3	1.783
Porto Alegre - 4ª Vara	1.763	76	1.839	2	1.841
Porto Alegre - 5ª Vara	1.738	88	1.826	6	1.832
Porto Alegre - 6ª Vara	1.716	88	1.804	1	1.805
Porto Alegre - 7ª Vara	1.751	65	1.816	2	1.818
Porto Alegre - 8ª Vara	1.713	70	1.783	2	1.785
Porto Alegre - 9ª Vara	1.741	82	1.823	10	1.833
Porto Alegre - 10ª Vara	1.741	60	1.801	2	1.803
Porto Alegre - 11ª Vara	1.743	95	1.838	2	1.840
Porto Alegre - 12ª Vara	1.757	78	1.835	1	1.836
Porto Alegre - 13ª Vara	1.762	92	1.854	16	1.870
Porto Alegre - 14ª Vara	1.677	98	1.775	0	1.775
Porto Alegre - 15ª Vara	1.758	65	1.823	1	1.824
Porto Alegre - 16ª Vara	1.660	87	1.747	6	1.753
Porto Alegre - 17ª Vara	1.747	106	1.853	1	1.854
Porto Alegre - 18ª Vara	1.111	132	1.243	3	1.246
Porto Alegre - 19ª Vara	1.721	85	1.806	2	1.808
Porto Alegre - 20ª Vara	1.740	105	1.845	3	1.848
Porto Alegre - 21ª Vara	1.729	80	1.809	4	1.813
Porto Alegre - 22ª Vara	1.710	115	1.825	3	1.828
Porto Alegre - 23ª Vara	1.746	60	1.806	0	1.806
Porto Alegre - 24ª Vara	1.707	102	1.809	1	1.810
Porto Alegre - 25ª Vara	1.802	65	1.867	0	1.867
Porto Alegre - 26ª Vara	1.798	82	1.880	0	1.880
Porto Alegre - 27ª Vara	1.824	95	1.919	1	1.920
Porto Alegre - 28ª Vara	1.738	44	1.782	1	1.783

Vara do Trabalho	Casos Novos			Sentença reformada ou anulada	Total
	Distribuição	Redistribuição	Subtotal		
Porto Alegre - 29ª Vara	1.702	82	1.784	0	1.784
Porto Alegre - 30ª Vara	2.595	138	2.733	5	2.738
Rio Grande - 1ª Vara	1.069	113	1.182	1	1.183
Rio Grande - 2ª Vara	1.018	132	1.150	1	1.151
Rio Grande - 3ª Vara	1.018	143	1.161	0	1.161
Rio Grande - 4ª Vara	1.062	94	1.156	2	1.158
Rosário do Sul - 1ª Vara	425	3	428	0	428
Santa Cruz do Sul - 1ª Vara	1.150	20	1.170	5	1.175
Santa Cruz do Sul - 2ª Vara	1.076	39	1.115	4	1.119
Santa Cruz do Sul - 3ª Vara	1.118	34	1.152	7	1.159
Santa Maria - 1ª Vara	1.283	25	1.308	2	1.310
Santa Maria - 2ª Vara	1.267	27	1.294	9	1.303
Santana do Livramento - 1ª Vara	678	5	683	6	689
Santa Rosa - 1ª Vara	808	21	829	1	830
Santa Rosa - 2ª Vara	755	53	808	1	809
Santa Vitória do Palmar - 1ª Vara	496	2	498	4	502
Santiago - 1ª Vara	446	4	450	1	451
Santo Ângelo - 1ª Vara	1.233	9	1.242	0	1.242
São Borja - 1ª Vara	568	1	569	2	571
São Gabriel - 1ª Vara	459	4	463	1	464
São Jerônimo - 1ª Vara	1.326	5	1.331	2	1.333
São Leopoldo - 1ª Vara	1.403	79	1.482	7	1.489
São Leopoldo - 2ª Vara	1.402	77	1.479	0	1.479
São Leopoldo - 3ª Vara	1.441	70	1.511	1	1.512
São Leopoldo - 4ª Vara	1.424	65	1.489	0	1.489
São Lourenço do Sul - Posto Avançado	243	1	244	0	244
São Sebastião do Caí - Posto Avançado	1.226	31	1.257	2	1.259
Sapiranga - 1ª Vara	1.282	77	1.359	1	1.360
Sapiranga - 2ª Vara	1.116	130	1.246	5	1.251
Sapiranga - 3ª Vara	1.263	88	1.351	0	1.351
Sapucaia do Sul - 1ª Vara	1.066	38	1.104	3	1.107
Sapucaia do Sul - 2ª Vara	1.062	41	1.103	1	1.104
Soledade - 1ª Vara	701	12	713	1	714

Vara do Trabalho	Casos Novos			Sentença reformada ou anulada	Total
	Distribuição	Redistribuição	Subtotal		
Taquara - 1ª Vara	1.512	27	1.539	1	1.540
Taquara - 2ª Vara	1.197	188	1.385	1	1.386
Taquara - 3ª Vara	1.324	81	1.405	0	1.405
Taquara - 4ª Vara	1.330	47	1.377	4	1.381
Taquari - Posto Avançado	270	2	272	0	272
Torres - 1ª Vara	840	11	851	5	856
Tramandaí - Posto Avançado	1.274	12	1.286	7	1.293
Três Passos - 1ª Vara	1.076	6	1.082	3	1.085
Triunfo - 1ª Vara	740	18	758	3	761
Uruguaiana - 1ª Vara	1.357	211	1.568	3	1.571
Uruguaiana - 2ª Vara	1.364	235	1.599	5	1.604
Vacaria - 1ª Vara	936	13	949	4	953
Viamão - 1ª Vara	1.694	46	1.740	9	1.749
TOTAL	**186.949**	**8.444**	**195.393**	**389**	**195.782**

Fase de Conhecimento – Processos Solucionados

Vara do Trabalho	Solucionados		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Alegrete - 1ª Vara	560	51	611
Alvorada - 1ª Vara	806	120	926
Arroio Grande - 1ª Vara	294	37	331
Bagé - 1ª Vara	785	137	922
Bagé - 2ª Vara	936	158	1.094
Bento Gonçalves - 1ª Vara	1.626	216	1.842
Bento Gonçalves - 2ª Vara	1.449	161	1.610
Cachoeira do Sul - 1ª Vara	697	99	796
Cachoeirinha - 1ª Vara	1.255	212	1.467
Cachoeirinha - 2ª Vara	1.235	182	1.417
Camaquã - 1ª Vara	865	109	974

Vara do Trabalho	Solucionados		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Canoas - 1ª Vara	1.080	282	1.362
Canoas - 2ª Vara	1.240	304	1.544
Canoas - 3ª Vara	1.290	271	1.561
Canoas - 4ª Vara	1.469	317	1.786
Canoas - 5ª Vara	1.245	327	1.572
Capão da Canoa - Posto Avançado	857	151	1.008
Carazinho - 1ª Vara	1.297	130	1.427
Caxias do Sul - 1ª Vara	1.928	357	2.285
Caxias do Sul - 2ª Vara	1.700	272	1.972
Caxias do Sul - 3ª Vara	1.788	254	2.042
Caxias do Sul - 4ª Vara	1.964	201	2.165
Caxias do Sul - 5ª Vara	1.926	276	2.202
Caxias do Sul - 6ª Vara	1.510	92	1.602
Cruz Alta - 1ª Vara	978	127	1.105
Dom Pedrito - Posto Avançado	204	14	218
Encantado - 1ª Vara	694	128	822
Erechim - 1ª Vara	746	142	888
Erechim - 2ª Vara	830	111	941
Erechim - 3ª Vara	740	122	862
Estância Velha - 1ª Vara	2.699	379	3.078
Esteio - 1ª Vara	514	185	699
Esteio - 2ª Vara	817	159	976
Estrela - 1ª Vara	827	126	953
Estrela - 2ª Vara	806	84	890
Farroupilha - 1ª Vara	1.208	140	1.348
Frederico Westphalen - 1ª Vara	847	109	956
Gramado - 1ª Vara	1.013	109	1.122
Gramado - 2ª Vara	895	130	1.025
Gravataí - 1ª Vara	1.243	226	1.469
Gravataí - 2ª Vara	1.244	437	1.681
Gravataí - 3ª Vara	1.005	447	1.452

Vara do Trabalho	Solucionados		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Gravataí - 4ª Vara	1.056	247	1.303
Guaíba - 1ª Vara	1.714	256	1.970
Ijuí - 1ª Vara	927	97	1.024
Itaqui - Posto Avançado	211	16	227
Lagoa Vermelha - 1ª Vara	595	49	644
Lajeado - 1ª Vara	1.055	133	1.188
Lajeado - 2ª Vara	1.257	199	1.456
Marau - Posto Avançado	1.073	107	1.180
Montenegro - 1ª Vara	1.095	117	1.212
Nova Prata - Posto Avançado	864	120	984
Novo Hamburgo - 1ª Vara	1.050	109	1.159
Novo Hamburgo - 2ª Vara	1.026	187	1.213
Novo Hamburgo - 3ª Vara	894	196	1.090
Novo Hamburgo - 4ª Vara	1.163	136	1.299
Novo Hamburgo - 5ª Vara	904	133	1.037
Osório - 1ª Vara	1.277	298	1.575
Palmeira das Missões - 1ª Vara	587	234	821
Panambi - Posto Avançado	405	70	475
Passo Fundo - 1ª Vara	1.113	117	1.230
Passo Fundo - 2ª Vara	1.048	156	1.204
Passo Fundo - 3ª Vara	1.444	175	1.619
Passo Fundo - 4ª Vara	1.179	168	1.347
Pelotas - 1ª Vara	1.200	124	1.324
Pelotas - 2ª Vara	1.056	188	1.244
Pelotas - 3ª Vara	1.198	149	1.347
Pelotas - 4ª Vara	1.214	147	1.361
Porto Alegre - 1ª Vara	1.379	320	1.699
Porto Alegre - 2ª Vara	1.092	388	1.480
Porto Alegre - 3ª Vara	1.438	377	1.815
Porto Alegre - 4ª Vara	1.493	270	1.763
Porto Alegre - 5ª Vara	1.338	516	1.854

Vara do Trabalho	Solucionados		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Porto Alegre - 6ª Vara	1.402	310	1.712
Porto Alegre - 7ª Vara	1.301	280	1.581
Porto Alegre - 8ª Vara	1.544	301	1.845
Porto Alegre - 9ª Vara	1.210	341	1.551
Porto Alegre - 10ª Vara	1.414	204	1.618
Porto Alegre - 11ª Vara	991	214	1.205
Porto Alegre - 12ª Vara	1.438	253	1.691
Porto Alegre - 13ª Vara	1.202	485	1.687
Porto Alegre - 14ª Vara	1.313	370	1.683
Porto Alegre - 15ª Vara	1.793	283	2.076
Porto Alegre - 16ª Vara	1.370	342	1.712
Porto Alegre - 17ª Vara	1.180	352	1.532
Porto Alegre - 18ª Vara	1.234	575	1.809
Porto Alegre - 19ª Vara	1.251	357	1.608
Porto Alegre - 20ª Vara	1.365	338	1.703
Porto Alegre - 21ª Vara	1.432	251	1.683
Porto Alegre - 22ª Vara	1.430	402	1.832
Porto Alegre - 23ª Vara	1.291	230	1.521
Porto Alegre - 24ª Vara	1.283	304	1.587
Porto Alegre - 25ª Vara	1.462	342	1.804
Porto Alegre - 26ª Vara	1.253	356	1.609
Porto Alegre - 27ª Vara	1.218	226	1.444
Porto Alegre - 28ª Vara	1.389	210	1.599
Porto Alegre - 29ª Vara	1.487	282	1.769
Porto Alegre - 30ª Vara	2.114	388	2.502
Rio Grande - 1ª Vara	824	267	1.091
Rio Grande - 2ª Vara	586	280	866
Rio Grande - 3ª Vara	551	274	825
Rio Grande - 4ª Vara	711	279	990
Rosário do Sul - 1ª Vara	304	69	373
Santa Cruz do Sul - 1ª Vara	1.008	111	1.119

Vara do Trabalho	Solucionados		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Santa Cruz do Sul - 2ª Vara	787	148	935
Santa Cruz do Sul - 3ª Vara	958	90	1.048
Santa Maria - 1ª Vara	980	212	1.192
Santa Maria - 2ª Vara	1.068	202	1.270
Santana do Livramento - 1ª Vara	581	74	655
Santa Rosa - 1ª Vara	796	89	885
Santa Rosa - 2ª Vara	787	66	853
Santa Vitória do Palmar - 1ª Vara	489	68	557
Santiago - 1ª Vara	452	27	479
Santo Ângelo - 1ª Vara	1.060	104	1.164
São Borja - 1ª Vara	516	60	576
São Gabriel - 1ª Vara	444	35	479
São Jerônimo - 1ª Vara	898	200	1.098
São Leopoldo - 1ª Vara	1.180	247	1.427
São Leopoldo - 2ª Vara	1.168	272	1.440
São Leopoldo - 3ª Vara	1.256	221	1.477
São Leopoldo - 4ª Vara	1.196	210	1.406
São Lourenço do Sul - Posto Avançado	214	16	230
São Sebastião do Caí - Posto Avançado	1275	152	1.427
Sapiranga - 1ª Vara	1151	283	1.434
Sapiranga - 2ª Vara	1057	191	1.248
Sapiranga - 3ª Vara	1.128	208	1.336
Sapucaia do Sul - 1ª Vara	1.055	145	1.200
Sapucaia do Sul - 2ª Vara	1.009	106	1.115
Soledade - 1ª Vara	697	61	758
Taquara - 1ª Vara	1.283	222	1.505
Taquara - 2ª Vara	1.487	144	1.631
Taquara - 3ª Vara	1.303	119	1.422
Taquara - 4ª Vara	1.346	132	1.478
Taquari - Posto Avançado	248	43	291
Torres - 1ª Vara	580	101	681

Vara do Trabalho	Solucionados		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Tramandaí - Posto Avançado	1.117	141	1.258
Três Passos - 1ª Vara	701	124	825
Triunfo - 1ª Vara	1.016	164	1.180
Uruguaiana - 1ª Vara	1.195	549	1.744
Uruguaiana - 2ª Vara	1.283	537	1.820
Vacaria - 1ª Vara	901	142	1.043
Viamão - 1ª Vara	1.553	149	1.702
TOTAL	**155.023**	**29.020**	**184.043**

Fase de Conhecimento – Processos Pendentes de Solução

Vara do Trabalho	Pendentes de Solução					Total
	Aguardando 1ª Sessão de Audiência	Aguardando o Encerramento da Instrução	Com Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Alegrete - 1ª Vara	69	154	10	0	10	233
Alvorada - 1ª Vara	458	825	147	231	378	1661
Arroio Grande - 1ª Vara	57	74	0	0	0	131
Bagé - 1ª Vara	154	406	80	129	209	769
Bagé - 2ª Vara	204	293	47	22	69	566
Bento Gonçalves - 1ª Vara	488	1.179	71	102	173	1.840
Bento Gonçalves - 2ª Vara	461	1.017	120	69	189	1.667
Cachoeira do Sul - 1ª Vara	197	731	115	130	245	1.173
Cachoeirinha - 1ª Vara	222	934	51	18	69	1.225
Cachoeirinha - 2ª Vara	254	1.004	43	9	52	1.310
Camaquã - 1ª Vara	86	298	41	1	42	426
Canoas - 1ª Vara	691	1.038	50	197	247	1.976
Canoas - 2ª Vara	409	1.047	88	0	88	1.544
Canoas - 3ª Vara	278	1.021	130	22	152	1.451
Canoas - 4ª Vara	260	982	111	13	124	1.366

Vara do Trabalho	Pendentes de Solução					Total
	Aguardando 1ª Sessão de Audiência	Aguardando o Encerramento da Instrução	Com Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Canoas - 5ª Vara	383	1.075	73	52	125	1.583
Capão da Canoa - Posto Avançado	173	576	33	4	37	786
Carazinho - 1ª Vara	314	519	50	38	88	921
Caxias do Sul - 1ª Vara	352	651	55	2	57	1.060
Caxias do Sul - 2ª Vara	597	623	29	1	30	1.250
Caxias do Sul - 3ª Vara	399	703	148	90	238	1.340
Caxias do Sul - 4ª Vara	408	720	90	28	118	1.246
Caxias do Sul - 5ª Vara	580	763	103	3	106	1.449
Caxias do Sul - 6ª Vara	208	868	350	141	491	1.567
Cruz Alta - 1ª Vara	433	588	84	20	104	1.125
Dom Pedrito - Posto Avançado	23	71	9	4	13	107
Encantado - 1ª Vara	94	189	65	19	84	367
Erechim - 1ª Vara	338	555	62	51	113	1.006
Erechim - 2ª Vara	248	572	74	150	224	1.044
Erechim - 3ª Vara	279	464	46	54	100	843
Estância Velha - 1ª Vara	359	576	56	14	70	1.005
Esteio - 1ª Vara	133	479	62	117	179	791
Esteio - 2ª Vara	136	366	86	30	116	618
Estrela - 1ª Vara	83	276	35	20	55	414
Estrela - 2ª Vara	57	312	52	57	109	478
Farroupilha - 1ª Vara	192	538	37	4	41	771
Frederico Westphalen - 1ª Vara	183	359	58	49	107	649
Gramado - 1ª Vara	115	251	0	1	1	367
Gramado - 2ª Vara	139	379	21	69	90	608
Gravataí - 1ª Vara	564	1.294	50	16	66	1.924
Gravataí - 2ª Vara	410	1.201	67	78	145	1.756
Gravataí - 3ª Vara	474	1.508	102	156	258	2.240
Gravataí - 4ª Vara	573	1.354	158	141	299	2.226
Guaíba - 1ª Vara	631	1.162	89	56	145	1.938

Vara do Trabalho	Pendentes de Solução					Total
	Aguardando 1ª Sessão de Audiência	Aguardando o Encerramento da Instrução	Com Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Ijuí - 1ª Vara	129	397	26	38	64	590
Itaqui - Posto Avançado	15	65	12	6	18	98
Lagoa Vermelha - 1ª Vara	161	209	44	1	45	415
Lajeado - 1ª Vara	279	380	42	5	47	706
Lajeado - 2ª Vara	172	478	27	3	30	680
Marau - Posto Avançado	331	483	0	3	3	817
Montenegro - 1ª Vara	229	684	27	0	27	940
Nova Prata - Posto Avançado	315	519	100	13	113	947
Novo Hamburgo - 1ª Vara	341	764	47	177	224	1329
Novo Hamburgo - 2ª Vara	159	527	49	72	121	807
Novo Hamburgo - 3ª Vara	338	1116	68	95	163	1617
Novo Hamburgo - 4ª Vara	115	339	19	0	19	473
Novo Hamburgo - 5ª Vara	193	637	63	128	191	1021
Osório - 1ª Vara	326	851	14	2	16	1.193
Palmeira das Missões - 1ª Vara	180	233	28	1	29	442
Panambi - Posto Avançado	173	330	25	4	29	532
Passo Fundo - 1ª Vara	228	524	37	5	42	794
Passo Fundo - 2ª Vara	249	294	88	48	136	679
Passo Fundo - 3ª Vara	184	437	7	4	11	632
Passo Fundo - 4ª Vara	231	541	52	20	72	844
Pelotas - 1ª Vara	196	330	51	6	57	583
Pelotas - 2ª Vara	271	372	56	87	143	786
Pelotas - 3ª Vara	164	252	0	0	0	416
Pelotas - 4ª Vara	192	197	33	4	37	426
Porto Alegre - 1ª Vara	272	1034	141	237	378	1.684
Porto Alegre - 2ª Vara	519	1.074	91	335	426	2.019
Porto Alegre - 3ª Vara	343	936	66	155	221	1.500
Porto Alegre - 4ª Vara	458	763	135	162	297	1.518
Porto Alegre - 5ª Vara	295	678	52	40	92	1.065

Vara do Trabalho	Pendentes de Solução					Total
	Aguardando 1ª Sessão de Audiência	Aguardando o Encerramento da Instrução	Com Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Porto Alegre - 6ª Vara	389	984	119	155	274	1.647
Porto Alegre - 7ª Vara	364	939	195	309	504	1.807
Porto Alegre - 8ª Vara	476	831	91	42	133	1.440
Porto Alegre - 9ª Vara	509	1.509	77	188	265	2.283
Porto Alegre - 10ª Vara	325	711	138	54	192	1.228
Porto Alegre - 11ª Vara	374	1053	134	344	478	1.905
Porto Alegre - 12ª Vara	325	1090	96	47	143	1.558
Porto Alegre - 13ª Vara	843	856	57	2	59	1.758
Porto Alegre - 14ª Vara	410	709	74	36	110	1.229
Porto Alegre - 15ª Vara	269	1.006	63	145	208	1.483
Porto Alegre - 16ª Vara	223	612	81	178	259	1.094
Porto Alegre - 17ª Vara	430	1.154	103	32	135	1.719
Porto Alegre - 18ª Vara	449	36	231	107	338	823
Porto Alegre - 19ª Vara	722	1.109	103	358	461	2.292
Porto Alegre - 20ª Vara	393	995	151	149	300	1.688
Porto Alegre - 21ª Vara	443	623	81	49	130	1.196
Porto Alegre - 22ª Vara	573	1.041	91	211	302	1.916
Porto Alegre - 23ª Vara	425	1.023	52	274	326	1.774
Porto Alegre - 24ª Vara	379	843	105	136	241	1.463
Porto Alegre - 25ª Vara	351	967	109	245	354	1.672
Porto Alegre - 26ª Vara	341	1.050	122	126	248	1.639
Porto Alegre - 27ª Vara	651	1.138	82	134	216	2.005
Porto Alegre - 28ª Vara	242	1.082	224	164	388	1.712
Porto Alegre - 29ª Vara	251	740	59	28	87	1.078
Porto Alegre - 30ª Vara	537	2.654	220	328	548	3.739
Rio Grande - 1ª Vara	217	505	83	95	178	900
Rio Grande - 2ª Vara	246	584	83	231	314	1.144
Rio Grande - 3ª Vara	197	422	155	93	248	867
Rio Grande - 4ª Vara	191	510	67	37	104	805

Vara do Trabalho	Pendentes de Solução					Total
	Aguardando 1ª Sessão de Audiência	Aguardando o Encerramento da Instrução	Com Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Rosário do Sul - 1ª Vara	30	44	28	3	31	105
Santa Cruz do Sul - 1ª Vara	304	682	62	61	123	1.109
Santa Cruz do Sul - 2ª Vara	206	728	110	116	226	1.160
Santa Cruz do Sul - 3ª Vara	229	669	113	197	310	1.208
Santa Maria - 1ª Vara	253	547	99	253	352	1.152
Santa Maria - 2ª Vara	511	775	261	137	398	1.684
Santana do Livramento - 1ª Vara	149	267	30	76	106	522
Santa Rosa - 1ª Vara	126	279	77	65	142	547
Santa Rosa - 2ª Vara	132	342	33	0	33	507
Santa Vitória do Palmar - 1ª Vara	54	96	0	0	0	150
Santiago - 1ª Vara	65	93	16	3	19	177
Santo Ângelo - 1ª Vara	238	214	82	48	130	582
São Borja - 1ª Vara	58	149	45	7	52	259
São Gabriel - 1ª Vara	60	141	32	36	68	269
São Jerônimo - 1ª Vara	475	1065	87	162	249	1.789
São Leopoldo - 1ª Vara	226	457	103	82	185	868
São Leopoldo - 2ª Vara	248	614	96	195	291	1.153
São Leopoldo - 3ª Vara	180	390	29	123	152	722
São Leopoldo - 4ª Vara	185	525	102	24	126	836
São Lourenço do Sul - Posto Avançado	31	61	7	0	7	99
São Sebastião do Caí - Posto Avançado	204	298	34	50	84	586
Sapiranga - 1ª Vara	208	413	57	4	61	682
Sapiranga - 2ª Vara	245	542	67	29	96	883
Sapiranga - 3ª Vara	167	398	118	108	226	791
Sapucaia do Sul - 1ª Vara	142	230	61	29	90	462
Sapucaia do Sul - 2ª Vara	85	110	0	0	0	195
Soledade - 1ª Vara	53	337	34	25	59	449
Taquara - 1ª Vara	128	518	30	88	118	764

Vara do Trabalho	Pendentes de Solução					Total
	Aguardando 1ª Sessão de Audiência	Aguardando o Encerramento da Instrução	Com Instrução Processual Encerrada Aguardando Prolação da Sentença			
			Dentro do Prazo	Prazo Vencido	Total	
Taquara - 2ª Vara	168	444	64	75	139	751
Taquara - 3ª Vara	185	332	43	57	100	617
Taquara - 4ª Vara	180	298	82	96	178	656
Taquari - Posto Avançado	35	116	31	47	78	229
Torres - 1ª Vara	125	398	67	16	83	606
Tramandaí - Posto Avançado	124	525	38	0	38	687
Três Passos - 1ª Vara	186	311	52	2	54	551
Triunfo - 1ª Vara	199	287	56	54	110	596
Uruguaiana - 1ª Vara	182	90	0	0	0	272
Uruguaiana - 2ª Vara	160	85	16	0	16	261
Vacaria - 1ª Vara	78	260	52	1	53	391
Viamão - 1ª Vara	226	653	81	7	88	967
TOTAL	**38.609**	**86.998**	**10.289**	**10.632**	**20.921**	**146.528**

Fase de Execução – Processos Pendentes

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Alegrete - 1ª Vara	7	520	527	511
Alvorada - 1ª Vara	7	602	609	579
Arroio Grande - 1ª Vara	6	341	347	369
Bagé - 1ª Vara	15	1.176	1.191	836
Bagé - 2ª Vara	26	1012	1.038	500
Bento Gonçalves - 1ª Vara	11	906	917	451
Bento Gonçalves - 2ª Vara	9	1.293	1302	394
Cachoeira do Sul - 1ª Vara	15	1.094	1.109	1.611
Cachoeirinha - 1ª Vara	8	1.079	1.087	710

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Cachoeirinha - 2ª Vara	68	1.283	1.351	468
Camaquã - 1ª Vara	3	639	642	1.297
Canoas - 1ª Vara	5	1.345	1.350	1.256
Canoas - 2ª Vara	4	1.373	1.377	1.262
Canoas - 3ª Vara	17	1.400	1.417	1.466
Canoas - 4ª Vara	42	1.138	1.180	234
Canoas - 5ª Vara	12	1.009	1.021	346
Capão da Canoa - Posto Avançado	12	686	698	615
Carazinho - 1ª Vara	92	949	1041	567
Caxias do Sul - 1ª Vara	3	655	658	1.192
Caxias do Sul - 2ª Vara	16	913	929	1.052
Caxias do Sul - 3ª Vara	3	924	927	941
Caxias do Sul - 4ª Vara	8	751	759	906
Caxias do Sul - 5ª Vara	4	697	701	169
Caxias do Sul - 6ª Vara	1	125	126	11
Cruz Alta - 1ª Vara	11	792	803	706
Dom Pedrito - Posto Avançado	6	238	244	188
Encantado - 1ª Vara	11	283	294	167
Erechim - 1ª Vara	3	494	497	426
Erechim - 2ª Vara	19	511	530	210
Erechim - 3ª Vara	0	443	443	92
Estância Velha - 1ª Vara	8	1.005	1.013	792
Esteio - 1ª Vara	5	478	483	760
Esteio - 2ª Vara	3	510	513	270
Estrela - 1ª Vara	7	363	370	371
Estrela - 2ª Vara	4	400	404	121
Farroupilha - 1ª Vara	8	559	567	770
Frederico Westphalen - 1ª Vara	30	430	460	685
Gramado - 1ª Vara	3	611	614	1401
Gramado - 2ª Vara	10	509	519	677
Gravataí - 1ª Vara	1	925	926	1176

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Gravataí - 2ª Vara	1	933	934	593
Gravataí - 3ª Vara	0	788	788	234
Gravataí - 4ª Vara	5	610	615	246
Guaíba - 1ª Vara	9	1.846	1.855	992
Ijuí - 1ª Vara	17	619	636	497
Itaqui - Posto Avançado	0	209	209	396
Lagoa Vermelha - 1ª Vara	27	448	475	138
Lajeado - 1ª Vara	6	519	525	845
Lajeado - 2ª Vara	11	440	451	313
Marau - Posto Avançado	11	395	406	156
Montenegro - 1ª Vara	20	745	765	672
Nova Prata - Posto Avançado	10	407	417	231
Novo Hamburgo - 1ª Vara	81	1.358	1.439	1.624
Novo Hamburgo - 2ª Vara	9	856	865	1.051
Novo Hamburgo - 3ª Vara	41	1.435	1.476	1.171
Novo Hamburgo - 4ª Vara	44	952	996	813
Novo Hamburgo - 5ª Vara	3	1045	1.048	955
Osório - 1ª Vara	10	837	847	1.701
Palmeira das Missões - 1ª Vara	5	284	289	320
Panambi - Posto Avançado	1	307	308	128
Passo Fundo - 1ª Vara	26	666	692	1.327
Passo Fundo - 2ª Vara	16	750	766	1.198
Passo Fundo - 3ª Vara	19	709	728	107
Passo Fundo - 4ª Vara	13	511	524	201
Pelotas - 1ª Vara	138	2.086	2.224	1.863
Pelotas - 2ª Vara	37	1.119	1.156	1.494
Pelotas - 3ª Vara	26	1.321	1.347	1.055
Pelotas - 4ª Vara	83	984	1.067	544
Porto Alegre - 1ª Vara	16	1.381	1.397	701
Porto Alegre - 2ª Vara	20	1.258	1.278	991
Porto Alegre - 3ª Vara	13	1.549	1.562	781

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Porto Alegre - 4ª Vara	9	911	920	877
Porto Alegre - 5ª Vara	8	989	997	1.414
Porto Alegre - 6ª Vara	23	747	770	1.084
Porto Alegre - 7ª Vara	9	1.522	1.531	967
Porto Alegre - 8ª Vara	12	1.391	1.403	972
Porto Alegre - 9ª Vara	19	1.303	1.322	977
Porto Alegre - 10ª Vara	9	1.548	1.557	964
Porto Alegre - 11ª Vara	18	923	941	1.118
Porto Alegre - 12ª Vara	14	1.224	1.238	1.087
Porto Alegre - 13ª Vara	29	1.072	1.101	1.140
Porto Alegre - 14ª Vara	18	1.216	1.234	824
Porto Alegre - 15ª Vara	38	1.457	1.495	935
Porto Alegre - 16ª Vara	9	885	894	899
Porto Alegre - 17ª Vara	5	1.154	1.159	548
Porto Alegre - 18ª Vara	2	3.714	3.716	1.986
Porto Alegre - 19ª Vara	14	1.375	1.389	1.016
Porto Alegre - 20ª Vara	9	1.389	1.398	840
Porto Alegre - 21ª Vara	27	1.065	1.092	889
Porto Alegre - 22ª Vara	38	1.698	1.736	726
Porto Alegre - 23ª Vara	18	955	973	889
Porto Alegre - 24ª Vara	6	1.249	1.255	805
Porto Alegre - 25ª Vara	8	1.016	1.024	766
Porto Alegre - 26ª Vara	27	1.559	1.586	737
Porto Alegre - 27ª Vara	14	1.365	1.379	904
Porto Alegre - 28ª Vara	18	1.835	1.853	819
Porto Alegre - 29ª Vara	5	1.334	1.339	1.092
Porto Alegre - 30ª Vara	1	1.499	1.500	232
Rio Grande - 1ª Vara	7	781	788	494
Rio Grande - 2ª Vara	12	714	726	748
Rio Grande - 3ª Vara	15	1.042	1.057	407
Rio Grande - 4ª Vara	11	756	767	541

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Rosário do Sul - 1ª Vara	3	267	270	433
Santa Cruz do Sul - 1ª Vara	4	860	864	1.294
Santa Cruz do Sul - 2ª Vara	9	1.058	1.067	596
Santa Cruz do Sul - 3ª Vara	4	659	663	471
Santa Maria - 1ª Vara	35	1.545	1580	2.078
Santa Maria - 2ª Vara	7	837	844	2.411
Santana do Livramento - 1ª Vara	16	888	904	729
Santa Rosa - 1ª Vara	8	324	332	1.072
Santa Rosa - 2ª Vara	2	273	275	196
Santa Vitória do Palmar - 1ª Vara	16	486	502	436
Santiago - 1ª Vara	5	432	437	552
Santo Ângelo - 1ª Vara	4	1.295	1.299	1.579
São Borja - 1ª Vara	9	548	557	939
São Gabriel - 1ª Vara	2	366	368	359
São Jerônimo - 1ª Vara	13	1.330	1.343	948
São Leopoldo - 1ª Vara	12	822	834	1.139
São Leopoldo - 2ª Vara	16	700	716	906
São Leopoldo - 3ª Vara	2	612	614	712
São Leopoldo - 4ª Vara	6	581	587	333
São Lourenço do Sul - Posto Avançado	5	225	230	324
São Sebastião do Caí - Posto Avançado	2	382	384	207
Sapiranga - 1ª Vara	8	648	656	1.108
Sapiranga - 2ª Vara	24	770	794	1.139
Sapiranga - 3ª Vara	4	900	904	1.018
Sapucaia do Sul - 1ª Vara	4	483	487	778
Sapucaia do Sul - 2ª Vara	3	728	731	335
Soledade - 1ª Vara	27	519	546	433
Taquara - 1ª Vara	5	664	669	766
Taquara - 2ª Vara	18	517	535	526
Taquara - 3ª Vara	2	663	665	502
Taquara - 4ª Vara	9	544	553	225

Vara do Trabalho	Execuções Pendentes			Saldo de Processos no Arquivo Provisório
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Taquari - Posto Avançado	2	170	172	169
Torres - 1ª Vara	0	617	617	316
Tramandaí - Posto Avançado	7	801	808	1056
Três Passos - 1ª Vara	5	368	373	567
Triunfo - 1ª Vara	2	434	436	307
Uruguaiana - 1ª Vara	3	861	864	701
Uruguaiana - 2ª Vara	1	773	774	873
Vacaria - 1ª Vara	7	558	565	336
Viamão - 1ª Vara	21	1.325	1.346	1.413
TOTAL	**2.025**	**124.349**	**126.374**	**107.872**

VARAS DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Item		Valor *
Valores arrecadados	Custas Processuais	27.888.893,27
	Emolumentos	84.361,96
	Contribuições previdenciárias	195.294.048,52
	Imposto de Renda	48.440.562,95
	Total	**271.707.866,70**
Valores pagos decorrentes de multas aplicadas por órgãos de fiscalização das relações de trabalho		105.561,82
Custas processuais dispensadas		60.216.262,16

** Valores em Reais.*

COORDENADORIAS DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO – CCDFs

Item	Valor *
Emolumentos arrecadados	213.108,11

** Valores em Reais.*

DADOS ESTATÍSTICOS DOS JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU

Juízes Titulares de Vara do Trabalho

JUÍZES TITULARES	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Adair João Magnaguagno	1.189	791	385	406	66
Adriana Freires	1.640	1.010	313	551	79
Adriana Moura Fontoura	1.499	1.086	594	437	79
Adriano Santos Wilhelms	1.621	1.091	498	539	48
Alcides Otto Flinkerbusch	1.252	944	492	356	98
Alexandre Schuh Lunardi	1.732	742	229	398	18
Almiro Eduardo de Almeida	0	156	154	0	8
Ana Ilca Härter Saalfeld	1.249	899	398	432	56
Ana Julia Fazenda Nunes	1.627	1.115	380	640	54
Andréa Saint Pastous Nocchi	0	1	1	0	0
André Ibaños Pereira	1.517	700	276	329	212
André Luiz Schech	1.240	764	233	441	52
André Vasconcellos Vieira	1.116	845	436	316	126
Anita Job Lübbe	1.216	802	351	288	165
Artur Peixoto San Martin	1.444	924	396	472	98
Ary Faria Marimon Filho	1.615	856	442	339	140
Bárbara Schönhofen Garcia	1.377	1.079	352	582	100
Ben-Hur Silveira Claus	1.392	923	279	590	76
Bernarda Nubia Toldo	1.708	1.041	570	375	121
Cacilda Ribeiro Isaacsson	405	322	173	134	28
Candice Von Reisswitz	1.799	1.208	489	405	116
Carla Sanvicente Vieira	1.483	739	379	264	90
Carlos Alberto May	1.397	696	271	356	10
Carlos Henrique Selbach	1	45	43	2	4
Carolina Santos Costa	1.243	683	248	344	48

JUÍZES TITULARES	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Celso Fernando Karsburg	1.279	832	440	344	245
Cinara Rosa Figueiró	1.566	1.015	267	671	24
Cintia Edler Bitencourt	1.704	1.000	543	335	88
Cláudio Roberto Ost	1.223	845	461	349	75
Claudio Scandolara	590	338	180	121	19
Cleiner Luiz Cardoso Palezi	121	64	26	26	4
Clocemar Lemes Silva	21	409	399	8	7
Cristiane Bueno Marinho	1.204	825	469	305	192
Cristina Bastiani	986	615	249	295	21
Daniel de Sousa Voltan	716	555	281	221	21
Daniel Souza de Nonohay	1.252	870	434	284	162
Déborah Madruga Costa Lunardi	1.010	587	277	283	19
Deise Anne Longo	1.437	814	443	316	61
Diogo Souza	1.315	976	345	541	54
Edson Moreira Rodrigues	791	594	344	226	111
Edson Pecis Lerrer	1.320	721	288	310	83
Eduardo de Camargo	1.786	1.033	289	594	57
Eduardo Duarte Elyseu	749	486	275	236	94
Eliane Covolo Melgarejo	976	646	388	211	105
Elisabete Santos Marques	1.383	805	385	338	183
Elson Rodrigues da Silva Junior	1.294	844	439	222	51
Eny Ondina Costa da Silva	161	201	173	15	31
Fabiana Gallon	911	1235	487	460	123
Fabiane Rodrigues da Silveira Trindade Emery	1.092	708	366	234	90
Fernando Formolo	659	512	220	289	45
Flávia Cristina Padilha Vilande	1.243	480	101	240	124
Frederico Russomano	1.575	894	505	333	82
Gilberto Destro	1.044	922	550	250	110
Giovani Martins de Oliveira	1.329	736	354	247	34
Glória Valério Bangel	1.488	727	222	246	72

JUÍZES TITULARES	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Graciela Maffei	1.594	984	307	590	98
Gustavo Fontoura Vieira	1.294	745	368	285	74
Horismar Carvalho Dias	1.347	873	476	278	132
Ingrid Loureiro Irion	1.403	864	457	282	122
Ivanildo Vian	1.301	818	416	337	83
Janaína Saraiva da Silva	1.484	881	267	450	17
Janney Camargo Bina	1.275	719	357	359	31
Jarbas Marcelo Reinicke	1.463	957	343	465	28
João Batista Sieczkowski Martins Vianna	152	739	636	35	135
Joe Ernando Deszuta	892	502	172	288	33
Jorge Alberto Araujo	1.303	926	393	353	183
José Carlos dal Ri	1.294	769	331	306	116
José Luiz Dibe Vescovi	1.801	1.103	281	736	62
José Renato Stangler	1.170	708	333	329	72
Julieta Pinheiro Neta	1.620	1.000	397	523	35
Laura Antunes de Souza	738	1.174	513	310	58
Leandro Krebs Gonçalves	6	734	732	1	37
Lila Paula Flores França	1585	815	357	323	46
Lina Gorczevski	1097	791	257	481	97
Luciana Böhm Stahnke	860	613	351	261	48
Luciane Cardoso Barzotto	1.314	747	399	255	159
Luciano Ricardo Cembranel	1.061	635	281	274	110
Luis Antônio Mecca	1.450	887	411	424	39
Luis Carlos Pinto Gastal	1.223	743	380	374	67
Luís Ernesto dos Santos Veçozzi	1.195	780	321	429	66
Luis Fettermann Bosak	1.730	1062	274	739	70
Luís Henrique Bisso Tatsch	644	282	128	153	11
Luis Ulysses do Amaral de Pauli	1.483	956	434	409	44
Luiz Antonio Colussi	133	70	47	13	0
Luiz Fernando Bonn Henzel	1.601	820	411	299	220

JUÍZES TITULARES	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Marcelo Bergmann Hentschke	1.281	639	306	302	30
Marcelo Caon Pereira	1.019	621	172	429	26
Marcelo Papaléo de Souza	1.374	968	388	488	47
Marcelo Silva Porto	705	465	335	110	16
Márcia Carvalho Barrili	1.582	741	301	316	76
Márcio Lima do Amaral	1.340	737	346	291	128
Marco Aurélio Barcellos Carneiro	546	308	152	113	62
Marcos Fagundes Salomão	726	555	375	132	179
Maria Silvana Rotta Tedesco	1.310	721	327	279	154
Maria Teresa Vieira da Silva Oliveira	1.350	753	359	295	133
Marilene Sobrosa Friedl	1.535	1.185	450	606	46
Maristela Bertei Zanetti	1.207	834	447	318	32
Maurício Machado Marca	1.394	996	354	540	59
Mauricio Schmidt Bastos	1.374	576	130	249	98
Miriam Zancan	0	70	70	0	2
Neuri Gabe	1	3	3	0	0
Neusa Líbera Lodi	1.679	1.106	687	338	75
Noêmia Saltz Gensas	965	534	158	244	95
Odete Carlin	1.232	918	378	422	162
Patrícia Dornelles Peressutti	1.622	891	465	399	70
Patrícia Helena Alves de Souza	1.744	1.456	625	587	65
Patricia Heringer	1.249	723	392	248	129
Paula Silva Rovani Weiler	1.259	827	344	432	32
Paulo André de França Cordovil	1.335	816	228	479	50
Paulo Luiz Schmidt	0	1	1	0	0
Rachel de Souza Carneiro	1.305	601	195	247	44
Rafael da Silva Marques	1.625	1089	497	517	46
Raquel Hochmann de Freitas	680	802	573	171	61
Raquel Nenê Santos	1.243	828	399	387	63
Renato Barros Fagundes	0	73	73	0	0

JUÍZES TITULARES	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Ricardo Fioreze	1.849	1052	532	455	241
Rogério Donizete Fernandes	1.598	975	206	686	29
Rosane Marlene de Lemos	1.384	702	163	499	95
Rosâne Marly Silveira Assmann	189	161	109	45	5
Rosemarie Teixeira Siegmann	186	145	94	31	1
Rosiul de Freitas Azambuja	1.446	961	442	425	51
Rozi Engelke	1.267	966	486	397	78
Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior	717	504	128	344	34
Rui Ferreira dos Santos	1.517	682	306	322	90
Silvana Martinez de Medeiros	1.665	954	293	532	138
Silvionei do Carmo	1.428	842	312	454	48
Simone Maria Nunes Kunrath	1.410	887	353	447	34
Simone Oliveira Paese	1.336	771	372	271	118
Simone Silva Ruas	1.039	655	336	160	47
Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim	1464	815	330	313	148
Themis Pereira de Abreu	1.405	815	287	328	211
Valdete Souto Severo	927	1009	595	322	64
Volnei de Oliveira Mayer	4.161	2.857	636	2087	152
Total	**159.351**	**102.889**	**45.700**	**45.806**	**10.455**

Juízes do Trabalho Substitutos

JUÍZES SUBSTITUTOS	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Adriana Kunrath	1.188	787	362	318	134
Adriana Ledur	1.264	769	375	302	26
Adriana Seelig Gonçalves	1.388	788	357	332	251
Aline Veiga Borges	1.378	899	385	369	127

JUÍZES SUBSTITUTOS	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Ana Carolina Schild Crespo	1.324	958	342	529	63
Ana Luiza Barros de Oliveira	1.401	760	373	336	152
Ana Paula Keppeler Fraga	1.147	772	426	223	101
Ana Paula Kotlinsky Severino	1.530	841	382	321	150
André Sessim Parisenti	1.309	804	365	357	107
Átila da Rold Roesler	1.377	891	440	350	87
Bárbara Fagundes	1.562	855	474	278	52
Bruno Feijó Siegmann	0	8	8	0	0
Bruno Marcos Guarnieri	401	200	64	122	4
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	231	686	601	72	175
Carolina Cauduro Dias de Paiva	1.415	671	284	322	76
Carolina Hostyn Gralha Beck	1.427	891	451	319	143
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	1.384	821	372	265	52
Caroline Bitencourt Colombo	0	4	4	0	0
Cássia Ortolan Grazziotin	58	41	13	26	3
Cesar Zucatti Pritsch	1.476	732	292	357	158
Charles Lopes Kuhn	1.305	789	283	429	42
Cínthia Machado de Oliveira	1.537	840	271	437	116
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	1.544	921	500	362	68
Daniela Elisa Pastório	1.522	1.037	340	568	23
Daniela Floss	1.756	1.098	433	564	68
Daniela Meister Pereira	1.336	822	364	350	191
Denilson da Silva Mroginski	771	583	309	271	121
Diogo Guerra	119	72	10	36	8
Edenilson Ordoque Amaral	1.182	686	351	171	50
Edenir Barbosa Domingos	1.401	1010	364	568	16
Eduardo Batista Vargas	1.087	511	173	358	33
Eduardo Vianna Xavier	1.224	921	401	350	161
Eliseu Cardozo Barcellos	1.504	878	272	481	26

JUÍZES SUBSTITUTOS	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Elizabeth Bacin Hermes	1.242	899	514	302	44
Evandro Luís Urnau	1.214	1016	628	338	76
Fabiane Martins	1.417	902	468	302	78
Fabíola Schivitz Dornelles Machado	1.347	762	329	353	64
Fabrício Luckmann	330	175	72	80	17
Felipe Jakobson Lerrer	1.457	1.017	397	512	86
Felipe Lopes Soares	1.434	830	315	432	48
Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead	1.244	732	347	293	232
Fernanda Probst Marca	1.186	766	510	218	25
Fernando Reichenbach	1306	882	393	416	57
Gabriela Lenz de Lacerda	1467	874	426	340	44
Giani Gabriel Cardozo	1244	642	206	385	15
Glória Mariana da Silva Mota	1333	774	431	197	86
Guilherme da Rocha Zambrano	736	798	401	276	147
Guilherme da Silva Gonçalves Cerqueira	0	1	1	0	0
Gustavo Friedrich Trierweiler	1.587	1.127	404	619	50
Gustavo Jaques	1.095	801	434	281	136
Gustavo Pusch	1.367	840	395	315	111
Igo Zany Nunes Corrêa	0	8	8	0	0
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	1.392	877	274	526	67
Jaqueline Maria Menta	1.419	786	305	414	13
Jefferson Luiz Gaya de Goes	1.402	677	341	231	44
Jorge Fernando Xavier de Lima	1.138	763	423	278	43
José Frederico Sanches Schulte	1.423	870	342	467	29
Juliana Oliveira	1.529	814	397	361	37
Kelen Patrícia Bagetti	1.415	863	308	500	43
Laura Balbuena Valente Gabriel	1.398	899	355	461	97
Lenara Aita Bozzetto	1.473	727	294	326	87

JUÍZES SUBSTITUTOS	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Ligia Maria Fialho Belmonte	1.253	837	382	345	119
Luciana Caringi Xavier	1.446	759	475	251	84
Luciana Kruse	1.284	816	440	270	175
Lúcia Rodrigues de Matos	1.550	896	230	591	14
Luísa Rumi Steinbruch	608	379	187	110	36
Luís Fernando da Costa Bressan	1.600	952	307	576	45
Marcela Casanova Viana Arena	469	314	198	71	57
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	1.149	777	412	295	63
Marcia Padula Mucenic	1.550	944	428	431	68
Marcos Rafael Pereira Pizino	776	1191	580	327	134
Maria Cristina Santos Perez	1.308	855	346	404	119
Mariana Piccoli Lerina	0	8	8	0	0
Mariana Roehe Flores Arancibia	1.348	681	295	290	113
Mariana Vieira da Costa	0	9	9	0	0
Marina dos Santos Ribeiro	1.259	796	378	343	64
Mateus Crocoli Lionzo	1.495	814	451	253	79
Matheus Brandão Moraes	1.360	814	389	360	60
Maurício de Moura Peçanha	2109	1221	503	632	89
Maurício Graeff Burin	1.254	762	296	411	46
Mauricio Joel Zanotelli	1.668	1.007	430	488	50
Max Carrion Brueckner	1.092	759	439	212	146
Milena Ody	1.301	840	266	500	37
Nadir Fátima Zanotelli Coimbra	1.645	1084	452	569	39
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	828	607	348	211	11
Nikolai Nowosh	0	17	17	0	0
Nivaldo de Souza Junior	1.435	917	511	393	53
Osvaldo Antonio da Silva Stocher	1.277	753	224	484	27
Patrícia Bley Heim	850	496	230	214	75
Patricia Iannini dos Santos	1.604	782	494	212	60
Patricia Zeilmann Costa	1.724	864	392	393	86

JUÍZES SUBSTITUTOS	Incluídos em pauta	Resolvidos	Sentenças de conhecimento	Conciliações	Decisões em incidentes de execução
Paulo Ernesto Dorn	2	1008	629	25	284
Rachel Albuquerque de Medeiros Mello	1.310	729	389	232	92
Rafaela Duarte Costa	1.325	674	340	260	100
Rafael Fidelis de Barros	177	85	22	55	1
Rafael Flach	625	261	76	163	54
Rafael Moreira de Abreu	1.392	965	451	397	138
Raquel Gonçalves Seara	1.410	725	335	292	99
Rita de Cássia Azevedo de Abreu	578	341	171	109	43
Roberta Testani	1.388	728	291	392	53
Rodrigo de Almeida Tonon	1.269	653	254	288	96
Rodrigo Machado Jahn	1.260	785	346	312	113
Rodrigo Trindade de Souza	486	302	175	102	50
Rubiane Solange Gassen Assis	1.115	608	234	344	51
Sérgio Giacomini	1.108	657	260	335	22
Sheila dos Reis Mondin Engel	1.323	626	237	302	25
Sheila Spode	1.451	856	304	459	52
Sonia Maria Pozzer	1.413	811	423	239	142
Taíse Sanchi Ferrão	243	247	173	66	5
Thiago Boldt de Souza	1.424	842	323	452	81
Tiago Mallmann Sulzbach	1.202	740	275	289	62
Valtair Noschang	1.278	971	407	465	41
Vinícius Daniel Petry	1.361	785	324	328	72
Vinícius de Paula Löblein	153	55	14	39	13
Total	**129.678**	**80.873**	**36.729**	**34.947**	**8.198**

Registro Fotográfico



11 de janeiro - posse da juíza titular Rozi Engelke



12 de janeiro - reunião com dirigentes da Associação de Oficiais de Justiça



28 de janeiro - assinatura de convênio com o Banco do Brasil



28 de janeiro - mediação envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica



04 de fevereiro - mediação envolvendo a General Motors

Registro Fotográfico



16 de fevereiro - mediação envolvendo a Manlec



16 de fevereiro - reunião com dirigentes de entidades da Advocacia



23 de fevereiro - mediação envolvendo AGCO do Brasil



16 de fevereiro - reunião com representantes do Sintrajufe-RS



22 de fevereiro - lançamento da exposição com fotos do calendário do Sintrajufe-RS

Registro Fotográfico



29 de fevereiro - lançamento de exposição 'Expressionismo Feminino'



29 de fevereiro - reunião com representantes da Associação de Peritos



08 de março - reunião com representantes da Amatra IV



11 de março - Aula Inaugural da Escola Judicial



12 de março - Adesão institucional à campanha #ElesPorElas

Registro Fotográfico



15 de março - Roda de Conversa sobre violência de gênero



15 de março - mediação envolvendo a Robertshaw



15 de março - reunião da Comissão de Saúde



18 de março - assinatura de convênio com a Caixa Econômica Federal

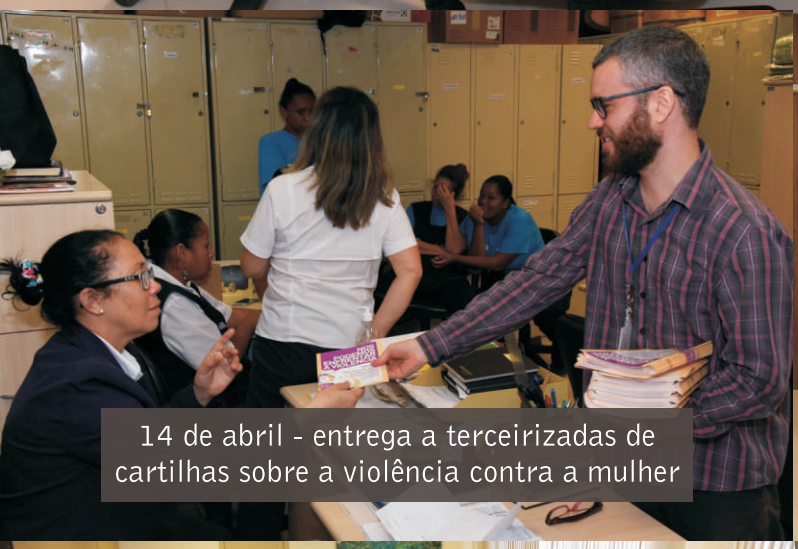


01 de abril - posse da juíza titular Eliane Covolo Melgarejo

Registro Fotográfico



15 de abril - Reunião de Análise Estratégica



14 de abril - entrega a terceirizadas de cartilhas sobre a violência contra a mulher



25 de abril - assinatura de Acordo de Cooperação com o Ministério do Trabalho



29 de abril - mediação envolvendo trabalhadores da Urcamp



02 de maio - Ato Público em Defesa da Justiça do Trabalho

Registro Fotográfico



02 de maio - lançamento de documentários sobre Magistratura e Advocacia gaúchas



03 de maio - mediação envolvendo metalúrgicos de Porto Alegre



04 de maio - Roda de Memória dos 75 anos da Justiça do Trabalho



06 de maio - audiência coletiva sobre Aprendizagem Profissional



20 de maio - Sessão Plenária

Registro Fotográfico



23 de maio - posse do desembargador Fabiano Holz Beserra



30 de maio - mediação envolvendo a Procergs



07 de junho - lançamento da parceria com o projeto Tampart



02 de junho - curso sobre acolhimento de vítimas e encaminhamento de denúncias



07 de junho - reunião com entidades sindicais

Registro Fotográfico



09 de junho - inauguração da nova sede da VT de Santo Ângelo



12 de junho - conscientização sobre o trabalho infantil, durante 33ª Maratona de Porto Alegre



12 de junho - conscientização sobre o trabalho infantil, no Parque da Redenção

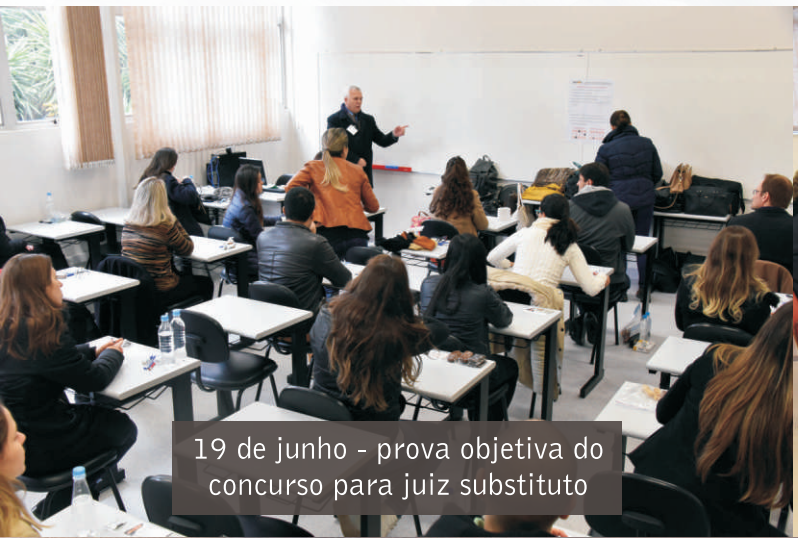


13 de junho - abertura da 2ª Semana da Conciliação Trabalhista



17 de junho - palestra do Min. do TST Luiz Phillippe na Escola Judicial

Registro Fotográfico



19 de junho - prova objetiva do concurso para juiz substituto



20 de junho - reunião da Comissão de Jurisprudência com representantes da Advocacia



21 de junho - audiência sobre conciliação na Câmara de Vereadores de Arroio dos Ratos



24 de junho - Sessão Plenária para aprovação de súmulas



27 de junho - inauguração da Sala de Amamentação do Foro Trabalhista de Porto Alegre

Registro Fotográfico



01 de julho - curso para advogados sobre PJe-JT



08 de julho - terceirizados recebem agasalhos doados



12 de julho - divulgação dos resultados da 1ª etapa do concurso para juiz substituto



13 de julho - inauguração da exposição 'Direitos Humanos: Mulher, Trabalho e Justiça'



20 de julho - mediação envolvendo os metroviários

Registro Fotográfico



15 de julho - Sessão do Órgão Especial



21 de julho - mediação envolvendo os eletricitários



29 de julho - posse do juiz substituto Rafael Flach



02 de agosto - mediação envolvendo a Procempa

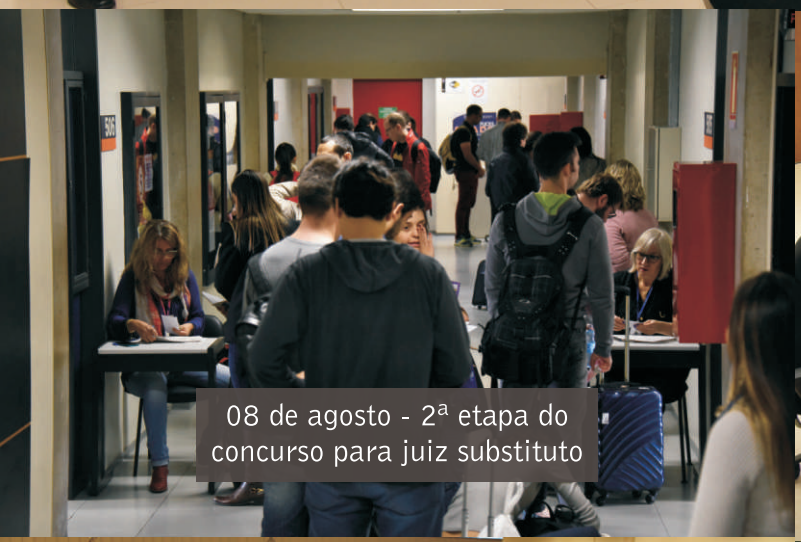


05 de agosto - palestra do professor George E. Edwards, da Universidade de Indiana-EUA

Registro Fotográfico



01 de agosto - assinatura de convênio para criação da Unidade Projeto Pescar Comunidade Jurídico Trabalhista



08 de agosto - 2ª etapa do concurso para juiz substituto



15 de agosto - mediação envolvendo o Simecs



16 de agosto - 3ª Turma promove sustentação oral à distância



19 de agosto - 14ª VT promove depoimento à distância

Registro Fotográfico



18 e 19 de agosto - seminário Arise sobre trabalho infantil



26 de agosto - magistrados visitam planta da Dell em Eldorado do Sul



30 de agosto - divulgação do resultado da 2ª etapa do concurso para juiz substituto



01 de setembro - inauguração das novas instalações da VT de Santa Vitória do Palmar



01 e 02 de setembro - IV Jornada sobre Código de Processo Civil

Registro Fotográfico



05 de setembro - palestra do jurista espanhol Antonio Baylos Grau



05 de setembro - posse dos juízes substitutos Rafael e Barros, Fabrício Luckmann e Bruno Guarnieri



13 de setembro - sessão plenária para votação de IUJs



15 de setembro - desembargador Juraci Galvão Júnior despede-se do TRT-RS



26 de setembro - reunião com representantes da OAB-RS

Registro Fotográfico



27 de setembro - posse dos servidores durante 25º Integrar-te



30 de setembro - convênio com a RGE para divulgação da campanha de combate ao trabalho infantil



27 de setembro - divulgação dos resultados da prova de sentença do concurso para juiz



05 a 07 de outubro - XI Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho

Registro Fotográfico



07 de outubro - 1ª Homenagem a Magistrados por Tempo de Serviço



14 de outubro - ciclo de palestras sobre discriminação de gênero



12 a 15 de outubro - sessão de cinema para familiares de terceirizados



28 de outubro - Sessão Plenária



08 de novembro - mediação envolvendo hospitais de Porto Alegre

Registro Fotográfico



09 de novembro - ato em defesa da Justiça do Trabalho, em frente ao prédio sede



10 de novembro - 10 anos da EJ - palestra da ministra do TST Maria Cristina Peduzzi



11 de novembro - Ciclo de Debates da EJ sobre discriminação nas relações de trabalho



16 de novembro - entrega de celulares funcionais a oficiais de justiça



18 de novembro - 10 anos da EJ - palestra filósofo Clóvis de Barros Filho

Registro Fotográfico



17 de novembro - juízes substitutos Cássia Ortolan Grazziotin, Vinícius de Paula Löblein e Diogo Guerra



21 de novembro - Jacep realiza audiências durante Semana da Conciliação



22 de novembro - posse de servidores durante 26º Integrar-te



21 de novembro - Memorial inaugura exposição sobre juízes classistas gaúchos



25 de novembro - Homenagem a Servidores por Tempo de Serviço

Registro Fotográfico



28 de novembro - Ato em Defesa da Justiça do Trabalho, pelo Fórum Interinstitucional em Defesa do Direito e da Justiça do Trabalho (Fiddejust)



29 de novembro - prova oral do concurso para juiz



13 de dezembro - inauguração do Espaço Cultural Lenir Heinen



01 de dezembro - recepção à delegação vice-campeã das Olimpíadas da JT

Registro Fotográfico



02 de dezembro - divulgação do resultado da prova oral do concurso para juiz substituto



14 de dezembro - posse em gabinete da desembargadora Angela Chapper



14 de dezembro - assinatura de convênio do projeto De Bike para o Trabalho



07 de dezembro - Presidente recebe áreas envolvidas na conquista do Selo Diamante do "Justiça em Números" e do primeiro lugar em Governança de Tecnologia, Informação e Comunicações.

Registro Fotográfico

16 de dezembro - posse de servidores



16 de dezembro - posse dos juízes Paula Weiler, Rita Bischoff e Almiro Almeida



19 de dezembro - posse dos juízes substitutos Caroline Colombo, Mariana Lerina, Guilherme Cerqueira, Marines Fraga, Mariana da Costa, Nikolai Nowosh, Bruno Siegmann e Igo Corrêa

CERTIDÃO

PROC. TRT PA Nº 0002321-79.2017.5.04.0000

CERTIFICO que o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região, na sessão ordinária realizada nesta data, por unanimidade, aprovou o Relatório de Atividades deste Tribunal referente ao exercício de 2016, nos termos do disposto no art. 39, inciso XXVII, 'in fine', do Regimento Interno. Tomaram parte na sessão os Exmos. Desembargadores Rosane Serafini Casa Nova, João Alfredo Borges Antunes de Miranda, Cleusa Regina Halfen, Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo, Ricardo Carvalho Fraga, João Pedro Silvestrin, Marçal Henri dos Santos Figueiredo, Francisco Rossal de Araújo, Raul Zoratto Sanvicente, Luiz Alberto de Vargas e Iris Lima de Moraes, sob a presidência da Exma. Desembargadora Beatriz Renck, Presidente deste Tribunal. Presente pelo Ministério Público do Trabalho o Dr. Rogério Uzun Fleischmann. Porto Alegre, 19 de maio de 2017.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

Cláudia Regina Schröder
Secretária do Tribunal Pleno,
do Órgão Especial e da SDC

Documento digitalmente assinado em 22/05/2017, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0002321-79.2017.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.21316.17777.45941.63540-7